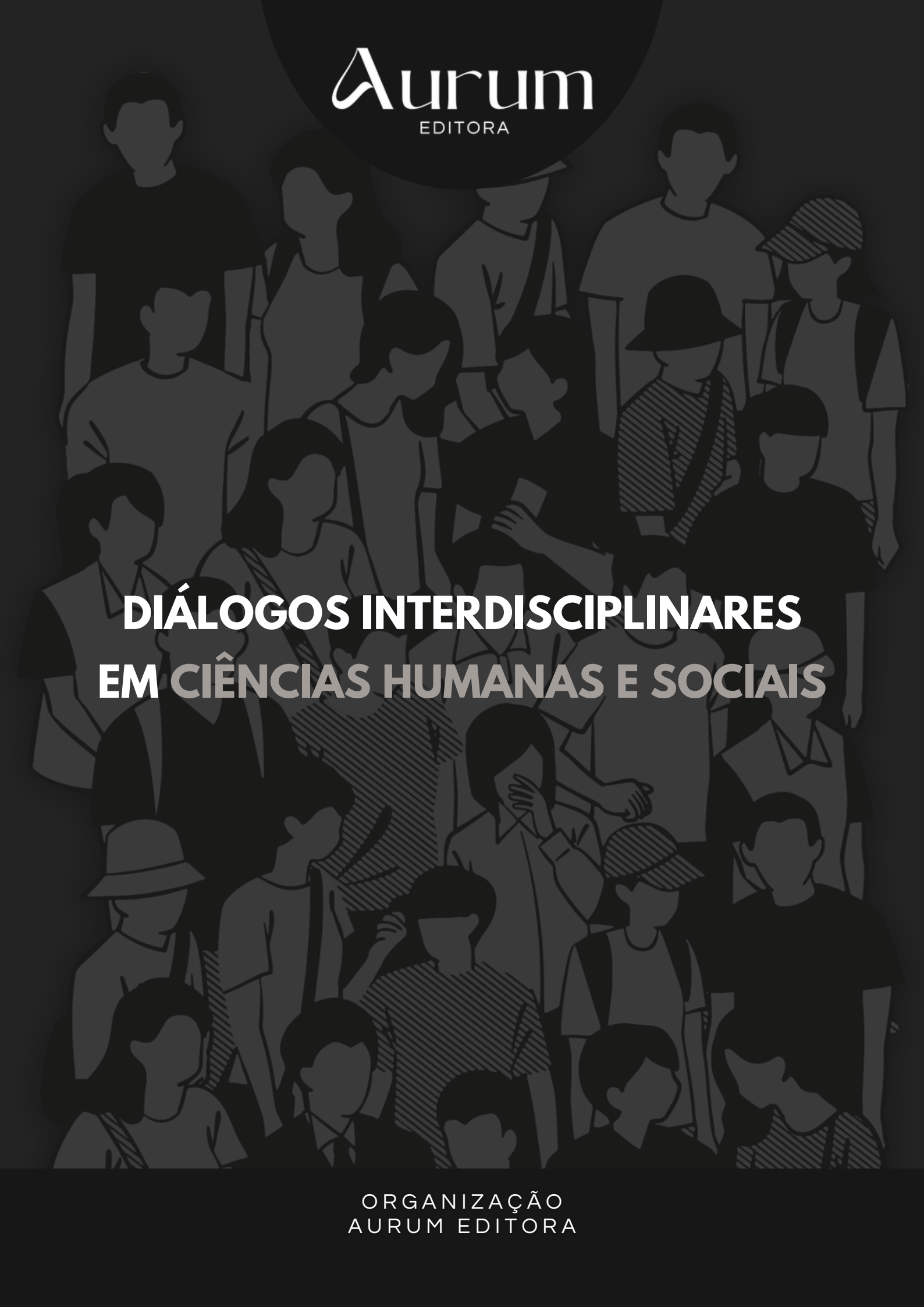




Aurum
EDITORA

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

ORGANIZAÇÃO
AURUM EDITORA



Aurum
EDITORIA

**DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ORGANIZAÇÃO
AURUM EDITORA

AURUM EDITORA LTDA - 2026
Curitiba – Paraná - Brasil

EDITOR CHEFE

Lucas Gabriel Vieira Ewers

ORGANIZADOR DO LIVRO

Aurum Editora Ltda

EDIÇÃO DE TEXTO

Stefanie Vitoria Garcia de Bastos

EDIÇÃO DE ARTE

Aurum Editora Ltda

IMAGENS DA CAPA

Magnific Team, Canva

BIBLIOTECÁRIA

Bruna Heller

ÁREA DE CONHECIMENTO

Humanas e Sociais

Copyright © Aurum Editora Ltda

Texto Copyright © 2026 Os Autores

Edição Copyright © 2026 Aurum Editora
Ltda



Este trabalho está licenciado sob uma
licença Creative Commons Attribution-
NonCommercial-NoDerivatives
4.0 International License.

A responsabilidade pelo conteúdo, precisão e veracidade dos dados apresentados neste texto é inteiramente do autor, não refletindo necessariamente a posição oficial da Editora. O trabalho pode ser baixado e compartilhado, desde que o crédito seja dado ao autor, mas não é permitida a modificação do conteúdo de qualquer forma ou seu uso para fins comerciais.

Todos os manuscritos passaram por uma avaliação duplo-cega, realizada pelos membros do Conselho Editorial, e foram aprovados para publicação com base em critérios de imparcialidade e objetividade acadêmica.

A Aurum Editora se compromete a manter a integridade editorial em todas as fases do processo de publicação, prevenindo plágio, dados ou resultados fraudulentos, e assegurando que interesses financeiros não afetem os padrões éticos da publicação. Qualquer suspeita de má conduta científica será verificada com atenção aos princípios éticos e acadêmicos.

CORPO EDITORIAL

Adicélia Rodrigues Souza - Graduada em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Adriano Rosa da Silva - Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

Alessandro Sathler Leal da Silva - Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Alex Lourenço dos Santos - Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Catalão.

Aline Borba Alves - Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Maranhão.

Amanda Pereira Moreira - Mestra em Letras pela Universidade Federal de Lavras.

Antonio Ismael Lopes de Sousa - Doutorando em Linguística e Literatura pela Universidade Federal do Norte do Tocantins.

Ayla de Jesus Moura - Mestra em Educação Física pela Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Bárbara Silvestre da Silva Pereira - Doutoranda em Enfermagem e Biociências pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Bianca Martins Knap - Mestranda em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Camila Aparecida da Silva Albach - Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Carina Mandler Schmidmeier - Mestranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Carlos Adriano Martins - Doutor em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Cruzeiro do Sul.

Carolline Nunes Lopes - Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Cláudio Alberto de Sá Quirino - Mestre profissional em Administração Pública (PROFIAP) pela Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Damião Evangelista Rocha - Doutorando em Saúde e Desenvolvimento Humano pela Universidade La Salle - Canoas.

Daniel da Rocha Silva - Mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe.

Daniel Rodrigues de Lima - Mestre em História pela Universidade Federal do Amazonas.

Diego Emanuel Veis Bentancourt - Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria.

Diego Pinto de Oliveira - Mestre em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal de Alfenas.

Elberto Teles Ribeiro - Mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados.

Equiton Lorengian Grégio - Mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental pela Universidade Federal da Fronteira Sul.

Evaldo Batista Mariano Júnior - Doutorando em Educação pela Universidade de Uberaba.

Fábio Henrique de Souza Lacerda - Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso.

Fabio José Antonio da Silva - Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina.

Fabricio do Nascimento Moreira - Doutorando em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Felipe Antônio da Silva - Graduado em Direito pelo Centro Universitário Unihorizontes.

Flávia Maria Silva Brito - Doutora em Recursos Florestais pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

Flávio Roberto Chaddad - Mestre em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Francisco Samuel Laurindo de Lima - Graduado em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará.

Francisco Welton Machado - Editor Independente - Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí.

Gabriella de Moraes - Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Gleyson Martins Magalhães Reymão - Mestre Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação pelo Instituto Federal do Pará.

Glicerinaldo de Sousa Gomes - Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Paraíba.

Gustavo Boni Minetto - Mestrando em Educação, Linguagens e Tecnologia pela Universidade Estadual de Goiás.

Gutemberg Rapôso da Silva Ferreira - Doutorando em Linguística e Literatura pela Universidade Federal do Tocantins campus de Porto Nacional.

João Vitor Silva Almeida - Graduado em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Tocantins.

Joelson Lopes da Paixão - Doutorando em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Santa Maria.

Joice Marisa Görden Junqueira - Mestra em Educação pela Universidade La Salle - Canoas.

José Bruno Martins Leão - Doutor em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos pela Instituição Toledo de Ensino.

José Carlos dos Santos Silva - Mestrando em Educação Física pela Universidade Federal do Vale do São Francisco.

José Cláudio da Silva Júnior - Mestrando em Ciências da Saúde pela Universidade de Pernambuco.

José Henrique Rodrigues Machado - Doutor em Ciências Sociais - Programa de Performances Culturais, pela Universidade Federal de Goiás.

José Leonardo Diniz de Melo Santos - Mestre em Educação, Culturas e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

José Marciel Araújo Porcino - Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.

José Neto de Oliveira Felipe - Doutorando em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade de Passo Fundo.

José Ronaldo de Freitas Machado - Mestre em Educação pela Universidade de Uberaba.

Jungley de Oliveira Torres Neto - Doutor em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Karyne Oliveira Coelho - Doutora em Ciência Animal pela Universidade Federal de Goiás.

Layse da Silva Vieira - Mestranda em Vigilância em Saúde pela Universidade Iguazu.

Lidiana da Cruz Pereira - Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí.

Lidiane Álvares Mendes - Doutoranda em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso.

Luan Brenner da Costa - Editor Independente - Graduado em Enfermagem pela Fundação Herminio Ometto.

Lucas Matheus Araujo Bicalho - Mestrando em História pela Universidade Estadual de Montes Claros, UNIMONTES, Brasil.

Lucia Helena Santana Ferreira - Doutoranda em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Luciano Victor da Silva Santos - Mestrando em Hotelaria e Turismo pela Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil.

Luzia Eleonora Rohr Balaj - Doutoranda em Música pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Magno Fernando Almeida Nazaré - Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.

Maiara Martins Doná - Mestre em Educação pela Universidade de Sorocaba.

Maickon Willian de Freitas - Mestre em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Maikon Luiz Mirkoski - Mestre Profissional em Matemática em Rede Nacional pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Mailson Moreira dos Santos Gama - Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Marcelo Bustamante Chilingue - Doutorando em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Marcelo Carvalho da Conceição - Doutor em Biologia Estrutural e Funcional pela Universidade Federal de São Paulo.

Marcos Scarpioni - Doutorando em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Maria da Luz Olegário - Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba.

Maria Nazaré Lopes Baracho - Doutoranda em Odontologia pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Campus JK.

Marilha da Silva Bastos - Mestranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará.

Marinely Aparecida Clemente - Mestre em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.

Mario Marcos Lopes - Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos.

Marlon Messias Santana Cruz - Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Michael Douglas Alves dos Santos - Mestrando em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia.

Mirna Liz da Cruz - Editora Independente - Graduada em Odontologia pela Universidade Federal de Goiás.

Natan Gomes dos Santos - Graduado em Biomedicina pela Faculdade Madre Thais.

Newton Ataíde Meira - Mestrando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros.

Plínio da Silva Andrade - Mestrando em Ciências da Educação pela Universidade Leonardo Da Vinci.

Rafael José Kraisch - Doutorando em Neurociências pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Romário Silva Ribeiro - Doutorando em Educação pela Christian Business School.

Ryan Dutra Rodrigues - Editor Independente - Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas.

Samuel Francisco Rabelo - Doutorando em Direitos Humanos pela Universidade Tiradentes.

Sebastião Lacerda de Lima Filho - Doutorando em Medicina Translacional pela Universidade Federal do Ceará.

Silvana Maria Aparecida Viana Santos - Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação pela MUST University.

Silvio de Almeida Junior - Doutor em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca.

Stefany Reis Marquioli - Mestra em História Social pela Universidade Estadual de Montes Claros.

Suely Maria da Silva - Mestra em Gestão Pública Para o Desenvolvimento do Nordeste pela Universidade Federal de Pernambuco.

Swelen Freitas Gabarron Peralta - Doutoranda em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná.

Talita Benedcta Santos Künast - Doutoranda em Biodiversidade e Biotecnologia pela Universidade Federal de Mato Grosso.

Tályta Carine da Silva Saraiva - Mestra em Agronomia pela Universidade Federal do Piauí.

Thiago Silva Prado - Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá.

Vinicius Valim Pereira - Doutor em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá, UEM, Brasil.

Wilson Moura - Doutor em Psicologia pela Christian Business School.

Yohans de Oliveira Esteves - Doutor em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira.

Zaqueu Henrique de Souza - Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Jataí.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D537

Diálogos Interdisciplinares em Ciências Humanas e Sociais [recurso eletrônico] / organização Aurum Editora. – Curitiba, PR: Aurum Editora, 2026.

Dados eletrônicos (1 PDF).

ISBN 978-65-6223-009-3

1. Ciências humanas. 2. Ciências sociais.
I. Aurum Editora. II. Título.

CDU 3

Catalogação na fonte: Bruna Heller (CRB10/2348)

Índices para catálogo sistemático:

1 Ciências humanas e sociais 3

Aurum Editora Ltda
CNPJ: 589029480001-12
contato@aurumeditora.com
(41) 98792-9544
Curitiba - Paraná

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Aurum Editora DECLARA, para fins de direitos, obrigações e aspectos legais ou metodológicos, que:

Esta publicação representa apenas uma transferência temporária dos direitos autorais, conferindo o direito de publicação e reprodução dos materiais. A Editora não assume responsabilidade pela autoria dos manuscritos publicados, conforme as disposições da Lei de Direitos Autorais (Lei 9610/98), do art. 184 do Código Penal e do art. 927 do Código Civil. O(s) autor(es) são exclusivamente responsáveis por garantir a conformidade com as questões de direitos autorais e outros aspectos legais, isentando a Editora de quaisquer responsabilidades civis, administrativas ou criminais que possam ocorrer.

Autoriza-se a **DIVULGAÇÃO DO TRABALHO** pelo(s) autor(es) em palestras, cursos, eventos, programas de mídia e televisão, desde que o devido reconhecimento da autoria e edição seja dado, sem fins comerciais, e que os **CRÉDITOS** à Aurum Editora sejam devidamente apresentados. A omissão ou exclusão dessas informações será de responsabilidade do(s) autor(es) e da editora.

Todos os e-books são de acesso aberto, portanto, não devem ser vendidos em sites, plataformas de comércio eletrônico ou qualquer outro meio, seja virtual ou físico. Assim, não há transferência de direitos autorais para os autores, uma vez que o formato não gera outros direitos além dos usos didáticos e publicitários da obra, a qual pode ser acessada a qualquer momento.

Todos os membros do Conselho Editorial atuam de forma voluntária, sendo graduados ou pós-graduados em suas respectivas áreas.

A Aurum Editora não autoriza a venda ou compartilhamento dos nomes, e-mails e quaisquer outros dados pessoais dos autores, exceto para a divulgação desta obra, em conformidade com o Marco Civil da Internet, a Lei Geral de Proteção de Dados e a Constituição da República Federativa.

DECLARAÇÃO DO AUTOR

O autor deste trabalho DECLARA, para os fins seguintes, que:

Não possui nenhum interesse comercial que possa gerar conflito em relação ao conteúdo publicado;

Declara ter se envolvido ativamente na elaboração do manuscrito, preferencialmente nas seguintes etapas: Desenvolvimento do estudo, e/ou coleta de dados, e/ou análise e interpretação dos dados, redação do artigo ou revisão para garantir a relevância intelectual do material e aprovação final do manuscrito para envio;

Certifica que o texto publicado está completamente livre de dados falsificados ou resultados fraudulentos, bem como de falhas relacionadas à autoria;

Confirma que fez a citação correta e a devida referência a todos os dados e interpretações oriundas de outras pesquisas;

Reconhece que todas as fontes de financiamento que possam ter sido recebidas para a realização da pesquisa foram devidamente declaradas;

Autoriza a edição do trabalho, incluindo registros de catálogo, ISBN, DOI e outros indexadores, design gráfico e criação de capa, layout interno, além do lançamento e divulgação de acordo com os critérios estabelecidos pela Aurum Editora.

AUTORES

Aguinaldo Maragno do Amaral
Ana Paula Hilgert de Souza
André Luiz Mendes Athayde
Andréia Klier
Arneles de Alencar
Brunna Grasiella Matias Silveira
Carlos Sidney Braga da Silveira
Celiane Mendes Rodrigues
Cicero Anderson Pereira Santos
Cicero Inácio da Silva Neto
Cilianne Édila Leandro de Sousa
Daniele de Oliveira Lima
Edlane Vila Nova de Araujo
Eduarda Bertoncelli
Eduardo Ribeiro Xavier
Emília Ferreira de Araújo
Equiton Lorengian Grégio
Fabiana Loyde Wakai Jorge Pinho
Felipe Leandro Alves da Silva
Fernanda Demoliner
Fernando Saulo Pinheiro do Nascimento
Flávia Nayara Rodrigues da Silva Barbosa
Francisco Cazuya da Silva Sobrinho
Francisco Chagas Pontes Neto
Francisco Felipe Silva Meneses
Geraldo Magela Cáffaro
Geraldo Pieroni
Giuliano Pereira de Oliveira Castro
Guilherme Carvalho Vieira
Heloísa da Costa Cabral Marinho e Silva
Ismael Chaves Faustino de Araújo
Ítalo de Freitas Andrade
Jane Alves Lopes de Oliveira Cruz
Jonas Pereira de Oliveira Júnior
Laiany Souza Bezerra
Lana Cordeiro de Alcântara

Leidiane Gomes Marinho
Lilian de Souza Batista Silva
Lucas Matheus Araújo Bicalho
Luciene dos Santos Silva
Luís Fernando de Souza Alves
Luiza Dilma Ferreira Maia
Luzineide de Sousa dos Santos Vieira
Mailson Miguel Vieira da Silva
Marcelly Mesquita
Marcelo dos Santos Terres
Maria Emilia da Silva Lopes
Máriam Trierveiler Pereira
Mariana Bentzen Aguiar
Marjorie Csekö Nolasco
Marlene Menezes de Souza Teixeira
Marli Otília dos Santos
Marta Coelho Bezerra Dantas
Meiry Cristiane Richil de Carvalho
Michele Karine Pereira da Silva
Mirela Rodrigues Aguiar
Norma Barbado
Pedro Henrique de Lima
Rafaela Gonçalves Rodrigues
Raiane Lima Silveira
Raiane Maschio Visintin
Raquel Quirino
Sandra Regina Gomes Trindade
Séfora Thayne Barbosa Alencar Rodrigues
Sinara Bertholdo de Andrade
Stefany Reis Marquioli
Suely Marilene da Silva
Thaisell Gonzalez Penalver
Thauan de Jesus Ribeiro
Valter Ap. Barcala
Wanderklayson Aparecido Medeiros de Oliveira

SUMÁRIO

Capítulo 1

IGREJA EVANGÉLICA BRASILEIRA E OS DESAFIOS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Jonas Pereira de Oliveira Júnior.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-001>

1-9

Capítulo 2

A OBRA “CANTE LÁ QUE EU CANTO CÁ” DO POETA CACIONEIRO PATATIVA DO ASSARÉ: RELAÇÃO COM AS ESCOLAS LITERÁRIAS

Luzineide de Sousa dos Santos Vieira.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-002>

10-19

Capítulo 3

O SIGNIFICANTE “CABRA DA PESTE” NA CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA DO HOMEM NORDESTINO

JHeloísa da Costa Cabral Marinho e Silva e Mariana Bentzen Aguiar.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-003>

20-35

Capítulo 4

ANCESTRALIDADE, TERRITÓRIO E ATUALIDADE: OS HERDEIROS DA ESCRAVIZAÇÃO NA REGIÃO DO ALTO JACUÍ

Marcelo dos Santos Terres.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-004>

36-47

Capítulo 5

“ESSA COCA É FANTA. E DAÍ?”: CONSUMO E REPRESENTATIVIDADE SOCIAL À LUZ DA *CONSUMER CULTURE THEORY* E DA PESQUISA TRANSFORMATIVA DO CONSUMIDOR

Wanderklayson Aparecido Medeiros de Oliveira.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-005>

48-79

Capítulo 6

CORPOS EDITADOS, IDENTIDADES EM CONSTRUÇÃO: PADRÕES DE BELEZA NO INSTAGRAM E IMPACTOS NA ADOLESCÊNCIA FEMININA SOB A PERSPECTIVA DA *CONSUMER CULTURE THEORY*

Celiane Mendes Rodrigues, Lana Cordeiro de Alcântara, Mirela Rodrigues Aguiar, Thauan de Jesus Ribeiro e Wanderklayson Aparecido Medeiros de Oliveira.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-006>

80-108

Capítulo 7

PARA ALÉM DO "BARÁ VIRADO": O COMPLEXO SIMBIÓTICO LEGBÁ-ZINA E A SOBREVIVÊNCIA JEJE-VODUN NO LIMIAR DO BATUQUE DO RIO GRANDE DO SUL

Ítalo de Freitas Andrade.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-007>

.....109-136

Capítulo 8

FELICIDADE INTERNA BRUTA E SUSTENTABILIDADE: PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA INTERNACIONAL E CONTRIBUIÇÕES BRASILEIRAS

Andréia Klier, Norma Barbado e Máriam Trierweiler Pereira.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-008>

.....137-154

Capítulo 9

ESPIRITUALIDADE E ESCUTA: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-PASTORAL E CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE AO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Jonas Pereira de Oliveira Júnior.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-009>

.....155-161

Capítulo 10

MODELOS FAMILIARES CONTEMPORÂNEOS E EXPERIÊNCIA SUBJETIVA: ENTRE NOVOS ARRANJOS E A PERMANÊNCIA DA LÓGICA DA FALTA ESTRUTURAL

Mariana Bentzen Aguiar, Edlane Vila Nova de Araujo, Maria Emilia da Silva Lopes e Michele Karine Pereira da Silva.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-010>

.....162-187

Capítulo 11

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR PARA A PREVENÇÃO DE ATOS INFRACIONAIS NA ADOLESCÊNCIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Laiany Souza Bezerra.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-011>

.....188-199

Capítulo 12

NA SENDA DOS MORTAIS: OS MENORES ESCRAVIZADOS DE SANTO AMARO DO JABOATÃO A PARTIR DA DOCUMENTAÇÃO CARTORIAL, JORNALÍSTICA E PAROQUIAL (1850-1877)

Eduardo Ribeiro Xavier.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-012>

.....200-212

Capítulo 13

A IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA POLICIAL NO ENFRENTAMENTO DOS CRIMES AMBIENTAIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Equiton Lorengian Grégio, Daniele de Oliveira Lima, Eduarda Bertonecelli e Raiane Maschio Visintin.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-013>

.....213-230

Capítulo 14

ENTRE FESTAS E FRONTEIRAS SOCIAIS: MEMÓRIA E SOCIABILIDADE NA ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE MORADA NOVA

Francisco Chagas Pontes Neto.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-014>

.....231-241

Capítulo 15

SUSTENTABILIDADE EM SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO INSTITUCIONAIS: DA GESTÃO DOS CARDÁPIOS À REDUÇÃO DO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS

Fernanda Demoliner.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-015>

.....242-255

Capítulo 16

INDÚSTRIA CULTURAL E A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE DE SEUS IMPACTOS SOBRE A FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO

Aguinaldo Maragno do Amaral.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-016>

.....256-261

Capítulo 17

ANÁLISE DO POTENCIAL GEOTURÍSTICO DOS GEOSÍTIOS DA BAHIA A PARTIR DA NOTA TURÍSTICA E DOS PERFIS DE ACESSO

Thaisell Gonzalez Penalver e Marjorie Csekö Nolasco.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-017>

.....262-276

Capítulo 18

MACHOÍSMO SOCIAL: UMA PROPOSTA CONCEITUAL PARA COMPREENDER AS NOVAS MASCULINIDADES REATIVAS NA CULTURA DIGITAL

Arneles de Alencar.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-018>

.....277-292

Capítulo 19

A VIDA POR MEIO DOS OLHOS: TONI MORRISON E CONCEIÇÃO EVARISTO EM DIÁLOGO

Luís Fernando de Souza Alves, Stefany Reis Marquioli, Lucas Matheus Araújo Bicalho, Guilherme Carvalho Vieira, André Luiz Mendes Athayde e Geraldo Magela Cáffaro.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-019>

.....293-307

Capítulo 20

O TERMO “ATÍPICO” E SUAS DERIVAÇÕES EM DISPUTA: LINGUAGEM, NORMATIVIDADE E CAPACITISMO NO CAMPO CONTEMPORÂNEO DA INCLUSÃO

Raquel Quirino.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-020>

.....308-322

Capítulo 21

DOAÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: A INCORPORAÇÃO DO ACERVO ESPECIAL DE MAURÍCIO DE ALMEIDA ABREU PELA BIBLIOTECA DO PPGG/UFRJ

Leidiane Gomes Marinho.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-021>

.....323-331

Capítulo 22

EDUCAÇÃO E O DIREITO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA GARANTIA CONSTITUCIONAL DE UM BEM PÚBLICO FUNDAMENTAL

Cilianne Édila Leandro de Sousa, Séfora Thayne Barbosa Alencar Rodrigues, Marlene Menezes de Souza Teixeira, Marta Coelho Bezerra Dantas, Marli Otilia dos Santos, Luiza Dilma Ferreira Maia, Cicero Anderson Pereira Santos, Rafaela Gonçalves Rodrigues e Pedro Henrique de Lima.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-022>

.....332-348

Capítulo 23

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Francisco Felipe Silva Meneses, Fernando Saulo Pinheiro do Nascimento e Brunna Grasiella Matias Silveira.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-023>

.....349-352

Capítulo 24

GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS PARA A OBTENÇÃO DE VANTAGEM COMPETITIVA

Carlos Sidney Braga da Silveira.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-024>

.....353-360

Capítulo 25

O PURGATÓRIO EM PERSPECTIVA: DE DANTE ALIGHIERI E GUSTAVE DORÉ À ORIGINALIDADE DO PENSAMENTO DE CHIARA LUBICH

Geraldo Pieroni.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-025>

.....361-377

Capítulo 26

A BELA E A FERA: INTEGRAÇÃO DA SOMBRA E CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES AFETIVAS

Marcelly Mesquita.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-026>

.....378-390

Capítulo 27

"A BELA ADORMECIDA" E O ARQUÉTIPO DO DESPERTAR PSÍQUICO: MATURIDADE EMOCIONAL E DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE

Marcelly Mesquita.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-027>

.....391-402

Capítulo 28

OS CONTOS DE FADAS COMO EXPRESSÃO DO INCONSCIENTE COLETIVO: UMA INTERPRETAÇÃO JUNGUIANA

Marcelly Mesquita.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-028>

.....403-415

Capítulo 29

O ARQUÉTIPO DA CRIANÇA FERIDA NOS CONTOS DE FADAS: PERDAS, ABANDONO E SUPERAÇÃO

Marcelly Mesquita.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-029>

.....416-432

Capítulo 30

CHAPÉUZINHO VERMELHO E A TRANSIÇÃO DA INFÂNCIA À ADOLESCÊNCIA: SÍMBOLOS DO DESEJO, DO PERIGO E DA SEXUALIDADE

Marcelly Mesquita.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-030>

.....433-446

Capítulo 31

VIVÊNCIAS COM A MÚSICA NA PRÁTICA CLÍNICA COM AUTISMO: ENTRE SONS, GESTOS, AFETOS E EXPRESSÃO

Mailson Miguel Vieira da Silva, Emília Ferreira de Araújo, Cicero Inácio da Silva Neto e Felipe Leandro Alves da Silva.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-031>

.....447-452

Capítulo 32

ORATÓRIA, COMUNICAÇÃO ORAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Sinara Bertholdo de Andrade e Giuliano Pereira de Oliveira Castro.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-032>

.....453-464

Capítulo 33

A LEI 10.639/03 E O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS

Flávia Nayara Rodrigues da Silva Barbosa, Lilian de Souza Batista Silva, Sandra Regina Gomes Trindade, Suely Marilene da Silva, Francisco Cazuza da Silva Sobrinho, Raiane Lima Silveira, Luciene dos Santos Silva, Jane Alves Lopes de Oliveira Cruz, Meiry Cristiane Richil de Carvalho e Ismael Chaves Faustino de Araújo.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-033>

.....465-477

Capítulo 34

DO ARQUIVO DA FAMÍLIA AO ARQUIVO DA HISTÓRIA: O SALVO-CONDUTO DE IGÍNIA VIVI E O CONTROLE DE ESTRANGEIROS NO ESTADO NOVO

Valter Ap. Barcala.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-034>

.....478-489

Capítulo 35

O IMPACTO DO RACISMO ESTRUTURAL NA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO NEGRA

Lilian de Souza Batista Silva, Sandra Regina Gomes Trindade, Francisco Cazuza da Silva Sobrinho, Flávia Nayara Rodrigues da Silva Barbosa, Raiane Lima Silveira, Luciene dos Santos Silva, Jane Alves Lopes de Oliveira Cruz, Fabiana Loyde Wakai Jorge Pinho e Meiry Cristiane Richil de Carvalho.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-035>

.....490-505

Capítulo 36

A CONSTRUÇÃO DE MATO GROSSO: ESTIGMAS, MEMÓRIA E IDENTIDADE A PARTIR DE LYLIA GALETTI E OSVALDO ZORZATO

Ana Paula Hilgert de Souza.

  <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-036>

.....506-519

IGREJA EVANGÉLICA BRASILEIRA E OS DESAFIOS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

THE BRAZILIAN EVANGELICAL CHURCH AND THE CHALLENGES OF THE CONTEMPORARY WORLD

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-001>

Jonas Pereira de Oliveira Júnior

Mestre em Sociologia (Universidade Federal da Paraíba – UFPB); Doutorando em Sociologia (Universidade do Porto, Portugal)

E-mail: jonasjunior@icloud.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6037303167923790>

RESUMO

Este artigo analisa os desafios enfrentados pela Igreja Evangélica Brasileira diante das transformações culturais do mundo contemporâneo, marcado pela chamada modernidade líquida. Trata-se de pesquisa teórica, de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica de autores das ciências sociais, da filosofia e da teologia. O estudo tem por objetivo compreender como o campo religioso evangélico se adapta aos processos de secularização, pluralização e fragmentação das identidades, examinando, em particular, a inserção do neopentecostalismo na lógica do mercado e do consumo. A discussão percorre os conceitos de modernidade, pós-modernidade e secularização e os articula à noção de sagrado e à dimensão do numinoso como elemento constitutivo da experiência religiosa. Os resultados indicam que a adoção de estratégias empresariais e da teologia da prosperidade aproxima parte das igrejas evangélicas das demandas imediatistas da sociedade de consumo, ao mesmo tempo em que ameaça esvaziar o conteúdo ético e profético do Evangelho. Conclui-se que o verdadeiro serviço da igreja à sociedade contemporânea não está em isolar-se nem em submeter-se às lógicas mercadológicas, mas em encarnar uma comunidade de esperança comprometida com o transcendente e com a ética do Reino de Deus.

Palavras-chave: Igreja Evangélica Brasileira; Modernidade líquida; Secularização; Neopentecostalismo; Sagrado.

ABSTRACT

This article analyzes the challenges faced by the Brazilian Evangelical Church amid the cultural transformations of the contemporary world, marked by so-called liquid modernity. It is a theoretical study of a qualitative nature, developed through a bibliographic review of authors from the social sciences, philosophy, and theology. The study aims to understand how the evangelical religious field adapts to the processes of secularization, pluralization, and fragmentation of identities, examining, in particular, the

insertion of neo-Pentecostalism into the logic of the market and of consumption. The discussion traverses the concepts of modernity, postmodernity, and secularization and relates them to the notion of the sacred and to the dimension of the numinous as a constitutive element of religious experience. The results indicate that the adoption of business strategies and of prosperity theology brings part of the evangelical churches closer to the immediatist demands of the consumer society, while at the same time threatening to empty the ethical and prophetic content of the Gospel. It is concluded that the true service of the church to contemporary society lies neither in isolating itself nor in submitting to market logics, but in embodying a community of hope committed to the transcendent and to the ethics of the Kingdom of God.

Keywords: Brazilian Evangelical Church; Liquid modernity; Secularization; Neo-Pentecostalism; The sacred.

1 INTRODUÇÃO

Sempre é um grande desafio procurar entender e descrever o mundo contemporâneo por causa da sua complexidade intrínseca. Autores como Edgar Morin e Jürgen Habermas nos alertam sobre esse desafio. De acordo com Morin (2002), a realidade social é complexa, dado que sofre influência de diversas ordens, sendo a ação do meio natural muito importante nas práticas dos indivíduos. Os humanos, segundo o autor, vivem também o trinômio sociedade-indivíduo-espécie, já que cada componente está no outro, de maneira hologramática, recursiva e dialógica, como é o nosso pensamento: parte no todo e todo na parte, ação que gera outra ação e retroage, sucessivamente, de forma oposta e complementar. Para Habermas (1990), “saber do que se fala sempre ajuda; de resto, se se trata do problema da legitimidade, é preciso sabê-lo de modo particularmente exato” (Habermas, 1990).

Essa complexidade social afeta diretamente o campo religioso. No contexto da modernidade – ou “modernidade líquida”, como define Zygmunt Bauman –, a Igreja Evangélica Brasileira enfrenta diversos desafios em relação à sua atuação e relevância no mundo contemporâneo. Com a rápida transformação da sociedade e a emergência de novas formas de pensar e agir, a igreja se vê diante da necessidade de repensar suas estratégias e práticas, buscando um melhor diálogo cultural no século XXI. Diante disso, questiona-se: a Igreja Evangélica Brasileira continua propagando o Evangelho do Reino de Deus ao mundo contemporâneo? Como foi a sua adaptação à cultura do mundo atual? Essa foi a proposta ensinada e narrada nos chamados Evangelhos Sinóticos? Estas são as questões iniciais do presente artigo.

O apóstolo Paulo fez muito bem essa leitura de cenário por meio de sua maneira e estratégia de divulgar a mensagem em diferentes culturas, sem perder a essência do Evangelho. Assim também ocorreu com os Pais da Igreja nos primeiros séculos da história cristã e, tempos depois, com Martinho Lutero, através do texto sagrado – principalmente com a carta de Paulo aos Romanos. No século XX, John Stott

ressaltou que o Evangelho do Reino é contracultura, ou seja, opõe-se aos valores fluidos que regem este mundo.

Também o eminente teólogo luterano alemão Rudolf Otto (2014), em seu livro *O Sagrado*, traz uma importante contribuição com o conceito do “numinoso”, de extrema relevância para o nosso mundo contemporâneo e para o contexto da igreja evangélica brasileira. Esse é um conceito-chave, usado pelo autor para designar o elemento místico e transcendental encontrado em todas as religiões, constituindo-se no seu cerne mais íntimo, sem o qual não haveria Religião. Otto analisa a realidade apriorística do numinoso (o Sagrado) em seus elementos racionais e irracionais, cujos principais aspectos são descritos nas categorias de *mysterium tremendum*, como *tremendum* (arrepiaante), *majestas* (avassalador) e *mysterium* (o “totalmente outro”). Como ele bem expressa, o Sagrado é “fascinante” e “assombroso” a um só tempo (Otto, 2014). Observamos em diversas passagens no texto bíblico esse encontro com o numinoso (o Sagrado), que se define como um estado absolutamente único da pessoa, no qual o indivíduo sente ou está consciente de alguma coisa misteriosa, terrível e sagrada, criando um sentimento de dependência com a divindade.

Ditas essas considerações iniciais, passaremos a verificar alguns termos e discussões teóricas que irão nortear este artigo, como os conceitos de modernidade e pós-modernidade, a visão sociológica sobre a religião nesses períodos e, posteriormente, a abordagem do fenômeno neopentecostal e suas possíveis estratégias mercadológicas.

2 METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos metodológicos, este trabalho caracteriza-se como pesquisa teórica de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica de caráter exploratório. A escolha por essa abordagem justifica-se pela natureza do objeto investigado – os deslocamentos do campo religioso evangélico na modernidade tardia –, que demanda interpretação conceitual antes de qualquer verificação empírica.

O corpus de análise foi constituído pela literatura especializada das ciências sociais, da filosofia e da teologia contemporânea. A seleção dos autores obedeceu a dois critérios: a relevância teórica para a compreensão dos fenômenos da modernidade, da secularização e do neopentecostalismo; e a complementaridade entre as perspectivas sociológica (Bauman, Hall, Martelli, Beyer), filosófica (Eagleton, Kumar, Küng) e teológica (Otto, Peterson, Smith).

O percurso analítico organizou-se em três movimentos: primeiro, a delimitação conceitual de modernidade e pós-modernidade; em seguida, a discussão sobre secularização e pluralismo religioso; e, por fim, o exame do fenômeno neopentecostal à luz da sociologia do consumo, articulando essas categorias à reflexão teológica sobre o sagrado. Por tratar-se de pesquisa exclusivamente bibliográfica, sem participação de seres humanos, o estudo dispensa apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 MODERNIDADE, PÓS-MODERNIDADE OU MODERNIDADE LÍQUIDA

Sabemos que os conceitos de modernidade e pós-modernidade circulam com relativa facilidade nos dias de hoje, mas em geral seu uso demonstra incompreensão e imprecisão. São relativamente conhecidas as dificuldades de apreensão do contemporâneo (pós-modernidade). Afirma-se com frequência que só se pode obter e aproveitar o conhecimento sobre coisas de alguma maneira acabadas e encerradas. Por isso, a reivindicação de que se conhece o contemporâneo é vista muitas vezes como uma espécie de violência conceitual, uma fixação das energias fluidas e informes do agora urgente, mas tenazmente presente numa forma apreensível e exprimível, através de atos fundamentais e irrevogáveis de seleção crítica.

Segundo Eagleton (1998), a palavra pós-modernismo refere-se em geral a uma forma de cultura contemporânea, enquanto o termo pós-modernidade alude a um período histórico específico. Pós-modernidade é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos da explicação. Contrariando essas normas do Iluminismo, vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável e imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas, gerando um certo grau de ceticismo no tocante à objetividade da verdade, da história e das normas, às idiossincrasias e à coerência de identidades.

Para Kumar (1997), o pós-modernismo é basicamente um “conceito de contrastes”. O significado fundamental tem de ser que não há modernismo, não há modernidade; a modernidade acabou. Isso não quer dizer, contudo, que estamos vivendo em uma era inteiramente nova, como se apressam em falar os pós-modernistas. O “pós” de pós-modernidade é ambíguo: pode significar o que vem depois, ou pode ser mais parecido com o post de post-mortem – as exéquias realizadas sobre o corpo morto da modernidade. Neste último sentido, o fim da modernidade é a ocasião de refletir sobre a experiência da modernidade, e a pós-modernidade é esse estado de reflexão.

Já para Teixeira (2005), o pós-moderno sustenta que o moderno também é uma figura, uma condição, e que a passagem do moderno ao pós-moderno é a passagem de uma condição a outra. O termo pós-modernidade, adotado neste trabalho, alude ao período histórico específico que questiona as grandes narrativas de explicação.

Segundo Hans Küng (1999), a palavra pós-modernidade não é mágica nem chocante, mas um conceito heurístico, uma palavra “de busca” característica de uma época. Oliveira (2004) nos adverte que a realidade nunca nos é dada independentemente de nossos esquemas conceituais, que se articulam linguisticamente. A pós-modernidade caracteriza-se pela desconfiança diante da formação de consensos, pela preferência pelas diferenciações, pela dúvida sobre a universalidade do espírito e por um certo retorno ao vitalismo dos desejos.

De acordo com Smith (2001), onde e quando quer que as pessoas vivam, elas se defrontam com três problemas inevitáveis: o problema natural (alimento e abrigo), o social (relacionamento) e o religioso (como relacionar-se com o esquema geral das coisas). Considerando que estamos vivendo em uma sociedade pós-moderna, concordamos com Stuart Hall (2005) que o “sujeito pós-moderno” é fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades móveis, formadas e transformadas continuamente.

3.2 OS DESAFIOS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO E A SECULARIZAÇÃO

Conforme indica Martelli (1995), a modernidade não conseguiu resolver o problema da necessidade de transcendência, que a religião satisfaz e que brota da contingência, da impotência e da penúria existencial. Hans Küng (2004) sintetiza a dupla face da modernidade: mais pessoas são beneficiadas pela liberdade, mas não há um progresso equivalente na moral; mais tecnologia, mas clama-se por humanização; grandes avanços científicos, mas pouca paz e equidade.

Com o processo de secularização, a esfera religiosa deixou de ocupar o seu lugar exclusivo como instância de legitimação e explicação dos acontecimentos sociais. Secularização, segundo o Dicionário de Sociologia (1996), é um processo através do qual a religião perde a sua influência sobre as variadas esferas da vida social. Essa perda repercute na diminuição do prestígio das organizações religiosas e na desvalorização de seus valores perante as instituições seculares.

Muitos indivíduos, na modernidade líquida (Bauman, 2001), constroem uma identidade religiosa do tipo “do-it-yourself” (feita por si mesmos), criando uma “religião por catálogo”, distante das instituições tradicionais. O pluralismo religioso contribuiu para que a religião deixasse de ser uma herança inquestionável e passasse a ser uma escolha fragmentada.

A religião, como afirma Aquino (1999), é levada a redimir o seu lugar na ordem social contemporânea. Para Beyer (1994), da mesma forma que a ciência ou a economia, a religião deve proporcionar um serviço que apoie a fé dos adeptos, mas que também tenha implicações públicas relevantes.

3.3 O FENÔMENO NEOPENTECOSTAL E A ESTRATÉGIA DE MERCADO

Diante do avanço da secularização e da fragmentação das identidades, as correntes cristãs buscaram formas de sobreviver e de se expandir. O neopentecostalismo brasileiro surge nesse contexto da modernidade avançada e da cultura do consumo. Diferentemente do protestantismo histórico e do pentecostalismo clássico – que tendiam a uma separação mais rígida do “mundo” –, o neopentecostalismo se insere na lógica do mercado contemporâneo.

Ao adotar estratégias empresariais, marketing agressivo nos meios de comunicação em massa e a difusão da Teologia da Prosperidade, essas igrejas conseguiram dialogar diretamente com os desejos imediatistas do “sujeito pós-moderno”. A promessa não é mais apenas a salvação escatológica num pós-

morte, mas o bem-estar material, o sucesso financeiro e a cura emocional aqui e agora. Se, por um lado, essa estratégia aproxima a instituição das demandas pragmáticas de uma sociedade de consumo (Barbosa, 2008), por outro lado, corre o risco de esvaziar o conteúdo profético do Evangelho, transformando o Sagrado em um produto de vitrine, o que Peterson (2007) classifica como a banalização da espiritualidade.

Assim, o neopentecostalismo apresenta uma visão pretensamente “holística” – unindo fé e sucesso material – que seduz a população carente de soluções rápidas para o desamparo promovido pela sociedade líquida, evidenciando o grande desafio de manter o verdadeiro compromisso ético do Evangelho em meio às lógicas de mercado.

4 CONCLUSÃO

Retomando as questões iniciais, este estudo procurou compreender de que modo a Igreja Evangélica Brasileira responde aos desafios da modernidade líquida. Apesar de todas as mudanças e adaptações aos anseios da modernidade, a reflexão de Rudolf Otto nos ajuda a lembrar que o compromisso primordial da igreja é com o Sagrado, com o transcendente, que vai muito além das promessas de bem-estar material. O Sagrado é a experiência fundamental que conecta o ser humano ao divino e desperta admiração e temor reverencial.

Compreendendo isso, as narrativas dos Evangelhos servem de memória ativa sobre a verdadeira missão da igreja. Jesus Cristo orienta: “Portanto, ponham em primeiro lugar na sua vida o Reino de Deus e a sua justiça, e todas estas coisas lhes serão acrescentadas” (Mt 6:33). O Evangelho do Reino de Deus é a resposta total à necessidade existencial do homem e se manifesta onde Deus reina: em amor, paz, alegria, bondade, misericórdia e domínio próprio (Gl 5:22). A presença da Igreja de Cristo se faz necessária onde há desesperançados (sendo comunidade de esperança), onde há sofrimento (com uma mensagem de restauração) e onde há violência (formada por pacificadores).

Conclui-se que a igreja só presta o seu verdadeiro serviço à sociedade pós-moderna e fluida quando contagia os indivíduos com uma esperança viva e apaixonada pelo Reino de Deus, agindo como comunidade para o mundo e não como empresa para o lucro. O desafio da Igreja Evangélica Brasileira, em meio à modernidade líquida, não é se isolar nem se vender às lógicas de mercado, mas encarnar o apostolado da esperança e da ética, mantendo sua essência como o Corpo de Cristo. Como agenda para investigações futuras, sugere-se a verificação empírica, em campo, das hipóteses aqui levantadas em comunidades evangélicas específicas.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

AQUINO, M. F. **Sociedade, cultura, religião**. São Paulo: Paulus, 1999.

AYRES, Antônio Tadeu. **Como entender a pós-modernidade**: o desafio de conduzir a igreja segundo os princípios bíblicos. São Paulo: Vida, 1998.

BARBER, Benjamin R. **Consumido**: como o mercado corrompe criança, infantiliza adultos e engole cidadãos. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BARBOSA, Livia. **Sociedade de consumo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin (orgs.). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BENEDETTI, Luiz Roberto. Pós-modernidade: abordagem sociológica. In: **Teologia na pós-modernidade**: abordagem epistemológica, sistemática e teórico-prática. São Paulo: Paulinas, 2003.

BEYER, P. F. **A privatização e a influência pública da religião na sociedade global**. Petrópolis: Vozes, 1994.

BIRMAN, Patrícia. **Religião e espaço público**. São Paulo: Attar, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

CAMPBELL, Colin. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **Teatro, templo e mercado**: a eficiência do sistema de comunicação e marketing da Igreja Universal do Reino de Deus. 1996. Tese (Doutorado).

CAMPOS, Leonildo Silveira. **Evangélicos e mídia no Brasil – uma história de acertos e desacertos.** *Revista de Estudos da Religião*, set. 2008, p. 1-26.

CESAR, Waldo; SHAULL, Richard. **Pentecostalismo e futuro das igrejas cristãs:** promessas e desafios. Petrópolis: Vozes, 1999.

CONNOR, Steven. **Cultura pós-moderna:** introdução às teorias do contemporâneo. São Paulo: Loyola, 1993.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DICIONÁRIO de sociologia. [Local]: [Editora], 1996. [REFERÊNCIA A COMPLETAR: indicar organizador/editora/edição.]

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FEATHERSTONE, Mike. **O desmanche da cultura:** globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Studio Nobel; Sesc, 1997.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Unesp, 1991.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade.** Lisboa: Dom Quixote, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna:** novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KÜNG, Hans. **Teologia a caminho:** fundamentação para o diálogo ecumênico. São Paulo: Paulinas, 1999.

LYON, David. **Pós-modernidade.** São Paulo: Paulus, 1998.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna.** Lisboa: Gradiva, 1989.

MARTELLI, Stefano. **A religião na sociedade pós-moderna:** entre secularização e dessecularização. São Paulo: Paulinas, 1995.

MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade.** 3. ed. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 2002.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** Trad. Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005.

OLIVEIRA, Estevam Fernandes de. **Conversão ou adesão:** uma reflexão sobre o neopentecostalismo no Brasil. Petrópolis: Proclama, 2004.

OTTO, R. **O sagrado**. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2014.

PETERSON, Eugene H. **A maldição do Cristo genérico**: a banalização de Jesus na espiritualidade atual. São Paulo: Mundo Cristão, 2007.

SALINAS, Daniel; ESCOBAR, Samuel. **Pós-modernidade**: novos desafios à fé cristã. São Paulo: ABU Editora, 2002.

SMITH, Huston. **Por que a religião é importante**: o destino do espírito humano num tempo de descrença. São Paulo: Cultrix, 2001.

SOUZA, Ney. Evolução histórica para uma análise da pós-modernidade. *In*: **Teologia na pós-modernidade**: abordagem epistemológica, sistemática e teórico-prática. São Paulo: Paulinas, 2003.

TEIXEIRA, Evilázio. **Aventura pós-moderna e sua sombra**. São Paulo: Paulus, 2005.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

A OBRA “CANTE LÁ QUE EU CANTO CÁ” DO POETA CANCIONEIRO PATATIVA DO ASSARÉ: RELAÇÃO COM AS ESCOLAS LITERÁRIAS

THE WORK "CANTE LÁ QUE EU CANTO CÁ" BY THE POET AND SONGWRITER PATATIVA DO ASSARÉ: ITS RELATIONSHIP WITH LITERARY SCHOOLS

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-002>

Luzineide de Sousa dos Santos Vieira

Graduada em Letras (UVA) e em Psicologia (UNILEÃO), Especialista em: Ensino de Língua Portuguesa e Arte-Educação (URCA), Docência do Ensino Superior (UNILEÃO), Saúde Mental (UNILEÃO), Psicologia Hospitalar (FAVENI e Unyleya)

RESUMO

A obra “Cante lá que eu canto cá” (1978), de Patativa do Assaré, é considerada um clássico da literatura popular brasileira. Através de sua voz lírica, Patativa dá voz aos oprimidos do Nordeste. Uma característica importante da obra é a defesa da identidade nordestina, destacando uma dicotomia entre o saber de quem vive na cidade e o de quem vive no campo. Apesar da relevância desta obra, poucos estudos a comparam com as Escolas Literárias brasileiras. Este estudo parte do princípio de que tal comparação permite compreender como esta obra se situa no contexto da literatura brasileira e também permite captar a complexidade da obra de Patativa do Assaré, por ser uma peça altamente representativa de sua produção literária como um todo. Este aspecto constitui o objeto de estudo deste artigo. O objetivo é estabelecer uma comparação da obra "Cante lá que eu canto cá" com as Escolas Literárias brasileiras, situando-a no contexto da literatura brasileira. A pesquisa revelou claras conexões entre as Escolas Literárias e a obra analisada, confirmando, assim, a viabilidade de estabelecer essa comparação e situá-la no âmbito da produção literária brasileira. Observa-se uma convergência entre as características das seguintes Escolas Literárias: Romantismo, Simbolismo, Parnasianismo ou Neoclassicismo e Arcadianismo, além de uma característica genuína: a valorização da liberdade de expressão e de pensamento, valorizando, ao mesmo tempo, aspectos formais. Ademais, Patativa do Assaré valoriza o dialeto rural do Nordeste, em detrimento do formalismo da língua. O presente artigo é resultado da aplicação da metodologia “Análise do Discurso” (AD), adotada por ser um método qualitativo adequado para a análise da linguagem, não apenas em termos de significado, mas sobretudo em relação às ideologias sociais implícitas.

Palavras-chave: Escolas Literárias; Dialeto matuto; Patativa do Assaré; Poesia; Liberdade de expressão.

ABSTRACT

Patativa do Assaré's work "Cante Lá que eu Canto Cá" (1978) is considered a classic of Brazilian popular literature. Through the lyrical voice, Patativa gives voice to the oppressed people of the Northeast. An important feature of the work is its defense of Northeastern identity, exposing a dichotomy between the knowledge of people living in urban areas and those living in the countryside. Despite the relevance of this work, studies comparing it to Brazilian Literary Schools are rare. This study is based on the principle that this relationship allows us to understand how this work is situated within the context of Brazilian literature and also allows us to understand the complexity of Patativa do Assaré's work, since it is a highly representative production of his oeuvre as a whole. This aspect forms the object of study of this article. The objective is to establish a comparison of the work "Cante lá que eu canto cá" with Brazilian Literary Schools, situating this production within the context of Brazilian literature. The investigation revealed evident relationships between the Literary Schools and the work under analysis, thus confirming the possibility of establishing this comparison and situating this work in relation to the Literary Schools in Brazil. An approximation is observed between the characteristics of the following Literary Schools: Romanticism, Symbolism, Parnassianism or Neoclassicism, and Arcadianism, in addition to a genuine characteristic consisting of the valorization of freedom of expression and thought, without excluding the importance that the author gives to rhyme and meter in poetry, even if not fixed. Furthermore, Patativa do Assaré values the rural Northeastern dialect, to the detriment of the formal standard of the language. The article presented here results from the use of Discourse Analysis (DA) methodology, adopted because it is a qualitative method very suitable for the analysis of language, not only in terms of meaning, but above all in relation to implicit social ideologies.

Keywords: Literary Schools; Rural dialect; Patativa do Assaré; Poetry; Freedom of expression.

1 INTRODUÇÃO

Patativa do Assaré expressa em sua obra a subjetividade do sujeito nordestino, destacando especialmente o homem do campo. Sua produção, em “Cante lá que eu canto cá”, é bastante representativa das características de sua obra, motivo pelo qual foi selecionada para a presente pesquisa.

A aproximação comparativa que se faz das Escolas Literárias com a obra em análise permite situar a produção de Patativa do Assaré na literatura brasileira, entretanto, a dificuldade em realizar uma pesquisa bibliográfica que aborde esse aspecto é grande, uma vez que poucos se lançaram a esse intento. Ou seja, apesar dessa relevância, poucos pesquisadores, como Gilmar Carvalho (1999; 2002; 2009), empreenderam esforços para investigar a produção desse grande poeta nordestino, especialmente quando se trata de situar a obra de Patativa no contexto das Escolas Literárias brasileiras.

Nessa perspectiva, a presente investigação reveste-se de relevância, uma vez que contribui para ampliar as pesquisas nesse âmbito, sistematizando um estudo comparativo da obra “Cante lá que eu canto cá” em relação às referidas Escolas Literárias. Adota-se a análise do discurso, metodologia qualitativa que investiga o sentido além da superfície linguística, analisando a construção de significados e ideologias em um contexto histórico-social (Oliveira; Campos; Oliveira, 2022).

Nessa obra, observa-se que o autor celebra a cultura, a identidade, a paisagem, a territorialidade e a sabedoria sertaneja, destacando os saberes populares da vida rural como um conhecimento tão importante quanto o saber acadêmico (Ayla, 2015).

No intuito de alcançar o objetivo aqui delimitado, foi empregada a metodologia da Análise do Discurso (AD), uma vez que esse método permite fazer um estudo significativo da linguagem. Esta pesquisa trata-se de um estudo qualitativo, focado na análise textual da obra “Cante lá que eu canto cá”, visando inferir os sentidos e as ideologias que a obra contempla. Inicialmente, fez-se a seleção da obra literária, observando sua representatividade como produção de Patativa do Assaré. Subsequentemente, realizou-se um fichamento dessa obra, para, em seguida, proceder à análise do discurso. Dessa forma, são analisados trechos da obra que são considerados uma síntese da produção de Patativa como um todo. Nota-se, por essas considerações, que há certa ousadia no intento de compreender uma obra tão vasta e complexa como a de Patativa do Assaré. Entretanto, não se pretende aqui esgotar o tema, mas tão somente ampliar o escopo da pesquisa acerca dessa temática, otimizando a produção acadêmico-científica no que diz respeito a essa temática.

2 O POETA E CANCIONEIRO PATATIVA DO ASSARÉ

A obra de Patativa do Assaré traduz as utopias sertanejas minidimensionadas num “inverno copioso”, na “fartura e abundância”, na “safra boa do algodão” e também inseridas num contexto mais amplo de paz e liberdade, do direito de viver e até concretizadas no “operário liberto” da exploração patronal, na “terra dividida para quem nela trabalha” e no “meu país rico, ditoso e feliz, livre do jugo do estrangeiro” (Assaré, Patativa, 2011, p. 14). O poeta foi batizado com o nome Antônio Gonçalves da Silva, filho de Pedro Gonçalves da Silva e de Maria Pereira da Silva. “Nasci aqui, no Sítio denominado Serra de Santana, que dista três léguas da cidade de Assaré (Assaré, Patativa, 2011, p.15). Patativa era um exímio autodidata, ele mesmo reconhece isso: “Com a idade de 12 anos frequentei uma escola muito atrasada, na qual passei quatro meses, porém sem interromper muito o meu trabalho de agricultor” (apud, 2011, p. 15). Entretanto, apesar de classificar a escola onde estudou como “atrasada”, saiu de lá lendo livros de Felisberto de Carvalho e não frequentou mais escola nenhuma, porém permaneceu lidando com as letras (apud, p.15).

Antônio Gonçalves da Silva viveu de 1909 a 2002. Nasceu dia cinco de março. Segundo filho,

perdeu o pai aos oito anos de idade (apud). Fazia ataque aos preguiçosos que deixavam o mato estragar o roçado. Começou a cantar de improviso aos dezesseis anos, quando comprou uma viola, de modo que esse é o período que começa a se projetar como Patativa do Assaré, cantando suas poesias nas festas populares. Trabalhava com o irmão mais velho para sustentar os irmãos mais novos (apud). Em seus versos, na metapoesia “Aos poetas clássicos”, o eu-lírico identifica-se com o matuto sertanejo:

“Eu nasci aqui no mato
Vivi sempre a trabalhar
Neste meu pobre recato
Eu não pude estudar
No verdô de minha idade
Só tive a felicidade
De dá um pequeno insaio
In dois livros de escrito
O famoso professô
Felisberto de Carvaio” (apud, p. 17).

Poetas niversitários,
Poetas de cademia
De rico vocabularo
Cheio de mitologia
Se a gente canta o que pensa
Eu quero pedir licença
Pois mesmo sem português
Neste livrinho apresento
O prazer e o sofrimento
De um poeta camponês

Poeta niversitário
Poeta de cademia
De rico vocabularo
Cheio de mitologia
Talvez este meu livrinho
Não vá receber carinho
Nem lugio e nem estima
Mas garanto sê fié
E não instruí papé
Com poesia sem rima” (Assaré, 2011, p. 17).

Nessa poesia de dez versos por estrofe, Patativa do Assaré prima pela liberdade de expressão à moda da Escola Literária Romantismo, em sua terceira fase, e do Simbolismo, valorizando a rima e a métrica, sem preciosismo, isto é, sem abrir mão da liberdade de expressão. Como se percebe, os dois últimos versos acima demonstram certa preocupação com a forma, ao modo parnasiano, porém, resguardando sua característica de espontaneidade e liberdade de expressão. O poeta também apresenta nessa poesia um forte tom de denúncia social. Ao longo da décima, sete sílabas métricas. Analisa-se este outro trecho:

“No rompê de tua orora
Meu sertão do Ciará
Quando escuto as voz sonora
Do sadoso sabiá
Do canaro e da campina
Sinto das graças divina
O seu imenso pudê
E com muita razão vejo
Que a gente sê sertanejo
É um dos maió prazê”.
Nestes versos, nota-se uma semelhança com a poesia “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias:
“Minha terra tem palmeiras Onde canta o sabiá
As aves que aqui gorjeiam
Não gorjeiam como lá” (Dias, Gonçalves, 1846).

Nota-se também a intertextualidade nos dois últimos versos de Patativa (Assaré, 2011, p. 21). Igualmente ocorre em “Dois quadros”.

Destaca-se que, na primeira geração do Romantismo no Brasil, Gonçalves Dias expressa a nostalgia em relação à terra natal, quando estava no exílio em Portugal. O autor, tal qual Patativa do Assaré, idealiza a natureza de sua terra. Portanto, de modo geral, Patativa, o poeta popular, apresenta certa preocupação com a forma, mas sobrevalorizando a liberdade de expressão e a denúncia social. Sua linguagem direta e realista, aproxima-o também do Realismo-Naturalismo.

Na décima de Patativa em análise, os versos são heptassílabos, ou seja, redondilha maior, cuja rima recai na oitava sílaba métrica, com rima entre o primeiro com o terceiro verso, o segundo com o quarto, o quinto com o sexto, o sétimo com o nono e o oitavo com o décimo, como em:

“Sertão arguém te cantô
Eu sempre tenho cantado
E ainda cantando tô,
Pruquê meu sertão amado
Munto te prezo, te quero
E vejo que os teus mistéro
Ninguém sabe decifrá
A tua beleza é tanta
Que o poeta canta, canta
E inda fica o qui cantá” (apud, p.21).

Passa-se a analisar outro trecho:

“Poetas niversitário
Poetas de cademia
De rico vocabuláro
Cheio de mitologia
Se a gente canta o que pensa
Eu quero pedir licença
Pois mesmo sem português
Neste livrinho apresento
O prazer e o sofrimento
De um poeta camponês
Poeta niversitário
Poeta de cademia
De rico vocabularo
Cheio de mitologia
Talvez, este meu livrinho
Não vá receber carinho
Nem lugio e nem estima
Mas garanto sê fié
E não instruir papé
Com poesia sem rima” (apud, p. 17).

Nestes últimos dois versos, o autor considera que escrever poesia sem rima significa “estruir papel”, ficando demonstrada sua preocupação com um dos aspectos formais da poesia. Essa preocupação com a forma ocorre no Parnasianismo.

Nesses versos, o eu-lírico, o matuto sertanejo, prima pela liberdade de expressão mais uma vez, em detrimento da preocupação até mesmo com a língua portuguesa formal. Por isso, pede licença para permitir o uso da linguagem natural, informal. Justifica por ser “como um matuto atrasado”, que deixa a língua oficial de lado, “para quem a língua aprendeu”, pois ele quer “contar a história” com “a língua que Deus deu”, isto é, natural e informal, buscando sempre a expressão genuína.

O poeta também apresenta um forte tom de denúncia social, como demonstrado quando ele afirma as diferenças de classe e a dificuldade da classe pobre em escrever a língua portuguesa formal. Ao longo dessa décima de quatro estrofes, onze sílabas métricas, ele coloca a rima entre o segundo e o quarto verso. O eu-lírico canta, portanto, a justiça social, a nostalgia, a idealização de sua terra natal, como na estrofe:

“No rompê de tua arora
Meu sertão do Ceará
Quando escuto a voz sonora
Do sadoso sabiá
Do canaro e da campina
Que sinto das graças divina
O seu imenso pudê
E com muita razão vejo
Que a gente sê sertanejo
É um dos maior prazer” (Assaré, 2011, p. 55).

Em “graças divina” e em “é um dos maior prazer ” Patativa não realiza a concordância conforme a língua padrão formal, porém infere-se, uma concordância de gênero, uma vez que “graças”, no plural, vem

antecedida do artigo “as” (plural). Já em “dos maior prazer” o adjetivo “maiores” vem antecedido do artigo “os”, sem prejuízo para inferir a correção gramatical. A essa ocorrência Marcos Bagno considera que não há incorreção, uma vez que subentende-se o plural e não há prejuízo para a comunicação. Nestes versos, nota-se também uma semelhança com “Canção do Exílio”, de Gonçalves Dias, nos dois últimos versos:

“Minha terra tem palmeiras
Onde canta o sabiá
As aves que aqui gorjeiam
Não gorjeiam como lá” (Dias, 1846, p.55)

Nota-se também a intertextualidade com Gonçalves Dias nos dois últimos versos de “Canção do Exílio” (apud, p.55). Igualmente ocorre em “Dois quadros”; nesses versos nota-se a semelhança com “Canção do Exílio” mais uma vez (apud, 1843):

“Minha terra tem palmeiras Onde canta o sabiá
As aves que aqui gorjeiam
Não gorjeiam como lá” (apud, p. 55).

Nesse caso, destaca-se a nostalgia de Gonçalves Dias, que se encanta com a natureza e dela sente saudade. Essa nostalgia justifica-se por ele estar no exílio, em Portugal, portanto distante da terra, o que o faz se sentir nostálgico.

Portanto, de modo geral, Patativa do Assaré, o poeta popular, apresenta preocupação com a forma, mas sobrevalorizando a liberdade de expressão e a denúncia social.

Na décima de Patativa do Assaré, os versos são heptassílabos, ou seja, redondilha maior, cuja rima recai na oitava sílaba métrica, apresentando rima entre o primeiro e o terceiro verso, o segundo com o quarto, o quinto com o sexto, o sétimo com o nono e o oitavo com o décimo, isto é, os pares de rima são formados entre números de rima par com par e ímpar com ímpar, como em:

“Sertão arguém te cantô
Eu sempre tenho cantado
E ainda cantado tô
Pruquê, meu sertão amado,
Muito te prezo, te quero
E vejo que os teu mistéro
Ninguém sabe decifrá
A tua beleza é tanta
Que o poeta canta, canta
E inda fica o que cantá” (apud, p. 21).

Também rima o sétimo com o décimo verso e o oitavo com o nono, apontando para as rimas não fixas, em nome da genuidade e liberdade de expressão e pensamento (apud, p. 21).

Na poesia “A Triste Partida”, cantada e gravada por Luiz Gonzaga, observa-se a valorização da vida no campo, em detrimento do viver na cidade, apresentando certo desencanto com a vida urbana e encanto com a rural, à semelhança do que ocorre no Arcadismo ou Neoclassicismo. Essa poesia apresenta as características de rima e métrica, mas também sem sacrificar a liberdade de expressão e pensamento. São versos livres e não-brancos, uma característica genuinamente moldada na obra de Patativa. Portanto, percebem-se características das seguintes Escolas Literárias: Romantismo, Simbolismo e Parnasianismo, além de uma característica genuína: a valorização da liberdade de expressão e de pensamento, mas com rima e métrica, ainda que não fixas. (Cândido, 2007; Carvalhan, 2006). Enfatiza-se o teor social dessa poesia cantada por Luiz Gonzaga, em que se expressa o drama dos retirantes da seca, sua identidade e luta pela sobrevivência, sua conformidade às condições impostas pela seca. Nota-se, portanto, uma forte denúncia social.

Na poesia “A Escrava do Dinheiro” Assaré satiriza a mulher gananciosa, apresentando, assim, um dos aspectos de seus valores morais. Senão, analisemos:

“Boa noite home e menino E muié deste lugar,
Quero que me dê licença Para uma história contar Como matuto atrasado
Eu deixo as língua de lado
Para quem a língua aprendeu
Eu quero a licença agora
Mode eu conta minha histora
Com a língua que Deus me deu” (apud, p.21)

Em: “Eu deixo as língua de lado”, mais uma vez o poeta apresenta o mesmo padrão de marcar o plural com o artigo plural “as”, mantendo o substantivo “língua” no singular.

Nesses versos o eu-lírico, o matuto sertanejo, prima pela liberdade de expressão mais uma vez, em detrimento da preocupação com o padrão da língua portuguesa formal. Em “Quero que me dê licença”, quando pede licença para permitir uma expressão na língua natural, indica que escrever o português formal é uma opção de estilo, uma licença poética, a fim de encarnar o eu-lírico matuto, “Como um matuto atrasado” (spud, p.). Ele deixa a língua formal “para quem a língua aprendeu”, pois quer contar a história com a língua que Deus lhe deu, isto é, a língua informal, buscando a expressão genuína (Carvalho, 2009; Debs, 2000).

Considera-se que na poesia “A Triste Partida”, canção gravada pelo rei do baião Luiz Gonzaga, apresenta as características de rima e métrica, sem, contudo, sacrificar a liberdade de expressão e pensamento, aspecto verificado em toda a sua obra. Tratam-se de versos não-brancos, revelando uma característica genuinamente patativana.

Destaca-se, ainda, com Marcos Bagno (1999) que o preconceito linguístico, muitas vezes disseminado ao fazerem análise da obra de Patativa, trata-se, antes de tudo, de um preconceito social.

Considera-se que as licenças poéticas na literatura são adequadas aos gêneros textuais literários, enriquecendo a obra, ao invés de embobecê-la. Desse modo, entende-se que, uma vez acontecendo a comunicação nos mais diversos espaços sociais e seus gêneros, resulta adequada a linguagem, seletivamente empregada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do presente artigo, depreendem-se várias semelhanças entre a obra “Cante lá que eu canto cá” e as seguintes Escolas Literárias: Romantismo, terceira fase, Simbolismo, Arcadismo (Neoclassicismo) e Parnasianismo. Por outro lado, destaca-se a grande importância conferida à liberdade de expressão, ainda que prime pela métrica e pela rima, deixando de lado a língua portuguesa padrão, em nome da espontaneidade e genuinidade do eu-lírico, ao usar o dialeto matuto sertanejo (Azevedo, 1997).

O poeta em análise traduz a subjetividade do eu-lírico matuto sertanejo, valorizando sua identidade, territorialidade e o saber popular, em detrimento de outros modos de ser. Nota-se uma ênfase na idealização da terra natal e a denúncia social. Não “acha graça” em poesia sem rima; valoriza a rima e a métrica como constitutivos fundamentais à poesia tal qual o Parnasianismo.

Patativa se inspira no homem do campo e na natureza, descrevendo a resignação nordestina, a idealização da natureza, a nostalgia, a sátira e a denúncia social. Sua produção expressa o que há de mais puro, genuíno e legítimo no homem camponês, trazendo uma ênfase no bucolismo e o “fugere urbem” (fuga da cidade), como faz o Arcadismo.

Rico em licenças poéticas, Patativa se utiliza desse recurso em nome da espontaneidade, da linguagem sem rodeios, direta. Assim, desfigura a língua padrão para recriá-la como dialeto que o próprio poeta qualifica de linguagem cabocla, conferindo originalidade à obra. Nota-se também o dualismo “cidade versus campo”, “pessoas da vida urbana” versus “pessoas do universo rural”, destacando a identidade do homem do campo, seu direito à terra onde trabalha e a idealização da natureza nordestina.

Considera-se, finalmente, que, ao aproximar a obra patativana em questão das Escolas Literárias, percebe-se a complexidade da obra de Patativa, que apresenta diversas características das seguintes Escolas Literárias brasileiras: Romantismo (terceira fase), Simbolismo, Arcadismo (Neoclassicismo) e Parnasianismo. Não obstante as semelhanças, Patativa resguarda sua peculiaridade: linguagem popular, configurada no dialeto matuto nordestino, valorização da rima e da métrica.

Outrossim, enfatiza-se que o poeta traduz com primazia a alma nordestina, valorizando sua identidade e seus saberes, favorecendo uma análise antropológica e psicológica do sertanejo, conforme discutido neste trabalho de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ASSARÉ, Patativa do. **Cante lá que eu canto cá: Filosofia de um trovador nordestino**. 16. Ed. São Paulo: Vozes, 2011.
- AYALA, Maria Ignez Novais. **Saberes Tradicionais em Palavra, Som e Imagem**. São Paulo: Ática, 2015.
- ANDRADE, M. de. **Aspectos da Literatura Brasileira**. 6. Ed. São Paulo: Martins, 1978.
- DIAS, Gonçalves. Canção do Exílio. In: *Primeiros Cantos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846. p. 55)
- AZEVEDO, S. de. **Para uma teoria do verso**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1997.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: edições Loyola, 1999.
- CÂNDIDDO, A. **Iniciação à Literatura Brasileira**. 5ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2007.
- CARVALHAN, L. T. F.. **Literatura Comparada**. São Paulo: Ática, 2006.
- CARVALHO, Francisco Gilmar Cavalcante de. **Patativa do Assaré: poesia, profecia e performance**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 30, n.1/2, 1999, p. 28-36.
- CARVALHO, G.. **Patativa do Assaré: Pássaro Liberto**, 2002. CARVALHO, G. “Cem Patativa”. Fortaleza: OMNI Ed., 2009.
- DEBS, S. (Org.). **Patativa do Assaré: Uma voz do Nordeste**. São Paulo: Hedra, 2000.
- OLIVEIRA, Célia Zeri; CAMPOS, Jailma Bulhões; OLIVEIRA, Márcia Andreia Almeida. **A Análise do Discurso: Uma abordagem teórico metodológica em Pesquisa de Formação Docente**. In: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação. V.31. n. 03, p. 41-67. Set/ dez, 2022.

O SIGNIFICANTE “CABRA DA PESTE” NA CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA DO HOMEM NORDESTINO

THE SIGNIFIER “CABRA DA PESTE” IN THE SUBJECTIVE CONSTITUTION OF THE NORTHEASTERN MAN

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-003>

Heloísa da Costa Cabral Marinho e Silva
Pós-graduada em Psicologia Clínica Hospitalar
E-mail: Heloisaccmarinhoo@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6156-7013>

Mariana Bentzen Aguiar
Doutora em Psicologia Cognitiva
Professora adjunta da Universidade Federal de Pernambuco
E-mail: Mariana.bentzen@ufpe.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1402-9907>

RESUMO

Este artigo analisa o significante “cabra da peste” enquanto elemento simbólico presente na cultura nordestina e discute seus efeitos na constituição subjetiva da masculinidade. Partindo do diálogo entre os estudos de masculinidades, a psicanálise e as investigações sobre identidade cultural nordestina, busca-se compreender como essa expressão popular participa da produção de representações sociais acerca do ser homem no Nordeste brasileiro. A pesquisa adota abordagem qualitativa de caráter interpretativo, baseada na análise discursiva de obras literárias, sociológicas e culturais que contribuíram para a construção do imaginário regional. A investigação considera, especialmente, narrativas que enfatizam a figura do sertanejo resistente e corajoso, frequentemente associada à expressão “cabra da peste”. Os resultados indicam que esse significante opera, fundamentalmente, enquanto um signo, isto é, como um marcador simbólico de masculinidade, condensando valores como bravura, resistência e capacidade de enfrentar adversidades. Conclui-se que expressões da cultura popular podem funcionar como dispositivos simbólicos de produção de subjetividade, influenciando processos de identificação e expectativas sociais dirigidas aos homens nordestinos.

Palavras-chave: Masculinidades; Cultura nordestina; Psicanálise; Identidade regional; Representações sociais.

ABSTRACT

This article examines the signifier *cabra da peste* as a symbolic element embedded in Northeastern Brazilian culture and discusses its effects on the subjective constitution of masculinity. Drawing on a dialogue between masculinity studies, psychoanalysis, and research on Northeastern cultural identity, the study seeks to understand how this popular expression contributes to the production of social representations of manhood in Northeast Brazil. Adopting a qualitative and interpretive approach, the research is based on a discursive analysis of literary, sociological, and cultural works that have shaped the regional imaginary. Particular attention is given to narratives that emphasize the figure of the resilient and courageous *sertanejo* (backlands inhabitant), frequently associated with the expression *cabra da peste*. The findings indicate that this signifier operates primarily as a symbolic marker of masculinity, condensing values such as bravery, resilience, and the capacity to confront adversity. It is concluded that expressions rooted in popular culture may function as symbolic devices in the production of subjectivity, influencing processes of identification and the social expectations directed toward Northeastern Brazilian men.

Keywords: Masculinities; Northeastern Brazilian Culture; Psychoanalysis; Regional Identity; Social Representations.

1 INTRODUÇÃO

As expressões presentes na linguagem cotidiana frequentemente ultrapassam sua função comunicativa imediata e passam a operar como elementos simbólicos capazes de condensar valores, crenças e formas de reconhecimento social. No contexto nordestino, a expressão “cabra da peste” ocupa lugar de destaque no imaginário cultural, sendo amplamente utilizada para designar sujeitos associados à coragem, à resistência, à força e à capacidade de enfrentar adversidades. Mais do que uma expressão popular, o termo participa da circulação de representações sociais sobre o homem nordestino e contribui para a produção de sentidos acerca das masculinidades na região.

A construção dessas representações não ocorre de forma espontânea. Conforme argumenta Hall (2006), as identidades são produzidas historicamente por meio de processos culturais e discursivos que atribuem significados aos sujeitos e aos grupos sociais. Nessa perspectiva, as identidades masculinas não podem ser compreendidas como expressões naturais ou universais, mas como construções simbólicas atravessadas por contextos históricos, relações de poder e sistemas culturais de significação. Assim, os modos de ser homem são continuamente produzidos, negociados e transformados nas práticas sociais e nos discursos que circulam em determinada cultura.

No caso do Nordeste brasileiro, diferentes produções literárias, históricas e culturais contribuíram para a consolidação de representações específicas acerca do homem sertanejo. Narrativas sobre a seca, a

escassez de recursos e as adversidades do ambiente semiárido participaram da construção de um imaginário no qual atributos como resistência, bravura e capacidade de superação passaram a ocupar posição central na definição simbólica da masculinidade regional. Conforme demonstra Albuquerque Júnior (2011), o próprio Nordeste constitui uma construção histórica e discursiva produzida por diferentes práticas culturais e institucionais que, ao longo do tempo, consolidaram determinadas imagens sobre a região e seus habitantes.

Nesse contexto, a expressão “cabra da peste” configura-se como um objeto privilegiado para a análise dos processos de produção de sentidos relacionados às masculinidades nordestinas. Frequentemente utilizada como forma de reconhecimento e valorização social, a expressão associa o sujeito masculino a ideais de força, coragem e resistência diante das dificuldades. Tais atributos encontram ressonância em diferentes manifestações da cultura popular nordestina, incluindo narrativas orais, literatura regionalista, cantorias, cordéis e demais formas de transmissão cultural que participam da circulação de representações sobre o homem sertanejo (Cascudo, 2004; 2012).

Para compreender os processos de significação associados à expressão “cabra da peste”, este estudo articula contribuições dos estudos culturais, da teoria das masculinidades e da psicanálise lacaniana. A partir dos estudos culturais, compreende-se que as identidades são produzidas discursivamente e constituídas em processos históricos de significação (Hall, 2006). Os estudos sobre masculinidades, por sua vez, demonstram que os modelos culturais de ser homem são atravessados por relações sociais, históricas e políticas que produzem expectativas normativas acerca do comportamento masculino (Connell, 2005). Já a psicanálise lacaniana oferece ferramentas para compreender como determinados significantes participam da constituição subjetiva, produzindo efeitos de identificação e orientando as formas pelas quais os sujeitos se reconhecem e são reconhecidos socialmente (Lacan, 1998).

Para Lacan (1998), o significante não se reduz a uma unidade linguística destinada a representar um significado estável. Ao contrário, os significantes organizam cadeias de sentido e participam da constituição da subjetividade, produzindo efeitos de identificação que orientam a relação do sujeito consigo mesmo e com o laço social. Nessa perspectiva, determinadas expressões culturais podem operar como referências simbólicas que participam da construção de ideais identitários e de formas de reconhecimento social. Assim, a expressão “cabra da peste” não é tomada neste estudo apenas como uma designação regional ou uma característica atribuída a determinados indivíduos, mas como um significante cultural que condensa discursos, valores e expectativas historicamente produzidos acerca do masculino no contexto nordestino.

Apesar da ampla circulação da expressão “cabra da peste” no imaginário nordestino, observa-se uma escassez de estudos que a investiguem especificamente como operador simbólico de produção de sentidos sobre as masculinidades. As pesquisas existentes tendem a privilegiar discussões mais amplas sobre identidade regional ou masculinidades, sem examinar diretamente os processos de significação

mobilizados por essa expressão e seus possíveis efeitos nos processos de identificação masculina. Diante dessa lacuna, emerge o seguinte problema de pesquisa: de que modo o significante “cabra da peste” participa da produção de sentidos sobre o ser homem no Nordeste brasileiro e quais efeitos simbólicos produz na constituição subjetiva das masculinidades?

O objetivo geral deste artigo é analisar o significante “cabra da peste” como operador simbólico presente no imaginário cultural nordestino, investigando os sentidos que lhe são atribuídos e discutindo os modos pelos quais esse significante participa da produção de referências simbólicas para as masculinidades. Como objetivos específicos, busca-se compreender a construção histórica e cultural da figura do homem nordestino; identificar os sentidos associados à expressão “cabra da peste” em produções literárias e culturais; analisar essa expressão à luz dos estudos culturais, das teorias das masculinidades e da psicanálise lacaniana; e discutir como os sentidos a ela associados participam da produção de referências identitárias, ideais e expectativas sociais relacionadas às masculinidades no contexto nordestino.

A relevância deste estudo reside na possibilidade de ampliar a compreensão das relações entre linguagem, cultura e subjetividade, contribuindo para os debates contemporâneos sobre masculinidades, identidade cultural e processos de subjetivação. Ao problematizar um significante amplamente naturalizado no discurso social, a pesquisa favorece reflexões críticas acerca dos modelos normativos de masculinidade e de seus efeitos sobre os processos de identificação. Além disso, contribui para o preenchimento de uma lacuna na literatura ao propor uma articulação entre estudos culturais, teoria das masculinidades e psicanálise na análise de uma expressão emblemática da cultura nordestina.

A relevância social e política da investigação decorre da possibilidade de compreender como determinados modelos de masculinidade são produzidos, transmitidos e legitimados culturalmente, influenciando modos de viver, sentir e relacionar-se. Considerando que modelos hegemônicos de masculinidade podem impactar a saúde mental, as práticas de cuidado e as formas de expressão emocional dos homens (Connell, 2005; Courtenay, 2000), o estudo contribui para ampliar os debates sobre gênero, subjetividade e saúde mental, favorecendo perspectivas mais plurais acerca das experiências masculinas no contexto nordestino contemporâneo.

Além desta introdução, o artigo encontra-se organizado em quatro momentos principais. Inicialmente, são discutidas as contribuições dos estudos sobre masculinidades, dos estudos culturais e da psicanálise para a compreensão dos processos de identificação e produção de subjetividades. Em seguida, analisa-se a construção cultural do homem nordestino e a circulação de representações associadas à resistência e à virilidade no imaginário regional. Posteriormente, são apresentados os resultados da análise do significante “cabra da peste” em produções culturais e literárias, discutindo seus efeitos na constituição das masculinidades. Por fim, são examinadas as implicações subjetivas, sociais e culturais decorrentes da circulação desse significante no contexto nordestino contemporâneo.

1.1 MASCULINIDADES E CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MASCULINO

Os estudos de gênero têm demonstrado que as diferenças entre homens e mulheres não podem ser compreendidas exclusivamente a partir de aspectos biológicos, uma vez que os significados atribuídos ao masculino e ao feminino são produzidos histórica e culturalmente. Nessa perspectiva, o gênero constitui uma categoria social que organiza relações, papéis, expectativas e formas de reconhecimento, orientando os modos pelos quais os sujeitos aprendem a ocupar posições socialmente inteligíveis em determinada cultura (Scott, 1995; Butler, 2003). Desde a infância, os indivíduos são inseridos em processos de socialização que estabelecem normas e expectativas distintas para homens e mulheres, produzindo formas específicas de vivenciar afetos, comportamentos, desejos e modos de estar no mundo.

Nesse contexto, o masculino não deve ser entendido como uma essência natural decorrente do sexo biológico, mas como uma construção social continuamente produzida e reiterada por práticas discursivas, instituições, relações familiares e representações culturais (Butler, 2003). O que uma sociedade reconhece como atributos masculinos varia historicamente e está relacionado a valores socialmente compartilhados. Características como força, autonomia, racionalidade, coragem e domínio emocional, frequentemente associadas aos homens, não constituem propriedades inerentes ao masculino, mas efeitos de processos culturais que definem e regulam determinados modos de ser homem.

A literatura sobre masculinidades têm demonstrado que as identidades masculinas não são naturais ou fixas, mas construídas social e historicamente por meio de práticas culturais, discursos e processos de identificação simbólica (Connell, 2005). Desse modo, aquilo que é reconhecido como masculino decorre de valores socialmente aceitos e historicamente construídos, que estabelecem expectativas específicas sobre comportamentos, afetos e formas de atuação dos homens na sociedade. Além disso, os estudos contemporâneos ressaltam que não existe uma única masculinidade, mas múltiplas formas de vivenciá-la, atravessadas por marcadores como classe social, raça, território, geração e contexto cultural (Connell, 2005).

Segundo Connell (2005), as masculinidades organizam-se em relações hierárquicas, nas quais determinados modelos masculinos adquirem maior legitimidade social e passam a funcionar como referências normativas. A autora denomina esse processo de masculinidade hegemônica, conceito que descreve os padrões culturalmente valorizados de ser homem em determinado contexto histórico. Tais modelos atuam como parâmetros para avaliação e reconhecimento social dos sujeitos, influenciando comportamentos, formas de sociabilidade e processos de identificação.

No contexto brasileiro, e particularmente no Nordeste, a construção social do masculino encontra-se articulada a narrativas históricas e culturais específicas. Conforme argumenta Albuquerque Júnior (2011), a própria ideia de Nordeste foi produzida discursivamente por meio de representações que associam a região à seca, à resistência, à rusticidade e à força de seu povo. Nesse cenário, consolidou-se a imagem

do homem nordestino como sujeito valente, trabalhador, resistente às adversidades e capaz de suportar condições extremas de existência. Tais representações foram amplamente difundidas pela literatura regionalista, pela produção historiográfica, pela música popular e por outros dispositivos culturais que contribuíram para a formação de um imaginário social sobre a masculinidade nordestina.

Nessa direção, figuras como o sertanejo, o vaqueiro e o retirante passaram a ocupar lugar central na construção simbólica do masculino regional, frequentemente associadas a atributos como coragem, honra, virilidade, resistência física e capacidade de enfrentamento das dificuldades impostas pelo ambiente e pelas condições sociais (Albuquerque Júnior, 2011). É, inclusive, nesse universo de significações que emerge a expressão “cabra da peste”. Termo este que condensar e atualizar ideais de masculinidade historicamente produzidos no contexto nordestino.

1.2 LINGUAGEM, SIGNIFICANTE E SUBJETIVIDADE

A psicanálise lacaniana oferece importantes contribuições para a compreensão da forma como a linguagem participa da constituição do sujeito. Para Lacan (1998), o sujeito não possui uma identidade natural, estável ou previamente dada, mas constitui-se no interior da ordem simbólica por meio da linguagem. Nessa perspectiva, o sujeito emerge a partir das palavras, discursos e sistemas de significação que o antecedem e organizam sua inserção no mundo social. Por essa razão, Lacan afirma que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” (Lacan, 1998, p. 498), destacando que os processos psíquicos são atravessados pelos significantes que circulam na cultura.

O significante corresponde à materialidade da linguagem — palavras, nomes, sons e símbolos — que participa da produção de sentidos e da organização da experiência humana. Mais do que instrumentos de comunicação, os significantes estruturam as formas pelas quais os sujeitos se percebem, interpretam os outros e constroem suas identificações. Assim, o sujeito pode ser compreendido como efeito das cadeias de significantes que atravessam a família, a cultura e as instituições sociais, inscrevendo marcas simbólicas que orientam sua relação consigo mesmo e com o mundo (Lacan, 1998).

Sob essa perspectiva, determinadas expressões culturais podem funcionar como pontos de condensação de significados coletivos, produzindo efeitos de identificação e reconhecimento social. Expressões linguísticas, narrativas culturais e categorias amplamente compartilhadas tornam-se referências simbólicas que participam da construção de ideais e expectativas sociais. No caso das masculinidades, esses significantes contribuem para a produção de modelos culturalmente valorizados de ser homem, orientando práticas, comportamentos e formas de pertencimento social.

Em diálogo com essa perspectiva, Bourdieu (2012) argumenta que as estruturas simbólicas da sociedade contribuem para a naturalização das relações de dominação masculina, produzindo esquemas de percepção que orientam a forma como os sujeitos compreendem o mundo social e a si mesmos. Desde a

infância, valores, costumes e classificações socialmente construídos são incorporados pelos indivíduos e passam a ser percebidos como evidentes ou naturais. Nesse processo, atributos como força, autoridade, racionalidade e virilidade tendem a ser associados ao masculino, enquanto características relacionadas ao cuidado, à sensibilidade e à submissão são frequentemente vinculadas ao feminino.

Para explicar a permanência dessas hierarquias, Bourdieu (2012) desenvolve o conceito de violência simbólica, entendido como um mecanismo de dominação que opera por meio da internalização de valores e normas socialmente legitimados. Diferentemente da coerção física, a violência simbólica atua de forma sutil, levando os próprios sujeitos a reproduzirem expectativas e práticas que sustentam relações desiguais de poder. Assim, normas de gênero historicamente construídas tendem a ser incorporadas como referências legítimas de comportamento, orientando modos de agir, sentir e relacionar-se.

Esses processos são continuamente reforçados por instituições como a família, a escola, a religião e os meios de comunicação, que funcionam como espaços privilegiados de reprodução de modelos de gênero. Dessa forma, a masculinidade pode ser compreendida não como uma essência biológica ou uma condição natural, mas como uma construção social sustentada por estruturas simbólicas que organizam posições, expectativas e relações de poder no interior da vida social (Bourdieu, 2012).

Nessa perspectiva, a incorporação de modelos culturais de masculinidade pode favorecer processos de cristalização sógnica, isto é, a fixação do sujeito em determinados significantes e imagens socialmente legitimados como referências privilegiadas de identidade. Quando determinados atributos passam a ser tomados como respostas acabadas para o que significa “ser homem”, tende-se a produzir uma redução da complexidade subjetiva a categorias simbólicas previamente estabelecidas, transformando construções históricas e culturais em aparentes essências identitárias.

Na teoria de Jacques Lacan (1998), esse movimento pode ser compreendido a partir do registro imaginário, no qual o sujeito busca construir uma imagem coerente e unificada de si mesmo. Tal busca, contudo, está marcada por uma tensão estrutural, uma vez que a subjetividade não pode ser plenamente capturada por nenhuma representação. O sujeito é constituído pela linguagem e atravessado pela falta, de modo que toda identidade permanece necessariamente incompleta. Quando representações sociais passam a funcionar como modelos rígidos de identificação — como ideais de virilidade, força ou resistência —, produz-se aquilo que Lacan (1998, p. 855) denomina um “curto-circuito” identificatório, caracterizado pela tentativa de reduzir o sujeito a uma significação fixa e totalizante.

Isso ocorre porque os significantes exercem uma importante função organizadora da experiência subjetiva, orientando formas de reconhecimento, pertencimento e construção de si. Ao se identificar intensamente com determinados signos culturais, o sujeito pode tomá-los como referências normativas para sua existência, buscando corresponder aos valores e expectativas que eles condensam. Nesse sentido, expressões culturalmente marcadas, como “cabra da peste”, podem operar não apenas como formas de

descrição social, mas como significantes que oferecem modelos imaginários de masculinidade e orientam processos de identificação.

Entretanto, nenhuma identificação é capaz de esgotar a subjetividade. Ainda que determinados significantes funcionem como referências privilegiadas de reconhecimento social, o sujeito jamais coincide integralmente com as imagens e definições que assume para si. É justamente nessa distância entre o sujeito e suas identificações que se tornam visíveis as tensões, os conflitos e as múltiplas possibilidades de elaboração das experiências masculinas.

1.3 CULTURA POPULAR, IDENTIDADE REGIONAL E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

A compreensão da expressão “cabra da peste” exige situá-la no contexto mais amplo da cultura popular nordestina e dos processos de construção da identidade regional. Sob a perspectiva da antropologia interpretativa, a cultura pode ser entendida como uma teia de significados produzida e compartilhada pelos sujeitos, por meio da qual a experiência social é interpretada e organizada (Geertz, 2008). Nesse sentido, práticas culturais, narrativas, símbolos e expressões linguísticas não apenas refletem a realidade social, mas participam ativamente da produção de sentidos e das formas de pertencimento coletivo.

No caso do Nordeste brasileiro, a constituição de uma identidade regional está associada a processos históricos e discursivos que produziram determinadas representações acerca da região e de seus habitantes. Conforme argumenta Albuquerque Jr. (2011), o Nordeste não deve ser compreendido como uma realidade homogênea ou uma essência cultural preexistente, mas como uma construção histórica elaborada por diferentes narrativas políticas, literárias e culturais. Ao longo desse processo, consolidaram-se imagens associadas ao sertão, à seca, à resistência e à capacidade de enfrentar adversidades, elementos que passaram a ocupar posição central no imaginário regional.

A cultura popular desempenhou papel fundamental na circulação e legitimação dessas representações. Narrativas orais, literatura regionalista, cordéis, cantorias, produções musicais e outras manifestações culturais contribuíram para difundir valores e imagens associados à identidade nordestina, reforçando determinadas formas de compreender o sujeito da região. Nesse contexto, a figura do homem sertanejo foi frequentemente representada como símbolo de coragem, resistência e capacidade de superação diante das dificuldades impostas pelas condições históricas e ambientais do sertão.

É nesse universo simbólico que se insere a expressão “cabra da peste”. Mais do que uma denominação popular, o termo condensa atributos historicamente valorizados na construção da identidade regional, funcionando como uma forma de reconhecimento social vinculada a ideais de força, bravura e resistência. Sua presença recorrente na linguagem cotidiana e em diversas manifestações culturais evidencia sua importância como marcador simbólico capaz de sintetizar significados amplamente compartilhados no imaginário nordestino.

Sob essa perspectiva, a expressão pode ser compreendida como um significante cultural que participa da produção de sentidos sobre o masculino. Ao associar determinadas características ao homem nordestino, o termo não apenas descreve uma realidade social, mas também contribui para a construção de expectativas e referências identitárias. Assim, valores culturalmente legitimados passam a orientar formas de reconhecimento e pertencimento, influenciando os processos pelos quais os sujeitos constroem suas identificações.

A literatura e outras manifestações culturais oferecem exemplos recorrentes dessa associação entre masculinidade, resistência e enfrentamento das adversidades. Obras que retratam o sertão brasileiro frequentemente enfatizam a capacidade de sobrevivência e a coragem de seus personagens diante das dificuldades, reforçando atributos que passaram a compor o imaginário sobre o homem nordestino (Cunha, 2003; Rosa, 2006). De modo semelhante, diferentes expressões da música popular nordestina também contribuíram para a difusão dessas representações, fortalecendo determinados valores simbólicos associados à identidade regional.

A análise da expressão “cabra da peste” permite, portanto, compreender como a cultura popular participa da produção e da circulação de significantes que organizam formas de reconhecimento social e processos de identificação. Ao condensar ideais de coragem, força e resistência, esse significante torna-se uma referência simbólica relevante para a constituição das masculinidades no contexto nordestino. Ao mesmo tempo, tais representações podem produzir expectativas normativas acerca do comportamento masculino, influenciando a maneira como os homens percebem a si mesmos e lidam com experiências de vulnerabilidade, sofrimento e reconhecimento social (Connell, 2005; Courtenay, 2000; Lacan, 1998).

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter interpretativo, orientada para a compreensão dos processos simbólicos e discursivos envolvidos na construção das representações sobre a masculinidade nordestina, especialmente aquelas associadas ao significante “cabra da peste”. Conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa privilegia a investigação dos significados, valores, crenças e práticas sociais, possibilitando uma análise aprofundada dos fenômenos em seus contextos históricos e culturais.

O estudo fundamenta-se na análise de produções literárias e culturais que contribuíram para a construção do imaginário sobre o sertão, a identidade nordestina e as masculinidades. O corpus foi constituído por obras reconhecidas por sua relevância na elaboração e circulação dessas representações, incluindo *Os Sertões* (Cunha, 2003), trabalhos de Luís da Câmara Cascudo sobre cultura popular nordestina e estudos de Durval Muniz de Albuquerque Júnior acerca da construção discursiva do Nordeste. Também foram consideradas produções vinculadas à tradição regionalista que abordam a figura do sertanejo e os valores culturalmente associados à masculinidade.

A seleção do material seguiu três critérios: relevância histórica e cultural para a construção do imaginário nordestino; presença de representações relacionadas à masculinidade e à identidade regional; e recorrência de narrativas que associam o homem nordestino a atributos como coragem, resistência, bravura e enfrentamento das adversidades. Foram excluídas obras que, embora tratassem do contexto nordestino, não apresentassem elementos relevantes para a análise dos processos de significação relacionados ao objeto de estudo.

O procedimento analítico foi orientado pela Análise do Discurso de linha francesa, especialmente a partir das contribuições de Pêcheux (2009). Nessa perspectiva, os discursos são compreendidos como práticas históricas e sociais atravessadas por relações de poder, memória discursiva e processos ideológicos. Assim, os sentidos não são tomados como naturais ou universais, mas como produções situadas em determinadas condições históricas de enunciação.

A análise foi realizada por meio de leitura interpretativa sistemática do corpus. A unidade de análise foi composta por passagens, descrições, personagens, expressões linguísticas e enunciados que mobilizavam representações do homem nordestino e da masculinidade sertaneja. Buscou-se identificar recorrências simbólicas, posições discursivas e significantes associados a atributos como força, resistência, coragem e virilidade.

O percurso analítico desenvolveu-se em três etapas. Inicialmente, realizou-se uma leitura exploratória das obras selecionadas para identificação de excertos relacionados às representações do sertanejo e da masculinidade. Em seguida, os materiais foram examinados à luz dos estudos culturais, das teorias das masculinidades e da psicanálise, com o objetivo de compreender os processos de significação e identificação presentes nos discursos. Por fim, procedeu-se à interpretação dos sentidos produzidos por essas narrativas, relacionando-os ao significante “cabra da peste” e aos valores historicamente associados ao masculino no contexto nordestino.

A interpretação dos dados foi fundamentada no diálogo entre diferentes referenciais teóricos. As contribuições de Hall (2006) subsidiaram a compreensão das identidades culturais como construções históricas e discursivas; Bourdieu (2012) possibilitou analisar os efeitos do poder simbólico na legitimação de determinadas representações sociais; Connell (2005) contribuiu para a discussão das masculinidades e de seus processos de normatização; e a psicanálise, especialmente a partir de Freud (2011) e Lacan (1998), ofereceu subsídios para compreender os processos de identificação e os efeitos dos significantes culturais na constituição subjetiva.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o objetivo de aprofundar a compreensão dos sentidos associados ao significante “cabra da peste” e de sua participação na produção de referências simbólicas para as masculinidades, os resultados

foram organizados em quatro eixos analíticos complementares. Inicialmente, discute-se a construção cultural da figura do homem nordestino, destacando os processos históricos e discursivos que associaram a masculinidade sertaneja à resistência e à coragem. Em seguida, analisa-se a expressão “cabra da peste” como condensadora de sentidos culturais compartilhados no imaginário regional. Posteriormente, examina-se sua função como referência simbólica para processos de identificação masculina, articulando contribuições dos estudos das masculinidades, da Análise do Discurso e da psicanálise lacaniana. Por fim, discutem-se as implicações sociais e subjetivas relacionadas à circulação desse significante, especialmente no que se refere às expectativas normativas sobre o masculino. Essa organização permitiu analisar o fenômeno em diferentes níveis — cultural, discursivo, identitário e social —, ampliando a compreensão da complexidade dos processos de produção de sentidos que atravessam as masculinidades no contexto nordestino.

3.1 A CONSTRUÇÃO CULTURAL DO HOMEM NORDESTINO: SERTÃO, RESISTÊNCIA E MASCULINIDADE

A análise do corpus evidencia que a construção da identidade nordestina está estreitamente vinculada a processos históricos e discursivos que produziram determinadas representações sobre a região e seus habitantes. Conforme argumenta Albuquerque Júnior (2011), o Nordeste não constitui uma realidade homogênea ou uma essência cultural preexistente, mas uma construção histórica elaborada por diferentes narrativas políticas, literárias e culturais. Nesse processo, consolidaram-se imagens associadas ao sertão, à seca, à resistência e à capacidade de enfrentamento das adversidades.

A cultura popular desempenhou papel central na circulação e legitimação dessas representações. Narrativas orais, histórias de vida, cantorias, literatura de cordel e outras manifestações culturais contribuíram para preservar memórias coletivas e transmitir valores relacionados à identidade regional (Cascudo, 2004; 2012). Tais elementos não apenas registram experiências históricas, mas também participam da produção de sentidos sobre pertencimento, reconhecimento e resistência cultural (Geertz, 2008).

Nesse contexto, a figura do homem sertanejo passou a ocupar posição privilegiada no imaginário nordestino. Obras literárias como *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (2003), contribuíram significativamente para a consolidação dessa imagem ao associar o sertanejo à resistência e à capacidade de sobrevivência diante das adversidades ambientais e sociais. Ao afirmar que “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”, Cunha sintetiza uma representação que atravessou diferentes produções culturais e passou a integrar o repertório simbólico da identidade nordestina.

Representações semelhantes podem ser observadas em outras produções literárias. Em *Grande Sertão: Veredas*, João Guimarães Rosa apresenta personagens que enfrentam desafios extremos e dilemas

existenciais marcados pela coragem e pela determinação. De modo semelhante, Ariano Suassuna valoriza elementos da cultura popular nordestina e contribui para a construção de um imaginário no qual o homem sertanejo aparece associado à bravura, à astúcia e à capacidade de enfrentar as dificuldades da vida com criatividade e resistência.

Os resultados indicam, portanto, que a imagem do homem nordestino foi historicamente associada a atributos como força, coragem, resistência e capacidade de enfrentamento. Essas características não constituem traços naturais ou universais, mas representações produzidas e reiteradas por diferentes discursos culturais que contribuíram para a construção de determinados modelos de masculinidade no contexto regional.

3.2 O SIGNIFICANTE “CABRA DA PESTE” COMO CONDENSADOR DE SENTIDOS CULTURAIS

É nesse universo simbólico que se insere a expressão “cabra da peste”. Mais do que uma denominação popular, o termo funciona como um significante cultural capaz de condensar valores historicamente associados à identidade nordestina. Sua presença na linguagem cotidiana, na oralidade popular, na literatura e em diferentes manifestações culturais evidencia sua relevância como marcador simbólico amplamente reconhecido no imaginário regional.

Conforme argumenta Geertz (2008), a cultura pode ser compreendida como um sistema de significados compartilhados por meio do qual os sujeitos interpretam suas experiências e organizam a vida social. Nessa perspectiva, expressões linguísticas não operam apenas como instrumentos de comunicação, mas como elementos que condensam valores coletivos e orientam formas de reconhecimento social. A expressão “cabra da peste” exemplifica esse processo ao sintetizar atributos como coragem, resistência, perseverança e capacidade de enfrentar adversidades.

A literatura de cordel e outras manifestações da cultura popular contribuíram para a circulação desses significados ao retratarem personagens que enfrentam dificuldades impostas pela vida no sertão e demonstram força diante das condições adversas. A repetição dessas narrativas favorece a consolidação de determinadas imagens sobre o homem nordestino, reforçando valores que passam a ser socialmente reconhecidos como característicos da identidade regional.

Os resultados indicam que o significante “cabra da peste” opera, enquanto um signo, como um condensador simbólico de sentidos culturalmente compartilhados. Ao circular em diferentes práticas discursivas, o termo produz formas de reconhecimento e pertencimento, articulando representações sobre masculinidade e identidade regional que se tornam amplamente legitimadas no contexto nordestino.

3.3 ENTRE SIGNIFICANTE E IDEAL: O “CABRA DA PESTE” COMO REFERÊNCIA SIMBÓLICA PARA AS MASCULINIDADES

A partir da perspectiva da Análise do Discurso, observa-se que a expressão “cabra da peste” não apenas descreve características atribuídas ao homem nordestino, mas participa da produção de posições de sujeito socialmente reconhecidas. O significante funciona como um ponto de condensação discursiva capaz de articular sentidos historicamente associados ao masculino, tais como coragem, honra, força e resistência (Pêcheux, 2009). Destarte, parece operar mais enquanto um signo do que enquanto um significante propriamente dito, visto que, enquanto o primeiro condensa e propõe ideias fixas, o segundo traz uma abertura de múltiplas significações e, conseqüentemente, diversas referências simbólicas.

Essa compreensão pode ser aprofundada a partir da psicanálise lacaniana. Para Lacan (1998), os significantes não apenas nomeiam a realidade, mas participam dos processos de identificação que constituem o sujeito. Nessa perspectiva, a expressão “cabra da peste” pode operar como uma referência simbólica por meio da qual determinados sujeitos organizam suas identificações e buscam reconhecimento social.

Os resultados sugerem que a recorrência desse significante em diferentes narrativas culturais contribui para sua estabilização como ideal masculino socialmente valorizado. A figura do homem forte, resistente e capaz de suportar adversidades passa a funcionar como referência identitária, oferecendo modelos de reconhecimento associados à virilidade e à autossuficiência.

Sob a perspectiva dos estudos das masculinidades, tais representações podem ser compreendidas como parte de processos sociais que produzem expectativas sobre o comportamento masculino. Conforme argumenta Connell (2005), as masculinidades são construções históricas e relacionais, organizadas por hierarquias simbólicas que valorizam determinados atributos em detrimento de outros. Nesse sentido, o significante “cabra da peste” participa da produção de referências simbólicas que orientam modos de ser homem no contexto nordestino.

3.4 MASCULINIDADE, RECONHECIMENTO SOCIAL E VULNERABILIDADE

A análise também permite refletir sobre as implicações sociais e subjetivas associadas à circulação desse significante. Embora a expressão possa funcionar como elemento de valorização cultural e fortalecimento do pertencimento regional, sua associação recorrente a atributos como força, resistência e autossuficiência contribui para a produção de expectativas normativas acerca do masculino.

Estudos sobre masculinidades indicam que modelos culturais baseados na invulnerabilidade emocional podem dificultar o reconhecimento e a expressão de experiências de sofrimento (Connell, 2005; Courtenay, 2000). De modo semelhante, Kimmel (2012) observa que expectativas associadas ao controle

emocional e à autonomia tendem a exercer pressões simbólicas sobre os homens, influenciando suas formas de lidar com dificuldades e situações de crise.

Nesse contexto, a expressão “cabra da peste” pode funcionar como referência cultural para determinadas formas de reconhecimento masculino. Ao sintetizar a imagem do homem capaz de suportar adversidades sem demonstrar fragilidade, o significante contribui para a valorização de atributos associados à resistência e à coragem. Embora tais valores possam fortalecer sentimentos de pertencimento e identidade cultural, também podem limitar a legitimidade social de experiências relacionadas à vulnerabilidade, à dependência e ao sofrimento.

Desse modo, os resultados permitem compreender que o significante “cabra da peste” participa da produção de referências simbólicas para as masculinidades nordestinas. Ao mesmo tempo em que favorece processos de reconhecimento cultural e pertencimento regional, sua circulação pode contribuir para a reprodução de expectativas normativas acerca do masculino. A análise evidencia, portanto, a importância de problematizar os significantes culturais que organizam modelos de masculinidade, ampliando as possibilidades de compreensão das experiências masculinas em sua pluralidade e complexidade.

4 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar o significante “cabra da peste” como operador simbólico presente no imaginário cultural nordestino, investigando os sentidos a ele atribuídos e discutindo os modos pelos quais participa da produção de referências simbólicas para as masculinidades. A partir da articulação entre estudos culturais, teorias das masculinidades e psicanálise lacaniana, buscou-se compreender como essa expressão se inscreve nos processos de produção de sentidos sobre o ser homem no contexto nordestino.

Os resultados indicaram que o significante “cabra da peste” ocupa posição relevante na organização simbólica do imaginário regional, funcionando como marcador cultural associado à coragem, à resistência e à capacidade de enfrentamento das adversidades. A análise evidenciou que tais sentidos não constituem atributos naturais dos homens nordestinos, mas produções históricas e discursivas que circulam por meio da literatura, da cultura popular e de diferentes práticas simbólicas. Nesse contexto, a expressão ultrapassa a condição de simples designação regional e passa a operar como uma referência simbólica para o reconhecimento social e para a construção de identificações relacionadas ao masculino. Ao mesmo tempo, observou-se que a valorização de atributos como força, autossuficiência e resistência pode contribuir para a produção de expectativas normativas acerca das masculinidades, nem sempre compatíveis com a pluralidade das experiências masculinas contemporâneas.

Sob a perspectiva psicanalítica, verificou-se que o significante “cabra da peste” pode assumir função identificatória, participando dos processos de subjetivação e reconhecimento social. Entretanto, como

destaca Lacan (1998), nenhuma identificação é capaz de esgotar a singularidade do sujeito. Dessa forma, embora a expressão possa funcionar como ideal culturalmente valorizado, os modos de viver a masculinidade permanecem múltiplos, heterogêneos e atravessados por diferentes experiências históricas, sociais e subjetivas.

Como contribuição, o estudo evidencia a relevância da análise dos significantes culturais para a compreensão das articulações entre linguagem, cultura, identidade e subjetividade. Ao problematizar a expressão “cabra da peste”, a pesquisa amplia os debates sobre masculinidades e identidade regional, demonstrando como determinadas representações culturais participam da produção de referências simbólicas que orientam formas de reconhecimento, pertencimento e identificação. Além disso, contribui para reflexões críticas acerca dos processos de naturalização de modelos masculinos, favorecendo perspectivas mais plurais sobre as experiências dos homens no contexto nordestino.

Como limitação, reconhece-se que a pesquisa se baseia exclusivamente na análise de produções culturais, literárias e teóricas, não contemplando narrativas de sujeitos nordestinos contemporâneos. Dessa forma, os resultados referem-se aos processos simbólicos e discursivos identificados no corpus analisado, não podendo ser generalizados para a totalidade das experiências masculinas vividas na região. Ademais, por privilegiar determinadas obras e tradições culturais, o estudo não esgota a diversidade de representações sobre o homem nordestino presentes em outros contextos históricos, sociais e culturais.

Diante dessas limitações, futuras pesquisas poderão aprofundar a discussão por meio de investigações empíricas que examinem como a expressão “cabra da peste” é mobilizada, apropriada, negociada ou resignificada por homens nordestinos em diferentes contextos sociais e geracionais. Também se mostram promissoras pesquisas que articulem os estudos das masculinidades, a psicanálise e a saúde mental, investigando de que modo ideais culturais associados à força, resistência e invulnerabilidade podem influenciar processos de reconhecimento, cuidado de si, expressão emocional e sofrimento psíquico. Por fim, estudos comparativos que considerem marcadores como classe social, raça, geração e territorialidade podem contribuir para ampliar a compreensão da pluralidade das masculinidades nordestinas e dos distintos sentidos assumidos pelos significantes culturais na constituição das subjetividades.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; São Paulo: Cortez, 1999.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Cultura popular nordestina**. Maceió: EDUFAL, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Global, 2012.

CONNELL, Raewyn. **Masculinities**. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2005.

COURTENAY, William H. Constructions of masculinity and their influence on men's well-being: a theory of gender and health. **Social Science & Medicine**, Oxford, v. 50, n. 10, p. 1385-1401, 2000.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: uma invenção do falo: uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)**. 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2019.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2014.

KIMMEL, Michael. **Manhood in America: a cultural history**. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2012.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso**. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SUASSUNA, Ariano. **O auto da compadecida**. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

**ANCESTRALIDADE, TERRITÓRIO E ATUALIDADE: OS HERDEIROS DA ESCRAVIZAÇÃO
NA REGIÃO DO ALTO JACUÍ**

**ANCESTRY, TERRITORY, AND THE PRESENT: THE HEIRS OF ENSLAVEMENT IN THE
ALTO JACUÍ REGION**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-004>

Marcelo dos Santos Terres

Pós-graduação em História e Geografia pela Faculdade UNINA

E-mail: marceloterres.2210@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4732247390581850>

RESUMO

O presente trabalho aborda a ancestralidade, o território e a atualidade dos herdeiros da escravidão na região do Alto Jacuí, no Rio Grande do Sul, considerando a permanência histórica da população negra e quilombola em espaços marcados por desigualdades, apagamentos e resistências. A pesquisa parte da compreensão de que os efeitos da escravidão não se encerraram com a abolição formal, pois continuam presentes nas disputas pela terra, no acesso desigual a direitos, na invisibilidade histórica e nas formas de racismo estrutural que atravessam a vida das comunidades negras. O objetivo é analisar como a memória ancestral, o pertencimento territorial e as lutas contemporâneas contribuem para a afirmação identitária dos descendentes da população escravizada. A metodologia adotada é de natureza bibliográfica, com análise de produções acadêmicas, relatórios institucionais e documentos nacionais publicados nos últimos cinco anos. Conclui-se que a ancestralidade atua como força de preservação cultural, o território representa condição de existência coletiva e a atualidade revela a continuidade de desafios sociais, políticos e jurídicos enfrentados por esses grupos.

Palavras-chave: Ancestralidade; Território; Escravidão; Comunidades negras; Alto Jacuí.

ABSTRACT

This study addresses the ancestry, territory, and contemporary reality of the heirs of enslavement in the Alto Jacuí region of Rio Grande do Sul, considering the historical presence of Black and *quilombola* populations in spaces marked by inequalities, erasure, and resistance. The research is grounded in the understanding that the effects of enslavement did not end with formal abolition; they persist in land disputes, unequal access to rights, historical invisibility, and forms of structural racism that shape the lives of Black communities. The objective is to analyze how ancestral memory, a sense of territorial belonging, and contemporary struggles contribute to the identity affirmation of the descendants of enslaved people. The

methodology is bibliographic in nature, involving an analysis of academic works, institutional reports, and national documents published over the last five years. The study concludes that ancestry acts as a force for cultural preservation, territory represents a condition for collective existence, and the current context reveals the ongoing social, political, and legal challenges faced by these groups.

Keywords: Ancestry; Territory; Enslavement; Black communities; Alto Jacuí.

1 INTRODUÇÃO

A formação social brasileira foi profundamente marcada pela escravização de povos africanos e afrodescendentes, processo que estruturou relações econômicas, culturais e políticas ainda perceptíveis na atualidade. No Rio Grande do Sul, a presença negra muitas vezes foi silenciada por narrativas regionais que valorizaram a imigração europeia e reduziram a participação da população negra na construção do território. Santos (2022) demonstra que as memórias sobre terra, trabalho e resistência quilombola revelam permanências históricas da escravização no cotidiano das comunidades negras, enquanto Moreira (2022) evidencia que o reconhecimento social e institucional dessas populações ainda enfrenta barreiras ligadas ao preconceito, à desigualdade e à negação de direitos.

Na região do Alto Jacuí, esse debate assume importância especial, pois o território carrega marcas de ocupações, deslocamentos, vínculos familiares, práticas culturais e trajetórias de trabalho que nem sempre aparecem nos registros oficiais. A ancestralidade, nesse contexto, não se limita à lembrança do passado; ela se manifesta nos modos de viver, nas narrativas transmitidas entre gerações, nas relações comunitárias e nas formas de permanência em espaços historicamente disputados. Machado (2023), ao analisar práticas de resistência em território quilombola no Rio Grande do Sul, reforça que a permanência na terra constitui uma dimensão concreta da identidade coletiva, e o Conselho Nacional de Justiça (2025) reconhece que a titulação e a proteção dos territórios quilombolas seguem como desafios nacionais urgentes.

A atualidade dos herdeiros da escravização também precisa ser compreendida a partir das desigualdades que atravessam o acesso à educação, à moradia, à justiça, à saúde, à terra e ao reconhecimento cultural. O Censo Demográfico 2022 passou a oferecer dados específicos sobre a população quilombola, ampliando a visibilidade estatística desses grupos no país, enquanto o relatório do CNJ aponta a necessidade de ações institucionais voltadas à proteção patrimonial, cultural e territorial das comunidades quilombolas. Assim, discutir ancestralidade, território e atualidade no Alto Jacuí significa reconhecer que o passado escravista permanece ligado às condições sociais vividas no presente.

A justificativa deste trabalho está na necessidade de valorizar a presença negra na história regional e combater o apagamento das experiências de descendentes da população escravizada. A problemática

central envolve a permanência de desigualdades históricas que dificultam o reconhecimento pleno desses sujeitos como construtores do território. Desse modo, questiona-se: de que maneira a ancestralidade, o território e as condições atuais dos herdeiros da escravização revelam continuidades históricas e formas de resistência na região do Alto Jacuí?

O objetivo geral é analisar a relação entre ancestralidade, território e atualidade dos herdeiros da escravização na região do Alto Jacuí. Como objetivos específicos, busca-se compreender a importância da memória ancestral para a identidade negra, discutir o território como espaço de pertencimento e resistência, e refletir sobre os desafios contemporâneos enfrentados por descendentes da população escravizada.

A metodologia adotada consiste em pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, baseada em livros, dissertações, teses, artigos científicos, relatórios institucionais e documentos oficiais publicados entre 2022 e 2025. Os descritores de inclusão utilizados foram: “ancestralidade negra”, “território quilombola”, “escravização no Rio Grande do Sul”, “comunidades negras no Rio Grande do Sul”, “quilombos”, “memória da escravidão” e “Alto Jacuí”. Foram incluídas produções nacionais, recentes, acadêmicas ou institucionais, relacionadas à população negra, quilombola, territorialidade e herança da escravização. Como critérios de exclusão, foram descartados textos sem autoria identificada, materiais opinativos sem base científica, fontes estrangeiras, publicações anteriores a 2021 e documentos que não dialogassem com o tema central.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ANCESTRALIDADE E MEMÓRIA DA ESCRAVIZAÇÃO NO ALTO JACUÍ

A ancestralidade negra constitui uma dimensão essencial para compreender a presença dos herdeiros da escravização no Alto Jacuí, pois permite reconhecer trajetórias familiares, marcas culturais e formas de pertencimento que resistiram ao apagamento histórico. Santos (2022) contribui para essa compreensão ao tratar a memória da terra e do trabalho como parte da experiência quilombola no Rio Grande do Sul, enquanto Moreira (2022) mostra que o reconhecimento das comunidades negras ainda depende da superação de barreiras sociais construídas ao longo do tempo. No Alto Jacuí, essa leitura permite perceber que a presença negra não deve ser vista como episódio secundário da história regional, mas como parte constitutiva da formação social, econômica e cultural do território.

A memória da escravização não permanece apenas em documentos oficiais ou registros institucionais; ela se preserva nos relatos familiares, nos sobrenomes, nos caminhos percorridos pelos antepassados, nas práticas religiosas, nas formas de solidariedade e nas lembranças de trabalho rural. Machado (2023) demonstra que a resistência quilombola está ligada à permanência no espaço e à defesa de modos próprios de vida, enquanto Santos (2022) evidencia que a violência contra comunidades negras não

se encerrou com a abolição formal. Assim, a memória ancestral no Alto Jacuí pode ser entendida como uma força que reorganiza o passado e ajuda a explicar o presente.

Ramalho (2024) aponta que a existência quilombola no Brasil é atravessada por processos de luta, resistência e reafirmação coletiva. Essa perspectiva dialoga com Moreira (2022), pois ambos permitem compreender que a ancestralidade não é apenas recordação afetiva, mas também instrumento político e social. No caso dos herdeiros da escravidão, lembrar os antepassados significa enfrentar narrativas que tentaram negar a contribuição negra para a formação regional. Dessa forma, a ancestralidade atua como base de identidade, dignidade e reconhecimento.

No Alto Jacuí, a memória da população negra pode aparecer em marcas sutis do cotidiano, como festas comunitárias, vínculos de parentesco, histórias de antigos trabalhadores, práticas culinárias, expressões religiosas e formas de organização coletiva. Queiroz (2023), ao discutir ancestralidade em paisagens sonoras quilombolas, permite pensar que os territórios guardam vozes, ritmos e sons que expressam permanências culturais. Machado (2023), por sua vez, mostra que a resistência se manifesta em práticas cotidianas que reafirmam a presença comunitária. A memória, portanto, não se limita ao que foi perdido; ela também revela aquilo que permaneceu vivo.

A escravidão produziu rupturas profundas, pois retirou pessoas de suas origens, violentou corpos, desestruturou famílias e transformou seres humanos em propriedade. Porém, os descendentes desses grupos reconstruíram laços, preservaram saberes e criaram formas de sobrevivência em contextos adversos. Santos (2022) mostra que a terra, o trabalho e a resistência permanecem ligados à memória da escravidão, enquanto o CNJ (2025) reconhece que a proteção dos territórios quilombolas envolve também a preservação do patrimônio histórico e cultural. Por isso, discutir ancestralidade no Alto Jacuí exige reconhecer tanto a violência sofrida quanto a potência das reconstruções coletivas.

A história regional muitas vezes privilegiou sujeitos associados ao poder econômico, à propriedade formal da terra e à imigração europeia. Esse recorte contribuiu para invisibilizar a população negra e reduzir sua participação histórica. Moreira (2022) denuncia a dificuldade de reconhecimento das comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul, e Corrêa (2022) reforça que as políticas públicas precisam identificar essas populações para garantir direitos sociais. No Alto Jacuí, essa ausência nos discursos oficiais pode ter provocado a impressão equivocada de que os herdeiros da escravidão não participaram ativamente da formação local.

A ancestralidade também se relaciona à transmissão de valores. As gerações mais velhas guardam experiências de trabalho, deslocamento, discriminação e resistência que ajudam os mais jovens a compreender sua origem. Ramalho (2024) ressalta a importância da reexistência quilombola, enquanto Santos (2022) mostra que as memórias de violência e permanência revelam continuidade histórica. Desse

modo, o vínculo entre passado e presente permite que a juventude negra reconheça sua história para além da dor, encontrando nela também orgulho, pertencimento e responsabilidade coletiva.

A memória da escravização, quando tratada de forma crítica, impede que o passado seja suavizado. A abolição de 1888 não garantiu terra, renda, educação ou reparação às pessoas libertas. Essa ausência de políticas estruturantes produziu desigualdades que se prolongaram nas gerações seguintes. O IBGE (2024) ampliou a visibilidade estatística da população quilombola no Brasil, e o CNJ (2025) apontou entraves jurídicos ligados à titulação territorial. Esses dados ajudam a compreender que a ancestralidade dos herdeiros da escravização está ligada a uma história de exclusão, mas também de permanência.

Falar em ancestralidade significa reconhecer que os descendentes da população escravizada carregam uma herança que não pode ser reduzida ao sofrimento. Há também saberes agrícolas, conhecimentos sobre ervas, práticas de cuidado, modos de criação dos filhos, religiosidades, musicalidades, oralidades e experiências comunitárias. Queiroz (2023) permite perceber a força simbólica das paisagens culturais, e Machado (2023) destaca a relação entre território e prática cotidiana de resistência. Assim, a memória ancestral se materializa em gestos, lugares e relações sociais.

A valorização da ancestralidade contribui para combater o racismo histórico, pois devolve humanidade e protagonismo aos sujeitos que foram silenciados. Moreira (2022) e Ramalho (2024) ajudam a compreender que o reconhecimento não depende apenas de documentos, mas também da escuta das comunidades e de suas formas próprias de narrar a existência. No Alto Jacuí, esse caminho exige atenção às memórias locais, aos relatos familiares e aos vestígios culturais que demonstram a continuidade da presença negra na região.

2.2 TERRITÓRIO, PERTENCIMENTO E RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES NEGRAS

O território ocupa lugar central na vida das comunidades negras, pois representa mais que espaço físico. Ele envolve memória, trabalho, parentesco, espiritualidade, proteção, identidade e continuidade histórica. Machado (2023) demonstra que o território quilombola é constituído por práticas de resistência e por relações sociais construídas ao longo do tempo. Moreira (2022) complementa essa leitura ao evidenciar que a luta por reconhecimento das comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul passa pela valorização da terra como condição de existência coletiva. No Alto Jacuí, essa compreensão permite tratar o território como espaço de vida e não apenas como área geográfica.

Famílias negras que permaneceram por gerações em determinadas localidades constroem relações afetivas, culturais e econômicas com o espaço. Santos (2022) mostra que a terra está ligada à memória do trabalho e da violência, enquanto Machado (2023) evidencia que a resistência se expressa na permanência comunitária. Assim, quando se fala dos herdeiros da escravização no Alto Jacuí, não se trata apenas de identificar onde vivem, mas de compreender como esses sujeitos atribuem sentido ao lugar.

A resistência das comunidades negras está ligada ao enfrentamento de expulsões, ameaças, invisibilização e negação de direitos. O CNJ (2025) reconhece que a titulação de territórios quilombolas ainda enfrenta obstáculos no Brasil, o que compromete a segurança jurídica dessas populações. Moreira (2022) também aponta que o reconhecimento social e institucional das comunidades quilombolas envolve disputas políticas e históricas. Dessa forma, o território aparece como campo de conflito, mas também como base de organização e continuidade.

Nesse contexto, os herdeiros da escravidão podem vivenciar formas diversas de relação com a terra, seja em comunidades rurais, bairros urbanos, áreas periféricas ou espaços marcados por antigas relações de trabalho. Corrêa (2022) mostra que o reconhecimento das comunidades quilombolas no âmbito das políticas públicas é fundamental para garantir acesso a direitos. Ramalho (2024) reforça que a reexistência quilombola depende da afirmação coletiva diante das estruturas de desigualdade. O pertencimento, nesse sentido, não é apenas sentimento; é também reivindicação de lugar social.

O território também guarda marcas simbólicas. Cemitérios, antigas moradias, roças, caminhos, rios, capelas, terreiros, escolas e espaços de reunião comunitária podem funcionar como referências de memória. Queiroz (2023) contribui para essa compreensão ao tratar das paisagens como portadoras de ancestralidade, enquanto Machado (2023) evidencia que as práticas cotidianas sustentam a vida territorial. No Alto Jacuí, esses elementos ajudam a interpretar a presença negra para além dos documentos oficiais, pois o espaço vivido guarda narrativas que muitas vezes não foram registradas pela história dominante.

A resistência territorial das comunidades negras também se manifesta na defesa da cultura. A preservação de festas, cantos, rezas, alimentos, formas de plantio e redes de solidariedade revela modos de enfrentar o apagamento. Ramalho (2024) associa a existência quilombola à capacidade de recriar a vida em meio a desigualdades, enquanto Santos (2022) mostra que as memórias de trabalho e violência permanecem relacionadas à luta por permanência. Dessa maneira, o território não é somente o chão ocupado; é o espaço onde a cultura se reproduz.

A questão fundiária possui relação direta com a herança da escravidão. Após a abolição, a população negra foi deixada à margem da propriedade formal da terra, sem políticas de reparação ou inclusão efetiva. O CNJ (2025) aponta a necessidade de maior atenção do Poder Judiciário aos processos de titulação quilombola, e o IBGE (2024) contribui para dar visibilidade estatística a essas populações. No Alto Jacuí, essa realidade pode ser observada nas desigualdades históricas de acesso à terra, à moradia e às condições dignas de vida.

O pertencimento das comunidades negras também envolve a dimensão coletiva da identidade. Ninguém pertence sozinho a um território ancestral; esse vínculo é construído em família, em comunidade e em relação com os antepassados. Moreira (2022) mostra que a luta por reconhecimento envolve identidades coletivas, enquanto Machado (2023) demonstra que o território quilombola se fortalece por

práticas sociais compartilhadas. Assim, a identidade negra no Alto Jacuí pode ser compreendida como experiência construída entre memória, lugar e resistência.

As disputas territoriais também revelam formas de racismo estrutural. Quando comunidades negras têm sua presença questionada, suas memórias deslegitimadas ou seus direitos retardados, ocorre uma continuidade de violências históricas. Santos (2022) apresenta situações de ameaça e expulsão vividas por comunidade quilombola no Rio Grande do Sul, e o CNJ (2025) indica que conflitos territoriais quilombolas exigem atuação institucional efetiva. Essas questões ajudam a perceber que a luta pelo território é também luta por dignidade.

A permanência no território possibilita que os herdeiros da escravização preservem laços com seus antepassados e transmitam referências às novas gerações. Queiroz (2023) e Ramalho (2024) contribuem para pensar o território como espaço de continuidade cultural e afirmação coletiva. No Alto Jacuí, essa permanência pode assumir diferentes formas, desde a defesa de comunidades tradicionais até a valorização de memórias negras em espaços urbanos e rurais. O território, portanto, não é estático; ele se transforma com as pessoas que o habitam.

Educação, saúde, assistência social, regularização fundiária e preservação cultural são dimensões essenciais para garantir cidadania. Corrêa (2022) aborda a importância do reconhecimento dos quilombos no Sistema Único de Assistência Social, enquanto o IBGE (2024) oferece dados que podem subsidiar ações públicas mais adequadas. No Alto Jacuí, esse debate permite compreender que o pertencimento territorial precisa ser acompanhado de direitos concretos.

2.3 ATUALIDADE DOS HERDEIROS DA ESCRAVIZAÇÃO

A atualidade dos herdeiros da escravização revela que o passado escravista permanece conectado às desigualdades sociais vividas no presente. A abolição formal não rompeu automaticamente com as estruturas de exclusão, pois a população negra saiu da escravização sem acesso amplo à terra, à educação, à moradia digna e à reparação econômica. Santos (2022) demonstra que as memórias da escravidão ainda aparecem em conflitos envolvendo terra e trabalho, enquanto Moreira (2022) evidencia que comunidades quilombolas continuam em busca de reconhecimento e direitos. No Alto Jacuí, essa realidade exige olhar atento às formas atuais de desigualdade racial.

Os herdeiros da escravização não devem ser compreendidos apenas como descendentes biológicos de pessoas escravizadas, mas como sujeitos que carregam consequências históricas de um sistema que organizou privilégios e exclusões. Ramalho (2024) trata a reexistência quilombola como afirmação diante das violências históricas, e o CNJ (2025) reconhece que a proteção territorial quilombola ainda constitui desafio institucional. Assim, a atualidade desse grupo envolve tanto a memória da violência quanto a luta por políticas públicas.

No presente, as desigualdades raciais se manifestam no acesso desigual à renda, à escolarização, à justiça, à saúde, à terra e à representação política. O IBGE (2024) contribui ao tornar mais visível a população quilombola nos dados oficiais, permitindo que suas condições de vida sejam analisadas com maior precisão. Corrêa (2022) reforça que o reconhecimento dos quilombos no campo da assistência social é necessário para garantir atendimento adequado. No Alto Jacuí, essa visibilidade pode auxiliar na formulação de ações voltadas às comunidades negras e quilombolas.

A atualidade dos herdeiros da escravidão também está relacionada à permanência do racismo estrutural. Esse racismo não se limita a ofensas individuais; ele aparece em práticas institucionais, silêncios históricos, ausência de políticas específicas e dificuldade de acesso a direitos. Santos (2022) apresenta conflitos que demonstram a continuidade de violências contra comunidades negras, enquanto Moreira (2022) aponta que o reconhecimento ainda é atravessado por desigualdades. Desse modo, a herança escravista segue produzindo efeitos concretos no cotidiano.

A juventude negra da região precisa encontrar na escola, na comunidade e nas políticas públicas referências positivas sobre sua história. A ausência dessas referências pode reforçar sentimentos de invisibilidade. Queiroz (2023) ajuda a pensar a ancestralidade como elemento vivo da paisagem e da experiência comunitária, enquanto Ramalho (2024) destaca a potência da afirmação quilombola. Assim, reconhecer os herdeiros da escravidão na atualidade também significa garantir que novas gerações tenham acesso à própria memória.

A modernização econômica, a expansão de grandes propriedades, a urbanização desigual e o enfraquecimento de vínculos comunitários podem ameaçar práticas ancestrais. Machado (2023) mostra que a resistência territorial depende de práticas cotidianas, e o CNJ (2025) ressalta a importância da preservação do patrimônio histórico e cultural quilombola. No Alto Jacuí, essa questão exige atenção às formas locais de memória, fé, trabalho e convivência.

A atualidade dos herdeiros da escravidão também passa pelo direito à narrativa. Durante muito tempo, a história da população negra foi contada por outros, muitas vezes de forma incompleta ou estereotipada. Moreira (2022) e Santos (2022) permitem compreender que as comunidades precisam ser ouvidas como produtoras de conhecimento sobre si mesmas. No Alto Jacuí, isso significa valorizar relatos familiares, histórias de vida, memórias de antigos trabalhadores e experiências de resistência que não aparecem nos livros tradicionais.

Ela envolve documentos, políticas públicas, acesso a serviços, proteção jurídica e valorização cultural. Corrêa (2022) mostra a relevância do reconhecimento no âmbito do SUAS, enquanto o IBGE (2024) fornece dados importantes para políticas direcionadas à população quilombola. Dessa forma, a atualidade dos herdeiros da escravidão exige articulação entre memória, cidadania e ação institucional.

Muitas famílias negras foram historicamente inseridas em atividades rurais, domésticas, informais ou de baixa remuneração, reproduzindo desigualdades herdadas do período escravista. Santos (2022) relaciona memória, terra e trabalho à resistência quilombola, enquanto Ramalho (2024) evidencia que a reexistência envolve a construção de alternativas diante da exclusão. No Alto Jacuí, analisar a atualidade desse grupo implica observar como o trabalho continua marcado por hierarquias raciais.

A presença negra no território precisa ser reconhecida como parte da identidade regional. O Alto Jacuí não pode ser explicado apenas por narrativas econômicas ou pela valorização de determinados grupos migratórios. Machado (2023) e Queiroz (2023) demonstram que territórios negros e quilombolas guardam memórias profundas, expressas em práticas, sons, espaços e relações. Assim, a atualidade dos herdeiros da escravização inclui a disputa por visibilidade na história local.

O CNJ (2025) aponta a importância de garantir celeridade e eficácia em processos relacionados à titulação quilombola, enquanto Moreira (2022) mostra que o reconhecimento ainda é uma luta cotidiana. Essas referências permitem compreender que os herdeiros da escravização não buscam privilégios, mas condições reais de igualdade, reparação histórica e respeito à sua existência coletiva.

2.4 RECONHECIMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS E PERMANÊNCIAS DA DESIGUALDADE RACIAL

O reconhecimento dos herdeiros da escravização no Brasil atual exige compreender que a população negra e quilombola ainda enfrenta consequências diretas de uma formação social marcada pela exploração, pela concentração da terra e pela negação histórica de direitos. Andrade (2024) demonstra que a luta pelo território permanece como uma das principais expressões da resistência quilombola, pois a terra representa segurança, memória e continuidade coletiva. Fonseca (2023), ao tratar das comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul, reforça que as formas de permanência no espaço rural revelam práticas de existência que atravessam gerações. Nesse sentido, a realidade do Alto Jacuí pode ser pensada a partir da permanência de desigualdades que não surgiram no presente, mas foram produzidas por um passado escravista que ainda organiza diferenças de acesso à terra, ao trabalho, à moradia e às políticas públicas.

O território, para essas comunidades, não se resume à propriedade formal ou ao espaço delimitado por documentos. Ele envolve vínculos afetivos, práticas de cultivo, relações familiares, saberes tradicionais e modos próprios de convivência. Ribeiro, Felice e Macedo (2025) evidenciam que memória, identidade e território aparecem unidos na experiência quilombola, pois o lugar ocupado carrega marcas de ancestralidade e resistência. Ilha (2024), ao analisar processos de cercamento e conflitos relacionados a grandes projetos de desenvolvimento, mostra que a pressão sobre comunidades negras e tradicionais pode produzir novas formas de expulsão e vulnerabilidade. Desse modo, os herdeiros da escravização continuam

a enfrentar disputas que atualizam antigas lógicas de exclusão, agora expressas em conflitos fundiários, invisibilidade institucional e dificuldade de acesso pleno à cidadania.

A permanência da desigualdade racial também aparece na forma como o Estado reconhece ou deixa de reconhecer essas populações. Amaranes e Macedo (2023) destacam que os quilombos urbanos ressignificam o território a partir de identidades negras, mostrando que a ancestralidade não está presente apenas em áreas rurais, mas também em espaços urbanos marcados por exclusão e resistência. Souza, David e Passos (2025) ampliam essa discussão ao relacionar ancestralidade, cuidado e produção de saúde, evidenciando que os saberes negros e quilombolas também precisam ser considerados nas políticas públicas. Assim, pensar os herdeiros da escravidão no Alto Jacuí requer observar tanto a presença rural quanto urbana da população negra, bem como suas necessidades nas áreas da saúde, assistência social, educação, cultura e regularização territorial.

A questão ambiental e produtiva também atravessa esse debate. Ferraz (2022) demonstra que a intensificação do agronegócio pode afetar territórios quilombolas, alterando condições ambientais e modos tradicionais de vida. Essa reflexão dialoga com Fonseca (2023), pois a roça quilombola representa mais que produção alimentar: ela constitui prática cultural, autonomia comunitária e continuidade histórica. No Alto Jacuí, região fortemente vinculada à agricultura, essa relação ganha relevância, já que a expansão econômica nem sempre considera os impactos sobre populações negras, comunidades tradicionais e grupos historicamente marginalizados. Assim, o desenvolvimento regional precisa ser analisado também a partir de seus efeitos sociais, raciais e ambientais.

A atualidade dos herdeiros da escravidão revela, portanto, uma dupla dimensão: de um lado, persistem desigualdades, apagamentos e disputas por reconhecimento; de outro, permanecem formas potentes de resistência, pertencimento e reconstrução coletiva. Andrade (2024) e Ilha (2024) ajudam a compreender que a luta pela terra continua sendo central para a garantia de direitos, enquanto Ribeiro, Felice e Macedo (2025) e Souza, David e Passos (2025) mostram que ancestralidade, cuidado, memória e identidade fortalecem a vida comunitária. Dessa forma, o reconhecimento dessas populações não deve ocorrer apenas no plano simbólico, mas precisa resultar em políticas públicas efetivas, proteção territorial, valorização cultural e reparação histórica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permite compreender que ancestralidade, território e atualidade são dimensões inseparáveis na experiência dos herdeiros da escravidão na região do Alto Jacuí. A ancestralidade preserva memórias, valores, práticas culturais e vínculos familiares que resistiram ao apagamento histórico. Ao reconhecer essas marcas, torna-se possível compreender que a população negra

não esteve à margem da formação regional, mas participou ativamente da construção social, econômica e cultural do território.

O território aparece como espaço de pertencimento, resistência e continuidade. Para os descendentes da população escravizada, a terra e os lugares de memória carregam sentidos que ultrapassam a dimensão material. Eles representam proteção, identidade, história e vínculo com os antepassados. Por isso, a luta pelo reconhecimento territorial e cultural deve ser entendida como luta por dignidade, cidadania e reparação histórica.

A atualidade dos herdeiros da escravização revela que os efeitos do período escravista ainda se manifestam em desigualdades sociais, raciais, territoriais e institucionais. O racismo estrutural, a invisibilidade histórica e a dificuldade de acesso a políticas públicas continuam impactando a vida das comunidades negras e quilombolas. No entanto, essas populações também seguem produzindo resistência, conhecimento, cultura e formas próprias de organização coletiva.

Conclui-se que discutir a presença dos herdeiros da escravização no Alto Jacuí é uma forma de combater silenciamentos e ampliar o reconhecimento da população negra na história regional. A valorização da memória ancestral, a defesa do território e a garantia de direitos atuais são caminhos fundamentais para construir uma sociedade mais justa, capaz de reconhecer a profundidade das violências históricas e a força das resistências negras.

NOTA DE PUBLICAÇÃO ORIGINAL

Este trabalho foi publicado originalmente na **Revista FT**, sob o título "**Ancestralidade, território e atualidade: os herdeiros da escravização na região do Alto Jacuí**", com DOI: **10.69849/j3xbyq91**. A presente publicação corresponde à reprodução da versão originalmente divulgada, preservando sua autoria e conteúdo científico.

REFERÊNCIAS

AMARANES, Douglas Pinheiro; MACEDO, João Paulo Sales. **Quilombos urbanos: ressignificação do território urbano através de identidades negras**. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, 2023.

ANDRADE, Renné da Glória. **Território quilombola e resistência: a luta pelo direito à terra na Bahia**. *Revista Trabalho Necessário*, Niterói, v. 24, n. 53, 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório final do Grupo de Trabalho Quilombola**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2025.

CORRÊA, Bruna Ferreira. **A questão étnico-racial no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): o reconhecimento dos quilombos no estado do Rio Grande do Sul**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

- FERRAZ, Ana Maria Meneses. **Avaliação das temperaturas de superfície e do ar a partir da intensificação do agronegócio no território quilombola de Morro de São João, Tocantins**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2022.
- FONSECA, Eder Ribeiro. **Roça quilombola: (re)existência secular das comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul**. 2023. Dissertação – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.
- ILHA, Júlia Gomes. **Uma cerca é uma cerca: o processo de cercamento da Comunidade Quilombola Vila Nova em São José do Norte/RS por grandes projetos de desenvolvimento**. 2024. Dissertação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: quilombolas: alfabetização e características dos domicílios, segundo recortes territoriais específicos: resultados do universo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024.
- MACHADO, Diego Willian Nascimento. **Práticas de resistências no território do Quilombo Passo dos Brum em São Sepé/RS, Brasil**. 2023. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.
- MOREIRA, Cassiel Henrique. **Lutas por reconhecimento em comunidades quilombolas da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul**. 2022. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.
- QUEIROZ, Gabriel Muniz de Souza. **Ecos de um lugar-território: índices de ancestralidade nas paisagens sonoras do Quilombo Flores entre 2018 e 2022**. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.
- RAMALHO, Claudilene da Costa. **Quilombo é o nosso lugar: a (re)existência quilombola no Brasil**. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 55, p. 117-132, maio/ago. 2024.
- RIBEIRO, Valquiria dos Santos; FELICE, Gisele Daltrini; MACEDO, Andréia Oliveira. **Aquilombar-se: território, memória e identidade nas comunidades Lagoa das Emas e Lagoa do Moisés em São Raimundo Nonato – PI**. *Tarairiú Magazine*, Campina Grande, v. 1, n. 27, 2025.
- SANTOS, Tábata Silveira dos. **E se a escravidão não tiver terminado?: memórias sobre a terra, o trabalho e a resistência quilombola na região da campanha do Rio Grande do Sul**. 2022. Dissertação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.
- SOUZA, Tadeu de Paula; DAVID, Emiliano de Camargo; PASSOS, Rachel Gouveia. **AquilombaSUS: ancestralidade e tecnologia relacional de produção de saúde**. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 37, 2025.

“ESSA COCA É FANTA. E DAÍ?”: CONSUMO E REPRESENTATIVIDADE SOCIAL À LUZ DA CONSUMER CULTURE THEORY E DA PESQUISA TRANSFORMATIVA DO CONSUMIDOR

“THIS COKE IS FANTA. SO WHAT?”: CONSUMPTION AND SOCIAL REPRESENTATION IN LIGHT OF CONSUMER CULTURE THEORY AND TRANSFORMATIVE CONSUMER RESEARCH

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-005>

Wanderklayson Aparecido Medeiros de Oliveira

Doutorado em Administração

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8072462713188902>

RESUMO

A presente pesquisa analisa a campanha "Essa Coca é Fanta. E daí?", desenvolvida pela Coca-Cola Brasil em celebração ao Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+, à luz da *Consumer Culture Theory* (CCT) e da Pesquisa Transformativa do Consumidor (PTC). O objetivo foi compreender de que maneira uma ação de comunicação mercadológica pode contribuir para a construção de significados relacionados à diversidade sexual, ao reconhecimento social e à transformação cultural. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa fundamentada no paradigma interpretativista, utilizando netnografia, análise documental e midiática. O corpus foi composto por 28 materiais coletados entre agosto de 2025 e fevereiro de 2026, incluindo a peça oficial da campanha, reportagens, publicações especializadas e conteúdos digitais relacionados à sua repercussão. Os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2016), e da Análise do Discurso, baseada em Orlandi (2009). Os resultados evidenciaram quatro categorias analíticas: (i) ressignificação de uma expressão historicamente associada à homofobia; (ii) representatividade LGBTQIAPN+ e construção de reconhecimento social; (iii) disputas discursivas e repercussões da campanha nos ambientes digitais; e (iv) comunicação de marcas, bem-estar e transformação social. Os achados demonstram que a campanha ultrapassou os limites da publicidade tradicional ao transformar uma expressão historicamente utilizada de forma pejorativa em uma narrativa de orgulho, diversidade e inclusão. Além disso, evidenciam o papel das marcas como agentes culturais capazes de participar da circulação e ressignificação de significados culturais, da ampliação da visibilidade de grupos historicamente marginalizados e da promoção de debates públicos sobre diversidade sexual. Como contribuição teórica, o estudo fortalece as interlocuções entre a *Consumer Culture Theory* e a Pesquisa Transformativa do Consumidor, ampliando a compreensão acerca do potencial das práticas de mercado para promover reconhecimento social, inclusão e transformação cultural.

Palavras-chave: *Consumer Culture Theory*; LGBTQIAPN+; Pesquisa Transformativa do Consumidor; Representatividade; Transformação social.

ABSTRACT

This research analyzes the campaign "*Essa Coca é Fanta. E daí?*" ("This Coke is Fanta. So what?"), developed by Coca-Cola Brazil to celebrate International LGBTQIAPN+ Pride Day, through the lens of Consumer Culture Theory (CCT) and Transformative Consumer Research (TCR). The objective was to understand how a marketing communication initiative can contribute to constructing meanings related to sexual diversity, social recognition, and cultural transformation. Methodologically, this is a qualitative study grounded in the interpretivist paradigm, employing netnography as well as document and media analysis. The corpus consisted of 28 items collected between August 2025 and February 2026, including the official campaign material, news reports, specialized publications, and digital content regarding the campaign's reception. Data were analyzed using Content Analysis, as proposed by Bardin (2016), and Discourse Analysis, based on Orlandi (2009). The results revealed four analytical categories: (i) resignification of an expression historically associated with homophobia; (ii) LGBTQIAPN+ representation and the construction of social recognition; (iii) discursive disputes and the campaign's repercussions in digital environments; and (iv) brand communication, well-being, and social transformation. The findings demonstrate that the campaign transcended the boundaries of traditional advertising by transforming an expression historically used in a pejorative manner into a narrative of pride, diversity, and inclusion. Furthermore, they highlight the role of brands as cultural agents capable of participating in the circulation and resignification of cultural meanings, increasing the visibility of historically marginalized groups, and fostering public debates on sexual diversity. As a theoretical contribution, the study strengthens the dialogue between Consumer Culture Theory and Transformative Consumer Research, broadening the understanding of the potential of market practices to promote social recognition, inclusion, and cultural transformation.

Keywords: Consumer Culture Theory; LGBTQIAPN+; Transformative Consumer Research; Representativeness; Social transformation.

1 INTRODUÇÃO

A homofobia continua sendo um dos principais problemas sociais enfrentados por indivíduos LGBTQIAPN+ em diferentes contextos sociais, culturais e organizacionais. Apesar dos avanços legais e institucionais observados nas últimas décadas, práticas discriminatórias, discursos de ódio e mecanismos de exclusão ainda fazem parte do cotidiano dessa população. Conforme destacam Siqueira e Zauli-Fellows (2006), indivíduos homossexuais frequentemente enfrentam preconceitos relacionados à sua orientação

sexual, sendo obrigados a administrar constantemente a decisão de revelar ou ocultar aspectos de sua identidade em diferentes espaços sociais.

A relevância desse debate torna-se ainda mais evidente diante dos dados recentes sobre violência e discriminação. Segundo levantamento do Grupo Gay da Bahia (2025), o Brasil registrou 291 mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+ em 2024, representando um aumento de 13,2% em relação ao ano anterior. O relatório evidencia que essa população permanece exposta a diferentes formas de violência e vulnerabilização social, comprometendo seu bem-estar e sua participação plena na sociedade. Tais dados demonstram que a discriminação baseada na orientação sexual e na identidade de gênero permanece como um desafio contemporâneo relevante para pesquisadores, organizações e formuladores de políticas públicas.

Nesse contexto, as organizações passaram a ocupar um papel cada vez mais relevante nos debates relacionados à diversidade, inclusão e representatividade. Se, por um lado, as marcas historicamente foram criticadas por reforçar estereótipos e padrões excludentes, por outro, observa-se um movimento crescente de empresas que buscam utilizar sua capacidade comunicacional para promover debates sociais e ampliar a visibilidade de grupos historicamente marginalizados. Essa mudança aproxima o marketing de discussões mais amplas sobre cidadania, justiça social e bem-estar coletivo, extrapolando sua tradicional função comercial.

Foi nesse cenário que a Coca-Cola Brasil lançou, em 2017, uma das campanhas de maior repercussão na publicidade brasileira contemporânea. Em celebração ao Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+, a empresa apropriou-se da expressão popular “Essa Coca é Fanta”, frequentemente utilizada de forma pejorativa para se referir a homens homossexuais, e acrescentou a provocação “E daí?”. A ação consistiu na distribuição de latas de Coca-Cola contendo Fanta Laranja em seu interior e estampadas com a frase “Essa Coca-Cola é Fanta. E daí?”. Inicialmente direcionada aos colaboradores da empresa na sede localizada no Rio de Janeiro, a campanha rapidamente ultrapassou os limites da comunicação interna e ganhou ampla repercussão nas redes sociais. A proposta consistia justamente em ressignificar uma expressão historicamente associada ao preconceito, transformando-a em uma mensagem de orgulho, respeito e valorização da diversidade.

A repercussão da campanha evidencia que as marcas contemporâneas não atuam apenas como agentes econômicos, mas também como agentes culturais capazes de influenciar discursos, práticas sociais e representações coletivas. Sob a perspectiva da *Consumer Culture Theory* (CCT), o mercado constitui um sistema de produção e circulação de significados que contribui para a construção de identidades, formas de pertencimento e narrativas culturais (Arnould & Thompson, 2005). Nessa perspectiva, campanhas publicitárias não apenas promovem produtos e serviços, mas participam ativamente da produção simbólica da vida social, influenciando percepções relacionadas a gênero, sexualidade, diversidade e inclusão.

Paralelamente, a Pesquisa Transformativa do Consumidor (PTC), originalmente denominada *Transformative Consumer Research* (TCR), oferece uma lente complementar ao direcionar sua atenção para problemas socialmente relevantes relacionados ao consumo, especialmente aqueles que afetam grupos em situação de vulnerabilidade. Surgida em 2005 no âmbito da *Association for Consumer Research* (ACR), a PTC dedica-se a compreender como as experiências de consumo afetam o bem-estar individual e coletivo, buscando produzir conhecimento capaz de contribuir para transformações sociais positivas. Entre seus principais interesses encontram-se temas relacionados à discriminação, exclusão social, qualidade de vida, justiça social e redução de vulnerabilidades (Mick et al., 2012).

Embora os estudos sobre diversidade, representatividade e comunicação de marcas tenham se expandido nos últimos anos, ainda são escassas as investigações que articulam os pressupostos da *Consumer Culture Theory* e da Pesquisa Transformativa do Consumidor para compreender como campanhas publicitárias podem atuar simultaneamente na produção de significados culturais e na promoção de transformações sociais. Grande parte das pesquisas concentra-se na análise da imagem corporativa, do posicionamento estratégico ou dos resultados mercadológicos das ações de comunicação, dedicando menor atenção aos seus possíveis impactos sobre o reconhecimento social, o bem-estar e a redução das vulnerabilidades enfrentadas por grupos historicamente marginalizados. Embora a CCT seja amplamente utilizada para compreender processos de construção de significados e identidades de consumo, e a PTC tenha se consolidado como uma agenda voltada ao bem-estar e à transformação social, ainda são limitados os estudos que integram ambas as perspectivas para analisar como práticas de mercado podem simultaneamente produzir significados culturais e promover mudanças socialmente relevantes. Essa lacuna torna-se particularmente relevante diante do potencial transformador que determinadas campanhas podem exercer ao ressignificar símbolos culturais amplamente disseminados na sociedade.

Diante desse contexto, emerge a seguinte questão de pesquisa: como a campanha “Essa Coca é Fanta. E daí?” contribui para a construção de representações sociais sobre diversidade sexual e para a promoção de transformações simbólicas relacionadas ao combate à homofobia? Assim, o objetivo geral deste estudo consiste em analisar a campanha “Essa Coca é Fanta. E daí?” à luz da *Consumer Culture Theory* (CCT) e da Pesquisa Transformativa do Consumidor (PTC), buscando compreender como a comunicação de marcas pode atuar na construção de significados culturais, na promoção da representatividade LGBTQIAPN+ e na transformação de discursos historicamente associados à homofobia.

Ao articular os pressupostos da CCT e da PTC, este trabalho pretende contribuir para o avanço das discussões sobre consumo, diversidade e transformação social. Além de ampliar a compreensão acerca do papel das marcas como agentes culturais capazes de influenciar práticas, percepções e experiências relacionadas ao bem-estar de grupos historicamente marginalizados, a pesquisa fortalece as interlocuções entre a *Consumer Culture Theory* e a Pesquisa Transformativa do Consumidor, demonstrando como

campanhas publicitárias podem atuar simultaneamente como mecanismos de produção de significados culturais e instrumentos de promoção do reconhecimento social, da inclusão e do bem-estar coletivo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 PESQUISA TRANSFORMATIVA DO CONSUMIDOR (PTC)

A Pesquisa Transformativa do Consumidor (PTC), originalmente denominada *Transformative Consumer Research* (TCR), surgiu formalmente em 2005 no âmbito da *Association for Consumer Research* (ACR), representando um movimento acadêmico comprometido com a ampliação da relevância social dos estudos sobre consumo. Seu desenvolvimento está associado à percepção de que grande parte da produção científica em comportamento do consumidor encontrava-se excessivamente concentrada em questões relacionadas à eficiência mercadológica, aos processos de compra e aos interesses organizacionais, dedicando menor atenção aos impactos do consumo sobre a qualidade de vida das pessoas e das coletividades (Mick et al., 2012; Coelho, 2015). Nesse contexto, a PTC emerge como uma agenda científica orientada para a compreensão e o enfrentamento de problemas socialmente relevantes, buscando produzir conhecimento capaz de contribuir para o bem-estar individual e coletivo.

Mais do que uma área temática específica, a PTC pode ser compreendida como uma orientação epistemológica comprometida com a transformação social. Conforme argumentam Davis, Ozanne e Hill (2016), o valor da pesquisa não deve ser mensurado apenas por sua capacidade explicativa ou por suas contribuições teóricas, mas também por seu potencial de gerar impactos positivos na sociedade. Essa perspectiva representa um deslocamento importante em relação às abordagens tradicionais do marketing, aproximando a pesquisa do consumidor de questões relacionadas à justiça social, à inclusão e à redução de desigualdades.

Nessa direção, o conceito de bem-estar ocupa posição central na abordagem. Para Mick et al. (2012), a finalidade da pesquisa transformativa não consiste apenas em compreender fenômenos de consumo, mas em produzir conhecimento capaz de melhorar as condições de vida dos indivíduos, grupos e comunidades. O bem-estar deixa de ser apenas um objeto de investigação e passa a constituir um critério de relevância científica. Andreasen, Goldberg e Sirgy (2012) reforçam esse entendimento ao argumentarem que pesquisas transformativas devem buscar compreender problemas concretos enfrentados pelos consumidores e contribuir para o desenvolvimento de soluções socialmente relevantes.

A preocupação com o bem-estar conduz diretamente à discussão sobre vulnerabilidade, outro conceito fundamental da PTC. Baker e Mason (2012) defendem que a vulnerabilidade não deve ser entendida como uma característica permanente dos indivíduos, mas como uma condição produzida pelas interações entre sujeitos e contextos específicos. Dessa forma, fatores econômicos, sociais, culturais e institucionais podem ampliar ou reduzir a capacidade dos indivíduos de participar plenamente dos mercados

e da vida social. Sob essa perspectiva, a vulnerabilidade passa a ser compreendida como uma construção relacional e contextual, e não como um atributo inerente a determinados grupos.

Ao longo de sua trajetória, a Pesquisa Transformativa do Consumidor tem sido aplicada a uma ampla variedade de problemas sociais relacionados ao consumo. Entre os estudos considerados pioneiros, destacam-se as investigações de Hill e Stephens (1997) sobre pobreza e consumo, evidenciando as dificuldades enfrentadas por mães em situação de vulnerabilidade econômica na gestão de recursos escassos. De forma semelhante, Baker, Gentry e Rittenburg (2005) aprofundaram a compreensão do conceito de vulnerabilidade do consumidor, demonstrando como determinadas condições sociais podem limitar a autonomia e o bem-estar dos indivíduos. Já Ozanne e Saatcioglu (2008) contribuíram para o fortalecimento de metodologias participativas voltadas à transformação social, defendendo a aproximação entre pesquisadores e grupos investigados na construção de soluções para problemas coletivos.

Além desses estudos, a agenda transformativa passou a contemplar temas como consumo infantil, envelhecimento, deficiência, sustentabilidade, saúde pública, dependência de substâncias, materialismo e exclusão social (Mick et al., 2012; Coelho, 2015). Mais recentemente, Davis, Ozanne e Hill (2016) destacam que a PTC ampliou sua atuação para questões relacionadas à justiça social, aos direitos humanos e ao reconhecimento de grupos historicamente marginalizados, reforçando o compromisso da área com a produção de conhecimento socialmente relevante.

Essa ampliação temática favoreceu a incorporação de discussões relacionadas à identidade, representatividade e reconhecimento social. Murray e Ozanne (1991) argumentam que a pesquisa do consumidor deve assumir uma postura crítica diante das desigualdades produzidas ou reproduzidas pelos sistemas de mercado. De modo convergente, Ozanne e Saatcioglu (2008) defendem que a produção do conhecimento deve ocorrer de forma colaborativa, valorizando as experiências dos grupos envolvidos nos problemas investigados. Nessa direção, a Pesquisa Transformativa do Consumidor busca ampliar a visibilidade de sujeitos historicamente marginalizados e contribuir para a construção de mercados mais inclusivos e socialmente responsáveis.

Nesse contexto, a população LGBTQIAPN+ pode ser compreendida como um grupo frequentemente exposto a processos de discriminação, invisibilização e violência simbólica que afetam diretamente suas experiências sociais e de consumo. Tais condições não apenas comprometem o bem-estar individual, mas também limitam oportunidades de reconhecimento, pertencimento e participação social. Assim, a análise de iniciativas que promovam representatividade e questionem discursos discriminatórios encontra respaldo direto nos pressupostos da Pesquisa Transformativa do Consumidor.

No contexto brasileiro, Pinto et al. (2016) defendem que a PTC deve avançar para além da identificação dos problemas sociais associados ao consumo, contribuindo para a construção de respostas concretas às demandas enfrentadas pelos consumidores. Nessa direção, Ássimos et al. (2019) propõem a

incorporação das chamadas tecnologias sociais como produtos das pesquisas transformativas, ampliando a capacidade de intervenção e impacto social do conhecimento produzido. Para os autores, a relevância da pesquisa está diretamente relacionada à sua capacidade de gerar benefícios que ultrapassem os limites da academia e alcancem os grupos investigados.

Sob essa perspectiva, a campanha “Essa Coca é Fanta. E daí?” apresenta-se como um caso particularmente relevante para os estudos transformativos do consumidor. Ao ressignificar uma expressão historicamente utilizada de forma pejorativa contra homens homossexuais, a iniciativa mobiliza questões diretamente relacionadas ao reconhecimento social, à inclusão e à redução de vulnerabilidades simbólicas. Mais do que uma ação promocional, a campanha pode ser compreendida como uma prática de mercado potencialmente transformadora, na medida em que amplia a visibilidade da população LGBTQIAPN+, promove novas formas de representação social e contribui para a circulação de discursos associados ao respeito e à diversidade. Dessa forma, o caso analisado oferece uma oportunidade relevante para compreender como estratégias de comunicação podem participar da promoção do bem-estar coletivo e da transformação de significados sociais historicamente associados ao preconceito e à exclusão.

2.2 VULNERABILIDADE, BEM-ESTAR E REPRESENTATIVIDADE LGBTQIAPN+

A Pesquisa Transformativa do Consumidor parte do pressuposto de que os mercados não são espaços neutros, mas ambientes capazes de promover ou restringir o bem-estar dos indivíduos (Mick et al., 2012). Nessa perspectiva, compreender situações de vulnerabilidade torna-se fundamental para analisar como estruturas sociais, culturais e mercadológicas influenciam as experiências dos consumidores e suas possibilidades de participação plena na vida social.

Baker e Mason (2012) argumentam que a vulnerabilidade não deve ser entendida como uma característica inerente aos indivíduos, mas como uma condição produzida pelas interações entre sujeitos e contextos específicos. Assim, fatores econômicos, institucionais, culturais e simbólicos podem ampliar situações de exclusão e restringir oportunidades de reconhecimento social. Sob essa ótica, a população LGBTQIAPN+ tem historicamente enfrentado diferentes formas de vulnerabilização decorrentes da discriminação, da homofobia e da heteronormatividade. Conforme destacam Siqueira, Ferreira e Zauli-Fellows (2006), indivíduos homossexuais frequentemente vivenciam dilemas relacionados à revelação de sua orientação sexual, situação que pode afetar suas relações familiares, profissionais e sociais. O receio da rejeição, do isolamento ou da violência faz com que muitos sujeitos ocultem aspectos centrais de sua identidade, produzindo impactos emocionais, psicológicos e sociais significativos.

A homofobia pode ser compreendida como uma manifestação de rejeição, aversão ou hostilidade direcionada a indivíduos cuja orientação sexual ou identidade de gênero diverge dos padrões heteronormativos socialmente estabelecidos (Koehler, 2013). Seus efeitos ultrapassam episódios explícitos

de violência física, manifestando-se também por meio de discriminações cotidianas, exclusões simbólicas, piadas depreciativas e processos de estigmatização que contribuem para a marginalização social de pessoas LGBTQIAPN+ (Borrillo, 2010; Bastos et al., 2017). Conforme argumentam Menezes e Silva (2017), tais práticas funcionam como mecanismos de controle social que reforçam padrões normativos e penalizam aqueles que se afastam das expectativas culturais dominantes.

Sob a perspectiva da Pesquisa Transformativa do Consumidor, essas experiências afetam diretamente o bem-estar dos indivíduos. Andreasen, Goldberg e Sirgy (2012) destacam que o bem-estar não se restringe à dimensão material, envolvendo também aspectos relacionados à dignidade, ao reconhecimento, à inclusão e à possibilidade de participação social. Dessa forma, experiências de discriminação e exclusão comprometem não apenas a esfera individual dos sujeitos, mas também suas relações com organizações, instituições, marcas e mercados.

Nesse contexto, a representatividade assume papel central na promoção do bem-estar e na redução de vulnerabilidades sociais. A presença de grupos historicamente marginalizados nos discursos midiáticos, publicitários e mercadológicos possui potencial para ampliar sentimentos de pertencimento, legitimidade e reconhecimento social. Davis, Ozanne e Hill (2016) argumentam que uma das principais contribuições da Pesquisa Transformativa do Consumidor consiste em ampliar a visibilidade de grupos frequentemente silenciados pelas estruturas sociais e pelos sistemas de mercado, favorecendo processos de inclusão e justiça social. De forma complementar, Murray e Ozanne (1991) defendem que a pesquisa do consumidor deve contribuir para processos emancipatórios capazes de fortalecer a autonomia e a participação de sujeitos historicamente excluídos.

Essa discussão aproxima-se das reflexões da Escola de Macromarketing e do marketing social. Leite et al. (2015) argumentam que o marketing deve ser compreendido como uma instituição social cujas ações produzem efeitos que transcendem objetivos estritamente econômicos. Da mesma forma, Costa (2015) destaca que as práticas mercadológicas participam ativamente da construção de percepções, valores e relações coletivas. Sob essa perspectiva, campanhas voltadas à promoção da diversidade e ao enfrentamento da discriminação podem contribuir para a transformação de discursos sociais e para a ampliação do reconhecimento de grupos historicamente marginalizados.

Kotler e Lee (2008) defendem que iniciativas de marketing social possuem potencial para promover mudanças cognitivas, comportamentais e valorativas, favorecendo a construção de novas formas de interpretar problemas sociais. Em consonância com essa perspectiva, Piovesan (2008) argumenta que a efetivação dos direitos humanos depende do reconhecimento da diversidade e da ampliação das condições de participação social dos diferentes grupos que compõem a sociedade. Assim, estratégias comunicacionais inclusivas podem contribuir para a desconstrução de estigmas, para a valorização das diferenças e para o fortalecimento de práticas sociais mais igualitárias.

Desse modo, a representatividade LGBTQIAPN+ nos mercados e nas narrativas produzidas pelas marcas ultrapassa questões relacionadas à visibilidade comercial. Sob a ótica da Pesquisa Transformativa do Consumidor, ela pode ser compreendida como um mecanismo de reconhecimento social capaz de ampliar o sentimento de pertencimento, fortalecer identidades e contribuir para a redução de vulnerabilidades historicamente produzidas por processos de discriminação e exclusão. Dessa forma, a representatividade emerge não apenas como uma questão comunicacional, mas como um elemento relevante para a promoção do bem-estar e da inclusão social em sociedades marcadas por desigualdades e disputas por reconhecimento.

2.3 CONSUMER CULTURE THEORY (CCT)

A *Consumer Culture Theory* (CCT) constitui uma das principais perspectivas interpretativistas dos estudos contemporâneos do consumo. Diferentemente das abordagens tradicionais centradas na racionalidade econômica e nos atributos funcionais dos produtos, a CCT compreende o consumo como um fenômeno sociocultural marcado por simbolismos, experiências, relações sociais e processos de construção identitária (Arnould & Thompson, 2005; Gaião, Souza & Leão, 2012). Nessa perspectiva, o interesse dos pesquisadores desloca-se da simples decisão de compra para a compreensão dos significados produzidos, compartilhados e disputados por consumidores, mercados e culturas.

O desenvolvimento da CCT está associado ao movimento de renovação dos estudos do consumidor ocorrido a partir do final da década de 1970, quando pesquisadores passaram a questionar a predominância de modelos positivistas centrados em experimentos e explicações exclusivamente econômicas do comportamento de consumo. A partir desse movimento, o consumo passou a ser analisado como prática cultural, experiencial e simbólica, ampliando significativamente as possibilidades analíticas do campo do marketing (Arnould & Thompson, 2005; Vera, Gosling & Shigaki, 2019). Assim, a CCT não corresponde a uma teoria única e homogênea, mas a uma tradição de pesquisa composta por diferentes perspectivas interessadas em compreender as relações dinâmicas entre mercados, cultura e práticas de consumo.

Um dos pressupostos centrais dessa abordagem consiste em compreender o consumidor como um sujeito interpretativo que atribui significados aos recursos simbólicos disponibilizados pelos mercados. Produtos, marcas, imagens e estilos de vida tornam-se recursos utilizados para expressar valores, construir identidades e comunicar pertencimentos sociais (Arnould, 2006). Essa compreensão aproxima-se das contribuições de Belk (1988), para quem os bens de consumo podem ser entendidos como extensões do *self*, participando ativamente da construção e da comunicação das identidades individuais.

De modo semelhante, McCracken (2003) argumenta que os bens de consumo carregam significados culturais que circulam socialmente e são apropriados, reinterpretados e transformados pelos consumidores em diferentes contextos. Nessa lógica, os mercados não oferecem apenas produtos, mas também repertórios

simbólicos capazes de influenciar formas de pertencimento, reconhecimento e expressão identitária. Consequentemente, as marcas deixam de ser compreendidas apenas como agentes econômicos e passam a ser analisadas como atores culturais envolvidos na produção e circulação de discursos, representações e ideologias sociais (Arnould & Thompson, 2005).

Essa perspectiva aproxima-se das contribuições de Holt (2002), que compreende as marcas como recursos culturais capazes de dialogar com tensões sociais existentes na sociedade e oferecer narrativas que produzem identificação, pertencimento e reconhecimento. Para o autor, marcas culturalmente relevantes são aquelas capazes de mobilizar questões socialmente significativas e oferecer recursos simbólicos que auxiliam os consumidores na interpretação do mundo social. Tal compreensão torna-se particularmente relevante em contextos marcados por disputas em torno de identidade, diversidade e representatividade.

Além disso, a CCT enfatiza que os significados associados ao consumo não são fixos nem universalmente compartilhados. Pinto e Lara (2011) destacam que símbolos, discursos e práticas de consumo encontram-se em constante processo de negociação, interpretação e ressignificação. Dessa forma, os sentidos atribuídos a produtos, marcas e representações culturais variam de acordo com os contextos sociais, históricos e culturais nos quais são produzidos e consumidos. Sob essa perspectiva, os mercados tornam-se espaços de disputa simbólica nos quais diferentes grupos sociais negociam identidades, legitimidades e formas de reconhecimento.

Arnould e Thompson (2005) organizam a CCT em torno de quatro grandes programas de pesquisa: projetos de identidade do consumidor, culturas de mercado, padrões sócio-históricos de consumo e ideologias do mercado midiático de massa e estratégias interpretativas dos consumidores. Para este estudo, destacam-se especialmente os projetos de identidade do consumidor e as ideologias do mercado midiático, pois permitem compreender como discursos produzidos por marcas participam da construção de identidades, da circulação de representações sociais e da legitimação de determinadas visões sobre gênero, sexualidade e diversidade.

No contexto brasileiro, a CCT consolidou-se como uma importante tradição de pesquisa por sua capacidade de investigar fenômenos marcados por subjetividade, identidade, simbolismo e experiência (Gaião, Souza & Leão, 2012). Além disso, tem contribuído para ampliar as fronteiras dos estudos de marketing ao incorporar discussões relacionadas à cultura, poder, representatividade e mediações sociais do consumo (Vera, Gosling & Shigaki, 2019). Nessa direção, Oliveira e Pinto (2023) argumentam que a força analítica da CCT reside justamente em sua capacidade de compreender os mercados como fenômenos relacionais, dinâmicos e culturalmente construídos, particularmente úteis para analisar contextos nos quais identidades, discursos, materialidades e significados encontram-se em permanente interação e disputa.

Sob essa perspectiva, a campanha “Essa Coca é Fanta. E daí?” pode ser compreendida como uma prática cultural que ultrapassa objetivos estritamente promocionais. Ao apropriar-se de uma expressão

historicamente utilizada de forma pejorativa contra indivíduos LGBTQIAPN+ e atribuir-lhe novos sentidos, a campanha participa da disputa simbólica pelos significados associados à diversidade sexual. O foco analítico, portanto, não reside apenas na comunicação mercadológica em si, mas na forma como mercados e marcas participam da produção, circulação e transformação de representações sociais.

Por fim, embora possuam origens e objetivos distintos, a *Consumer Culture Theory* e a Pesquisa Transformativa do Consumidor apresentam importantes pontos de convergência. Enquanto a CCT busca compreender como significados culturais são produzidos, negociados e incorporados às práticas de consumo, a Pesquisa Transformativa do Consumidor direciona sua atenção para os impactos desses processos sobre o bem-estar individual e coletivo. A articulação entre ambas as perspectivas permite analisar a campanha “Essa Coca é Fanta. E daí?” simultaneamente como um fenômeno cultural produtor de significados e como uma iniciativa potencialmente capaz de promover reconhecimento social, ampliar a representatividade e contribuir para a redução de vulnerabilidades enfrentadas pela população LGBTQIAPN+. Dessa forma, a integração entre CCT e PTC oferece uma lente analítica particularmente adequada para compreender como práticas de mercado podem produzir transformações simbólicas com potenciais repercussões sociais.

2.4 MARCAS, REPRESENTATIVIDADE E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Nas últimas décadas, as marcas passaram a ocupar um papel cada vez mais relevante na produção e circulação de significados sociais. Sob a perspectiva da *Consumer Culture Theory* (CCT), os mercados não operam apenas como sistemas de troca econômica, mas também como espaços culturais nos quais valores, identidades e representações são constantemente produzidos, negociados e transformados (Arnould & Thompson, 2005). Nesse contexto, as marcas deixam de ser compreendidas exclusivamente como identificadores de produtos e serviços para assumir funções relacionadas à construção de narrativas, à mediação de experiências e à participação em debates socialmente relevantes.

Essa compreensão encontra respaldo nas contribuições de McCracken (2003), para quem os significados culturais circulam continuamente entre a sociedade, os bens de consumo e os consumidores. Dessa forma, produtos e marcas tornam-se veículos por meio dos quais valores, crenças e visões de mundo são produzidos, compartilhados e legitimados socialmente. Ao incorporar determinados posicionamentos, as marcas podem tanto reforçar quanto desafiar normas culturais existentes, influenciando percepções relacionadas a gênero, raça, sexualidade, corpo e diversidade.

Holt (2002) argumenta que as marcas culturalmente relevantes são aquelas capazes de dialogar com tensões sociais presentes em determinado contexto histórico. Segundo o autor, as marcas funcionam como recursos culturais que oferecem narrativas por meio das quais consumidores interpretam conflitos, valores e transformações sociais. Sob essa perspectiva, sua relevância não decorre apenas dos atributos funcionais

dos produtos, mas da capacidade de produzir significados que gerem identificação, pertencimento e reconhecimento social.

A representatividade assume papel central nesse processo. A presença de grupos historicamente invisibilizados ou marginalizados nos discursos produzidos pelas marcas possui potencial para ampliar sua visibilidade social e legitimar identidades frequentemente excluídas das narrativas dominantes. Mais do que uma estratégia de comunicação, a representatividade pode ser compreendida como um mecanismo de reconhecimento social capaz de influenciar percepções sobre pertencimento, cidadania e inclusão. Quando indivíduos percebem suas identidades, experiências e trajetórias representadas nos discursos mercadológicos, ampliam-se as possibilidades de construção positiva do *self* e de fortalecimento dos vínculos sociais (Belk, 1988).

Essa discussão aproxima-se das reflexões de Oliveira e Pinto (2023), que compreendem os mercados como fenômenos relacionais e culturalmente construídos, nos quais diferentes atores disputam significados, identidades e formas de representação. Sob essa perspectiva, os efeitos produzidos pelas marcas não decorrem exclusivamente de suas ações isoladas, mas das interações estabelecidas entre consumidores, organizações, mídia, plataformas digitais e contextos socioculturais mais amplos. A representatividade, portanto, emerge de processos coletivos e dinâmicos de negociação simbólica.

A discussão também dialoga com a Pesquisa Transformativa do Consumidor. Mick et al. (2012) argumentam que práticas de mercado podem produzir impactos significativos sobre o bem-estar individual e coletivo. Dessa forma, iniciativas capazes de ampliar o reconhecimento social, reduzir estigmas e promover inclusão possuem potencial para contribuir para a diminuição de vulnerabilidades enfrentadas por grupos historicamente marginalizados. Davis, Ozanne e Hill (2016) acrescentam que a pesquisa transformativa busca compreender de que maneira mercados e organizações podem contribuir para a promoção da justiça social e da melhoria das condições de vida dos consumidores.

No contexto contemporâneo, observa-se um movimento crescente de marcas que incorporam pautas relacionadas à diversidade, inclusão e direitos humanos em suas estratégias de comunicação. Embora essas iniciativas frequentemente despertem debates sobre autenticidade, posicionamento institucional e interesses mercadológicos, elas também evidenciam que organizações ocupam posições relevantes na construção de discursos públicos. Conforme observam Leite et al. (2015), o marketing constitui uma instituição social cujos efeitos ultrapassam os limites das relações comerciais. De forma semelhante, Costa (2015) argumenta que as práticas mercadológicas participam ativamente da construção de valores, percepções e relações sociais.

Nessa direção, Kotler e Lee (2008) defendem que ações de comunicação orientadas por objetivos sociais possuem potencial para promover mudanças cognitivas, comportamentais e valorativas. Ao estimular reflexões, questionar preconceitos e ampliar a visibilidade de determinados grupos, essas

iniciativas podem favorecer transformações nas formas como problemas sociais são percebidos e debatidos. Sob essa perspectiva, a comunicação mercadológica ultrapassa sua função promocional e passa a atuar como instrumento de sensibilização, mobilização e transformação social.

Assim, a articulação entre *Consumer Culture Theory* e Pesquisa Transformativa do Consumidor permite compreender que as marcas podem atuar simultaneamente como agentes culturais e potenciais promotoras de transformação social. Ao influenciar representações, ampliar formas de reconhecimento e desafiar estigmas historicamente consolidados, determinadas práticas comunicacionais tornam-se relevantes não apenas para os mercados, mas também para a construção de sociedades mais inclusivas, diversas e socialmente responsáveis. Essa compreensão oferece bases teóricas importantes para analisar iniciativas comunicacionais voltadas à promoção da diversidade e ao enfrentamento de diferentes formas de discriminação social.

3 MÉTODO

A presente pesquisa possui abordagem qualitativa e está fundamentada no paradigma interpretativista. Esse paradigma parte do pressuposto de que a realidade social é construída por meio das interações humanas e dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências, privilegiando a compreensão dos sentidos produzidos em contextos socioculturais específicos (Denzin & Lincoln, 2018). Dessa forma, o interesse da investigação não está na mensuração de variáveis ou na generalização estatística dos resultados, mas na interpretação dos significados associados à campanha “Essa Coca é Fanta. E daí?” e de suas relações com a representatividade LGBTQIAPN+, a produção de sentidos culturais e a transformação social.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi desenvolvida por meio de pesquisa documental e netnografia. Segundo Kozinets (2014), a netnografia consiste na adaptação dos princípios etnográficos aos ambientes digitais, permitindo investigar práticas culturais, interações sociais, discursos e processos de construção de significados produzidos em espaços *online*. A adoção dessa estratégia mostrou-se adequada ao objeto investigado, considerando que a campanha analisada alcançou ampla repercussão em redes sociais, portais de notícias, blogs especializados e diferentes ambientes digitais, tornando-se objeto de debate, compartilhamento e ressignificação por distintos atores sociais.

A escolha da campanha “Essa Coca é Fanta. E daí?” justifica-se por sua relevância social, cultural e mercadológica. Lançada pela Coca-Cola Brasil em junho de 2017, em celebração ao Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+, a ação apropriou-se de uma expressão historicamente utilizada de forma pejorativa para se referir a homens homossexuais e promoveu sua ressignificação por meio de uma narrativa baseada na diversidade, no respeito e na inclusão. A ampla repercussão da campanha em veículos de comunicação, redes sociais e ambientes digitais transformou-a em um caso emblemático da publicidade

brasileira relacionada à diversidade sexual. Além disso, a iniciativa apresenta forte aderência aos pressupostos da *Consumer Culture Theory* e da Pesquisa Transformativa do Consumidor, uma vez que envolve a disputa de significados culturais, a construção de representações sociais e a potencial contribuição das marcas para a redução de vulnerabilidades e para a ampliação do reconhecimento social de grupos historicamente marginalizados.

O *corpus* empírico foi constituído a partir de materiais coletados entre agosto de 2025 e fevereiro de 2026. A seleção ocorreu por meio de buscas em mecanismos de pesquisa *online* utilizando o termo “Essa Coca é Fanta. E daí?”, correspondente ao *slogan* da campanha. Foram consultados materiais disponibilizados em portais jornalísticos, veículos especializados em marketing e publicidade, plataformas digitais e conteúdos relacionados à repercussão da ação em ambientes *online*. Ao todo, foram analisados 28 documentos, incluindo a peça oficial da Coca-Cola Brasil (2017), reportagens jornalísticas, matérias especializadas, publicações em portais de comunicação e conteúdos digitais relacionados à repercussão da iniciativa. A escolha dos materiais ocorreu de forma intencional, considerando sua relevância para a compreensão dos discursos, significados e representações produzidos em torno da campanha. A composição do *corpus* buscou contemplar diferentes perspectivas sobre o fenômeno investigado, permitindo examinar tanto os discursos produzidos pela marca quanto as interpretações e repercussões geradas em torno da ação comunicacional.

Para análise dos dados, empregou-se inicialmente a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016). A técnica foi utilizada para identificar, organizar e sistematizar os principais temas recorrentes presentes no corpus, seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados. Esse processo possibilitou a construção das categorias analíticas relacionadas à resignificação simbólica, representatividade LGBTQIAPN+, reconhecimento social, disputas discursivas e transformação social.

De forma complementar, utilizou-se a Análise do Discurso (Orlandi, 2009), buscando compreender os processos de produção de sentidos presentes nos discursos mobilizados pela campanha e em sua repercussão nos ambientes digitais. Enquanto a Análise de Conteúdo permitiu identificar padrões temáticos recorrentes, a Análise do Discurso possibilitou examinar como a marca constrói representações sobre diversidade sexual, quais posicionamentos discursivos são mobilizados e de que maneira ocorre a resignificação de uma expressão historicamente associada à discriminação contra indivíduos LGBTQIAPN+.

Com o objetivo de ampliar a robustez analítica da pesquisa, adotou-se a estratégia de triangulação (Denzin & Lincoln, 2018), articulando múltiplas fontes de dados, referenciais teóricos e procedimentos analíticos. A triangulação envolveu a utilização conjunta de materiais institucionais, reportagens jornalísticas, publicações especializadas e conteúdos digitais, bem como a articulação entre os pressupostos

da *Consumer Culture Theory* e da Pesquisa Transformativa do Consumidor. Além disso, a combinação entre netnografia, Análise de Conteúdo e Análise do Discurso possibilitou compreender simultaneamente os conteúdos manifestos da campanha, os sentidos produzidos nos processos de interação digital e os significados socioculturais associados à diversidade sexual e à representatividade LGBTQIAPN+.

Assim, a estratégia metodológica adotada permitiu investigar não apenas a campanha enquanto peça publicitária, mas também os processos de construção, circulação e ressignificação dos significados produzidos em torno dela, favorecendo uma compreensão mais ampla do papel das marcas na produção de discursos culturais e em potenciais processos de transformação social.

4 RESULTADOS

A campanha "Essa Coca é Fanta. E daí?" destacou-se por promover a ressignificação de uma expressão historicamente associada à homofobia, ampliando o debate sobre diversidade sexual, representatividade LGBTQIAPN+ e inclusão social. Considerando a *Consumer Culture Theory* (CCT) e a Pesquisa Transformativa do Consumidor (PTC), buscou-se compreender como a ação produziu e mobilizou significados culturais relacionados ao reconhecimento social e à transformação simbólica.

A análise dos dados foi realizada por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), que permitiu identificar categorias temáticas recorrentes nos materiais coletados, e da Análise do Discurso (Orlandi, 2009), que possibilitou aprofundar a compreensão dos sentidos, posicionamentos discursivos e disputas simbólicas presentes na campanha. A partir desse processo, os resultados foram organizados em quatro categorias analíticas: (a) Ressignificação de uma expressão historicamente associada à homofobia; (b) Representatividade LGBTQIAPN+ e construção de reconhecimento social; (c) Disputas discursivas e repercussões da campanha nos ambientes digitais; e (d) Comunicação de marcas, bem-estar e transformação social.

4.1 RESSIGNIFICAÇÃO DE UMA EXPRESSÃO HISTORICAMENTE ASSOCIADA À HOMOFOBIA

A primeira categoria identificada por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016) refere-se ao processo de ressignificação simbólica promovido pela campanha "Essa Coca é Fanta. E daí?". A análise dos materiais revelou a recorrência de temas relacionados à diversidade, inclusão, orgulho, respeito e enfrentamento da homofobia, indicando que a campanha foi estruturada em torno da reconstrução de significados historicamente associados à discriminação da população LGBTQIAPN+. Sob essa perspectiva, a ação não se limita à divulgação de uma mensagem institucional, mas busca transformar um discurso socialmente cristalizado em uma narrativa de reconhecimento, pertencimento e valorização da diferença.

Historicamente, a expressão "Essa Coca é Fanta" foi utilizada no contexto brasileiro como um enunciado pejorativo direcionado, sobretudo, a homens considerados afeminados ou presumidamente

homossexuais. Embora sua origem seja difusa e pouco documentada, trata-se de uma expressão amplamente disseminada no imaginário social brasileiro, funcionando como um mecanismo simbólico de estigmatização e reforço da heteronormatividade. Conforme observa Santos (2025), a força da campanha reside justamente na apropriação de um discurso marcado pela violência simbólica e em sua transformação em um símbolo de orgulho, resistência e visibilidade.

Sob a ótica da Análise do Discurso (Orlandi, 2009), observa-se que a campanha opera por meio do deslocamento de sentidos historicamente sedimentados. Para a autora, os discursos carregam memórias sociais que são continuamente atualizadas, disputadas e ressignificadas nos processos de produção de sentido. Nesse contexto, a inclusão da expressão complementar “E daí?” assume papel central na construção discursiva da campanha. Se anteriormente o enunciado funcionava como acusação, deboche ou mecanismo de exclusão, a nova formulação rompe com essa lógica ao transformar a interpelação em afirmação identitária. O que antes produzia constrangimento passa a produzir orgulho; o que antes reforçava a exclusão passa a reivindicar reconhecimento. A Figura 1 ilustra esse movimento discursivo de ressignificação, no qual uma expressão associada à homofobia é reapropriada e reinserida no espaço social com novos significados.

Figura 1. Ressignificação da expressão “Essa Coca é Fanta. E daí?” na campanha da Coca-Cola Brasil



Fonte: Adaptado de Coca-Cola Brasil (2017). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aiyoy2A7kPo>. Acesso em: 10 mai. 2026.

A Figura 1 materializa visualmente o processo de resignificação proposto pela campanha. A lata mantém integralmente os elementos associados à identidade visual da Coca-Cola (cor vermelha, tipografia e logotipo), mas incorpora a frase “Essa Coca é Fanta. E daí?”. Na segunda imagem, o ato de servir a bebida revela que, no interior da embalagem tradicional da Coca-Cola, encontra-se Fanta Laranja. Mais do que um recurso criativo, essa construção opera como uma metáfora visual sobre identidade, aparência e diferença.

Sob uma perspectiva semiótica, a campanha desafia pressupostos normativos que associam valor social à adequação a determinados padrões de comportamento, gênero ou sexualidade. Conforme destaca Dondis (2007), os elementos visuais não apenas representam objetos, mas produzem significados capazes de influenciar interpretações sociais e culturais. Nesse sentido, a oposição entre “parecer” e “ser”, frequentemente mobilizada para sustentar discursos discriminatórios, é desconstruída pela narrativa publicitária. O foco deixa de estar na conformidade com expectativas sociais e passa a enfatizar a legitimidade da diversidade. A campanha sugere que a diferença não constitui um problema a ser corrigido, mas uma condição legítima da experiência humana.

Essa interpretação dialoga diretamente com os pressupostos da *Consumer Culture Theory*. Conforme argumentam Arnould e Thompson (2005), os mercados atuam como sistemas produtores de significados culturais, e as marcas assumem papel ativo na circulação de narrativas, valores e representações sociais. Sob essa perspectiva, a Coca-Cola deixa de ocupar apenas a posição de anunciante para atuar como agente cultural capaz de intervir em disputas simbólicas relacionadas à diversidade sexual e ao reconhecimento social. Tal processo evidencia o que Oliveira e Pinto (2023) descrevem como a natureza relacional dos mercados, nos quais consumidores, organizações, mídias e contextos socioculturais participam conjuntamente da produção e circulação de significados.

A análise também encontra respaldo nas contribuições de McCracken (2003), para quem os bens de consumo funcionam como portadores de significados culturais. Nesse caso, a embalagem deixa de desempenhar exclusivamente sua função utilitária e passa a operar como um artefato simbólico que comunica valores relacionados à inclusão, ao orgulho e à representatividade LGBTQIAPN+. O produto transforma-se em um veículo de significados sociais, demonstrando como marcas podem participar da produção e circulação de discursos culturais mais amplos.

A Análise do Discurso permite compreender que a força da campanha não reside apenas na criatividade da mensagem, mas em sua capacidade de confrontar sentidos historicamente estabilizados. Conforme argumenta Orlandi (2009), os discursos não são estruturas estáticas, mas espaços de disputa nos quais diferentes atores sociais negociam significados e legitimidades. Nesse sentido, a inclusão da expressão “E daí?” rompe com a lógica de acusação e constrangimento associada ao enunciado original, convertendo-o em uma afirmação de orgulho, pertencimento e resistência. O discurso discriminatório não é apagado; ele é apropriado, tensionado e transformado.

Os resultados também dialogam com a Pesquisa Transformativa do Consumidor ao evidenciar que práticas mercadológicas podem contribuir para processos de reconhecimento social e redução de vulnerabilidades simbólicas. Conforme argumentam Mick et al. (2012), o potencial transformativo dos mercados está relacionado à sua capacidade de ampliar o bem-estar, a inclusão e a participação social de grupos historicamente marginalizados. Ao transformar um símbolo de exclusão em uma mensagem de valorização da diversidade, a campanha amplia a visibilidade da população LGBTQIAPN+ e contribui para processos de inclusão simbólica e fortalecimento identitário.

Dessa forma, a relevância da campanha transcende sua criatividade publicitária e sua repercussão midiática. Os achados indicam que a ação atuou como um dispositivo cultural capaz de disputar significados historicamente associados à homossexualidade, promovendo novas formas de representação e reconhecimento social. Sob a articulação entre a CCT e a PTC, observa-se que a comunicação mercadológica pode extrapolar objetivos promocionais e participar da construção de discursos socialmente relevantes, contribuindo para processos de inclusão, visibilidade e transformação simbólica.

4.2 REPRESENTATIVIDADE LGBTQIAPN+ E CONSTRUÇÃO DE RECONHECIMENTO SOCIAL

A segunda categoria identificada por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016) refere-se à representatividade LGBTQIAPN+ e aos processos de reconhecimento social mobilizados pela campanha. A recorrência de temas como diversidade, inclusão, respeito, orgulho, visibilidade e pertencimento aponta para uma ação comunicacional que ultrapassa a simples ressignificação de uma expressão popular, atuando na construção de novas formas de representação para sujeitos historicamente marginalizados nos discursos sociais, midiáticos e mercadológicos. Nessa direção, a iniciativa não apenas comunica uma mensagem favorável à diversidade, mas participa da produção de sentidos associados à legitimidade, à valorização das diferenças e à ampliação do reconhecimento da população LGBTQIAPN+.

A Figura 2 reúne memes, vídeos e conteúdos digitais relacionados à expressão “Essa Coca é Fanta”, permitindo visualizar que o enunciado já circulava amplamente na cultura digital brasileira antes mesmo da ação promovida pela Coca-Cola. A diversidade de formatos observados demonstra como a frase foi incorporada ao cotidiano das interações sociais e digitais, sendo frequentemente utilizada em tom jocoso, irônico ou depreciativo. Sua presença recorrente em diferentes ambientes sugere que o enunciado já integrava um repertório cultural amplamente compartilhado, funcionando como marcador simbólico associado a estereótipos sobre masculinidade e sexualidade.

Figura 2. Memória discursiva e circulação digital da expressão “Essa Coca é Fanta”



Fonte: Adaptado do vídeo *Essa Coca é Fanta*, disponível no YouTube (<https://www.youtube.com/watch?v=aiyoy2A7kPo>).
Elaboração do autor (2026).

A Figura 2 sintetiza a ampla circulação social da expressão antes da campanha, demonstrando como determinados enunciados permanecem ativos no imaginário coletivo e são constantemente reutilizados em diferentes contextos culturais. Conforme argumenta Orlandi (2009), os discursos carregam memórias históricas que permanecem disponíveis para novas interpretações e disputas de sentido. Nesse caso, a ação comunicacional não cria um novo discurso, mas intervém em uma estrutura simbólica previamente existente, apropriando-se de um enunciado amplamente reconhecido para produzir interpretações associadas ao respeito às diferenças e à valorização da diversidade sexual.

Ainda à luz da Análise do Discurso (Orlandi, 2009), essa circulação revela a existência de uma memória discursiva consolidada, atravessada por sentidos historicamente vinculados à estigmatização da homossexualidade masculina. Mais do que uma simples brincadeira popular, a expressão contribui para reproduzir determinadas representações sociais sobre gênero e sexualidade, colaborando para a manutenção de mecanismos simbólicos de exclusão. Nesse cenário, a relevância da campanha está justamente na disputa desses significados. Ao inserir-se em uma cadeia discursiva já estabelecida, a marca promove um deslocamento semântico que transfere a expressão do campo do preconceito para o campo do orgulho, da diversidade e do reconhecimento.

Os achados sugerem que os efeitos produzidos pela campanha ultrapassam a dimensão da mera visibilidade pública. Conforme discutem Arnould e Thompson (2005), os mercados constituem importantes sistemas produtores de significados culturais, influenciando a forma como grupos sociais são percebidos, representados e legitimados. Sob essa ótica, as marcas não apenas refletem transformações em curso na

sociedade, mas participam ativamente da construção de novas narrativas culturais. A iniciativa analisada exemplifica esse processo ao posicionar sujeitos LGBTQIAPN+ em uma narrativa afirmativa, distanciando-se de construções historicamente vinculadas ao preconceito, à marginalização e à invisibilização social.

Essa interpretação dialoga com as contribuições de Belk (1988), para quem bens, marcas e símbolos de consumo participam da constituição do *self* e dos processos identitários. Ao assumir publicamente um posicionamento favorável à diversidade, a ação oferece recursos simbólicos que podem ser apropriados pelos consumidores na construção e expressão de identidades individuais e coletivas. Nesse contexto, a representação não opera apenas como exposição visual, mas como mecanismo de legitimação social e fortalecimento identitário.

As reflexões de McCracken (2003) ampliam essa compreensão ao demonstrar que os bens de consumo funcionam como portadores e transmissores de significados culturais. A campanha ilustra como uma marca global pode atuar na circulação de valores relacionados à inclusão e ao respeito às diferenças, transformando um artefato de consumo em veículo de discursos sociais mais amplos. A embalagem deixa de representar exclusivamente um produto e passa a comunicar posicionamentos associados à pluralidade, ao reconhecimento e à valorização da diversidade sexual.

A discussão também encontra respaldo em Pinto e Lara (2011), que compreendem os significados do consumo como construções continuamente negociadas e reinterpretadas pelos diferentes atores envolvidos nas práticas de mercado. Sob essa perspectiva, os sentidos produzidos pela campanha não decorrem exclusivamente das intenções organizacionais, mas emergem das interações estabelecidas entre consumidores, mídia, movimentos sociais, plataformas digitais e a própria organização. Tal dinâmica reforça a natureza relacional dos mercados destacada por Oliveira e Pinto (2023), segundo os quais significados, identidades e representações resultam das conexões estabelecidas entre múltiplos atores, discursos, materialidades e contextos socioculturais.

No contexto brasileiro, Gaião, Souza e Leão (2012) argumentam que a *Consumer Culture Theory* contribui para compreender como práticas de consumo participam da construção de identidades e pertencimentos. A ação analisada ilustra esse fenômeno ao oferecer novas formas de representação para a população LGBTQIAPN+, ampliando espaços de reconhecimento em um contexto ainda marcado por diferentes formas de discriminação. Trata-se de um movimento que ultrapassa a simples presença pública dessas identidades e alcança processos de legitimação simbólica capazes de fortalecer vínculos sociais e ampliar sentimentos de pertencimento.

Em diálogo com a Pesquisa Transformativa do Consumidor, a representatividade assume papel relevante na promoção do bem-estar e na redução de vulnerabilidades sociais. Mick et al. (2012) defendem que iniciativas de mercado podem produzir impactos positivos quando contribuem para ampliar o

reconhecimento, reduzir estigmas e fortalecer processos de inclusão. Sob essa perspectiva, a campanha apresenta potencial transformativo ao estimular narrativas que reforçam a legitimidade da diversidade sexual e ampliam o espaço ocupado por grupos historicamente marginalizados nas representações sociais.

Por fim, a análise permite compreender que os efeitos simbólicos produzidos pela ação ultrapassam a simples inserção da temática LGBTQIAPN+ na comunicação corporativa. Os resultados apontam para um processo mais amplo de legitimação social, no qual uma expressão historicamente associada ao preconceito é reapropriada para produzir novos sentidos de pertencimento, orgulho e valorização da diferença. Sob a articulação entre a *Consumer Culture Theory* e a Pesquisa Transformativa do Consumidor, observa-se que as marcas podem participar ativamente da construção de significados culturais, da ampliação da visibilidade social e da promoção de formas mais inclusivas de reconhecimento. Dessa forma, a representatividade deixa de ser apenas uma estratégia comunicacional e passa a constituir um elemento relevante nos processos de cidadania, inclusão e transformação social.

4.3 DISPUTAS DISCURSIVAS E REPERCUSSÕES DA CAMPANHA NOS AMBIENTES DIGITAIS

A terceira categoria identificada por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016) refere-se às disputas discursivas e às repercussões geradas pela campanha nos ambientes digitais. A codificação dos materiais possibilitou identificar cinco núcleos temáticos recorrentes: (a) apoio à diversidade sexual; (b) reconhecimento e valorização da população LGBTQIAPN+; (c) críticas ao posicionamento da marca; (d) manifestações de boicote; e (e) debates sobre o papel das organizações em questões sociais. A presença recorrente desses temas sugere que a ação comunicacional não foi recebida de forma homogênea pelos diferentes públicos, mas desencadeou intensas negociações simbólicas em torno dos sentidos associados à diversidade sexual e ao posicionamento das marcas diante de pautas sociais contemporâneas.

Conforme observa Mugnaini (2018), a iniciativa, inicialmente desenvolvida para o público interno da Coca-Cola, rapidamente ultrapassou os limites organizacionais e alcançou ampla circulação nos ambientes digitais, tornando-se objeto de debates públicos sobre diversidade sexual, preconceito e posicionamento institucional. A ampla circulação da campanha demonstra que os sentidos produzidos pelas marcas não permanecem restritos aos seus emissores originais, mas passam a ser apropriados, reinterpretados e disputados por diferentes atores sociais.

Sob a perspectiva da Análise do Discurso (Orlandi, 2009), as manifestações observadas revelam a coexistência de diferentes formações discursivas que disputam a legitimidade dos sentidos atribuídos à diversidade sexual. Os comentários favoráveis mobilizam narrativas associadas ao respeito, à inclusão e ao reconhecimento da pluralidade de identidades, enquanto as manifestações contrárias recuperam discursos ancorados em concepções conservadoras e heteronormativas. A circulação simultânea dessas posições

demonstra que os sentidos não são estáveis nem controlados exclusivamente pela organização, mas constantemente negociados nos espaços sociais.

A leitura dos materiais também permite compreender que a campanha se transformou em um ponto de tensão simbólica capaz de mobilizar diferentes interpretações sobre sexualidade, cidadania e papel social das empresas. Conforme argumenta Orlandi (2009), os discursos são atravessados por memórias históricas e ideológicas que influenciam a forma como os sujeitos interpretam os acontecimentos. Nesse caso, a ação da Coca-Cola não foi recebida apenas como uma peça publicitária, mas como um posicionamento social capaz de ativar debates já existentes sobre diversidade e inclusão.

Figura 3. Repercussões e posicionamentos dos usuários sobre a campanha “Essa Coca é Fanta. E daí?” nas redes sociais



Fonte: Adaptado de Mugnaini (2018).

A Figura 3 sintetiza parte dessas repercussões ao reunir manifestações de usuários em redes sociais que expressam posições favoráveis e contrárias à campanha. Os comentários ilustram a pluralidade de interpretações produzidas em torno da ação e demonstram como os ambientes digitais funcionam como espaços de circulação, negociação e disputa de significados. Mais do que reações individuais, tais manifestações revelam diferentes posicionamentos culturais e ideológicos acerca da diversidade sexual e do papel das marcas na sociedade contemporânea.

Essa dinâmica aproxima-se das contribuições de Thompson (2004), para quem os consumidores não recebem passivamente as mensagens produzidas pelos mercados, mas as interpretam a partir de suas

experiências, valores e contextos socioculturais. Tal perspectiva ajuda a compreender por que uma mesma iniciativa foi percebida por alguns indivíduos como um símbolo de respeito e reconhecimento, enquanto outros a interpretaram como inadequada ou excessivamente política. Os sentidos atribuídos à campanha emergem justamente desse processo interpretativo, evidenciando a multiplicidade de leituras que caracteriza os fenômenos culturais contemporâneos.

Os achados também dialogam com os pressupostos da *Consumer Culture Theory*. Arnould e Thompson (2005) argumentam que os mercados constituem arenas culturais nas quais identidades, representações e significados são continuamente negociados. Nessa direção, a repercussão observada demonstra que as marcas não atuam em ambientes culturalmente neutros, mas participam de disputas relacionadas a valores, crenças e visões de mundo. A comunicação mercadológica deixa de ser compreendida apenas como transmissão de mensagens e passa a ser interpretada como um processo de produção, circulação e negociação de sentidos.

Essa interpretação aproxima-se das contribuições de Holt (2002), segundo as quais marcas culturalmente relevantes tornam-se pontos de tensão onde diferentes grupos sociais projetam valores e posicionamentos frequentemente conflitantes. Quando uma organização decide abordar temas socialmente sensíveis, como diversidade sexual e inclusão, passa a ocupar um espaço de debate público que inevitavelmente gera adesões, questionamentos e resistências. A controvérsia observada em torno da campanha ilustra precisamente esse fenômeno.

A dinâmica identificada nos ambientes digitais também encontra respaldo nas contribuições de Kozinets (2014), que compreende as comunidades *online* como espaços privilegiados de produção cultural. Nesses ambientes, consumidores compartilham experiências, constroem narrativas coletivas e expressam posicionamentos que influenciam a circulação dos significados associados às marcas. A ampla disseminação da campanha demonstra como as plataformas digitais ampliam a visibilidade dos discursos e favorecem a emergência de debates públicos em torno de temas socialmente relevantes.

De forma complementar, Castells (2018) argumenta que as redes digitais transformaram profundamente os processos de comunicação ao permitir que indivíduos e grupos produzam, disseminem e contestem discursos em escala global. Sob essa ótica, as plataformas digitais funcionam como arenas de disputa simbólica nas quais diferentes grupos procuram legitimar suas interpretações acerca da diversidade sexual, do papel das organizações e dos limites do ativismo corporativo. A repercussão observada confirma que os sentidos produzidos pelas marcas passam a integrar processos mais amplos de negociação cultural e política.

A interpretação dos dados também pode ser enriquecida pelas contribuições de Oliveira e Pinto (2023), que defendem que os fenômenos de consumo emergem das interações estabelecidas entre múltiplos atores, discursos, materialidades e contextos socioculturais. Os sentidos associados à campanha não

decorrem exclusivamente das intenções organizacionais, mas resultam das conexões estabelecidas entre consumidores, plataformas digitais, veículos de comunicação, movimentos sociais e demais agentes envolvidos na circulação da mensagem. Tal dinâmica reforça o caráter relacional e processual da construção dos significados nos mercados contemporâneos.

Sob a perspectiva da Pesquisa Transformativa do Consumidor, as controvérsias identificadas não devem ser interpretadas apenas como resistência à campanha, mas também como indícios de seu potencial transformativo. Conforme argumentam Pinto et al. (2016), iniciativas voltadas à promoção da inclusão e do bem-estar frequentemente desafiam estruturas sociais consolidadas, provocando tensões e reações divergentes. Nesse sentido, a coexistência de manifestações favoráveis e contrárias revela que a discussão sobre diversidade sexual permanece atravessada por disputas simbólicas e políticas que refletem desafios mais amplos presentes na sociedade contemporânea.

Em conjunto, os resultados sugerem que a campanha operou como um catalisador de debates públicos sobre diversidade sexual, mobilizando tanto discursos de apoio quanto manifestações de resistência. Sob a articulação entre a *Consumer Culture Theory* e a Pesquisa Transformativa do Consumidor, observa-se que a controvérsia gerada pela ação não constitui um efeito colateral da comunicação, mas parte do próprio processo de disputa simbólica por reconhecimento social. A repercussão identificada nos ambientes digitais demonstra que os mercados contemporâneos não apenas refletem transformações culturais em curso, mas também participam ativamente da negociação dos significados que orientam a vida social.

4.4 COMUNICAÇÃO DE MARCAS, BEM-ESTAR E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A quarta categoria identificada por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016) refere-se às relações entre comunicação de marcas, bem-estar e transformação social. A análise dos materiais revelou a recorrência de temas relacionados à inclusão, reconhecimento, respeito à diversidade, combate ao preconceito, valorização das diferenças, cidadania e responsabilidade social corporativa. Tais elementos sugerem que a ação analisada ultrapassou os limites da comunicação mercadológica tradicional, passando a ser interpretada como uma manifestação pública favorável à diversidade sexual e à ampliação da legitimidade social da população LGBTQIAPN+.

A presença recorrente dessas temáticas indica que a iniciativa não foi percebida apenas como uma estratégia promocional, mas como uma intervenção simbólica capaz de estimular reflexões sobre preconceito, inclusão e convivência com a pluralidade. Nessa direção, os achados apontam que a comunicação mercadológica pode desempenhar funções que extrapolam a promoção de produtos e serviços, participando da circulação de discursos associados a valores sociais mais amplos e contribuindo para a construção de novas formas de reconhecimento.

A partir da Análise do Discurso (Orlandi, 2009), observa-se que a narrativa construída pela Coca-Cola desloca a diversidade sexual do campo da marginalização para o campo da legitimidade social. Ao reapropriar-se de uma expressão historicamente utilizada como mecanismo de discriminação, a organização promove um movimento discursivo que associa a população LGBTQIAPN+ a valores como respeito, orgulho e valorização da diferença. Nesse processo, a comunicação da marca não apenas transmite uma mensagem institucional, mas participa ativamente da produção e circulação de sentidos que tensionam representações historicamente naturalizadas sobre gênero e sexualidade.

Essa interpretação dialoga diretamente com os pressupostos da Pesquisa Transformativa do Consumidor. Segundo Mick et al. (2012), a pesquisa transformativa busca compreender de que maneira mercados, organizações e políticas públicas podem contribuir para o bem-estar individual e coletivo, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades sociais. Diferentemente de abordagens centradas exclusivamente na eficiência mercadológica, a PTC direciona sua atenção para questões relacionadas à inclusão, justiça social, qualidade de vida e redução de desigualdades.

Sob essa ótica, os achados sugerem que a ação comunicacional apresenta potencial transformativo ao ampliar a visibilidade de um grupo historicamente marginalizado e ao favorecer a circulação de discursos voltados ao reconhecimento social. Embora uma iniciativa publicitária, isoladamente, não seja capaz de alterar estruturas sociais profundamente enraizadas, ela pode contribuir para ampliar o debate público e favorecer a emergência de narrativas mais inclusivas.

As contribuições de Murray e Ozanne (1991) reforçam essa compreensão ao defenderem uma agenda crítica para os estudos do consumo orientada à emancipação dos consumidores e à promoção da justiça social. Para os autores, mercados e organizações devem ser analisados não apenas por seus resultados econômicos, mas também pelos efeitos que produzem sobre a vida cotidiana e sobre as condições de existência dos indivíduos. Nessa perspectiva, a iniciativa analisada ilustra como práticas de mercado podem participar de processos mais amplos de mudança cultural e reconhecimento social.

Os resultados também dialogam com Ozanne e Saatcioglu (2008), que defendem que iniciativas orientadas para a transformação social devem considerar as experiências vividas por grupos historicamente vulnerabilizados. No caso da população LGBTQIAPN+, a representatividade assume papel particularmente relevante, uma vez que contribui para enfrentar processos de invisibilização e exclusão frequentemente presentes em diferentes esferas da vida social.

A discussão encontra respaldo na *Consumer Culture Theory*. Para Arnould e Thompson (2005), os mercados devem ser compreendidos como sistemas culturais que produzem, reproduzem e transformam significados sociais. Sob essa perspectiva, as marcas não atuam apenas como agentes econômicos responsáveis pela oferta de produtos e serviços, mas também como atores culturais que participam da construção de narrativas, identidades e representações coletivas. A ação analisada exemplifica esse processo

ao transformar um artefato de consumo em uma plataforma simbólica capaz de fomentar debates sobre diversidade, inclusão e cidadania.

Essa interpretação é fortalecida pelas contribuições de Holt (2002), que compreende as marcas como recursos culturais capazes de dialogar com tensões e contradições presentes na sociedade. Segundo o autor, marcas culturalmente relevantes são aquelas que produzem narrativas capazes de oferecer recursos simbólicos para a construção de identidades e para a interpretação de questões socialmente relevantes. Ao posicionar-se publicamente em favor da diversidade sexual, a Coca-Cola ultrapassa a lógica estritamente comercial e passa a ocupar um espaço de mediação cultural, participando de debates relacionados ao reconhecimento, à cidadania e à inclusão.

De forma complementar, Oliveira e Pinto (2023) argumentam que os fenômenos de consumo emergem de *assemblages* compostas por múltiplos atores, discursos, materialidades, tecnologias e contextos socioculturais em constante interação. Assim, os efeitos observados não podem ser atribuídos exclusivamente à atuação da organização, mas resultam das articulações estabelecidas entre consumidores, mídia, plataformas digitais, movimentos sociais e sistemas de mercado. Nessa perspectiva, mudanças culturais e processos de legitimação social emergem de dinâmicas relacionais complexas, e não da ação isolada de um único agente.

As reflexões de Pinto et al. (2016) complementam essa análise ao destacarem o potencial da Pesquisa Transformativa do Consumidor para compreender como práticas mercadológicas podem contribuir para o bem-estar, a inclusão social e a redução de vulnerabilidades. Nessa direção, iniciativas capazes de ampliar a visibilidade de grupos historicamente marginalizados e favorecer formas mais positivas de reconhecimento apresentam potencial para gerar impactos que ultrapassam a esfera do consumo, alcançando dimensões culturais e sociais mais amplas.

Em conjunto, os achados sugerem que a ação analisada ultrapassou os limites da publicidade convencional ao articular consumo, reconhecimento e inclusão. Mais do que promover uma marca, a iniciativa mobilizou narrativas capazes de ampliar a circulação de sentidos relacionados à diversidade sexual e ao respeito às diferenças. À luz da CCT e da PTC, observa-se que práticas comunicacionais podem atuar como mecanismos de mediação cultural, favorecendo processos de legitimação simbólica, fortalecimento identitário e ampliação do bem-estar de grupos historicamente marginalizados.

Com o objetivo de sintetizar os principais achados da pesquisa, o Quadro 1 apresenta uma articulação entre os resultados obtidos por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), as interpretações desenvolvidas a partir da Análise do Discurso (Orlandi, 2009) e suas aproximações com a *Consumer Culture Theory* e a Pesquisa Transformativa do Consumidor. Enquanto a Análise de Conteúdo possibilitou identificar os temas recorrentes presentes no corpus, a Análise do Discurso permitiu compreender os processos de produção, circulação e ressignificação dos sentidos mobilizados pela campanha. Em conjunto,

essas abordagens contribuem para compreender como a ação atuou na reconstrução de significados associados à diversidade sexual, na ampliação da representatividade LGBTQIAPN+ e na promoção de debates públicos relacionados ao reconhecimento social.

Quadro 1 – Síntese analítica dos resultados à luz da Análise de Conteúdo, Análise do Discurso, CCT e PTC

Categoria Analítica	Evidências da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016)	Interpretação da Análise do Discurso (Orlandi, 2009)	Articulação com CCT e PTC
Ressignificação de uma expressão historicamente associada à homofobia	Homofobia, preconceito, diversidade, inclusão e orgulho	Deslocamento de sentidos de um enunciado discriminatório para uma narrativa de valorização da diversidade	Produção de novos significados culturais e ampliação do reconhecimento social
Representatividade LGBTQIAPN+ e construção de reconhecimento social	Visibilidade, pertencimento, respeito, inclusão e reconhecimento	Legitimação simbólica de identidades historicamente marginalizadas	Construção identitária, ampliação da visibilidade e fortalecimento do bem-estar
Disputas discursivas e repercussões nos ambientes digitais	Apoio, críticas, boicote, polarização e debate público	Confronto entre diferentes formações discursivas e negociação dos sentidos da diversidade sexual	Mercados como arenas culturais de disputa simbólica
Comunicação de marcas, bem-estar e transformação social	Inclusão, cidadania, combate ao preconceito e responsabilidade corporativa	Construção de narrativas voltadas ao reconhecimento e à valorização da diversidade	Potencial das práticas de mercado para promover inclusão e redução de vulnerabilidades

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A articulação entre Análise de Conteúdo e Análise do Discurso permitiu compreender não apenas os temas recorrentes presentes nos materiais analisados, mas também os processos de produção, circulação e disputa de sentidos mobilizados pela ação comunicacional. Enquanto a Análise de Conteúdo possibilitou identificar padrões temáticos relacionados à diversidade, representatividade e inclusão, a Análise do Discurso permitiu examinar como esses sentidos foram construídos, negociados e resignificados nos diferentes contextos de circulação da campanha. Em conjunto, os resultados reforçam as contribuições da *Consumer Culture Theory* e da Pesquisa Transformativa do Consumidor para a compreensão do papel das marcas como agentes culturais capazes de participar de debates socialmente relevantes, ampliando a visibilidade de grupos historicamente marginalizados e favorecendo processos de reconhecimento, pertencimento e bem-estar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a campanha “Essa Coca é Fanta. E daí?” à luz da *Consumer Culture Theory* (CCT) e da Pesquisa Transformativa do Consumidor (PTC), buscando compreender de que maneira uma ação de comunicação mercadológica pode contribuir para a produção de significados relacionados à representatividade LGBTQIAPN+, ao reconhecimento social e à transformação cultural. A partir da pesquisa documental e netnográfica, articuladas à Análise de Conteúdo (Bardin, 2016) e à Análise do Discurso (Orlandi, 2009), foi possível atingir o objetivo proposto e responder à questão de pesquisa, evidenciando que a iniciativa analisada ultrapassou os limites da publicidade tradicional ao atuar como espaço de produção, circulação, disputa e ressignificação de sentidos associados à diversidade sexual.

Os achados demonstraram que a ação promoveu a ressignificação de uma expressão historicamente utilizada de forma pejorativa contra indivíduos LGBTQIAPN+, convertendo-a em uma narrativa associada ao orgulho, à valorização da diversidade e à legitimidade social. Verificou-se, ainda, que a comunicação desenvolvida ampliou a visibilidade desse grupo, favorecendo a construção de representações mais positivas e contribuindo para o fortalecimento de discursos relacionados ao pertencimento, à inclusão e ao respeito às diferenças. A análise também revelou que a repercussão nos ambientes digitais foi marcada pela coexistência de posicionamentos favoráveis e contrários, evidenciando que os sentidos associados à diversidade sexual permanecem em constante negociação entre consumidores, organizações, mídia e movimentos sociais. Por fim, observou-se que a iniciativa apresenta potencial transformativo ao estimular debates públicos sobre cidadania, combate à homofobia e convivência com a pluralidade, ampliando oportunidades de reconhecimento para grupos historicamente marginalizados.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para o fortalecimento das interlocuções entre a *Consumer Culture Theory* e a Pesquisa Transformativa do Consumidor. Enquanto a CCT possibilitou compreender o fenômeno investigado como uma arena de disputas simbólicas, construção identitária e produção de significados culturais, a PTC permitiu analisar como essas dinâmicas podem influenciar o bem-estar, a inclusão e a redução de vulnerabilidades sociais. Ao articular essas duas perspectivas, a pesquisa demonstra que a compreensão dos processos culturais do consumo pode ser enriquecida quando associada a preocupações relacionadas à justiça social, ao reconhecimento e à melhoria das condições de vida de grupos historicamente invisibilizados.

No campo do marketing e da comunicação, os resultados ampliam a compreensão sobre o papel das marcas em contextos socioculturais marcados por tensões, desigualdades e disputas por legitimidade. Os achados sugerem que organizações contemporâneas podem assumir funções que transcendem objetivos estritamente econômicos, atuando como agentes culturais capazes de influenciar debates públicos, ampliar a visibilidade de grupos historicamente marginalizados e participar da construção de narrativas relacionadas à diversidade, à cidadania e aos direitos humanos. Tal constatação reforça a necessidade de compreender

as práticas mercadológicas não apenas como instrumentos de geração de valor econômico, mas também como mecanismos de produção de sentidos e intervenção cultural.

Sob uma perspectiva gerencial, os resultados indicam que iniciativas alinhadas à diversidade e à inclusão podem contribuir para o fortalecimento das relações entre marcas e consumidores ao promover identificação, reconhecimento e proximidade simbólica. Contudo, também evidenciam que posicionamentos institucionais relacionados a temas socialmente sensíveis tendem a gerar controvérsias e disputas discursivas, exigindo coerência entre discurso organizacional, práticas corporativas e valores efetivamente incorporados pelas organizações.

Como limitações, destaca-se a análise de um único caso e a utilização de materiais documentais e digitais específicos relacionados à ação investigada. Embora essas características tenham possibilitado uma compreensão aprofundada do fenômeno, os resultados não devem ser generalizados para todas as iniciativas de diversidade promovidas por organizações. Além disso, a pesquisa concentrou-se nos discursos produzidos e circulados em torno da campanha, não contemplando diretamente as percepções de consumidores LGBTQIAPN+ ou dos profissionais envolvidos em sua concepção e execução.

Para estudos futuros, recomenda-se a realização de investigações comparativas entre diferentes campanhas voltadas à diversidade e à inclusão, bem como pesquisas que explorem as percepções de consumidores pertencentes a grupos minorizados acerca dos efeitos dessas iniciativas sobre suas experiências de consumo e seus processos identitários. Sugere-se, ainda, o aprofundamento das interlocuções entre *Consumer Culture Theory*, Pesquisa Transformativa do Consumidor, *Assemblage Theory* e abordagens críticas do consumo, ampliando a compreensão sobre os mecanismos pelos quais mercados, organizações e consumidores participam da construção de sociedades mais inclusivas.

Em síntese, o estudo reforça que o consumo não pode ser compreendido apenas como um fenômeno econômico, mas como um espaço de produção de significados, identidades e disputas culturais. Ao ressignificar uma expressão historicamente associada ao preconceito, a ação analisada demonstra que práticas mercadológicas podem participar da construção de narrativas mais inclusivas e da ampliação do reconhecimento social. Embora não sejam capazes de transformar isoladamente estruturas sociais complexas, marcas e mercados podem atuar como importantes agentes culturais, contribuindo para a circulação de discursos que valorizem a diversidade, promovam a cidadania e favoreçam formas mais amplas de inclusão e bem-estar coletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andreasen, A. R., Goldberg, M. E., & Sirgy, M. J. (2012). Foundational research on consumer welfare: Opportunities for transformative consumer research. In D. G. Mick, S. Pettigrew, C. Pechmann, & J. L.

- Ozanne (Eds.), *Transformative consumer research for personal and collective well-being* (pp. 25–46). Routledge.
- Arnould, E. J. (2006). *Consumer Culture Theory: Retrospective and prospect. Research in Consumer Behavior*, 11, 1–28.
- Arnould, E. J., & Thompson, C. J. (2005). *Consumer Culture Theory (CCT): Twenty years of research. Journal of Consumer Research*, 31(4), 868–882.
- Ássimos, B. M., Almeida, G. T., Batinga, G. L., & Pinto, M. R. (2019). A construção de tecnologias sociais como produto das pesquisas transformativas do consumidor: Uma inspiração psicossociológica. *Gestão & Sociedade*, 13(34), 2710–2735.
- Baker, S. M., Gentry, J. W., & Rittenburg, T. L. (2005). Building understanding of the domain of consumer vulnerability. *Journal of Macromarketing*, 25(2), 128–139.
- Baker, S. M., & Mason, M. (2012). Toward a process theory of consumer vulnerability and resilience. In D. G. Mick, S. Pettigrew, C. Pechmann, & J. L. Ozanne (Eds.), *Transformative consumer research for personal and collective well-being*. Routledge.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bastos, G. G., Garcia, D. A., & Sousa, L. M. A. (2017). A homofobia em discurso: Direitos humanos em circulação. *Linguagem em (Dis)curso*, 17(1), 11–24.
- Belk, R. W. (1988). Possessions and the extended self. *Journal of Consumer Research*, 15(2), 139–168.
- Borrillo, D. (2010). *Homofobia: História e crítica de um preconceito*. Autêntica.
- Castells, M. (2018). *Ruptura: A crise da democracia liberal*. Zahar.
- Coelho, P. F. C. (2015). A pesquisa transformativa do consumidor: Reflexões e diretrizes para pesquisadores brasileiros. *Economia & Gestão*, 15(40), 4–27.
- Coca-Cola Brasil. (2017). *Essa Coca é Fanta. E daí?* [Campanha institucional]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=aiyoy2A7kPo>
- Costa, F. J. (2015). *Marketing e sociedade*. Editora UFPB.
- Davis, B., Ozanne, J. L., & Hill, R. P. (2016). The transformative consumer research movement. *Journal of Public Policy & Marketing*, 35(2), 159–169.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2018). *The Sage handbook of qualitative research* (5th ed.). Sage.
- Dondis, D. A. (2007). *Sintaxe da linguagem visual*. Martins Fontes.
- Gaião, B. F. S., Souza, I. L., & Leão, A. L. M. S. (2012). *Consumer Culture Theory (CCT) já é uma escola de pensamento em marketing? Revista de Administração de Empresas*, 52(3), 330–344.

Grupo Gay da Bahia. (2025). *Observatório de mortes e violências contra LGBTQIA+ no Brasil: Relatório anual 2024*. Grupo Gay da Bahia.

Hill, R. P., & Stephens, D. L. (1997). Impoverished consumers and consumer behavior: The case of AFDC mothers. *Journal of Macromarketing*, 17(2), 32–48.

Holt, D. B. (2002). Why do brands cause trouble? A dialectical theory of consumer culture and branding. *Journal of Consumer Research*, 29(1), 70–90.

Koehler, S. M. F. (2013). Homofobia, cultura e violências: A desinformação social. *Interacções*, 9(26), 129–152.

Kotler, P., & Lee, N. R. (2008). *Social marketing: Influencing behaviors for good*. Sage.

Kozinets, R. V. (2014). *Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online*. Penso.

Leite, R. S., Pinto, M. R., Teixeira, D. J., Joaquim, A. M., & Andrade, M. L. (2015). “Mocinho” ou “bandido”? O marketing e suas relações com a sociedade no “fio da navalha”. *Economia & Gestão*, 15(40), 251–275.

McCracken, G. (2003). *Cultura e consumo: Novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Mauad.

Menezes, M. S., & Silva, J. P. (2017). Serviço social e homofobia: A construção de um debate desafiador. *Revista Katálysis*, 20(1), 122–129.

Mick, D. G., Pettigrew, S., Pechmann, C., & Ozanne, J. L. (Eds.). (2012). *Transformative consumer research for personal and collective well-being*. Routledge.

Mugnaini, H. K. C. S. (2018). Comunicação interna e ativismo cidadão: Estudo de caso da campanha “Essa Coca é Fanta, e daí?”. *Comunicação Pública*, 13(25).

Murray, J. B., & Ozanne, J. L. (1991). The critical imagination: Emancipatory interests in consumer research. *Journal of Consumer Research*, 18(2), 129–144.

Oliveira, W. A. M., & Pinto, M. R. (2023). *Consumer Culture Theory e Assemblage Theory: Interloquções e proposta de uma agenda de pesquisa*. *Revista Alcance*, 30(1), 98–114.

Orlandi, E. P. (2009). *Análise de discurso: Princípios e procedimentos* (8. ed.). Pontes.

Ozanne, J. L., & Saatcioglu, B. (2008). Participatory action research. *Journal of Consumer Research*, 35(3), 423–439.

Pinto, M. R., Batinga, G. L., Ássimos, B. M., & Almeida, G. T. (2016). Transformative consumer research: Reflexões, diretrizes e uma análise do campo no Brasil. *Revista Interdisciplinar de Marketing*, 6(2), 54–66.

Pinto, M. R., & Lara, J. E. (2011). As experiências de consumo na perspectiva da teoria da cultura do consumo (CCT): Uma agenda de pesquisa. *Revista Organizações em Contexto*, 7(14), 11–33.

Piovesan, F. (2008). Ações afirmativas no Brasil: Desafios e perspectivas. *Revista Estudos Feministas*, 16(3), 887–896.

Santos, H. L. (2025). *Análise tradutória e cultural da campanha “Essa Coca é Fanta, e daí?”: Estratégias de localização para a língua inglesa* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.

Siqueira, M. V. S., Ferreira, R. C., & Zauli-Fellows, A. (2006). *Gays no ambiente de trabalho: Uma agenda de pesquisa*. In *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD)*. Salvador, BA, Brasil.

Siqueira, M. V. S., & Zauli-Fellows, A. (2006). Diversidade e identidade gay nas organizações. *Gestão & Planejamento*, 7(14), 69–81.

Thompson, C. J. (2004). Marketplace mythology and discourses of power. *Journal of Consumer Research*, 31(1), 162–180.

Vera, L. A. R., Gosling, M., & Shigaki, H. B. (2019). *Consumer Culture Theory: Evolução, principais temas e contribuições para os estudos do consumo*. *Revista Gestão & Tecnologia*, 19(3), 158–182.

CORPOS EDITADOS, IDENTIDADES EM CONSTRUÇÃO: PADRÕES DE BELEZA NO INSTAGRAM E IMPACTOS NA ADOLESCÊNCIA FEMININA SOB A PERSPECTIVA DA *CONSUMER CULTURE THEORY*

EDITED BODIES, IDENTITIES IN CONSTRUCTION: BEAUTY STANDARDS ON INSTAGRAM AND THEIR IMPACTS ON FEMALE ADOLESCENCE FROM THE PERSPECTIVE OF *CONSUMER CULTURE THEORY*

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-006>

Celiane Mendes Rodrigues

Curso de Administração / UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros
E-mail: celianemendesrodrigues251@gmail.com

Lana Cordeiro de Alcântara

Curso de Administração / UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros
E-mail: alcantaralana77@gmail.com

Mirela Rodrigues Aguiar

Curso de Administração / UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros
E-mail: mirelaunimontes@gmail.com

Thauan de Jesus Ribeiro

Curso de Administração / UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros
E-mail: thauanribeiro2020@gmail.com

Wanderklayson Aparecido Medeiros de Oliveira

Curso de Administração / UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros
Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA / PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
E-mail: wanderklayson.oliveira@unimontes.br

RESUMO

O avanço das redes sociais digitais intensificou a circulação de imagens idealizadas e consolidou novos padrões de beleza, especialmente no Instagram, plataforma marcada pela centralidade da estética e da visibilidade. Nesse contexto, adolescentes do sexo feminino tornam-se mais suscetíveis aos impactos dessas representações, por estarem em um período de construção identitária e formação da autoimagem. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo analisar como adolescentes residentes em Brasília de Minas – MG interpretam os padrões de beleza disseminados no Instagram e quais os impactos dessas representações na percepção corporal e nos processos de construção identitária. A pesquisa possui abordagem qualitativa, de natureza exploratória, fundamentada no paradigma interpretativista e ancorada na *Consumer Culture Theory* (CCT), perspectiva que compreende o consumo como prática simbólica e cultural. Como procedimentos metodológicos, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com doze adolescentes do sexo

feminino e análise de conteúdo de postagens de influenciadoras digitais no Instagram. Os resultados evidenciaram que as participantes reconhecem a existência de padrões estéticos dominantes associados à magreza, pele sem imperfeições e aparência considerada “perfeita”. Observou-se também a presença de processos constantes de comparação social, associados à geração de insegurança, ansiedade e insatisfação corporal. Além disso, verificou-se que influenciadoras digitais atuam como importantes mediadoras culturais, legitimando padrões de beleza e influenciando práticas de consumo, reconhecimento social e formas de apresentação do eu no ambiente digital. Conclui-se que o Instagram exerce papel significativo na construção da autoimagem e da identidade de adolescentes, reforçando a necessidade de ampliar debates sobre cultura digital, saúde emocional, consumo simbólico e uso crítico das redes sociais.

Palavras-chave: *Consumer Culture Theory*; Instagram; Padrões de Beleza; Autoimagem; Adolescentes.

ABSTRACT

The advancement of digital social networks has intensified the circulation of idealized images and consolidated new beauty standards, especially on Instagram, a platform marked by the centrality of aesthetics and visibility. In this context, female adolescents become more susceptible to the impacts of these representations, as they are in a period of identity construction and *self*-image formation. Therefore, this study aimed to analyze how female adolescents living in Brasília de Minas – MG interpret the beauty standards disseminated on Instagram and the impacts these representations have on body perception and identity construction processes. The research adopts a qualitative and exploratory approach, grounded in the interpretivist paradigm and based on *Consumer Culture Theory* (CCT), a perspective that understands consumption as a symbolic and cultural practice. As methodological procedures, semi-structured interviews were conducted with twelve female adolescents, along with content analysis of Instagram posts published by digital influencers. The results showed that the participants recognize the existence of dominant aesthetic standards associated with thinness, flawless skin, and a “perfect” appearance. Constant processes of social comparison were also identified, associated with feelings of insecurity, anxiety, and body dissatisfaction. In addition, digital influencers were found to act as important cultural mediators, legitimizing beauty standards and influencing consumption practices, social recognition, and forms of *self*-presentation in the digital environment. It is concluded that Instagram plays a significant role in the construction of adolescents’ *self*-image and identity, reinforcing the need to expand debates on digital culture, emotional health, symbolic consumption, and the critical use of social networks.

Keywords: *Consumer Culture Theory*; Instagram; Beauty Standards; *Self*-Image; Female Adolescents.

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a imagem deixou de ser um simples registro do real para tornar-se uma ferramenta central de gestão da identidade. No ecossistema digital do Instagram, essa dinâmica atinge seu ápice por meio da estética dos corpos editados, figuras lapidadas por filtros e *softwares* de edição que estabelecem uma curadoria visual exaustiva voltada ao apagamento das imperfeições. Este cenário institui uma nova gramática da visibilidade na qual as influenciadoras digitais atuam como mediadoras simbólicas, convertendo padrões estéticos inalcançáveis em referências de sucesso e moedas de troca social. Assim, o avanço das tecnologias digitais e a popularização das redes sociais transformaram significativamente as formas de interação social, comunicação e construção da identidade, consolidando uma cultura da imagem na qual a visibilidade e a estética passam a desempenhar papel central na mediação das relações sociais (Santaella, 2005; Baitello Junior, 2010; Featherstone, 1995).

Para a adolescente do sexo feminino, esse ambiente apresenta camadas de complexidade acentuadas. A adolescência constitui um período de intensificação dos processos identitários, no qual a autoimagem e a percepção corporal assumem papel central na definição do eu. Quando a subjetividade dessas jovens é atravessada por algoritmos que privilegiam corpos padronizados, a comparação social deixa de ser um movimento esporádico para tornar-se uma prática cotidiana de autovigilância. Surge, nesse contexto, um tensionamento profundo sobre como construir uma identidade autêntica diante de um espelho digital que projeta o ideal em detrimento do real. Além disso, a adolescência é uma fase marcada por intensas transformações físicas, emocionais e sociais, sendo também um período fundamental para a construção da identidade e da autoestima (Sant'Anna, 2001). Nesse processo, a busca por pertencimento e reconhecimento social tende a se intensificar, especialmente em ambientes digitais caracterizados pela visibilidade constante (Dal Bello, 2011; Recuero, 2009).

Diante desse cenário, o presente artigo investiga o seguinte problema: como adolescentes do sexo feminino interpretam os padrões de beleza disseminados no Instagram e quais os significados atribuídos a essas representações, bem como seus desdobramentos na construção da autoimagem e da identidade? A relevância do estudo justifica-se pelo caráter exploratório necessário para compreender fenômenos socioculturais complexos no campo do consumo e da comunicação, especialmente em contextos regionais que, embora globalizados digitalmente, guardam especificidades locais que demandam aprofundamento analítico. Nesse sentido, a constante exposição a imagens corporais idealizadas pode influenciar a forma como adolescentes percebem seus próprios corpos, afetando sua autoestima e seus comportamentos de consumo (Costa et al., 2023; Nascimento et al., 2024). Ademais, influenciadoras digitais desempenham papel relevante na legitimação desses padrões estéticos, contribuindo para a construção de referências simbólicas de beleza e sucesso (Queiroz *et al.*, 2022; Resende e De Tilio, 2023). Estudos também indicam

que tais dinâmicas podem impactar a autopercepção corporal e aspectos relacionados ao bem-estar de adolescentes (Soares *et al.*, 2021).

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar como os padrões de beleza disseminados no Instagram são interpretados por adolescentes do sexo feminino residentes em Brasília de Minas, Minas Gerais, investigando os significados atribuídos a essas representações e seus desdobramentos na construção da autoimagem e da identidade. Para tanto, adotou-se uma metodologia qualitativa de natureza exploratória, fundamentada no paradigma interpretativista. A estratégia investigativa articulou a análise de conteúdo de postagens de influenciadoras de alto engajamento com a realização de doze entrevistas semiestruturadas, permitindo confrontar a produção simbólica dos conteúdos digitais com a recepção e a vivência subjetiva das participantes. Do ponto de vista teórico, o estudo ancora-se na *Consumer Culture Theory* (CCT), que compreende o consumo como um campo de produção e negociação de significados culturais, por meio do qual os indivíduos constroem identidades, valores e formas de pertencimento (Arnould e Thompson, 2005). Nessa perspectiva, os padrões de beleza disseminados no Instagram podem ser entendidos como construções socioculturais que influenciam práticas de consumo e processos identitários. Conforme Pinto e Zampier (2013), os significados culturais do consumo são socialmente construídos e compartilhados, sendo continuamente (re)interpretados pelos indivíduos em seus contextos cotidianos. Nesse ínterim, Oliveira e Pinto (2023) destacam a relevância de abordagens socioculturais para compreender fenômenos contemporâneos de consumo mediados por tecnologias digitais, reforçando a pertinência desta investigação.

O texto está estruturado em cinco partes essenciais. Após esta seção introdutória, o referencial teórico discute a cultura da imagem e a psicologia da adolescência. A terceira seção detalha os procedimentos metodológicos e a quarta seção compreende a análise temática dos dados, integrando as dimensões cognitiva, emocional e identitária observadas em campo. Por fim, as considerações finais sintetizam os impactos verificados, refletindo sobre a urgência de debates acerca da literacia visual e do bem-estar digital na juventude contemporânea. Dessa forma, o estudo contribui para: (a) ampliar a compreensão dos impactos socioculturais dos padrões de beleza no ambiente digital; (b) avançar os estudos de marketing e comportamento do consumidor sob uma perspectiva sociocultural; e (c) oferecer subsídios para reflexões acadêmicas e sociais acerca da relação entre redes sociais, identidade, autoestima e saúde mental na adolescência.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 *CONSUMER CULTURE THEORY*

A *Consumer Culture Theory* (CCT) constitui uma perspectiva relevante para compreender o consumo para além de sua dimensão utilitária ou estritamente econômica. Em vez de tratar o consumidor

apenas como alguém que escolhe produtos com base em atributos funcionais, essa abordagem considera que o consumo envolve experiências, simbolismos, práticas sociais e processos de construção de identidade. Nesse sentido, a CCT consolida-se como uma tradição de pesquisa alinhada ao paradigma interpretativista, interessada em compreender como mercados, bens, imagens e discursos participam da produção de significados na vida cotidiana (Arnould e Thompson, 2005; Souza *et al.*, 2013).

O desenvolvimento da CCT, que também é conhecida como Teoria de Cultura do Consumo, está associado ao movimento de renovação dos estudos do consumidor ocorrido a partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980, quando pesquisadores passaram a questionar a predominância de abordagens positivistas centradas em experimentos, *surveys* e modelos estatísticos. A partir desse deslocamento, o consumo começou a ser analisado como fenômeno cultural, experiencial e simbólico, o que ampliou significativamente o escopo da pesquisa em marketing e comportamento do consumidor. Assim, a CCT não constitui uma teoria única e fechada, mas uma família de perspectivas teóricas voltadas à análise das relações dinâmicas entre ações de consumo, sistemas de mercado e significados culturais (Arnould e Thompson, 2005; Vera, Gosling e Shigaki, 2019).

Um dos aspectos centrais da CCT é compreender o consumidor como sujeito interpretativo, isto é, como agente que atribui sentidos aos recursos oferecidos pelo mercado e os utiliza na construção de projetos identitários. Nessa perspectiva, produtos, marcas, imagens e estilos de vida não são apenas objetos externos, mas elementos mobilizados pelos indivíduos para expressar pertencimentos, diferenças, desejos e visões de mundo (Arnould, 2006). Isso significa que o consumo participa da constituição do *self*, ajudando a organizar práticas e narrativas por meio das quais os sujeitos constroem e comunicam quem são ou quem desejam ser.

Essa compreensão aproxima-se das contribuições de McCracken (2003), para quem os bens de consumo carregam significados culturais que circulam socialmente e são apropriados pelos indivíduos em contextos específicos. De modo semelhante, Pinto e Zampier (2013) destacam que os significados do consumo não são naturais nem fixos, mas socialmente produzidos, compartilhados e reinterpretados. Assim, o mercado não oferece apenas objetos; ele disponibiliza repertórios simbólicos que podem ser incorporados aos projetos identitários dos consumidores. No caso deste estudo, isso é particularmente relevante porque os padrões de beleza disseminados no Instagram não operam apenas como referências estéticas, mas como signos culturais capazes de influenciar modos de perceber o corpo, a feminilidade, a aceitação social e a autoestima.

Outro ponto importante é que a CCT não concebe a cultura como um sistema homogêneo de valores compartilhados por todos. Ao contrário, essa tradição enfatiza a heterogeneidade dos contextos socioculturais e a multiplicidade de grupos, práticas e formas de interpretação presentes na sociedade contemporânea (Pinto e Lara, 2011). Isso é essencial para compreender por que diferentes adolescentes

podem reagir de modos distintos às mesmas imagens e discursos de beleza no Instagram. Embora expostas a conteúdos semelhantes, elas os interpretam a partir de trajetórias, referências, experiências e condições sociais específicas.

Arnould e Thompson (2005) organizam a CCT em torno de quatro grandes programas de pesquisa: projetos de identidade do consumidor; culturas de mercado; padrões sócio-históricos de consumo; e ideologias do mercado midiático de massa e estratégias interpretativas dos consumidores. Para este artigo, ganham maior destaque os projetos de identidade do consumidor e as ideologias midiáticas, pois ajudam a compreender como imagens, discursos e padrões veiculados nas redes sociais participam da construção da autoimagem e da identidade na adolescência feminina. O Instagram, nesse sentido, pode ser entendido como um ambiente no qual mercados, influenciadoras, algoritmos e práticas de consumo visual se articulam na circulação de representações idealizadas do corpo e da aparência.

No contexto brasileiro, a CCT já se consolidou como uma importante escola de pensamento nos estudos de consumo, especialmente por sua capacidade de investigar temas marcados por subjetividade, simbolismo e experiência (Gaião, Souza e Leão, 2012). Além disso, tem contribuído para ampliar a agenda do marketing ao incorporar discussões sobre cultura, poder, identidade e mediações sociais do consumo (Vera, Gosling e Shigaki, 2019). Nessa direção, Oliveira e Pinto (2023) destacam que a força da CCT está justamente em sua capacidade de dialogar com fenômenos contemporâneos complexos, ampliando as possibilidades analíticas para compreender práticas de consumo atravessadas por mercados, tecnologias e construções simbólicas. Ainda que os autores discutam interlocuções com outras abordagens, sua contribuição reforça a vitalidade da CCT como lente sociocultural para examinar experiências de consumo em contextos marcados por mediações múltiplas.

2.2 CULTURA DA IMAGEM E CONSTRUÇÃO SOCIAL DA BELEZA

A cultura da imagem define-se não apenas pelo excesso de estímulos visuais, mas pela primazia do “parecer” sobre o “ser”, transformando a visualidade na principal gramática das relações contemporâneas. Sob essa lógica, a construção social da beleza deixa de ser um dado biológico para tornar-se um artefato cultural, moldado por uma literacia visual que educa o olhar para desejar padrões técnicos de simetria e contraste. A onipresença das imagens digitais cria uma nova sensibilidade, na qual o conceito de belo é negociado e validado pelo alcance e pela reprodutibilidade técnica. Assim, a beleza deixa de ser um valor estético isolado e passa a operar como dispositivo de poder, identidade e consumo, estruturado por linguagens visuais que orientam como o corpo deve ser percebido e performado socialmente (Dondis, 2007; Santaella, 2005; Featherstone, 1995; Pinto e Zampier, 2013).

A cultura da imagem manifesta-se de forma concreta no uso cotidiano de filtros em redes sociais como Instagram e TikTok. O que Dondis (2007) descreve como alfabetismo visual aparece na prática

quando usuários ajustam brilho, contraste e saturação para alcançar uma estética considerada ideal, evidenciando que a beleza contemporânea é uma construção técnica e intencional. Essa manipulação digital dialoga com a ideia de espetacularização do eu, na qual o corpo passa a ser editado para se tornar uma mercadoria visual no mercado da atenção. Nesse contexto, a imagem mediada por algoritmos cria um simulacro, no qual o rosto filtrado passa a ser referência de real, gerando uma busca constante por adequação estética (Lipovetsky, 2000; Santaella, 2005).

No cotidiano, essa “perfeição” das redes revela-se como uma fabricação contínua. O uso de filtros para afinar traços ou esconder imperfeições evidencia o uso estratégico da linguagem visual na construção de uma aparência socialmente aceita. No entanto, esse padrão existe apenas na tela, produzindo um conflito entre a imagem digital e o corpo real. A comparação constante leva à sensação de inadequação, uma vez que se tenta alcançar, no mundo físico, um ideal que é essencialmente artificial (Dondis, 2007; Santaella, 2005).

Além disso, a busca por uma aparência impecável torna-se uma exigência social associada à validação e ao reconhecimento. A lógica da visibilidade transforma a vida cotidiana em uma vitrine permanente, na qual a beleza deixa de ser atributo natural e passa a ser um projeto contínuo de construção e exposição. Nesse processo, o valor do indivíduo tende a ser associado ao engajamento de sua imagem, reforçando padrões estéticos que circulam como produtos simbólicos no mercado contemporâneo (Lipovetsky, 2000; Featherstone, 1995).

Historicamente, a beleza sempre esteve associada a distinções sociais, mas na contemporaneidade assume contornos mais intensos com o que Baitello Junior (2014) denomina de iconofagia, isto é, o processo pelo qual a imagem passa a devorar a realidade sensível. Nesse cenário, o corpo físico perde centralidade diante de sua versão editada, e a experiência vivida passa a ser subordinada à sua representação visual. A estética torna-se, assim, um imperativo de consumo e performance, influenciando diretamente a forma como os indivíduos percebem a si mesmos e aos outros (Baitello Junior, 2010; Santaella, 2005).

Essa dinâmica evidencia uma desconexão crescente entre o corpo real e a imagem digital. O cuidado com a aparência passa a ser direcionado mais à estética do perfil do que ao bem-estar físico, reforçando uma lógica na qual o que importa é a visibilidade. Nesse sentido, a construção da beleza se insere em práticas culturais mais amplas, nas quais os indivíduos interpretam e negociam significados a partir de referências compartilhadas socialmente, evidenciando o papel do consumo na formação da identidade (Featherstone, 1995; Pinto e Zampier, 2013; Oliveira e Pinto, 2023).

Somado a isso, a estetização da existência transforma o corpo em um capital visual que precisa ser constantemente gerido e exibido para garantir pertencimento social. A necessidade de ser “postável” em tempo integral gera uma pressão contínua, na qual momentos cotidianos passam a ser organizados como

performances visuais. Essa lógica intensifica o cansaço emocional, uma vez que o indivíduo se vê permanentemente avaliado pelo olhar do outro (Lipovetsky, 2000; Featherstone, 1995).

Por fim, a padronização estética promovida por algoritmos reforça a imposição de um modelo único de beleza, baseado em critérios visuais específicos como simetria e uniformidade. A sintaxe visual contribui para a naturalização desses padrões, tornando-os aparentemente espontâneos, quando, na verdade, são construções técnicas e culturais. Compreender a imagem como construção permite desenvolver uma leitura crítica da visualidade e questionar os padrões impostos, abrindo espaço para a valorização da diversidade e para uma relação mais autônoma com a própria imagem (Dondis, 2007; Santaella, 2005; Baitello Junior, 2010).

2.3 REDES SOCIAIS, CULTURA DA VISIBILIDADE E INFLUENCIADORAS DIGITAIS

As transformações tecnológicas ocorridas nas últimas décadas colaboraram para mudanças significativas nas formas de comunicação e interação social. Com o avanço da internet, surgiram novas estruturas baseadas na conexão entre indivíduos e sistemas informacionais, fazendo com que as redes digitais passassem a desempenhar papel fundamental na organização das relações sociais contemporâneas. Nesse sentido, as redes configuram uma nova morfologia social, influenciando a comunicação, a produção de informações e as interações entre os indivíduos (Castells, 1999; Recuero, 2009).

As redes sociais digitais podem ser compreendidas como estruturas formadas por atores e suas conexões, nas quais indivíduos compartilham informações, experiências e conteúdos em ambientes virtuais. Nesse cenário, plataformas como o Instagram se destacam por sua natureza essencialmente visual, permitindo a circulação de imagens e narrativas que representam aspectos da vida cotidiana. Ao criar um perfil, o usuário passa a construir uma espécie de narrativa autobiográfica, organizando conteúdos que formam uma imagem de si, real ou encenada, no ambiente digital (Ramos e Martins, 2018; Recuero, 2009).

Dessa forma, o Instagram pode ser entendido como um espaço de comunicação estética, no qual imagens, textos e recursos digitais se combinam na construção de identidades. Nesse ambiente, a cultura da visibilidade torna-se um fenômeno central, uma vez que aspectos da vida privada passam a ser compartilhados publicamente. A exposição da intimidade deixa de ser exceção e passa a integrar as práticas cotidianas de comunicação, evidenciando uma lógica na qual ser visto torna-se fundamental para existir socialmente (Dal Bello, 2011; Castells, 1999).

Além disso, os usuários não compartilham conteúdos de forma totalmente espontânea, mas realizam escolhas estratégicas sobre o que publicar, selecionando imagens e narrativas que representem uma versão desejada de si mesmos. Esse processo, conhecido como curadoria da própria imagem, envolve decisões sobre o que mostrar, como mostrar e quando mostrar, reforçando o papel das redes sociais como espaços de construção simbólica da identidade. Nesse sentido, o Instagram também se configura como um ambiente

de apresentação do corpo, no qual os indivíduos constroem representações de si por meio das imagens compartilhadas (Seitenfus *et al.*, 2024; Ramos e Martins, 2018).

Nesse contexto, emergem as influenciadoras digitais como agentes centrais na mediação de discursos sobre beleza, estilo de vida e identidade. Essas figuras constroem autoridade simbólica nas redes sociais e passam a influenciar comportamentos, opiniões e práticas de consumo, especialmente entre jovens e adolescentes. No Instagram, essa influência ocorre principalmente por meio de conteúdos visuais cuidadosamente produzidos, que combinam estética, narrativa pessoal e estratégias de engajamento (Queiroz *et al.*, 2022).

A lógica da plataforma favorece a circulação de imagens visualmente atraentes, frequentemente associadas a corpos idealizados e estilos de vida considerados desejáveis. Nesse cenário, as influenciadoras digitais desempenham papel fundamental na construção e legitimação de padrões estéticos, uma vez que compartilham conteúdos marcados por edição, filtros e curadoria visual. Esses conteúdos não apenas refletem padrões de beleza existentes, mas também contribuem para sua consolidação, estabelecendo referências de comparação para os usuários (Almeida e Vilela, 2024; Resende e De Tilio, 2023).

Esse processo também está diretamente relacionado ao consumo, pois as influenciadoras promovem produtos, procedimentos estéticos e estilos de vida, contribuindo para a construção de desejos que envolvem não apenas aspectos materiais, mas também simbólicos, como aceitação social e pertencimento. Assim, os padrões de beleza disseminados nas redes sociais influenciam tanto a autoestima quanto o comportamento de consumo, evidenciando a relação entre estética, identidade e mercado (Nascimento *et al.*, 2024; Pinto e Zampier, 2013).

Na adolescência, essa dinâmica torna-se ainda mais intensa, uma vez que se trata de um período marcado pela construção da identidade e pela busca de referências externas. A exposição contínua a imagens idealizadas estimula processos de comparação social, nos quais as adolescentes avaliam suas próprias características a partir de padrões frequentemente inalcançáveis. Esse processo pode gerar insatisfação corporal, redução da autoestima e impactos no bem-estar psicológico (Soares *et al.*, 2021; Costa *et al.*, 2023).

Nesse íterim, as próprias usuárias passam a reproduzir esses padrões em suas publicações, utilizando filtros, edições e estratégias de curadoria estética para se aproximar dos modelos difundidos pelas influenciadoras. Dessa forma, estabelece-se um ciclo contínuo de produção e reprodução de padrões estéticos, no qual os indivíduos deixam de ser apenas consumidores e passam também a atuar como produtores de conteúdo alinhado a essas normas.

Assim, as influenciadoras digitais não apenas refletem padrões de beleza, mas atuam ativamente em sua construção e legitimação, funcionando como referências culturais que orientam práticas de consumo, formas de apresentação do eu e processos identitários. Esses fenômenos evidenciam a interseção entre

cultura digital, mercado e subjetividade, na qual os indivíduos interpretam e negociam significados a partir de conteúdos mediados por tecnologias digitais (Sant’Anna, 2001; Oliveira e Pinto, 2023).

Portanto, compreender as redes sociais, a cultura da visibilidade e o papel das influenciadoras digitais é fundamental para analisar como padrões estéticos são produzidos, disseminados e internalizados. Esse cenário revela que a estética não é apenas uma questão individual, mas um fenômeno social, mediado por práticas de consumo, tecnologias e dinâmicas culturais que influenciam diretamente a construção da identidade e da autoimagem na contemporaneidade.

2.4 ADOLESCÊNCIA, IDENTIDADE E AUTOIMAGEM NO AMBIENTE DIGITAL

A adolescência é considerada uma fase fundamental para o desenvolvimento psicológico e social do indivíduo, sendo marcada por diversas transformações físicas, emocionais e sociais. Nesse período, ocorre um importante processo de construção da identidade, no qual o jovem busca compreender quem é, quais valores possui e qual é o seu lugar na sociedade. Trata-se de uma etapa diretamente associada à formação da identidade pessoal, caracterizada por questionamentos e pela busca de pertencimento social (Erikson, 1968).

Durante esse processo, a construção da autoimagem torna-se um elemento central. A autoimagem refere-se à forma como o indivíduo percebe e avalia a si mesmo, incluindo aspectos físicos, emocionais e sociais. Na sociedade contemporânea, marcada pela forte presença das tecnologias digitais, essa percepção passa a ser influenciada não apenas pelo ambiente social imediato, mas também pelo conteúdo consumido nas redes sociais. Assim, esses ambientes digitais assumem papel relevante na formação da identidade e da autoimagem dos jovens, ao promoverem constante exposição a imagens e representações idealizadas de aparência e estilo de vida (Perloff, 2014).

Nesse contexto, a grande quantidade de imagens editadas ou cuidadosamente selecionadas tende a reforçar padrões de beleza muitas vezes irreais, contribuindo para processos de comparação social entre os usuários. A teoria da comparação social explica que os indivíduos avaliam suas próprias características a partir da comparação com outras pessoas, sendo esse processo particularmente intenso durante a adolescência, período em que a busca por aceitação social se intensifica (Festinger, 1954).

Nas redes sociais, essa comparação ocorre de forma contínua por meio da observação de fotos, publicações e estilos de vida compartilhados por outros usuários. Diversos estudos indicam que esse tipo de comparação pode influenciar diretamente a satisfação corporal e a autoestima, uma vez que muitos adolescentes passam a utilizar essas representações como referência para avaliar a própria aparência. Nesse sentido, a comparação com imagens idealizadas tende a gerar insatisfação corporal e percepção negativa de si (Holland e Tiggemann, 2016).

Além disso, o ambiente digital pode intensificar as pressões relacionadas à aparência vivenciadas pelos jovens. A valorização de determinados padrões corporais, amplamente difundidos nas redes sociais, pode gerar sentimentos de inadequação e baixa autoestima. A exposição frequente a conteúdos relacionados à aparência está associada ao aumento da preocupação com o corpo e à internalização de padrões estéticos muitas vezes inalcançáveis, reforçando a influência das mídias digitais na construção da autoimagem (Tiggemann, 2011).

Dessa forma, o ambiente digital configura-se como um espaço central na construção da identidade durante a adolescência. A interação constante com conteúdos visuais e a possibilidade de comparação social ampliam a influência dos padrões de beleza sobre a percepção que os jovens têm de si mesmos. Nesse processo, a autoimagem deixa de ser construída apenas a partir de experiências diretas e passa a ser mediada por referências digitais, evidenciando a relação entre cultura, consumo e construção identitária (Perloff, 2014; Pinto e Zampier, 2013; Oliveira e Pinto, 2023).

Assim, compreender a relação entre redes sociais, comparação social e autoimagem torna-se fundamental para analisar os impactos dos padrões de beleza digitais na formação identitária dos adolescentes, especialmente em um contexto marcado pela intensificação da visibilidade e pela circulação de modelos estéticos idealizados.

3 MÉTODO

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória, fundamentada no paradigma interpretativista, que busca compreender os significados, experiências e interpretações dos sujeitos em seus contextos socioculturais. Alinhado à perspectiva da *Consumer Culture Theory* (CCT), o estudo parte do entendimento de que o consumo, as práticas midiáticas e as representações visuais participam ativamente da construção de identidades, sendo, portanto, centrais para a compreensão dos processos de formação da autoimagem na contemporaneidade (Arnould e Thompson, 2005; Pinto e Zampier, 2013; Oliveira e Pinto, 2023). Nesse sentido, a pesquisa analisa os significados atribuídos por adolescentes do sexo feminino aos padrões de beleza disseminados no Instagram e seus desdobramentos na construção da identidade e da percepção corporal.

A abordagem qualitativa mostrou-se adequada para a investigação de fenômenos socioculturais complexos, especialmente aqueles relacionados à produção simbólica da imagem e às práticas de consumo mediadas digitalmente, permitindo apreender percepções, experiências e interpretações dos sujeitos (Denzin e Lincoln, 2006; Minayo, 2013). O caráter exploratório justifica-se pela necessidade de aprofundamento analítico do fenômeno no campo dos estudos de consumo, comunicação e cultura (Gil, 2019).

O delineamento da pesquisa articula duas estratégias metodológicas complementares: (a) entrevistas semiestruturadas com adolescentes e (b) análise de conteúdo de postagens de influenciadoras digitais no Instagram. Essa combinação permitiu integrar a dimensão da produção simbólica, que é expressa nas imagens e discursos circulantes na plataforma, com a dimensão da recepção e interpretação, evidenciada nas experiências das participantes, perspectiva coerente com abordagens socioculturais do consumo (Thompson, 1995; Santaella, 2012). Nesse contexto, o Instagram é compreendido como um espaço de mediação cultural e estética, no qual imagens, algoritmos e práticas de curadoria contribuem para a construção e legitimação de padrões de beleza e formas de apresentação do eu (Santaella, 2012; Baitello Junior, 2014).

Participaram da pesquisa adolescentes do sexo feminino, com idade entre 15 e 18 anos, residentes em Brasília de Minas – MG. A seleção ocorreu por amostragem não probabilística por conveniência, considerando o acesso das pesquisadoras às participantes (Gil, 2019). Foram realizadas 12 entrevistas, número considerado adequado para garantir profundidade analítica e recorrência temática, conforme o critério de saturação teórica (Minayo, 2013). A escolha do público adolescente justifica-se por se tratar de um período marcado pela intensificação dos processos de construção identitária, nos quais a autoimagem e a percepção corporal assumem papel central (Erikson, 1976; Tiggemann e Slater, 2013). Por se tratar de participantes menores de idade, a realização das entrevistas ocorreu mediante autorização prévia dos pais ou responsáveis legais, que foram informados sobre os objetivos da pesquisa e autorizaram a utilização das informações para fins exclusivamente acadêmicos. As participantes também foram informadas sobre o caráter voluntário da participação e sobre a garantia de confidencialidade das informações fornecidas.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, conduzidas a partir de um roteiro previamente elaborado, no período de 02/04/2026 a 29/04/2026. Esse tipo de instrumento permite equilibrar direcionamento teórico e flexibilidade, possibilitando explorar em profundidade as percepções das participantes (Minayo, 2013). As entrevistas foram realizadas individualmente, gravadas mediante autorização prévia das participantes e de seus responsáveis legais, possuindo duração média entre 20 e 30 minutos cada. A coleta resultou em aproximadamente 5 horas de material empírico gravado, posteriormente transcrito integralmente para fins de análise. O roteiro contemplou temas como uso do Instagram, consumo de conteúdos visuais, relação com influenciadoras digitais, percepção de padrões de beleza, processos de comparação social e impactos na autoimagem e identidade. A utilização das entrevistas está alinhada à proposta interpretativista da CCT, ao privilegiar a compreensão das experiências vividas e dos significados construídos pelos sujeitos em suas práticas cotidianas de consumo digital.

Com o objetivo de preservar a integridade, o anonimato e a confidencialidade das participantes, as adolescentes entrevistadas foram identificadas ao longo da análise por códigos alfanuméricos, sendo denominadas E1, E2, E3 [...] até E12, evitando qualquer possibilidade de identificação individual. Além

disso, não foram coletadas nem divulgadas informações pessoais que permitissem o reconhecimento das participantes, garantindo a confidencialidade dos dados e o uso ético dos relatos apresentados.

De forma complementar, realizou-se a análise de conteúdo de postagens das influenciadoras digitais Bianca Andrade (~18,6 milhões de seguidores), Virginia Fonseca (~56,9 milhões de seguidores) e Jade Picon (~20,7 milhões de seguidores), selecionadas em função do elevado número de seguidores, alto engajamento e forte associação de seus conteúdos com estética, beleza e estilo de vida. Foram analisadas as três postagens com maior engajamento de cada perfil, totalizando nove publicações. Foram analisadas as postagens com maior engajamento de cada perfil, observando-se elementos como representações corporais e faciais, uso de filtros e edição de imagens, composição estética dos *feeds*, estratégias de curadoria visual e discursos relacionados aos padrões de beleza e à construção da imagem no ambiente digital. Essa etapa fundamenta-se na compreensão de que influenciadoras digitais atuam como agentes de mediação cultural, contribuindo para a disseminação, naturalização e legitimação de padrões estéticos no ambiente digital (Abidin, 2016; De Veirman, Cauberghe e Hudders, 2017).

Os dados foram analisados por meio da análise temática, conforme proposta por Braun e Clarke (2006), permitindo identificar padrões de sentido tanto nas falas das participantes quanto nas postagens analisadas. O processo envolveu leitura flutuante, codificação inicial, construção de categorias temáticas e interpretação à luz do referencial teórico. Inicialmente, realizou-se a leitura exaustiva das transcrições e das postagens selecionadas, seguida pela identificação de unidades de sentido recorrentes. Em seguida, os códigos foram agrupados em temas mais amplos, possibilitando a construção das categorias analíticas apresentadas na seção de resultados. A definição das categorias ocorreu de forma indutiva, emergindo da recorrência de temas identificados nas entrevistas e nas postagens analisadas, sendo posteriormente interpretadas à luz do referencial teórico adotado. A análise buscou articular três dimensões centrais: (a) produção simbólica (conteúdo das influenciadoras), (b) interpretação individual (fala das adolescentes) e (c) impactos socioculturais (autoimagem, identidade e percepção corporal), permitindo compreender como os padrões estéticos são apropriados, negociados e ressignificados pelos sujeitos (Thompson, 1995).

Por fim, os impactos na adolescência foram operacionalizados a partir de três dimensões analíticas: cognitiva, relacionada à percepção e internalização de padrões de beleza; emocional, referente aos sentimentos gerados pela exposição aos conteúdos; e identitária, vinculada à construção da autoimagem e ao modo como as adolescentes se percebem. Essa operacionalização fundamenta-se na literatura que discute a relação entre exposição a imagens idealizadas, comparação social e construção identitária na adolescência (Festinger, 1954; Tiggemann e Slater, 2013; Perloff, 2014), sendo coerente com a perspectiva da CCT ao evidenciar a centralidade do consumo simbólico na formação do *self* contemporâneo.

Adicionalmente, os autores declaram o uso de Inteligência Artificial Generativa e tecnologias assistidas por IA durante a elaboração do presente estudo. A ferramenta ChatGPT foi utilizada como apoio

na organização textual, refinamento da escrita acadêmica e revisão estrutural do manuscrito. Após sua utilização, todo o conteúdo foi revisado, interpretado e validado pelos autores, que assumem integral responsabilidade pelas informações, análises e discussões apresentadas no trabalho.

4 RESULTADOS

Esta seção apresenta e discute os resultados obtidos a partir das entrevistas semiestruturadas realizadas com adolescentes do sexo feminino residentes em Brasília de Minas – MG e da análise de postagens de influenciadoras digitais no Instagram. A interpretação dos dados foi conduzida à luz da *Consumer Culture Theory* (CCT), compreendendo as práticas digitais, os padrões estéticos e as interações nas redes sociais como processos de produção, circulação e negociação de significados culturais (Arnould e Thompson, 2005; Pinto e Zampier, 2013; Oliveira e Pinto, 2023). Com base na análise temática proposta por Braun e Clarke (2006), foram identificados padrões recorrentes relacionados à construção social da beleza, à comparação social, aos impactos emocionais da exposição às redes sociais e aos processos de construção identitária mediados pelo ambiente digital. Para fins de organização analítica, os resultados foram estruturados em quatro categorias temáticas: (a) construção estética no Instagram; (b) percepção dos padrões de beleza; (c) comparação social e impactos emocionais; e (d) consumo, identidade e construção do eu no ambiente digital.

4.1 CONSTRUÇÃO ESTÉTICA NO INSTAGRAM: PADRÕES DE BELEZA E CURADORIA VISUAL

A imagem possui um papel cada vez mais importante dentro das redes sociais, principalmente no Instagram, plataforma em que a aparência visual se torna um dos principais elementos de interação e influência. Conforme discute Santaella (2012), a cultura digital modificou a maneira como as pessoas produzem e consomem imagens, fazendo com que a estética passe a ocupar um espaço central nas relações sociais *online*. A partir disso, observa-se que influenciadoras digitais utilizam suas postagens como forma de construir uma identidade visual capaz de gerar reconhecimento, engajamento e influência sobre os seguidores. Sob a perspectiva da *Consumer Culture Theory* (CCT), essas práticas evidenciam como o consumo de imagens e estilos de vida ultrapassa a dimensão funcional e passa a atuar diretamente na produção simbólica de identidades e significados culturais (Arnould e Thompson, 2005; Pinto e Zampier, 2013). Nesse contexto, o Instagram não opera apenas como plataforma de entretenimento, mas como um ambiente sociotécnico de circulação de valores culturais, no qual visibilidade, aparência e reconhecimento tornam-se elementos centrais das dinâmicas de consumo contemporâneo (Oliveira e Pinto, 2023).

Nas postagens analisadas das influenciadoras Bianca Boca Rosa (@bianca), Virginia Fonseca (@virginia) e Jade Picon (@jadepicon), é possível perceber diversas semelhanças na forma como a imagem é construída. Mesmo apresentando estilos diferentes, todas seguem uma linha estética marcada pela

valorização da aparência física, pelo cuidado com maquiagem, iluminação, poses e enquadramento das fotografias. Além disso, as imagens demonstram uma preocupação evidente com a produção visual, transmitindo uma aparência sofisticada e visualmente atrativa. No perfil de Bianca Boca Rosa, por exemplo, observou-se forte associação entre beleza, maquiagem e empreendedorismo, com publicações altamente produzidas e alinhadas à estética do mercado da beleza. Em diversas postagens analisadas, predominam closes faciais, maquiagens sofisticadas e composições visuais que reforçam autoridade estética e profissionalização da imagem. Já Virginia Fonseca apresenta uma estética baseada no luxo, na vida familiar e na ostentação do cotidiano, utilizando imagens com forte apelo emocional e visual, frequentemente associadas a viagens, produtos de alto valor agregado e cenários cuidadosamente organizados. Jade Picon, por sua vez, reforça uma estética corporal associada à juventude, ao *lifestyle fitness* e à valorização da naturalidade cuidadosamente produzida, especialmente por meio de fotografias em praias, academias e ambientes externos.

Figura 1: Diferentes construções estéticas e identidades visuais das influenciadoras analisadas



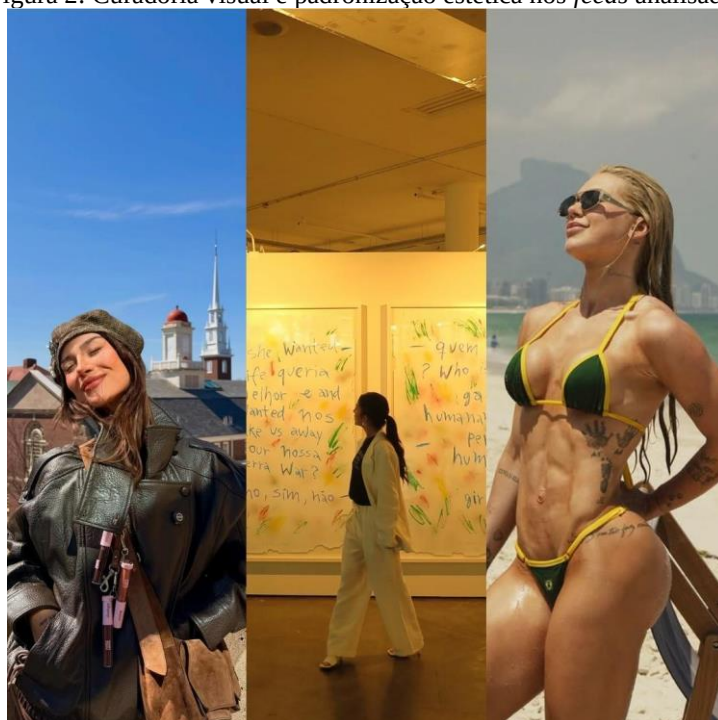
Fonte: adaptado de @bianca , @jadeicon , @virginia

Outro ponto que chama atenção é a repetição de determinadas características consideradas padrão dentro do ambiente digital, como pele sem imperfeições aparentes, corpos magros, cabelos alinhados e expressões cuidadosamente produzidas. Recursos, como filtros, contribuem para criar uma imagem mais idealizada, reforçando uma estética associada à perfeição e ao reconhecimento social nas redes. Nas publicações analisadas, observou-se que as três influenciadoras mantêm uma padronização visual relacionada à iluminação suave, enquadramentos estratégicos e valorização do corpo e do rosto, reforçando

aquilo que Dondis (2007) compreende como construção técnica da imagem. Mesmo quando as postagens aparentam espontaneidade, existe uma evidente curadoria estética voltada à manutenção de uma imagem visualmente harmônica e socialmente desejável. A recorrência de corpos magros, rostos simétricos e cenários visualmente organizados sugere não apenas a existência de um padrão estético dominante, mas também a naturalização de modelos corporais legitimados pelo algoritmo e pela lógica da visibilidade digital. Sob essa perspectiva, o corpo deixa de operar apenas como dimensão biológica e passa a funcionar como capital simbólico capaz de gerar reconhecimento, pertencimento e engajamento social nas plataformas digitais (Featherstone, 1995; Lipovetsky, 2000).

Ao comparar as publicações, as imagens parecem ser planejadas não apenas para mostrar momentos do cotidiano, mas principalmente para transmitir uma imagem específica de beleza, elegância e estilo de vida. O Instagram deixa de funcionar apenas como uma rede de compartilhamento pessoal e passa a atuar também como espaço de construção simbólica da aparência. Esse aspecto foi especialmente perceptível no perfil de Virginia Fonseca, em que a vida pessoal aparece constantemente associada ao consumo de produtos, viagens, estética corporal e maternidade idealizada. Em Jade Picon, a construção simbólica ocorre principalmente pela associação entre corpo saudável, disciplina e juventude. Já Bianca Boca Rosa articula fortemente beleza, maquiagem e empoderamento feminino, consolidando uma identidade visual vinculada ao mercado da estética e do empreendedorismo digital.

Figura 2: Curadoria visual e padronização estética nos *feeds* analisados

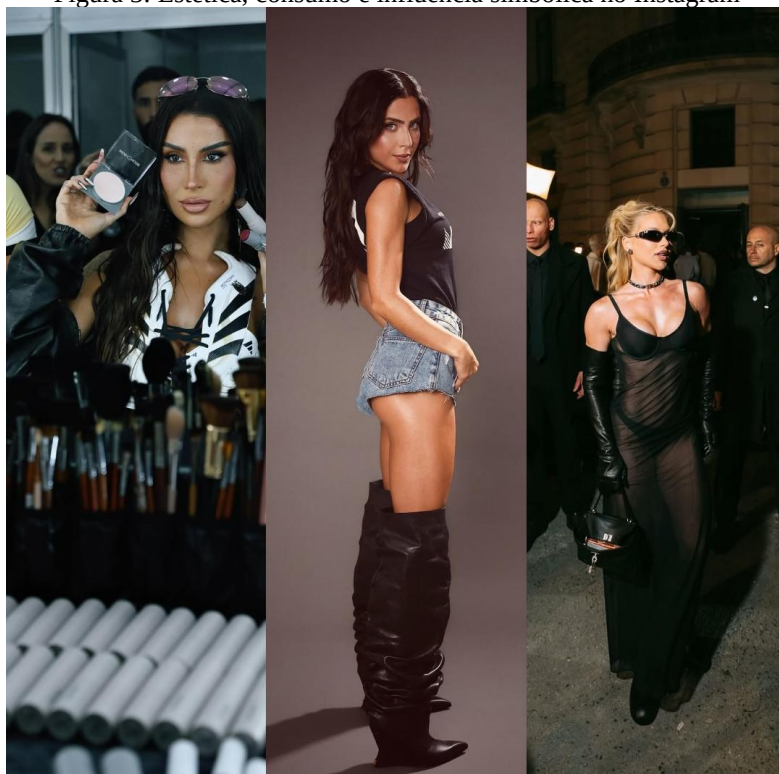


Fonte: adaptado de @bianca , @jadeicon , @virginia

Segundo Baitello Junior (2014), a sociedade contemporânea vive um processo de intenso consumo de imagens, fenômeno que o autor relaciona ao conceito de iconofagia. Nesse contexto, as imagens passam a influenciar diretamente a maneira como as pessoas enxergam a si mesmas e aos outros. As influenciadoras digitais acabam ocupando um papel importante nesse processo, já que suas postagens funcionam como referências estéticas constantemente consumidas pelos seguidores. Nas três influenciadoras analisadas, a frequência de conteúdos centrados na aparência física evidencia como a estética se transforma em elemento central de visibilidade e reconhecimento no ambiente digital. Essa lógica aproxima-se do conceito de “iconofagia” discutido por Baitello Junior (2014), uma vez que as imagens digitais passam a ocupar posição central na construção das relações sociais e da percepção do próprio corpo. As influenciadoras analisadas não apenas compartilham imagens, mas produzem narrativas visuais que associam felicidade, sucesso, autoestima e aceitação social à manutenção de determinadas performances estéticas. Desse modo, o consumo dessas imagens ultrapassa a observação passiva e passa a integrar processos de identificação, desejo e comparação social entre os seguidores.

Abidin (2016) afirma que influenciadoras digitais constroem proximidade com o público a partir da exposição da própria imagem e da criação de uma identidade visual nas redes sociais. Isso pode ser observado nas publicações analisadas, nas quais a aparência física aparece como um elemento central da comunicação. Já De Veirman, Cauberghe e Hudders (2017) destacam que a influência digital está diretamente ligada ao engajamento e à credibilidade visual das postagens, o que ajuda a explicar a valorização de conteúdos cada vez mais produzidos e visualmente atrativos dentro do Instagram. Nesse cenário, Bianca Boca Rosa, Virginia Fonseca e Jade Picon não apenas refletem padrões de beleza já existentes, mas também participam ativamente da legitimação e circulação desses modelos estéticos no ambiente digital contemporâneo.

Figura 3: Estética, consumo e influência simbólica no Instagram



Fonte: adaptado de @bianca , @jadepicon , @virginia

De maneira geral, as análises evidenciam que o Instagram opera como um espaço de forte curadoria estética, no qual influenciadoras digitais constroem imagens cuidadosamente planejadas para gerar identificação, engajamento e reconhecimento social. Mais do que simples registros do cotidiano, as postagens analisadas revelam práticas de consumo simbólico e performance identitária mediadas pela cultura digital. Assim, os conteúdos produzidos por Bianca Boca Rosa, Virginia Fonseca e Jade Picon contribuem para a circulação e legitimação de padrões estéticos específicos, reforçando modelos de beleza que passam a influenciar a forma como adolescentes percebem o corpo, a aparência e a própria identidade no ambiente *online*. Sob a ótica da CCT, percebe-se que tais influenciadoras atuam como mediadoras culturais capazes de transformar estética, estilo de vida e aparência em artefatos simbólicos amplamente consumidos e socialmente desejados.

4.2 PERCEPÇÃO DOS PADRÕES DE BELEZA: DIMENSÃO COGNITIVA

A compreensão dos padrões de beleza pelas adolescentes pode ser analisada a partir da forma como os indivíduos aprendem a interpretar e atribuir sentido às imagens na cultura contemporânea, processo que Dondis (2007) denomina de alfabetização visual. A partir das entrevistas realizadas, observa-se que as participantes reconhecem a existência de um padrão estético dominante no Instagram, frequentemente associado a características como corpo magro, pele uniforme, traços simétricos e aparência considerada “perfeita”. Ainda que algumas demonstrem consciência sobre o uso de filtros e edições, essas imagens

continuam sendo internalizadas como referências de beleza, evidenciando a força das construções simbólicas na percepção do corpo. Nesse sentido, a cultura digital transforma a imagem em um importante mediador das relações sociais, fazendo com que o corpo deixe de ser apenas uma dimensão biológica para tornar-se também um objeto simbólico e performático dentro das redes sociais (Santaella, 2005; Featherstone, 1995).

As entrevistas revelam que a percepção sobre o que é considerado belo no Instagram apresenta elevada recorrência entre as participantes. Quando questionadas sobre quais características costumam aparecer como padrão nas redes sociais, as adolescentes citaram elementos semelhantes, relacionados principalmente à aparência física e à estética corporal. A entrevistada E4 afirmou que *“o padrão normalmente é menina magra, pele perfeita e cabelo arrumado”*. De forma semelhante, E7 destacou que *“as pessoas mais famosas no Instagram geralmente têm o rosto muito bonito, corpo definido e aparência sem defeitos”*. Já a E10 apontou que *“parece que todo mundo precisa ser perfeito para ser aceito”*. Esses relatos reforçam a ideia de que os padrões de beleza são socialmente construídos e continuamente legitimados pelas práticas de circulação imagética presentes nas plataformas digitais (Lipovetsky, 2000).

Nesse ínterim, algumas falas demonstram que as adolescentes percebem uma valorização recorrente de determinadas características físicas específicas. A entrevistada E5 afirmou que *“a maioria das influenciadoras tem o mesmo tipo de beleza, tipo pele perfeita, boca grande e nariz fino”*. A E9 também destacou que *“tem muita valorização de meninas brancas, magras e de cabelo liso”*. Esses relatos evidenciam que os padrões percebidos pelas participantes não surgem de maneira espontânea, mas são reforçados continuamente pela repetição de imagens semelhantes no ambiente digital. Essa repetição imagética aproxima-se do que Baitello Junior (2014) descreve como iconofagia, fenômeno em que as imagens passam a ocupar posição central na construção das percepções e referências dos sujeitos contemporâneos.

Outro aspecto recorrente nas entrevistas refere-se à associação entre beleza e reconhecimento social dentro das redes sociais. Para muitas adolescentes, a aparência física está diretamente relacionada à visibilidade e ao engajamento. A E1 afirmou que *“as meninas mais bonitas são as que mais recebem curtidas e comentários”*. Já a E6 relatou que *“parece que quem segue o padrão sempre fica mais famoso”*. Esse entendimento aproxima-se da lógica da cultura da visibilidade discutida por Santaella (2005), na qual a imagem passa a funcionar como elemento central de validação social no ambiente digital. De maneira complementar, Castells (1999) argumenta que a sociedade em rede reorganiza as formas de sociabilidade contemporâneas, fazendo com que reconhecimento e pertencimento também sejam mediados pelas interações digitais e pela exposição da imagem.

Mesmo reconhecendo a artificialidade das imagens, as adolescentes demonstram que os conteúdos consumidos continuam influenciando suas referências estéticas. A entrevistada E3 afirmou que *“a gente*

sabe que tem filtro, mas mesmo assim acaba querendo ficar parecida". A E8 também relatou que *"às vezes eu sei que a foto está editada, mas continuo achando bonito e querendo ter aquela aparência"*. Essa contradição demonstra que o reconhecimento racional da manipulação das imagens não elimina seu impacto simbólico na construção das percepções de beleza. Nesse contexto, observa-se aquilo que Santaella (2005) define como simulacro, situação em que a imagem editada passa a operar como referência estética mais valorizada do que o próprio corpo real.

As entrevistas também evidenciam que o uso de filtros e edições é percebido como uma prática extremamente comum no Instagram. A E2 afirmou que *"quase todo mundo usa filtro hoje em dia"*. Já a E11 destacou que *"os filtros mudam muito o rosto das pessoas e criam uma beleza que não existe de verdade"*. De maneira semelhante, E12 relatou que *"as meninas parecem perfeitas nas fotos, mas na realidade ninguém é assim"*. Essas falas reforçam a ideia de simulacro discutida por Santaella (2005), em que a imagem editada passa a funcionar como referência estética mais valorizada do que o próprio corpo real. Ademais, a constante exposição a essas imagens contribui para a naturalização de padrões muitas vezes inalcançáveis, intensificando a pressão estética entre adolescentes (Perloff, 2014; Tiggemann e Slater, 2013).

Apesar disso, algumas participantes apresentaram posicionamentos mais críticos em relação aos padrões impostos pelas redes sociais. A entrevistada E2 afirmou que *"as pessoas deveriam ser mais verdadeiras e não tentar parecer outra pessoa"*. Já E5 declarou que *"cada pessoa deveria poder se sentir bonita do jeito que é"*. Embora minoritárias, essas falas revelam movimentos de resistência aos modelos estéticos dominantes, indicando que nem todas as adolescentes assimilam os padrões de maneira passiva. Esse aspecto demonstra que o consumo simbólico também envolve negociação de significados, uma vez que os sujeitos podem reinterpretar, resistir ou ressignificar os discursos culturais presentes no mercado e nas mídias digitais (Arnould e Thompson, 2005).

Outro elemento importante identificado nas entrevistas foi o processo de comparação social. Diversas adolescentes relataram comparar a própria aparência com a de influenciadoras e outras usuárias do Instagram. A E6 afirmou que *"às vezes eu olho as fotos e começo a achar meu corpo feio"*. Já a E7 destacou que *"tem momentos em que dá vontade de mudar tudo para ficar parecida com elas"*. A entrevistada E9 relatou que *"quando vejo meninas muito bonitas eu fico pensando no que falta em mim"*. Esses relatos aproximam-se da teoria da comparação social de Festinger (1954), segundo a qual os indivíduos tendem a avaliar a si mesmos a partir da observação de outras pessoas, processo intensificado nas redes sociais digitais.

Esse processo pode ser compreendido também a partir das contribuições da *Consumer Culture Theory*, que entende o consumo como prática simbólica e cultural. Sob essa perspectiva, as imagens consumidas nas redes sociais não representam apenas padrões estéticos, mas também estilos de vida,

valores e formas de pertencimento social (Arnould e Thompson, 2005; Pinto e Zampier, 2013; Oliveira e Pinto, 2023). As adolescentes entrevistadas demonstram não apenas reconhecer os padrões de beleza presentes no Instagram, mas também associá-los à aceitação social, popularidade e valorização pessoal. Conforme discutem Pinto e Zampier (2013), os significados culturais do consumo ultrapassam a dimensão funcional dos objetos e passam a atuar diretamente na produção de identidades e formas de reconhecimento social.

Por fim, os relatos evidenciam que os padrões de beleza disseminados no Instagram atuam diretamente na forma como as adolescentes percebem o próprio corpo e constroem referências sobre o que é considerado belo. Mesmo diante da consciência sobre filtros, edições e artificialidade das imagens, os conteúdos continuam exercendo forte influência cognitiva sobre as participantes. Dessa forma, observa-se que a percepção dos padrões de beleza no ambiente digital não ocorre apenas no nível visual, mas também simbólico e social, reforçando a centralidade da imagem na construção da autoimagem contemporânea.

4.3 COMPARAÇÃO SOCIAL E IMPACTOS EMOCIONAIS NA AUTOIMAGEM

Os impactos emocionais decorrentes da exposição a conteúdos visuais no Instagram podem ser compreendidos à luz da teoria da comparação social, proposta por Festinger (1954), segundo a qual os indivíduos avaliam a si mesmos a partir da comparação com outras pessoas. Nesse sentido, a interação constante com imagens idealizadas nas redes sociais tende a influenciar diretamente a forma como adolescentes percebem sua aparência, sua rotina e seu valor pessoal, gerando diferentes respostas emocionais. No contexto da cultura digital, essa dinâmica é intensificada pela centralidade da imagem e pela lógica da visibilidade, fazendo com que o reconhecimento social esteja cada vez mais associado à performance estética no ambiente online (Santaella, 2005; Lipovetsky, 2000).

A partir das entrevistas, as participantes relataram vivenciar a comparação social de forma frequente, mesmo quando nem sempre reconhecida como algo intencional. Ao entrarem em contato com conteúdos relacionados à beleza, estilo de vida e aparência, muitas demonstraram sentimentos de insegurança e insuficiência, especialmente ao se compararem com imagens de corpos considerados “perfeitos”, rotinas idealizadas ou padrões estéticos amplamente valorizados. A entrevistada E6 afirmou que *“às vezes eu olho as fotos e começo a achar meu corpo feio”*. De forma semelhante, E7 destacou que *“tem momentos em que dá vontade de mudar tudo para ficar parecida com elas”*. Já E9 relatou que *“quando vejo meninas muito bonitas eu fico pensando no que falta em mim”*. Esses relatos evidenciam que a exposição contínua a imagens idealizadas produz processos constantes de autoavaliação, nos quais o corpo passa a ser percebido a partir de parâmetros frequentemente inalcançáveis.

Além disso, algumas participantes relataram que essas comparações não são experiências agradáveis, sendo descritas como “tristes”, “ruins” ou até “péssimas”, evidenciando o desconforto

emocional gerado por esse processo. A entrevistada E3 afirmou que *“às vezes dá tristeza porque parece que todo mundo é mais bonito”*. Já E11 destacou que *“tem dias que a gente se sente mal vendo certas fotos”*. Esse aspecto aproxima-se das discussões de Perloff (2014), ao afirmar que as redes sociais ampliam os impactos emocionais relacionados à aparência física devido à exposição frequente a imagens altamente editadas e idealizadas.

Outro elemento recorrente nas entrevistas foi o sentimento de ansiedade relacionado à necessidade de corresponder aos padrões disseminados nas redes sociais. As adolescentes demonstraram perceber que existe uma cobrança implícita para se adequar a uma aparência ideal, o que gera inquietação e, em alguns casos, sensação constante de inadequação. A entrevistada E8 afirmou que *“parece que a gente precisa estar bonita o tempo todo”*. Já E10 relatou que *“dá ansiedade porque parece que nunca está bom o suficiente”*. Essa lógica reforça aquilo que Featherstone (1995) descreve como estetização da vida cotidiana, fenômeno em que o corpo passa a funcionar como projeto permanente de aperfeiçoamento e exposição social.

Esse cenário é intensificado pela presença de filtros e edições nas imagens, que contribuem para a construção de uma perfeição considerada inalcançável, aumentando a distância entre o “eu real” e o “eu ideal”. A E12 afirmou que *“as meninas parecem perfeitas nas fotos, mas na realidade ninguém é assim”*. De forma semelhante, E2 destacou que *“os filtros fazem a pessoa parecer outra”*. Sob a perspectiva de Santaella (2005), esse processo contribui para a produção de simulacros, em que a imagem editada se torna mais valorizada socialmente do que a própria realidade corporal.

Outro aspecto relevante diz respeito à insatisfação corporal. Algumas participantes relataram que, ao se compararem com outras pessoas no Instagram, passam a desejar mudanças em sua aparência, como no corpo, cabelo ou estilo. A entrevistada E5 afirmou que *“às vezes eu queria ter o corpo igual ao delas”*. Já E4 destacou que *“tem coisas que eu vejo e começo a querer mudar em mim”*. Esse processo evidencia que a comparação social não se limita à observação, mas produz efeitos concretos na forma como elas se percebem e se avaliam. Nesse sentido, a imagem deixa de funcionar apenas como representação estética e passa a atuar diretamente na construção da autoimagem e da percepção de valor pessoal das adolescentes.

Por outro lado, também foram identificados sentimentos positivos, como admiração e inspiração, especialmente em relação a conteúdos de beleza e autocuidado. Em alguns casos, a comparação foi interpretada como motivação para mudanças consideradas positivas. A entrevistada E1 afirmou que *“algumas meninas me inspiram a cuidar mais de mim”*. Já E3 destacou que *“tem conteúdos que motivam a melhorar a autoestima”*. No entanto, mesmo nesses relatos, permanece certa ambivalência emocional, já que a inspiração frequentemente vem acompanhada de algum nível de insatisfação ou cobrança pessoal. Isso demonstra que os conteúdos consumidos nas redes sociais produzem simultaneamente identificação, desejo e frustração, revelando a complexidade emocional presente na experiência digital contemporânea.

Outro elemento importante identificado foi a busca por validação social. As adolescentes relataram que o retorno obtido nas postagens, como número de curtidas e interações, influencia diretamente seus sentimentos, podendo gerar satisfação quando positivo, mas também frustração e sensação de desvalorização quando abaixo do esperado. A entrevistada E7 afirmou que “*quando a foto não tem curtida suficiente parece que ficou ruim*”. Já E9 relatou que “*às vezes eu deixo de postar porque acho que ninguém vai gostar*”. Isso demonstra que a autoestima passa a ser parcialmente mediada pela aprovação externa, reforçando a dependência do olhar do outro. Sob essa lógica, o Instagram transforma a visibilidade em mecanismo de reconhecimento social, fazendo com que a validação emocional esteja fortemente vinculada à performance imagética e ao engajamento digital (Castells, 1999; Santaella, 2005).

A interpretação desses dados indica que a comparação social no Instagram atua como um gatilho emocional significativo, desencadeando principalmente sentimentos de insegurança, ansiedade e insatisfação corporal. Mesmo quando algumas adolescentes afirmam não serem influenciadas, suas falas revelam contradições, como o uso de filtros para se sentirem melhor ou a decisão de não postar conteúdos por não se sentirem suficientemente bonitas, evidenciando a presença de impactos indiretos. Esse aspecto demonstra que os efeitos das redes sociais nem sempre são percebidos de forma consciente pelas participantes, mas aparecem nas práticas cotidianas de autocensura, comparação e busca por aceitação estética.

Essa dinâmica pode ser explicada pela própria lógica da comparação social, que funciona como um mecanismo de autoavaliação. Em ambientes como as redes sociais, onde predominam representações idealizadas e editadas, essa comparação tende a ser desfavorável, levando a sentimentos de inferioridade e inadequação. Nesse ínterim, estudos indicam que o uso frequente das redes sociais está associado ao aumento da insegurança e à insatisfação com a própria imagem, especialmente entre adolescentes, que estão em um período de construção identitária (Tiggemann e Slater, 2013; Perloff, 2014). Sob a perspectiva da *Consumer Culture Theory*, essas experiências demonstram que o consumo de imagens e estilos de vida nas redes sociais participa ativamente da construção do *self* contemporâneo, articulando desejos, emoções e formas de pertencimento social (Arnould e Thompson, 2005; Oliveira e Pinto, 2023).

Portanto, conclui-se que os sentimentos gerados pela comparação social no Instagram são predominantemente negativos, ainda que coexistam com experiências de inspiração. De modo geral, as adolescentes sentem, relatam e demonstram que a exposição contínua a padrões idealizados contribui para a intensificação da insegurança, da ansiedade e da insatisfação corporal, evidenciando o impacto significativo das redes sociais na construção da autoimagem. Mais do que influenciar comportamentos isolados, o Instagram atua como espaço de mediação simbólica capaz de reorganizar percepções sobre beleza, pertencimento e valor pessoal na adolescência contemporânea.

4.4 CONSUMO, IDENTIDADE E CONSTRUÇÃO DO EU NO AMBIENTE DIGITAL

A relação entre padrões de beleza, consumo e identidade pode ser compreendida a partir da *Consumer Culture Theory* (CCT), perspectiva que entende o consumo como um processo simbólico de construção do *self* e de produção de significados culturais (Arnould e Thompson, 2005). Os resultados desta pesquisa demonstram que as adolescentes não apenas consomem conteúdos visuais no Instagram, mas também incorporam referências estéticas, comportamentais e simbólicas em suas práticas cotidianas, influenciando diretamente a forma como constroem e apresentam suas identidades no ambiente digital. Nesse contexto, o consumo deixa de assumir apenas uma dimensão funcional e passa a operar como mecanismo de pertencimento, reconhecimento e validação social, no qual a aparência se torna elemento central da produção de sentidos culturais e das formas de apresentação do eu (McCracken, 2003; Pinto e Zampier, 2013; Oliveira e Pinto, 2023).

As entrevistas evidenciam que o Instagram faz parte da rotina das participantes, principalmente por meio do acompanhamento de conteúdos relacionados à beleza, moda, maquiagem e estilo de vida. A entrevistada E1 afirmou utilizar a plataforma “*todos os dias para ver maquiagem e rotina de influenciadoras*”, enquanto E6 destacou que acompanha conteúdos ligados à estética e autocuidado porque “*gosta de se inspirar*”. Esses relatos dialogam diretamente com as postagens analisadas de Bianca Boca Rosa (@bianca), Virginia Fonseca (@virginia) e Jade Picon (@jadepicon), nas quais a imagem corporal, a estética visual e a construção de um *lifestyle* aparecem como elementos centrais da comunicação digital.

Ao cruzar os conteúdos das influenciadoras com as falas das entrevistadas, percebe-se que determinados padrões estéticos são constantemente reforçados e naturalizados. Nas postagens analisadas, observou-se forte valorização de pele uniforme, corpos definidos, maquiagem elaborada, iluminação estratégica e imagens cuidadosamente editadas. Além disso, os conteúdos frequentemente associavam beleza a sucesso, autoestima, felicidade e reconhecimento social. Esse cenário aparece também nas entrevistas, como na fala da E4, ao afirmar que “*as pessoas consideradas bonitas no Instagram têm pele perfeita e aparência sem defeitos*”, e da E10, que destacou existir um “*padrão da mulher perfeita*”. Dessa forma, as influenciadoras analisadas atuam como importantes referências simbólicas, contribuindo para legitimar modelos estéticos amplamente valorizados no ambiente digital.

Outro aspecto identificado refere-se ao uso de filtros e edições nas imagens. Embora muitas participantes demonstrem consciência sobre a artificialidade dos conteúdos publicados, várias relataram utilizar esses recursos para “se sentir melhor” ou “mais bonita”. A entrevistada E3 afirmou que “*às vezes uso filtro porque fico mais bonita*”, enquanto E8 destacou que “*mesmo sabendo que não é real, a gente gosta de usar*”. A E11 também relatou que “*quando a foto fica mais bonita com filtro, dá mais vontade de postar*”. Essa contradição evidencia que, mesmo diante de uma percepção crítica, os padrões continuam sendo reproduzidos nas práticas cotidianas das adolescentes. Sob a ótica da CCT, esse comportamento

revela como os sujeitos negociam simbolicamente suas identidades para se alinharem às expectativas culturais dominantes (Arnould e Thompson, 2005).

Para além, os resultados demonstram que o consumo de produtos de beleza, roupas e estilos de vida está diretamente relacionado à busca por pertencimento social e valorização pessoal. Algumas adolescentes relataram desejar utilizar os mesmos produtos, maquiagens ou estilos das influenciadoras acompanhadas. A E7 afirmou que *“às vezes a gente acha que vai ficar mais bonita usando as mesmas coisas que elas usam”*, enquanto E11 destacou que *“acaba querendo copiar o estilo delas”*. Já a E5 relatou que *“quando vejo alguma influenciadora usando um produto, fico com vontade de comprar também”*. Esse movimento aproxima-se da discussão de McCracken (2003), ao compreender o consumo como prática carregada de significados culturais que ajudam os indivíduos a construir, comunicar e negociar identidades no contexto social.

Outro elemento importante identificado foi a relação entre identidade digital e validação social. Curtidas, comentários e interações aparecem como indicadores simbólicos de aceitação no ambiente *online*. A entrevistada E10 relatou que *“quando ninguém interage parece que a foto ficou ruim”*, enquanto E7 afirmou já ter deixado de postar imagens por não se sentir *“bonita o suficiente”*. A E2 também destacou que *“às vezes a pessoa apaga a foto quando não recebe curtidas”*. Esses relatos demonstram que a construção do eu digital não ocorre de maneira espontânea, mas mediada por processos de curadoria da própria imagem e pela constante busca de reconhecimento social. Nesse sentido, a estética passa a funcionar como capital simbólico nas interações digitais, reforçando a lógica da visibilidade discutida por Santaella (2005) e Featherstone (1995).

A análise também evidencia que as influenciadoras digitais operam como agentes culturais capazes de orientar práticas de consumo e modos de apresentação do eu. As postagens analisadas não promovem apenas produtos, mas estilos de vida associados a felicidade, sucesso, beleza e autocuidado. Isso faz com que as adolescentes passem a consumir não apenas objetos materiais, mas também significados simbólicos ligados à aceitação social e ao pertencimento. Sob essa perspectiva, Oliveira e Pinto (2023) discutem que os ambientes digitais funcionam como *assemblages*, ou seja, arranjos compostos por imagens, algoritmos, práticas de consumo e interações sociais que influenciam continuamente os processos identitários contemporâneos.

Por fim, os resultados evidenciam que o Instagram exerce papel ambíguo na construção identitária das adolescentes. Ao mesmo tempo em que funciona como espaço de inspiração, pertencimento e incentivo ao autocuidado, também intensifica comparações, inseguranças e pressões relacionadas à aparência física. Assim, os achados confirmam os pressupostos da *Consumer Culture Theory* ao demonstrar que as práticas de consumo digital participam ativamente da construção do *self* contemporâneo, evidenciando que

identidade, consumo e cultura visual encontram-se profundamente articulados no ambiente das redes sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender de que maneira os padrões de beleza disseminados no Instagram influenciam a construção da autoimagem e da identidade de adolescentes do sexo feminino, considerando os processos simbólicos presentes na cultura digital contemporânea. A partir da perspectiva da *Consumer Culture Theory* (CCT), foi possível analisar como as redes sociais atuam não apenas como espaços de comunicação, mas também como ambientes de produção, circulação e legitimação de significados relacionados ao corpo, à aparência e ao pertencimento social. Nesse contexto, o Instagram mostrou-se um importante mediador cultural, capaz de influenciar percepções, práticas de consumo e formas de apresentação do eu no ambiente digital. Sob essa lógica, a plataforma passa a operar como um espaço de consumo simbólico, no qual imagens, estilos de vida e padrões estéticos são continuamente negociados e ressignificados pelas adolescentes.

Os resultados evidenciaram que o Instagram exerce influência significativa na forma como as adolescentes percebem a si mesmas, especialmente devido à intensa exposição a imagens idealizadas e conteúdos produzidos por influenciadoras digitais. Observou-se que as participantes reconhecem a existência de padrões estéticos dominantes na plataforma, frequentemente associados à magreza, simetria facial, pele sem imperfeições e aparência considerada “perfeita”. Além disso, os relatos indicaram a presença de processos constantes de comparação social, capazes de gerar sentimentos de insegurança, ansiedade, insatisfação corporal e necessidade de adequação estética. Verificou-se ainda que o uso de filtros, edições e recursos visuais contribui para a construção de imagens idealizadas que passam a funcionar como referências de beleza e reconhecimento social no ambiente online. As análises das postagens das influenciadoras Bianca Andrade, Virginia Fonseca e Jade Picon reforçaram a presença de uma curadoria visual altamente produzida, marcada pela valorização da estética, da performance visual e da construção de estilos de vida associados ao sucesso e à aceitação social.

Sob a perspectiva da CCT, percebe-se que o consumo de imagens, filtros, estilos de vida e referências corporais opera como prática simbólica, influenciando a maneira como as adolescentes constroem e apresentam o próprio “eu” no ambiente digital. Nesse contexto, o corpo deixa de ser apenas uma dimensão biológica e passa a assumir função social, cultural e performática na lógica da visibilidade contemporânea. Assim, a cultura da imagem e a estetização das relações sociais reforçam dinâmicas de validação e reconhecimento mediadas pela aparência e pelo engajamento nas plataformas digitais. Esses achados dialogam diretamente com a compreensão de que o consumo contemporâneo envolve experiências,

símbolos e processos de construção do *self*, nos quais a aparência passa a funcionar como importante marcador de identidade e pertencimento social.

Como contribuição, o estudo amplia as discussões sobre cultura digital, consumo simbólico e construção da identidade na adolescência, especialmente no contexto das redes sociais. Além disso, reforça a importância de compreender os impactos socioculturais da estética digital sobre jovens consumidores, evidenciando como plataformas como o Instagram participam ativamente da produção de significados e padrões de comportamento. Dessa forma, a pesquisa contribui para os estudos em comportamento do consumidor, comunicação e cultura contemporânea, ao abordar as relações entre consumo, subjetividade, autoimagem e influência digital sob uma perspectiva sociocultural fundamentada na *Consumer Culture Theory*. Do ponto de vista teórico, o estudo também contribui ao aproximar discussões sobre cultura digital, consumo simbólico e construção identitária no contexto da adolescência feminina, temática ainda em expansão nos estudos brasileiros em CCT.

Como limitações, destaca-se o número reduzido de participantes e o recorte específico da pesquisa, desenvolvido com adolescentes do sexo feminino residentes em Brasília de Minas – MG. Além disso, o estudo concentrou-se na plataforma Instagram e em influenciadoras voltadas ao segmento de estética e beleza. Sugere-se, para pesquisas futuras, a ampliação da amostra, a inclusão de diferentes plataformas digitais e a investigação de outros públicos, como adolescentes do sexo masculino ou jovens adultos, buscando aprofundar a compreensão das relações entre cultura digital, consumo e construção identitária. Sugere-se ainda investigar como algoritmos, filtros e estratégias de engajamento das plataformas digitais influenciam a circulação e a legitimação de padrões estéticos contemporâneos. Em uma sociedade marcada pela visibilidade e pela estetização das relações sociais, compreender os impactos dos padrões de beleza digitais sobre adolescentes torna-se essencial para refletirmos criticamente sobre os modos contemporâneos de existir, consumir e construir identidades no ambiente online.

REFERÊNCIAS

- Abidin, Crystal. Visibility labour: engaging with influencers' fashion brands and #OOTD advertorial campaigns on Instagram. *Media International Australia*, 2016.
- Almeida, Ana Clara Pereira; Vilela, Nicole da Silva. A influência das mídias sociais no padrão de beleza entre os jovens. *Revista Estética em Movimento*, 2024.
- Arnould, Eric J. *Consumer Culture Theory: retrospect and prospect*. *European Advances in Consumer Research*, v. 7, p. 605-607, 2006.
- Arnould, Eric J.; Thompson, Craig J. *Consumer Culture Theory (CCT): twenty years of research*. *Journal of Consumer Research*, v. 31, n. 4, p. 868-882, 2005.

Baitello Junior, Norval. *A era da iconofagia*. São Paulo: Paulus, 2014.

Baitello Junior, Norval. *A serpente, a maçã e o holograma: esboços para uma teoria da mídia*. São Paulo: Paulus, 2010.

Braun, Virginia; Clarke, Victoria. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

Castells, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Costa, Fernanda da Silva; Cardoso, Wendel Alves; Mesquita, Vitor Siqueira de Moraes. A influência do Instagram na autoestima dos usuários e possíveis riscos para o desenvolvimento de transtornos mentais. *Revista Episteme Transversalis*, 2023.

Dal Bello, Cíntia. Visibilidade, vigilância, identidade e indexação: a questão da privacidade nas redes sociais digitais. *Logos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, 2011.

Denzin, Norman K.; Lincoln, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

De Veirman, Marijke; Cauberghe, Veroline; Hudders, Liselot. Marketing through Instagram influencers: the impact of number of followers and product divergence on brand attitude. *International Journal of Advertising*, v. 36, n. 5, p. 798-828, 2017.

Dondis, Donis A. *Sintaxe da linguagem visual*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Erikson, Erik H. *Identidade: juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Featherstone, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

Festinger, Leon. A theory of social comparison processes. *Human Relations*, v. 7, n. 2, p. 117-140, 1954.

Gaião, Bruno F. S.; Souza, Iara L.; Leão, André L. M. S. Consumer Culture Theory (CCT) já é uma escola de pensamento em marketing? *Revista de Administração de Empresas*, v. 52, n. 3, p. 330-344, 2012.

Gil, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Lipovetsky, Gilles. *A terceira mulher: imobilidade e majestade do feminino*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Mccracken, Grant. *Cultura e consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

Minayo, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

Nascimento, Karina Silva; Cezar, Layon Carlos; Santos, Luana Ferreira dos. Padrões de beleza difundidos no Instagram e suas influências na autoestima e no comportamento de consumo de universitárias. *Revista Brasileira de Marketing*, 2024.

Oliveira, Wanderklayson Aparecido Medeiros de; Pinto, Marcelo de Rezende. *Consumer Culture Theory e Assemblage Theory: interlocuções e proposta de uma agenda de pesquisa. Revista Alcance (online)*, Itajaí, v. 30, n. 1, p. 17-32, 2023.

Perloff, Richard M. Social media effects on young women's body image concerns: theoretical perspectives and an agenda for research. *Sex Roles*, v. 71, p. 363-377, 2014.

Pinto, Marcelo de Rezende; Lara, José Edson. As experiências de consumo na perspectiva da teoria da cultura do consumo. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 9, n. 1, p. 37-56, 2011.

Pinto, Marcelo de Rezende; Zampier, Mauro. A construção dos significados culturais no consumo. *Revista Brasileira de Marketing*, v. 12, n. 4, p. 57-75, 2013.

Queiroz, Daniela Scotti Camargo de; Macedo, Roberta de Cássia; Vargas, Vinicius Castilho. Influência dos influenciadores digitais na autoestima. *Revista Estética em Movimento*, 2022.

Ramos, Penha Élide Giotto Tuão; Martins, Analice de Oliveira. Reflexões sobre a rede social Instagram. *Texto Digital*, v. 14, n. 2, p. 117-133, 2018.

Recuero, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

Resende, Natália Fernandes; De Tilio, Rafael. “Ficar mais Barbie”: sentidos sobre corpo para influenciadoras digitais do Instagram. *Psicologia em Pesquisa*, 2023.

Santaella, Lucia. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 2012.

Santaella, Lucia. *Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual, verbal*. São Paulo: Iluminuras, 2005.

Sant'anna, Denise Bernuzzi de. *Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

Seitenfus, Karen Angélica; Camargo, Brígido Vizeu; Justo, Ana Maria; Zomkowski, Izabela. Corpo como apresentação de si: o papel do Instagram para jovens adultos. *Psicologia Revista*, 2024.

Soares, Wellington Danilo et al. Impacto dos influenciadores digitais na autopercepção e estado nutricional de adolescentes. *Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, 2021.

Souza, Iara L.; Gaião, Bruno F. S.; Silva, Juliana D. S.; Leão, André L. M. S. Uma abordagem alternativa para a pesquisa do consumidor. *Revista Alcance*, v. 20, n. 3, p. 383-399, 2013.

Tiggemann, Marika; Slater, Amy. NetGirls: the Internet, Facebook, and body image concern in adolescent girls. *International Journal of Eating Disorders*, v. 46, n. 6, p. 630-633, 2013.

Vera, Luciana A. R.; Gosling, Marlusa de Sevilha; Shigaki, Helena Belintani. Teoria da cultura do consumo: possibilidades, limitações e caminhos. *Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa*, v. 18, n. 1, p. 15-32, 2019.

PARA ALÉM DO "BARÁ VIRADO": O COMPLEXO SIMBIÓTICO LEGBÁ-ZINA E A SOBREVIVÊNCIA JEJE-VODUN NO LIMIAR DO BATUQUE DO RIO GRANDE DO SUL

BEYOND THE "TURNED BARA": THE SYMBIOTIC LEGBA-ZINA COMPLEX AND JEJE-VODUN SURVIVAL AT THE THRESHOLD OF THE BATUQUE OF RIO GRANDE DO SUL

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-007>

Ítalo de Freitas Andrade

Especialista em Ensino Religioso, Docente, CETEC

E-mail: italo-andrade@educar.rs.gov.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4023-1965>

Resumo

Este artigo analisa o culto às divindades Legbá e Zina no Batuque do Rio Grande do Sul, com foco na Nação Cabinda. A literatura antropológica clássica gaúcha tendeu a homogeneizar o complexo do mensageiro sob a égide do Orixá Bará, relegando a dinâmica dos Voduns de matriz ewe-fon ao apagamento científico. A partir de dados etnográficos, documentação litúrgica e análise comparada, demonstra-se que Legbá e Zina constituem um complexo simbiótico de matriz jeje-vodun, responsável pela mediação entre vivos e mortos e pela administração dos espaços liminares. O estudo examina ainda a reinterpretação ritual expressa no emprego de anjos católicos de cemitério como suporte iconográfico dos assentamentos, bem como a preservação do culto aos nove Eguns ancestrais (Yá Omo Emesan). Argumenta-se que esses elementos evidenciam a sobrevivência de estruturas teológicas e linguísticas ewe-fon no Batuque gaúcho, desafiando interpretações que reduzem Legbá a uma simples qualidade de Bará e contribuindo para uma revisão da formação histórica da religião.

Palavras-chave: Batuque do Rio Grande do Sul; Ewe-Fon; Jeje-Vodun; Legbá; Zina.

Abstract

This article examines the worship of the deities Legba and Zina in the Batuque religion of Rio Grande do Sul, with particular emphasis on the Cabinda Nation. Classical anthropological scholarship has generally subsumed the messenger complex under the Yoruba Orisha Bara, thereby obscuring the role of Ewe-Fon Vodun traditions. Drawing on ethnographic evidence, liturgical documentation, and comparative analysis, this study argues that Legba and Zina constitute a symbiotic Jeje-Vodun complex responsible for mediating between the living and the dead and governing liminal spaces. It further explores the ritual reinterpretation expressed through the incorporation of Catholic cemetery angels into shrine iconography, alongside the preservation of the cult of the nine ancestral Eguns (Ya Omo Emesan). These findings demonstrate the

survival of Ewe-Fon theological and linguistic structures within the Batuque of Rio Grande do Sul and contribute to a reassessment of the historical formation of this religious tradition.

Keywords: Batuque of Rio Grande do Sul; Ewe-Fon; Jeje-Vodun; Legba; Zina.

1 INTRODUÇÃO

A literatura clássica sobre o Batuque sul-rio-grandense construiu sua base analítica com foco central na matriz Nagô-Iorubá e nas manifestações dos Orixás, elegendo a figura do Bará como eixo explicativo para as dinâmicas de exterioridade. Essa prevalência temática gerou uma escassez de registros sobre outras ramificações históricas do culto no estado. É justamente nessa lacuna que este trabalho se insere, buscando visibilizar e documentar a dinâmica específica dos Voduns de origem Ewe-Fon, cuja contribuição teológica e ritual permanece pouco explorada pelos estudos acadêmicos gerais.

Todavia, o mapeamento interno dos terreiros desvela uma realidade substancialmente mais plural e complexa do que aquela capturada pelos estudos pioneiros do século passado. Sobretudo nas linhagens das tradições Jeje e Cabinda, a memória oral e a práxis litúrgica preservaram fundamentos autônomos que resistiram à assimilação total. A Nação Cabinda, em especial, destaca-se por sua densa ancestralidade mítica vinculada ao seu patriarca fundacional, Waldemar de Xangô Kamuká Baruolofina, cuja genealogia ritual resguarda fundamentos que desafiam categorizações simplistas. O exame minucioso dessas casas de axé evidencia uma teológica negligenciada pela academia formal: a sobrevivência de Legbá¹ e Zina, duas forças aparentemente Fons territorializadas e integradas ao arcabouço litúrgico sul-rio-grandense.

Legbá e Zina não operam como qualidades secundárias ou apêndices do panteão iorubá, mas constituem um par simbiótico e transcendental. Ambos atuam como guardiões dos portais cosmológicos que dividem e comunicam o mundo dos vivos e o domínio dos mortos (*eguns*), operando na contemporaneidade como autênticos guardiões dos mundos e mediadores entre diferentes planos da existência (Santos, 2025). Este estudo propõe tensionar o silêncio acadêmico e o vazio etnográfico que cercam essas divindades a partir da análise da ontologia dessas forças, de sua iconografia expressa no uso de suportes materiais e da comensalidade sacrificial que organiza seu culto nos pátios exteriores. Revela-se, assim, uma sofisticada resistência teológica e linguística preservada por meio do segredo ritual e da cultura material.

A dinâmica das religiões de matriz africana no Rio Grande do Sul, expressa na pluralidade e na segmentação do Batuque, tensiona as fronteiras geográficas tradicionais da diáspora e reposiciona o Sul do

¹ Grafado e pronunciado majoritariamente como Lebá na tradição oral e na práxis litúrgica cotidiana do Batuque gaúcho. Optou-se pela grafia transatlântica *Legbá* (ou *Elegbá*) ao longo do texto formal para fins de padronização com a literatura internacional e facilidade de indexação acadêmica.

Brasil na cartografia do Atlântico Negro. Esse trânsito cosmológico e a profundidade de suas linhagens rituais não apenas consolidam as identidades locais, mas também inserem o cenário gaúcho em rotas de estudos comparativos internacionais sobre a continuidade das tradições da África Ocidental (Abiou, 2014). Ao investigar essas permanências e reelaborações, demonstra-se que a criatividade litúrgica das lideranças sacerdotais garantiu a manutenção de uma teologia de fronteira capaz de governar o fluxo dos ancestrais e salvaguardar a estabilidade das comunidades de terreiro até a contemporaneidade.

2 METODOLOGIA

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, historiográfica e autoetnográfica. Articula-se a literatura especializada sobre as religiões afro-brasileiras, estudos clássicos acerca dos povos Ewe-Fon do antigo Daomé (atual Benim) e dados empíricos do Batuque do Rio Grande do Sul. Parte-se do pressuposto de que a cultura material — expressa em assentamentos votivos e oferendas — constitui uma dimensão privilegiada para analisar a continuidade e a transformação dos sistemas religiosos afro-atlânticos. Essa lente permite observar dinâmicas de preservação cosmológica implícitas na matéria a qual, no caso de Legbá e Zina, assume o estatuto de arquivo histórico central devido à interdição do transe possessivo para tais divindades. Justifica-se, assim, a centralidade de assentamentos, objetos votivos, rezas e cantigas como documentos históricos.

O desenho hermenêutico beneficia-se do pertencimento do pesquisador ao campo afro-gaúcho, no qual é iniciado a mais de três décadas sendo Babalorixá e Tata de Quimbanda. Afastando-se de uma observação episódica, o material empírico resulta de uma autoetnografia de longa duração fundamentada na convivência cotidiana e iniciática. O universo de interlocutores abrange mais de uma dezena de sacerdotes, sacerdotisas, alabês e iniciados das nações Cabinda, Jeje, Ijexá, Nagô e Jeje-Ijexá dos quais dez atuaram como colaboradores centrais em diálogos teológicos sobre o culto fúnebre. A consistência dos dados decorre da práxis litúrgica diária e da densidade das redes de parentesco ritual.

A análise concentrou-se nas classificações nativas sobre os assentamentos estruturados em estátuas de anjos de cemitério, nos dispositivos de ativação ritual (assobio e libação de destilados), nas territorialidades da rua, na análise das “rezas” e nas distinções ontológicas entre o Orixá Bará e o Vodum Legbá. Divergências entre linhagens foram tratadas como parte constitutiva de um campo plural que atualiza formas próprias de entendimento litúrgico. Ademais, a tradição oral é compreendida como forma ativa de produção do saber. No Batuque, os preceitos sobre o par Legbá-Zina e o banquete dos três eguns o qual se desdobra em nove (*Yá Omo Emesan*) são transmitidos por laços iniciáticos restritos, onde o aprendizado é indissociável do segredo e do silêncio ritual.

Na comparação com a África Ocidental, evitou-se o uso de equivalências absolutas, adotando-se aproximações estruturais. Assim, as conexões entre Zina e o Vodum Ayizan, e a transmutação dos filhos de

Oyá Igbalé nos "anjos" da Cabinda, são hipóteses analíticas sobre processos de tradução cosmológica na diáspora. O *corpus* documental mobilizado reúne: trabalhos clássicos sobre o Batuque (Corrêa; Oro; Braga; Tadvall); estudos contemporâneos sobre o cenário gaúcho e o Benim (Abiou, 2014); e pesquisas dedicadas às matrizes Ewe-Fon e Iorubá (Verger; Maupoil; Santos; Parés), situando historicamente os conflitos entre Daomé e Oyó. Somam-se a esse panorama as produções escritas do próprio campo afro-gaúcho, abordadas simetricamente como epistemologias nativas e salvaguarda documental de fundamentos orais das nações Cabinda e Jeje. Esta articulação multifacetada possibilita examinar como concepções cosmológicas permanecem inscritas nos suportes rituais, testando empiricamente a sobrevivência de elementos Ewe-Fon no culto a Legbá e Zina.

3 A EXPANSÃO DO DAOMÉ E O TRÁFICO ATLÂNTICO NO EXTREMO SUL

Para compreender a operação de categorias litúrgicas nitidamente Ewe-Fon no interior de uma nação de matriz majoritariamente Iorubá como a Nação Cabinda, faz-se indispensável recuar tanto à geopolítica da África Ocidental quanto às rotas do tráfico transatlântico e interprovincial que configuraram o extremo sul do Brasil. A presença desses complexos cosmológicos no Rio Grande do Sul resulta de uma sobreposição de guerras imperiais no continente africano e de fricções socioeconômicas na diáspora.

3.1 O DESMANTELAMENTO DE OYÓ E A GÊNESE DE LEGBÁ E ZINA

Durante o século XVIII, o expansionismo militar do Reino do Daomé (Fon) encontrou um limite geopolítico no Império de Oyó, do qual foi tributário entre 1748 e 1820. O colapso interno de Oyó no século XIX permitiu que o Rei Gezo (1818–1858) declarasse a independência do Daomé e anexasse os reinos iorubás de Ketu e Sabe. Esse conflito contínuo gerou um processo de osmose cultural transfronteiriça, diluindo distinções étnicas em uma zona de hibridização teológica. Nessa faixa de fricção, o conceito Fon de Legbá passou a ser interpretado pelos iorubás como uma qualidade ancestral de Exu-Elegbára.

Simultaneamente, Ayizan — o Vodum feminino Fon que rege os portais da terra em complementaridade a Legbá — integrou-se aos cultos de aproximação com Oyá Igbalé, sendo esta uma das comparações mais respeitadas. No entanto, não há um orixá que se encaixe perfeitamente a Ayizan, pois ela é complementar a Legbá; na verdade, é na simbiose entre ambos que se encontra a equivalência ao Exu iorubá. Desse contato linguístico nas franjas fronteiriças africanas, as variantes fonéticas de Ayizan originaram a forma preservada no Batuque como Zina. Conforme a literatura demonstra, a estreita complementaridade litúrgica entre o par Legbá-Ayizan na Costa do Benim forneceu a base estrutural para que essa associação fosse reativada pelas casas de culto no Brasil (Charles, 2012). Milhares de escravizados dessa zona híbrida foram comercializados nos portos de Ajudá e Porto Novo, introduzindo no país uma teologia de fronteira previamente articulada em solo africano.

3.2 O TRÁFICO ATLÂNTICO E A PRESENÇA EWE-FON NO RIO GRANDE DO SUL

A reconstituição histórica da presença negra no Rio Grande do Sul exige superar o mito da homogeneidade demográfica europeia, evidenciando o papel estruturante do tráfico na sociedade gaúcha. Entre o final do séc. XVIII e meados do séc. XIX, milhares de africanos chegaram ao estado para suprir a demanda nas estâncias e nas charqueadas. Diferente dos latifúndios do Nordeste, o cativo sulino organizou-se em unidades menores e dispersas, favorecendo rearranjos entre matrizes africanas.

Embora o contingente bantu (Angola e Congo) tenha sido majoritário, representando cerca de dois terços dos escravizados (Tadvald, 2016), essa predominância não obscurece a relevância histórica dos grupos oriundos do Golfo do Benim. Classificados como "Minas" ou "Jejes", esses contingentes reuniam povos Ewe e Fon vinculados ao antigo Daomé. Sua introdução ocorreu por rotas diretas da África Ocidental e, expressivamente, pelo comércio interno de cabotagem vindo da Bahia e do Rio de Janeiro.

A força de trabalho no Rio Grande do Sul não se diluía em uma massa desqualificada; a lida com o gado, o charque e os ofícios urbanos exigiam saberes técnicos especializados (Osório, 2007). Ao mapear as redes urbanas de Porto Alegre, Bakos (1982) evidencia que a população "Mina" possuía forte atuação no trabalho de ganho (artesãos, ferreiros, quitandeiras), o que elevava seu valor venal. Destaca-se a capacidade de organização coletiva desses grupos, expressa na manutenção de suas práticas mágico-religiosas no espaço citadino por meio de redes clandestinas de solidariedade.

3.3 A RESISTÊNCIA À HOMOGENEIZAÇÃO

Se a seção anterior demonstrou como contingentes Ewe-Fon alcançaram o extremo sul do Brasil, resta compreender de que maneira esses elementos resistiram aos processos de homogeneização litúrgica e permaneceram inscritos na organização ritual do Batuque gaúcho. Diferente de outras regiões do país, onde o termo "Jeje" acabou frequentemente absorvido pela hegemonia das matrizes iorubanas, no Rio Grande do Sul esses grupos mantiveram uma identidade litúrgica própria no âmbito do Batuque.

Como esclarece Lopes (2004), a designação "Jeje" carrega uma especificidade histórica fundamental, pois agrupava povos falantes das línguas Ewe-Fon que desempenharam papel central na preservação do culto aos Voduns e aos ancestrais, consolidando ritos particulares que fundamentaram linhagens específicas nos terreiros locais.

Essa marca taxonômica e a recusa à homogeneização teológica tornam-se evidentes quando se examina a sutil cartografia ritual contemporânea que distingue as qualidades de uma mesma divindade a partir de suas matrizes de origem. Na sistematização de fundamentos da Nação Cabinda realizada pelo sacerdote Paulo Tadeu Ferreira (2007), essa clivagem se expressa na codificação cromática das guias (fios de contas) de exterioridade.

Enquanto as manifestações de Ogum vinculadas às qualidades iorubanas (como Onira e Adiolá) portam contas em verde e vermelho convencionais, a manifestação de Ogum Avagã — que atua na mesma faixa territorial de rua que o par Legbá-Zina — exige contas em tonalidades escuras (verde escuro e vermelho escuro). Essa distinção estética e cromática sinaliza que as forças de exterioridade da Cabinda habitam uma fronteira litúrgica distinta, cuja densidade evoca o universo ritual e o rigor dos Voduns da Costa do Benim.

Essa permanência demonstra uma relevante singularidade gaúcha face às análises de Prandi (1996), que sublinham o peso quase exclusivo da herança nagô no Brasil. No Sul, sob a nomenclatura genérica de Orixás, preservaram-se nos assentamentos e na organização espacial elementos materiais e cosmológicos de extração Ewe-Fon. Essa recomposição histórica, como observa Tadvald (2016), aponta que o Batuque consistiu em uma religião elaborada localmente entre 1833 e 1860 nas cidades portuárias de Rio Grande e Pelotas, a partir da interação teológica entre levas de escravizados sudaneses e bantos.

A transmissão do axé e a consolidação das casas de matriz africana em Porto Alegre e região metropolitana operam por meio de redes de parentesco ritual rigorosamente preservadas. Etnografias recentes sublinham a centralidade de lideranças e linhagens tradicionais — estruturadas a partir das tradições Ijexá, Oyó, Jeje e Cabinda (Tadvald, 2016) — na manutenção dessa memória e na legitimação das práticas locais diante das transformações contemporâneas, revelando que o campo religioso afro-gaúcho constitui uma arena de disputas por visibilidade e preservação identitária (Abiou, 2014).

É no interior da Nação Cabinda — profundamente marcada pelo culto aos ancestrais e pela memória de seu patriarca, Xangô Kamuká — que a antiga teologia de fronteira africana foi reativada. Legbá e Zina não foram integrados como meras qualidades secundárias, mas como os principais guardiões dos portais da morte e da estabilidade do *Ilê*, assentados na base do anjo de pedra para governar o fluxo dos *eguns*.

Portanto, quando as lideranças fundadoras da Nação Cabinda no Rio Grande do Sul estruturaram seu corpo litúrgico, não operaram um amálgama arbitrário entre Orixás e Voduns. Pelo contrário, reproduziram e refinaram a memória histórica de uma teologia de fronteira previamente constituída no continente africano. Na Cabinda sul-rio-grandense, Legbá e Zina não constituem elementos exógenos ao panteão iorubá; configuram o testemunho material de um período de expansão geopolítica do Daomé sobre os territórios dos Orixás, inscrevendo na diáspora a associação indissociável entre o princípio do movimento e a regente dos ancestrais.

4 TRANSCENDÊNCIA FON E A REDUÇÃO PEDAGÓGICA DO "BARÁ VIRADO"

Diferente das manifestações do Orixá Bará, que operam no circuito do transe e da incorporação antropomórfica, Legbá conserva no Batuque sua ontologia estritamente transcendental de Vodum. O conhecimento oral coletado em campo aponta que a divindade "habita somente no culto", constituindo uma

força dinâmica que não se manifesta por meio da possessão convencional. A narrativa popular de terreiro que o define como um "Bará virado" configura, em realidade, uma redução pedagógica — um artifício linguístico e teológico utilizado pelas antigas lideranças sacerdotais para traduzir a complexidade de um Vodum a uma comunidade historicamente familiarizada com a gramática dos Orixás.

Essa estratégia de tradução cultural, bem como os limites da antropologia clássica em apreender o caráter transcendental dos Voduns da rua, tornam-se evidentes no registro pioneiro de Norton Corrêa (1992). Ao inventariar as representações perimetrais do Batuque no final do século XX, o autor documentou as ambiguidades que cercavam a divindade:

Para uns ele é o chefe dos barás, sendo sentado numa casinhola, tal como aqueles, junto à entrada dos templos. Ao se passar por ela, de acordo com algumas pessoas, deve-se cumprimentá-lo esfregando os pés no chão. Mas quando perguntei à Mãe Moça quem era o Léba, botou imediatamente os indicadores para o lado da testa imitando chifres. [...] A relação entre o Léba e o Xapanã aparece em cânticos deste, onde o nome do outro é citado. (Corrêa, 1992, p. 180).

Submetido a uma leitura simétrica, esse fragmento etnográfico revela-se profícuo. O gesto de "esfregar os pés no chão" ao transitar pela estrutura externa delimita o respeito corporal estrito à liminaridade de uma força que não compartilha do mesmo espaço intramuros. Ademais, sob as imagens de "capa preta" e "pés de bode" — atribuições com as quais o imaginário colonial e cristão buscou demonizar as práticas rituais da rua —, o relato de João do Xapanã preservou o núcleo duro da ontologia fúnebre de Legbá: seu estatuto de soberano da "lomba" e seu comando sobre o contingente de eguns.

Essa irredutibilidade frente às expressões dos Barás iorubanos está inscrita na cultura material e na economia sacrificial que rege o Batuque gaúcho. Ao inventariar essas práticas, Ferreira (2007) fornece evidências empíricas de que o complexo de Legbá é deliberadamente apartado das demais expressões territorializadas da rua (Lodê, Lanã, Adague e Agelú).

Essa diferenciação inicia-se na codificação cromática dos fios de contas: enquanto o segmento dos Barás convencionais partilha da guia monocromática vermelha, a Legbá é reservada, com exclusividade, a tonalidade vermelha escura (Ferreira, 2007, p. 34) — inflexão estética que sinaliza a transição para um domínio vibratório de maior densidade. No plano sacrificial, a clivagem torna-se ainda mais radical. Se potências como Lanã, Adague e Agelú recebem frangos vermelhos e caprinos jovens com interdição expressa de pelagem escura, Legbá exige a imolação de um galo vermelho escuro e de um bode preto não sendo admissíveis outras pelagens além da preta, com aspas, inteiro² (Ferreira, 2007, p. 60-64). A exigência do animal plenamente maturado retira Legbá do circuito da pureza doméstica dos Orixás e o reinsere no cerne da governança fúnebre e ctônica extramuros.

² O termo inteiro refere-se a animal não castrado.

O equívoco analítico das correntes nagocêntricas consistiu em interpretar Legbá como uma "virada do Bará" ou estritamente sincrético. Como se demonstrará, a soberania sobre os mortos captada por Corrêa (1992) não constitui um desvio, mas a exata manifestação de sua agência de Vodum operando de forma indissociável e simbiótica com Zina. Nessa engrenagem cosmológica, Legbá rege a dinâmica vital e o trânsito entre o mundo visível e o invisível. Seu culto na Cabinda exige o respeito ao incognoscível: ele é evocado pelo assobio — elemento arquetípico de convocação das forças eólicas e dos espíritos noturnos — e ativado pela libação de destilados sobre a terra ou diretamente sobre o seu axé assentado.

4.1 ICONOGRAFIA E OFERENDA FÁLICA DE LEGBÁ

A preservação das matrizes do antigo Daomé no Rio Grande do Sul manifesta-se na cultura material e na modelagem litúrgica dos assentamentos de Legbá. Enquanto a literatura formal frequentemente silencia sobre a dimensão fálica do culto no Sul, a práxis da Nação Cabinda preserva a confecção de suportes votivos que destacam o falo como representação de fertilidade, geração e dinâmica cósmica. Adicionalmente, essa natureza liminar e hipermaterial reverbera na recusa sistemática de Legbá em submeter-se às analogias do sincretismo católico hagiográfico, que historicamente protegeu as demais divindades do Batuque intramuros.

Enquanto potências como Bará Lodê encontram correspondência em São Pedro e Lanã e Adague na imagem de Santo Antônio, Ferreira (2007, p. 78) atesta a inexistência de uma forma sincrética para Legbá. As tentativas de tradução ocidental operadas por olhares coloniais resultaram na sua redução à representação de um demônio dotado de chifres e cauda.

Essa associação, contudo, não decorreu de uma invenção iconográfica europeia, mas da ressignificação de elementos já presentes na representação tradicional do Vodum. Conforme descreve Charles (2012), Legbá é representado no antigo Daomé por um montículo de barro provido de um falo ereto e dois chifres, atributos que, no contexto fon, simbolizam sua potência vital e capacidade mediadora. Ao serem observados através da lente do imaginário cristão, esses mesmos elementos foram identificados com a iconografia do Diabo. Essa operação de diabolização transatlântica é historicamente persistente: já em 1741, na *Obra Nova de Língua Geral de Mina*, de Antonio da Costa Peixoto, o termo "Leba" era rudimentarmente traduzido como "Demônio" (Silva, 2019, p. 454-455). Desse modo, o pavor colonial diabolizou a potência e a clivagem do "bode preto com aspas, inteiro" exigido na liturgia gaúcha (Ferreira, 2007, p. 60-64). Esta soberania territorial e antissincrética de Legbá reflete-se na geografia de seus despachos e na composição de suas frentes rituais na Cabinda, estruturadas a partir de duas naturezas elementares:

O Opeté Fálico (Domínio da Fricção e da Matéria): Arranjo volumoso de farinha de mandioca moldado com um fragmento de carvão em sua lateral, operando como representação fálica. No topo, a

inserção de três búzios desenha os contornos da face (olhos e boca), cujo axé é ativado e regado com azeite de dendê. O uso do carvão vegetal na modelagem evoca os atributos hipercinéticos e expansivos da divindade, o motor primordial que "gira em torno do universo" (*lé*, girar; *gba*, tudo) e rege as contorções e fricções dinâmicas da natureza antes de qualquer reprodução (Maupoil, 1943 apud Silva, 2019, p. 457). O carvão atua fixando o potencial ígneo na profundidade da terra.

A Matriz dos Grãos e dos Elementos Picantes (Domínio da Expansão): Oferendas compostas por milho, amendoim e feijão preto torrados, acompanhados de sete bifes crus, delimitando seu governo sobre a subsistência e a circulação (Ferreira, 2007, p. 38). Todavia, é na dinâmica dos estimulantes que a clivagem ontológica com os Exus antropomórficos se consolida. Se a tradição oral registra o uso eventual do fumo aceso para a limpeza perimetral, o cozimento ritual de Legbá documentado prescreve sete cachimbos confeccionados com taquara, recheados com pimenta verde em substituição ao tabaco (Ferreira, 2007, p. 38).

A substituição do tabaco consumido pelo sopro humano pelo potencial químico e expansivo da pimenta verde encapsulada na taquara evidencia que Legbá não emula antropomorfismos; ele opera como um dispositivo de agência puramente mineral e vegetal, ativado pelo calor, pela picância e pela libação de destilados sobre a terra.

Essa engrenagem material justifica o isolamento espacial de seus cultos. Legbá não compartilha o espaço do "cruzeiro aberto" com os Barás territorializados; seu reduto exclusivo de deposição é a figueira de mato (Ferreira, 2007, p. 41). Enquanto em outras geografias da diáspora brasileira, como no Tambor de Mina do Maranhão, o trauma da opressão política daomeana fez com que a Casa das Minas banisse o assentamento de Legbá, restringindo-o a um cântico na varanda para que a força se afastasse do barracão (Ferretti, 1985 apud Silva, 2019, p. 459-460), a tradição do Batuque gaúcho operou uma sofisticada territorialização periférica. A escolha da figueira de mato e do pátio extramuros demarca que o complexo Legbá-Zina não foi obliterado, mas constituído como o governo soberano do limiar político e cosmológico, guardando a fronteira onde a civilização do terreiro encontra o silêncio da mata, o segredo e a ancestralidade fúnebre da lomba.

5 A ARQUEOLOGIA LINGUÍSTICA DO TOQUE JEJE: A ONTOLOGIA FON NA FONÉTICA DOS ORINS

A sobrevivência das estruturas teológicas Jeje-Vodun no âmbito do Batuque sul-rio-grandense não se circunscreve à configuração dos assentamentos materiais; ela pulsa na memória acústica coletiva das rodas de xirê e de toque. Essa retenção linguística, contudo, só foi viável devido às condições de isolamento geográfico que apartaram o extremo sul das sucessivas reformas rituais e re-africanizações ocorridas no centro-norte do país. Como assinala o antropólogo Norton Corrêa, a ausência de um intercâmbio constante

com o continente africano ao longo dos séculos XIX e XX atuou como um fator de conservação litúrgica excepcional no Sul:

Diferentemente da Bahia, onde havia um intercâmbio com a África constante, o batuque não teve esse intercâmbio, então a língua que se cantam hoje no batuque, são línguas arcaicas, são línguas que se falava a quase 200 anos na Nigéria e no Benim (Batuque Gaúcho, 2014).

Longe de ser um fenômeno de estagnação, esse isolamento gerou um estatuto de "fóssil linguístico", no qual a transmissão estritamente oral reterritorializou e protegeu fragmentos idiomáticos que sofreram erosão em seus próprios territórios de origem. Em diálogo sobre a especificidade do cenário gaúcho, Corrêa e Boutonnet aprofundam essa perspectiva:

Eles ficaram isolados lá durante muito tempo, os escravos inicialmente depois os seguidores ficaram isolados e hoje cantam em jeje e nagô e em outras línguas da região da África arcaica, que não existe mais ficaram isolados, não existe mais na Nigéria e nem no Benim essas linguagens antigas (Corrêa; Boutonnet, 2021).

Ao apontar que no Sul "se canta em jeje e nagô", a fala dos autores desvela a raiz profunda do caráter simbiótico do Batuque. Nesse território de resistência, os idiomas litúrgicos africanos passaram por um processo de amálgama na oralidade que espelha, com perfeita simetria, a fusão ocorrida entre os próprios complexos de orixás e voduns. A materialização empírica dessa simbiose é demonstrada de forma performática pelo próprio Norton Corrêa. Ao ilustrar a indissociabilidade dessa herança gaúcha, o antropólogo assume a execução do tambor para entoar os cantares arcaicos preservados:

Eu to falando da tradição jeje-nagô [...] eu vou tocar aqui um cântico de abertura quando começa o ritual ao Orixá Bará Elegbara do Benim, (Euamache onibá exu abanada, euamache onibá exu abanada) [...] Vamos ver um canto pra Lebbá, Legbá é também um orixá do Benim. (Corrêa; Boutonnet, 2021).

A cena do pesquisador executando o tambor e vocalizando as aduras evoca o cerne das discussões metodológicas deste capítulo. Primeiramente, a própria transcrição fonética operada por Corrêa — registrando o que acusticamente ressoa como "Euamache onibá exu abanada" — serve como testemunho da flutuação dialetal inerente à tradição oral e corrobora a não padronização das rezas (orins) entre os axés gaúchos. Julgar tais grafias sob a ortografia do iorubá contemporâneo seria desconsiderar a independência e a mutabilidade histórica dessa memória acústica territorializada.

Ademais, a categorização utilizada pelo autor ao definir Elegbara e Legbá como "orixás do Benim" sintetiza a fusão cosmológica aqui defendida: se a procedência geográfica e civilizatória é o Benim (antigo Daomé), a divindade em tela é, fundamentalmente, um Vodun. No cenário sul-rio-grandense, contudo, as fronteiras entre o complexo Nagô (Orixá) e o complexo Jeje (Vodun) tornam-se de tal forma porosas que a

própria exegese antropológica e a práxis dos terreiros os unificam sob a mesma chave litúrgica, hifenizando o que a geografia africana separava. O que o senso comum acadêmico ou eclesial por vezes lê como "desvio" face ao iorubá atual é, em verdade, o resultado vivo dessa fusão que se recusou a ser normatizada por cartilhas coloniais.

A centralidade dessa memória acústica ganha contornos definitivos na oralidade contemporânea dos sacerdotes que preservam as linhagens tradicionais. Em depoimento na plataforma digital *Batuque RS*, o Babá Phil de Xangô (Philyp Tyago Xavier Rodrigues) joga luz sobre a indissociabilidade entre a fônica dos orins, a rítmica percussiva e a identidade de Vodum que subjaz à roupagem nagô dominante:

São rezas que citam claramente Lebá e algumas até sua natureza, isso é Vodun, ainda sobre a pancada jeje, as famílias descendentes do jeje puro é comum iniciarem os toques a Bará rezando para Lebá nessa pancada. [...] Leba kaio, kaio - Lebá kaio, kaio; Leba xirê Ogum - Lebá Xirê, xirê; essa reza se refere a divindade Legbá, para muitos cultuado como uma qualidade de Bará, isso é de Exu. Porém como preceito de feitura e fundamentos muito específicos e diferentes dos que habitualmente feitos aos demais Baras. (Rodrigues, 2022)

A análise de Babá Phil corrobora a hipótese de que a performance musical nas famílias de "jeje puro" atua como um dispositivo de preservação dinástica. Ao iniciar o ciclo de exterioridade sob a "pancada jeje" evocando nominalmente Legbá, o terreiro suspende temporariamente a hegemonia iorubá e reativa a matriz fonética do antigo Daomé. Além disso, o orin documentado pelo sacerdote (*Leba xirê Ogum*) explicita na própria fônica a aliança mística e a adjacência perimetral com a divindade do ferro, operando como o preâmbulo litúrgico para a posterior manifestação de forças como Ogum Avagã. Trata-se de uma partitura teológico-operacional que recusa a assimilação total ao complexo dos Exus tradicionais.

A materialização histórica dessa tese se consolida ao analisarmos a herança litúrgica da Nação Cabinda através da linhagem e da memória cantada do Mestre Belerum (Waldemar de Cabinda). Na praxeologia musical deixada por Belerum, a abertura do ciclo de rua do Batuque não se inicia formalmente pelas rezas estruturadas do Bará Lodê, mas sim por uma densa sequência de aclamação ao Vodum daomeano:

Alabê: Léba caio caio
 Coro: Léba caio caio
 Alabê: Olebá xererê xererê
 Coro: Lebá xererê, xererê
 Alabê: Olebá xirê Ogum
 Coro: Léba xirê ogum
 Alabê: O abadô de borocum
 Coro: Abadô obenfara

A análise dessa partitura tradicional funciona como o elo condutor para a compreensão do sincretismo interno do Sul. Primeiramente, a repetição mântica do teônimo *Léba* (e suas variações fonéticas *Olebá*) nas três primeiras quadras estabelece uma "barreira fonética" contra a hegemonia iorubá, suspendendo o tempo mítico para saudar o Vodum primordial antes de qualquer concessão ao panteão dos Orixás.

O ponto culminante de transição teológica irrompe na linha "O abadô de borocum". A fônica *borocum* opera como uma corruptela de *Buruku* (*Nanã Buruku*), a matriarca ctônica do panteão Jeje-Fon. Sob a pressão da iorubização dominante no Batuque, a antiga aliança mística entre Legbá e a matriz *Buruku* acabou encapsulada e camuflada sob o rótulo de um "Exu" ou "Bará de rua" (o Exu *Borocum* ou *Lanã Borucú*). Trata-se de uma estratégia de sobrevivência taxonômica: ao rebaixar nominalmente a divindade primordial da terra ao estatuto de Bará para assentar junto a Legbá, as linhagens tradicionais garantiram que a cúpula do panteão Jeje permanecesse operando no ambiente extramuros.

Afastando-se da gramática normatizada do iorubá contemporâneo, as produções fonográficas e a literatura interna dos terreiros flutuam entre a preservação da fônica nativa e os esforços recentes de re-africanização. No cancioneiro litúrgico contemporâneo do Alagbe Roger Olanyan, observa-se uma intencionalidade em registrar as aduras e orins a partir de um rigor ortográfico que busca aproximar o Batuque das fontes linguísticas transatlânticas:

Alabê: Elegbára vodun, zanadô, Elegbá
Coro: Elegbára vodun, zanadô, Elegbá
Alabê: Elegbára vodun, azan kewe kewe
Coro: Elegbára vodun, azan kewe kewe

Contudo, para compreender esse processo de acomodação fonética sem os filtros da intelectualização ortográfica recente, torna-se indispensável recuar à fonte primária comercial mais antiga do Batuque gaúcho: o fonograma *Este é o Nagô do Rio Grande do Sul*, gravado por Abelardo Pereira em 1979. No verso deste LP, na seção explicitamente catalogada como "Geijo", emerge a fônica nua e crua da oralidade de terreiro:

Alabê: Léba Ogum fererê
Coro: Ogum
Alabê: Olebará iaboduma sanabore oeléba
Coro: Olebará iaboduma sanabore oeléba

O confronto analítico entre Pereira (1979) e o registro contemporâneo de Olanyan descortina o coração desta pesquisa. Enquanto Olanyan opera uma separação categórica para resgatar o estatuto do

mensageiro ("Elegbára vodun"), a performance viva de 1979 expõe uma simbiose radical. Na adura *Léba Ogum fererê*, ocorre o fenômeno do "envelopamento e adjacência por tradição oral".

Essa fusão atinge seu ápice em "Olebará iaboduma sanabore oeléba". Propomos que o termo *iaboduma* (ou *avoduma/aboduma*) constitui uma evidente evolução fonética originada do tronco linguístico Gbe, tratando-se de uma variação de *Ayivodun* (*Aivodum*), categoria cosmológica que designa os "Voduns da Terra" no antigo Daomé. A aglutinação do indexador iorubá (*Olebará*) com a corporação dos Voduns da Terra (*iaboduma/Ayivodun*) e o teônimo Fon (*oeléba*) em um mesmo fôlego ritual prova que a matriz iorubá não extinguiu o panteão Jeje; em vez disso, o envelopou. O canto enuncia uma taxonomia litúrgica rigorosa para ativar a presença de Legbá.

Essa maleabilidade revela que o culto mantém a fonética, mas prescinde da escrita. Em uma matriz civilizatória estritamente oral, a eficácia do ritual não está amarrada à exatidão de uma grafia estática, mas sim à precisão do impacto acústico e performático do som. O que se preserva através das gerações não é o desenho da palavra na folha, mas o sotaque muscular, a vibração tonal e o fôlego litúrgico. A variação da escrita não corrompe o fundamento; confirma que o Batuque é uma tradição viva que guardou a substância sonora do antigo Daomé no único arquivo que o colonialismo não pôde queimar: a voz e o couro do tambor

A insistência do binômio nominal "Elegbára/Elegbá", associado ao vocábulo Vodun, cumpre uma função de demarcação cosmológica no terreiro. Enquanto a literatura clássica homogeneizou o mensageiro sob a hegemonia do Orixá Bará, o canto litúrgico preserva o estatuto de Vodun da divindade, convergindo com Charles (2012):

"Legbá (Legbà, em fongbé) é um Vodun muito importante, tanto no Benin como na diáspora, por ser aquele que tem como atributos ser o protetor e o mensageiro entre os homens e os Voduns [...] este Vodun é louvado e oferendado no ritual do Zandrô"

A associação entre Legbá e o Zandrô fornece um elemento comparativo para a terminologia do Batuque. O termo fonético *zanadô* dificilmente é desprovido de significado: na língua fon, o radical *zan* remete à noite ou ao tempo, enquanto *azan* relaciona-se ao ciclo dos dias e às esteiras de palha, elementos vinculados aos Voduns. A proximidade fonética entre Zandrô (rito a Legbá) e *zanadô* (na reza batuqueira) revela continuidade estrutural. A mutação conserva a sequência *zan* + vogal de ligação + consoante dental + vogal posterior, compatível com a adaptação fonológica da transmissão oral das línguas gbe no Brasil.

Essa hipótese é plausível pelo isolamento histórico do Batuque no século XIX, que fossilizou fragmentos na memória oral. Enquanto no Benim o Zandrô subsistiu como rito específico, no Batuque essa liturgia condensou-se nas rezas ao Bará. A permanência de "Elegbára vodun" e *zanadô* sugere a conservação de uma camada ritual jeje-fon incorporada ao sistema nagô dominante no Sul. Essa profissão de fé ganha contornos de repetição mântica no ciclo Jeje, onde a força fônica fixa a memória daomeana:

Alabê: Vodun,ado kere kere kere, okoro koro koro, okere kere kere o vodun ELegbá

Coro: Vodun,ado kere kere kere, okoro koro koro, okere kere kere o vodun ELegbá

Alabê: ELegbára Vodonu, vodonu omodupéo

Coro: ELegbára miajô , kere ke Omodupéo

Alabê: ELegbá a vodun

Coro: zanadô, ELegbára

As variantes *Vodun* e *Vodonu* operam como marcadores de uma ancestralidade irredutível à totalização nagô. Ao intercalar a aclamação com expressões como *omodupéo*, a comunidade performa uma diplomacia cósmica que reconhece a realeza de Legbá. O fechamento do *orin*, ao responder com o binômio *zanadô/ELegbára*, sela o trânsito perimetral da divindade pela noite.

A articulação teórica com a economia do metal analisada por Andrade (2026) torna-se explícita quando a reza evoca a transição liminar para o regente do ferro extramuros:

Alabê: *ELegbá D'Ogun Fererê*

Coro: *Ogun*

O coro evoca Ogun, selando a adjacência espacial e a cooperação mística que Legbá mantém com Ogum na cartografia limiar do pátio. Todavia, se o ferro exige a rigidez mineral, a ativação de Legbá reivindica o calor de elementos termogênicos, como atesta a sequência:

Alabê: *Bará oti, oti, oti, oti Bará*

Coro: *Bará oti, oti, oti, oti Bará*

A repetição exaustiva de *oti* (destilado) corrobora a práxis ritual: desprovido do transe biológico, Legbá demanda ser despertado pela libação e pelo sopro do álcool sobre o solo. O canto configura um roteiro técnico-operacional de ativação do axé no exterior do Ilê.

Ao final, o ciclo musical desenha uma cartografia de ida e volta: evoca-se o movimento, ativa-se o dinamismo cósmico por substâncias termogênicas e, por fim, sela-se a fronteira sob o manto do segredo inviolável. Ao recolher o axé de Legbá para a matéria assentada, a comunidade impede a profanação dessas potências ctônicas e fúnebres extramuros. Esta engenharia acústica demonstra que a fônica do terreiro é um arquivo de resistência que resguarda a autonomia ontológica dos Voduns onde a tradução linguística colonial falhou.

6 A TRANSVERSALIDADE TRANSATLÂNTICA DA RESTRIÇÃO: O "NÃO RASPAR" BAIANO E O "NÃO DAR CABEÇA" GAÚCHO

A recusa do suporte antropomórfico e as restrições iniciáticas de Legbá na Nação Cabinda inserem a práxis gaúcha em uma sofisticada rede transatlântica de continuidade litúrgica Jeje-Vodun. Silva (2019, p. 462) assevera que o culto de Exu-Legbá resulta de um denso contato e resistência teológica que conecta o Brasil a complexos rituais no Haiti, em Cuba e nos Estados Unidos. Ao perscrutar essa ontologia no antigo Daomé, Maupoil (2017, p. 100-101) evidencia o caráter transcendental de Legbá como o princípio dinamizador do universo. Essa agência movente e perimetral justifica sua fixação exclusivamente em suportes materiais extramuros e sua interdição no corpo humano.

Esse modelo encontra um paralelo simétrico nas tradicionais casas Jeje-Mahi de Cachoeira, na Bahia. Conforme demonstra Parés (2006):

[...] o ciclo de festas anuais se inicia com as obrigações para Aizan, Ogum Xoroquê e Legbá, divindades características e exclusivas da nação jeje. Nenhuma dessas entidades “raspa ninguém” e, portanto, não se manifestam em corpo humano. [...] Atualmente, nos terreiros jejes são conhecidos e cultuados, além de Legbá, uma pluralidade de “qualidades” referidas como Exus, o que indica uma progressiva penetração dos referentes nagôs em relação a essa figura. (Parés, 2006, p.335).

O cruzamento desses dados com o cenário sul-rio-grandense é profícuo. A interdição baiana do "não raspar" configura a exata correspondência da máxima do Batuque de que Bará Legbá "não dá cabeça". Em ambas as geografias, a impossibilidade do transe não sinaliza menor relevância; Legbá preserva o estatuto de *hun-daho* ("grande vodum") (Maupoil, 2017), atuando como princípio motor da dinâmica vital. Há também convergência na adjacência mística com o regente das armas. Onde o Jeje-Mahi baiano articula os caminhos através de Ogum Xoroquê, o Batuque mobiliza o ferro de Ogum Avagã, cuja simbiose material prescinde igualmente do transe para operar a defesa do Ilê (Andrade, 2026).

Por fim, a "penetração dos referentes nagôs" anotada por Parés (2006) lança luz sobre o fenômeno verificado no Sul. A dispersão de Bará Legbá nas categorias de Lodê, Lanã, Adague e Agelú no Batuque reflete essa estratégia de tradução cosmopolítica. A nomenclatura iorubá foi assumida na superfície da linguagem para viabilizar a circulação pública do axé, enquanto a infraestrutura litúrgica da rua permaneceu fiel à governança secreta dos Voduns.

6.1 A DIFERENCIAÇÃO ONTOLÓGICA E O DESAFIO AO TABU DA ÁGUA

As divergências e continuidades que cruzam o campo religioso afro-gaúcho apontam que, mesmo quando a literatura ou certas casas tentam aproximar Legbá do circuito dos Barás convencionais, a cultura material emerge para restabelecer a clivagem ontológica. Essa distinção é detalhada por Babá Phil de Xangô

ao contrastar as atribuições de Legbá com o panteão iorubano e expor as especificidades de seu suporte físico:

"Lebá ao contrário do que muitos pensam não é exu, não é Bará, mas sim um correspondente do panteão Jeje. [...] Lebá no batuque tem um segredo muito grande, em algumas tradições Lebá é associado ao culto dos ancestrais, aos eguns, no igbalé. Em outras é tratado como um bará comum, recebendo normalmente tratamento similar ao dado a Bará Lodê, qualidade de exu que mais se aproxima de Lebá com suas características e atribuições, ainda assim são divindades distintas. [...] lebá, não possui o tabu em relação a água no seu assentamento [...] podendo inclusive ficar na rua exposto ao tempo."

A reflexão desvela duas dimensões. A primeira é a aproximação funcional entre Bará Lodê e Legbá, que justifica dividirem a guarda externa nos pátios. Todavia, seu vínculo com o *igbalé* chancela a tese de que Legbá transita em uma faixa de ancestralidade fúnebre vedada aos Exus antropomórficos.

A segunda dimensão introduz a quebra do tabu da água. Na organização tradicional do Batuque, a água é restrita no pátio externo, pois o elemento líquido pode "esfriar" a termogênese de Bará Lodê. Essa força iorubana opera como uma divindade "do seco", cujas diretrizes proíbem que seus fundamentos toquem o solo úmido ou sejam entregues em dias de chuva (Revista Yorùbá Sul, 2020).

Em contrapartida, ao atestar que Legbá "não possui o tabu em relação a água" e pode ficar "exposto ao tempo", a práxis nativa estabelece uma nítida clivagem ontológica. Esse comportamento resgata a raiz dos Voduns da Costa do Benim, cujos altares de argila enfrentam as chuvas tropicais sem perder a eficácia. A exposição ao tempo reitera o estatuto macrocósmico de Legbá: ele governa o exterior absoluto como a própria dinâmica da natureza.

7 O COMPLEXO DE BARÁ LEGBÁ: HERANÇA VODUN E A RESTRIÇÃO DO TRANSE

Respeitando a ordem de precedência que organiza a dinâmica litúrgica do Batuque gaúcho — na qual as forças vinculadas ao complexo do Bará antecedem e operam a abertura de caminhos —, as categorias classificatórias de exterioridade atingem sua síntese analítica na figura de Bará Legbá. Longe de operar como mero sinônimo litúrgico, Legbá é compreendido na tradição oral da Nação Cabinda como a matriz primordial da qual derivam e se individualizam as expressões territorializadas da rua (Lodê, Lanã, Adague e Agelú). Esta força atua como o marco originário da circulação cosmológica, situando-se na encruzilhada mítica.

A singularidade de Bará Legbá reside na sua irreducibilidade teológica: embora articulado ao panteão dominante, ele preserva sua ontologia de Vodum. Como remanescente do complexo Jeje-Fon da África Ocidental, suas prerrogativas vinculam-se à mediação linguística, ao trânsito macrocósmico e à zona de passagem entre o mundo dos vivos e o domínio fúnebre.

Sua fixação na estrutura perimetral externa opera como o mecanismo máximo de intermediação entre o interior do espaço sagrado e o espaço público. É essa configuração que oferece os subsídios teóricos para compreender não apenas a organização de Ogum Avagã no domínio do ferro, mas também sua simbiose com o Vodun Zina. Enquanto as expressões derivadas do Bará gerenciam a segurança ritual e as demandas cotidianas na rua, Legbá articula-se a Zina para governar a fronteira metafísica mais liminar: o império dos mortos e a ancestralidade extramuros.

7.1 A RECUSA DO TRANSE E A PEDAGOGIA DO "BARÁ VIRADO"

A profundidade dessa segmentação ontológica é ratificada pelas severas restrições iniciáticas que cercam a divindade. Conforme observado na práxis da Cabinda, a interdição de consagração direta de um iniciado a Legbá apoia-se no fato de que sua densidade ritual e cósmica ultrapassa os limites ordinários do transe possessivo. Como discutido ao longo deste capítulo, Legbá habita exclusivamente o âmbito do culto assentado na matéria, recusando a manifestação antropomórfica no corpo dos devotos.

Essa recusa da possessão corpórea consolida a tese de que a narrativa de terreiro do "Bará virado" constitui uma sofisticada redução pedagógica. Diante da impossibilidade de submeter ao transe biológico uma força descrita como o princípio que transforma a gravidade em dinâmica vital, a engenharia teológica das antigas lideranças sacerdotais codificou Legbá sob a metáfora da "virada".

As demais expressões do Bará operam, portanto, como emanções acessíveis e espacializadas dessa matriz originária. Essa engrenagem permite a atuação ritual e a circulação do axé no pátio sem a exposição direta do corpo do iniciado à totalidade de sua potência macrocósmica. O complexo Legbá-Zina permanece, assim, como o guardião derradeiro do segredo e do limiar ontológico do Batuque gaúcho.

7.2 A MATERIALIZAÇÃO DO OCULTO: O FALO E O CARVÃO

Dado que a potência de Legbá é interdita ao corpo humano, sua agência é administrada na Nação Cabinda por meio de uma rígida cultura material. A ausência do transe possessivo é compensada pela hipermaterialização do axé no assentamento votivo.

Onde a literatura de viés nagocêntrico identifica apenas o *otá* e os suportes de ferro (ponteiras e garfos), a tradição oral revela a preservação da modelagem fálica originária da Costa do Benim. Ao confeccionar o *opetê* de farinha de mandioca acompanhado do carvão vegetal e do azeite de dendê, a Cabinda resgata o princípio ativo da fricção e da fertilidade cosmológica, retendo o potencial ígneo da divindade. Essa estrutura — cujos búzios cravados conferem contornos antropomórficos faciais — é ativada exclusivamente pela ação técnica do sacerdote, que realiza a libação de destilados e convoca a força por meio do assobio ritual.

7.3 EXCLUSIVIDADE DE AGOSTO E A INTERDIÇÃO DE GÊNERO

A radicalidade ontológica do complexo Legbá-Zina na Nação Cabinda, expressa na recusa ao transe e na hipermaterialização de sua agência, atinge o ápice no manejo do tempo litúrgico, na restrição dos elementos de comensalidade e na ontologia dos espaços marginais. A práxis e a tradição oral corroboram a tese de que esse panteão perimetral atua como uma barreira de contenção escatológica.

Em depoimento de fundamental relevância etnográfica, o egrégio sacerdote Pai Cleon de Oxalá (Reino de Oxalá), uma das maiores autoridades nos fundamentos da Nação Cabinda até o seu falecimento, delimitou a severidade ritual e espacial que organiza esse culto:

"Tem os lugares específicos para se tratar o Lebá, a zina e os anjos, tu não trata na praia, nem com mel, nem com água doce. Eles são as entidades que nos defendem de todos os axéxê borocum³ que vier na nossa porta, eles ficam de prontidão da frente aos fundos e dos fundos a frente de nossa casa. [...] É o orixá que nós tratamos no mês de agosto é o único; orixá não, a única entidade que a gente alimenta no mês de agosto é o Lebá. Aqui na nossa casa, mês de agosto nem serviço, não se bota axorô⁴, é só pro Lebá, sempre dia 13. [...] A obrigação é só pra homem. [...] A gente tem que tratar eles num lugar distante, um lugar sujo, um lugar de muito lixo. É o local onde se trata o Lebá, a Zina e os Anjos."

A densa fala de Pai Cleon desvela três engrenagens teológicas profundas que tensionam as leituras nagocêntricas e homogeneizadoras da literatura clássica do Batuque gaúcho:

A Antítese da Doçura e a Prontidão Perimetral: A interdição absoluta de elementos como o mel, a água doce ou a deposição em ambientes marinhos ("praia") afasta radicalmente Legbá, Zina e os Anjos do circuito da doçura que caracteriza os Orixás intramuros. O mel e a água doce são substâncias termolíticas, utilizadas para apaziguar e assentar. Legbá e Zina, operando na fricção e na contenção termogênica, demandam o oposto: elementos picantes, secos e destilados. A função dessas forças é definida como uma vigilância militar e bidirecional ("da frente aos fundos e dos fundos a frente"), atuando como um escudo profilático contra o *axéxê borocum* — categoria nativa que evoca as emanções fúnebres mais densas, os feitiços destrutivos e a poluição espiritual decorrente do império da morte (*Iku*).

O Jejum de Axorô em Agosto e a Polaridade de Gênero: A suspensão sacrificial do mês de agosto isola este período como um tempo de recolhimento, tradicionalmente associado às forças ctônicas, às pestes e à ancestralidade fúnebre (domínio partilhado com Xapanã). Ao determinar um rigoroso jejum de *axorô* (sangue sacrificial) para todas as demais divindades, a Cabinda decreta a suspensão de obrigações intramuros. Romper esse silêncio sacrificial só é outorgado no dia 13 de agosto, e exclusivamente para

³ Na expressão nativa utilizada por Pai Cleon de Oxalá ("*axéxê borocum*"), a categoria sinaliza as cargas e emanções energéticas mais pesadas, nefastas e poluentes associadas à morte violenta, ao feitiço destrutivo ou à estagnação espiritual, contra as quais o pátio externo deve exercer vigilância militar ativa.

⁴ No léxico litúrgico das religiões de matriz africana, e especificamente no Batuque do Rio Grande do Sul, o termo *axorô* (do iorubá *àşorò*) refere-se ao sangue animal sacralizado e imolado.

Legbá. A imolação direcionada unicamente a ele sinaliza que apenas o motor primordial do movimento possui a temperatura termogênica necessária para metabolizar o sangue em um período de latência da morte, sem desestabilizar o axé da comunidade. Ademais, a restrição de gênero ("a obrigação é só pra homem") reativa preceitos severos da África Ocidental e dos cultos de sociedades secretas masculinas ligados ao Legbá daomeano, onde a manipulação de potências hiperfálicas exige a interdição estrita do elemento feminino em idade fértil para salvaguardar a economia reprodutiva e a polaridade do axé.

A Epistemologia do Lixo e a Margem Social: A prescrição de que o local de despacho dessas potências deve ser um "lugar sujo, um lugar de muito lixo" exige uma leitura simétrica. Não se trata de uma valoração moral negativa ou de falta de zelo litúrgico, mas sim da manipulação da categoria que Mary Douglas classificou como "matéria fora do lugar". O lixo e o resíduo urbano marcam a fronteira final da *pólis*, o ponto onde a civilização se desfaz e o caos se instala. Ao territorializar Legbá, Zina e os Anjos no refúgio da sociedade, a teologia da Cabinda estabelece que aqueles que guardam o Ilê contra a decomposição espiritual devem habitar e governar o próprio espaço da decomposição material. O lixo atua como um captador natural de negatividades; ao depositar as oferendas na zona do refúgio, o sacerdote garante que as demandas trazidas na porta do terreiro sejam devolvidas a periferia do mundo social.

A convergência dessa estrutura ritual é observada em outros testemunhos contemporâneos da tradição cabinda. Ao descrever os assentamentos protetivos de sua linhagem, Bandeira (2025) afirma que certas raízes realizam o assentamento conjunto de Legbá, Zina e os Anjos da Solidão, ressaltando que esses fundamentos se equilibram entre si na proteção e na movimentação das energias da casa religiosa. Embora reconheça variações entre diferentes famílias rituais, o sacerdote preserva a associação estrutural entre a tríade, corroborando a existência de um complexo estável no interior da Cabinda.

Convém ressaltar, contudo, que essa configuração não é absolutamente uniforme. O próprio autor registra que algumas raízes de Cabinda não os cultuam coletivamente, realizando, junto a Legbá, o assentamento de Exú Burucú ou Lanã Borucú (Bandeira, 2025). Longe de enfraquecer a hipótese aqui defendida, essa observação evidencia a diversidade interna da tradição Cabinda e recomenda cautela diante de generalizações, sem comprometer a identificação de um núcleo ritual compartilhado entre suas principais linhagens.

8 ZINA E A DERIVAÇÃO LINGÜÍSTICA DE AYIZAN: A GUARDIÃ DA PASSAGEM

Se a literatura a respeito de Legbá revela-se escassa, o registro científico acerca de Zina no âmbito acadêmico formal é inexistente. Todavia, a ausência de alcance da antropologia clássica é tensionada pela farta memória documental e pelas epistemologias preservadas pelas próprias comunidades de terreiro. Em registro histórico veiculado em ambiente virtual, a práxis e a autonomia desse culto foram explicitamente sintetizadas:

"Legbá e Zina, são divindades adotadas pela nação Cabinda, são assentados em vultos⁵ e possuem rito específico, seus assentamentos são separados dos demais." (Abassá Bará, 2015).

Essa formulação nativa preenche o vazio etnográfico da academia ao cancelar duas premissas estruturais: a indissociabilidade do par Legbá-Zina na Nação Cabinda e a exigência de uma geografia sagrada de isolamento material, expressa em vultos e assentamentos rigorosamente apartados dos Orixás intramuros. É a partir desse solo firme da tradição que se torna possível traçar a arqueologia mística dessa força. Sob a ótica da Religião Comparada e da linguística histórica, Zina configura uma sobrevivência fonética e teológica direta de *Ayizan* — o Vodum feminino associado à terra, aos mercados e aos portais na Costa do Benim.

Essa associação entre Legbá e *Ayizan* encontra respaldo na organização ritual do culto vodum. Charles (2012) observa que Legbá sempre é cultuado primeiro, mas ressalva uma exceção particularmente significativa: "no Brasil, em rituais como o Zândró, a primeira divindade reverenciada é Ayizan". Longe de representar uma inversão arbitrária da hierarquia, essa precedência evidencia a estreita complementaridade entre ambas as divindades. Se Legbá governa a abertura dos caminhos e a circulação, *Ayizan* preside precisamente a consagração do espaço ritual onde essa comunicação se torna possível. Sob essa perspectiva, a associação permanente entre Legbá e Zina preservada pela tradição cabindeira mostra-se coerente com a lógica litúrgica já documentada no universo jeje-fon.

Essa proposição teórica encontra eco na produção intelectual contemporânea da própria Nação Cabinda. Em obra dedicada ao culto perimetral no Batuque gaúcho, o sacerdote Glauco T'Ogum aproxima explicitamente Zina do vodum *Aizan*, descrevendo-a como "um vodum feminino ligado ao Legba [...] ligado a tudo que se faz passagem entre os mundos" (Santos, 2025). Embora formulada na linguagem teológica da tradição, essa definição converge com a interpretação aqui proposta ao preservar a associação entre a contraparte feminina de Legbá e a administração das passagens liminares entre diferentes domínios cosmológicos.

Na dinâmica litúrgica do Batuque, Zina articula-se a Oyá Igbalé — chamada pelos antigos de "Oyá virada" —, assumindo o epíteto de *Yá Omo Emesan* ("A Mãe dos Nove Filhos"). A análise das performances musicais coletadas em campo comprova empiricamente essa correlação fônica e operacional:

Alabê: Oya ajé igba egun unló / Coro: Zina ajé igba egun onilé

⁵ As formulações das fontes orais não se anulam reciprocamente, uma vez que o termo 'anjo' constitui uma especificação da categoria taxonômica mais ampla de 'vulto'. No horizonte litúrgico do Batuque e da Cabinda, o vulto designa qualquer representação antropomórfica voltada à fixação material do sagrado — frequentemente esculpida em madeira. Assim, nos contextos rituais específicos (como os complexos de Legbá e Zina) onde a estatuária de cemitério é utilizada como o próprio receptáculo do assentamento, a figura do anjo opera como uma especificação do gênero vulto, aliando a plasticidade antropomórfica à função psicopompa.

O canto litúrgico vincula estruturalmente as figuras de Oyá e Zina à condução dos mortos (*eguns*), sugerindo que Zina governa o mistério da morte (*Iku*) e o acolhimento do princípio vital no momento da transição existencial. Essa governança sobre a ancestralidade fúnebre e o trânsito das almas encontra amparo na memória documental registrada na imprensa de terreiro. No artigo "Zina e os Anjos", publicado no *Jornal O Batuqueiro*, o Babalorixá Fabiano Bandeira (Pai Fabiano de Oxalá) elucida como o arranjo defensivo estruturado nos pátios de Cabinda responde a uma engenharia espiritual de mútua dependência: os assentamentos de Legbá, Zina e os chamados Anjos da Solidão equilibram-se reciprocamente na proteção territorial do *ilê* (Bandeira, 2025).

Mais do que uma associação periférica, a legitimidade do culto a Zina e aos anjos nas casas tradicionais vincula-se diretamente à linhagem dinástica do axé gaúcho, possuindo uma indissociável ligação mítica com o próprio ancestral fundador e patrono da nação, o Pai Waldemar de Xangô Kamuká. Essa associação permanece viva na tradição oral contemporânea, como observa o próprio Pai Fabiano ao apontar que "os Anjos por sua vez têm uma ligação ao Rei de nossa nação Xangô Kamuká" (Bandeira, 2025), evidenciando a continuidade dessa memória dinástica entre diferentes ramos da Cabinda.

Também converge com essa interpretação o registro de Santos (2025), ao afirmar que Zina é tradicionalmente reconhecida como "mãe dos anjos". Ainda que a nomenclatura "anjos" resulte de processos históricos de tradução religiosa, sua conexão permanente a Zina reforça o papel dessa entidade na administração ritual do domínio funerário e das passagens ancestrais.

Desse modo, a recorrência convergente desses elementos em fontes primárias independentes — que associam Zina a Legbá, aos anjos de cemitério e à passagem entre mundos — reforça a hipótese de que sua função liminar constitui um componente infraestrutural e estável da tradição da Nação Cabinda, resistindo de forma autônoma ao apagamento científico.

8.1 OS FILHOS DE ZINA E A COMENSALIDADE DOS ANJOS

A cosmologia da Cabinda organiza o domínio de Zina por meio de seus filhos. Conforme a literatura de matriz iorubana clássica (Verger, 1957; Santos, 1976), Oyá Igbalé gerou nove eguns. No contexto etnográfico estudado, o entorno do complexo Legbá-Zina é integrado por três dessas divindades primordiais, denominadas coletivamente na tradição oral como os "Anjos da Solidão". A subordinação litúrgica e a gerência de Zina sobre essa classe de espíritos é enfatizada pela tradição oral dos terreiros, que assinala: "os anjos 'eguns' são acordados por Zina, é ela quem os desperta e os deixa novamente adormecidos" (Eliseo, 2019).

Em respeito ao estatuto do segredo ritual que rege a transmissão do conhecimento na Nação Cabinda, as identidades nominais dessas forças são mantidas sob estrita interdição verbal, sendo sua

pronúncia pública vedada. Contudo, sua agência como filhos e guardiões perimetrais da transição existencial é publicamente reverenciada por sua denominação coletiva.

Na liturgia fúnebre do Ilê, esses espíritos do limiar recebem oferendas votivas na cabeceira da mesa, obedecendo a uma rígida lógica de comensalidade estruturada a partir do número ritual três (tríades de xícaras de café, leite, copos de água e papos de anjo). O banquete oferecido a Zina reflete sua ambivalência cosmológica:

Dimensão Telúrica e Matriarcal: Composta por amalá de repolho roxo, pirão, costela bovina e o *opetê* de batata-doce com casca moldado em formato cordiforme, operando como representação do princípio maternal que acolhe os ancestrais.

Dimensão da Ancestralidade Aérea (Anjos): Oferendas de caráter leve e volátil, como a massa do tipo "cabelo de anjo" guarnecida com extremidades de asas de ave, arroz com moela e mel, polenta doce e sopa de pombo.

8.2 O ANJO DE CEMITÉRIO COMO ESCUDO SINCRÉTICO E FERRAMENTA PSICOPOMPA

O ápice da sofisticação litúrgica investigada reside na utilização de estátuas católicas de anjos de cemitério para a estruturação dos assentamentos conjuntos de Legbá e Zina. Esse fenômeno não deve ser interpretado como mera submissão à hagiografia católica, mas sim como uma estratégia de reinterpretação cultural e agência cosmopolítica. É válido ressaltar que a própria manipulação estética dessas esculturas responde a ramificações internas e complexas do rito, visto que:

[o]s anjos da morte e da solidão é [sic] um outro fundamento, a sua feitura também é feita em estátuas de anjos e são [...] diferenciados por serem chamados de anjo rico e anjo pobre. (Eliseo do Xangô, 2019).

As antigas lideranças sacerdotais identificaram nas esculturas das necrópoles — figuras psicopompas que exercem a guarda dos túmulos — a correspondência visual e funcional ideal para a atuação invisível de Legbá e Zina:

Trânsito e Liminalidade: O anjo católico opera nas fronteiras espaciais. A presença de asas evoca a volatilidade (o elemento ar, o trânsito e o domínio de Oyá), ao passo que sua fixação sobre a sepultura remete à estabilidade ctônica (o elemento terra, a finitude e o domínio de *Ayizan* e Legbá).

Contenção Perimetral: Ao assentarem Legbá e Zina sob a égide estética do anjo tumular, associado localmente à transição solitária rumo ao domínio dos ancestrais, os terreiros de Cabinda estruturaram um dispositivo defensivo de alta eficiência. Posicionados na entrada ou em pontos nevrálgicos do *Ilê*, esses suportes controlam o fluxo de *eguns* e protegem a comunidade ritual contra *kizumbas* (demandas e perturbações espirituais).

8.3 A LOMBA COMO EXTENSÃO DO MERCADO

A compreensão dessa complexa malha litúrgica — que articula o banquete dos filhos ancestrais à manipulação estética da estatuária tumular — expande-se radicalmente quando tensionada pelo cruzamento entre as matrizes Jeje e Nagô no território gaúcho. Na cosmologia Fon clássica, o par Legbá e Ayizan partilha a regência dos espaços públicos e de trânsito massivo: Legbá governa os caminhos, as encruzilhadas e a dinâmica da circulação, enquanto Ayizan preside o mercado (*axhi*), compreendido não apenas como polo econômico, mas como a própria terra consagrada onde os vivos e os ancestrais se cruzam. No contexto do Batuque, onde a rua e os pátios extramuros sofreram severas reconfigurações espaciais e pressões coloniais, a "lomba" (o cemitério) emerge como a tradução territorial desse complexo liminar, operando como a extensão mística do antigo mercado jeje: o espaço público por excelência de trânsito dos mortos e de barganha espiritual.

Essa paulatina acomodação da engenharia Jeje sob a superfície de outras tradições hegemônicas no Rio Grande do Sul possui, inclusive, lastro na arqueologia musical do Batuque. Como aponta Braga (2013, p. 212-213), o Jeje e o Ijexá operavam como "lados independentes" até pelo menos a década de 1940, ocorrendo posteriormente um processo de simbiose rítmica e litúrgica onde o repertório Jeje passou a ser executado invariavelmente logo após o repertório de cada orixá específico (por exemplo, "axés do Bará no Ijexá + axés do Bará no Jeje"). Essa dinâmica de acoplamento musical e teológico elucida como o complexo Jeje-Cabinda sobreviveu no ecossistema sul-riograndense: não por meio de uma pureza institucional isolada, mas infiltrando-se de forma infraestrutural na gramática ritual predominante.

Essa simbiose operacional na geografia sagrada sul-riograndense atinge sua máxima evidência quando confrontamos a memória documental da antropologia clássica com a tradição oral contemporânea. Ao investigar a caracterização material e espacial de Legbá no século passado, o pai-de-santo João do Xapanã já sinalizava essa natureza ctônica e fúnebre ao afirmar que a entidade "usa uma capa preta, tem pés de bode, e é o 'senhor da lomba (cemitério)', e 'comanda o batalhão dos eguns'" (Corrêa, 1992, p. 180).

Décadas mais tarde, essa exata engenharia espiritual ecoa, se equilibra e se completa na fala do sacerdote Antonio Carlos de Xangô ao mapear a agência da contraparte feminina do par: "Zina é uma yansã [...] é uma Oya no caso, só que ela comanda a lomba e é nossa defesa." (Antonio Carlos de Xangô, 2016, 03min29s).

O espelhamento dessas duas formulações nativas desvela o arranjo infraestrutural que justifica o uso dos anjos psicopompos exumados pela estética do terreiro. Onde a teologia Nagô tende a fragmentar as funções (atribuindo a Oyá o governo isolado dos eguns e a Bará os caminhos), a persistência da matriz Jeje-Cabinda reitera a indissociabilidade do casal da rua: Legbá atua como o senhor e comandante dinâmico do contingente de mortos extramuros, ao passo que Zina assume a regência, a territorialização e o escudo profilático ("nossa defesa") do mesmo espaço liminar da lomba.

A aproximação entre Zina e Oyá Igbalé na liturgia musical do Batuque não apaga a raiz estrutural de Ayizan. Pelo contrário, a dinâmica local utiliza a gramática Nagô como estratégia para salvaguardar uma antiga simbiose Jeje: o governo compartilhado sobre o solo dos ancestrais. Essa articulação garante que o "batalhão" regido por Legbá encontre na barreira protetiva de Zina o seu ponto de equilíbrio e contenção. Desse modo, a proteção dos limites do Ilê deixa de ser um conjunto de sentinelas isoladas. Ela se consolida como uma aliança simbiótica que governa soberanamente as fronteiras entre a vida e a morte nas lombas gaúchas.

9 A AMPLIAÇÃO DO REGIME LIMIAR: DE GU AVAGÃ A LEGBÁ-ZINA

A constatação de que o ecossistema litúrgico da rua e do pátio no Batuque sul-rio-grandense atua como reduto de preservação das estruturas cosmológicas Ewe-Fon encontra sólido respaldo na produção científica recente. Ao analisar a cultura material do exterior dos terreiros gaúchos, Andrade (2026, p. 21) demonstrou que a hegemonia do léxico e da gramática iorubá nos espaços internos opera como uma "camada superficial de tradução", ao passo que, infraestruturalmente, os suportes físicos e os regimes sacrificiais das forças de rua permanecem inflexíveis e autônomos. Conforme assevera o autor:

Onde a palavra falada foi traduzida ou absorvida pela matriz nagô dominante, o ferro e o aço mantiveram-se inflexíveis, guardando em sua fatura e morfologia preceitos ontológicos ocidentais-africanos que recusam o apagamento. Essa resistência silenciosa e objetiva ganha contornos definitivos na clivagem entre o quarto de santo e o pátio exterior. (Andrade, 2026, p. 24)

Se nesse estudo a comprovação do "fóssil tecnológico" concentrou-se na hélice de aço de Ogum Avagã — que atualiza a aliança entre os Voduns Gu (ferro) e Dan (serpente) —, novos dados na Nação Cabinda estendem essa tese à ancestralidade fúnebre sob a gerência simbiótica de Legbá e Zina. O governo perimetral do Ilê avança em direção à fronteira metafísica por meio desse par de divindades.

9.1 GRADAÇÕES DE INTENSIDADE E A RECUSA DA CARNE

A aproximação teórica entre Ogum Avagã e o complexo Legbá-Zina consolida-se nas restrições rituais do pátio externo. Assim como Avagã habita uma ontologia mineral apartada do quarto de santo (Andrade, 2026), Bará Legbá radicaliza essa interdição ao recusar o transe possessivo e a incorporação. Essa característica reforça seu estatuto de Vodum transcendental: a práxis da Cabinda reitera que essa força habita exclusivamente a matéria assentada, contrariando a tendência clássica de reduzi-lo a um "Bará virado".

Quando o transe humano é interditado, a cultura material assume a centralidade absoluta da agência (Andrade, 2026, p. 18). É essa dispensa do suporte biológico que justifica a modelagem de Legbá em vultos de argila e opetês de carvão e búzios. O objeto físico configura o corpo estendido e ativo da força.

9.2 O ACOPLAMENTO DE ZINA: A REINTERPRETAÇÃO DO ANJO PSICOPOMPO

O ápice dessa engenharia perimetral localiza-se na união de Legbá com Zina. O assentamento do par opera uma síntese entre o dinamismo do caminho e a gravidade do culto fúnebre. A utilização de esculturas de anjos católicos de cemitério para fixar esse axé constitui o exemplo mais refinado do uso do sincretismo como ferramenta taxonômica e funcional de proteção de mistérios africanos.

Ao transmutar a imagem do anjo em suporte votivo, a Cabinda reativa a essência de Ayizan (Vodum da terra e dos portais), articulando-a a Oyá Igbalé na gestão das almas. O anjo esculpido cumpre dupla função: suas asas acionam a volatilidade do ar e o trânsito (Oyá), enquanto sua fixação ctônica evoca a estabilidade da terra (Ayizan e Legbá).

Posicionado na rua ou nos limites do pátio, adjacente a Bará Lodê, o anjo converte-se em um dispositivo de contenção espiritual ativa. Legbá e Zina controlam os eguns ancestrais, representados na tradição oral pelos Anjos da Solidão. O circuito de oferendas mantém o pacto de proteção da comunidade contra perturbações do mundo exterior.

Esse complexo simbiótico na Nação Cabinda reinsere categoricamente o Rio Grande do Sul nos estudos internacionais sobre o Atlântico Negro. A criatividade litúrgica gaúcha reativou preceitos da África Ocidental para governar as fronteiras da escatologia fúnebre, estruturando um solo epistemológico próprio que desafia o apagamento científico formal.

10 CONCLUSÃO

A análise do par Lebá-Zina na Nação Cabinda demonstra que a memória coletiva da diáspora afro-gaúcha operou uma engenharia teológica extraordinária, preservando a essência cósmica dos Voduns na convivência com o panteão Iorubá. Longe de configurar aculturação ou perda de referências, a simbiose ritual na perimetria dos terreiros sul-rio-grandenses atesta a sofisticação de uma teologia de fronteira, articulada na África Ocidental e reativada estrategicamente no extremo sul do Brasil. A manutenção de categorias litúrgicas nitidamente Fon em uma matriz majoritariamente Nagô revela que o Batuque organizou-se como um território de negociação cosmopolítica, no qual a superfície linguística iorubá viabilizou a proteção da infraestrutura profunda dos Voduns.

Sob essa ótica, o ecossistema religioso sul-rio-grandense afasta-se definitivamente do estigma de mera cópia tardia ou simplificação ritual. A práxis da Cabinda demonstra que o correspondente simétrico ao Exu iorubá não reside na figura isolada e masculinizada do Legba diaspórico, mas sim na

indissociabilidade operada pelo complexo Leba-Zina. Ao contrário das reduções lineares que tentam apartar essas forças para acomodá-las em gavetas taxonômicas estanques, a tradição gaúcha preservou a essência do panteão da Costa do Benim. O acasalamento ritual do pátio exterior atualiza a simbiose original entre Legbá e Ayizan: o entendimento de que a expansão cinética dos caminhos e a coesão telúrica do mercado constituem duas dimensões de uma mesma engrenagem cósmica. Toda a agência que a teologia nagô centralizou na figura de Exu exige, na matriz Ewe-Fon, a manutenção rigorosa dessa complementaridade de gênero e espaço. Desarticular o par Leba-Zina sob o pretexto de um espelhamento mecânico e unilateral seria desestruturar a própria infraestrutura que garante a eficácia da defesa perimetral.

Essa continuidade civilizatória adquire materialidade irreduzível nas restrições rituais e na economia sacrificial que interditam o complexo Leba-Zina ao circuito do transe e da incorporação antropomórfica. Ao redefinir a narrativa popular do "Bará virado" ou da "Oyá virada" como uma redução pedagógica e transferir a centralidade da agência para suportes minerais e vegetais — como a modelagem fálica do carvão, o preceito da pimenta verde na taquara e o rigor das oferendas telúricas —, a tradição da Cabinda salvaguardou o caráter estritamente transcendental dessas forças da rua. Como demonstrado através da fonética das "rezas" preservados na literatura interna do Alagbe Roger Olanyan T'Aganjú, a arqueologia linguística das aduras atua como um arquivo acústico de resistência que blinda o mistério e o segredo ritual contra o esquecimento e contra os rigores das gramáticas contemporâneas formalizadas.

Ademais, o acoplamento litúrgico de Zina e a utilização de estátuas católicas de cemitério evidenciam que o sincretismo, no contexto da rua, operou como um dispositivo psicopompo e taxonômico de contenção. A apropriação das esculturas das necrópoles não representou uma submissão à hagiografia colonial, mas a construção de um escudo estético de alta eficiência para governar a fronteira mais liminar do *Ilê*: o fluxo dos *eguns* ancestrais e o amparo aos Anjos da Solidão. Esse fenômeno estende as formulações de Andrade (2026) acerca do regime de exterioridade, comprovando que o governo perimetral do pátio ultrapassa a defesa contrademandas humanas e assume o controle soberano da escatologia fúnebre.

Por fim, este estudo reposiciona o debate sobre o Batuque do Rio Grande do Sul, evidenciando que a ausência de registros na literatura clássica diz mais sobre as limitações de campo dos antropólogos do século XX — frequentemente eivados por análises nagocêntricas e homogeneizadoras — do que sobre a real riqueza dos terreiros. Leba e Zina permanecem vivos, não nas páginas de teses eurocentradas, mas na fumaça dos cachimbos de taquara, na firmeza do carvão, na modelagem cordiforme dos *opetês* e no silêncio vigilante dos anjos de pedra que guardam os axés do Sul.

BIBLIOGRAFIA

ABASSÁ BARÁ. **Legbá e Zina**. Abassá Bará (Blog), 24 fev. 2015. Disponível em: <https://abassabara.blogspot.com/2015/02/>. Acesso em: 27 set. 2025.

ABIOU, Sena Annick Laetitia. **Entre o Vodum e o Batuque**: as forças da natureza nas cidades de Ouidah, Cotonou (Benim), Porto Alegre e Viamão (Brasil). 2014. 352 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

ALAGBE ROGER OLANYAN T'AGANJÚ (Roger de Aganjú). **Axés cantados na nação Kabinda do Batuque do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edição do Autor, [s.d.]. 52 p. Material didático do Curso de Tamboreiros de circulação restrita. Disponível mediante solicitação nas redes sociais do autor.

ANDRADE, Í. F. A Forja Ancestral: Cultura Material, a Simbiose de Gu e Dan e a Persistência Ewe-Fon no Assentamento de Ogum Avagã. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 34, p. 1-34, 2026. ISSN: 2965-6672. DOI: <https://doi.org/10.70773/revistatopicos/782641025>. Acesso em: 30 jun. 2026.

BAKOS, Margaret Marchiori. Sobre as causas da criminalidade escrava no Rio Grande do Sul (primeira metade do século XIX). **Estudos Ibero-Americanos**, v. 8, n. 2, p. 165-177, 1982.

BANDEIRA, Fabiano Gross (Pai Fabiano de Oxalá). Zina e os anjos. **Jornal O Batuqueiro**, 26 out. 2025. Disponível em: <https://www.facebook.com/jornaldobatuqueiro/photos/zina-e-os-anjosna-na%C3%A7%C3%A3o-de-cabinda-algumas-ra%C3%ADzes-realizam-o-assentamento-de-leg/1415239243942228/>. Acesso em: 27 jun. 2026.

BATUQUE Gaúcho. Direção: Sérgio Valentim e Eugênio Alencar. Produção: **Programa ETNODOC (TV Brasil / IPHAN / Museu Edison Carneiro)**. 2014. Vídeo (50 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KccphQFDWfA>. Acesso em: 01 jan. 2025.

BRAGA, Reginaldo Gil. A primeira gravação etnográfica do batuque do Rio Grande do Sul (1946) e as (des)continuidades aparentes na tradição do tambor hoje. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 14, n. 23, p. 201-218, jan./jun. 2013.

CHARLES, Hùngbónò. **O Vodun Legbá e a classificação do panteão Vodun**. O Candomblé (Blog), 5 ago. 2012. Disponível em: <https://ocandomble.com/2012/08/05/o-vodun-legba-e-a-classificacao-do-panteao-vodun/>. Acesso em: 20 dez. 2025.

CORRÊA, Norton F. **O Batuque do Rio Grande do Sul**: antropologia de uma religião afro-brasileira. 2. ed. São Luís: Litograf, 2006.

CORRÊA, Norton F.; BOUTONNET, Jean-Marc. Conversas sobre religiões afro-brasileiras. Canal Jean-Marc Boutonnet, **YouTube**, 12 out. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RFpNc3G53tY>. Acesso em: 07 jan. 2026.

FERREIRA, Paulo Tadeu Barbosa. **Os fundamentos religiosos da Nação dos Orixás**. 3. ed. Porto Alegre: Editora Toquí, 2007.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MAUPOIL, Bernard. **A adivinhação na antiga Costa dos Escravos**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 2017.

OSÓRIO, Helen. **O império do progresso**: a fronteira sul e a formação da propriedade escravista (1780-1830). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PAI CLEON DE OXALÁ. Entrevista concedida ao Canal Kizomba. **YouTube**, 22 jul. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dFbOddVOGT4>. Acesso em: 26 jun. 2026.

PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

PRANDI, Reginaldo. **Herdeiras do Axé: sociologia das religiões afro-brasileiras**. São Paulo: Hucitec, 1996.

REVISTA YORUBÁ SUL. Ogum Avagã. **Facebook**, 27 ago. 2020. Disponível em: <https://m.facebook.com/revistayoruba/photos/a.1730199177263838/2808639802753098/>. Acesso em: 30 jan. 2026.

RODRIGUES, Philyp Tyago Xavier (Babá Phil de Xangô). Legba, um “ORIXÁ” exclusivo!?. Canal Batuque RS, **YouTube**, 18 abr. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mIyCZSfucQM>. Acesso em: 26 jun. 2026.

SANTOS, Glauco Luis dos (Babalorixá Glauco T'ogum). **Legbá - Zina - No Batuque Do Rio Grande Do Sul**. 1. ed. Joinville: Clube de Autores, 2025.

SANTOS, Juana Elbein dos. **Os Nàgó e a morte: Pàde, Àsèsè e o culto Égun na Bahia**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Legbá no Brasil – transformações e continuidades de uma divindade. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 453-468, mai./ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752019v925>. Acesso em: 24 jun. 2026.

TADVALD, Marcelo. Notas históricas e antropológicas sobre o Batuque no Rio Grande do Sul. **Relegens Thréskeia: Estudos e Pesquisa em Religião**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 45-65, 2016.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Notas sobre o culto aos orixás e voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil, e na antiga Costa dos Escravos, na África**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

XANGÔ, Antonio Carlos de. [Entrevista concedida ao] Pai Ronei de Oxalá. **Rádio Minuano**, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yia7QEjBAXo>. Acesso em: 17 jan. 2025.

XANGÔ, Eliseo de. A verdade Anjos da morte e solidão. **YouTube**, 8 nov. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-r87NueGWg4>. Acesso em: 24 fev. 2026.

FELICIDADE INTERNA BRUTA E SUSTENTABILIDADE: PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA INTERNACIONAL E CONTRIBUIÇÕES BRASILEIRAS

GROSS NATIONAL HAPPINESS AND SUSTAINABILITY: OVERVIEW OF INTERNATIONAL SCIENTIFIC PRODUCTION AND BRAZILIAN CONTRIBUTIONS

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-008>

Andréia Klier

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade
IFPR

E-mail: deiaklier@yahoo.com.br

Norma Barbado

Doutorado em Agronomia
IFPR

E-mail: norma.barbado@ifpr.edu.br

Máriam Trierveiler Pereira

Doutorado em Engenharia Química
IFPR

E-mail: mariam.pereira@ifpr.edu.br

Resumo

A busca por indicadores capazes de avaliar o desenvolvimento para além do crescimento econômico tem impulsionado pesquisas sobre Felicidade Interna Bruta (FIB) e sustentabilidade, consolidando esse tema como um campo interdisciplinar em expansão. Este trabalho caracteriza-se como um estudo bibliométrico, de abordagem quantitativa, descritiva e exploratória, com o objetivo de analisar a produção científica internacional sobre essa temática e identificar a contribuição brasileira nesse campo de pesquisa. A coleta de dados foi realizada nas bases Scopus e Web of Science, utilizando estratégia de busca estruturada com termos relacionados à FIB e à sustentabilidade em inglês, português e espanhol. A seleção dos estudos seguiu as diretrizes do protocolo PRISMA, resultando em um corpus de 76 artigos científicos publicados até 2025. Os dados foram analisados por meio do pacote Bibliometrix e da interface Biblioshiny, considerando indicadores de evolução temporal das publicações, produtividade científica, colaboração internacional, impacto de autores, estrutura conceitual da literatura e inserção brasileira. Os resultados evidenciaram crescimento gradual da produção científica, predominância de países como Austrália, Butão e Estados Unidos e participação brasileira ainda incipiente, porém qualificada, representada principalmente por pesquisadores da Universidade Paulista. Conclui-se que o campo apresenta potencial de expansão e que a produção brasileira pode contribuir para o desenvolvimento de indicadores multidimensionais e para o fortalecimento de políticas públicas orientadas ao bem-estar e à sustentabilidade.

Palavras-chave: Bem-estar coletivo; Indicadores alternativos; Sustentabilidade; Qualidade de vida.

Abstract

The search for indicators capable of assessing development beyond economic growth has driven research into Gross National Happiness and sustainability, establishing this topic as an expanding interdisciplinary field. This study is a bibliometric analysis employing a quantitative, descriptive, and exploratory approach, aimed at examining international scientific output on this subject and identifying Brazil's contribution to the field. Data collection was conducted using the Scopus and Web of Science databases, utilizing a structured search strategy with terms related to Gross National Happiness and sustainability in English, Portuguese, and Spanish. Study selection followed PRISMA protocol guidelines, resulting in a corpus of 76 scientific articles published up to 2025. Data were analyzed using the Bibliometrix package and the Biblioshiny interface, examining indicators such as publication trends over time, scientific productivity, international collaboration, author impact, the conceptual structure of the literature, and Brazil's involvement. The results revealed a gradual increase in scientific output and a predominance of countries such as Australia, Bhutan, and the United States; Brazil's participation, while still nascent, is of high quality and primarily driven by researchers from Universidade Paulista. The study concludes that the field holds potential for expansion and that Brazilian research can contribute to the development of multidimensional indicators and the strengthening of public policies focused on well-being and sustainability.

Keywords: Alternative indicators; Collective well-being; Quality of life; Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

As discussões contemporâneas sobre sustentabilidade têm intensificado os questionamentos acerca da capacidade dos indicadores econômicos tradicionais de representar adequadamente o progresso humano e a qualidade de vida das populações. Durante décadas, o Produto Interno Bruto (PIB) foi utilizado como principal parâmetro de desenvolvimento das nações, associando crescimento econômico à melhoria das condições de vida. Entretanto, diferentes autores argumentam que o PIB apresenta limitações significativas ao desconsiderar aspectos fundamentais relacionados ao bem-estar humano, à qualidade ambiental e às desigualdades sociais (Sachs, 2015; Costanza *et al.*, 2016). O desenvolvimento sustentável exige integração entre eficiência econômica, prudência ecológica e justiça social, superando perspectivas restritas ao crescimento material das economias (Sachs, 2004).

Mesmo indicadores mais abrangentes, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), embora representem avanços ao incorporar dimensões relacionadas à educação, renda e expectativa de vida, ainda

apresentam limitações quanto à consideração de fatores subjetivos, culturais e ecológicos associados à sustentabilidade e à percepção de felicidade das populações (PNUD, 2024).

Esse debate tornou-se ainda mais relevante diante das múltiplas crises ambientais e sociais observadas nas últimas décadas. Relatórios recentes da Organização das Nações Unidas (ONU) indicam que diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) apresentam avanços insuficientes, especialmente em áreas relacionadas à pobreza, insegurança alimentar, mudanças climáticas e preservação ambiental (United Nations, 2024). Paralelamente, estudos internacionais apontam crescimento significativo de problemas relacionados à saúde mental e redução da percepção de bem-estar em diferentes países, inclusive em contextos marcados pelo crescimento econômico (World Health Organization, 2022; Helliwell *et al.*, 2024). Nesse cenário, amplia-se o interesse científico por abordagens multidimensionais capazes de integrar desenvolvimento humano, equilíbrio ambiental e qualidade de vida.

Nessa perspectiva, a busca por indicadores alternativos de desenvolvimento também pode ser compreendida como parte de um movimento mais amplo de valorização da pluralidade epistemológica e de questionamento das formas hegemônicas de produção do conhecimento, aspecto discutido por Santos (2010) ao defender a ecologia de saberes e a valorização de epistemologias do Sul.

Além das abordagens institucionais relacionadas ao desenvolvimento sustentável, diferentes autores latino-americanos e críticos da modernidade também têm questionado os limites dos modelos tradicionais de desenvolvimento baseados no crescimento econômico contínuo. Leff (2010) argumenta que a crise ambiental contemporânea resulta de uma racionalidade econômica que reduz a natureza à condição de recurso produtivo, defendendo a construção de uma racionalidade ambiental orientada pela diversidade cultural e ecológica. De forma semelhante, Acsehrad (2002) destaca que os conflitos ambientais e as desigualdades socioespaciais evidenciam que os impactos do desenvolvimento não são distribuídos de forma homogênea entre os grupos sociais. Escobar (2005), por sua vez, critica a própria noção ocidental de desenvolvimento, propondo alternativas fundamentadas em perspectivas plurais e territorializadas de bem viver. Essas abordagens aproximam-se das discussões sobre felicidade, qualidade de vida e sustentabilidade ao questionarem indicadores centrados exclusivamente no crescimento econômico e ao defenderem modelos mais integrados entre sociedade, cultura e natureza.

Entre as perspectivas teóricas que questionam os modelos convencionais de desenvolvimento, destaca-se a Ecologia Profunda, formulada por Arne Naess e desenvolvida posteriormente em parceria com George Sessions. Segundo os autores, o bem-estar e o florescimento da vida humana e não humana possuem valor intrínseco, independentemente de sua utilidade econômica para os seres humanos (Naess; Sessions, 1984). Essa perspectiva rompe com concepções estritamente antropocêntricas e propõe uma compreensão integrada entre sociedade, natureza e sustentabilidade, reforçando a necessidade de modelos de

desenvolvimento capazes de considerar simultaneamente aspectos sociais, ambientais e subjetivos do bem-estar.

Nesse contexto, o conceito de Gross National Happiness emerge como alternativa aos modelos tradicionais de mensuração do progresso. Desenvolvida no Butão na década de 1970, a Felicidade Interna Bruta (FIB) propõe uma abordagem multidimensional fundamentada em pilares relacionados ao bem-estar psicológico, preservação ambiental, valorização cultural, boa governança e desenvolvimento socioeconômico sustentável (Ura *et al.*, 2012). Nas últimas décadas, o conceito passou a despertar crescente interesse acadêmico internacional, especialmente em estudos voltados à sustentabilidade, políticas públicas e qualidade de vida.

Apesar de seu crescente reconhecimento internacional, a FIB também tem sido alvo de críticas metodológicas e conceituais na literatura científica. Diferentes autores apontam limitações relacionadas à subjetividade inerente às medidas de felicidade e bem-estar, à influência de fatores culturais na percepção individual da felicidade e às dificuldades de comparabilidade entre países e contextos socioculturais distintos (Frey; Stutzer, 2002; Stiglitz; Sen; Fitoussi, 2009). Além disso, questiona-se a complexidade da mensuração do bem-estar subjetivo e os riscos de simplificação excessiva de dimensões sociais, emocionais e culturais por meio de indicadores quantitativos (Fleurbaey, 2009). Discussões associadas ao chamado Paradoxo de Easterlin também evidenciam que crescimento econômico e felicidade não apresentam relações lineares ou universais, reforçando a complexidade epistemológica envolvida na construção de indicadores alternativos de desenvolvimento (Easterlin, 1974; Di Tella *et al.*, 2008). Nesse sentido, embora a FIB represente uma importante crítica aos modelos tradicionais de desenvolvimento, sua aplicação e interpretação ainda suscitam debates relevantes no campo científico.

A consolidação da Agenda 2030 e dos ODS ampliou ainda mais a aproximação entre os debates sobre felicidade, sustentabilidade e desenvolvimento humano. Observa-se, nesse contexto, crescimento gradual da produção científica dedicada à interface entre FIB e sustentabilidade, refletindo o interesse por indicadores alternativos capazes de superar limitações de métricas estritamente econômicas. Entretanto, apesar da expansão recente do campo, a literatura ainda apresenta características dispersas e interdisciplinares, dificultando a compreensão sobre sua estrutura intelectual, dinâmica de crescimento e principais atores científicos.

Dessa forma, emerge o seguinte problema de pesquisa: como se configura a produção científica internacional que relaciona FIB e sustentabilidade, e qual é a contribuição do Brasil nesse campo de investigação? Parte-se da hipótese de que a literatura sobre a temática apresenta crescimento recente e estrutura científica ainda em consolidação, marcada por forte interdisciplinaridade e concentração da produção em determinados países e instituições.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de compreender como os debates sobre felicidade, bem-estar e sustentabilidade vêm sendo incorporados à produção científica internacional, especialmente em um contexto marcado pela busca de modelos alternativos de desenvolvimento. Além de contribuir para o mapeamento da estrutura intelectual do campo, a pesquisa apresenta relevância teórica ao integrar discussões relacionadas à sustentabilidade, indicadores de bem-estar e desenvolvimento humano. Do ponto de vista metodológico, o estudo contribui ao utilizar técnicas bibliométricas para análise da dinâmica científica da área, permitindo identificar padrões de produção, colaboração e evolução temática. Em termos sociais e ambientais, a pesquisa dialoga diretamente com os debates contemporâneos sobre sustentabilidade e qualidade de vida.

Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar a produção científica internacional relacionada à FIB e sustentabilidade, identificando padrões bibliométricos, principais autores, redes de colaboração e a contribuição do Brasil nesse campo de pesquisa, a partir de publicações indexadas nas bases Scopus e Web of Science.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliométrico, de abordagem quantitativa, natureza descritiva e caráter exploratório. Os estudos bibliométricos constituem ferramentas relevantes para a análise da produção científica, permitindo identificar padrões de publicação, evolução temática, redes de colaboração e estrutura intelectual de determinados campos do conhecimento (Donthu *et al.*, 2021). Além disso, a bibliometria possibilita compreender o desenvolvimento científico de áreas emergentes e interdisciplinares, contribuindo para o mapeamento de tendências e lacunas de pesquisa (Aria; Cuccurullo, 2017).

A coleta de dados foi realizada em abril de 2026 nas bases Scopus e Web of Science, selecionadas em função de sua abrangência multidisciplinar, relevância internacional e ampla utilização em estudos bibliométricos. A estratégia de busca foi estruturada a partir de termos relacionados à FIB e sustentabilidade, em inglês, português e espanhol, utilizando a seguinte string de busca: ("gross national happiness" OR "felicidade interna bruta" OR "felicidad nacional bruta") AND (sustainab* OR "sustainability" OR "desenvolvimento sustentável" OR "sustentabilidade" OR "desarrollo sostenible" OR "sostenibilidad").

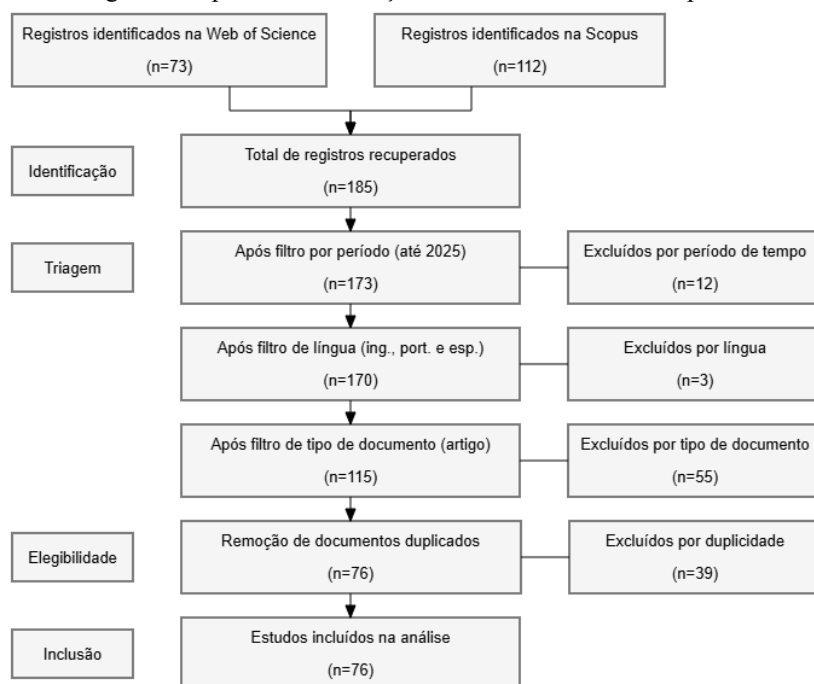
Foram considerados apenas artigos científicos publicados em língua inglesa, portuguesa ou espanhola, sem delimitação temporal inicial, adotando-se como limite final o ano de 2025. A opção pela inclusão de diferentes idiomas buscou ampliar a cobertura da literatura internacional sobre a temática, reduzindo possíveis vieses de indexação e seleção documental.

A seleção dos estudos foi conduzida conforme as diretrizes do método *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), garantindo transparência e reprodutibilidade nas etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos documentos analisados. Após aplicação dos critérios de refinamento, exclusão de duplicidades e delimitação do corpus documental, obteve-se uma amostra final de 76 artigos científicos, os quais compuseram a análise bibliométrica. O detalhamento completo das etapas de seleção encontra-se apresentado na Figura 1.

A análise dos dados foi realizada com auxílio do pacote Bibliometrix e da interface Biblioshiny, ambos desenvolvidos para aplicação de técnicas bibliométricas em ambiente R. As análises contemplaram inicialmente a evolução temporal das publicações, permitindo identificar o crescimento científico da temática ao longo do período analisado. Em seguida, foram examinadas as palavras-chave mais frequentes, visando compreender a estrutura conceitual predominante na literatura. Posteriormente, analisaram-se a produção científica por país e os países dos autores correspondentes, considerando indicadores de colaboração nacional e internacional (SCP e MCP). Também foram avaliados os autores mais relevantes e o impacto científico dos pesquisadores por meio do h-index local e utilizou-se o *three-field plot* para análise das relações entre países, instituições e autores, permitindo identificar padrões de articulação e colaboração científica no campo de estudo.

Com base na integração desses indicadores bibliométricos, realizou-se ainda uma análise interpretativa da inserção brasileira na produção científica internacional, considerando a participação de autores, instituições e redes de colaboração identificadas no corpus documental.

Figura 1 - Fluxograma do processo de seleção dos estudos conforme o protocolo PRISMA.

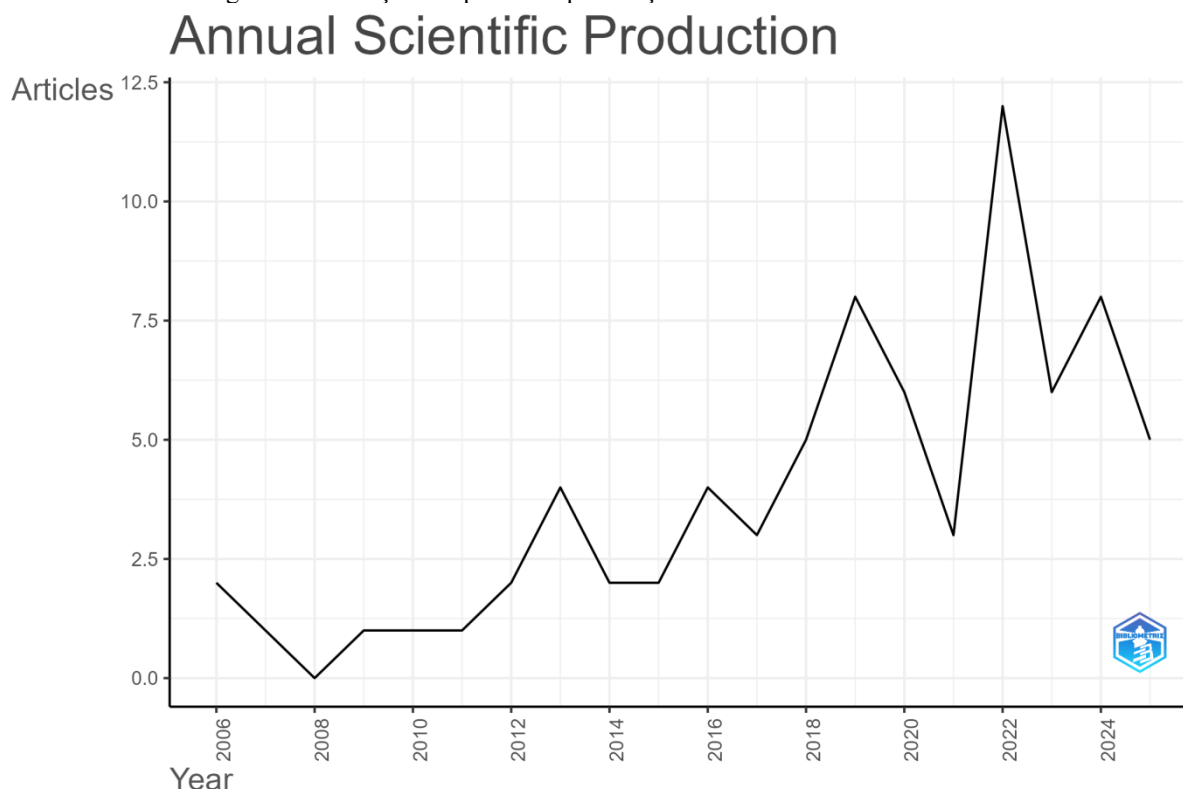


Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A evolução temporal das publicações evidencia que a interface entre FIB e sustentabilidade permaneceu relativamente incipiente até meados da década de 2010, passando a apresentar crescimento mais consistente nos anos posteriores. Esse avanço sugere a consolidação gradual da temática no cenário científico internacional, especialmente diante da ampliação dos debates sobre bem-estar, sustentabilidade e modelos alternativos de desenvolvimento (Figura 2).

Figura 2 - Evolução temporal das publicações sobre FIB e sustentabilidade.



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Esse crescimento coincide temporalmente com a consolidação dos debates internacionais sobre sustentabilidade e qualidade de vida após a implementação da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, bem como ao fortalecimento das discussões sobre bem-estar subjetivo, saúde mental e sustentabilidade em escala global. Estudos recentes apontam que a ampliação das crises ambientais, sociais e psicológicas tem impulsionado a busca por modelos alternativos de desenvolvimento capazes de integrar prosperidade econômica, equilíbrio ecológico e bem-estar humano (United Nations, 2024; Helliwell *et al.*, 2024). Nesse sentido, a crescente aproximação entre sustentabilidade e FIB demonstra o fortalecimento de abordagens multidimensionais voltadas à redefinição dos indicadores tradicionais de progresso.

A análise das palavras-chave evidencia forte articulação conceitual entre felicidade, sustentabilidade e desenvolvimento humano, demonstrando que a literatura científica sobre FIB vem sendo

progressivamente incorporada aos debates internacionais relacionados à sustentabilidade e à qualidade de vida (Figura 3).

Figura 3 - Palavras-chave mais frequentes na literatura científica analisada.



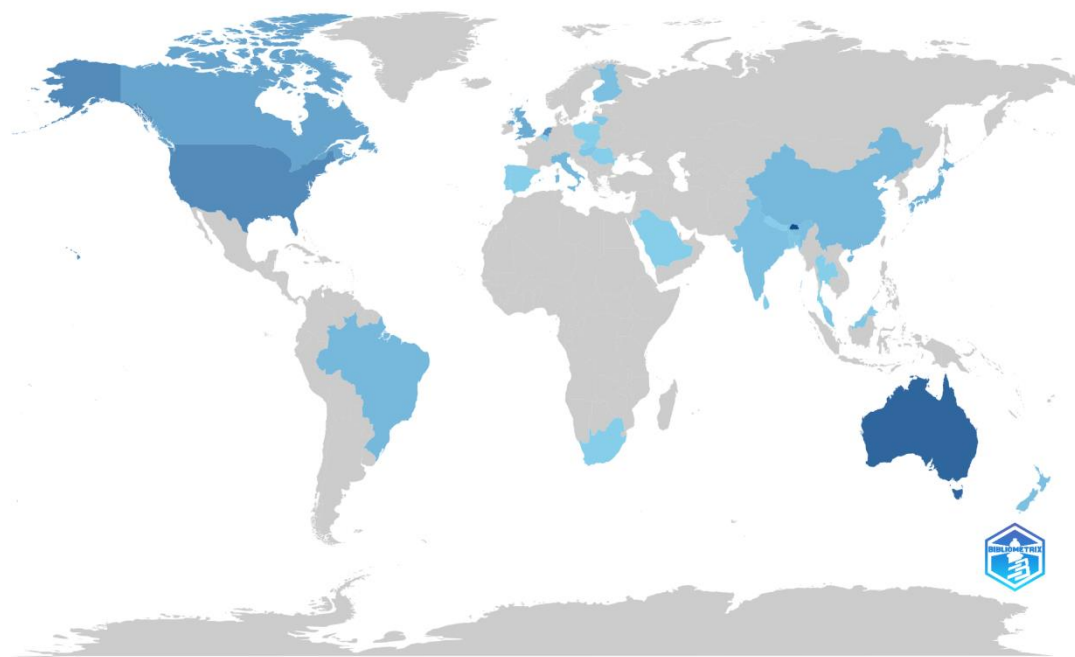
Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Esse resultado sugere que a literatura científica não compreende a FIB apenas como indicador econômico alternativo, mas como paradigma associado à sustentabilidade e ao bem-estar coletivo. Tal perspectiva aproxima-se das proposições de Arne Naess e George Sessions, especialmente no que se refere à valorização das relações integradas entre sociedade, natureza e qualidade de vida (Naess; Sessions, 1984). Além disso, estudos recentes destacam que os debates contemporâneos sobre felicidade têm se deslocado de abordagens estritamente individuais para perspectivas relacionadas à sustentabilidade, justiça social e equilíbrio ecológico (Costanza *et al.*, 2016).

A distribuição geográfica das publicações demonstra concentração da produção científica em países com forte inserção em redes internacionais de pesquisa e tradição em estudos relacionados ao desenvolvimento sustentável e ao bem-estar humano (Figura 4). Embora a temática tenha origem conceitual no Butão, observa-se progressiva internacionalização das pesquisas, especialmente em países como Austrália e Estados Unidos. A liderança australiana evidencia a existência de grupos de pesquisa consolidados na temática, enquanto o destaque do Butão evidencia a permanência de sua centralidade teórica na estrutura intelectual do campo. A concentração da produção científica em determinados países também reflete desigualdades estruturais relacionadas ao financiamento da pesquisa, internacionalização acadêmica e consolidação de redes científicas globais, aspecto frequentemente observado em campos emergentes e interdisciplinares.

Figura 4 - Produção científica por país.

Country Scientific Production

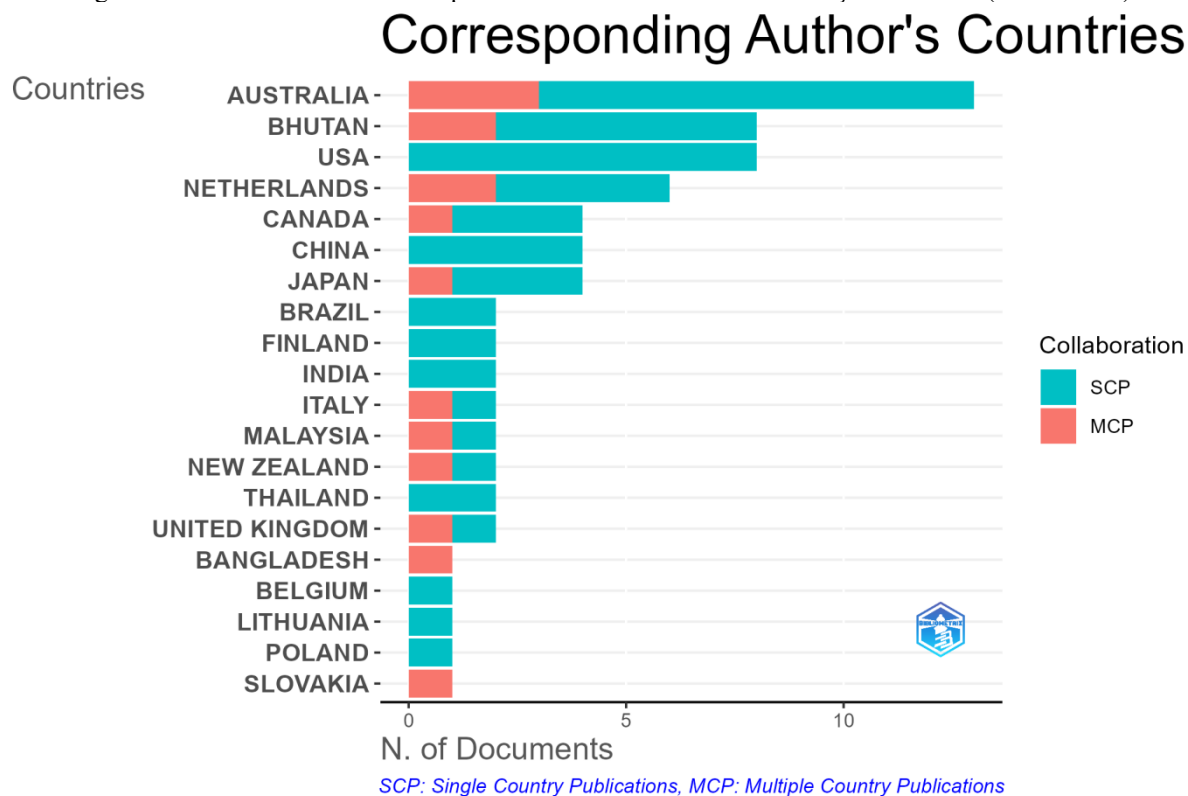


Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

O Brasil apresentou participação ainda discreta na produção científica internacional, embora tenham sido identificados pesquisadores brasileiros com inserção relevante na temática, especialmente vinculados à Universidade Paulista. Destacam-se os autores Alves-Pinto, Agostinho e Giannetti, identificados entre os pesquisadores com maior impacto local e participação em redes de colaboração científica. Esse resultado sugere que, embora o país ainda apresente baixa densidade de publicações, existe potencial de consolidação de grupos de pesquisa nacionais voltados à interface entre felicidade, sustentabilidade e desenvolvimento humano.

Os resultados relacionados aos países dos autores correspondentes evidenciam que a consolidação do campo científico sobre FIB e sustentabilidade ocorre majoritariamente por meio de redes nacionais de pesquisa, embora se observe crescimento gradual das colaborações internacionais entre instituições de diferentes países (Figura 5).

Figura 5 - Países dos autores correspondentes e indicadores de colaboração científica (SCP e MCP).



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Esse padrão é recorrente em áreas emergentes e interdisciplinares, nas quais as redes científicas inicialmente se estruturam em núcleos nacionais antes de ampliarem sua internacionalização. A presença de colaborações internacionais mostra-se particularmente relevante nesse contexto, pois favorece circulação de conhecimento, fortalecimento metodológico e ampliação do impacto científico das pesquisas (Donthu et al., 2021). A cooperação científica internacional torna-se particularmente estratégica em temas relacionados à sustentabilidade, uma vez que os desafios socioambientais contemporâneos transcendem fronteiras nacionais e demandam abordagens interdisciplinares e multiculturais.

A análise da produtividade científica evidencia concentração moderada das publicações em um conjunto relativamente restrito de pesquisadores, característica frequentemente observada em campos científicos emergentes e ainda em consolidação. A concentração inicial da produção científica em determinados autores tende a desempenhar papel importante na consolidação conceitual e metodológica dessas áreas, contribuindo para a estruturação das redes de pesquisa e para a difusão internacional da temática (Figura 6)

Figura 6 - Autores mais relevantes na produção científica analisada.



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A presença de autores vinculados ao Butão e à Austrália entre os pesquisadores mais produtivos reforça tanto a centralidade histórica da FIB em seu contexto original de formulação quanto a progressiva internacionalização das discussões relacionadas à sustentabilidade e ao bem-estar.

A análise do impacto científico dos autores evidencia estrutura ainda relativamente descentralizada, característica comum em campos científicos emergentes e interdisciplinares, nos quais as redes de produção e citação ainda se encontram em processo de consolidação (Figura 7). A ausência de autores com índices elevados de impacto local sugere que a interface entre FIB e sustentabilidade ainda não apresenta um núcleo intelectual amplamente consolidado, reforçando o caráter recente e interdisciplinar da área. Já os pesquisadores brasileiros Alves-Pinto M e Giannetti B figuraram entre os autores com h-index local igual a 2, evidenciando participação relevante em um campo científico ainda em consolidação. Em estudos bibliométricos de áreas emergentes, índices moderados de impacto tendem a refletir não necessariamente baixa relevância científica, mas sim um estágio inicial de amadurecimento da literatura, caracterizado por menor densidade de publicações e redes científicas ainda em formação (Aria; Cuccurullo, 2017).

Ressalta-se que o h-index considerado refere-se exclusivamente ao corpus analisado, não correspondendo ao impacto científico global desses pesquisadores.

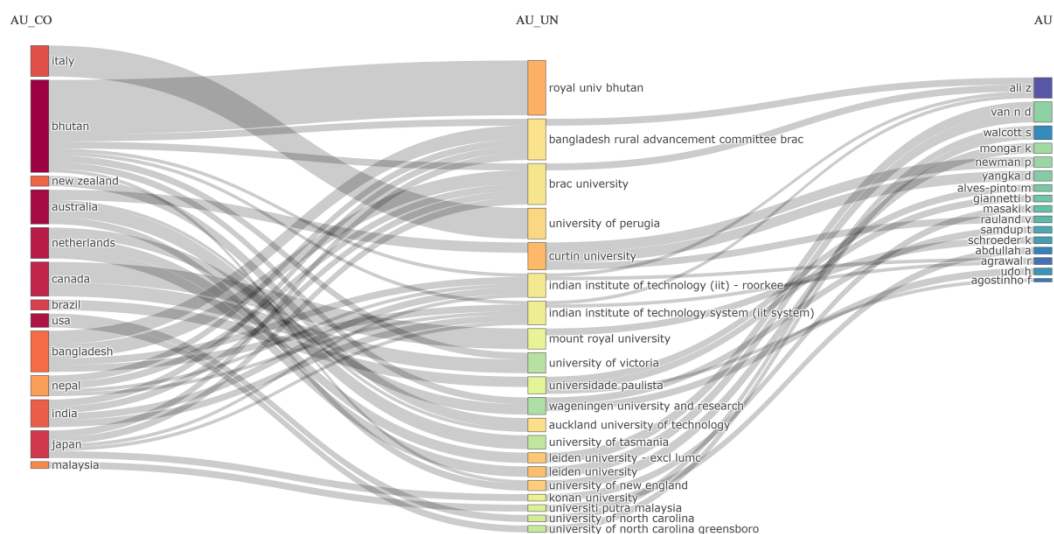
Figura 7 - Impacto local dos autores por h-index.



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A estrutura relacional da produção científica evidencia a formação de redes internacionais de colaboração envolvendo países, instituições e autores de diferentes continentes, demonstrando o caráter global e interdisciplinar das pesquisas sobre FIB e sustentabilidade (Figura 8)

Figura 8 - Three-field plot: relações entre países, instituições e autores.



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A formação dessas redes colaborativas demonstra que os debates sobre felicidade e sustentabilidade vêm ultrapassando contextos nacionais específicos, consolidando-se progressivamente como agenda científica internacional articulada a desafios globais de desenvolvimento humano e sustentabilidade. Entre as instituições identificadas, a Royal University of Bhutan, Curtin University e Wageningen University and Research apresentaram destaque nas conexões científicas identificadas. Observou-se ainda a participação da Universidade Paulista nas redes analisadas, demonstrando inserção brasileira em discussões internacionais relacionadas à sustentabilidade e felicidade.

A presença de instituições de diferentes continentes evidencia o caráter interdisciplinar e global da temática, reforçando que os debates sobre FIB vêm ultrapassando seu contexto original de formulação para integrar discussões internacionais sobre sustentabilidade, governança e bem-estar humano.

De maneira geral, os resultados evidenciam que a produção científica relacionada à FIB e sustentabilidade apresenta crescimento gradual, estrutura interdisciplinar e progressiva internacionalização. Observa-se que o campo científico ainda se encontra em processo de consolidação, caracterizado por redes colaborativas concentradas em determinados países e instituições, mas com expansão contínua das conexões internacionais. Além disso, a forte associação entre felicidade, qualidade de vida e sustentabilidade demonstra que os debates contemporâneos sobre desenvolvimento vêm incorporando, de forma crescente, perspectivas multidimensionais capazes de ultrapassar indicadores estritamente econômicos.

Nesse contexto, a literatura analisada sugere que a FIB tem se consolidado não apenas como alternativa conceitual aos modelos tradicionais de desenvolvimento, mas também como eixo articulador de discussões relacionadas ao bem-estar coletivo, sustentabilidade e governança contemporânea.

3.1 A INSERÇÃO BRASILEIRA NAS PESQUISAS SOBRE FELICIDADE INTERNA BRUTA E SUSTENTABILIDADE

Com o objetivo de aprofundar a análise da contribuição brasileira identificada na bibliometria, procedeu-se à interpretação integrada dos indicadores de produtividade por país, impacto dos autores e redes de colaboração científica.

Embora a produção científica sobre FIB e sustentabilidade seja predominantemente concentrada em países como Austrália, Butão, Estados Unidos e Países Baixos, a análise bibliométrica permitiu identificar uma participação brasileira ainda modesta em termos quantitativos, porém relevante sob a perspectiva qualitativa. Os resultados evidenciaram que, na amostra, a principal contribuição brasileira está concentrada em pesquisadores vinculados à Universidade Paulista (UNIP), indicando a existência de um núcleo de pesquisa dedicado ao desenvolvimento e à aplicação de indicadores alternativos de sustentabilidade e bem-estar.

Entre os autores identificados destacam-se Bruno Almeida Giannetti, Feni Agostinho e Marcelo Alves-Pinto, que figuram entre os pesquisadores de maior impacto local na amostra analisada, apresentando h-index local igual a 2 e participação em redes internacionais de colaboração científica. Embora esse indicador seja inferior ao observado para autores de países com tradição consolidada na temática, como Butão e Austrália, sua relevância deve ser interpretada à luz das características do próprio campo científico investigado. Trata-se de uma área ainda emergente, com reduzido volume de publicações e elevado grau de interdisciplinaridade, fatores que naturalmente influenciam os indicadores bibliométricos de impacto (Aria; Cuccurullo, 2017).

A presença desses pesquisadores brasileiros na literatura analisada não representa um resultado isolado, mas reflete uma trajetória consolidada de investigação em sustentabilidade, economia ecológica e avaliação de sistemas socioambientais. As pesquisas desenvolvidas por esse grupo concentram-se na construção e aplicação de indicadores capazes de integrar dimensões econômicas, sociais e ambientais do desenvolvimento, discutindo, inclusive, as limitações do PIB como medida exclusiva de progresso e defendendo a adoção de métricas multidimensionais para avaliação do bem-estar humano e da sustentabilidade (Giannetti; Agostinho; Almeida, 2015). Sob essa perspectiva, a aproximação com os pressupostos da FIB ocorre de forma natural, uma vez que ambos os referenciais propõem ampliar a compreensão do desenvolvimento para além do desempenho econômico, incorporando aspectos relacionados à qualidade de vida, à conservação ambiental, à governança e ao fortalecimento das comunidades (Ura; Alkire; Zangmo; Wangdi, 2012).

Outro aspecto relevante refere-se à convergência entre os princípios da FIB e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Embora a FIB não componha oficialmente o conjunto de indicadores adotados pelas Nações Unidas, ambas as abordagens compartilham uma visão multidimensional do desenvolvimento, fundamentada na integração entre prosperidade econômica, inclusão social, conservação ambiental e fortalecimento institucional (United Nations, 2015; United Nations, 2024). Essa convergência amplia as possibilidades de diálogo entre os estudos sobre felicidade, os ODS e os debates contemporâneos acerca da construção de indicadores capazes de representar de forma mais abrangente o desenvolvimento humano sustentável.

No contexto brasileiro, essa aproximação apresenta especial relevância diante da complexidade dos desafios sociais, econômicos e ambientais enfrentados pelo país. A elevada diversidade territorial, associada às persistentes desigualdades regionais e socioeconômicas, evidencia as limitações de indicadores exclusivamente econômicos para subsidiar o planejamento e a avaliação de políticas públicas. Nesse cenário, os princípios da FIB podem contribuir como referência conceitual para o desenvolvimento de instrumentos complementares de monitoramento do bem-estar, incorporando dimensões relacionadas à saúde, educação, participação social, cultura, qualidade ambiental e vitalidade comunitária. Evidentemente,

não se trata da simples transposição do modelo desenvolvido no Butão para a realidade brasileira, mas da adaptação de seus fundamentos a diferentes contextos institucionais, culturais e territoriais.

Os resultados obtidos neste estudo sugerem, portanto, que a contribuição brasileira ainda ocupa posição periférica na estrutura internacional da produção científica sobre FIB e sustentabilidade. Entretanto, essa participação revela características promissoras, sobretudo pela qualidade da inserção internacional dos pesquisadores identificados e pela convergência de suas linhas de pesquisa com os debates contemporâneos sobre indicadores alternativos de desenvolvimento. Assim, a análise bibliométrica realizada não apenas permitiu mapear a estrutura global desse campo científico, mas também evidenciou que o Brasil dispõe de competências acadêmicas capazes de ampliar sua participação internacional e contribuir para o avanço das discussões sobre desenvolvimento sustentável, bem-estar coletivo e formulação de políticas públicas alinhadas aos princípios da Agenda 2030.

Essa constatação reforça que a principal contribuição brasileira identificada neste estudo não decorre do volume absoluto de publicações, mas da qualidade da produção científica desenvolvida por grupos de pesquisa que atuam na interface entre sustentabilidade, economia ecológica e indicadores alternativos de desenvolvimento. O fortalecimento dessas redes de pesquisa poderá ampliar a visibilidade internacional da produção nacional e favorecer a construção de referenciais teóricos e metodológicos capazes de subsidiar políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável e da qualidade de vida.

4 CONCLUSÃO

A presente análise bibliométrica permitiu compreender a estrutura científica das pesquisas que relacionam FIB e sustentabilidade, evidenciando tratar-se de um campo emergente, interdisciplinar e em processo de consolidação internacional. Os resultados demonstraram crescimento gradual das publicações ao longo das últimas duas décadas, com intensificação mais expressiva a partir de 2018, indicando a ampliação do interesse científico por modelos alternativos de desenvolvimento orientados ao bem-estar humano, à sustentabilidade e à qualidade de vida.

As análises realizadas evidenciaram a predominância de países como Austrália, Butão, Estados Unidos e Países Baixos na produção científica, bem como a crescente articulação entre felicidade, sustentabilidade e desenvolvimento humano. A evolução temporal das publicações, a estrutura conceitual da literatura e as redes de colaboração científica demonstram que o tema vem se consolidando como um campo de investigação alinhado às discussões contemporâneas sobre indicadores alternativos de desenvolvimento e aos desafios propostos pela Agenda 2030.

No que se refere ao objetivo central deste estudo, verificou-se que a contribuição brasileira para essa produção científica ainda é limitada em termos quantitativos, porém apresenta características que merecem destaque. A identificação de pesquisadores vinculados à Universidade Paulista entre os autores de maior

impacto local demonstra a existência de um grupo de pesquisa consolidado na interface entre sustentabilidade, economia ecológica e indicadores multidimensionais de desenvolvimento. Mais do que representar a participação brasileira em números absolutos, esse resultado evidencia a inserção qualificada desses pesquisadores em redes internacionais de colaboração e sua contribuição para o avanço das discussões sobre métricas alternativas de bem-estar.

Essa constatação reforça que a principal contribuição brasileira identificada neste estudo reside na qualidade da produção científica desenvolvida por esses pesquisadores, cuja trajetória dialoga diretamente com os princípios da FIB e com os ODS. Ao propor abordagens capazes de integrar dimensões ambientais, sociais e econômicas do desenvolvimento, esses estudos oferecem subsídios relevantes para o aperfeiçoamento de indicadores e para a construção de políticas públicas voltadas ao bem-estar coletivo, especialmente em um país marcado por profundas desigualdades sociais, econômicas e territoriais.

Do ponto de vista científico, esta pesquisa contribui ao sistematizar o estado da arte da produção internacional sobre FIB e sustentabilidade, evidenciando tendências de publicação, principais atores, redes de colaboração e lacunas de investigação. Além disso, ao dedicar uma análise específica à participação brasileira, o estudo amplia a compreensão sobre o posicionamento do Brasil nesse campo emergente e oferece elementos que podem estimular novas agendas de pesquisa voltadas à adaptação de indicadores multidimensionais de desenvolvimento à realidade nacional.

Como limitações tem-se o emprego exclusivo de indicadores bibliométricos de desempenho e estrutura científica, não contemplando análises qualitativas do conteúdo dos artigos, aspecto que poderá ser explorado em pesquisas futuras. Outra limitação é a utilização exclusiva das bases Scopus e Web of Science e a restrição aos artigos científicos publicados até 2025, o que pode ter excluído outras formas de produção acadêmica relevantes. Recomenda-se que pesquisas futuras incorporem outras bases de dados, realizem análises de cocitação e evolução temática e avancem para estudos empíricos que investiguem o potencial de aplicação dos princípios da FIB na formulação e avaliação de políticas públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 5, p. 49–60, jan./jun. 2002.

ARIA, Massimo; CUCCURULLO, Corrado. Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. **Journal of Informetrics**, Amsterdam, v. 11, n. 4, p. 959–975, 2017.

COSTANZA, Robert; DALY, Lewis; FIORAMONTI, Lorenzo; GIOVANNINI, Enrico; KUBISZEWSKI, Ida; MORTENSEN, Lars Fogh; PICKETT, Kate E.; RAGNARSDÓTTIR, Kristin Vala; DE VRIES, Bert. **Modelling and measuring sustainable wellbeing in connection with the UN Sustainable Development Goals**. *Ecological Economics*, Amsterdam, v. 130, p. 350–355, 2016.

DI TELLA, Rafael; MACCULLOCH, Robert; OSWALD, Andrew. Gross national happiness as an answer to the Easterlin Paradox? **Journal of Development Economics**, Amsterdam, v. 86, n. 1, p. 22–42, 2008.

DONTHU, Naveen; KUMAR, Satish; MUKHERJEE, Debmalya; PANDEY, Nitesh; LIM, Weng Marc. How to conduct a bibliometric analysis: An overview and guidelines. **Journal of Business Research**, Amsterdam, v. 133, p. 285–296, 2021.

EASTERLIN, Richard A. Does economic growth improve the human lot? Some empirical evidence. In: DAVID, Paul A.; REDER, Melvin W. (org.). **Nations and households in economic growth: essays in honor of Moses Abramovitz**. New York: Academic Press, 1974. p. 89–125.

ESCOBAR, Arturo. **Más allá del tercer mundo: globalización y diferencia**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia (ICANH); Universidad del Cauca, 2005.

FLEURBAEY, Marc. Beyond GDP: The quest for a measure of social welfare. **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. 47, n. 4, p. 1029–1075, 2009.

FREY, Bruno S.; STUTZER, Alois. What can economists learn from happiness research? **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. 40, n. 2, p. 402–435, 2002.

GIANNETTI, Biagio F.; AGOSTINHO, Feni; ALMEIDA, Cecília Maria Villas Bôas de; HUISINGH, Donald. A review of limitations of GDP and alternative indices to monitor human wellbeing and to manage eco-system functionality. **Journal of Cleaner Production**, v. 87, p. 11–25, 2015.

HELLIWELL, John F.; LAYARD, Richard; SACHS, JEFFREY D.; DE NEVE, Jan-Emmanuel; AKNIN, Lara B.; WANG, Shun. **World happiness report 2024**. New York: Sustainable Development Solutions Network, 2024.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

NAESS, Arne; SESSIONS, George. Basic principles of deep ecology. **The Trumpeter**, Athabasca, v. 1, n. 1, p. 3–7, 1984.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2023/2024: romper o impasse: reimaginar a cooperação em um mundo polarizado**. New York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2024.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Jeffrey David. **The age of sustainable development**. New York: Columbia University Press, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71–94, nov. 2007.

STIGLITZ, Joseph E.; SEN, Amartya; FITOUSSI, Jean-Paul. **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**. Paris, 2009.

UNITED NATIONS. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. New York: United Nations, 2015.

UNITED NATIONS. **The sustainable development goals report 2024**. New York: United Nations, 2024.

URA, Karma; ALKIRE, Sabina; ZANGMO, Tshoki; WANGDI, Karma. **A short guide to Gross National Happiness Index**. Thimphu: Centre for Bhutan Studies, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World mental health report: transforming mental health for all**. Geneva: World Health Organization, 2022.

**ESPIRITUALIDADE E ESCUTA: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-PASTORAL E
CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE AO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS
E ADOLESCENTES**

**SPIRITUALITY AND LISTENING: THEORETICAL-PASTORAL FOUNDATIONS AND
CONTRIBUTIONS OF PSYCHOANALYSIS TO THE INSTITUTIONAL CARE OF CHILDREN
AND ADOLESCENTS**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-009>

Jonas Pereira de Oliveira Júnior

Mestre em Sociologia (Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2010, bolsa CAPES); Doutorando em Sociologia (Universidade do Porto, Portugal), com especialização em Docência no Ensino Médio e Superior (UNIFAHE). Licenciado em Sociologia (FAVENI) e graduado em Teologia (STBNB) e Economia (UFPB). Pastor filiado a Ordem dos Pastores Batistas do Brasil-OPBB/PE

E-mail: jonasjunior@icloud.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6037303167923790>

Resumo

Este artigo articula, por meio de ensaio teórico associado a relato de experiência, a fundamentação teórico-pastoral da escuta com o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, propondo um diálogo entre a tradição teológica do cuidado de almas, a clínica psicanalítica e as ciências humanas. Parte-se da tese de que a escuta não se reduz à recepção auditiva de um discurso, mas constitui uma prática teologicamente fundada e, ao mesmo tempo, eticamente comprometida com a alteridade do outro. Mobilizam-se autores da teologia pastoral, da psicanálise, da filosofia dialógica e da sociologia compreensiva para situar teoricamente essa escuta. A metodologia é qualitativa e descritiva, fundamentada na revisão teórica e na análise de um caso emblemático vivenciado ao longo de oito anos de atuação na direção de uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes na capital da Paraíba. Os resultados evidenciam, a partir do caso de um adolescente encaminhado pela Vara da Infância e Juventude, que a escuta qualificada permite compreender comportamentos inicialmente interpretados como inadequados como expressões de experiências prévias de privação e sofrimento. Conclui-se que a escuta, seja pastoral, clínica ou institucional, constitui a própria condição de possibilidade do cuidado, integrando disposição disciplinada, ambiente relacional sustentador, resposta ética ao apelo do outro e postura epistêmica compreensiva.

Palavras-chave: Acolhimento institucional; Escuta pastoral; Espiritualidade; Infância e adolescência; Psicanálise.

Abstract

This article articulates, through a theoretical essay associated with an experience report, the theological-pastoral foundation of listening with the institutional care of children and adolescents, proposing a dialogue between the theological tradition of the cure of souls, psychoanalytic clinical practice, and the human sciences. It is argued that listening cannot be reduced to the auditory reception of a discourse, but constitutes a theologically grounded practice that is, at the same time, ethically committed to the alterity of the other. Authors from pastoral theology, psychoanalysis, dialogical philosophy, and comprehensive sociology are mobilized to theoretically situate this listening. The methodology is qualitative and descriptive, based on a theoretical review and on the analysis of an emblematic case drawn from eight years of experience directing a shelter institution for children and adolescents in the capital of Paraíba, Brazil. The results show, through the case of an adolescent referred by the Juvenile Court, that qualified listening allows behaviors initially interpreted as inappropriate to be understood as expressions of previous experiences of deprivation and suffering. It is concluded that listening, whether pastoral, clinical, or institutional, constitutes the very condition of possibility of care, integrating disciplined disposition, a sustaining relational environment, an ethical response to the call of the other, and a comprehensive epistemic stance.

Keywords: Childhood and adolescence; Institutional shelter; Pastoral listening; Psychoanalysis; Spirituality.

1 INTRODUÇÃO

A escuta não se reduz à recepção auditiva de um discurso nem ao registro empático de uma queixa. Ela constitui, antes, uma prática teologicamente fundada e, ao mesmo tempo, um lugar de convergência entre a tradição do cuidado de almas (*cura animarum*), a clínica psicanalítica e as ciências humanas. Essa compreensão não é apenas teórica: ao longo de oito anos de atuação na direção de uma instituição de acolhimento de crianças e adolescentes na capital da Paraíba, aprendeu-se que a escuta espontânea é uma forma de acolher e compreender as demandas e necessidades de sujeitos em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos.

Este artigo articula essas duas dimensões, a fundamentação teórica da escuta pastoral e sua aplicação ao acolhimento institucional, partindo da premissa de que pensar teoricamente a escuta exige situá-la nesse entrecruzamento, evitando tanto a sua espiritualização abstrata, que a reduziria a um dom inato, quanto a sua dissolução em mera técnica de aconselhamento. Trata-se de uma disposição cultivada, um ministério, e não um atributo natural.

O texto está organizado em duas partes. A primeira apresenta a fundamentação teórica da escuta, mobilizando a tradição teológica do cuidado de almas, a clínica psicanalítica, a filosofia dialógica e a

sociologia compreensiva. A segunda apresenta um relato de experiência construído a partir da vivência profissional na direção da referida instituição de acolhimento, no qual essa fundamentação teórica é posta à prova diante de um caso concreto, evidenciando como comportamentos inicialmente interpretados como inadequados podem ser compreendidos, por meio da escuta qualificada, como expressões de experiências prévias de privação e sofrimento.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA ESCUTA

Pensar teoricamente a escuta exige situá-la no entrecruzamento entre a tradição teológica, a clínica psicanalítica, a filosofia dialógica e a sociologia compreensiva, conforme se desenvolve nas subseções a seguir.

2.1 A ESCUTA COMO PRÁTICA TEOLOGICAMENTE FUNDADA

No interior da tradição cristã, a escuta antecede a palavra. A *Regra* de Bento de Núrsia abre-se com o imperativo *obsculta* — "escuta" —, indicando que a vida espiritual se inaugura numa atitude de receptividade anterior a toda ação. É Dietrich Bonhoeffer, contudo, quem oferece talvez a mais influente teologia protestante da escuta. Em *Vida em comunhão* (Bonhoeffer, 2016), ele sustenta que o primeiro serviço devido ao próximo na comunidade é o de escutá-lo, e adverte que quem se mostra incapaz de escutar o irmão tornar-se-á, por fim, incapaz de escutar a Deus. A escuta participa, assim, da própria mediação entre o humano e o divino: ouvir o outro é já um modo de obediência. Essa intuição é prolongada por Nouwen (2008), para quem o cuidado pastoral se enraíza na hospitalidade, a criação de um espaço acolhedor no qual o outro possa dizer-se sem ser invadido, e na figura do "curador ferido", que escuta a partir da própria vulnerabilidade reconhecida. Não por acaso, foi a partir dessa matriz que o movimento da Educação Pastoral Clínica e a recepção da escuta empática rogeriana reconfiguraram a teologia prática do século XX, deslocando o pastor da posição de quem responde para a de quem, primeiramente, acolhe.

2.2 A ESCUTA NA CLÍNICA PSICANALÍTICA

É nesse ponto que o diálogo com a psicanálise se torna fecundo. Em larga medida, a própria psicanálise nasce como teoria e prática da escuta: ao substituir a sugestão hipnótica pela associação livre, Freud deslocou o eixo do tratamento da palavra do médico para a fala do paciente e instituiu a escuta como instrumento clínico. À regra fundamental dirigida ao analisando, dizer tudo o que vier à mente, sem seleção nem censura, corresponde, do lado do analista, a *atenção uniformemente flutuante* (Freud, 1996): uma escuta que suspende deliberadamente o juízo seletivo do ouvinte, recusando-se a privilegiar de antemão este ou aquele conteúdo, para que o inesperado e o recalado possam emergir. Há, portanto, na escuta

analítica, uma renúncia disciplinada ao protagonismo do que escuta, renúncia que encontra forte ressonância na ascese pastoral do silêncio.

Winnicott (1975) acrescenta a essa disposição a dimensão ambiental: o *holding* e o *espaço potencial* nomeiam o enquadre relacional que sustenta a fala do outro, oferecendo-lhe a segurança necessária para que se exponha sem se desorganizar. Para o autor, o desenvolvimento emocional depende de um ambiente suficientemente bom, capaz de sustentar, proteger e acolher; comportamentos aparentemente transgressores podem, nessa chave, ser lidos como sinais de privação e como apelos dirigidos ao ambiente, de modo que a escuta não se limita às palavras, mas inclui a leitura cuidadosa das ações, silêncios e repetições. Lacan (1998), por sua vez, distingue o ouvir do escutar: escutar é o ato que permite ao sujeito ouvir, em sua própria fala, a verdade que o habita, de modo que o escutante não fornece sentidos, mas franqueia a palavra. Reik (1948) condensou essa exigência na imagem do "terceiro ouvido", aquele que percebe o não dito sob o dito. Em todos esses registros, a escuta aparece como ato ativo e custoso, e não como passividade.

Transposta para o cuidado de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade — contexto que será retomado no relato de experiência apresentado adiante —, essa herança freudiana e winnicottiana sugere que ouvir é abrir um espaço em que o sujeito possa falar sem ser corrigido, reduzido ou silenciado, e que o ambiente institucional pode funcionar como espaço de sustentação, favorecendo a reorganização psíquica e a construção de confiança.

2.3 A ESCUTA COMO RESPOSTA ÉTICA

Essa aproximação, todavia, não dissolve a especificidade do pastoral, que possui um fundamento ético e dialógico irreduzível. Para Buber (1979), a escuta é o que constitui o outro como *Tu*, e não como *Isso*: somente na relação dialógica o interlocutor deixa de ser objeto de manejo e passa a ser presença que me interpela. Levinas (1980) radicaliza essa intuição ao situar a escuta como resposta a um apelo que me precede: o rosto do outro convoca-me a uma responsabilidade assimétrica, anterior a qualquer reciprocidade ou cálculo. A escuta pastoral, lida sob essa chave, não é extração de informação nem condução estratégica de uma alma, mas acolhimento de uma alteridade que me obriga. É essa assimetria ética, o primado do outro, que distingue a escuta espiritual de toda forma instrumental de escuta.

2.4 A ESCUTA COMO POSTURA EPISTÊMICA COMPREENSIVA

Há, por fim, uma dimensão metodológica que torna essa discussão particularmente pertinente para uma pesquisa de matriz pastoral-etnográfica. Em *A miséria do mundo*, Bourdieu (1997), no posfácio "Compreender", descreve a escuta atenta e metódica da entrevista como uma relação de comunicação não violenta, feita de disponibilidade ativa e de acolhimento, na qual o pesquisador se coloca a serviço da palavra do pesquisado. A proximidade dessa descrição com a postura pastoral não é casual: em ambos os

casos, escutar é uma forma de conhecimento que só se realiza pela suspensão do próprio interesse e pela construção de uma relação de confiança. É justamente nessa fronteira que se inscreve a articulação entre espiritualidade e escuta proposta neste estudo, pois a escuta do pastor-pesquisador é, simultaneamente, cuidado espiritual e modo de produção de saber.

Pode-se, então, propor uma síntese provisória: a escuta, pastoral, clínica ou institucional, integrada, num mesmo gesto, uma disposição disciplinada que renuncia ao protagonismo do que escuta (à maneira da atenção flutuante freudiana), um ambiente relacional sustentador (o *holding* winnicottiano), uma resposta ética ao apelo do rosto do outro (Levinas, Buber), uma mediação teológica entre o próximo e Deus (Bonhoeffer) e uma postura epistêmica compreensiva (Bourdieu). Não é, portanto, uma habilidade entre outras do ofício pastoral, mas a condição mesma de possibilidade do cuidado. É essa síntese teórica que orienta a leitura do relato de experiência apresentado a seguir.

3 METODOLOGIA

O relato que segue é de natureza qualitativa e descritiva, construído a partir da vivência profissional na direção de uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes na capital da Paraíba. A análise fundamenta-se na observação do cotidiano institucional, na escuta realizada pela equipe técnica e na interlocução com os referenciais teóricos apresentados na seção anterior, especialmente Freud e Winnicott.

O caso selecionado foi escolhido por seu caráter emblemático, pois evidencia a importância da escuta qualificada na compreensão de comportamentos inicialmente interpretados de forma equivocada no contexto institucional.

4 RELATO DE EXPERIÊNCIA E ANÁLISE

Em uma das situações vivenciadas na instituição, recebeu-se um adolescente proveniente do interior do estado, encaminhado pela Vara da Infância e Juventude da Capital. Como de costume, no momento do encaminhamento, realizou-se uma conversa preliminar com o adolescente, apresentou-se a equipe técnica, os educadores e os demais profissionais de apoio. Em seguida, foram apresentados os demais acolhidos, a estrutura da casa, o quarto e o espaço destinado aos pertences pessoais.

Ao longo da primeira semana, os educadores informaram que o adolescente insistia em dormir embaixo da cama, mesmo após receber explicações de que a cama estava reservada para seu uso. Certa manhã, o educador percebeu novamente que ele permanecia debaixo da cama. Diante disso, a psicóloga realizou uma escuta específica para compreender por que o adolescente continuava reproduzindo esse comportamento.

Durante a escuta, foi identificado que ele havia passado longo período dormindo na rua, embaixo de um caminhão, em sua cidade de origem, acordando apenas quando o motorista ligava o veículo e partia.

A partir dessa informação, a equipe técnica pôde compreender o comportamento do adolescente não como resistência ou desobediência, mas como expressão de uma experiência anterior de sobrevivência e adaptação à privação.

Diante disso, a equipe retomou a conversa com o adolescente, explicando novamente que a cama havia sido reservada para ele e que aquele seria o local adequado para o seu descanso. A partir daí, iniciou-se um processo gradual de adaptação, respeitando o tempo subjetivo do adolescente até que ele pudesse reconhecer a cama como um lugar seu.

Esse episódio demonstra que a escuta é fundamental desde o início do acolhimento de uma criança ou adolescente, para além dos relatórios técnicos produzidos pelo Conselho Tutelar, Ministério Público e Vara da Infância e Juventude. Trata-se de reconhecer que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, com histórias, marcas e modos singulares de significar a própria experiência. O caso ilustra, em ato, a própria fundamentação teórica proposta na seção anterior: a escuta como atenção flutuante que não julga apressadamente o comportamento observado, e o ambiente institucional como espaço de *holding* capaz de oferecer sustentação emocional, continuidade e confiança para que o acolhido possa reorganizar sua relação com o espaço e com os outros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada evidencia que a escuta espontânea é uma ferramenta essencial no acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Mais do que uma técnica, trata-se de uma postura ética e relacional que reconhece o sujeito como portador de história, sofrimento, desejos e direitos. A articulação entre a prática cotidiana e a psicanálise permite compreender que comportamentos aparentemente inadequados podem expressar experiências de privação, trauma e busca de proteção, e que o acolhimento institucional precisa sustentar um ambiente de confiança, respeito e continuidade, capaz de favorecer vínculos e promover o desenvolvimento integral.

Esse achado confirma, no plano empírico, a síntese teórica proposta neste artigo: a escuta — seja ela pastoral, clínica ou institucional — integra uma disposição disciplinada que renuncia ao protagonismo de quem escuta, um ambiente relacional sustentador, uma resposta ética ao apelo do outro e uma postura epistêmica compreensiva. Não se trata, portanto, de uma habilidade entre outras do ofício de cuidar, mas da própria condição de possibilidade do cuidado — o ponto em que espiritualidade, clínica e método se mostram, afinal, indissociáveis. Conclui-se que a escuta espontânea, quando integrada ao trabalho da equipe técnica e orientada por uma ética do cuidado, contribui para a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes em situação de acolhimento.

REFERÊNCIAS

- BÍBLIA. **Regra de São Bento**. Tradução de João Evangelista Enout. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 1980.
- BONHOEFFER, Dietrich. **Vida em comunhão**. 8. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2016.
- BOURDIEU, Pierre (coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BUBER, Martin. **Eu e Tu**. Tradução de Newton Aquiles von Zuben. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- FREUD, Sigmund. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise (1912). In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 12, p. 123-133.
- LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Tradução de José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1980.
- NOUWEN, Henri J. M. **O curador ferido: o ministério na sociedade contemporânea**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- WINNICOTT, Donald W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- WINNICOTT, Donald W. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MODELOS FAMILIARES CONTEMPORÂNEOS E EXPERIÊNCIA SUBJETIVA: ENTRE NOVOS ARRANJOS E A PERMANÊNCIA DA LÓGICA DA FALTA ESTRUTURAL

CONTEMPORARY FAMILY MODELS AND SUBJECTIVE EXPERIENCE: BETWEEN NEW FAMILY ARRANGEMENTS AND THE PERSISTENCE OF STRUCTURAL LACK

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-010>

Mariana Bentzen Aguiar

Doutora em Psicologia Cognitiva

Professora adjunta da Universidade Federal de Pernambuco

E-mail: Mariana.bentzen@ufpe.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1402-9907>

Edlane Vila Nova de Araujo

Psicóloga

Centro Universitário Frassinetti do Recife

E-mail: edvilaova@hotmail.com

Maria Emilia da Silva Lopes

Psicóloga

Centro Universitário Frassinetti do Recife

E-mail: memiliaslopes@hotmail.com

Michele Karine Pereira da Silva

Psicóloga

Centro Universitário Frassinetti do Recife

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0973111102133514>

Resumo

O presente artigo analisa, a partir da psicanálise freudiana e lacaniana, em que medida a constituição subjetiva pode ser compreendida para além de modelos específicos de família, problematizando leituras que estabelecem relações causais entre configurações familiares e sofrimento psíquico. Trata-se de um estudo de revisão narrativa da literatura, desenvolvido a partir de questões suscitadas na experiência clínica das autoras, fundamentado principalmente na obra de Sigmund Freud e Jacques Lacan, bem como em autores que discutem as transformações históricas e sociais da família. Os resultados indicam que a associação entre determinados arranjos familiares e a constituição subjetiva frequentemente decorre de uma leitura imaginária da teoria psicanalítica, que confunde funções simbólicas com personagens concretos da organização familiar. A análise evidencia que a releitura estrutural proposta por Lacan desloca a compreensão da subjetivação das configurações familiares para as operações simbólicas implicadas na linguagem, na falta e na castração, permitindo compreender que cuidadores podem favorecer ou dificultar processos de simbolização, sem, contudo, determinar a constituição do sujeito. A discussão também aponta

que a crítica de Judith Butler às nomenclaturas tradicionais da psicanálise pode ser articulada à perspectiva lacaniana ao evidenciar a necessidade de distinguir funções simbólicas das imagens e ideais sociais associados à família nuclear. Conclui-se que a separação entre ideais normativos e funções simbólicas oferece importantes contribuições para uma clínica comprometida com a singularidade do sujeito e capaz de acolher a pluralidade das configurações familiares contemporâneas.

Palavras-chave: Clínica Psicanalítica; Complexo de Édipo; Constituição subjetiva; Família; Novas configurações familiares.

Abstract

This article examines, from Freudian and Lacanian psychoanalysis, the extent to which subject constitution can be understood beyond specific family models, questioning interpretations that establish causal relationships between family configurations and psychological suffering. The study consists of a narrative literature review developed from questions arising in the authors' clinical practice and is primarily grounded in the works of Sigmund Freud and Jacques Lacan, as well as in classical authors who have discussed the historical and social transformations of the family. The findings indicate that the association between particular family arrangements and subject constitution often stems from an imaginary reading of psychoanalytic theory, which conflates symbolic functions with the concrete figures that compose family organization. The analysis shows that Lacan's structural reinterpretation shifts the understanding of subjectivation from family configurations to the symbolic operations involved in language, lack, and castration, demonstrating that caregivers may facilitate or hinder processes of symbolization without determining the constitution of the subject. The discussion further suggests that Judith Butler's critique of traditional psychoanalytic terminology can be articulated with the Lacanian perspective by highlighting the need to distinguish symbolic functions from the social images and ideals historically associated with the nuclear family. It is concluded that separating normative ideals from symbolic functions provides important theoretical and clinical contributions to a psychoanalytic practice committed to the singularity of the subject and capable of embracing the plurality of contemporary family configurations.

Keywords: Contemporary family configurations; Family; Oedipus complex; Psychoanalytic clinic; Subject constitution.

1 INTRODUÇÃO

A família constitui uma das instituições sociais mais antigas e, simultaneamente, uma das mais suscetíveis às transformações históricas. Longe de representar uma realidade natural ou universal, suas

formas de organização resultam de processos sociais, econômicos, políticos e culturais que, ao longo da história, produziram diferentes modos de conceber o parentesco, a filiação e o cuidado. Embora formas de organização familiar existam desde as primeiras sociedades humanas, o modelo de família nuclear heterossexual, centrado na figura do casal e de seus filhos, consolidou-se como ideal normativo apenas na modernidade ocidental, especialmente entre os séculos XVIII e XIX, articulando-se à ascensão da sociedade burguesa, às transformações das relações de propriedade e à intensificação dos dispositivos de regulação da sexualidade, da infância e da vida privada (Engels, 1984; Ariès, 1981; Donzelot, 1986; Foucault, 1988). Nas últimas décadas, entretanto, profundas mudanças sociais, culturais e jurídicas favoreceram o reconhecimento de uma pluralidade de configurações familiares, colocando em evidência a historicidade desse modelo e problematizando sua pretensão de universalidade (Roudinesco, 2003; Sarti, 2007).

No campo da psicanálise, a família ocupa um lugar privilegiado por constituir o primeiro espaço de inserção do sujeito no laço social. Em razão da condição de desamparo que caracteriza o recém-nascido humano, sua sobrevivência e seu desenvolvimento psíquico dependem radicalmente do outro, que lhe oferece cuidados, interpreta suas necessidades e o introduz na linguagem e na cultura (Freud, 1926/2014; Lacan, 1998). É nesse contexto que a família adquire relevância teórica, não por representar um modelo ideal de organização social, mas por constituir o cenário em que se realizam operações fundamentais para a constituição subjetiva. Na tradição psicanalítica, tais operações foram inicialmente formuladas por Freud a partir do Complexo de Édipo e posteriormente reformuladas por Lacan mediante a distinção entre figuras parentais concretas e funções simbólicas, deslocando o foco da composição empírica da família para as posições que nela se exercem.

Entretanto, justamente por ocupar esse lugar privilegiado na constituição do sujeito, a família frequentemente é tomada, tanto no senso comum quanto em determinados discursos clínicos, como causa direta do sofrimento psíquico. Não raro, pacientes atribuem às suas configurações familiares — especialmente quando estas se afastam do modelo nuclear heterossexual — a origem de seus conflitos, fracassos ou dificuldades subjetivas, sustentando a fantasia de que a posse de uma "família ideal" teria garantido uma existência igualmente ideal. Esse tipo de narrativa tende a deslocar para a organização familiar a explicação do sofrimento, obscurecendo um dos pressupostos centrais da psicanálise: a constituição do sujeito é atravessada pela falta, pela castração e pelo impossível estrutural, dimensões que não decorrem da configuração familiar em si, mas da própria condição de inserção do sujeito na linguagem (Freud, 1924/2011; Lacan, 1998).

Nesse contexto, torna-se pertinente indagar qual é, afinal, o estatuto atribuído à família pela teoria psicanalítica e em que medida a pluralidade das configurações familiares contemporâneas desafia leituras que associam a constituição subjetiva à presença de um modelo específico de organização familiar. Diante

dessa problemática, este artigo busca responder à seguinte questão de pesquisa: como as teorias freudiana e lacaniana concebem o lugar da família na constituição subjetiva e quais são as implicações teóricas e clínicas dessas formulações diante da pluralidade das configurações familiares contemporâneas?

Para responder a essa questão, o presente estudo tem como objetivo geral analisar criticamente, à luz da pluralidade das configurações familiares contemporâneas, a relação entre configurações familiares e constituição subjetiva, examinando como as teorias freudiana e lacaniana concebem o lugar da família na constituição do sujeito e discutindo as implicações teóricas e clínicas dessas formulações para a escuta psicanalítica. Como objetivos específicos, pretende-se: (a) discutir a construção histórica do ideal de família nuclear e sua relação com processos de normatização social; (b) analisar o lugar atribuído por Freud às relações familiares na constituição do sujeito, especialmente a partir do Complexo de Édipo; (c) examinar o deslocamento promovido por Lacan das figuras parentais para as funções simbólicas; (d) problematizar a associação entre configurações familiares e sofrimento psíquico à luz da pluralidade dos arranjos familiares contemporâneos; e (e) discutir as implicações dessas formulações para a escuta e a prática clínica em psicanálise.

A relevância deste estudo reside na necessidade de problematizar criticamente as leituras que vinculam, de maneira linear, determinadas configurações familiares à constituição subjetiva ou ao sofrimento psíquico. Em um contexto marcado pela ampliação das formas de parentesco e de organização familiar, torna-se fundamental interrogar em que medida a teoria psicanalítica sustenta ou permite superar tais associações, distinguindo aquilo que pertence à estrutura do sujeito daquilo que corresponde às transformações históricas das formas de organização familiar. Tal reflexão mostra-se particularmente importante para a clínica psicanalítica, uma vez que, como adverte Lacan, "que o analista esteja à altura da subjetividade de sua época" (Lacan, 1998, p. 322). Isso implica que a escuta clínica permaneça aberta às formas contemporâneas de subjetivação, evitando reproduzir modelos normativos de família que obscureçam a singularidade da experiência de cada sujeito.

1.1 A CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA E A FALTA PARA FREUD

A Psicanálise, desde sua fundação por Sigmund Freud no final do século XIX, inaugurou uma nova forma de compreender o sofrimento humano ao deslocar o foco da consciência para os processos inconscientes que atravessam a vida psíquica. Ao formular a existência do inconsciente, Freud (1900/2019; 1915/2010) rompeu com a tradição racionalista que concebia o indivíduo como plenamente consciente de seus pensamentos e ações, evidenciando que desejos, fantasias, conflitos e experiências infantis participam da constituição da subjetividade. Assim, para a perspectiva psicanalítica, o indivíduo deixa de ser compreendido como uma entidade unitária e transparente a si mesma, passando a ser concebido enquanto

um sujeito, isto é, como efeito de processos psíquicos marcados pela divisão, pelo conflito e pela relação com o outro.

Uma das principais contribuições freudianas para a compreensão da subjetividade consiste justamente na afirmação de que o ser humano não nasce portador de um eu constituído, mas o constitui ao longo das primeiras experiências relacionais. A subjetividade, nessa perspectiva, não corresponde a uma essência inata nem a uma estrutura previamente determinada, mas resulta de um complexo processo de constituição psíquica, atravessado pelos investimentos libidinais, pelas identificações, pelas experiências infantis e pelas inscrições produzidas na relação com o outro e com a cultura (Freud, 1914/2010; Freud, 1923/2011). A singularidade de cada sujeito decorre, portanto, da forma como essas experiências são simbolizadas e incorporadas à sua história, tornando a constituição subjetiva inseparável das relações que sustentam sua inserção no laço social.

A constituição da subjetividade, contudo, não se inaugura pela existência de um eu organizado. Na perspectiva freudiana, o bebê encontra-se inicialmente em uma condição de dispersão pulsional, marcada pelo autoerotismo, em que as pulsões satisfazem-se de forma parcial e independente, sem referência a uma unidade psíquica organizadora (Freud, 1905/2016; Freud, 1914/2010). Nesse momento, o recém-nascido encontra-se em estado de desamparo (*Hilflosigkeit*), dependendo radicalmente da presença do *Nebenmensch* — o "próximo", conceito apresentado por Freud em *Projeto para uma Psicologia Científica* (1895/1996) —, aquele que realiza as primeiras ações específicas capazes de aliviar as tensões decorrentes das necessidades vitais. Ao investir libidinalmente na criança, antecipando nela uma unidade subjetiva ainda inexistente, esse outro primordial possibilita a constituição do narcisismo primário, momento em que a libido, antes dirigida de forma dispersa às pulsões parciais, passa a investir o eu nascente (Freud, 1914/2010). É nesse processo que se constitui o Eu Ideal, primeira imagem de completude narcísica construída a partir do investimento amoroso do outro e que servirá de referência para as primeiras identificações do sujeito.

Essa relação inaugural com o outro não se limita à constituição do Eu Ideal, mas inaugura também o percurso do desenvolvimento psicosssexual descrito por Freud (1905/2016). É nas experiências de satisfação e frustração vividas no encontro com aquele que cuida da criança que se inscrevem as primeiras marcas de prazer e desprazer, organizando progressivamente a economia pulsional e a relação do sujeito com o próprio corpo. As zonas erógenas tornam-se, então, regiões privilegiadas de investimento libidinal, correspondendo às organizações oral, anal, fálica e genital, cujas experiências deixam inscrições singulares na constituição psíquica. Embora tais inscrições permaneçam abertas a novas elaborações ao longo da vida, elas ocupam um lugar privilegiado na economia libidinal por corresponderem aos investimentos inaugurais do sujeito, estabelecendo pontos de fixação que orientam seus modos de satisfação pulsional, suas

identificações e suas relações com o desejo e com o outro, ainda que possam adquirir novos destinos por meio do trabalho psíquico (Freud, 1905/2016; Freud, 1914/2010; Freud, 1920/2010).

Entre as experiências psíquicas que marcam a constituição subjetiva, Freud atribui ao Complexo de Édipo um lugar central. Após o período de narcisismo primário, em que a criança ocupa uma posição de aparente completude sustentada pelo investimento amoroso do outro, a libido dirige-se progressivamente aos objetos de amor, encontrando, na formulação clássica freudiana, seu primeiro investimento privilegiado no genitor do sexo oposto ou naquele que ocupa essa posição na dinâmica familiar (Freud, 1905/2016; Freud, 1910/2013). Nesse contexto, a criança não apenas dirige seu investimento libidinal a esse objeto de amor, mas aspira ocupar um lugar exclusivo junto a ele, acreditando, em sua lógica infantil, poder tornar-se seu destinatário único de amor e satisfação. Essa pretensão de exclusividade confere ao genitor do mesmo sexo — ou àquele que ocupa essa posição — o estatuto de rival, uma vez que ele já mantém uma relação privilegiada com o objeto amado e constitui um obstáculo à realização do desejo incestuoso (Freud, 1924/2011).

Na dinâmica edípica, a presença desse terceiro não representa apenas um impedimento concreto à satisfação dos desejos da criança, mas introduz a experiência da alteridade e dos limites impostos ao narcisismo infantil. Ao reconhecer que o objeto de seu investimento libidinal mantém um vínculo que independe dela e que não pode ser apropriado de forma exclusiva, a criança confronta-se com a impossibilidade de realização de seu desejo. É nesse contexto que o perigo de castração adquire valor psíquico. Mais do que a ameaça de uma perda corporal efetiva, a castração representa, para Freud, a possibilidade de uma perda decorrente da persistência do desejo incestuoso e da rivalidade estabelecida com aquele que ocupa a posição de interdição. Em sua reformulação da teoria da angústia, Freud (1926/2014) sustenta que é precisamente essa situação de perigo que suscita a angústia como um sinal emitido pelo eu. A angústia, portanto, não decorre da castração consumada, mas constitui uma resposta antecipatória diante da possibilidade de perda, funcionando como um mecanismo de alerta que mobiliza o aparelho psíquico para enfrentar o perigo.

Diante desse sinal de perigo, o eu mobiliza suas operações defensivas, dentre as quais o recalque ocupa lugar privilegiado. O recalque consiste no mecanismo pelo qual representações, desejos e impulsos incompatíveis com as exigências da realidade, com as proibições parentais ou com as futuras exigências morais são afastados da consciência, permanecendo ativos no inconsciente (Freud, 1915/2010; Freud, 1926/2014). Longe de eliminar esses conteúdos, o recalque impede seu acesso direto à consciência, preservando-os como representações inconscientes que continuam a produzir efeitos sobre a vida psíquica por vias indiretas.

A incidência do recalque sobre os desejos incestuosos possibilita a renúncia ao objeto de amor originalmente investido. Essa renúncia torna-se necessária porque a manutenção da pretensão de ocupar

um lugar exclusivo junto ao objeto amado manteria o sujeito em permanente conflito com a interdição do incesto e com os limites impostos pela realidade psíquica e pela vida em sociedade. O abandono desse investimento não implica o desaparecimento do desejo, mas sua reorganização por meio de novos destinos pulsionais e da possibilidade de deslocamento para objetos de amor socialmente permitidos. É precisamente essa renúncia ao objeto incestuoso que caracteriza o declínio do Complexo de Édipo: ao reconhecer a impossibilidade de realizar seu desejo de exclusividade e abandonar a rivalidade que sustentava essa pretensão, a criança internaliza a interdição, fortalece a constituição do supereu e inaugura uma nova organização da vida psíquica, marcada pela diferenciação entre desejo, lei e realidade (Freud, 1924/2011; Freud, 1926/2014).

Antes de abordarmos a nova organização psíquica decorrente do declínio do Complexo de Édipo, faz-se necessário explicitar a configuração familiar subjacente à formulação freudiana desse complexo. Na descrição clássica do Édipo, Freud (1905/2016; Freud, 1924/2011) parte do pressuposto de que a criança dirige seu primeiro investimento libidinal ao genitor do sexo oposto, enquanto o genitor do mesmo sexo é vivenciado como rival, na medida em que ocupa uma posição privilegiada junto ao objeto de amor e representa um obstáculo à realização do desejo incestuoso. Embora Freud não formule uma teoria da família nem empregue a expressão "família nuclear", sua elaboração do Complexo de Édipo pressupõe uma configuração familiar composta por duas figuras parentais que mantêm entre si um vínculo conjugal ou amoroso, circunstância que torna inviável a pretensão infantil de exclusividade em relação ao objeto de amor. Desse modo, a formulação freudiana dialoga com o modelo de família nuclear burguesa predominante entre as camadas médias urbanas da Europa Ocidental no final do século XIX e início do século XX, contexto histórico no qual sua teoria foi elaborada (Ariès, 1981; Donzelot, 1986; Roudinesco, 2003).

Uma vez que no tópico a seguir exploraremos em mais detalhes sobre os modelos familiares, retomaremos as construções teóricas ao explicitar as consequências psíquicas do Complexo de Édipo. A travessia edípica produz importantes rearranjos na economia psíquica na lógica neurótica (isto é, daqueles que recalcam a castração). Se, no narcisismo primário, o investimento libidinal encontrava-se concentrado no próprio eu, sustentando a constituição do Eu Ideal como imagem de perfeição e completude, a renúncia às aspirações incestuosas inaugura uma nova forma de organização narcísica. A perfeição anteriormente atribuída ao eu desloca-se para uma instância idealizada que passa a orientar o sujeito: o Ideal do Eu. Diferentemente do Eu Ideal, que corresponde à experiência narcísica originária de plenitude, o Ideal do Eu constitui um horizonte simbólico de identificação, formado a partir das exigências, valores e ideais transmitidos pelas figuras parentais e pela cultura (Freud, 1914/2010).

A constituição do Ideal do Eu introduz uma dimensão fundamental da vida psíquica: a impossibilidade de plena coincidência entre o sujeito e seus ideais. Se o Eu Ideal remete à experiência

narcísica originária de completude, o Ideal do Eu passa a funcionar como uma referência permanentemente buscada, mas jamais plenamente alcançada. É justamente desse descompasso que emerge uma experiência constante de insuficiência, na medida em que o sujeito se confronta com os limites impostos pela realidade, pela cultura e pelas próprias exigências ideais (Freud, 1914/2010; Freud, 1923/2011). A neurose pode ser compreendida, nesse sentido, como uma das formas de expressão desse conflito permanente entre os desejos inconscientes e as exigências impostas pelo Ideal do Eu e pelo Superego. Quando a distância entre o eu e seus ideais é vivida como intolerável, ela pode adquirir o estatuto de uma ferida narcísica, reatualizando a perda da ilusão de completude e produzindo sentimentos de culpa, fracasso e sofrimento psíquico. Assim, embora a renúncia e a incompletude constituam condições inerentes à vida em sociedade, a maneira singular como cada sujeito vivencia essa perda participa da constituição de seus conflitos psíquicos e de seus modos de sofrimento.

1.2 O SUJEITO LACANIANO E O ESTATUTO ESTRUTURAL DA FALTA

O início do ensino de Lacan pode ser compreendido como um movimento de retorno a Freud orientado por uma questão fundamental: a necessidade de revisar o estatuto atribuído ao Eu e ao Sujeito na teoria psicanalítica. Ao retomar a descoberta freudiana do inconsciente, Lacan (1949/1998) desloca a centralidade conferida ao eu enquanto instância de síntese, unidade e domínio da experiência subjetiva, propondo que a psicanálise não opera sobre uma consciência que busca se conhecer, mas sobre um sujeito que emerge justamente onde essa unidade imaginária¹ fracassa. Como afirma Lacan (1949/1998), o eu não corresponde a uma instância originária ou transparente para si mesma, mas constitui-se a partir de uma identificação imaginária que produz uma forma de unidade diante da experiência fragmentária do corpo. Nesse movimento, Lacan realiza uma operação decisiva: eleva o sujeito ao estatuto de conceito psicanalítico, conferindo-lhe uma formalização que desloca a psicanálise do campo de uma teoria psicológica do indivíduo para uma teoria do sujeito do inconsciente (Simanke, 2002).

Essa operação não significa acrescentar à psicanálise uma nova categoria psicológica, mas modificar radicalmente o próprio modo de pensar a subjetividade. Conforme argumenta Simanke (2002), a originalidade de Lacan está em retirar o sujeito do campo da psicologia tradicional e inscrevê-lo no campo da linguagem e da estrutura. O sujeito lacaniano não corresponde ao indivíduo, à pessoa empírica ou ao ser humano tomado em sua existência concreta. Lacan estabelece uma distinção fundamental entre o sujeito e o *fallasser* (*parlêtre*), isto é, entre o sujeito enquanto efeito da linguagem e o ser falante enquanto existência

¹ Para Lacan, o imaginário é o registro das imagens, das identificações e das relações de semelhança, no qual se constitui o eu. É também o registro que tende a produzir sentidos fixos, totalizantes e ilusórios sobre si, sobre o outro e sobre a realidade, sustentando relações de complementaridade, rivalidade e completude. Por essa razão, Lacan adverte que a escuta analítica não deve permanecer no plano imaginário, sob o risco de cristalizar identidades e significações, em vez de favorecer a emergência do sujeito do inconsciente e dos efeitos da cadeia significante (LACAN, 1949/1998; 1953-1954/1986).

encarnada. O *falasser* designa aquele que é atravessado pela linguagem e afetado pelo inconsciente; o sujeito, por sua vez, não é uma entidade substancial, uma interioridade ou uma instância psíquica localizada no indivíduo, mas o efeito produzido pela incidência do significante² sobre o ser falante (Lacan, 1972-1973/1985).

Nesse sentido, o sujeito lacaniano não possui uma dimensão ontológica. Ele não é um ente dotado de propriedades estáveis ou uma essência passível de ser descoberta. Ao contrário, trata-se de uma posição produzida no campo da linguagem: o sujeito é aquilo que um significante representa para outro significante (Lacan, 1960/1998). Como desenvolve Silveira (2022), a teoria lacaniana do sujeito exige justamente uma ruptura com a ideia de que haveria uma realidade subjetiva anterior à estrutura simbólica. O sujeito não preexiste à linguagem como uma identidade já constituída; ele emerge como efeito da própria operação significante que o inscreve no campo do Outro³.

Essa formulação implica reconhecer que o sujeito não pode ser apreendido a partir de uma identidade definitiva. A significação não se encerra em um último significante capaz de oferecer uma nomeação completa do sujeito, pois a própria estrutura significante produz uma abertura permanente. A materialidade da linguagem impede que o sujeito seja reduzido a um predicado final: ele nunca coincide integralmente com aquilo que pode ser dito sobre ele. Segundo Silveira (2022), essa é precisamente uma das consequências da travessia lacaniana da estrutura: não se trata de abandonar a determinação estrutural, mas de compreender que o sujeito emerge no ponto em que a estrutura produz uma impossibilidade de fechamento absoluto.

Essa concepção produz consequências decisivas para a clínica psicanalítica. Se o sujeito não é uma identidade a ser recuperada nem um núcleo essencial a ser fortalecido, a direção do tratamento não pode estar orientada pelo fortalecimento do eu, pela adaptação do indivíduo à realidade ou pela realização de ideais previamente estabelecidos. Como afirma Lacan (1958/1998), a experiência analítica não tem como finalidade conduzir o sujeito a uma forma ideal de adaptação, mas possibilitar uma relação singular com seu desejo. A clínica lacaniana não busca produzir uma nomeação definitiva do sujeito, justamente porque tal nomeação é estruturalmente impossível. O que a psicanálise evidencia é que há uma falta constitutiva no Sujeito, e essa falta não deve ser compreendida como uma falha contingente a ser corrigida, mas como condição estrutural da subjetividade (Lacan, 1960/1998).

² O significante corresponde ao elemento diferencial da estrutura simbólica, produzindo efeitos de sentido apenas por sua relação com outros significantes, nunca por um significado intrínseco. É pela articulação da cadeia significante que o sujeito se constitui, razão pela qual Lacan o define como aquilo que um significante representa para outro significante (LACAN, 1957/1998; 1960/1998).

³ Em Lacan, o Outro (A) designa o lugar da linguagem, da lei e da alteridade simbólica que antecede o sujeito. Definido como o "tesouro dos significantes", é o campo em que os significantes se articulam e adquirem valor, tornando possível a constituição do sujeito como efeito da linguagem. Assim, o sujeito não se constitui por uma interioridade psíquica, mas por sua inscrição no campo do Outro, sendo representado por um significante para outro significante (LACAN, 1953/1998; 1960/1998).

Assim, em Lacan, a falta deixa de ocupar o lugar de uma ausência que deveria ser preenchida e passa a adquirir estatuto estrutural. O sujeito não se define pela posse de uma identidade plena, mas pela forma singular como se inscreve em uma estrutura marcada pela divisão. Essa perspectiva rompe com modelos clínicos orientados pela restauração de uma suposta unidade perdida do eu e recoloca a psicanálise diante da dimensão própria do inconsciente.

Esse deslocamento também marca uma diferença fundamental entre Freud e Lacan no que concerne ao estatuto do sujeito. Embora Freud (1905/1996) tenha demonstrado que o eu não é senhor em sua própria casa e tenha formulado a dimensão inconsciente da subjetividade, sua obra permanece articulada a modelos que consideram processos de constituição psíquica, organizações libidinais e momentos sucessivos da sexualidade infantil. Lacan, por sua vez, ao introduzir a perspectiva estruturalista em sua leitura da psicanálise, desloca a questão da subjetividade para uma lógica que não se organiza pela lógica desenvolvimental ou pela maturação psicológica.

Como argumenta Simanke (2002), a operação lacaniana não consiste em substituir uma teoria desenvolvimental por outro modelo evolutivo, mas em modificar o próprio estatuto da constituição subjetiva: o sujeito não é resultado de uma progressão temporal de etapas psíquicas, mas efeito de uma estrutura simbólica que o antecede. A subjetivação, portanto, não corresponde a uma aquisição progressiva de formas mais complexas de organização psíquica, mas à entrada do ser falante em uma ordem simbólica que já está dada e que, simultaneamente, produz a divisão subjetiva.

Nesse sentido, Silveira (2022) destaca que a estrutura, em Lacan, não deve ser compreendida como um sistema fechado que elimina a possibilidade de subjetividade. Ao contrário, é justamente a incompletude da estrutura que permite a emergência do sujeito. A subjetivação não é o desenvolvimento de uma interioridade psicológica, mas o efeito singular produzido pela relação entre o sujeito e o campo significante. Dessa maneira, o sujeito lacaniano não possui um estatuto nem desenvolvimental nem propriamente psíquico no sentido de uma realidade interna organizada; ele é uma posição lógica que se constitui na relação com o Outro.

Essa passagem de uma lógica desenvolvimental para uma lógica estrutural modifica também a maneira como a psicanálise compreende a família e os processos de constituição subjetiva. Se a subjetivação não depende de um modelo empírico específico de organização familiar, a psicanálise lacaniana não sustenta uma referência normativa a uma determinada configuração histórica de família — como a família burguesa, nuclear ou patriarcal — como condição necessária para a constituição do sujeito. A partir da interlocução com o estruturalismo, especialmente com a antropologia de Lévi-Strauss, Lacan desloca a questão da família do campo das relações empíricas para o campo das funções simbólicas que organizam a entrada do sujeito na cultura (Lacan, 1953/1998; Lévi-Strauss, 1949/1982).

Dessa forma, a psicanálise lacaniana não toma como referência necessária figuras concretas como pai, mãe, avó ou tio, mas as operações simbólicas que determinados lugares podem sustentar. A questão central não é o indivíduo que ocupa uma posição familiar, mas a função simbólica que se realiza a partir dessa posição. Tal distinção é fundamental em Lacan, uma vez que uma função não se confunde com o agente empírico que a encarna: o pai simbólico⁴, por exemplo, não corresponde ao genitor ou a uma pessoa específica, mas à operação significante responsável por introduzir a dimensão da lei, da diferença e da falta na relação da criança com o Outro (Lacan, 1957-1958/1999).

É nesse contexto que Lacan formula a noção de função paterna e Nome-do-Pai. O pai, na teoria lacaniana, não corresponde necessariamente ao genitor ou a uma figura masculina concreta, mas a uma função simbólica responsável por introduzir uma mediação na relação inicial da criança com o Outro materno. No Seminário 5, Lacan (1957-1958/1999) define a função paterna como uma operação metafórica: o Nome-do-Pai substitui o significante do desejo materno, introduzindo uma separação que impede que a criança permaneça capturada pela posição de objeto desse desejo.

O Nome-do-Pai designa, portanto, o significante que introduz a dimensão da lei e da falta no campo do Outro. Ele não representa uma autoridade concreta, mas a operação simbólica que permite ao sujeito reconhecer que o Outro também é marcado por uma falta. Como consequência, a criança deixa de ocupar imaginariamente o lugar de completude do Outro materno e pode constituir-se como sujeito desejante (Lacan, 1957-1958/1999).

A função paterna, portanto, não deve ser compreendida como defesa de um modelo familiar tradicional, mas como uma operação lógica necessária à constituição subjetiva. Trata-se da introdução de uma falta que possibilita a emergência do desejo e a inscrição do sujeito no campo simbólico. Assim, a questão central para Lacan não é quem ocupa o lugar do pai ou da mãe, mas quais operações simbólicas permitem a entrada do sujeito na linguagem e sua participação no laço social.

1.3 O IDEAL DE FAMÍLIA E A NOVAS ORGANIZAÇÕES FAMILIARES

A família constitui uma das mais importantes instituições sociais implicadas na produção da vida coletiva e na constituição dos sujeitos. Embora frequentemente apresentada como uma realidade natural, universal e biologicamente determinada, sua organização, suas funções e seus significados variaram amplamente ao longo da história. Nesse sentido, a ideia de um modelo familiar ideal não corresponde a

⁴ O simbólico corresponde, em Lacan, à ordem estruturada dos significantes que precede o nascimento do sujeito e organiza sua inserção na cultura, na linguagem e nas relações de parentesco. Diferentemente do imaginário, não opera pela identidade ou pela semelhança, mas pela diferença e pelas posições que os significantes estabelecem entre si (KAUFMANN, 1996; LACAN, 1953/1998).

uma essência da vida humana, mas à consolidação histórica de determinadas formas de organização social, econômica, política e cultural (Engels, 1884/1984; Lévi-Strauss, 1949/1982).

Uma das primeiras análises sistemáticas acerca da historicidade da família foi desenvolvida por Engels (1884/1984), ao demonstrar que as formas familiares modificaram-se em estreita relação com as transformações dos modos de produção e das relações de propriedade. Para o autor, a família monogâmica não representa um estágio natural da organização humana, mas uma instituição historicamente vinculada à consolidação da propriedade privada, da herança e da transmissão patrimonial. Nessa perspectiva, a organização familiar moderna constitui uma construção social articulada às necessidades econômicas e políticas de determinada época, e não uma expressão universal das relações humanas.

Sob outro enfoque, Lévi-Strauss (1949/1982) desloca o debate da dimensão econômica para a estrutura simbólica do parentesco. Para o antropólogo, a família emerge das regras culturais que organizam as alianças entre grupos sociais, tendo como fundamento a proibição do incesto e a troca matrimonial. A constituição da família, portanto, não decorre exclusivamente da reprodução biológica, mas da inserção dos indivíduos em uma rede de relações simbólicas reguladas pela cultura. Ao demonstrar a enorme diversidade dos sistemas de parentesco existentes entre diferentes sociedades, Lévi-Strauss evidencia que não há uma única forma legítima de organização familiar.

Entretanto, foi na sociedade burguesa europeia, entre os séculos XVIII e XIX, que se consolidou o modelo de família posteriormente naturalizado como "família tradicional". Conforme demonstra Ariès (1973/1981), a modernidade promoveu profundas transformações nas relações familiares ao atribuir centralidade à vida privada, à intimidade doméstica e ao cuidado com a infância. A família nuclear, composta por pai, mãe e filhos, passou gradativamente a ser concebida como espaço privilegiado da educação moral, da socialização e da formação dos indivíduos, substituindo modelos familiares mais amplos que caracterizavam períodos anteriores. Paralelamente, consolidou-se uma divisão sexual dos papéis familiares, na qual o homem assumia a posição de provedor e autoridade, enquanto à mulher era atribuída a responsabilidade pelos cuidados domésticos e pela criação dos filhos.

Esse modelo, contudo, ultrapassou a condição de simples organização doméstica para constituir-se como um ideal normativo amplamente difundido pelas instituições sociais. Conforme analisa Foucault (1976/1988), a família moderna tornou-se um importante dispositivo de poder por meio do qual se articulam saberes médicos, jurídicos, pedagógicos e religiosos voltados à regulação da sexualidade, da reprodução, da infância e das relações de gênero. Nesse contexto, a família deixa de ser apenas um espaço privado para tornar-se um mecanismo privilegiado de normalização das condutas, produzindo parâmetros sobre o que seria considerado uma sexualidade legítima, uma parentalidade adequada e uma família socialmente aceitável. A defesa da família tradicional, portanto, não expressa apenas valores afetivos ou morais, mas integra estratégias históricas de produção de normas e de gestão da vida.

Durante grande parte do século XX, o modelo de família nuclear heterossexual foi amplamente promovido como referência de normalidade, sendo reforçado por discursos religiosos, científicos, jurídicos e pedagógicos que o apresentavam como condição ideal para o desenvolvimento infantil, a moralização da sexualidade e a estabilidade da ordem social (Donzelot, 1986; Foucault, 1988). Entretanto, as profundas transformações econômicas, políticas, culturais e sociais ocorridas sobretudo a partir da segunda metade do século XX — impulsionadas, entre outros fatores, pela crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, pela expansão dos movimentos feministas, pela difusão dos métodos contraceptivos, pelo aumento das taxas de divórcio, pelas lutas por direitos civis e pelo reconhecimento progressivo da diversidade sexual e das diferentes formas de parentalidade — evidenciaram os limites desse modelo para representar a complexidade das experiências familiares contemporâneas. Como consequência, a família passou a ser compreendida menos como uma estrutura fixa e universal e mais como uma instituição histórica, cujas configurações se transformam em consonância com as mudanças sociais e culturais (Roudinesco, 2003).

Nesse contexto, passaram a coexistir e a adquirir crescente visibilidade diferentes configurações familiares, incluindo famílias monoparentais, recompostas, extensas, adotivas, homoafetivas, homoparentais, coparentais, entre outras. Essa pluralização não representa o desaparecimento da família, mas evidencia que os vínculos familiares podem organizar-se de diferentes formas, ultrapassando o paradigma da família nuclear tradicional e reafirmando o caráter histórico e socialmente construído da instituição familiar (Roudinesco, 2003; Sarti, 2007). Apesar dessas transformações, o modelo de família nuclear heterossexual permanece como uma importante referência normativa na cultura ocidental, ocupando posição privilegiada nos discursos sociais, religiosos, jurídicos e políticos e sendo frequentemente tomado como parâmetro implícito de normalidade, ainda que coexistindo com uma crescente diversidade de arranjos familiares (Donzelot, 1986; Roudinesco, 2003; Butler, 2022). Em consequência, configurações familiares que se afastam desse ideal continuam, muitas vezes, submetidas a processos de invisibilização, deslegitimação ou questionamento de sua capacidade de exercer funções parentais e de cuidado (Roudinesco, 2003; Sarti, 2007).

É precisamente sobre essa dimensão normativa que Butler (2015; 2022) concentra sua análise. Para a autora, as normas de gênero e de sexualidade não apenas regulam as formas socialmente aceitáveis de conjugalidade, reprodução e parentesco, mas também estabelecem quais vínculos serão reconhecidos como legítimos. Nesse sentido, o casamento heterossexual e a família nuclear constituíram, historicamente, importantes dispositivos de legitimação do parentesco, fazendo com que outras formas de organização familiar permanecessem, durante longo período, à margem do reconhecimento jurídico, político e simbólico. As normas sociais, portanto, não apenas descrevem a realidade familiar, mas produzem critérios de inteligibilidade por meio dos quais determinadas formas de existência tornam-se reconhecíveis,

enquanto outras permanecem parcial ou totalmente excluídas do campo do socialmente legítimo (Butler, 2015; 2022).

Nessa perspectiva, o reconhecimento ultrapassa o âmbito jurídico ou institucional e constitui uma condição fundamental para a existência social dos sujeitos. Butler (2015; 2022) sustenta que a possibilidade de uma vida tornar-se inteligível depende de sua inscrição em normas sociais que a reconheçam como legítima. Quando determinadas relações afetivas, formas de parentesco ou configurações familiares permanecem fora desses enquadramentos normativos, seus integrantes tornam-se mais vulneráveis à precarização, pois encontram maiores obstáculos para acessar reconhecimento simbólico, proteção institucional e pertencimento social. A ausência de reconhecimento não implica apenas exclusão ou discriminação, mas limita as possibilidades de nomeação, elaboração e validação das próprias experiências, produzindo efeitos sobre os processos de constituição subjetiva. Assim, o debate contemporâneo acerca da pluralidade das famílias ultrapassa a simples descrição de novos arranjos domésticos e passa a envolver a disputa pelos critérios sociais que definem quais formas de cuidado, parentesco e vínculo afetivo serão reconhecidas como modos legítimos de existência.

2 METODOLOGIA

O presente artigo caracteriza-se como um estudo teórico de revisão narrativa da literatura, orientado por uma abordagem qualitativa e analítica. Segundo Rother (2007), a revisão narrativa consiste em uma modalidade de revisão da literatura que permite a análise e discussão de determinado tema a partir de uma perspectiva ampla, não seguindo necessariamente critérios rígidos e pré-estabelecidos de busca e seleção de estudos, como ocorre nas revisões sistemáticas. Seu objetivo é possibilitar a construção de uma síntese interpretativa e crítica acerca de um campo de conhecimento, articulando diferentes perspectivas teóricas e contribuindo para o desenvolvimento de novas compreensões sobre o objeto investigado.

A escolha por esse método justifica-se pelo objetivo do presente trabalho, que não consiste em quantificar ou sistematizar a produção existente sobre os modelos familiares, mas em construir uma análise teórica acerca dos múltiplos modos pelos quais a família foi historicamente constituída e dos diferentes discursos, impasses e experiências subjetivas produzidos a partir dessas configurações. Trata-se, portanto, de uma revisão de caráter interpretativo, voltada à problematização dos sentidos atribuídos à família e de seus efeitos na constituição subjetiva.

A elaboração deste trabalho surgiu a partir de questões suscitadas pela experiência clínica das autoras, especialmente diante de situações em que diferentes configurações familiares e discursos sociais acerca da família atravessam as narrativas dos sujeitos em atendimento. A partir desses impasses provenientes da prática clínica, optou-se por transformar tais questões em um problema teórico, realizando

um percurso de investigação bibliográfica que permitisse analisar como a psicanálise compreende a relação entre família, subjetivação e laço social.

Como eixo teórico-clínico principal, foram utilizados os trabalhos de Sigmund Freud e Jacques Lacan, autores que fundamentam a orientação psicanalítica das autoras e oferecem operadores conceituais para pensar a constituição do sujeito, a sexualidade, o complexo de Édipo, a função paterna, o desejo e a relação entre sujeito e Outro. Além desses referenciais, foram mobilizados autores clássicos das ciências humanas que contribuíram para a compreensão histórica, social e antropológica dos modelos familiares, como Friedrich Engels (1884), em sua análise das transformações históricas da família; Claude Lévi-Strauss (1949), a partir da compreensão estrutural do parentesco; Philippe Ariès (1973), em seus estudos sobre a constituição histórica da família moderna e da infância; e Michel Foucault (1976), ao analisar as relações entre família, sexualidade, saber e poder. Ademais, se integrará a discussão a experiência clínica das autoras.

A análise desenvolvida buscou articular esses diferentes campos teóricos, tomando a família não como uma realidade natural e universal, mas como uma construção histórica, simbólica e discursiva atravessada por transformações sociais. A partir da perspectiva psicanalítica, especialmente da leitura lacaniana, a discussão foi orientada pela distinção entre figuras familiares concretas e funções simbólicas, buscando compreender de que modo diferentes formas de organização familiar se relacionam com os processos de subjetivação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão narrativa da literatura permitiu identificar alguns elementos centrais para a compreensão da relação entre configurações familiares e constituição subjetiva na perspectiva psicanalítica. Como principais resultados, destacam-se: (i) a necessidade de problematizar leituras que associam o complexo de Édipo a uma norma heteronormativa e a um modelo específico de família, em contraste com a formulação freudiana da bissexualidade e da rivalidade edípica; (ii) o deslocamento promovido por Lacan da família empírica para as funções simbólicas, evidenciando que diferentes configurações familiares não constituem, em si mesmas, fatores determinantes da constituição subjetiva; (iii) a compreensão de que os cuidadores podem favorecer ou dificultar processos de elaboração psíquica, sem que isso implique uma causalidade linear sobre a estrutura do sujeito; (iv) a identificação de que a idealização social da família nuclear favorece a produção de narrativas que atribuem ao arranjo familiar a origem do sofrimento psíquico, obscurecendo a dimensão estrutural da falta e da castração; e (v) a contribuição da distinção lacaniana entre funções simbólicas e figuras parentais concretas para uma leitura da clínica compatível com a pluralidade das configurações familiares contemporâneas, ao mesmo tempo em que permite problematizar críticas dirigidas à permanência das nomenclaturas parentais na teoria psicanalítica. Cada um desses resultados constitui um eixo de análise que será desenvolvido nos tópicos a seguir.

3.1 MODELOS FAMILIARES E CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE PARA ALÉM DA LÓGICA NORMATIVA

Os resultados da revisão indicam que a teoria freudiana permanece um importante ponto de partida para pensar a constituição subjetiva, mas também evidenciam a necessidade de revisitar algumas de suas formulações à luz de problematizações contemporâneas. Nesse sentido, dois aspectos mostraram-se particularmente relevantes: a proposição de que o investimento amoroso inaugural se dirige ao genitor do sexo oposto e a concepção de que a rivalidade edípica se estabelece, necessariamente, com o pai. Embora essas formulações tenham desempenhado papel fundamental na elaboração do complexo de Édipo, propõe-se que sua leitura, quando tomada em sentido estritamente literal, pode favorecer uma compreensão predominantemente imaginária das relações familiares, em detrimento da lógica simbólica que a própria psicanálise, sobretudo a partir de Lacan, viria posteriormente a formalizar.

No que se refere ao primeiro aspecto, a recorrência, na obra freudiana, do apaixonamento dirigido ao genitor do sexo oposto pode ser compreendida como efeito do contexto sociocultural em que Freud desenvolveu sua teoria, marcado pela hegemonia de uma matriz heteronormativa de inteligibilidade da sexualidade (Butler, 2003). Sob essa perspectiva, não se trata de afirmar que Freud defendesse uma determinação biológica da escolha de objeto, uma vez que sua teoria da bissexualidade psíquica (Freud, 1905/2016; 1923/2011) aponta precisamente para a inexistência de uma inclinação natural que determine, de forma necessária, o sexo do objeto de amor. Ao contrário, a coexistência dessas duas formulações permite sustentar que a referência ao "genitor do sexo oposto" pode ser reinterpretada como uma maneira historicamente situada de nomear aquilo que, em termos estruturais, corresponde ao investimento libidinal na figura que ocupa uma posição privilegiada no circuito dos cuidados e do desejo.

Essa releitura torna-se ainda mais fecunda quando deslocamos a ênfase da pessoa para a função. Se o que está em jogo na constituição subjetiva é a operação simbólica sustentada por aquele ou aqueles que introduzem a criança no campo do desejo e da linguagem, parece mais consistente referir-se a um cuidador fundamental — ou mesmo a cuidadores fundamentais — do que pressupor que tal lugar seja necessariamente ocupado por uma mulher ou por uma mãe. A utilização da expressão "função materna", embora consolidada na tradição psicanalítica, pode favorecer, quando tomada em seu sentido imaginário, a reiteração do mito do amor materno e da divisão heteronormativa dos papéis de gênero. Sob uma perspectiva estrutural, entretanto, importa menos a identidade daquele que ocupa essa posição do que a operação simbólica que ela sustenta. Deslocar a discussão da figura materna para a função de cuidado não implica abandonar a teoria psicanalítica, mas evidenciar que sua potência reside justamente na possibilidade de distinguir pessoas empíricas das funções simbólicas que organizam a constituição do sujeito.

O segundo aspecto diz respeito à formulação freudiana segundo a qual a rivalidade edípica se estabelece com o pai. Também aqui uma leitura estritamente literal parece pressupor uma sequência

específica de acontecimentos: a mãe como objeto privilegiado de amor, o pai como seu parceiro e, conseqüentemente, como rival da criança. Tal formulação, ainda que coerente com a configuração familiar predominante no contexto histórico de Freud, tende a tomar como referência um modelo conjugal monogâmico e heterossexual, reforçando uma determinada organização imaginária da família. Entretanto, se acompanharmos o deslocamento promovido por Lacan da lógica imaginária para a lógica simbólica, torna-se possível formular a questão de outro modo: afinal, o que há de estrutural na rivalidade descrita por Freud?

É precisamente essa pergunta que permite recolocar o problema. Se, como propõe Lacan, a tarefa da psicanálise consiste em ler o imaginário a partir do simbólico, sem desconsiderar o real que insiste para além de ambos (LACAN, 1964/2008), talvez o aspecto verdadeiramente estrutural da teoria freudiana não seja a identidade do rival, mas a própria lógica da rivalidade. Em outras palavras, para evitar uma leitura puramente imaginária do complexo de Édipo, pode-se sustentar que aquilo que permanece constante não é quem ocupa o lugar do rival, mas o fato de que a rivalização constitui uma operação inerente à constituição subjetiva.

Essa formulação torna-se mais clara quando articulada ao aforismo lacaniano segundo o qual "não há relação sexual" (Lacan, 1953/1998). Com essa proposição, Lacan não afirma a inexistência das relações amorosas ou da sexualidade, mas indica que não existe entre dois sujeitos uma relação de complementaridade capaz de eliminar a falta que os constitui. Todo encontro amoroso é atravessado pela impossibilidade de uma satisfação plena, pois a falta não decorre da ausência de um objeto específico, mas constitui uma condição estrutural da existência do sujeito. Assim, independentemente de o objeto de amor ser um homem, uma mulher ou uma pessoa não binária, nenhuma escolha objetual será capaz de produzir a completude imaginada. É nesse sentido que Lacan (1960-1961/1992). afirma que amar é dar o que não se tem: amar não consiste em oferecer ao outro aquilo que preencheria sua falta, justamente porque tal objeto não existe.

Retomando, então, a questão da rivalidade, pode-se dizer que ela decorre menos da presença de um pai do que da impossibilidade de ocupar plenamente o lugar do desejo do Outro. Aquele que, imaginariamente, parece impedir essa completude pode assumir diferentes formas: o parceiro amoroso do cuidador fundamental, outro filho, o trabalho, um ideal, uma atividade à qual esse cuidador dedica seu investimento ou qualquer outro elemento que pareça disputar seu desejo. Entretanto, esses objetos não constituem a causa da rivalidade; eles apenas oferecem uma representação imaginária para uma impossibilidade que é estrutural. Se um desses elementos desaparece, outro tende a ocupar a mesma posição, não porque possua, em si, alguma propriedade especial, mas porque a lógica da falta permanece operante. A leitura imaginária tende a localizar em um objeto específico a origem daquilo que falta ao

sujeito, enquanto a leitura simbólica permite compreender que o objeto apenas encarna, provisoriamente, uma impossibilidade que jamais poderá ser definitivamente eliminada.

Sob essa perspectiva, a contribuição de Lacan consiste em deslocar a rivalidade do plano das pessoas para o da estrutura. O que permanece constante não é a identidade do rival, tampouco uma configuração familiar específica, mas a necessidade de o sujeito confrontar-se com os efeitos da castração simbólica e com a impossibilidade de uma relação de completude. O parceiro do cuidador, sua profissão, seus interesses ou qualquer outro objeto podem, contingencialmente, ocupar o lugar da rivalidade; contudo, nenhum deles explica sua existência. A rivalidade é estrutural, ao passo que seus objetos são contingentes. Esse deslocamento permite preservar a potência da formulação freudiana sem vinculá-la a um modelo específico de família, de conjugalidade ou de organização dos papéis de gênero, aproximando a compreensão do complexo de Édipo da lógica simbólica que orienta a clínica lacaniana.

As discussões realizadas até aqui permitem evidenciar que a utilização dos registros do imaginário, do simbólico e do real como operadores de leitura não constitui apenas um recurso para a condução da clínica, mas também um instrumento para a própria leitura crítica da teoria psicanalítica. Se a proposta lacaniana consiste em privilegiar uma leitura simbólica dos fenômenos clínicos, sem desconsiderar que o acesso ao simbólico ocorre sempre pela mediação do imaginário e em seus limites com o real (LACAN, 1964/2008), torna-se pertinente interrogar até que ponto determinadas nomenclaturas consagradas pela tradição psicanalítica continuam favorecendo leituras predominantemente imaginárias. Em outras palavras, ao recorrermos a expressões como "amor pela mãe", "rivalidade com o pai", "função materna" ou "função paterna", não estaríamos, ainda que involuntariamente, reificando figuras empíricas em detrimento das operações simbólicas que esses conceitos procuram designar?

Essa questão aproxima-se das críticas formuladas por Judith Butler (2022) em *Desfazendo gênero*. Embora reconheça a importância da contribuição lacaniana ao deslocar a discussão do plano empírico para a estrutura simbólica, Butler (2022) argumenta que a permanência de determinadas nomenclaturas não é politicamente neutra. Para a autora, a manutenção de categorias como "pai" e "mãe", mesmo quando concebidas como funções, tende a reiterar uma matriz heteronormativa de inteligibilidade, reforçando padrões de reconhecimento que dificultam a legitimação de configurações familiares e posições subjetivas situadas fora da norma. Sob essa perspectiva, não basta reconceituar teoricamente tais categorias; é necessário considerar também os efeitos sociais e políticos produzidos pela permanência de seus nomes.

Entretanto, a partir da própria teoria lacaniana, é possível sustentar uma outra leitura dessa questão. Se um dos princípios fundamentais do ensino de Lacan (1957/1998; 1960/1998) é que o significante não possui significado em si mesmo, adquirindo valor apenas em sua articulação com outros significantes, então expressões como "função materna" e "função paterna" não deveriam ser compreendidas a partir dos sentidos imaginários sedimentados socialmente, mas da rede conceitual em que se inserem. Nesse sentido,

compreender tais conceitos exige justamente a suspensão das pré-compreensões imaginárias que tendem a identificá-los, de maneira imediata, às figuras da mãe e do pai empíricos. As autoras indagam, assim, se não teria sido precisamente esse o gesto teórico de Lacan ao preservar a terminologia freudiana: provocar o analista a operar uma leitura que descole os significantes de seus referentes imaginários e os reinscreva na lógica simbólica da constituição subjetiva.

Tal hipótese não elimina a pertinência da crítica de Butler. Ao contrário, sugere que ambas as perspectivas podem ser tomadas como complementares, ainda que orientadas por problemas distintos. Butler (2022) enfatiza os efeitos políticos da linguagem e os modos pelos quais determinadas nomeações reiteram relações de poder e reconhecimento social. A teoria lacaniana, na leitura das autoras, parece convocar o analista a uma posição ética diante da linguagem, exigindo que a leitura da teoria não permaneça capturada pelas imagens e pelos sentidos cristalizados que os significantes evocam. A primeira dirige sua crítica às consequências sociais das nomeações; a segunda, ao risco epistemológico e clínico de reduzir funções simbólicas a personagens concretos.

Essa aproximação permite formular uma hipótese adicional. Ainda hoje, no plano imaginário, a figura do cuidado permanece amplamente associada ao feminino, ao passo que a autoridade continua sendo frequentemente representada pela figura paterna. Não surpreende, portanto, que os significantes "materno" e "paterno" continuem produzindo, de maneira quase automática, esses efeitos de sentido. Entretanto, à medida que as configurações familiares e as formas de exercício do cuidado se pluralizam, tais associações tendem a perder sua evidência imaginária. Nessa direção, talvez seja possível compreender a função materna como uma função de subjetivação e sustentação da inserção do infans no campo do Outro, e a função paterna como uma função de separação e introdução da castração simbólica, sem vinculá-las a identidades de gênero, à filiação biológica ou a modelos específicos de família. Assim, mais do que preservar ou abandonar determinadas nomenclaturas, o desafio colocado à psicanálise parece consistir em sustentar uma leitura que não reduza os significantes às imagens que historicamente os acompanharam.

Sob essa perspectiva, a principal contribuição da formalização lacaniana talvez resida justamente na possibilidade de separar o registro imaginário do registro simbólico. Essa distinção não apenas amplia as possibilidades de leitura das configurações familiares contemporâneas, como também oferece ao analista um importante operador clínico, evitando que o manejo seja orientado por pressupostos ambientalistas ou por modelos idealizados de família. Em vez de perguntar se determinada configuração familiar produz ou não uma constituição subjetiva adequada, a clínica passa a interrogar como as funções simbólicas se inscreveram naquela história singular e quais operações subjetivantes foram, ou não, possíveis a partir delas.

3.2 IMPLICAÇÕES CLÍNICAS

As discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho permitem deslocar a questão dos modelos familiares do plano da organização empírica da família para o modo como cada sujeito se posiciona diante das funções simbólicas que participaram de sua constituição. Nesse sentido, as implicações clínicas da presente discussão consistem menos em avaliar quais configurações familiares favoreceriam ou dificultariam a constituição subjetiva e mais em interrogar como os sujeitos significam, em sua história singular, os lugares ocupados por aqueles que exerceram funções de cuidado e separação. Tal deslocamento decorre da compreensão de que não é possível atribuir a uma pessoa específica — pai, mãe, avós ou qualquer outro membro da família — a responsabilidade pela forma como um sujeito se constituiu. As operações de subjetivação e de separação constituem processos complexos que, usualmente, não estão centralizados em uma ou outra pessoa, mas fruto de diferentes pessoas e experiências.

Sob essa perspectiva, a tendência de localizar em um cuidador a origem do sofrimento psíquico parece dizer mais sobre uma operação neurótica do que sobre uma relação causal entre experiências familiares e constituição subjetiva. Freud já havia demonstrado que os vínculos com as figuras parentais permanecem marcados por uma profunda ambivalência, na qual amor e hostilidade coexistem de forma indissociável (Freud, 1913/2012; 1921/2011). Mesmo após a travessia edípica, essas figuras continuam ocupando um lugar privilegiado na organização das identificações, funcionando como importantes referências para a construção dos ideais do eu, das escolhas amorosas, profissionais e dos modos de inserção no laço social. Evidentemente, tais identificações não esgotam a constituição subjetiva, sendo continuamente transformadas pelas identificações secundárias; contudo, sua importância não autoriza concluir que elas determinem, por si mesmas, a estrutura psíquica do sujeito.

Se, por um lado, não é possível responsabilizar os cuidadores pela constituição subjetiva, por outro, também não se pode negar que eles ocupam um lugar importante na história de cada pessoa. A questão, portanto, desloca-se da busca por causas para a compreensão do alcance dessas figuras. Nessa direção, Lacan e, sobretudo, Françoise Dolto (1988, 1996) propõem que os cuidadores podem favorecer os processos de simbolização vivenciados pela criança e pelo adolescente, oferecendo condições para que experiências inicialmente enigmáticas sejam progressivamente inscritas na linguagem. Entretanto, essa contribuição não decorre do fornecimento de explicações prontas ou de interpretações sobre aquilo que a criança vive. Ao contrário, consiste em sustentar um espaço em que ela própria possa construir significações para suas experiências, apropriando-se de sua história por meio da palavra.

Essa posição exige dos cuidadores uma operação particularmente difícil: sustentar a própria castração (Dolto, 1988, 1996). Em termos clínicos, isso significa renunciar à fantasia de saber plenamente quem é a criança ou adolescente, o que ela/ele sente ou aquilo de que necessita, assim como abandonar a pretensão de completar sua falta ou determinar seu destino. Um cuidador que sustenta simbolicamente sua

castração reconhece que a criança e o adolescente é um sujeito e não uma extensão de seu próprio narcisismo. Em vez de ocupar o lugar daquele que responde por ela, oferece-lhe condições para que possa construir suas próprias respostas. Trata-se, portanto, menos de nomear a experiência da criança do que de ajudá-la a produzir suas próprias nomeações, reconhecendo que nenhuma delas eliminará completamente o enigma que atravessa a constituição subjetiva.

Desse modo, os familiares podem contribuir para ampliar ou restringir as possibilidades de simbolização oferecidas à criança, mas jamais de forma determinante. A qualidade dessa contribuição depende, em grande medida, da maneira como os próprios cuidadores se relacionam com sua castração e com seus limites subjetivos. Ainda assim, favorecer processos de simbolização não significa produzir sujeitos sem conflitos ou sofrimento psíquico. Significa apenas possibilitar que esses conflitos encontrem, preferencialmente, vias simbólicas de elaboração, em vez de permanecerem predominantemente capturados por soluções imaginárias. Em outras palavras, não se trata de evitar a falta — o que seria impossível —, mas de favorecer modos menos alienantes de responder a ela.

É justamente nesse ponto que a neurose revela uma de suas estratégias fundamentais. Em vez de reconhecer a falta como constitutiva da existência, o *falasser* tende a imaginá-la como consequência da ausência de um objeto específico. A falta estrutural converte-se, assim, em falta de objeto. Nesse movimento, a história familiar frequentemente é convocada para oferecer uma explicação consistente para aquilo que, estruturalmente, escapa a qualquer causalidade linear. Narrativas como "sou assim porque meus pais se separaram", "porque minha mãe era narcisista", "porque meu pai foi ausente" ou "porque minha mãe trabalhava demais" ilustram esse funcionamento. Não se trata de negar que tais acontecimentos produzam efeitos psíquicos importantes, mas de reconhecer que eles passam a ocupar, na economia neurótica, a função de localizar no campo do Outro a origem de uma falta que, em última instância, pertence também à própria condição de sujeito.

É nessa direção que Lacan afirma, no Seminário 5, que a castração constitui um recurso da neurose (LACAN, 1957-1958/1999). Ao recorrer à castração como explicação imaginária, o neurótico organiza sua história em torno de um mito familiar capaz de justificar suas dificuldades e preservar a crença de que existiria uma completude possível caso determinados acontecimentos não tivessem ocorrido. Atribuir o sofrimento à mãe narcisista, ao pai ausente ou ao modelo familiar vivido pode funcionar, nesse contexto, como uma forma de evitar a pergunta acerca da posição subjetiva ocupada diante dessas experiências. Em outras palavras, ao localizar a causa exclusivamente nos objetos ou nas pessoas, interrompe-se a investigação sobre por que tais acontecimentos adquiriram determinado significado para aquele sujeito e não para outro.

Essa lógica pode ser ilustrada por uma cena do filme *Valor sentimental*, em que duas irmãs conversam sobre o pai que tiveram. Embora compartilhem o mesmo pai empírico, cada uma constrói uma

narrativa profundamente distinta acerca dessa relação. Aquilo que para uma aparece como abandono, para a outra assume contornos diferentes. A cena evidencia que não é o acontecimento, tomado em si mesmo, que determina a constituição subjetiva, mas a maneira singular como cada sujeito simboliza aquilo que vive. Ao analista, portanto, não interessa decidir qual narrativa corresponde aos fatos, tampouco estabelecer quem teve "o verdadeiro pai". O que se impõe é interrogar o lugar ocupado por essa figura no mito individual de cada sujeito e os efeitos produzidos por essa construção.

Essa perspectiva traz importantes consequências para a direção do tratamento. O trabalho analítico não consiste em confirmar que o sofrimento decorre da ausência de um pai, da presença de uma mãe ou de qualquer configuração familiar específica, mas em deslocar o sujeito da pergunta "o que minha família fez comigo?" para a pergunta "qual é a minha posição diante daquilo que vivi?". Trata-se de uma mudança ética fundamental. O interesse da análise não recai sobre a reconstrução objetiva da história familiar, mas sobre os modos pelos quais o sujeito organiza essa história para responder à falta que o constitui.

Para que esse deslocamento seja possível, o analista também precisa manter-se advertido quanto aos ideais sociais que atravessam sua escuta. Se aceitar, ainda que implicitamente, que a família nuclear representa o modelo saudável de constituição subjetiva, ou que determinadas configurações familiares são intrinsecamente desestruturantes, sua escuta passa a ser orientada por critérios morais e normativos, e não pela singularidade do sujeito. Nesses casos, a psicanálise corre o risco de abandonar sua ética para transformar-se em instrumento de legitimação de modelos familiares idealizados. Desta forma, a atuação passaria ocupar o campo da moral, terreno infértil para a produção de um trabalho analítico.

Outro risco igualmente importante consiste na adoção de manejos ambientalistas⁵. Convocar familiares ao consultório com o objetivo de corrigir comportamentos, reorganizar vínculos ou adaptar pessoas às expectativas do paciente pode significar, em muitos casos, reforçar a própria lógica sintomática apresentada pelo analisante. Assim, ao responder imaginariamente ao pedido de transformação do ambiente, o analista corre o risco de confirmar que a causa do sofrimento reside nos outros, reiterando exatamente a operação defensiva sustentada pela neurose. A direção do tratamento orientada pela psicanálise segue um caminho distinto: não busca modificar o ambiente para eliminar a falta, mas favorecer que o sujeito possa responsabilizar-se⁶ pela posição que ocupa diante de sua história, de seu desejo e dos

⁵ Na perspectiva lacaniana, denomina-se manejo ambientalista a condução clínica que privilegia intervenções voltadas à modificação do ambiente, das relações interpessoais ou das condições externas do analisante como estratégia central para o tratamento. Em oposição a essa perspectiva, Lacan sustenta que a direção da cura não consiste em adaptar o analisante ao meio ou reorganizar sua realidade familiar, mas em favorecer a implicação do sujeito do inconsciente em relação ao seu desejo, à sua posição subjetiva e aos efeitos da cadeia significante. Assim, ainda que mudanças no ambiente possam produzir efeitos importantes, elas não constituem o eixo propriamente analítico da intervenção (LACAN, 1958/1998; 1964/2008).

⁶ Alerta-se que a noção de responsabilização aqui empregada não se confunde com uma perspectiva moral ou neoliberal que atribui ao indivíduo pleno domínio sobre si mesmo e por seus atos. Na ética da psicanálise, responsabilizar-se não significa tornar-se soberano de si, mas reconhecer e implicar-se na posição subjetiva que se ocupa diante do próprio desejo, sabendo que

impasses que o constituem. Assim, a família deixa de operar como destino para integrar o mito singular por meio do qual cada sujeito responde, sempre de maneira única, à falta estrutural que o atravessa.

4 CONCLUSÃO

O presente artigo teve como objetivo analisar, a partir da psicanálise freudiana e lacaniana, em que medida a constituição subjetiva pode ser compreendida para além de modelos específicos de família, problematizando leituras que estabelecem relações causais entre configurações familiares e sofrimento psíquico. Por meio de uma revisão narrativa da literatura, buscou-se discutir como os conceitos de complexo de Édipo, função materna, função paterna, Nome-do-Pai e castração podem ser relidos a partir de uma lógica estrutural, distinguindo as funções simbólicas das figuras concretas que eventualmente as encarnam.

Os resultados indicaram que a associação entre determinados arranjos familiares e a constituição subjetiva frequentemente decorre de uma leitura predominantemente imaginária da teoria psicanalítica, na qual funções simbólicas acabam sendo confundidas com personagens empíricos da organização familiar. A análise da obra freudiana permitiu sustentar que, embora formulada em um contexto marcado pela família burguesa, sua teoria não se reduz a esse modelo, tampouco pressupõe uma organização heteronormativa como condição necessária para a subjetivação. A releitura proposta por Lacan amplia essa compreensão ao deslocar o foco das pessoas para as operações simbólicas, evidenciando que a constituição do sujeito depende de sua inserção na linguagem e da lógica estrutural da falta, e não da presença ou ausência de determinadas figuras parentais.

A discussão também permitiu evidenciar que conceitos tradicionalmente formulados por meio de nomeações como "mãe", "pai", "função materna" e "função paterna" permanecem tensionados entre seus efeitos imaginários e sua formalização simbólica. Nesse sentido, a crítica formulada por Judith Butler mostra-se particularmente relevante ao evidenciar que a permanência dessas nomenclaturas pode contribuir para a reprodução de lógicas heteronormativas e restringir o reconhecimento de formas contemporâneas de organização familiar. Ao mesmo tempo, este trabalho propôs que a manutenção desses significantes na teoria lacaniana talvez possa ser compreendida por outra via: não como uma reafirmação de modelos familiares normativos, mas como uma exigência dirigida ao próprio analista para que realize uma leitura da teoria menos capturada pelos sentidos imaginários que esses termos evocam. Sob essa perspectiva, mais do que substituir determinadas nomenclaturas, o desafio consiste em sustentar uma leitura que não reduza funções simbólicas às imagens historicamente associadas ao pai, à mãe ou à família nuclear.

Em última instância, todo o percurso teórico desenvolvido neste trabalho converge para uma única pergunta: o que muda na clínica quando abandonamos uma leitura imaginária da família? Defende-se que

o eu não é "senhor em sua própria casa" (FREUD, 1917/2014). Para uma discussão aprofundada sobre as diferenças entre responsabilização subjetiva e responsabilização moral, recomenda-se a leitura de Kushnir (2023) e Eidelsztein (2021).

a principal mudança consiste em deslocar o foco das pessoas e das configurações familiares para a posição subjetiva diante da falta. Se a subjetivação é compreendida como efeito da linguagem e das operações simbólicas que atravessam o sujeito, torna-se insustentável atribuir aos cuidadores ou aos modelos familiares um papel determinante na produção do sofrimento psíquico. A família participa da constituição subjetiva, mas não determina o sujeito; quem orienta a direção do sofrimento é a posição subjetiva construída diante das experiências vividas e da maneira singular pela qual elas são simbolizadas. Os familiares podem favorecer ou dificultar processos de elaboração, sobretudo quando oferecem condições para a simbolização das experiências infantis, mas sua atuação jamais possui caráter causal ou determinístico.

Essa compreensão traz implicações relevantes para a direção do tratamento. O trabalho clínico exige atenção aos discursos que sustentam ideais familiares e à maneira como esses ideais podem operar como soluções imaginárias para o sofrimento. Nesse sentido, a idealização da família tradicional pode funcionar como uma defesa neurótica, deslocando para o modelo familiar a origem do mal-estar e obscurecendo a dimensão estrutural da falta. A clínica psicanalítica, ao contrário, orienta-se pela investigação da posição subjetiva do sujeito diante de sua história, recusando leituras moralizantes, ambientalistas ou normativas que reduzam o sofrimento às características objetivas da família de origem.

Considerando a crescente pluralização das configurações familiares nas últimas décadas — incluindo famílias monoparentais, homoafetivas, reconstituídas e outras formas de organização do cuidado —, torna-se cada vez mais necessário distinguir o plano dos ideais normativos das funções simbólicas implicadas na constituição subjetiva. Essa separação permite que a psicanálise permaneça coerente com sua ética, sustentando uma escuta orientada pela singularidade do sujeito, em vez de pela adequação a modelos familiares previamente estabelecidos.

Conclui-se, portanto, que uma leitura estrutural da teoria psicanalítica oferece importantes contribuições para o debate contemporâneo acerca da família, ao deslocar a discussão das configurações familiares para as operações simbólicas que sustentam a constituição do sujeito. Ao mesmo tempo, este trabalho propõe que a própria teoria psicanalítica pode ser continuamente interrogada a partir da distinção entre os registros imaginário e simbólico, evitando que seus conceitos sejam apropriados como justificativas para modelos normativos de família. Mais do que defender a substituição de determinadas nomenclaturas, propõe-se que o desafio contemporâneo da psicanálise consiste em sustentar uma leitura capaz de distinguir as funções simbólicas dos personagens concretos que historicamente lhes deram nome. Espera-se, assim, contribuir para o fortalecimento de uma clínica comprometida com a singularidade, capaz de acolher a diversidade das formas de organização familiar sem perder de vista aquilo que, para a psicanálise, permanece estrutural: a linguagem, a falta e o desejo.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BUTLER, Judith. **Desfazer o gênero**. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Editora Unesp, 2022.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DOLTO, Françoise. **No jogo do desejo: ensaios clínicos**. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Ática, 1988.
- DOLTO, Françoise. **Tudo é linguagem**. Tradução de Lucy Magalhães. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- EIDELSZTEIN, Alfredo. A responsabilidade subjetiva em psicanálise. Tradução de Camila Quinteiro Kushnir. [Título original: *La responsabilidad subjetiva en psicoanálisis*. El rey está desnudo: Revista para el Psicoanálisis por Venir, n. 8, p. 1-15, 2015]. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 33, n. 1, p. 41-46, jan./abr. 2021.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos** (1900). Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2019.
- FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo (1914). In: _____. **Obras completas**, v. 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, Sigmund. O recalque (1915). In: _____. **Obras completas**, v. 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 82-108.
- FREUD, Sigmund. Os instintos e seus destinos (1915). In: _____. **Obras completas**, v. 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica (1895). In: _____. **Obras completas**, v. 1: Publicações pré-psicanalíticas e manuscritos inéditos. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: _____. **Obras completas**, v. 6: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos (1901-1905). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, Sigmund. O eu e o id (1923). In: _____. **Obras completas**, v. 16: O eu e o id, "Autobiografia" e outros textos (1923-1925). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

KAUFMANN, Pierre (org.). **Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud a Lacan**. Tradução de Vera Ribeiro e Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KUSHNIR, Camila Quinteiro. Considerações sobre o problema da responsabilidade em psicanálise. In: NUNES, Luciana Nunes de; SILVA, Sander Machado da (org.). **Desambiguar Lacan de Freud**. Porto Alegre: Artes & Ecos, 2023. p. 77-104.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1953). In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957). In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 496-533.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica (1949). In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 96-103.

LACAN, Jacques. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano (1960). In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 807-842.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud (1953-1954)**. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução de Betty Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 5: as formações do inconsciente (1957-1958)**. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 8: a transferência (1960-1961)**. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 20: mais, ainda (1972-1973)**. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco** (1949). Petrópolis: Vozes, 1982.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVEIRA, Léa. **A travessia da estrutura em Jacques Lacan**. São Paulo: Blucher, 2022.

SIMANKE, Richard Theisen. **Metapsicologia lacaniana: os anos de formação**. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR PARA A PREVENÇÃO DE ATOS INFRACIONAIS NA ADOLESCÊNCIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

CONTRIBUTIONS OF SCHOOL PSYCHOLOGY TO THE PREVENTION OF DELINQUENT ACTS IN ADOLESCENCE: A LITERATURE REVIEW

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-011>

Laiany Souza Bezerra

Pós-graduada em A Psicologia e o Adolescente em Conflito Com a Lei pela FACUVALE

E-mail: Psilaianybezerra@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-1738-6960>

Resumo

Este artigo analisa as contribuições da Psicologia Escolar para a prevenção de atos infracionais na adolescência, com ênfase na escola como espaço de proteção integral, escuta qualificada, mediação de conflitos e fortalecimento dos vínculos sociais. O estudo parte da compreensão de que a conduta infracional não pode ser explicada apenas por escolhas individuais, pois a trajetória de muitos adolescentes é atravessada por desigualdade social, fragilização familiar, evasão escolar, violência e dificuldade de acesso às políticas públicas. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa, com consulta a artigos científicos, documentos técnicos e legislações relacionadas à Psicologia Escolar, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e à Lei nº 13.935/2019. Os resultados indicam que a presença de psicólogos na educação básica pode contribuir para práticas preventivas, desde que a atuação não seja reduzida ao atendimento individual ou à lógica de correção de comportamentos. A Psicologia Escolar apresenta maior potência quando atua de forma coletiva, articulada à família, aos professores, à gestão escolar e à rede de proteção. O trabalho conclui que a prevenção dos atos infracionais exige políticas intersetoriais, permanência escolar, convivência democrática e ações que reconheçam os adolescentes como sujeitos de direitos.

Palavras-chave: Adolescência; Ato infracional; Prevenção; Proteção integral; Psicologia Escolar.

Abstract

This article analyzes the contributions of School Psychology to the prevention of criminal acts in adolescence, with an emphasis on the school as a space for integral protection, qualified listening, conflict mediation and strengthening social bonds. The study is based on the understanding that criminal conduct cannot be explained solely by individual choices, as the trajectory of many adolescents is crossed by social inequality, family fragility, school dropout, violence and difficulty in accessing public policies. The research

was developed through a bibliographical review, with a qualitative approach, with consultation of scientific articles, technical documents and legislation related to School Psychology, the Child and Adolescent Statute, the National Socio-Educational Service System and Law nº 13,935/2019. The results indicate that the presence of psychologists in basic education can contribute to preventive practices, as long as their work is not reduced to individual care or the logic of correcting behaviors. School Psychology has greater power when it acts collectively, linked to the family, teachers, school management and the protection network. The work concludes that the prevention of infractions requires intersectoral policies, school retention, democratic coexistence and actions that recognize adolescents as subjects of rights.

Keywords: Adolescence; Comprehensive protection; Infractional act; Prevention; School Psychology.

1 INTRODUÇÃO

A adolescência é uma etapa de reorganização da vida psíquica, social e relacional, marcada pela construção de identidade, pela ampliação da autonomia e pela busca de reconhecimento nos grupos de pertencimento. Essa fase não pode ser lida como período homogêneo, porque cada adolescente vive suas mudanças em condições materiais, familiares, escolares e comunitárias distintas. Quando tais condições são atravessadas por desigualdade, violência e negação de direitos, a experiência juvenil passa a carregar tensões que podem repercutir na convivência escolar, na relação com a lei e na forma como o sujeito se percebe diante do futuro (Guimarães, 2023).

O ato infracional atribuído ao adolescente precisa ser compreendido a partir de uma leitura que considera vulnerabilidades sociais, trajetórias de desproteção e fragilização dos vínculos comunitários. A análise centrada apenas na punição tende a esconder a presença de violações anteriores, como evasão escolar, precariedade de renda, violência doméstica, discriminação e falta de acesso a serviços públicos. Essa compreensão não retira a responsabilidade do adolescente diante da infração, mas impede que a resposta social seja organizada como mera repressão, sem cuidado com as causas que atravessam o percurso juvenil (Orth, 2021).

A proteção integral consolidada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente deslocou a criança e o adolescente da posição de objeto de tutela para a condição de sujeitos de direitos. Essa mudança jurídica obriga família, sociedade e Estado a assumirem responsabilidades compartilhadas na garantia da vida, da educação, da convivência familiar e comunitária, da dignidade e do desenvolvimento saudável. No tema do ato infracional, essa base legal orienta uma resposta que une responsabilização, cuidado e oportunidades reais de reconstrução de trajetórias (Brasil, 1990).

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo organiza princípios e parâmetros para a execução das medidas socioeducativas, reforçando que a responsabilização do adolescente deve respeitar

sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. A medida socioeducativa não deve funcionar como interrupção definitiva de vínculos, mas como processo que favorece escolarização, convivência familiar, acesso a direitos e elaboração crítica sobre o ato praticado. Tal marco jurídico ajuda a compreender que a prevenção começa antes da entrada do adolescente no sistema socioeducativo, principalmente quando a escola consegue reconhecer sinais de desproteção (Brasil, 2012).

A escola ocupa lugar central na prevenção porque reúne convivência cotidiana, produção de saberes, formação cidadã e possibilidade de identificação precoce de sofrimento, exclusão e ruptura de vínculos. Quando a permanência escolar é enfraquecida, o adolescente perde uma rede de pertencimento que poderia ampliar expectativas de futuro e reduzir a exposição a experiências violentas. A evasão e o abandono escolar não surgem de modo isolado, pois se relacionam a dificuldades familiares, trabalho precoce, baixo rendimento, desmotivação institucional e falta de articulação entre políticas públicas (Ramos, 2024).

A violência escolar também precisa ser observada como fenômeno relacional e institucional. Conflitos recorrentes, práticas discriminatórias, humilhações, bullying, ameaças e ausência de mediação qualificada podem tornar a escola um lugar de afastamento, medo e ressentimento. A prevenção de atos infracionais exige que a escola seja capaz de produzir convivência democrática, regras compreensíveis e intervenções pedagógicas que não reforcem a exclusão do estudante que já vive fragilidades fora do espaço escolar (Chripino, 2024).

A Lei nº 13.935/2019 fortaleceu o debate sobre a presença de profissionais da Psicologia e do Serviço Social na educação básica pública, reconhecendo que as demandas escolares não se limitam ao ensino de conteúdos. Ao prever equipes multiprofissionais, a legislação abre caminho para práticas de escuta, mediação de relações sociais e institucionais, apoio às equipes pedagógicas e articulação com a rede de proteção. Na prevenção de atos infracionais, essa inserção pode contribuir para que a escola não responda à vulnerabilidade apenas com advertência, suspensão ou afastamento (Brasil, 2019).

O problema que orienta este artigo consiste em compreender de que modo a Psicologia Escolar pode contribuir para a prevenção de atos infracionais na adolescência, sem reduzir sua atuação à correção individual de comportamentos. O objetivo geral é analisar as contribuições da Psicologia Escolar para a prevenção dos atos infracionais na adolescência por meio de revisão bibliográfica. Como objetivos específicos, busca-se discutir a relação entre adolescência e vulnerabilidade, apresentar a escola como espaço de proteção integral e compreender as possibilidades de atuação do psicólogo escolar na educação básica (Vieira, 2022).

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida como revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, voltada à análise de artigos científicos, legislações e documentos técnicos relacionados à Psicologia Escolar, à adolescência

em conflito com a lei, à proteção integral e às políticas educacionais. A escolha desse caminho se justifica porque o tema exige diálogo entre produções da Psicologia, da Educação, do Direito da Criança e do Adolescente e das políticas públicas. A revisão bibliográfica permite organizar conceitos, reconhecer convergências teóricas e compreender como a atuação escolar pode funcionar antes da responsabilização socioeducativa (Vieira, 2022).

O levantamento priorizou materiais disponíveis em acesso aberto, com busca em bases e repositórios como SciELO, PePSIC, Biblioteca Virtual em Saúde, Portal de periódicos de acesso público, Planalto e páginas institucionais do Conselho Federal de Psicologia. Foram selecionadas produções que abordam escola, prevenção de violências, adolescentes em conflito com a lei, medidas socioeducativas e implementação da Lei nº 13.935/2019. A opção por documentos oficiais e artigos revisados por pares buscou garantir consistência acadêmica e verificabilidade das informações utilizadas (Brasil, 2025).

Foram considerados como critérios de inclusão textos publicados preferencialmente a partir de 2021, documentos normativos indispensáveis ao tema, artigos em língua portuguesa e produções que apresentassem relação direta com adolescência, escola, vulnerabilidade social ou Psicologia Escolar. Legislações anteriores ao recorte temporal foram mantidas quando constituíam base obrigatória para a análise, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Sinase e a Lei nº 13.935/2019. Não foram utilizados relatos de experiência, estudo de caso ou pesquisa de campo, preservando a exigência institucional de revisão bibliográfica (Maesima, 2022).

A análise foi organizada em eixos temáticos: adolescência e ato infracional, vulnerabilidade social, escola como fator de proteção, violência escolar, Lei nº 13.935/2019 e práticas da Psicologia Escolar. Em cada eixo, as ideias foram articuladas de forma interpretativa, sem uso de citação direta, com redação própria e com indicação de autoria ao final dos parágrafos. Esse procedimento permitiu discutir o tema sem transformar a revisão em simples reunião de resumos, mantendo foco na pergunta de pesquisa e na construção de uma argumentação coerente (Guimarães, 2023).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 ADOLESCÊNCIA, VULNERABILIDADE E ATO INFRACIONAL

A revisão indica que a adolescência deve ser compreendida como fase de passagem, elaboração de pertencimentos e experimentação de papéis sociais. Essa experiência, porém, é profundamente desigual. Adolescentes que vivem em territórios com poucos equipamentos públicos, vínculos familiares fragilizados e escolas pouco acolhedoras enfrentam obstáculos maiores para construir projetos de vida reconhecidos socialmente. A infração, em muitos casos, aparece dentro de trajetórias nas quais o adolescente já havia experimentado rejeição, abandono ou invisibilidade perante instituições que deveriam garantir proteção (Bossa, 2023).

A vulnerabilidade social não deve ser confundida com destino infracional. Muitos adolescentes pobres jamais praticam ato infracional, e muitos fatores individuais, familiares, escolares e comunitários se combinam de maneiras distintas. Ainda assim, a vulnerabilidade ajuda a compreender como a ausência de políticas públicas, a violência territorial e a baixa expectativa de futuro podem ampliar a exposição a grupos e práticas que prometem reconhecimento, renda ou proteção. A prevenção precisa enfrentar tais condições antes que o sistema socioeducativo se torne a primeira instituição a olhar para aquele adolescente (Orth, 2021).

O ato infracional também carrega marcas de desigualdade quando a sociedade enxerga determinados adolescentes como perigosos antes mesmo de reconhecer sua história. Essa rotulação dificulta a permanência escolar, fragiliza vínculos com professores e colegas e produz uma lógica de suspeição permanente. Quando o adolescente passa a ser visto apenas pela infração, perde espaço para elaborar responsabilidades, reparar danos e reconstruir sua relação com a comunidade. A Psicologia Escolar pode colaborar ao recusar rótulos fixos e ao sustentar uma leitura mais ampla da trajetória juvenil (Guimarães, 2023).

A responsabilização prevista no Sinase possui sentido educativo quando preserva a dignidade, o vínculo familiar e a continuidade da escolarização. A lógica socioeducativa não se reduz ao cumprimento formal de uma medida, pois envolve acompanhamento, plano individual, acesso a direitos e articulação com serviços do território. Para a prevenção, esse raciocínio é decisivo: se a socioeducação exige rede articulada depois do ato infracional, a escola e a Psicologia Escolar também devem atuar antes dele, identificando rupturas e construindo possibilidades de pertencimento (Brasil, 2012).

A revisão sobre medidas socioeducativas em meio aberto mostra que a educação aparece como eixo essencial para a reinserção social e para a preservação dos vínculos comunitários. A escola, porém, nem sempre está preparada para receber adolescentes marcados pelo estigma da medida socioeducativa, o que pode gerar resistência institucional, isolamento e novas rupturas. Quando a instituição escolar assume postura inclusiva, ela amplia a chance de o adolescente sustentar uma rotina, reconstruir confiança e se reconhecer como sujeito capaz de aprender e participar (Maesima, 2022).

A relação entre adolescência e criminalidade não pode ser explicada por uma ideia simplista de desvio moral. A produção científica consultada destaca que o adolescente precisa ser compreendido em sua relação com grupos, território, linguagem, desejo de reconhecimento e experiências concretas de acesso ou negação de direitos. Essa leitura não romantiza o ato infracional, mas permite construir intervenções que façam sentido para o jovem e que não reproduzam apenas medo, exclusão ou silenciamento (Bossa, 2023).

3.2 ESCOLA, PERMANÊNCIA E PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIAS

A escola pode funcionar como fator de proteção quando oferece pertencimento, rotina, vínculos positivos e reconhecimento das capacidades do estudante. A permanência escolar reduz a exposição do adolescente a situações de risco e amplia o contato com adultos de referência, colegas, projetos pedagógicos e oportunidades de participação. Para que essa proteção seja real, a escola precisa ultrapassar a lógica de matrícula formal e produzir condições de presença, aprendizagem, escuta e convivência, principalmente para estudantes que chegam com histórico de fracasso ou exclusão (Ramos, 2024).

O abandono escolar costuma ser associado de forma injusta à falta de interesse do estudante. A análise de agentes públicos, jovens e familiares mostra que a saída da escola envolve trabalho, conflitos familiares, defasagem, baixo rendimento, distanciamento da linguagem escolar e fragilidade da rede de proteção. Quando tais fatores não são reconhecidos, a instituição tende a responsabilizar apenas o adolescente e deixa de acionar estratégias de busca ativa, acolhimento e reorganização pedagógica. A prevenção dos atos infracionais depende dessa capacidade de manter a escola como lugar possível (Ramos, 2024).

As violências escolares possuem múltiplas formas de expressão e não se limitam à agressão física. Elas incluem humilhações, ameaças, discriminações, conflitos entre grupos, relações autoritárias e respostas institucionais que desconsideram as histórias dos estudantes. Uma escola que não media seus conflitos pode reforçar ressentimentos e afastar adolescentes que já vivem vulnerabilidades externas. A prevenção exige leitura coletiva das relações escolares, pois a qualidade da convivência influencia diretamente a permanência, a aprendizagem e o sentimento de pertencimento (Chrispino, 2024).

Professores que atuam com adolescentes em liberdade assistida relatam dificuldades para lidar com defasagem escolar, comportamento desafiador, falta de formação específica e baixa articulação entre escola e serviços socioeducativos. Esses desafios indicam que a prevenção não pode ser atribuída apenas ao docente em sala de aula. A Psicologia Escolar pode apoiar a equipe pedagógica na compreensão das trajetórias, na mediação de conflitos e na construção de respostas que preservem a autoridade educativa sem transformar disciplina em exclusão (Santos, 2024).

O vínculo entre professor e estudante tem papel decisivo na permanência escolar de adolescentes em situação de risco. Relações marcadas por respeito, previsibilidade e abertura ao diálogo podem reorganizar a forma como o jovem percebe a escola, especialmente quando sua trajetória anterior foi marcada por fracasso, punição ou estigma. A presença do psicólogo escolar pode ajudar a equipe a reconhecer que o comportamento de oposição muitas vezes expressa sofrimento, defesa ou descrença na instituição, sem que isso elimine a necessidade de limites claros (Santos, 2024).

A escola também atua preventivamente quando cria projetos de convivência, círculos de diálogo, acompanhamento de frequência, espaços de participação estudantil e encaminhamentos responsáveis à rede

de proteção. Tais ações precisam ser integradas ao projeto político-pedagógico, não apenas realizadas em datas pontuais ou em resposta a crises. A Psicologia Escolar pode colaborar na leitura das relações institucionais e na criação de práticas que aproximem gestão, professores, famílias e estudantes em torno da proteção integral (Conselho Federal de Psicologia, 2024).

A prevenção dos atos infracionais na escola não significa vigilância permanente sobre adolescentes pobres ou considerados difíceis. A proposta preventiva deve estar ligada à garantia de direitos, à construção de vínculos e à redução de fatores que afastam o estudante da vida escolar. Quando a escola transforma vulnerabilidade em suspeita, reforça a criminalização. Quando transforma vulnerabilidade em cuidado articulado, cria condições para que o adolescente encontre outras formas de reconhecimento social (Maesima, 2022).

3.3 PSICOLOGIA ESCOLAR, LEI Nº 13.935/2019 E PROTEÇÃO INTEGRAL

A Psicologia Escolar brasileira vem superando práticas centradas apenas na avaliação individual do aluno e na busca de explicações psicológicas isoladas para dificuldades escolares. A atuação contemporânea valoriza a análise das relações institucionais, das práticas pedagógicas, dos vínculos familiares e das condições sociais que interferem no processo de escolarização. Essa mudança é essencial para o tema do ato infracional, porque impede que a escola trate o adolescente em conflito com a lei como problema individual sem relação com sua trajetória e com o funcionamento institucional (Vieira, 2022).

A Lei nº 13.935/2019 prevê serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica para atender necessidades e prioridades definidas pelas políticas educacionais. Essa previsão legal fortalece a compreensão de que a escola precisa de equipes multiprofissionais capazes de apoiar a comunidade escolar em demandas que ultrapassam a sala de aula. Para a prevenção de atos infracionais, a presença da Psicologia pode ampliar a escuta, qualificar encaminhamentos e evitar respostas meramente punitivas diante de conflitos (Brasil, 2019).

O documento de subsídios para implementação da Lei nº 13.935/2019, publicado pelo Ministério da Educação, destaca que a atuação deve ocorrer em equipes multiprofissionais, com apoio permanente às secretarias, às unidades escolares e aos processos de mediação das relações sociais e institucionais. Essa orientação impede a redução do psicólogo escolar a uma figura de atendimento clínico dentro da escola. Na prevenção, sua contribuição está na leitura coletiva das demandas, no fortalecimento da convivência e na articulação entre educação, saúde, assistência social e sistema de garantia de direitos (Brasil, 2025).

A cartilha sobre Psicologia e Serviço Social nas escolas reforça que a atuação dessas categorias deve favorecer inclusão, permanência, desenvolvimento integral e enfrentamento de violências. Essa direção dialoga diretamente com a proteção integral de adolescentes em situação de vulnerabilidade, porque a escola não atua sozinha quando identifica sofrimento, negligência ou risco de ruptura de vínculos. A

Psicologia Escolar pode organizar fluxos de cuidado, orientar professores e construir estratégias de acolhimento sem expor o estudante ou sua família (Conselho Federal de Psicologia, 2024).

As referências técnicas para atuação no âmbito das medidas socioeducativas indicam que a Psicologia deve atuar comprometida com direitos humanos, responsabilidade ética, escuta qualificada e crítica às práticas violadoras. Embora esse documento se dirija ao campo socioeducativo, suas contribuições ajudam a pensar a escola como lugar anterior à medida, capaz de reconhecer sinais de vulnerabilidade e acionar proteção antes que a infração se consolide como resposta possível para o adolescente (Conselho Federal de Psicologia, 2021).

A Lei nº 14.819/2024, ao instituir a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, amplia a relevância do cuidado em saúde mental e da cultura de paz na educação. Essa norma reforça a necessidade de ações intersetoriais que envolvam educação, saúde e assistência social. Na prevenção de atos infracionais, a articulação entre Psicologia Escolar e atenção psicossocial permite lidar com sofrimento, violência, automutilação, luto, ansiedade, conflitos familiares e outras demandas que podem comprometer a permanência escolar (Brasil, 2024).

A atuação preventiva da Psicologia Escolar deve evitar práticas que convertam a escola em extensão do controle penal. O psicólogo não atua para vigiar estudantes, produzir laudos de periculosidade ou selecionar quem deve permanecer na instituição. Sua função ética se orienta pela promoção de direitos, pela mediação de relações, pelo apoio à aprendizagem e pela construção de ambientes que sustentem a dignidade do adolescente. Essa postura é essencial para que a prevenção não seja confundida com criminalização antecipada (Vieira, 2022).

A presença da Psicologia Escolar também pode fortalecer a comunicação entre escola e família. Muitas situações de conflito se agravam quando responsáveis são chamados apenas para receber reclamações, advertências ou ameaças de desligamento simbólico do estudante. Uma abordagem preventiva convoca a família para construir alternativas, compreender rotinas, identificar riscos e dividir responsabilidades com a rede pública. Esse trabalho exige linguagem acessível, postura acolhedora e compromisso com a permanência escolar (Brasil, 2025).

3.4 ESTRATÉGIAS DA PSICOLOGIA ESCOLAR PARA PREVENIR ATOS INFRACIONAIS

Uma primeira estratégia preventiva é o mapeamento institucional das situações de risco, sem exposição indevida dos estudantes. A Psicologia Escolar pode acompanhar frequência, conflitos recorrentes, queixas de professores, mudanças bruscas de comportamento e dificuldades de convivência, articulando essas informações com a gestão e a equipe pedagógica. Esse acompanhamento não deve gerar fichamento moral do adolescente, mas permitir intervenções rápidas, cuidadosas e compatíveis com a proteção integral (Brasil, 2025).

A mediação de conflitos constitui prática central para a prevenção. Brigas, ameaças, provocações e agressões não devem ser naturalizadas, mas também não podem receber apenas respostas expulsivas. O psicólogo escolar pode contribuir para que a comunidade educativa compreenda os conflitos como oportunidades de reorganização das relações, responsabilização proporcional e reparação. Essa atuação exige construção de regras coletivas, escuta das partes envolvidas, participação da gestão e acompanhamento posterior para evitar reincidências (Chrispino, 2024).

O desenvolvimento de habilidades socioemocionais deve ser entendido como parte da formação humana, não como técnica de adaptação silenciosa a escolas desiguais. Atividades que trabalham empatia, autocontrole, comunicação, cooperação e resolução de problemas podem favorecer a convivência, desde que articuladas a mudanças institucionais. A Psicologia Escolar pode apoiar professores na criação de práticas que unam reflexão, participação estudantil e cuidado com o sofrimento, evitando transformar emoções em responsabilidade exclusiva do adolescente (Conselho Federal de Psicologia, 2024).

A busca ativa de estudantes em risco de abandono é uma ação preventiva de grande importância. Quando a escola identifica faltas frequentes e ruptura de vínculo, o retorno não deve ocorrer apenas por cobrança burocrática, mas por acolhimento e negociação de condições de permanência. A Psicologia Escolar pode apoiar a equipe na compreensão dos motivos da ausência, na escuta da família e no encaminhamento para serviços de assistência social, saúde ou conselho tutelar quando necessário (Ramos, 2024).

A formação continuada de professores é outra contribuição relevante. Docentes frequentemente enfrentam conflitos complexos sem apoio institucional suficiente, o que pode gerar desgaste, medo e respostas punitivas. O psicólogo escolar pode desenvolver encontros de estudo, rodas de conversa e análises de situações concretas, ajudando a equipe a compreender adolescência, vulnerabilidade, medidas socioeducativas, proteção integral e limites pedagógicos. Essa formação não retira a autoridade docente, mas fortalece sua atuação diante de demandas sociais que chegam à sala de aula (Santos, 2024).

A articulação com a rede de proteção deve ocorrer por fluxos claros. Conselho tutelar, assistência social, saúde mental, serviços socioeducativos, Ministério Público, Defensoria e organizações comunitárias podem atuar de forma complementar quando há risco de violação de direitos. A Psicologia Escolar tem papel relevante na construção desses encaminhamentos, evitando tanto a omissão quanto o acionamento precipitado de instâncias repressivas. A prevenção ganha força quando cada serviço compreende sua função e compartilha responsabilidades sem transferir a culpa ao adolescente (Brasil, 1990).

A escola pode criar espaços de participação juvenil que ajudem o adolescente a experimentar pertencimento e responsabilidade social. Grêmios, projetos culturais, práticas esportivas, grupos de leitura, ações de cuidado com o território e projetos de vida são caminhos para ampliar reconhecimento e reduzir a sensação de invisibilidade. A Psicologia Escolar pode colaborar na organização desses espaços, garantindo

que os adolescentes mais vulnerabilizados não sejam excluídos justamente das atividades que poderiam fortalecer vínculos (Bossa, 2023).

A prevenção dos atos infracionais também depende de uma mudança na forma como a escola lida com disciplina. Limites são necessários, mas precisam ser coerentes, proporcionais e acompanhados de diálogo. Suspensões reiteradas, humilhações públicas e encaminhamentos sem acompanhamento podem aprofundar afastamentos. A Psicologia Escolar pode ajudar a construir práticas restaurativas, acordos de convivência e intervenções coletivas que responsabilizem sem expulsar simbolicamente o adolescente do espaço escolar (Orth, 2021).

4 CONCLUSÃO

A revisão bibliográfica permitiu compreender que a Psicologia Escolar pode contribuir para a prevenção de atos infracionais na adolescência quando atua de forma coletiva, institucional e articulada à proteção integral. A prevenção não se limita a impedir comportamentos inadequados, pois envolve permanência escolar, mediação de conflitos, escuta de sofrimento, fortalecimento de vínculos e construção de oportunidades reais para adolescentes em situação de vulnerabilidade.

O objetivo do artigo foi alcançado ao demonstrar que a escola pode atuar como espaço de proteção quando reconhece os fatores que afastam o adolescente da aprendizagem e da convivência democrática. A Psicologia Escolar amplia essa função ao apoiar professores, famílias e gestores, favorecendo leituras menos punitivas e mais cuidadosas sobre conflitos, evasão, violência, defasagem e dificuldades relacionais.

A hipótese inicial foi confirmada, pois a presença da Psicologia Escolar, especialmente com a implementação da Lei nº 13.935/2019, oferece condições para práticas preventivas mais consistentes. Essa contribuição depende de equipes multiprofissionais, formação continuada, fluxos de rede e compreensão ética de que adolescentes em conflito com a lei continuam sendo sujeitos de direitos.

A prevenção dos atos infracionais exige que a escola deixe de ser apenas local de controle disciplinar e se afirme como espaço de pertencimento, cuidado e responsabilização educativa. Quando a Psicologia Escolar participa desse processo, torna-se possível construir respostas que enfrentem vulnerabilidades sem produzir criminalização, fortalecendo trajetórias escolares e sociais mais protegidas para adolescentes.

REFERÊNCIAS

BOSSA, Débora Ferreira; GUERRA, Andréa Maris Campos. Adolescência e ato infracional: por que os adolescentes se submetem à criminalidade? **Psicologia USP**, São Paulo, v. 34, e200188, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/bYXxMTtg7MrBdYnSgFCKK7s/>. Acesso em: 9 jul. 2026.

Brasil. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 9 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.** Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm. Acesso em: 9 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113935.htm. Acesso em: 9 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024.** Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14819.htm. Acesso em: 9 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Documento de subsídios para a implementação da Lei nº 13.935/2019.** Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/inclusao-de-psicologia-e-servico-social-na-educacao-e-debatida/DocumentodeSubsdiiosparaaImplementaodaLei13.9352019VFinal.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2026.

CHRISPINO, Alvaro; MELO, Thiago Brañas de; CHRISPINO, Renata Pereira. Violências escolares: uma revisão de literatura baseado na Análise de Redes Sociais. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 123, e0244426, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/qhSc4K9DYQrFBfr3RS9SvbS/>. Acesso em: 9 jul. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) no âmbito das medidas socioeducativas.** 2. ed. Brasília, DF: CFP, 2021. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologasos-em-medidas-socioeducativas/>. Acesso em: 9 jul. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Psicólogas e assistentes sociais nas escolas: Lei 13.935.** Brasília, DF: CFP, 2024. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/cartilha-psicologia-e-servico-social-na-educacao-basica-lei-13-935/>. Acesso em: 9 jul. 2026.

GUIMARÃES, André. Ontologias da adolescência e ato infracional: uma revisão integrativa da década 2011-2020. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 33, e33008, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/wFkQTTTrZKw4pLxNmh3qzVNN/>. Acesso em: 9 jul. 2026.

MAESIMA, Giovania Mitie; GOMES, Marcela de Andrade. Medidas socioeducativas em meio aberto: apontamentos oriundos de uma revisão narrativa. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 22, n. 55, p. 637-653, 2022. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2022000300009&script=sci_arttext. Acesso em: 9 jul. 2026.

ORTH, Glaucia Mayara Niedermeyer; BOURGUIGNON, Jussara Ayres. O ato infracional como expressão da vulnerabilidade social no atendimento da justiça restaurativa. **Dilemas: Revista de Estudos**

de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 859-882, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dilemas/a/twz5zNWs7BsyCs3JQhLTCWN/>. Acesso em: 9 jul. 2026.

RAMOS, Ana Carolina; GONÇALVES JUNIOR, Oswaldo. Abandono e evasão escolar sob a ótica dos sujeitos envolvidos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 50, e268037, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/KtBRcFWvWKBt63LSQCVzdwh/>. Acesso em: 9 jul. 2026.

SANTOS, Ana Luiza Mendonça dos; ELIAS, Luciana Carla dos Santos. Professores de adolescentes em conflito com a lei: recursos, dificuldades e percepções. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 28, e262930, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/RfQCqTCxsNjFRfhMmJMtbJS/>. Acesso em: 9 jul. 2026.

VIEIRA, Derik; CALDAS, Roseli Fernandes Lins. Psicologia Escolar: interlocução entre as referências técnicas e publicações de práticas. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 26, e241884, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/NfCdd3CqhRHDYVr9JQZRbpw/>. Acesso em: 9 jul. 2026.

NA SENDA DOS MORTAIS: OS MENORES ESCRAVIZADOS DE SANTO AMARO DO JABOATÃO A PARTIR DA DOCUMENTAÇÃO CARTORIAL, JORNALÍSTICA E PAROQUIAL (1850-1877)

IN THE FOOTSTEPS OF MORTALS: ENSLAVED MINORS IN SANTO AMARO DO JABOATÃO BASED ON NOTARIAL, JOURNALISTIC, AND PARISH RECORDS (1850–1877)

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-012>

Eduardo Ribeiro Xavier

Mestrando em História pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Professor efetivo da Rede Pública Estadual de Pernambuco

E-mail: edribeiro1995@hotmail.com

Resumo

Este artigo analisa as experiências de crianças e jovens escravizados da Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão na segunda metade do século XIX. Os infantes, mesmo com pouca idade, manifestavam consciência e formas de resistência. Nas fontes, não são incomuns registros que revelam fugas, conflitos e, muitas vezes, a morte precoce como desdobramento. Nesse sentido, a análise dialoga com a história social inglesa, com ênfase na agência dos sujeitos históricos, e com a micro-história italiana, utilizando o paradigma indiciário como instrumento metodológico. Essa investigação visa preencher a produção historiográfica sobre a Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão na segunda metade dos oitocentos, lugar que carece de estudos sistemáticos. A pesquisa baseia-se na triangulação de registros paroquiais (óbitos), imprensa local e documentos cartoriais (alforrias, doações e hipotecas) que foram produzidos no 1º Ofício de Notas de Jaboatão.

Palavras-chave: Escravidão; Escravizados; Infâncias; Jaboatão; Jovens.

Abstract

This article analyzes the experiences of enslaved children and youth in the Parish of Santo Amaro do Jaboatão during the second half of the 19th century. Despite their young age, these children manifested awareness and forms of resistance. In the sources, records revealing escapes, conflicts, and frequently premature death as a consequence are not uncommon. In this sense, the analysis dialogues with English social history, emphasizing the agency of historical subjects, and with Italian microhistory, utilizing the evidentiary paradigm as a methodological tool. This investigation aims to fill a gap in the historiographical production on the Parish of Santo Amaro do Jaboatão in the second half of the nineteenth century, a locality that lacks systematic studies. The research is based on the triangulation of parish records (deaths), local

press, and notary documents (manumissions, donations, and mortgages) produced by the 1st Notary Office of Jaboatão.

Keywords: Childhoods; Enslaved people; Jaboatão; Slavery; Youth.

1 INTRODUÇÃO

Os escravizados com idade inferior a 17 anos de Santo Amaro do Jaboatão com suas experiências são o objeto de estudo deste artigo. Mais do que relatar a violência a que essas pessoas foram submetidas, importa entender como esses personagens mesmo inseridos na estrutura do escravismo resistiam, fugiam, ou até tinham suas vidas abruptamente interrompidas pela morte. A hipótese que orienta essa pesquisa é que tais estratégias podem ser observadas nas fontes, desde que o historiador perceba o fio condutor através do paradigma indiciário da documentação, utilizando a micro-história italiana de Ginzburg.

Em conformidade com a redução de escala interpretativa de análise e observação, observando os detalhes através do paradigma indiciário, a história social inglesa, principalmente através de E.P Thompson, nos oferece ferramentas elucidativas como os conceitos de experiência, classe e consciência, assim como também agência. Seu método manifesta-se principalmente ao estudar a formação da classe operária inglesa e, em tal, foi evidenciado que a classe não é dado fixo, ou uma categoria estática, mas uma manifestação das relações humanas, sobretudo a partir das experiências. É justamente a soma das experiências dos indivíduos nas conjunturas que forjam a consciência. Essas consciências por vezes são fragmentadas por vezes contraditórias. Thompson afirma que: das subseqüentes formações de classe, [...] a consciência de classe emergente”. (Thompson, 1998, p. 21). Ou seja, é na formação do cotidiano que a consciência não só se constrói, como se manifesta.

Sobre tais elementos, é importante destacar que esse estudo não tem o objetivo de construir narrativas que levem a uma interpretação simplória das características históricas, sobretudo ao evocar o binômio senhor/escravo. Isso é simplificar demais a relação. A transposição dos conceitos de Thompson exige cautela, pois não se trata de equiparar o proletariado inglês e escravizados, mas de mobilizar a noção de experiência como articulação entre estrutura e ação.

Esse estudo está levando em consideração como crianças cativas e jovens escravizados que residiam em Jaboatão, e, que possuíam até 17 anos. Cientes de que as categorias de infância no século XIX não correspondem às definições contemporâneas, pois o que atualmente a sociedade convém chamar de adolescente, não era uma categoria biológica ou social existente na segunda metade dos oitocentos. Portanto, o recorte estudado dos sujeitos históricos envolve aqueles que na perspectiva contemporânea são considerados menores de idade.

No Brasil, as crianças escravizadas eram percebidas pelas elites como propriedade e, como tal, permitiam a possibilidade de investimento e lucro, principalmente quando eles vinham com suas mães. José Roberto de Góes e Manolo Florentino afirmam que: “O aprendizado da criança escrava se refletia no preço que alcançava. Por volta dos quatro anos, o mercado ainda pagava uma aposta contra a altíssima mortalidade infantil. Mas ao iniciar-se no servir [...], o preço crescia”. (Goés; Florentino, 2010, p. 172).

Aprofundando o debate, Marília B. A. Ariza, chega à conclusão de que ser uma criança escravizada no Brasil é uma condição ambígua, ou até mesmo imprecisa. Sua observação reforça os argumentos propostos por Góes e Florentino de que as documentações sobre a escravidão mostram os diversos trabalhos realizados por crianças com idade a partir dos quatro anos e que não são casos isolados. Em suas palavras, afirma que: “Para as crianças escravas, contudo, o tempo da infância consistia num intervalo breve entre os primeiros anos de vida e o ingresso precoce no mundo do trabalho”. (Ariza, 2018, p.171).

Relacionado a isso, a Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão estava emaranhada dentro das relações escravagistas dos oitocentos. A região era compreendida por ser uma localidade de estrutura rural com um pequeno núcleo urbano. Segundo o Diário de Pernambuco, em uma notícia publicada no dia doze de fevereiro de 1858, aproximadamente 46 engenhos produziam açúcar, aguardente, madeiras, alguma produção de gado e gêneros alimentícios.

Com sua estrutura majoritariamente agrária, Santo Amaro do Jaboatão impõe um modelo de trabalho agrícola às crianças escravizadas e consequentemente estratégias próprias de sobrevivência, cabíveis dentre as possibilidades. Sendo assim, compreende-se Jaboatão da seguinte forma:

Desta maneira, é importante destacar que de forma geral Santo Amaro do Jaboatão na metade do século XIX tem dimensões muito diferentes de Jaboatão dos Guararapes do século XXI. Por volta de 1850, Cavaleiro estava ligada administrativamente a Freguesia do Afogados. Muribeca e toda região vizinha eram uma Freguesia própria. Portanto, Santo Amaro do Jaboatão compreendia de forma geral o que hoje convencionamos a chamar de Jaboatão Velho (Centro), Engenho Velho, Socorro, Moreno e engenhos adjacentes. É importante salientar que nessa época, Moreno ainda não era um município, e emancipa-se apenas em 1928. Sendo assim, neste artigo vamos trabalhar os engenhos de Moreno como Jaboatão porque o eram no século XIX. (Xavier, 2025, p. 6).

Sob essa ótica, queremos analisar e explicitar a vida de meninos e meninas que foram escravizados em Santo Amaro do Jaboatão. Especialmente por ser uma região que é pouco estudada no período dos oitocentos. O presente artigo organiza-se em três eixos: as experiências registradas nos jornais, as relações de posse evidenciados na documentação cartorial e, por fim, a mortalidade das crianças escravizadas registrados no livro de óbitos da Paróquia de Santo Amaro.

2 ENTRE OS “IDEIOSOS” E “ARDILOSOS”. AS CRIANÇAS ESCRAVIZADAS DE SANTO AMARO DO JABOATÃO NAS PÁGINAS DO DIÁRIO DE PERNAMBUCO

No dia vinte e seis de março de 1863, um morador da Freguesia de Santo Amaro de Jaboatão publicou um anúncio no Diário de Pernambuco. Seu tom era de descontentamento e raiva. Theodoro, de 16 anos havia fugido. O jovem escravizado havia surpreendido seu senhor. Através do discurso feito no periódico, percebemos alguns elementos importantes da vida de Theodoro.

Apesar de sua pouca idade, seu corpo é descrito como reforçado e de mãos bem grossas, ou seja, sua condição de trabalho braçal vinha de muitos anos. Em um de seus braços, havia uma cicatriz que o texto descreve como “um talho de formão, cujo mulatinho andava trabalhando em companhia do mestre carapina Theodoro João da Cunha que também era conhecido como Catanho”.

O caso de Theodoro não é o único. Crianças pequenas ou até as maiores, que hoje se convencionou chamar de adolescentes resistiam. Fugiam, lutavam, ofereciam-se para ser compradas. Havia inúmeras maneiras de evidenciar suas vontades, embora os custos fossem altos e arriscados.

Uma prova disso é a atitude tomada por Raymundo. O menino que era mais uma das crianças escravizadas, em um ato de desespero, ou quem sabe uma atitude plenamente calculada, decidiu fugir. O Diário de Pernambuco noticiou no dia vinte e dois de janeiro de 1851 que o garoto, descrito como “cabrinha”, tinha na situação uma idade estimada entre 11 e 13 anos. Desapareceu levando camisa e ceroulas novas de algodão e um chapéu de palha usado.

As características de Raymundo são descritas como tendo seis palmos e quatro dedos de altura, o que nos mostra que era um jovem de pequena estatura. Além disso, era “espadaúdo”, ou seja, de ombros largos. Tinha cabelos vermelhos e uma fístula na barriga, que foi uma apostema. Isso denuncia problemas de saúde, provavelmente derivados das condições insalubres em que vivia.

No entanto, o que chama mais atenção na história de Raymundo é que o anúncio diz que sua fuga do Engenho Novo de São José, um dos engenhos da Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão, provavelmente foi com o destino para o sertão, pois esse menino era muito “ideioso”.

A definição do que é ser “ideioso” é de uma reflexão bastante importante. Compreender isso é perceber que os escravizados não eram passivos ao sistema imposto. As crianças cativas, entendidas como ingênuas, provaram que não eram. A vida, a violência, o sistema escravagista com seu trabalho compulsório e os maus tratos constantes obrigavam os jovens a amadurecerem muito depressa, a serem adultos em corpos pequenos, tal como boa parte da sociedade idealizava.

O próprio anúncio termina respondendo ao questionamento do que é ser “ideioso”. Longe de ser um elogio, a notícia diz que Raymundo, provavelmente ao rumar para o sertão, pode ter mudado de nome, pois já não era a primeira vez que o menino havia feito isso. Inclusive, anteriormente, intitulava-se como forro

por ser um cabra. O texto termina dizendo que quem o encontrar e o conduzir novamente ao dito engenho receberia uma recompensa de 30.000 réis.

A agência desses indivíduos fica bastante evidente no caso de Raymundo. Não havia passividade do escravizado, nem quando tinha tão pouca idade ou quando ainda sua saúde permanecia debilitada. A trajetória de Raymundo mostra que sua consciência estava desenvolvida e, no seu caso, a luta foi uma necessidade. Sobre atitudes semelhantes às de Raymundo, Marcus Carvalho afirma que:

Por essa razão, deve-se estudar as estratégias de resistência e sobrevivência que não implicavam numa fuga para o mato nem em deixar necessariamente a cidade. Fingir de forro pelas ruas, mudar de dono quando achasse conveniente ou arrumar alguém que lhe escondesse por algum tempo são algumas dessas alternativas visando contornar, e não confrontar, as imensas restrições impostas pelo regime escravista. (Carvalho, 2022, p. 25).

Em consonância ao relato de Raymundo, Benedicto, pardo, com idade entre 16 e 17 anos, morador do Engenho Socorro, fugiu no dia primeiro de outubro de 1866. O anúncio de seu feito foi publicado na data do dia dezanove do mesmo mês. Benedicto é descrito como um menino de altura regular, cheio do corpo e bastante “ardiloso”.

Assim como no caso anterior, é pertinente questionar o adjetivo atribuído a Benedicto. O ser “ardiloso” em uma sociedade escravagista como o Brasil, especialmente em uma área rural como Santo Amaro do Jaboaão, exigia que a sobrevivência se desse através de estratégias. Era necessário pensar, calcular, mobilizar e agir. Transpor da idealização para práxis. Nessa sociedade, o escravizado que desenvolvia criticidade era taxado pela classe dominante como rebelde ou subversivo.

Seria Benedicto um subversivo? Na ótica da classe senhorial, atrelado as circunstâncias que envolvem o desenrolar da notícia, prova-se que esse é o sentido da expressão “ardiloso” utilizada pelo seu proprietário. Benedicto andou na praça por três dias e obteve duas cartas de recomendação que pediu a pessoas amigas do seu senhor, e com elas tem iludido a vigilância e a polícia.

O texto conclui informando que Benedicto foi comprado ao capitão da Guarda Nacional Manoel do Nascimento Silva Bastos. O anúncio termina informando que será gratificado quem levar o referido escravo a seu senhor. A utilização de um aparato legal para resistir à escravidão foi a estratégia empreendida por Benedicto. O uso estratégico dos instrumentos legais disponíveis.

O desconhecimento dos escravizados por parte de seus proprietários também era um elemento que possibilitava as crianças a resistirem, a fugir. No dia vinte e sete de novembro de 1861, foi publicada uma notícia que informava a fuga de uma menina, descrita como ‘mulatinha’ ou ‘cabrinha’ de idade oito ou nove anos. O texto não menciona seu nome em momento algum. Inclusive, existe a possibilidade do seu proprietário sequer saber como a menina se chamava.

As poucas informações que se tem da menina é a afirmativa que o jornal diz que ela foi auxiliada por alguém. Além disso, suas características físicas são descritas como: cor fula, cabelos carapinhados, nariz chato, dentes atravessados e sua fala era com língua nos beiços. Ela havia sido comprada por dívida a Manoel Inácio de Siqueira Cavalcanti, do Engenho Mussaíba.

Se os periódicos relatam as agências das crianças em um meio de comunicação que era a voz das elites, as documentações cartoriais relatam de forma mais explícita as relações de posse. Nos documentos oficiais, evidenciam-se a propriedade em uma ótica diferente das que são apresentadas nos veículos de fala coletiva. O objetivo é de promover a propriedade e a legalidade da escravidão na sociedade imperial.

3 ENTRE O PARENTESCO E A POSSE: A VIDA DAS CRIANÇAS ESCRAVIZADAS EM SANTO AMARO DO JABOATÃO A PARTIR DAS DOCUMENTAÇÕES CARTORIAIS

Por reconhecer que é meu filho, que pela fragilidade humana, o tive da mulata de nome Izabel, já falecida, escrava que foi do dito meu pai e como tal o tenho tido e mantido e lhe dei o officio de caipina. (Trecho da carta de alforria de Mariano. Dia 09/06/1858.)

Essas palavras foram ditas por José Joaquim da Costa Figueiroa, na carta de alforria que foi registrada no cartório do 1º Ofício de Notas de Jaboatão, no dia nove de junho de 1858. Nesse documento, José Joaquim compra um menino que era seu filho, um menino descrito como mulato cujo nome é Marianno.

José Joaquim comprou Marianno do seu pai, homem cujo nome não é revelado. No documento de alforria do menino, constam informações sobre suas características e sua história social e familiar. Um desses elementos refere-se ao seu tempo de vida. A narrativa textual diz que sua compra se deu quando a criança era de “tenra idade”.

A venda do menino se deu com a condição de ser liberto, pois José Joaquim reconhece a paternidade de Marianno, inclusive em documentação oficial cartorial. Em uma tentativa de justificar a atitude de ter mantido uma relação sexual com a escravizada de nome Izabel, cativa do próprio pai, afirma que isso ocorreu pela “fragilidade humana”.

As circunstâncias sobre as condições da concepção de Marianno foram atenuadas pelo eufemismo. Sob o argumento da tal “*fragilidade humana*”, revela-se a probabilidade de um caso de violência sexual atrelada à escravidão. Marcus Carvalho afirma que: “A escravizada sofria assédio, o estupro e a opressão sexual generalizada por parte dos senhores” (Carvalho, 2022, p. 161). Nesse caso, não é possível afirmar categoricamente pela limitação das fontes se tal violação de fato ocorreu, mas tudo indica que, em uma sociedade que percebia as vidas dos escravizados como propriedade, essa probabilidade é factível.

Como reconheceu que a criança era seu filho, José Joaquim disse que providenciaria uma profissão ao menino Marianno, o ofício da capina. Ou seja, Marianno, morador recém-nascido do Engenho Santa Anna da Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão, teria uma função quando crescesse. Um trabalho braçal, característico de zonas rurais, nas quais Santo Amaro do Jaboatão estava inserida.

É importante pensar e problematizar a relação entre Marianno e José Joaquim. Teria o pai a intenção de oferecer o ofício de capina ao filho para ajudá-lo em sua futura vida adulta ou seus interesses estavam em estender um laço de dependência, mesmo que oficialmente o filho não fosse um cativo. Sobre isso, Valéria Costa afirma que: “Não raras vezes continuavam a exercer as mesmas ocupações da época do cativeiro; muitos permaneciam quase presos às amarras senhoriais, enquanto outros se arriscavam um pouco mais em busca de autonomia”. (Costa, 2021, p. 28). É provável que a atribuição desse tipo de ofício não era pensado exclusivamente na futura sobrevivência do menino, mas na construção de uma liberdade vigiada, de uma relação de dependência, como Valéria Costa (2021) conduz em seus estudos.

Retomando o debate sobre as intenções de José Joaquim, as fontes nos fornecem que ele possuía mais escravizados, incluindo crianças. No dia vinte e oito de junho de 1858, José Joaquim da Costa Figueiroa realiza a doação de uma escrava de nome Emília, crioula da idade de oito anos a Marianna Joaquina dos Prazeres.

A menina Emília é avaliada como de valor aproximado de 800 mil réis, o que era uma quantia bastante considerável. A informação continua com a descrição dos motivos que conduziram à doação, e a fonte informa que o motivo para tal feito é a amizade com a senhora Marianna Joaquina dos Prazeres.

O valor elevado da doação sugere que havia laços profundos que superavam a simples relação de amizade declarada entre José Joaquim e Marianna Joaquina. Esse relato é indicativo de uma relação mais complexa que, além de tudo, envolvia a circulação de crianças escravizadas entre as residências. Dado os registros e as entradas no 1º Ofício de Notas de Jaboatão, José Joaquim não era um homem tão rico de maneira que essa doação possivelmente faria para si diferença. Provavelmente era um homem de sua época com boa condição financeira, mas não estava na classe das elites locais como os Souza Leão ou o Visconde de Suassuna, por exemplo.

Existem inúmeras outras situações que envolvem crianças escravizadas nas documentações cartoriais de Jaboatão. Em uma dessas, podemos citar casos como o de BemVinda, de quatro anos, alforriada sob condição de servir enquanto seu senhor fosse vivo. Mas também há situações que envolviam crianças escravizadas nos documentos de débitos, obrigações e hipotecas.

São os casos de Luiza, crioula de 16 anos, Francisco, crioulo de dez anos e Josefa mulata de dez anos. Manuel José de Sousa, morador do Engenho Javundá hipotecou seus escravizados acima citados no dia dezesesseis de agosto de 1858 ao Major Antônio dos Santos de Sousa Leão, morador do Engenho

Sapucaia. Manuel José de Sousa era devedor da quantia de dois contos e quatrocentos e trinta e nove mil e seiscentos e dezesseis reis.

As fontes não informam o que os escravizados fizeram ou quais foram seus desfechos, no entanto, mostram-nos a força do sistema, que transformou crianças em ganho financeiro, garantia de pagamento de dívida e, consequentemente, objeto.

Enquanto os jornais representam a voz das elites nos meios de comunicação e os documentos cartoriais a força estatal de legitimação do regime, as fontes paroquiais nos fornecem subsídios para compreendermos a manifestação máxima da violência sistêmica e da negligência às crianças escravizadas: a morte.

4 VIVER POUCO E MORRER CEDO: AS CRIANÇAS ESCRAVIZADAS DA FREGUESIA DE SANTO AMARO DO JABOATÃO A PARTIR DA DOCUMENTAÇÃO PAROQUIAL

A morte é um fenômeno biológico que os seres humanos estão submetidos. Na cosmovisão cristã, a bíblia retrata de forma poética quando diz: “És pó e em pó te tornarás”. (Bíblia, Gênesis 3:19). No entanto, fatores sociais, políticos e econômicos podem abreviar a passagem humana na senda dos mortais. Partindo dessa perspectiva, a questão observável e debatível não é necessariamente a morte, caminho de todo humano, mas os fatores que propuseram a abreviação da vida.

No que diz respeito às mortes das crianças cativas da Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão, a interpretação dos fatos será de forma qualitativa, pois o único livro de óbito a chegar até nossos dias é o correspondente aos anos de 1862 a 1877, condição que permite apenas realizar o trabalho de dados por amostragem.

Contudo, é importante matizar os dados obtidos a partir das premissas das mortes. Os registros eram realizados em igrejas, e o discurso sobre os falecimentos partiam exclusivamente das declarações dos senhores. Ou seja, não havia exames, contestações ou críticas. Por conta disso, não há casos registrados de mortes por violência explícita e, desta forma os discursos de piedade senhorial imperavam, sobretudo, quando se envolvia um escravizado morto em hábitos funerários.

Seguindo esse prisma analítico, para que a compreensão dos casos mortis se torne mais eficaz, os óbitos foram divididos e compreendidos sistematicamente através dos tipos das doenças. Para tal, foram levados em consideração as mortes por doenças respiratórias como a tuberculose, além de outros tipos de enfermidades como vermes, sarna, câmara de sangue, mazelas não descritas coerentemente, constipação, varíola, sarampo, inflamação e subnutrição.

As doenças respiratórias vitimaram muitas crianças. A tuberculose, talvez a mais forte das que compõem esse grupo era também conhecida como febre “hectáfica” ou ainda de “tzica”, uma patologia extremamente contagiosa e letal, que era responsável por muitas mortes nos oitocentos. No entanto,

determinadas condições de vida como trabalho exaustivo, insalubridade, má alimentação e castigos físicos enfraqueciam o sistema imunológico e conduziam a uma maior probabilidade de contágio e óbitos. Ou seja, por mais que todos eventualmente pudessem ser contaminados, os escravizados representam o que a medicina contemporânea chamaria de grupo de risco. Um exemplo disso, é o caso de Marcelino que possuía 14 anos e era morador do engenho Goiabeira. Foi sepultado no dia um de novembro de 1864. Vitimado na mesma condição, Apolinio de seis anos, foi enterrado no dia vinte e um de outubro de 1867. Apolinio era filho de Amélia, uma das muitas escravizadas do Visconde de Suassuna.

Chalhoub, em *Cidade Febril*, analisa casos de morte por moléstias respiratórias, e chega à conclusão que tais males assolavam os escravizados, principalmente por conta da insalubridade social que estavam inseridos. Em suas palavras afirma:

Em outras palavras, o que provava que as condições de saúde pública estavam se deteriorando não era apenas a ocorrência eventual de epidemias de febre amarela, varíola, cólera etc., mas a mortandade crescente e constante pela tísica, uma doença que o saber médico da época já associava diretamente às condições de miséria em que vivia a população. (Chalhoub, 1996, p. 32).

Seguindo esse raciocínio, Chalhoub demonstra a ocorrência de uma série de epidemias e mortes relacionadas às condições de miséria em que a população escravizada vivia. Em sua reflexão, ele aponta não apenas a tísica (tuberculose), mas a febre amarela, varíola e cólera. Em Santo Amaro do Jaboatão, os registros também indicam óbitos por verminoses, sarna e câmara de sangue. Nessa perspectiva, Maria, com dois anos, escravizada de João Antônio da Costa Figueiroa, faleceu por conta de vermes. Semelhantemente, Valentina, filha da cativa Marcina, pertencente ao Visconde de Suassuna, com um ano, morreu vítima de sarna, tendo o seu sepultamento ocorrido no dia dezenove de julho de 1865.

Paralelo às misérias que a população cativa estava submetida, fator que ampliava consideravelmente as possibilidades de contágio e óbito, o Visconde de Suassuna providenciou o rito fúnebre de Valentina que foi envolvida em hábito branco. Se o descaso e a insalubridade eram fatores que facilitariam as mortes, especialmente as de crianças, a classe senhorial precisava transmitir a impressão de piedade e religiosidade para manutenção do *status quo* e a solidificação de seu prestígio senhorial. João José Reis, ao realizar análises de casos de mortes, chega à mesma conclusão ao afirmar que: “Manifestações de luto não eram recíprocas, pois não consta que senhores se enlutassem por escravos. Isso reforça a ideia de que o luto escravo funcionava como um mecanismo simbólico de controle e uma expressão de prestígio senhorial” (Reis, 1991, p. 134). Ou seja, sua atitude não se fundamentava exclusivamente ao levar em consideração a vida perdida ou aos sentimentos da mãe Marcina. A sarna era uma doença tratável no século XIX.

Bem vinda, com 11 anos, é mais uma das vitimadas pelas condições insalubres da qual as crianças escravizadas estavam inseridas. Seu sepultamento ocorreu no dia doze de junho de 1867, tendo como causa

mortis “câmara de sangue”, uma das maneiras que a disenteria era conhecida no Brasil dos oitocentos. A “câmara de sangue” tinha como um de seus sintomas mais evidentes sangue e muco expelidos nas fezes. Seu contágio, segundo os autores da obra *Cidades Negras*, se dava: “Com alimentos e água invariavelmente contaminados” (Farias *et al.*, 2006, p. 17).

Ou seja, as condições de alimentação e água eram causa prioritária e primordial para contaminação. Há também a possibilidade de contágio por contato direto pelas fezes dos doentes nos alojamentos que os cativos ficavam, ou seja, a insalubridade que os escravizados eram submetidos pela classe senhorial.

Outro exemplo do descaso senhorial em relação direta com os escravizados é o caso de Manoel, que teve uma vida bastante abreviada. Com dois meses de idade foi sepultado no dia vinte e seis de agosto de 1865, tendo sido o motivo de seu falecimento a causa “de repente”. A ausência de investigação sobre a causa mortis de Manoel explicita a coisificação do cativo aos olhos do seu proprietário, para quem a morte de um menino com apenas dois meses não necessitava portanto de maiores esclarecimentos. O “de repente” já bastava.

A constipação também ceifou muitos indivíduos. Casos como os de Claudina, de 11 anos, filha de José e Agostinha e escravizada de Felipe de Araújo, assim como João, com 4 anos, escravo de João Felipe Cavalcante, padeceram do mesmo mal. Foram sepultados respectivamente nas datas de 01/04/1873 e 17/01/1874.

Miguel, escravizado do Visconde Suassuna, Tinha 11 anos quando morreu de bexiga (varíola); Severina, moradora do Engenho Catende, de 16 anos, crioula, escrava de Manoel Antônio Dias, morreu de Sarampo e foi sepultada no dia quatro de julho de 1873.

Não se observa no livro de óbitos analisado que a lei do Ventre Livre tenha diminuído de forma significativa a mortalidade infantil. Depois da promulgação da lei de 1871, os rebentos dos cativos deixaram oficialmente de nascer subjugados para viverem como escravizados de forma extraoficial. Como filhos daqueles que estavam no cativeiro, passaram a desfrutar de um limbo social do qual não poderiam mais ser utilizadas como objeto especulativo, o que as levou ao mais forte desprezo. Perderam então o intuito substancial do lucro. Maria Helena Pereira Toledo Machado, ao refletir sobre o tema afirma: “a lei do Ventre Livre, ao libertar o “ingênuo” mas colocá-lo sob a tutela do senhor (ou do Estado) até os 21 anos, voltou a colaborar para separar mães e filhos, uma vez que a autoridade parental se manteve na mão dos senhores”. (Machado, 2018, p. 339, 340).

Em diálogo com o raciocínio de Machado, há casos de mortes listadas de crianças que eram livres pela legislação, mas que socialmente continuavam nos grilhões do sistema. Por exemplo, podemos destacar os casos de Lomencia, com 10 meses, filha legítima de Vicente e Antônia, escravos de José Joaquim de Sá Barreto.

Sua causa mortis é descrita como inflamação. Era moradora do Engenho Mato Grosso e foi sepultada no dia quinze de março de 1872. Caso semelhante houve com Raphael, que tinha 10 anos quando partiu deste mundo. Nascera escravizado da senhora dona Guilhermina Carvalho da Silva, proprietária do Engenho Palmeiras. Morreu de inflamação nos fígados e foi sepultado no dia dezoito de junho de 1874. Raphael era um menino forro, em um contexto que as alforrias já não poderiam ser revogadas.

Para concluir nossas análises, no dia dezoito de outubro de 1875, Alexandra, parda, com 5 meses, filha natural de Maria dos Anjos, morreu no engenho Macujé por falta de leite. O documento paroquial não nos fornece mais informações sobre a vida de Maria dos Anjos, se era uma mulher forra ou cativa. No entanto, a criança Alexandra está inserida em um contexto que para muita gente sua vida já não tinha muito valor.

A morte de Alexandra por falta de leite levanta possibilidades que o silêncio das páginas não nos permite confirmar. Desnutrição materna ou até mesmo a possibilidade de sua mãe ser cativa e, como tal, ter sido alugada como ama para alguma família enquanto sua filha padecia. Se essa última possibilidade foi o caso, Lorena Telles, esclarece que: “As dificuldades e restrições impostas a elas impossibilitavam que destinassem os cuidados desejados a seus filhos, os quais estavam sujeitos ao desmame precoce, as separações temporárias e por vezes à morte”. (Telles, 2018, p. 101). O registro paroquial foi eficiente em registrar o óbito da menina, de fornecer informações sobre sua mãe, mas não tão eficaz nas circunstâncias que permeiam o ocorrido.

A sociedade escravocrata com suas contradições latentes entre o domínio senhorial e a aparência religiosa que convergiam para posse de outros seres humanos hierarquizava vidas. Nesse modelo, através da lógica do capital e do poder social, eram subjetivamente decididas as crianças que teriam que viver pouco e morrer cedo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse artigo, buscamos demonstrar as ações das crianças escravizadas da Freguesia de Santo Amaro do Jaboaão. Longe de serem apenas vítimas ou de serem heroínas, as crianças por meio de consciências forjadas na experiência, elaboraram estratégias de resistência no escravismo de Jaboaão, conforme a perspectiva thompsoniana. Essas experiências são observadas e manifestaram-se no cotidiano e foram registrados os casos daqueles que fugiram como Raymundo e Benedicto, em jornais como o *Diário de Pernambuco*, há as que estão nos documentos cartoriais do 1º Ofício de Notas que foram alforriadas como Marianno, doadas como Emília, hipotecadas como Luiza, Francisco e Josefa. Também não se pode deixar de lembrar daquelas que faleceram e seus relatos estão no livro de óbitos da Paróquia de Santo Amaro. Casos como o de Alexandra, Marcelino, Apolinio, Valentina e muitos outros.

A triangulação das fontes cartoriais, jornalísticas e paroquiais nos permitiram compreender por diferentes prismas analíticos, as características das vidas dos sujeitos que estavam orquestradas dentro de uma engrenagem violenta e que estavam socialmente vulneráveis. Nem as relações de parentesco resguardavam esses meninos. Casos como o de Marianno, menino escravizado que foi alforriado, mas possivelmente mantido sob a dependência do pai, ou de crianças cujas mães não foram capazes de as proteger como na situação de Alexandra. Nesse contexto, aqueles que conseguiam ser “ardilosos” e “ideiosos”, e que conseguiam desenvolver estratégias de sobrevivência como Benedicto e Raymundo se sobressaíam nesse sistema marcado pelo descaso e pela indiferença à vida dos cativos.

Ao realizar esta pesquisa, o estudo contribuiu para compreender sobre Jaboatão da segunda metade dos oitocentos, assim como o estudo de escravizados infantis tema ainda em desenvolvimento na historiografia regional, sobretudo na localidade do estudo. Afinal, como advertiu Marília B. A. Ariza: “Os filhos das escravas são personagens fugidos da história”. (ARIZA, 2018, p. 169). Neste estudo, buscou-se evidenciar suas experiências históricas.

REFERÊNCIAS

Arquivos:

IGREJA CATÓLICA. Paróquia de Santo Amaro (Jaboatão dos Guararapes, PE). **Livro de Óbitos** (1862-1877). Arquivo Paroquial de Santo Amaro, Jaboatão dos Guararapes.

JABOATÃO. Primeiro Ofício de Notas de Jaboatão. **Livro de Notas** (1857-1860). Acervo do Instituto Histórico de Jaboatão (IHJ), Jaboatão dos Guararapes.

O DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 1850-1859. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 3 mar. 2026.

O DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 1860-1869. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 15 abr. 2026.

Bibliográfica:

ARIZA, Marília B. A. Crianças/Ventre livre. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 169-175.

BÍBLIA. Gênesis. In. BÍBLIA. **Bíblia Sagrada** - Harpa Cristã. Tradução de João Ferreira de Almeida. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil; Rio de Janeiro: CPAD, 2003.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade**: Rotinas e Rupturas Do Escravismo No Recife, 1822-1850. 2. Ed. Recife: Cepe, 2022.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Valéria Gomes. **Ôminira**: mulheres e homens libertos da costa d' África no Recife (c. 1846 - c. 1890). São Paulo: Alameda, 2021.

GOÉS, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. 7. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Mulher. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 169-175.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

TELLES, Lorena Féres. Amas de Leite. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 169-175.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**: estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

XAVIER, Eduardo Ribeiro. Resistência e liberdade: as relações de poder no escravismo da Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão (1850-1860). In: **XIX COLÓQUIO DE HISTÓRIA; IX COLÓQUIO DO PPGH**, Recife, 2025. Anais [...]. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2025. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/coloquiodehistoria/article/view/3572/3038>. Acesso em: 16 fev. 2026. ISSN 2176-9060.

A IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA POLICIAL NO ENFRENTAMENTO DOS CRIMES AMBIENTAIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA**THE IMPORTANCE OF POLICE INTELLIGENCE IN COMBATING ENVIRONMENTAL CRIMES: A LITERATURE REVIEW** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-013>**Equiton Lorengian Grégio**

Mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

E-mail: equitonl.g@gmail.comLattes: <http://lattes.cnpq.br/4848973390657744>**Daniele de Oliveira Lima**

Mestranda em Ciência e Tecnologia Ambiental pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

E-mail: daniele.dol@estudante.uffs.edu.brLattes: <https://lattes.cnpq.br/3097172158657058>**Eduarda Bertoncelli**

Graduanda em Agronomia - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

E-mail: eduarda-bertoncelli@uersg.edu.brLattes: <http://lattes.cnpq.br/7878364816731797>**Raiane Maschio Visintin**

Graduanda em Agronomia - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

E-mail: raiane-visintin@uersg.edu.brLattes: <http://lattes.cnpq.br/8664272471443121>**Resumo**

O presente artigo tem por objetivo analisar a importância da inteligência policial no enfrentamento dos crimes ambientais, compreendidos como fenômenos complexos que ultrapassam a dimensão administrativa e alcançam diretamente a segurança pública, a governança estatal e a proteção de bens jurídicos difusos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, desenvolvida por meio de revisão de literatura, legislação e documentos institucionais relacionados à inteligência policial, segurança pública e criminalidade ambiental. O estudo discute a limitação dos modelos tradicionais de fiscalização reativa, geralmente baseados em denúncias, flagrantes e respostas pontuais, e sustenta que a inteligência policial permite qualificar a atuação estatal ao transformar dados dispersos em conhecimento estratégico. A análise indica que a aplicação do ciclo de inteligência aos crimes ambientais favorece a identificação de padrões, rotas, áreas críticas, reincidência, modos de atuação e vulnerabilidades institucionais. Conclui-se que a inteligência policial ambiental constitui instrumento essencial para o planejamento operacional, a integração interinstitucional, a prevenção e a repressão qualificada dos crimes ambientais.

Palavras-chave: Crimes ambientais; Fiscalização ambiental; Inteligência policial; Meio ambiente; Segurança pública.

Abstract

This article aims to analyze the importance of police intelligence in combating environmental crimes, understood as complex phenomena that go beyond the administrative dimension and directly affect public security, state governance and the protection of diffuse legal interests. It is a bibliographic study, with a qualitative approach and descriptive character, developed through a literature review, legislation and institutional documents related to police intelligence, public security and environmental crime. The study discusses the limitations of traditional reactive inspection models, generally based on complaints, flagrante delicto situations and punctual responses, and argues that police intelligence qualifies state action by transforming dispersed data into strategic knowledge. The analysis indicates that applying the intelligence cycle to environmental crimes favors the identification of patterns, routes, critical areas, recidivism, modes of operation and institutional vulnerabilities. It concludes that environmental police intelligence is an essential instrument for operational planning, interinstitutional integration, prevention and qualified repression of environmental crimes.

Keywords: Environmental crimes; Environmental inspection; Environment; Police intelligence; Public security.

1 INTRODUÇÃO

Os crimes ambientais representam um dos grandes desafios contemporâneos para o Estado brasileiro, pois atingem bens jurídicos de natureza difusa e produzem efeitos que ultrapassam a esfera individual. A degradação ambiental, o desmatamento ilegal, a poluição, a mineração irregular, o tráfico de animais silvestres, a pesca predatória e o comércio clandestino de produtos perigosos são exemplos de condutas que afetam não apenas o equilíbrio ecológico, mas também a saúde pública, a economia, a segurança alimentar, a qualidade de vida e a própria autoridade do poder público.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art. 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Nesse sentido, a proteção ambiental não se limita a uma política setorial, mas constitui dever constitucional permanente, conectado à segurança pública, à cidadania e à defesa de interesses coletivos. No plano infraconstitucional, a Lei nº 9.605/1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais, disciplinou as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. A existência de legislação específica, entretanto, não é suficiente para neutralizar

a complexidade das práticas ilícitas ambientais, especialmente quando essas condutas envolvem cadeias econômicas clandestinas, redes de transporte, ocultação de produtos, reincidência de infratores e articulação entre diferentes atores.

A atuação tradicional dos órgãos de fiscalização ambiental, embora indispensável, muitas vezes apresenta caráter predominantemente reativo. Em regra, a resposta estatal ocorre após denúncia, flagrante, requisição de outro órgão ou constatação posterior do dano. Esse modelo é importante para a responsabilização imediata do infrator, mas possui limitações quando se busca compreender a dinâmica criminal de forma mais ampla, identificar padrões recorrentes e antecipar riscos.

Nesse contexto, a inteligência policial surge como instrumento estratégico para qualificar a prevenção, a investigação e a repressão dos crimes ambientais. A atividade de inteligência permite coletar, organizar, analisar e difundir informações relevantes para a tomada de decisão, transformando dados fragmentados em conhecimento útil ao planejamento institucional. Aplicada à área ambiental, essa lógica permite identificar áreas críticas, rotas ilícitas, modos de atuação, reincidência, sazonalidade e vulnerabilidades operacionais.

O presente artigo tem como problema de pesquisa a seguinte questão: de que forma a inteligência policial pode contribuir para o enfrentamento mais eficiente dos crimes ambientais? Parte-se da hipótese de que a inteligência policial é ferramenta indispensável para superar a atuação meramente reativa, possibilitando uma resposta estatal mais planejada, integrada e orientada por evidências.

O objetivo geral é analisar a importância da inteligência policial no enfrentamento dos crimes ambientais, com base em revisão de literatura. Como objetivos específicos, busca-se conceituar inteligência policial, caracterizar os crimes ambientais como problema de segurança pública, examinar os limites da fiscalização reativa, compreender a aplicação do ciclo de inteligência na área ambiental e discutir os principais desafios para a consolidação da inteligência policial ambiental.

2 METODOLOGIA

O presente artigo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo. A pesquisa bibliográfica mostra-se adequada porque permite reunir, examinar e interpretar contribuições teóricas, normativas e institucionais relacionadas à inteligência policial e ao enfrentamento dos crimes ambientais.

Quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa, pois não busca mensurar numericamente o fenômeno, mas compreender sua natureza, seus fundamentos e suas possibilidades de aplicação. Quanto aos objetivos, é descritiva, na medida em que procura caracterizar a inteligência policial, os crimes ambientais e a relação entre fiscalização, análise de dados e tomada de decisão. Quanto à finalidade, possui natureza aplicada, pois discute tema diretamente relacionado à atuação dos órgãos de segurança pública e proteção ambiental.

Foram considerados como fontes de pesquisa livros, artigos científicos, legislações, documentos institucionais e publicações de organismos nacionais e internacionais. A seleção do material priorizou obras e documentos relacionados aos seguintes eixos: inteligência policial, ciclo de inteligência, segurança pública, crimes ambientais, fiscalização ambiental, governança pública e integração interinstitucional.

A análise foi realizada por meio de leitura interpretativa das fontes selecionadas, buscando identificar conceitos centrais, convergências teóricas e aplicações práticas. O procedimento adotado consistiu na organização dos conteúdos em categorias temáticas: inteligência policial e produção de conhecimento; crimes ambientais como problema de segurança pública; limites da fiscalização reativa; ciclo de inteligência aplicado à área ambiental; integração institucional; e desafios para consolidação da inteligência policial ambiental.

Por se tratar de revisão de literatura, não houve coleta de dados de campo, aplicação de questionários ou análise estatística. O estudo concentrou-se na sistematização teórica do tema, com o objetivo de construir uma compreensão fundamentada sobre a importância da inteligência policial no enfrentamento dos crimes ambientais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A INTELIGÊNCIA POLICIAL E O ENFRENTAMENTO DOS CRIMES AMBIENTAIS

A inteligência policial pode ser compreendida como uma atividade especializada de produção de conhecimento voltada ao assessoramento da tomada de decisão em segurança pública. Diferencia-se da simples coleta de informações porque envolve tratamento, análise, interpretação e difusão de dados relevantes, com a finalidade de subsidiar ações estratégicas, táticas e operacionais.

A Lei nº 9.883/1999, ao instituir o Sistema Brasileiro de Inteligência, definiu a atividade de inteligência como aquela voltada à obtenção, análise e disseminação de conhecimentos destinados ao processo decisório e à salvaguarda da sociedade e do Estado. Embora o referido diploma trate do sistema brasileiro de inteligência em sentido amplo, seus fundamentos dialogam diretamente com a inteligência de segurança pública, especialmente quanto à produção de conhecimento para prevenção de ameaças e apoio à decisão.

No campo da segurança pública, a inteligência policial atua como ferramenta de antecipação, assessoramento e racionalização do emprego de recursos. Em vez de agir apenas após a ocorrência do delito, a instituição passa a buscar padrões, tendências, vínculos e riscos, permitindo que a atuação operacional seja orientada por análise técnica. Essa lógica aproxima-se do modelo conhecido como policiamento orientado por inteligência, no qual a atividade policial deixa de ser apenas reativa e passa a ser guiada por diagnósticos, prioridades e evidências.

A informação bruta, por si só, não constitui inteligência. Um registro de ocorrência, uma denúncia, uma imagem, um auto de infração ou uma notícia isolada podem conter dados relevantes, mas somente se transformam em conhecimento de inteligência quando submetidos a processo analítico. Esse processo envolve avaliação da fonte, verificação da confiabilidade, cruzamento com outros dados, identificação de padrões e apresentação de conclusões úteis para a tomada de decisão.

Nos crimes ambientais, essa distinção é especialmente importante. As instituições públicas produzem diariamente grande volume de registros: autos de infração, boletins de ocorrência, comunicações administrativas, relatórios de fiscalização, termos de apreensão, dados de denúncias, imagens de satélite, informações de campo e documentos periciais. Quando esses elementos permanecem dispersos, sua utilidade fica limitada ao caso concreto. Quando são sistematizados e analisados, podem revelar dinâmicas criminais mais amplas.

A criminalidade ambiental apresenta características que justificam sua análise no campo da segurança pública. Em primeiro lugar, seus danos atingem bens coletivos e difusos. Em segundo lugar, muitas condutas ambientais ilícitas estão associadas a vantagens econômicas. Em terceiro lugar, determinados crimes dependem de logística, transporte, receptação, falsificação, ocultação e circulação de produtos ilegais. Por fim, a baixa visibilidade social de algumas práticas, aliada à dificuldade de fiscalização em extensas áreas territoriais, favorece a subnotificação.

A Lei nº 13.675/2018, que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública e criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, reforça a necessidade de atuação integrada entre os órgãos de segurança pública. Essa integração é essencial no campo ambiental, pois a proteção do meio ambiente envolve diferentes instituições, como polícias militares ambientais, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, órgãos ambientais federais, estaduais e municipais, Ministério Público, Receita Federal e Poder Judiciário.

Os crimes ambientais não devem ser compreendidos apenas como infrações administrativas ou fatos de menor relevância penal. A extração ilegal de recursos naturais, o tráfico de fauna, o comércio irregular de madeira, a pesca predatória, o transporte de produtos perigosos e o contrabando de substâncias proibidas podem revelar estruturas criminosas organizadas, com divisão de tarefas e finalidade econômica. Nesses casos, a atuação isolada e pontual tende a alcançar apenas o executor imediato, sem atingir financiadores, intermediários, receptadores e demais beneficiários da cadeia ilícita.

A fiscalização ambiental reativa permanece necessária. Denúncias da população, patrulhamentos ostensivos, atendimento de ocorrências e flagrantes são instrumentos legítimos e indispensáveis para a proteção ambiental. Contudo, esse modelo apresenta limitações quando não é acompanhado de análise de inteligência. A repetição de ocorrências em determinada área, a reincidência de infratores, a semelhança no

modo de atuação e a concentração de determinados ilícitos em períodos específicos podem passar despercebidas quando cada fato é tratado de forma isolada.

A inteligência policial ambiental permite superar parcialmente essas limitações. Ao integrar dados de diferentes fontes, é possível identificar locais de maior incidência, horários mais prováveis, rotas de deslocamento, perfis de infratores, espécies ou produtos mais visados, padrões de ocultação e fragilidades de fiscalização. Essa análise favorece o planejamento de operações, a definição de prioridades e o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis.

O ciclo de inteligência é instrumento metodológico central nesse processo. De modo geral, ele compreende as fases de planejamento, coleta, processamento, análise, difusão e avaliação. No planejamento, definem-se as necessidades de conhecimento: quais crimes ambientais devem ser priorizados, quais áreas apresentam maior risco e quais informações são necessárias para orientar a atuação. Na coleta, são reunidos dados provenientes de fontes abertas, sistemas policiais, autos administrativos, denúncias, relatórios, imagens e comunicações de outros órgãos.

O processamento consiste na organização e padronização dos dados coletados. Essa etapa é relevante porque registros ambientais frequentemente são produzidos por diferentes instituições, com nomenclaturas, formatos e níveis de detalhamento distintos. Sem padronização, a análise torna-se frágil. Na sequência, a fase de análise busca identificar relações, tendências, padrões e hipóteses explicativas. É nesse momento que o dado deixa de ser apenas registro e passa a produzir conhecimento.

A difusão corresponde à entrega do conhecimento produzido aos destinatários adequados, como comandantes, gestores, equipes operacionais, autoridades policiais, órgãos ambientais ou membros do Ministério Público. A inteligência só cumpre sua finalidade quando chega a quem possui competência para decidir ou agir. Por fim, a avaliação permite verificar se o produto de inteligência foi útil, se orientou adequadamente a ação e se novas informações devem retroalimentar o ciclo.

Aplicado aos crimes ambientais, esse ciclo permite a construção de diagnósticos qualificados. Por exemplo, denúncias recorrentes sobre caça ilegal podem ser cruzadas com áreas de vegetação remanescente, registros anteriores, horários de maior incidência e dados de apreensões. Da mesma forma, autos envolvendo transporte irregular de produtos ambientais podem indicar rotas, municípios de origem e destino, reincidência de veículos ou pessoas e períodos de maior circulação.

A inteligência policial também contribui para a integração interinstitucional. Como os crimes ambientais frequentemente atravessam competências administrativas, policiais e judiciais, o compartilhamento de informações torna-se indispensável. A ausência de comunicação entre órgãos pode gerar sobreposição de esforços, perda de dados relevantes e baixa efetividade. Em sentido oposto, sistemas integrados, protocolos de cooperação e produção conjunta de conhecimento ampliam a capacidade estatal de resposta.

No plano internacional, organismos como a INTERPOL e a UNODC têm destacado que os crimes ambientais podem estar associados a mercados ilícitos e redes transnacionais. O tráfico de vida silvestre, a exploração ilegal de madeira, a pesca ilegal, a mineração irregular e a destinação clandestina de resíduos são exemplos de condutas que frequentemente exigem cooperação entre países, compartilhamento de inteligência e atuação coordenada entre instituições policiais, aduaneiras e ambientais.

No Brasil, a consolidação da inteligência policial ambiental ainda enfrenta desafios. Entre eles, destacam-se a falta de efetivo especializado, a ausência de bancos de dados interoperáveis, a dificuldade de padronização dos registros, a limitação tecnológica, a baixa cultura analítica e a fragmentação institucional. Muitas vezes, os órgãos produzem informações relevantes, mas elas permanecem restritas ao caso específico ou arquivadas sem análise estratégica posterior.

Outro desafio é a capacitação técnica dos profissionais. A inteligência ambiental exige conhecimentos que vão além da atividade policial tradicional. É necessário compreender legislação ambiental, dinâmica territorial, geoprocessamento, análise criminal, leitura de imagens, bancos de dados, cadeias econômicas ilícitas e funcionamento dos órgãos ambientais. A formação continuada é, portanto, requisito para transformar a atividade de inteligência em prática efetiva.

A tecnologia também possui papel relevante. Ferramentas de georreferenciamento, bancos de dados integrados, painéis de monitoramento, análise de vínculos, sensoriamento remoto e fontes abertas podem ampliar a capacidade de detecção e análise. Contudo, tecnologia sem método e sem equipe capacitada não garante eficiência. A inteligência depende da combinação entre dados qualificados, analistas preparados, metodologia adequada e decisão institucional.

A inteligência policial ambiental também favorece a prevenção. Ao identificar padrões de risco, o Estado pode atuar antes da consolidação do dano. Isso permite direcionar patrulhamento, realizar ações educativas, intensificar fiscalização em períodos críticos, monitorar áreas vulneráveis e antecipar a atuação repressiva. A prevenção, nesse contexto, não substitui a repressão, mas a complementa.

Além disso, a inteligência contribui para a responsabilização criminal e administrativa. Produtos analíticos bem elaborados podem indicar vínculos entre ocorrências aparentemente isoladas, demonstrar reiteração de condutas, apontar cadeias de fornecimento e subsidiar investigações mais complexas. Com isso, a atuação estatal deixa de se concentrar apenas no flagrante e passa a buscar a estrutura que sustenta a prática ilícita.

A governança ambiental também se fortalece com a inteligência. Políticas públicas efetivas dependem de diagnóstico. Sem dados organizados, o planejamento tende a ser genérico. Com dados analisados, torna-se possível definir prioridades, avaliar resultados, corrigir estratégias e justificar a alocação de recursos. Assim, a inteligência policial ambiental não serve apenas à operação policial, mas também à gestão pública e à formulação de políticas de proteção ambiental.

Portanto, a inteligência policial aplicada aos crimes ambientais representa uma mudança de paradigma. A fiscalização deixa de ser apenas resposta ao dano já ocorrido e passa a integrar um sistema de produção de conhecimento, planejamento e atuação coordenada. Essa mudança é essencial diante da complexidade dos crimes ambientais contemporâneos e da necessidade de proteger o meio ambiente como direito fundamental e bem jurídico de relevância coletiva.

3.2 USO DE GEOTECNOLOGIAS E SENSORIAMENTO REMOTO NA INTELIGÊNCIA AMBIENTAL

O monitoramento de grandes extensões territoriais, como a Floresta Amazônica e o Cerrado, exige a superação dos meios tradicionais de patrulhamento de campo. A introdução de geotecnologias no portfólio da inteligência de segurança pública alterou profundamente a capacidade de antecipação do Estado, transformando essas ferramentas no cerne da produção de conhecimento estratégico e operacional (Souza et al., 2020). O sensoriamento remoto por satélite viabiliza a transição crucial de um modelo puramente reativo para um modelo proativo de fiscalização. Sistemas de alta performance operacional, a exemplo do PRODES (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite) e do DETER (Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real), desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2023), geram fluxos contínuos de dados.

Esses dados, quando processados por analistas de inteligência, transformam-se em alertas de desmatamento e degradação florestal crônica. A inteligência policial atua justamente no cruzamento desses alertas espaciais com bancos de dados cartoriais e ambientais, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), permitindo identificar indícios substanciais de autoria e materialidade antes mesmo do envio de equipes de campo. Além das imagens orbitais, os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) cumprem o papel fundamental de centralizar e correlacionar variáveis de naturezas distintas. Conforme assevera Fitz (2020), as plataformas SIG permitem a sobreposição de camadas de dados geográficos — como hidrografia, malha rodoviária e limites de unidades de conservação — com dados eminentemente criminais. Entre esses fatores, destacam-se os registros de ocorrências de extração de madeira, rotas frequentes de caminhões e a exata localização de serrarias clandestinas.

O resultado analítico dessa integração é a geração de mapas de calor (kernel density), os quais servem para apontar com precisão as zonas de fricção e de maior vulnerabilidade institucional. Por fim, os Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), popularmente conhecidos como drones, revolucionaram a coleta de dados táticos e a produção de conhecimento de busca na atividade de inteligência. Em áreas impactadas pela mineração ilegal (garimpo) ou pelo descarte clandestino de resíduos perigosos, o uso de drones equipados com sensores térmicos e de alta resolução permite o completo mapeamento de acampamentos.

Adicionalmente, viabiliza a contagem de maquinários (como escavadeiras hidráulicas) e o monitoramento da dinâmica de atuação dos infratores sem expor a integridade física dos agentes de inteligência no terreno (Assunção; Rocha, 2019). Portanto, a tecnologia satelital e geoespacial atua diretamente como os "olhos" da inteligência ambiental, garantindo precisão milimétrica ao planejamento operacional.

3.3 CRIMES AMBIENTAIS NO AGRONEGÓCIO

O agronegócio é um setor essencial para a economia brasileira e um dos principais motores do crescimento do país, contribuindo significativamente para o Produto Interno Bruto (PIB) e para as exportações. No entanto, essa relevância econômica não está livre de controvérsias, principalmente no que diz respeito aos efeitos sociais e ambientais causados por práticas agrícolas intensivas. A expansão das áreas agrícolas e o uso impróprio dos recursos naturais costumam resultar em crimes ambientais, destacando a importância de uma abordagem legal que harmonize o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental (Gomes; Silvério Júnior; Santos, 2025).

Conforme Gomes, Silvério Júnior e Santos (2025), entre as infrações ambientais mais recorrentes no contexto do agronegócio destacam-se o desmatamento ilegal, o emprego inadequado de agrotóxicos, a contaminação de recursos hídricos e a utilização irregular de áreas ambientalmente protegidas, como as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as reservas legais.

Nesse contexto, a inteligência policial é fundamental no combate a esses crimes, uma vez que permite a coleta, análise e produção de informações estratégicas. Essas informações ajudam a identificar áreas de maior risco, mapear organizações criminosas e prevenir novas infrações ambientais. Ademais, o emprego de tecnologias, como imagens de satélite, drones, sistemas de georreferenciamento e bancos de dados integrados, reforça as investigações e torna as atividades de fiscalização mais exatas e eficazes. Assim, a inteligência policial ajuda a otimizar os recursos disponíveis, apoiar a tomada de decisões e aumentar a eficácia das operações destinadas à proteção ambiental e ao cumprimento das leis ambientais.

A análise de inteligência criminal depende intrinsecamente da construção e da interpretação de indicadores que consigam traduzir a complexidade do fenômeno delitivo em métricas inteligíveis para os tomadores de decisão. No campo ambiental, a estruturação de indicadores criminais enfrenta o desafio de integrar variáveis ecológicas com variáveis sociodemográficas e de segurança pública (Santos, 2021). Sem indicadores bem delineados, a atuação policial tende a ser dispersa, guiada pelo empirismo ou pelo clamor público momentâneo, o que reduz a eficiência na alocação de recursos escassos.

De acordo com o modelo de Policiamento Orientado por Inteligência (Intelligence-Led Policing), proposto por Ratcliffe (2016), os indicadores criminais operam em três níveis de análise: temporal, espacial e de perfil criminal. No eixo temporal, a inteligência analisa a sazonalidade dos crimes ambientais. É

notório, por exemplo, que as taxas de queimadas ilegais e desmatamento na Amazônia e no Centro-Oeste concentram-se nos meses de estiagem (seca), enquanto o transporte de madeira ilegal pode se intensificar em períodos específicos para burlar a fiscalização viária. Mapear essa ciclicidade permite que o comando das polícias antecipe a mobilização de tropas e o estabelecimento de barreiras estáticas em eixos rodoviários estratégicos.

No eixo espacial, os indicadores baseiam-se na teoria das atividades rotineiras (Routine Activity Theory), identificando a convergência no espaço e no tempo de infratores motivados, alvos vulneráveis e a ausência de guardiões capazes (Kahn, 2022). Indicadores como o "Índice de Pressão Antrópica" e a "Taxa de Recorrência de Autos de Infração por Quilômetro Quadrado" servem para isolar as chamadas áreas críticas ou hotspots de criminalidade ambiental. Quando a inteligência correlaciona estatisticamente o avanço do desmatamento com a abertura de ramais viários clandestinos, ela entrega ao gestor público um poder preditivo: a capacidade de intervir na infraestrutura logística do crime antes que o dano ambiental seja irreversível.

Ademais, os indicadores de reincidência e de redes de vínculos (Network Analysis) focam no perfil do infrator. A criminalidade ambiental corporativa ou organizada raramente é composta por atores isolados. Conforme aponta Beato (2019), a estruturação de indicadores que medem a centralidade de determinados indivíduos ou empresas em processos administrativos ambientais e inquéritos policiais permite desenhar o organograma das redes de "colarinho verde". Assim, a análise criminal deixa de quantificar apenas o volume de madeira apreendida ou a área desmatada e passa a medir o nível de desarticulação das lideranças e dos financiadores das cadeias ilícitas.

3.4 RESPONSABILIDADE PENAL EM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE

A responsabilidade penal ambiental visa caracterizar as práticas ilícitas e aplicar as penas correspondentes a cada uma delas. Com base nessas observações, as pessoas que, por ação ou omissão, causarem prejuízos à sociedade e ao meio ambiente estarão sujeitas a cometer os crimes previstos pela lei. No setor do agronegócio, a responsabilização penal das empresas é tão importante quanto a dos indivíduos, levando em conta a grande quantidade de empresas agrícolas envolvidas em atividades que podem gerar danos ao meio ambiente (Gomes; Silvério Júnior; Santos, 2025).

Através do Inquérito Civil o Ministério Público, examina a possibilidade de oferecimento da denúncia, solicitando informações e investigando. Em ambos os casos, civil ou policial, os inquéritos, possuem as mesmas características: inquisitivo, escrito e sigiloso, dirigido pelo Delegado de polícia, para posterior propositura da ação penal. E depois de feita suas devidas observações o Ministério Público pode então, oferecer a denúncia ou a queixa crime para a propositura da ação penal (Leite, 2018).

As investigações civis e policiais são ferramentas fundamentais para a investigação de crimes ambientais, uma vez que possibilitam a coleta de dados e evidências que embasam a atuação do Ministério Público. Após examinar os elementos coletados durante a investigação, o Ministério Público pode apresentar a denúncia se encontrar indícios suficientes de autoria e materialidade. Isso inicia o processo penal e busca a responsabilização dos implicados.

3.5 O PAPEL DA INTELIGÊNCIA FINANCEIRA NO ENFRENTAMENTO ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS AMBIENTAIS

Para além da vertente geoespacial, o enfrentamento qualificado da criminalidade ambiental contemporânea exige a incorporação de mecanismos de inteligência financeira. Isso decorre do fato de que as infrações ambientais de larga escala — como a exportação ilegal de madeira nativa, o comércio transnacional de fauna silvestre e a exploração de garimpos clandestinos de ouro — não são condutas isoladas de subsistência, mas sim complexas atividades econômicas motivadas pela auferição de lucros extraordinários e pela lavagem de capitais (Paschoal, 2023). Portanto, neutralizar o braço operacional do crime (o executor do corte da árvore ou o operador da balsa) mostra-se inócuo se o fluxo de capital que financia a atividade permanecer intocado.

A doutrina de inteligência financeira aplicada à segurança pública atua no rastreamento do caminho do dinheiro (*follow the money*). Conforme relata o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF, 2022), o crime ambiental frequentemente se associa a esquemas de "lavagem verde" (*green laundering*), nos quais empresas de fachada, notas fiscais ideologicamente falsas e transações fracionadas são utilizadas para integrar o capital de origem ilícita à economia formal. No setor do agronegócio, por exemplo, o "esquentamento" de gado criado em áreas de desmatamento ilegal ou em terras indígenas é operacionalizado por meio da transferência simulada dos animais para fazendas regularizadas antes do envio ao frigorífico, burlando os sistemas de rastreabilidade do Estado.

A atuação integrada entre as agências de inteligência policial e o COAF possibilita a emissão de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs). Esses documentos apontam movimentações financeiras incompatíveis com o faturamento declarado de produtores rurais, madeireiros e mineradores, servindo como indício robusto para a instauração de inquéritos voltados à ocultação de bens (Brasil, 2022). Ao asfixiar financeiramente as organizações criminosas por meio do sequestro de bens, bloqueio de contas bancárias e aplicação de sanções econômicas, a inteligência policial atinge o topo da pirâmide delitiva, desestruturando os verdadeiros mandantes e financiadores dos danos ecológicos difusos.

3.6 DESAFIOS ESTRUTURAIS: INTEROPERABILIDADE E A CULTURA ANALÍTICA NAS POLÍCIAS BRASILEIRAS

Embora os benefícios da inteligência policial aplicada à proteção do meio ambiente sejam evidentes na literatura especializada, a consolidação prática desse modelo no cenário brasileiro esbarra em severos gargalos estruturais e culturais. O primeiro e mais latente desses desafios diz respeito à ausência de interoperabilidade entre os bancos de dados das instituições de segurança pública e os órgãos de fiscalização administrativa (Sano; Segatto, 2020). O federalismo brasileiro resultou em uma fragmentação institucional onde as polícias civis, polícias militares, a Polícia Federal, o IBAMA e as secretarias estaduais de meio ambiente utilizam sistemas de informação proprietários e isolados, que não se comunicam de forma automatizada.

Essa desconexão sistêmica gera o fenômeno das "ilhas de informação", impedindo que um analista de inteligência da Polícia Civil, por exemplo, tenha acesso imediato em sua tela aos autos de infração ambiental aplicados pelo órgão estadual ou às imagens de alerta de desmatamento validadas pelo Governo Federal. Como apontam Gonçalves (2018) e Silva (2021), a ausência de protocolos padronizados para o registro de dados criminais faz com que a mesma conduta seja tipificada e catalogada de formas distintas a depender da instituição, comprometendo severamente a confiabilidade dos indicadores estatísticos nacionais e inviabilizando cruzamentos analíticos em larga escala.

O segundo desafio reside na necessidade de maturação de uma verdadeira "cultura analítica" no seio das polícias. Historicamente, a cultura organizacional das forças de segurança pública brasileiras é pautada pelo imediatismo da resposta e pelo culto à produtividade operacional quantitativa (número de prisões em flagrante, volume de apreensões). Mudar esse paradigma para uma atuação orientada por evidências demanda tempo, investimentos contínuos em escolas de inteligência e a valorização do analista de dados (Ratcliffe, 2016). Sem profissionais devidamente capacitados em estatística aplicada, geoprocessamento forense e direito ambiental complexo, as ferramentas tecnológicas de última geração convertem-se em plataformas subutilizadas, mantendo a atuação estatal atada ao modelo reativo tradicional.

3.7 O CICLO DE INTELIGÊNCIA APLICADO À GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

A atividade de inteligência policial não se confunde com o mero acúmulo de dados dispersos, dependendo intrinsecamente de um método rigoroso conhecido como ciclo de inteligência (Lowenthal, 2020). Conforme a Doutrina da Atividade de Inteligência (Brasil, 2023), este constructo metodológico compreende as fases sucessivas de planejamento, coleta, processamento, análise, difusão e avaliação. No planejamento, definem-se as necessidades de conhecimento do órgão de segurança, determinando quais crimes ambientais devem ser priorizados e quais informações orientarão as forças operacionais. Na

sequência, a fase de coleta reúne insumos brutos provenientes de fontes abertas, sistemas policiais e imagens de satélite.

O processamento atua diretamente para organizar, catalogar e padronizar os dados coletados. Essa etapa ganha relevância crítica porque os registros ambientais costumam ser produtos de diferentes instituições, apresentando nomenclaturas e formatos distintos, o que exige normatização para não fragilizar a análise (Brasil, 2023). A fase de análise constitui o núcleo central do ciclo, momento no qual o analista busca identificar relações latentes, tendências e padrões (Lowenthal, 2020). É nesse instante que o dado bruto deixa de ser um mero registro isolado e passa a produzir conhecimento estratégico e inteligibilidade criminal.

Posteriormente, a difusão garante a entrega segura e tempestiva do conhecimento produzido aos destinatários adequados, como comandantes e membros do Ministério Público. A inteligência só cumpre sua finalidade institucional quando chega a quem possui competência legal para decidir ou agir. Por fim, a fase de avaliação afere a utilidade real do produto de inteligência na orientação das ações de campo (Brasil, 2023). Aplicado aos crimes ambientais, esse processo permite a construção de diagnósticos qualificados, cruzando denúncias com mapeamentos de rotas, municípios de origem e reincidência de infratores.

3.8 A DIMENSÃO TRANSNACIONAL E A COOPERAÇÃO POLICIAL INTERNACIONAL

No plano global, a criminalidade ambiental contemporânea deixou de ser um problema estritamente local ou regional para se consolidar como uma ameaça transnacional complexa (UNODC, 2024). Os crimes ambientais não devem ser compreendidos apenas como infrações administrativas de menor relevância penal, pois a extração ilegal de recursos naturais, o comércio irregular de madeira e o garimpo revelam estruturas criminosas organizadas, com divisão de tarefas e alta finalidade econômica. Organismos internacionais de relevância, como a INTERPOL e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), destacam que os crimes que afetam o meio ambiente estão diretamente associados a mercados ilícitos globais e redes transnacionais estruturadas (INTERPOL, [s.d.]; UNODC, 2024).

O tráfico de vida silvestre, a exploração ilegal de madeira, a pesca ilegal e a mineração irregular são exemplos de condutas que frequentemente exigem cooperação entre países, compartilhamento de inteligência e atuação coordenada entre instituições policiais, aduaneiras e ambientais (UNODC, 2024). Diante dessa fluidez territorial, a atuação isolada e pontual das forças de segurança nacionais tende a alcançar apenas o executor imediato, sem atingir os financiadores e intermediários da cadeia ilícita. Torna-se indispensável, portanto, o estabelecimento de protocolos formais de cooperação e sistemas integrados que ampliem a capacidade estatal de resposta frente a essas redes criminosas transfronteiriças

3.9 LIMITES LEGAIS E USO DA INTELIGÊNCIA POLICIAL AMBIENTAL COMO SUPORTE À INVESTIGAÇÃO

A inteligência policial ambiental constitui importante instrumento de assessoramento da atividade estatal, especialmente porque permite transformar dados dispersos em conhecimento útil para a prevenção, a fiscalização e a repressão qualificada dos crimes ambientais. Entretanto, sua utilização deve observar limites jurídicos claros, sob pena de comprometer a legalidade da atuação policial e a validade dos elementos posteriormente utilizados em procedimentos administrativos, investigativos ou judiciais. Assim, a eficiência da inteligência não pode ser compreendida como autorização para flexibilizar direitos fundamentais, mas como capacidade institucional de atuar de forma técnica, planejada e juridicamente segura.

No Estado Democrático de Direito, a proteção ambiental deve ser compatibilizada com as garantias constitucionais aplicáveis à atuação estatal. A Constituição Federal estabelece, em seu art. 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo. Ao mesmo tempo, a própria Constituição, no art. 5º, LVI, determina que são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos. Desse modo, a tutela penal do meio ambiente não dispensa a observância da legalidade, da proporcionalidade, da finalidade pública e do respeito aos direitos fundamentais.

A atividade de inteligência, conforme a Lei nº 9.883/1999, está relacionada à obtenção, análise e disseminação de conhecimentos destinados a subsidiar o processo decisório e a salvaguarda da sociedade e do Estado. No campo da segurança pública, o Decreto nº 3.695/2000 criou o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, com a finalidade de coordenar e integrar atividades de inteligência nessa área, fornecendo informações úteis à tomada de decisões. Portanto, a inteligência policial ambiental deve ser entendida como atividade de suporte à decisão, e não como substituta da investigação criminal ou da produção judicial de prova.

Essa distinção é essencial. A inteligência policial busca produzir conhecimento para orientar o planejamento, indicar riscos, identificar padrões, mapear vínculos, antecipar condutas e direcionar a atuação operacional. A investigação criminal, por sua vez, possui finalidade própria: apurar autoria e materialidade de uma infração penal. Já a prova processual deve ser produzida ou validada conforme as regras do processo penal, sob controle judicial e com respeito ao contraditório e à ampla defesa. Quando essas esferas são confundidas, há risco de utilização inadequada de relatórios de inteligência como se fossem prova plena, o que pode fragilizar a persecução penal.

Nos crimes ambientais, essa diferenciação assume relevância prática. Um relatório de inteligência pode indicar uma área com recorrência de desmatamento, uma rota utilizada para transporte irregular de madeira, a reincidência de determinado veículo, a existência de vínculos entre pessoas físicas e jurídicas ou

a concentração de ocorrências em determinado período do ano. Esses elementos são relevantes para orientar fiscalizações, barreiras, patrulhamentos, diligências e investigações. Contudo, para fins de responsabilização penal, é necessário que os fatos sejam formalmente documentados por meios lícitos, como auto de constatação, boletim de ocorrência, relatório de fiscalização, laudo pericial, termo de apreensão, depoimentos e demais elementos admitidos em direito.

A Lei nº 9.605/1998, ao disciplinar as sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente, permite a responsabilização de pessoas físicas e jurídicas, sem prejuízo da reparação do dano ambiental. Nesse cenário, a inteligência policial contribui para que a responsabilização não alcance apenas o executor imediato da conduta, mas também financiadores, intermediários, receptadores, transportadores e beneficiários econômicos da prática ilícita. Ainda assim, a identificação desses vínculos precisa ser transformada em elementos investigativos e probatórios válidos, observando os procedimentos legais adequados.

Outro ponto indispensável é a cadeia de custódia. O Código de Processo Penal, especialmente após a Lei nº 13.964/2019, passou a disciplinar expressamente a cadeia de custódia dos vestígios, compreendida como o conjunto de procedimentos destinados a manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado, desde o seu reconhecimento até o descarte. Em crimes ambientais, isso é especialmente importante porque muitos elementos dependem de adequada preservação, como amostras de água ou solo, madeira apreendida, animais, equipamentos, imagens, documentos fiscais, dados digitais e registros georreferenciados. A fragilidade na documentação desses elementos pode comprometer a credibilidade da prova e dificultar a responsabilização dos envolvidos.

Também deve ser observado que o Código de Processo Penal prevê a inadmissibilidade das provas ilícitas, determinando seu desentranhamento quando obtidas em violação a normas constitucionais ou legais. Por essa razão, a inteligência policial ambiental deve evitar atalhos operacionais que comprometam a validade jurídica da atuação estatal. Informações obtidas por fontes abertas, sistemas oficiais, documentos públicos, denúncias, relatórios administrativos e bases institucionais podem ser utilizadas no âmbito da inteligência, desde que respeitados os limites de acesso, finalidade e sigilo. Medidas invasivas, por outro lado, exigem observância das regras legais específicas e, quando necessário, autorização judicial.

Nesse sentido, o produto de inteligência deve funcionar como instrumento de orientação, e não como substituto da formalização investigativa. Sua função é indicar caminhos, levantar hipóteses, subsidiar o gestor e qualificar a atuação operacional. Por exemplo, se a inteligência identifica possível rota de transporte de produto florestal irregular, essa informação pode justificar o planejamento de uma operação de fiscalização em determinado eixo viário. Porém, a responsabilização penal dependerá da constatação formal do ilícito, da documentação da abordagem, da apreensão do material, da identificação dos envolvidos e, quando necessário, da produção de prova técnica.

A observância desses limites fortalece, e não enfraquece, a inteligência policial ambiental. Quanto mais juridicamente seguro for o produto de inteligência, maior será sua utilidade para a gestão pública, para a fiscalização administrativa e para a investigação criminal. A atuação baseada em dados, quando associada ao respeito às garantias legais, reduz o risco de decisões policiais equivocadas, evita nulidades, preserva a credibilidade institucional e aumenta a efetividade da resposta estatal diante da criminalidade ambiental.

Portanto, a inteligência policial ambiental deve ser compreendida como ferramenta estratégica de apoio à decisão, com capacidade de orientar ações preventivas, repressivas e investigativas. Contudo, sua efetividade depende do equilíbrio entre eficiência operacional e legalidade. Em matéria ambiental, esse equilíbrio é ainda mais relevante, pois o Estado tem o dever constitucional de proteger o meio ambiente, mas deve fazê-lo por meios legítimos, tecnicamente fundamentados e juridicamente sustentáveis. Assim, a inteligência não substitui a investigação nem a prova, mas qualifica ambas ao fornecer diagnóstico, direção e racionalidade à atuação policial.

4 CONCLUSÃO

O presente artigo buscou analisar a importância da inteligência policial no enfrentamento dos crimes ambientais, a partir de revisão de literatura. Verificou-se que a criminalidade ambiental constitui fenômeno complexo, com impactos que ultrapassam a dimensão ecológica e alcançam diretamente a segurança pública, a saúde coletiva, a economia e a governança estatal.

A fiscalização ambiental tradicional, baseada em denúncias, flagrantes e respostas pontuais, continua sendo indispensável para a proteção do meio ambiente. Entretanto, quando utilizada de forma isolada, apresenta limitações para compreender padrões, antecipar riscos, identificar reincidência e atingir estruturas mais complexas associadas aos ilícitos ambientais.

A inteligência policial ambiental surge, nesse contexto, como instrumento estratégico para transformar informações dispersas em conhecimento útil à tomada de decisão. Por meio do ciclo de inteligência, dados oriundos de ocorrências, autos administrativos, denúncias, relatórios, imagens e sistemas institucionais podem ser organizados, analisados e difundidos para orientar ações preventivas, repressivas e investigativas.

Conclui-se que a inteligência policial contribui para a qualificação do enfrentamento dos crimes ambientais ao permitir planejamento mais preciso, integração entre órgãos, priorização de áreas críticas, identificação de modos de atuação e melhor emprego dos recursos públicos. Sua efetividade, contudo, depende de capacitação técnica, padronização de registros, interoperabilidade de sistemas, cultura analítica e cooperação interinstitucional. Dessa forma, o enfrentamento dos crimes ambientais deve avançar de um modelo predominantemente reativo para uma atuação orientada por inteligência, evidências e planejamento. A proteção do meio ambiente exige não apenas presença fiscalizatória, mas também

capacidade institucional de compreender a dinâmica criminal, antecipar ameaças e produzir respostas coordenadas, proporcionais e eficientes.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Renato M.; ROCHA, Carlos A. O uso de veículos aéreos não tripulados (VANTs) no policiamento ambiental e na coleta de dados táticos. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 88-104, 2019.

BEATO, Claudio. **Análise criminal e redes criminosas: teoria e prática no policiamento moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Agência Brasileira de Inteligência. **Doutrina da Atividade de Inteligência**. Brasília, DF: ABIN, 2023.

BRASIL. Conselho de Controle de Atividades Financeiras. **Relatório de tendências: tipologias de lavagem de dinheiro associadas a crimes ambientais**. Brasília, DF: COAF, 2022.

BRASIL. **Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000**. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência. Brasília, DF: Presidência da República, 2000.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1941.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998.

BRASIL. **Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999**. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999.

BRASIL. **Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018**. Institui o Sistema Único de Segurança Pública e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019**. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Brasília, DF: Presidência da República, 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública**. Brasília, DF: SENASP, 2009.

CEPIK, Marco. **Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento e análise ambiental: conceitos e aplicações**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2020.

GOMES, F. G.; SILVÉRIO JÚNIOR, J. P.; SANTOS, N. A função social da propriedade e a responsabilidade penal por crimes ambientais no agronegócio: uma análise jurídica e sustentável. **Revista Jurídica**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 13, 2025. DOI: 10.65042/7tg84020.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Atividade de inteligência e legislação correlata**. Niterói: Impetus, 2018.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Metodologia de monitoramento do desmatamento por satélite: PRODES e DETER**. São José dos Campos: INPE, 2023.

INTERPOL. **Wildlife crime**. Lyon: INTERPOL, [s. d.].

KAHN, Tulio. **Modelos preditivos e segurança pública baseada em evidências**. Rio de Janeiro: FGV Direito, 2022.

LEITE, Tarcísio Félix de Pina. **Crimes ambientais no Brasil**. 2018. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Curso de Direito, UniEVANGÉLICA, Anápolis, 2018. Disponível em: Repositório Digital Institucional da UniEVANGÉLICA. Acesso em: 1 jul. 2026.

LOWENTHAL, Mark M. **Intelligence: from secrets to policy**. Thousand Oaks: CQ Press, 2020.

PASCHOAL, Mariana T. **O financiamento do crime organizado ambiental: lavagem de capitais e cadeias ilícitas no Brasil**. São Paulo: Almedina, 2023.

RATCLIFFE, Jerry H. **Intelligence-led policing**. 2. ed. London: Routledge, 2016.

SANO, Hildo; SEGATTO, Catarina I. Coordenação e interoperabilidade no setor público: os desafios da integração de dados de segurança e meio ambiente. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 71, n. 3, p. 540-567, 2020.

SANTOS, Anderson L. Indicadores criminais e a mensuração de danos ecológicos. **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, v. 21, n. 80, p. 112-135, 2021.

SILVA, Rodrigo E. **Ilhas de informação: a fragmentação dos sistemas de inteligência de segurança pública no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2021.

UNODC. **Crimes that affect the environment**. Vienna: United Nations Office on Drugs and Crime, 2024.

UNODC. **World Wildlife Crime Report 2024: trafficking in protected species**. Vienna: United Nations Office on Drugs and Crime, 2024.

ENTRE FESTAS E FRONTEIRAS SOCIAIS: MEMÓRIA E SOCIABILIDADE NA ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE MORADA NOVA

BETWEEN PARTIES AND SOCIAL BOUNDARIES: MEMORY AND SOCIABILITY AT THE MORADA NOVA RECREATIONAL AND CULTURAL ASSOCIATION

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-014>

Francisco Chagas Pontes Neto

Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Mestrando em História pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP
E-mail: fcpontesneto@gmail.com

Resumo

O presente artigo analisa a trajetória da Associação Recreativa e Cultural de Morada Nova, no Ceará, entre as décadas de 1950 e 1980, compreendendo-a como um importante espaço de sociabilidade, lazer e distinção social. A partir da análise de estatutos, atas, entrevistas de história oral e bibliografia especializada, investiga-se o papel desempenhado pela Associação na constituição de práticas culturais e na organização da vida social do município. O estudo evidencia que o clube ultrapassava sua função recreativa, atuando como um espaço de legitimação do prestígio das elites locais, por meio de mecanismos de seleção de sócios, normas de conduta e critérios de pertencimento social. Além disso, discute-se a participação feminina na instituição, destacando as relações de gênero e os padrões morais que restringiam a presença das mulheres nos espaços de decisão e disciplinavam o acesso aos eventos promovidos pela Associação. Ao abordar as transformações ocorridas ao longo de sua história, o artigo contribui para a compreensão da formação da cultura urbana em Morada Nova e das relações entre lazer, poder, memória e exclusão social.

Palavras-chave: Distinção social; Lazer; Sociabilidade.

Abstract

This article analyzes the trajectory of the *Associação Recreativa e Cultural de Morada Nova* (Recreational and Cultural Association of Morada Nova) in Ceará between the 1950s and the 1980s, viewing it as a significant space for sociability, leisure, and social distinction. Drawing on an analysis of statutes, meeting minutes, oral history interviews, and specialized literature, the study investigates the role the Association played in shaping cultural practices and organizing the municipality's social life. The findings reveal that the club transcended its recreational function, serving as a venue for legitimizing the prestige of local elites through membership selection mechanisms, codes of conduct, and criteria for social belonging. Furthermore, the article discusses women's participation in the institution, highlighting the gender relations

and moral standards that restricted women's presence in decision-making spaces and regulated access to events hosted by the Association. By addressing the transformations that occurred throughout its history, the article contributes to an understanding of the formation of urban culture in Morada Nova and the interplay between leisure, power, memory, and social exclusion.

Keywords: Leisure; Social distinction; Sociability.

1 INTRODUÇÃO

A história dos clubes recreativos permite compreender aspectos importantes da formação das cidades, das relações de sociabilidade e das formas de distinção social construídas ao longo do século XX. Em Morada Nova, a Associação Recreativa e Cultural destacou-se como um dos principais espaços de convivência da elite local, reunindo práticas de lazer, festividades e eventos que extrapolavam o simples entretenimento, tornando-se também um ambiente de afirmação de prestígio e poder. Nesse contexto, este artigo analisa a trajetória da instituição entre as décadas de 1950 e 1980, discutindo como seus mecanismos de admissão, sua estrutura administrativa e seus códigos de conduta contribuíram para a produção de fronteiras sociais e de gênero, revelando a estreita relação entre memória, cultura e exclusão social.

2 A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE MORADA NOVA: ORIGEM E ORGANIZAÇÃO

Em meados do século XX, a cidade de Morada Nova¹ apresentava um relativo crescimento econômico, político, social e cultural. Diante disso, no contexto urbano, novos espaços de lazer surgiram atendendo, principalmente, as necessidades dos setores mais privilegiados da população, que, muito provavelmente, desejavam manterem-se distante das classes menos favorecida.

Com efeito, o que se vê em Morada Nova, após a década de 1950, é o surgimento de clubes e associações recreativas para os divertimentos sociais. Esses clubes², promoviam festas, encontros, reuniões e eventos culturais, tornando-se, dessa forma, ponto de referência para a sociedade que se sentia atraída a frequentá-los uma vez que a presença nos mesmos lhes conferia status de glamour.

Albertina Mirtes de Freitas Pontes, referindo-se ao fenômeno dos clubes no Brasil, observa a forma “mimetizada” que marcou a chegada dos clubes na cidade de Fortaleza.

¹ O município de Morada Nova está localizado na região do Baixo Jaguaribe do Ceará e cerca de 160 km da capital Fortaleza. Segundo os dados do Censo 2022 (IBGE), a população é de aproximadamente 161 mil habitantes. Do ponto de vista econômico, o comércio e a pecuária desempenham papel significativo para o desenvolvimento local.

² Convém deixar claro, que apenas os clubes elitistas promoviam esses eventos e manifestações culturais. Assim, os clubes, ditos populares, ficavam restritos apenas as realizações das festas embaladas ao ritmo do forró.

O fenômeno dos clubes não aconteceu só na capital carioca. Como outras práticas e modismo que aqui chegam de forma mimetizada, tendo como principal matriz inspiradora o Rio de Janeiro ou outros grandes centros Urbanos, também em outras cidades brasileiras aconteceram as práticas dos clubes sociais (...) Nos clubes as pessoas conviviam, viam e eram vistas, divertiam-se e se sentiam fazendo parte de uma comunidade diferenciada. No caso dos clubes elegantes, seria essa, privilegiada, onde se primava pelo cultivo de uma aparência saudável, bonita, distinta, características bem diversas das que eram associadas à “outra Fortaleza”. Uma simulação de cidade dentro da outra, antagônicas e distantes em suas realidades.³

De fato, a cidade do Rio de Janeiro, desde o período imperial, sempre fora fonte de inspiração de modas, costumes e valores, difundidos e propagados para as outras cidades brasileiras. Dessa forma, eram comuns os costumes cariocas se fazerem presentes, principalmente, no universo sociocultural, das grandes cidades brasileiras.

Assim, a exemplo do que acontecia nos clubes do Rio de Janeiro e Fortaleza, entre outras cidades, essas práticas, guardadas as devidas proporções, foram, também, comuns nos Clubes de Morada Nova, uma vez que a sociedade local se sentia atraída por esses espaços de lazer e sociabilidade. Afinal, lá os frequentadores desfilavam prestígio e poder perante a sociedade.

3 FUNDAÇÃO E ESTRUTURA INTERNA

Fundado em 1948, precisamente em 16 de janeiro, o Clube Familiar de Morada Nova⁴, surgiu, no cenário urbano do município como palco de inúmeras festas, encontros e reuniões das classes mais abastardas da sociedade.

De 1948, ano de sua fundação, até 1952, a sede do clube era no Salão de Audiências da Câmara Municipal de Morada Nova⁵. Em 1952, foi construída a sua nova sede, localizada a rua Coronel José Ambrósio, 200, Centro. O clube, segundo o Sr. Gerardo Brilhante, era visto como uma verdadeira “sala de visita”⁶ para a cidade, uma vez que ele tinha grande respaldo social. Nos estatutos da Associação, encontramos a sua finalidade:

Art. 2º – A Associação, cujo tempo de duração é indeterminado, tem por fim:
desenvolver o espírito social, cultural e artístico de seus sócios;
promover reuniões e diversões de caráter cultural, artístico e esportivo.⁷

³ Albertina Mirtes de Freitas Pontes. A Cidade dos Clubes: Modernidade e “Glamour” na Fortaleza de 1950 – 1970. UFC, 2003.

⁴ Desde sua fundação em 1948, a Associação Recreativa e Cultural de Morada Nova, recebeu três diferentes nomes: Clube Familiar de Morada Nova (1948-1955); Clube Recreativo e Cultural de Morada Nova (1955); Associação Atlética e Cultural de Morada Nova (17/07/1956). Somente em 07/11/1956 passou a ser chamado de Associação Recreativa e Cultural de Morada Nova. Um fato curioso é que nas atas das reuniões, não são mencionadas as mudanças dos nomes. Essas informações foram obtidas nos relatos de memória dos entrevistados.

⁵ Estudaremos este clube no capítulo III.

⁶ Gerardo Brilhante, 55 anos. Entrevista concedida no dia 12/06/2004. O senhor Gerardo Brilhante reside em Morada Nova, é professor, casado e tem dois filhos. Na década de 1970, foi diretor do clube.

⁷ Estatutos da Associação Recreativa e Cultural de Morada Nova, aprovados em Assembléia Geral, realizada no dia 30 de Junho de 1956.

O acesso ao Clube era restrito aos sócios. No entanto, para ser sócio do Clube, era necessária a indicação de alguém que já pertencesse ao seu quadro de sócios. Tal indicação, visava avaliar se o comportamento social do cidadão, era condizente com as normas da Associação. No Capítulo III dos Estatutos da Associação, os artigos 5º, 6º, 7º e 8º, além de um parágrafo único, tratam sobre a admissão dos sócios. Vejamos.

Art. 5º – A admissão de pessoa para sócio deverá ser feita pelo critério de seleção, somente por proposta de um sócio proprietário, à Diretoria, que, depois de ouvida a comissão de sindicâncias, remeterá o processo ao Conselho Deliberativo, com seu parecer.

Art. 6º – São requisitos indispensáveis para obter o candidato o registro de sócio:

gozar de bom conceito e ter boa conduta;

ser maior de 18 anos;

quando menor de 18 anos e maior de 16, e somente sendo filho de sócio, junto à proposta a permissão do seu genitor;

ter posição social condigna.

Art. 7º – Admitido o sócio, este pagará a Tesouraria às obrigações pecuniárias a que estiver sujeito.

Art. 8º – O candidato cuja admissão for rejeitada poderá interpor recurso no prazo de trinta (30) dias para o mesmo Conselho Deliberativo, demonstrando, documentadamente, a improcedência da decisão, a fim de obter a sua reforma e concessão do registro do sócio.

§ Único – O candidato que foi rejeitado por oito votos dos membros do conselho, não, poderá recorrer de sua decisão.⁸

Dessa forma, o indivíduo que não atendesse as exigências da Associação, tinha a sua entrada vetada. Assim, a Associação herdou, da antiga Casa da Câmara, todos os mecanismos de distinção e exclusão social.

Havia, contudo, dois tipos de sócios: o sócio proprietário e o sócio contribuinte. Sobre esta distinção o Sr. José Almeida de Oliveira, ex-diretor da Associação, comenta:

Tinha o sócio proprietário e sócio contribuinte. O sócio proprietário tinha direito as ações do clube. Os sócios contribuintes tinha o direito de frequentar as festas. Ah! Era apenas um festa mensal, que era chamada festa do sócio promovida pelo diretor do mês. Isso, era uma forma, uma estratégia para o clube conquistar mais sócios. Toda vida, o quadro de sócio proprietário era muito restrito, por que eram pessoas somente da alta camada social. Ah! Primeiro, a pessoa se tornava sócio contribuinte para depois torna-se proprietário. Não podia ser logo sócio proprietário.⁹

Em seu depoimento, o Sr. José Almeida nos revela que, ao promover uma festa mensal para os sócios, a Associação tinha por objetivo atrair novos sócios.

Outra estratégia para ampliar o número de sócios da Associação, era a venda de suas ações. Todavia, convém lembrar que nem todos os indivíduos poderiam comprar as ações, pois, além do critério financeiro, havia o “estudo e análise” da vida do indivíduo. Vejamos como se dava o processo das vendas das ações do Patrimônio Social da Associação.

⁸ Estatutos da Associação Recreativa e Cultural de Morada Nova, aprovados em Assembléia Geral, realizada no dia 30 de Junho de 1956.

⁹ José Almeida de Oliveira, 57 anos Entrevista gravada na sua residência no dia 27/07/2004 . O Sr. José Almeida é casado, tem 4 filhos e é bancário. O mesmo, foi presidente da Associação no período de 1971-1988.

Art. 32 – A aquisição de ações poderá ser feita de uma vez ou em prestações nunca inferiores a cem cruzeiros (Cr\$ 100,00), integralizáveis no prazo máximo de (10) dez meses.

§ Único – O sócio que deixar de pagar qualquer prestação nas oportunidades estabelecidas neste artigo, perderá em benefício do patrimônio da Associação os pagamentos já realizados.

Art. 33 – O sócio poderá ser portador de mais de uma ação, mas não exercerá o direito de voto, senão como proprietário de um só título¹⁰.

A venda de ações, era uma prática comum na cidade de Fortaleza, durante o “império dos clubes”,¹¹ uma vez que estes estabelecimentos de lazer utilizavam-se de várias estratégias para ampliar o quadro de sócios. Desse modo, ofereciam aos novos sócios diversas opções de pagamento, como também as “vantagens” de ser sócio. Para tanto, era utilizado um grande marketing para a venda das ações.

Quanto a composição da diretoria da Associação Recreativa e Cultural de Morada Nova, era composta pelos seguintes membros: presidente, 1º vice-presidente, 2º vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, 1º tesoureiro, 2º tesoureiro e orador. Estes, eram eleitos dentre os sócios proprietários.

O quadro da diretoria era eleito a cada final de ano, precisamente no mês dezembro. Para isso, era necessário cumprir as regras vigentes no edital de eleição. Apenas os sócios proprietários tinham o direito de voto. A solenidade de posse da nova diretoria, era realizada no dia 16 de Janeiro do ano seguinte. Havia, após a posse da nova diretoria, um sorteio para decidir quem seria os diretores de cada mês. Para ilustrar o assunto, recorro a Ata da sessão do dia 25/12/1955.

Dos vinte e cinco do mês de dezembro do ano de mil novecentos e cincoenta e cinco, na sede social, às 15 horas, reunia-se a assembléia geral ordinária do clube, com a finalidade de eleger os novos dirigentes para o exercício de 1956 (...) O Sr. Presidente disse da finalidade daquela assembléia qual seja a escolha, daqueles que há de guiar os destinos do clube durante o ano de 1956, disse para os senhores sócios que obedecida as normas estatutárias, exercessem com independência e liberdade o direito do voto, votando naqueles que realmente pudessem contribuir para a maior elevação do nível social, cultural e esportivo da nossa vitoriosa agremiação (...). Terminada a votação, o Sr. Presidente abriu a urna e contou as cédulas existentes (...). Em seguida foram proclamados os eleitos, ficando assim constituída a diretoria. Presidente: Francisco Nogueira de Pontes, vice-presidente: Francisco Galvão de Oliveira, primeiro secretário: José Carlos Barboza, segundo secretário: Luis Néri e Silva, tesoureiro: Luis Walter Rabelo maia. Diretores: José Praxedes Filho, Francisco Santos Castelo Branco, Luis Adail Chagas, Geraldo de Freitas Carneiro, José Chagas Sobrinho, Orlando Ernandi Chagas (...) Com a palavra o Sr. Presidente disse que seguindo os estatutos da posse dos eleitos seria 16 de Janeiro de 1956.¹²

No entanto, mudanças significativas ocorreram na Associação Recreativa e Cultural de Morada Nova durante as décadas de 1970 e 1980. Entre as várias mudanças ocorridas, uma é, a meu ver, a que mais chama atenção: a Associação tornou-se menos rígida quanto à seleção de seu público.

¹⁰ Estatutos da Associação Recreativa e Cultural de Morada Nova, aprovados em Assembléia Geral, realizada no dia 30 de Junho de 1956.

¹¹ Albertina Mirtes de Freitas Pontes. A Cidade dos Clubes: Modernidade e “Glamour” na Fortaleza de 1950 – 1970. op. Cit.

¹² Ata da sessão do Clube Recreativo e Familiar de Morada Nova em 25/12/1955. A assembléia geral foi a aprovada e assinada pelos seguintes presentes: Francisco Nogueira de Pontes (Presidente), Luis Walter Rabelo Maia (vice-presidente), José Carlos Barboza (1º secretário), Geraldo de Freitas Carneiro, Luiz Néri e Silva, Francisco Castelo Branco, José Ricardo do Nascimento, Luis Adail Chagas, Francisco Chagas Pontes.

Diante disso, percebemos mudanças quanto ao cumprimento dos seus estatutos. Não quero dizer com isso, que os estatutos não fossem cumpridos ou modificados. No entanto, havia, por parte da diretoria, uma maior flexibilidade quanto ao caráter de admissão de novos sócios, uma vez que foi tornando-se menos seletivo. No entanto, o entusiasmo e a “fantasia” que girava em torno da Associação, continuou o mesmo até os anos de 1990.

Aliás, é justamente na década de 1990 que se iniciou o processo de desvalorização da Associação. Segundo o Sr. José Almeida de Oliveira, a decadência da Associação se deu por questões vinculadas meramente a política local.

Surgiram grandes clubes, como por exemplo: O Balneário do DNOCS (Década 1970) e a Ilha Solteira (Década 1980). Todos esses dois clubes eram de grande porte. Além de grandes festas, ofereciam ao seu público uma opção a mais: piscinas. A Associação não tinha. Pensamos (a diretoria) numa expansão do clube, onde chegamos a comprar um terreno para construir uma quadra de jogos, piscinas etc (...). Mesmo com esses dois grandes clubes, continuamos em alta. Convivíamos muito bem(...). Por sinal, esses clubes surgiram muitos anos depois do que a Associação e chegaram a fechar logo, logo (...). O problema da nossa decadência, foi conta de divergências políticas local (...). Foi um episódio ocorrido lá dentro do clube, com um dos líderes políticos (o entrevistado preferiu não citar nomes). Aí, a partir desse triste episódio, passaram a ter festas de rua, principalmente o carnaval. Aí, houve um grande desinteresse da diretoria em promover as grandes festas no clube.¹³

Como ficou evidente no discurso do Sr. José de Almeida, o motivo da decadência da Associação tem origem em questões de natureza política, tão latentes no contexto citadino. Diante disso, percebemos uma teia de interesses em torno da Associação que divergiam entre si. Por conta disso, a mesma encontra-se fadada ao esquecimento.

Embora continue em funcionamento, a Associação Recreativa e Cultural de Morada Nova perdeu muito do seu prestígio, da sua representatividade social que, outrora, possuía. Seus eventos sempre foram sinônimos de pompa, requinte e elegância; hoje, não existe mais nenhuma expectativa e fantasia entorno de seus eventos.

4 O PAPEL DA MULHER

Segundo o registro da Ata da seção de 25/12/1955, podemos perceber que o quadro social da diretoria era composto somente pelo público masculino. Dessa forma, não era permitido mulheres compondo a diretoria. Segundo o Sr. José Almeida de Oliveira, só a partir da década de 1970, as esposas dos membros da diretoria começaram a “participar” indiretamente da diretoria, uma vez que passaram a estar a frente a ornamentação dos eventos.

¹³ José Almeida de Oliveira, 57 anos. Entrevista realizada no dia 27/07/2004.

Não era permitido mulheres compondo a diretoria. No entanto, quando assumi a presidência em 1971, resolvemos (a diretoria) pedir para as nossas esposas ficarem responsáveis pela a ornamentação das festas. Mas elas não tomavam nenhuma decisão quanto à organização, só mesmo com a ornamentação. Afinal, era preciso um toque feminino.¹⁴

No discurso do Sr. José Almeida, se percebe o destaque a figura feminina. Contudo, convém esclarecer que, durante os anos de 1950, 1960 e 1970, as mulheres não desempenhavam nenhum papel dentro da diretoria.

É interessante percebermos, que mesmo com a projeção social das mulheres após os anos de 1950, ainda era claro a distinção entre os papéis femininos e masculinos. A esse respeito, Carla Bassanezi esclarece:

Cresceu na década de cinquenta a participação feminina no mercado de trabalho, especialmente no setor de serviço de consumo coletivo, em escritórios, no comércio ou em serviços públicos (...). Entretanto, eram nítidos os preconceitos que cercavam o trabalho feminino nessa época. Como as mulheres ainda eram vistas prioritariamente como donas de câs e mães, a idéia de incompatibilidade entre o casamento e a vida profissional tinha grande força no imaginário social. Um dos principais argumentos dos que viam com ressalvas o trabalho feminino era o de que trabalhando, a mulher deixava de lado seus afazeres domésticos e suas atenções e cuidados com o marido: ameaças não só a organização doméstica como também a estabilidade do matrimônio.¹⁵

Assim, a meu ver, a Associação foi extremamente influenciada pelos padrões sociais e culturais vigentes em todo o Brasil. Daí, a não participação das mulheres nos quadros da diretoria.

No entanto, a intensa urbanização ocorrida em Morada Nova a partir da década de 1970, com a implantação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), modificaram os padrões culturais da sociedade moradanovense. Acreditamos que isso explica o fato de uma mulher ter obtido algum destaque dentro da Associação a partir dos anos de 1970.

Podemos dizer que as mulheres sempre foram de certa forma, “alvos” da Associação. De um lado, não tinham direito de participar da diretoria, por outro, as “mulheres desonradas” eram proibidas de entrar ou freqüentar os eventos promovidos pela Associação. Isso se deu, principalmente, nos chamados “anos dourados”. Sobre este aspecto, o Sr. Dílson Pontes Chagas revela:

¹⁴ José Almeida de Oliveira, 57 anos. Entrevista gravada no dia 27/07/2004.

¹⁵ Carla Bassanezi. “Mulheres dos anos dourados”. IN: História das mulheres no Brasil. Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (Coord. de textos) 3ªed. São Paulo: Contexto, 2000. p.624.

Quando foi construída a sede da Associação por volta de 1953, as festas dançantes deixaram de serem realizadas no Salão das Audiências, pois passavam a serem realizadas na nova sede da Associação. Vale salientar que a Associação tinha um aspecto elitizante, seletivo da sociedade. Lembro bastante que fez-se um estudo, ou uma análise das pessoas, moças ou mulheres que não tinham assim uma vida social regular, vamos dizer que fizessem programas. Naquela época (1950) não se falava, não se dizia programa, mas se falavam em raparigas. Essa era a expressão utilizada (...). Como se sabe, algumas famílias daqui de Morada Nova, tinham dessas pessoas e por causa desse aspecto seletivo para a entrada das senhoras, muitas não entravam.¹⁶

Esse aspecto moralizante do qual nos fala o Sr. Dílson Pontes, era uma forma de segregação social, uma vez que mulheres “desonradas”, jamais poderiam frequentar os eventos promovidos pela Associação. Assim, as “mulheres respeitáveis” não correriam o risco de encontrar essas “mulheres desonradas”.

Segundo o Sr. Dilson Pontes, devido ao aspecto tão rígido e moralizante funda-se ainda na década de 1950, outro Clube chamado de Sociedade Pró-melhoramento de Morada Nova. A esse respeito, tece o seguinte comentário:

O Clube (Associação) era muito moralista. Por conta disso, a sociedade se dividiu. Aí, foi quando criaram um outro clube com nome de Sociedade Pró-melhoramento de Morada Nova, onde muito dos membros da diretoria, entre eles: Francisco Cavalcante, Joaquim Chagas Filho, João Andrade Nântua, José Pessoa de Andrade, Raimundo Brilhante e muitos outros faziam parte desse clube (sociedade pró-melhoramento) (...). A Associação tinha um caráter muito rígido, quanto a seleção de seu público. Alguns membros não concordavam com esse aspecto, por isso fundaram a Sociedade Pró-melhoramento de Morada Nova (...). Lá, não tinha o mesmo aspecto moralizante da Associação. Era normal mesmo, entende? E, se a pessoa tivesse essa “mazela”, como considerou o clube, na sociedade Pró-melhoramento ninguém queria saber da vida de ninguém.¹⁷

Essa “mazela”, a qual se refere o Sr. Dílson, diz respeito aquelas mulheres de vidas promíscua, onde jamais poderiam frequentar os salões da Associação. Na verdade, a Sociedade Pró-melhoramento teve pouco tempo de atuação, pois não conseguiu despertar o interesse na sociedade que se concentrava na Associação¹⁸.

É interessante observar que, após o desaparecimento do Salão da Sociedade Pró-melhoramento de Morada Nova na década de 1960, os membros da diretoria voltaram a fazer parte do quadro de sócios da Associação Recreativa e Cultural de Morada Nova. Este fato, nos chama atenção para a grande representatividade da Associação perante a sociedade moradanovense.

Nessa perspectiva, a vida social da Associação servia para a manutenção do status de uma elite que desfilava prestígio e poder perante a sociedade. Dessa maneira, os eventos “sociais” promovidos na Associação, serviam para reforçar e legitimar as relações de poder disseminadas na sociedade. Referindo-

¹⁶ Dílson Pontes Chagas. Entrevista realizada no dia 12/07/2004

¹⁷ Dílson Pontes Chagas. Entrevista realizada no dia 12/07/2004.

¹⁸ Essas cisões entre a diretoria, foi comum nos clubes em Fortaleza. Segundo Mirtes Freitas, o clube Iracema foi fundado em resposta a um episódio ocorrido no clube Cearense. Ver: Albertina Mirtes de Freitas Pontes. A Cidade dos Clubes: modernidade e “glamour” na Fortaleza de 1950-1970. op.cit.

se aos clubes de Fortaleza, no período de 1950 – 1960 Gisafran Mota Jucá acentua o caráter excludente destes espaços:

As modalidades de diversão externavam a ânsia de demonstrar uma situação social de prestígio. Por isso, as festas promovidas pelos clubes serviam de ocasião e exibição do “status” adquirido pelos envolvidos nas comemorações. Só que a chance de participar do lazer exibido em recintos privilegiados limitava-se aos mais favorecidos.¹⁹

A exemplo dos clubes de Fortaleza, na Associação Recreativa e Cultural de Morada Nova, no período 1950-1980, apenas os mais abastados da sociedade (comerciantes, políticos, fazendeiros) freqüentavam o clube. Isto nos faz pensar sobre o caráter excludente da sociedade local no período em questão, bem como sobre os mecanismos de controle social empregados pela Associação.

Ao longo do período que marca as fronteiras temporais desta pesquisa, a Associação Recreativa e Cultural de Morada Nova, cada vez mais firmava-se como um grande clube, conquistando, dessa forma, um enorme prestígio social. A medida em que se firmava como um grande clube, maior era a quantidade de sócios e, conseqüentemente, a atração de mais frequentadores para seus eventos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intensa urbanização, iniciada a partir da década de 1950, e, sobretudo, nos anos de 1970, proporcionou a sociedade local o surgimento de novos espaços de lazer e sociabilidade.

Todavia, este artigo, procurou estudar a Associação Recreativa e Cultural de Morada Nova, esta que foi entre 1950-1980, um dos maiores, ou melhor, o maior polo de lazer da sociedade local. Assim, analisamos e verificamos as transformações ocorridas nesse espaço diversional. E, mais: vimos, as mutações sofridas nas mentalidades da sociedade moradanovense.

A pesquisa desvela, sobretudo, uma sociedade fortemente guiada por princípios moralistas, procurando, dessa forma, normatizar e disciplinarizar os seus membros.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha. O Império do Divino. **Festa Religiosa e Cultura Popular no Rio de Janeiro. 1830-1900**. Nova Fronteira: São Paulo, FEPEST, 1999.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. “Violar memórias e gestar a História: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador difícil”. In. **Clio – Revista de Pesquisa histórica da UFPE**, nº 15. Recife: Universitária, 1994. [p.32-52].

¹⁹ Gisafran Nazareno Mota Jucá. A oralidade dos velhos na Polifonia urbana de Fortaleza. Imprensa Universitária, 2003. p. 79.

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. **A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**; prefácio de Richard Morse - Rio de Janeiro; Rocco, 1993.

BASSANEZI, Carla. “Mulheres dos anos dourados”. IN: **História das mulheres no Brasil**. Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (Coord. de textos) 3ªed. São Paulo: Contexto, 2000.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade**: lembrança de Velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BRESCIANI, Maria Stella. “Lógica e Dissonância: Sociedade de Trabalho: Lei, Ciência, Disciplina e Resistência Operária”. In. **Revista Brasileira de História**. V.6 nº 11. São Paulo: 1985-1986.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **Educação para o lazer**. São Paulo, Moderna, 1998, p.32.
CHAGAS, Dilson Pontes. Morada Nova em Revista. Fortaleza: ABC editora, 2001.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandro e heróis**: para um sociologia do dilema brasileiro. 6º ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e Civilizações**. Tradução: L.R.Raposo Fontenelle. Fortaleza, edições Universidade Federal do Ceará, Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1983.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

_____. "Fortaleza, Cultura e Lazer(1945-1960)". In. **Uma Nova História do Ceará**. Org. Simone de Sousa. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão...[et.al]. 4ª ed. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1996.

PONTES, Albertina Mirtes de Freitas. **A Cidade dos Clubes**: modernidade e “glamour” na Fortaleza de 1950-1970. UFC, 2003.

MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o tempo levou**: crônicas histórica de Fortaleza antiga; introdução, Sebastião Rogério Ponte. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

MONTENEGRO, Antônio Torres. “História Oral: caminhos e descaminhos”. In. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol.13,nº 25-26, Set. 92/Ago.93. [p.55-56].

RAGO, Margareth. Os prazeres da noite. **Prostituição e Códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é Pós-moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SCHAWARCZ, Lilian Moritz. **O Império em Procissão**: ritos e símbolos do segundo reinado. Rio de Janeiro. Jorge Alencar ed. 2001.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. Arrochar a Titela, Chambregar e Criar um Furdunço. Divertimentos e Tensões Sociais em Campina Grande. In. **A Paraíba no Império e na República**: estudos de história social e cultural. João Pessoa. Idéia, 2003.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: **Projeto História. Nº 15, São Paulo: PUC, 1997.**

_____. "O que faz a História oral diferente". In. **Projeto História, nº 14, São Paulo: PUC, fev. 1997. [p.25-38].**

VIEIRA, Maria Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha & KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em História. 2º ed. São Paulo: Ática, 1991.**

SUSTENTABILIDADE EM SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO INSTITUCIONAIS: DA GESTÃO DOS CARDÁPIOS À REDUÇÃO DO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS

SUSTAINABILITY IN INSTITUTIONAL FOOD SERVICES: FROM MENU MANAGEMENT TO FOOD WASTE REDUCTION

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-015>

Fernanda Demoliner

Nutricionista, Doutora em Ciência dos Alimentos

E-mail: demoliner.fernanda@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8170-340X>

Resumo

As mudanças climáticas intensificam a necessidade de adoção de estratégias sustentáveis nos sistemas alimentares, incluindo os serviços de alimentação institucionais, responsáveis por elevado consumo de recursos naturais e significativa geração de desperdícios. Este estudo teve como objetivo discutir a sustentabilidade em serviços de alimentação institucionais sob a perspectiva da gestão da produção de refeições, evidenciando como decisões adotadas ao longo desse processo podem contribuir para a mitigação dos impactos ambientais. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada por meio de buscas em bases de dados científicas e documentos técnicos nacionais e internacionais relacionados à temática. A discussão foi estruturada em duas etapas do processo produtivo: planejamento de cardápios e aquisição sustentável dos alimentos; e produção e distribuição das refeições com foco na eficiência operacional e na redução do desperdício. As evidências demonstram que estratégias como elaboração de cardápios sustentáveis, compras públicas da agricultura familiar, valorização de alimentos regionais e sazonais, uso racional de água e energia, adoção de ferramentas de gestão, capacitação das equipes e monitoramento do desperdício contribuem simultaneamente para a redução dos impactos ambientais, otimização dos recursos e fortalecimento da segurança alimentar e nutricional. Conclui-se que a sustentabilidade nos serviços de alimentação deve ser compreendida como um processo integrado de gestão, iniciado no planejamento dos cardápios e consolidado ao longo de toda a produção das refeições.

Palavras-chave: Alimentação coletiva; Desperdício de alimentos; Mudanças climáticas; Serviços de alimentação; Sustentabilidade.

Abstract

Climate change has intensified the need to adopt sustainable strategies within food systems, including institutional food services, which are characterized by high consumption of natural resources and

substantial food waste generation. This narrative review aimed to discuss sustainability in institutional food services from the perspective of meal production management, highlighting how decisions made throughout this process can contribute to mitigating environmental impacts. The review was based on scientific literature and technical documents addressing sustainability in food services. The discussion was organized into two major stages of meal production management: sustainable menu planning and food procurement, followed by food production and distribution with emphasis on operational efficiency and food waste reduction. The evidence indicates that strategies such as sustainable menu planning, public procurement from family farming, prioritization of local and seasonal foods, rational use of water and energy, implementation of management tools, continuous staff training, and systematic monitoring of food waste simultaneously improve environmental performance, optimize resource use, and strengthen food and nutrition security. It is concluded that sustainability in institutional food services should be understood as an integrated management process that begins with menu planning and is consolidated throughout all stages of meal production, reinforcing the strategic role of nutrition professionals in promoting more sustainable food systems.

Keywords: Climate change; Collective feeding; Food services; Food waste; Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas representam um dos principais desafios globais do século XXI e têm repercussões diretas sobre a produção, a disponibilidade, o acesso e o consumo de alimentos (Alpinho et al., 2022; Rezaei et al., 2023). Nesse contexto, os sistemas alimentares ocupam posição central no debate sobre sustentabilidade por apresentarem uma relação bidirecional com as mudanças climáticas: ao mesmo tempo em que sofrem os efeitos das alterações climáticas, também contribuem significativamente para sua intensificação por meio das emissões de gases de efeito estufa, do elevado consumo de recursos naturais, da degradação ambiental e do desperdício de alimentos (Crippa et al., 2021; Rezaei et al., 2023). Estima-se que aproximadamente um terço das emissões antropogênicas globais de gases de efeito estufa seja proveniente dos sistemas alimentares (Crippa et al., 2021), enquanto projeções indicam que, caso os atuais padrões de produção e consumo sejam mantidos, o consumo global de alimentos poderá contribuir com aproximadamente 1 °C adicional para o aquecimento do planeta até o final deste século (Rezaei et al., 2023). A transição para sistemas alimentares mais sustentáveis constitui uma estratégia indispensável para o enfrentamento das mudanças climáticas e para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional em escala global. Nesse contexto, o Acordo de Paris sobre o Clima e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas defendem esforços transformadores de sustentabilidade em todos os setores para mitigar o aquecimento global (United Nations, 2015).

Embora a maior parcela das emissões esteja associada às etapas de produção agropecuária, as atividades desenvolvidas nos serviços de alimentação também exercem papel relevante na sustentabilidade dos sistemas alimentares. Esses serviços produzem diariamente grande volume de refeições e, conseqüentemente, apresentam elevado consumo de água, energia, matérias-primas e outros insumos, além de gerarem resíduos sólidos e desperdício de alimentos (Dias et al., 2016; Carletto et al., 2023). Nesse cenário, esses serviços representam espaços estratégicos para implementação de práticas sustentáveis, uma vez que decisões relacionadas ao planejamento, à aquisição, à produção e à distribuição das refeições podem reduzir simultaneamente impactos ambientais, custos operacionais e desperdícios, sem comprometer a qualidade nutricional e sanitária das refeições ofertadas (Lund-Durlacher; Gössling, 2021; Carletto et al., 2023).

Nos últimos anos, observa-se um aumento das pesquisas sobre sustentabilidade em serviços de alimentação. Entretanto, a maioria dos estudos aborda aspectos específicos, como desperdício de alimentos, compras públicas, consumo de água, eficiência energética ou gerenciamento de resíduos, de forma isolada (Lins et al., 2021; Carletto et al., 2023). Essa abordagem fragmentada limita a compreensão da sustentabilidade como um processo integrado, no qual decisões relacionadas ao planejamento dos cardápios, à aquisição de alimentos, à produção de refeições e à gestão de resíduos são interdependentes e influenciam conjuntamente os resultados ambientais, econômicos e sociais. Sob essa perspectiva, analisar a sustentabilidade a partir da gestão da produção de refeições permite integrar essas diferentes estratégias em um modelo de análise mais próximo da realidade dos serviços de alimentação institucionais e da atuação do nutricionista (Figura 1).

Diante desse contexto, o presente estudo teve como objetivo discutir a sustentabilidade em serviços de alimentação institucionais a partir da gestão da produção de refeições, evidenciando como decisões adotadas ao longo desse processo contribuem para a mitigação dos impactos ambientais e o fortalecimento de sistemas alimentares mais sustentáveis.

SUSTENTABILIDADE EM SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO INSTITUCIONAIS: DA GESTÃO DOS CARDÁPIOS À REDUÇÃO DO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS

Figura 1 – Modelo conceitual da sustentabilidade na gestão da produção de refeições.



Fonte: Elaborada pela autora (2026).

2 SUSTENTABILIDADE AO LONGO DO PROCESSO PRODUTIVO DAS REFEIÇÕES

2.1 PLANEJAMENTO DE CARDÁPIOS E AQUISIÇÃO SUSTENTÁVEL DOS ALIMENTOS

O planejamento de cardápios constitui o ponto de partida da gestão dos serviços de alimentação institucionais, uma vez que orienta todas as decisões relacionadas ao processo de produção de refeições, incluindo a aquisição de alimentos, o armazenamento, o pré-preparo, a produção, a distribuição e o gerenciamento dos resíduos (Abreu et al., 2019). Sob essa perspectiva, o cardápio deixa de ser apenas um instrumento de organização das preparações culinárias e passa a representar uma ferramenta estratégica de gestão, capaz de integrar objetivos nutricionais, operacionais, econômicos e ambientais (Abreu et al., 2019). Dessa forma, sua elaboração deve incorporar critérios que transcendam a adequação nutricional, contemplando também aspectos relacionados à sustentabilidade, ao uso eficiente dos recursos naturais e à mitigação dos impactos ambientais (Basso, 2021; Brasil, 2022).

O planejamento de cardápios sustentáveis vai além da definição das preparações que comporão as refeições, constituindo uma estratégia capaz de integrar alimentação saudável, sustentabilidade ambiental, valorização da agricultura familiar, respeito à cultura alimentar, sazonalidade e biodiversidade (Brasil, 2022). Nesse contexto, o Guia Alimentar para a População Brasileira recomenda que a alimentação seja baseada predominantemente em alimentos *in natura* ou minimamente processados, priorizando frutas, hortaliças, leguminosas e cereais, respeitando a cultura alimentar, a sazonalidade e a biodiversidade brasileira (Brasil, 2014). Além de favorecer a promoção da saúde, essas recomendações contribuem para sistemas alimentares mais sustentáveis ao estimular menor dependência de alimentos ultraprocessados, maior diversidade agrícola e valorização da produção local. Assim, o Guia Alimentar fornece princípios

que podem ser operacionalizados na elaboração de cardápios institucionais, aproximando as recomendações de alimentação saudável das estratégias de sustentabilidade ambiental.

A relação entre planejamento do cardápio e sustentabilidade foi evidenciada por Dal Cortivo e Triches (2024), que demonstraram que cardápios com menor pegada hídrica e menor pegada de carbono podem apresentar adequada qualidade nutricional. Os autores observaram que a redução da frequência de carnes vermelhas, associada ao aumento da participação de alimentos de origem vegetal e de carnes brancas, reduziu significativamente os impactos ambientais das refeições sem comprometer sua qualidade nutricional. Esses resultados reforçam que o cardápio constitui uma importante ferramenta para mitigação dos impactos ambientais dos serviços de alimentação, permitindo conciliar qualidade nutricional, sustentabilidade e viabilidade operacional.

A aquisição dos alimentos representa o desdobramento prático das decisões tomadas durante o planejamento dos cardápios (Abreu et al., 2019). Nesse sentido, Swensson et al. (2021) destacam que as compras públicas de alimentos possuem capacidade de integrar objetivos nutricionais, ambientais, sociais e econômicos, estimulando sistemas produtivos mais sustentáveis e ampliando o acesso da população a alimentos saudáveis. De forma complementar, Casonato et al. (2024) ressaltam que critérios relacionados ao ciclo de vida dos alimentos e à pegada ambiental devem ser incorporados aos processos de aquisição, superando modelos baseados exclusivamente no menor preço.

No contexto brasileiro, políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) demonstram o potencial das compras públicas como instrumento de transformação dos sistemas alimentares. Além de promoverem o abastecimento dos serviços públicos com alimentos frescos e minimamente processados, essas políticas fortalecem a agricultura familiar, incentivam circuitos curtos de comercialização, valorizam alimentos regionais e estimulam práticas agrícolas mais sustentáveis (Brasil, 2003; Brasil, 2009). Revisão integrativa conduzida por Elias et al. (2025) evidenciou que essas iniciativas favorecem o desenvolvimento local, ampliam a oferta de alimentos saudáveis e contribuem para a valorização da sociobiodiversidade brasileira.

A priorização de alimentos regionais e sazonais representa outra estratégia importante para redução dos impactos ambientais da produção de refeições. Alimentos produzidos em seu período natural de oferta tendem a apresentar menor necessidade de armazenamento prolongado, refrigeração e transporte por longas distâncias, reduzindo o consumo de energia e as emissões associadas à logística de abastecimento (FAO, 2019). Além dos benefícios ambientais, a sazonalidade favorece melhor qualidade sensorial dos alimentos, maior disponibilidade no mercado e, frequentemente, menores custos de aquisição, contribuindo simultaneamente para a sustentabilidade ambiental e econômica dos serviços de alimentação (BRASIL, 2022).

Outro aspecto relevante refere-se à incorporação da biodiversidade alimentar no planejamento dos cardápios (Basso, 2021). A utilização de frutas nativas, hortaliças regionais e alimentos provenientes da sociobiodiversidade amplia a diversidade alimentar, favorece a oferta de vitaminas, minerais e compostos bioativos e contribui para conservação dos recursos naturais e fortalecimento das economias locais (Cabral et al., 2024; Elias et al., 2025). Além dos benefícios nutricionais e ambientais, a valorização da sociobiodiversidade fortalece mercados institucionais e estimula cadeias produtivas locais, constituindo uma estratégia relevante para promover sistemas alimentares mais sustentáveis (Brasil, 2022).

Em conjunto, planejamento de cardápios, compras públicas sustentáveis, valorização da agricultura familiar, priorização de alimentos regionais e sazonais e incorporação da biodiversidade constituem estratégias complementares para promoção de sistemas alimentares mais sustentáveis. Essas decisões influenciam simultaneamente a qualidade nutricional das refeições, a eficiência da gestão, os custos operacionais e a pegada ambiental dos serviços de alimentação.

2.2 PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO SUSTENTÁVEIS: EFICIÊNCIA OPERACIONAL E REDUÇÃO DO DESPERDÍCIO

Após o planejamento dos cardápios e a aquisição dos alimentos, a sustentabilidade dos serviços de alimentação passa a depender da capacidade da unidade em transformar matérias-primas em refeições de forma eficiente, segura e com o menor impacto ambiental possível. Nessa etapa, decisões relacionadas ao uso racional de água, energia, equipamentos, insumos e mão de obra influenciam simultaneamente a qualidade das refeições, os custos operacionais e o desempenho ambiental da unidade (Subramanian et al., 2021; Abreu, 2019). Assim, a produção de refeições deve ser compreendida como um sistema integrado de gestão dos recursos naturais e operacionais, no qual o consumo de água, energia, alimentos e insumos está diretamente relacionado à geração de desperdícios e às emissões ambientais (Subramanian et al., 2021).

O processo produtivo das refeições caracteriza-se por elevado consumo de água e energia, especialmente durante as etapas de higienização, cocção, refrigeração, armazenamento e distribuição (Subramanian et al., 2021; Lund-Durlacher; Gössling, 2021). Lund-Durlacher e Gössling (2021) demonstram que os sistemas de cocção, refrigeração e ventilação representam os principais responsáveis pelo consumo energético em serviços de alimentação, evidenciando que intervenções nessas etapas apresentam elevado potencial de redução dos impactos ambientais. Entre as estratégias recomendadas destacam-se a manutenção preventiva dos equipamentos, a substituição por tecnologias energeticamente mais eficientes, a recuperação do calor residual dos sistemas de cocção, a utilização de equipamentos por indução, a otimização dos sistemas de ventilação e iluminação e o uso racional da água durante as operações de higienização. Além da redução do consumo energético, essas medidas contribuem para diminuir as

emissões de gases de efeito estufa associadas ao funcionamento das cozinhas industriais e reduzir os custos operacionais da unidade (Lund-Durlacher; Gössling, 2021; Carletto et al., 2023).

Entretanto, a sustentabilidade da produção não depende exclusivamente da infraestrutura disponível, mas também da qualidade da gestão dos processos produtivos. Ferramentas como fichas técnicas de preparação, fatores de correção, definição de porções *per capita*, monitoramento do rendimento das preparações e previsão da demanda constituem importantes instrumentos para racionalizar o uso das matérias-primas e reduzir desperdícios (Akutsu et al., 2005; Abreu et al., 2019). As fichas técnicas padronizam ingredientes, quantidades, métodos de preparo, rendimento e porcionamento, reduzindo variações entre preparações e minimizando perdas decorrentes de erros operacionais (Akutsu et al., 2005). Os fatores de correção permitem estimar com maior precisão a quantidade de alimentos necessária para aquisição, considerando as perdas inevitáveis do pré-preparo, enquanto o cálculo adequado do *per capita* evita tanto a produção insuficiente quanto o excesso de refeições preparadas (Basso, 2021). Dessa forma, essas ferramentas deixam de ser apenas instrumentos administrativos e passam a desempenhar papel estratégico na sustentabilidade da produção.

A previsão da demanda destaca-se como uma das estratégias mais efetivas para redução do desperdício. Em estudo realizado em um hospital australiano, Ni et al. (2026) verificaram que aproximadamente 88% do desperdício gerado na cozinha correspondia a alimentos preparados, porém não distribuídos aos pacientes, enquanto as perdas por deterioração representaram parcela pouco significativa. Os autores atribuíram esse resultado principalmente às dificuldades na previsão do número de refeições e ao excesso de produção, indicando que intervenções voltadas ao planejamento da produção apresentam maior potencial para reduzir o desperdício do que estratégias direcionadas exclusivamente ao comportamento dos consumidores.

Sob essa perspectiva, o desperdício de alimentos deve ser interpretado como um indicador da qualidade da gestão operacional dos serviços de alimentação. Sobras limpas, alimentos preparados e não distribuídos, perdas durante o pré-preparo e resto-ingesta representam manifestações distintas de falhas no planejamento, na produção ou na distribuição das refeições. Lins et al. (2021) destacam que cada quilograma de alimento desperdiçado incorpora também perdas de água, energia, mão de obra, produtos de higienização, transporte e armazenamento, ampliando significativamente os impactos ambientais, econômicos e sociais do desperdício. Essa perspectiva corrobora a abordagem proposta por Subramanian et al. (2021), segundo a qual o desperdício de alimentos deve ser analisado em conjunto com o consumo de água, energia e emissões, uma vez que todos esses recursos estão interligados ao longo da produção das refeições. Assim, a redução das perdas não representa apenas economia de alimentos, mas também conservação dos recursos naturais empregados em toda a cadeia produtiva.

A etapa de distribuição das refeições representa também uma oportunidade para prevenir o desperdício antes do consumo. Decisões relacionadas ao sistema de distribuição, ao porcionamento, à apresentação das preparações, à manutenção das temperaturas adequadas e à reposição gradual dos alimentos exercem influência direta sobre a quantidade de sobras e resto-ingesta (Lund-Durlacher; Gössling, 2021). Revisão sistemática com metanálise conduzida por Guimarães et al. (2024) demonstrou que os índices de desperdício variam conforme o tipo de serviço de alimentação e o sistema de distribuição adotado, indicando que diferentes modelos operacionais demandam estratégias específicas de gestão. Esses resultados evidenciam que a distribuição não deve ser compreendida apenas como etapa final da produção, mas como componente estratégico da sustentabilidade operacional.

Além dos indicadores quantitativos de desperdício, a avaliação da aceitabilidade das preparações constitui importante ferramenta para monitorar a qualidade da produção e subsidiar melhorias contínuas nos cardápios e nas técnicas de preparo. A análise conjunta da aceitabilidade e do resto-ingesta permite identificar preparações com maior rejeição pelos comensais, fornecendo subsídios para ajustes relacionados ao sabor, textura, aparência, temperatura e porcionamento, contribuindo para a redução do desperdício alimentar e para a melhoria da qualidade do serviço (Silva; Veloso, 2024). Dessa forma, o monitoramento da aceitabilidade permite identificar preparações críticas, reformular técnicas culinárias, ajustar temperos e aperfeiçoar os cardápios, contribuindo simultaneamente para aumentar a satisfação dos usuários e reduzir o desperdício alimentar (Guimarães et al., 2024).

Outro componente essencial para a sustentabilidade da produção refere-se à capacitação contínua das equipes de trabalho. Carletto et al. (2023) demonstram que programas permanentes de treinamento favorecem maior padronização das atividades, utilização adequada dos equipamentos, cumprimento das Boas Práticas de Manipulação e redução de erros durante o preparo e a distribuição das refeições. Lund-Durlacher e Gössling (2021) acrescentam que a incorporação da sustentabilidade à rotina dos serviços de alimentação depende menos da existência de protocolos formais e mais da capacidade das equipes em aplicá-los sistematicamente nas atividades diárias, reforçando que a qualificação dos profissionais constitui elemento transversal da gestão sustentável.

Mesmo com planejamento adequado e elevada eficiência operacional, parte dos resíduos gerados nos serviços de alimentação é inevitável, especialmente resíduos orgânicos provenientes do pré-preparo dos alimentos e materiais utilizados nas operações de produção. Nesses casos, a adoção de estratégias de gerenciamento ambientalmente adequadas, como segregação na fonte, compostagem da fração orgânica, reciclagem de materiais recicláveis e destinação ambientalmente correta dos rejeitos, contribui para reduzir os impactos ambientais dos serviços de alimentação e fortalecer princípios da economia circular (Carletto et al., 2023; Lund-Durlacher; Gössling, 2021; Subramanian et al., 2021).

Dessa forma, a sustentabilidade da produção de refeições não resulta de uma única ação isolada, mas da integração entre planejamento operacional, uso racional dos recursos naturais, adoção de ferramentas de gestão, qualificação das equipes, monitoramento contínuo dos indicadores de desempenho e prevenção e monitoramento contínuo do desperdício. Essa abordagem evidencia que a eficiência operacional constitui o principal elo entre a gestão da produção e a sustentabilidade dos serviços de alimentação institucionais.

3 CONCLUSÃO

As evidências reunidas nesta revisão demonstram que a sustentabilidade nos serviços de alimentação institucionais deve ser compreendida como um processo integrado de gestão, iniciado no planejamento dos cardápios e na aquisição sustentável dos alimentos e consolidado por meio da eficiência operacional, da produção e distribuição das refeições e da redução do desperdício. Essa abordagem evidencia que decisões tomadas ao longo de todo o processo produtivo influenciam simultaneamente a qualidade nutricional das refeições, o consumo de recursos naturais, os custos operacionais e os impactos ambientais.

Diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas, os serviços de alimentação assumem papel estratégico na promoção de sistemas alimentares mais sustentáveis. Assim, a incorporação de critérios de sustentabilidade às práticas de gestão representa uma oportunidade para fortalecer a segurança alimentar e nutricional, reduzir a pegada ambiental da produção de refeições e ampliar a contribuição desses serviços para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

REFERÊNCIAS

ABREU, Edeli Simoni; SPINELLI, Mônica Glória; PINTO, Ana Maria de Souza. **Gestão de Unidade de Alimentação e Nutrição: um modo de fazer**. 7ª Ed. São Paulo. Editora Metha. 2019.

ALPINO, Tais de Moura Ariza; MAZOTO, Maíra Lopes; BARROS, Denise Cavalcante de; FREITAS, Carlos Machado de. Os impactos das mudanças climáticas na Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 273-286, 2022. DOI: 10.1590/1413-81232022271.05972020.

AKUTSU, Rita de Cássia; BOTELHO, Raquel Assunção; CAMARGO, Erika Barbosa; SÁVIO, Karin Eleonora Oliveira; ARAÚJO, Wilma Coelho. A ficha técnica de preparação como instrumento de qualidade na produção de refeições. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 277-279, mar./abr. 2005. DOI: 10.1590/S1415-52732005000200012.

BASSO, Cristiana. **Alimentação Coletiva: técnica dietética e segurança alimentar**. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Guanabara Koogan. 2021.

BRAGA, Camila Lago; GRISA, Cátia. Contribuições das compras públicas de alimentos na construção de sistemas alimentares sustentáveis: uma proposta metodológica. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 64, e292633, 2026. DOI: 10.1590/1806-9479.2026.292633.

BRASIL. **Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 3 jul. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cardápios sustentáveis na alimentação escolar**. Organização de Luciana Dias de Oliveira e Vanuska Lima da Silva. Brasília: MEC; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Medicina, Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE/UFRGS), 2022. 48 p. ISBN 978-65-00-55284-3.

CABRAL, Bianca da Conceição; SIQUEIRA, Felipe Fernando da Silva; FRAZAO, Andrea das Graças Ferreira; TOMCHINSKY, Bernardo. Public procurement of regional food from family farming in municipalities of the Eastern Amazon. **Mundo Amazónico**, Bogotá, v. 16, n. 1, e112178, 2025. DOI: 10.15446/ma.v16n1.112178.

CARLETTO, Fernanda Correa; FERRIANI, Lara Onofre; SILVA, Daniela Alves. Sustainability in food service: a systematic review. **Waste Management & Research**, London, v. 41, n. 2, p. 285-302, 2023. DOI: 10.1177/0734242X221122604.

CASONATO, Cecilia; SANYÉ-MENGUAL, Esther; VITTUARI, Matteo; SALA, Serenella. Life cycle assessment to support public procurement of food: a review. **Cleaner Environmental Systems**, v. 15, art. 100239, 2024. DOI: 10.1016/j.cesys.2024.100239.

CRIPPA, M.; SOLAZZO, E.; GUIZZARDI, D.; MONFORTI-FERRARIO, F.; TUBIELLO, F. N.; LEIP, A. Food systems are responsible for a third of global anthropogenic GHG emissions. **Nature Food**, London, v. 2, n. 3, p. 198-209, 2021. DOI: 10.1038/s43016-021-00225-9.

DAL CORTIVO, Jaciara Maiara; TRICHES, Rozane Marcia. Dietas sustentáveis: aspectos nutricionais, pegada hídrica e de carbono em cardápios oferecidos na alimentação escolar. **Interfaces Científicas: Saúde e Ambiente**, Aracaju, v. 9, n. 3, p. 81-96, 2024. DOI: 10.17564/2316-3798.2024v9n3p81-96.

DIAS, Natalia Araújo; OLIVEIRA, Ana Livia de. Sustentabilidade nas unidades de alimentação e nutrição: desafios para o nutricionista no século XXI. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 30, n. 254/255, p. 26-31, 2016.

ELIAS, Lilian de Pellegrini; et al. Construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos através das compras públicas de alimentos da agricultura familiar: uma revisão integrativa. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 63, e286963, 2025. DOI: 10.1590/1806-9479.2025.286963.

FAO. **The State of Food and Agriculture 2019**: Moving forward on food loss and waste reduction. Roma: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 2019. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/11f9288f-dc78-4171-8d02-92235b8d7dc7/content>.

LINS, Maísa; ZANDONADI, Renata Puppini; RAPOSO, Antônio; GINANI, Veronica Cortez. Food waste on foodservice: an overview through the perspective of sustainable dimensions. **Foods**, Basel, v. 10, n. 6, art. 1175, 2021. DOI: 10.3390/foods10061175.

LOPES, Lidiane Conceição; ARRUDA, Hayanna Adlley Santos de; SILVA, Edijane Maria de Castro; ROCHA, Cibele Maria de Araújo; BORBA, Maria Josemere de Oliveira; LIRA, Luciana Bezerra de; SILVA, Rita de Cássia Rodrigues; VELOSO, Wilma Lima da Silva. Avaliação da aceitabilidade do cardápio e índice de resto-ingesta em uma unidade de alimentação e nutrição hospitalar de Recife-PE. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, Recife, v. 18, 2024. DOI: 10.5205/1981-8963.2024.256581.

LUND-DURLACHER, Dagmar; GÖSSLING, Stefan. An analysis of Austria's food service sector in the context of climate change. **Journal of Outdoor Recreation and Tourism**, v. 34, art. 100342, 2021. DOI: 10.1016/j.jort.2020.100342.

NI, Huize; WILLMOTT, Taylor; MCGRATH, Dianne; MIKELSONS, Sarah; TEO, Emily; CRANE, Rhiannon; MORRIS, Helen; BIANCO-MIOTTO, Tina. Quantification of kitchen food waste and patient plate waste in an acute care hospital foodservice: An Australian case study. **Waste Management**, v. 210, art. 115242, 2026. DOI: 10.1016/j.wasman.2025.115242.

REZAEI, Ehsan Eyshi; WEBBER, Heidi; ASSENG, Senthold; BOOTE, Kenneth; DURAND, Jean Louis; EWERT, Frank; MARTRE, Pierre; MACCARTHY, Dilys Sefakor. Climate change impacts on crop yields. **Nature Reviews Earth & Environment**, London, v. 4, n. 12, p. 831-846, 2023. DOI: 10.1038/s43017-023-00491-0.

SUBRAMANIAN, Karpagam; CHOPRA, Shauhrat S.; WHARTON, Christopher M.; YONGE, William; ALLEN, Julie; STEVENS, Rozanne; FAHY, Sam; MILINDI, Paschal Simon. Mapping the food waste-energy-water-emissions nexus at commercial kitchens: a systems approach for a more sustainable food service sector. **Journal of Cleaner Production**, v. 301, art. 126856, 2021. DOI: 10.1016/j.jclepro.2021.126856.

SWENSSON, Luana F. J.; HUNTER, Danny; SCHNEIDER, Sergio; TARTANAC, Florence. Public food procurement as a game changer for food system transformation. In: SWENSSON, Luana F. J.; HUNTER, Danny; SCHNEIDER, Sergio; TARTANAC, Florence (ed.). **Public food procurement for sustainable food systems and healthy diets**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO); Alliance of Bioversity International and CIAT, 2021. v. 1, p. 2-24. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb7960en/cb7960en.pdf>.

UNITED NATIONS. **Paris Agreement**. Paris: United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), 2015. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf

INDÚSTRIA CULTURAL E A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE DE SEUS IMPACTOS SOBRE A FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO

CULTURAL INDUSTRY AND THE TRIVIALIZATION OF VIOLENCE: AN ANALYSIS OF ITS IMPACTS ON INDIVIDUAL FORMATION

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-016>

Aguinaldo Maragno do Amaral

Doutor em Filosofia

Bircham International University (Espanha)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1213176611788336>

Resumo

Este estudo possui como proposição, a realização de uma breve análise acerca da banalização da violência feita pela indústria cultural em seus diversos segmentos de produto, como: Filmes; Séries, Desenhos; Jogos e etc., e seus impactos sobre a formação do indivíduo, que passivamente se encontra diante da reprodução, como entretenimentos, de variadas formas de violência. Para tanto, buscou-se estabelecer um diálogo complementar com a noção de sociedade do espetáculo, de modo a melhor compreender como a experiência mediada pelas imagens de violência contribui para a contemplação passiva do indivíduo contemporâneo. Metodologicamente, adotou-se a pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e exploratória, fundamentada no diálogo com autores da Teoria Crítica e dos Estudos Culturais.

Palavras-chave: Banalização da violência; Formação do indivíduo; Indústria cultural.

Abstract

This study aims to provide a brief analysis of the trivialization of violence promoted by the cultural industry across its various forms of media, including films, television series, animated productions, video games, and other entertainment products, as well as its impacts on the formation of individuals, who passively engage with the reproduction of different forms of violence as entertainment. To this end, the study seeks to establish a complementary dialogue with the concept of the society of the spectacle in order to better understand how experiences mediated by images of violence contribute to the passive contemplation of the contemporary individual. Methodologically, this research adopts a qualitative and exploratory bibliographic approach, grounded in the theoretical contributions of authors from Critical Theory and Cultural Studies.

Keywords: Cultural industry; Individual formation; Trivialization of violence.

1 INTRODUÇÃO

Ao pensarmos em indústria cultural, logo nos remetemos ao seu produto; uma cultura industrializada propagada pelos meios de comunicação em massa (rádio, tevê, internet) para o grande público, cultivando assim, o que chamamos de cultura de massa, no entanto, como ressalta Teixeira Coelho (1980, p. 5), as expressões, meios de comunicação em massa, cultura de massa e indústria cultural, não podem ser pensadas como sinônimas.

Os meios de comunicação, embora não ainda de massa; pois os textos tipografados da época eram restritos a uma pequena elite de letrados (Coelho, 1980, p. 5), tem sua origem a partir da invenção da máquina de imprensa, no século XV¹. Apenas com a inversão dos primeiros jornais, alguns séculos mais tarde, ou mais precisamente com o surgimento das primeiras novelas em folhetins, é que podemos situar o aparecimento de uma cultura de massa; genuinamente cultivada por aqueles que a ela não pertenciam (Coelho, 1980, p. 6).

Somente se pode falar em uma indústria cultural propriamente dita, isto é, enquanto acontecimento histórico, num período pós-advento da Revolução Industrial², ocorrida no século XVIII; período este, marcado pelo surgimento de um contexto econômico favorável e baseado no mercado, ou seja, em uma economia pautada nos bens de consumo. Assim, resumidamente, podemos considerar com Coelho (1980, p. 6), que os meios de comunicação em massa, à cultura de massa e a própria indústria cultural, surgem como funções de um fenômeno mais amplo e paulatino de industrialização; o qual se inicia com a invenção da imprensa, e se propaga com revolução.

Quanto ao uso do termo “Indústria Cultural”³, este é empregado pela primeira vez na década de 1940, pelos filósofos e sociólogos, Theodor W. Adorno e Max Horkheimer⁴; e é usado para designar uma indústria ou cultura industrializada, que desempenha, assim como num estado fascista ou totalitário, a função de promover a alienação do indivíduo, transformando-o em um ser não reflexivo acerca da realidade que o engloba e, por conseguinte, num próprio produto do sistema capitalista que o mesmo, direta ou indiretamente, acaba por alimentar (Coelho, 1980, p. 14).

Neste sentido, algumas questões se colocam como pertinentes: de que modo este indivíduo, que é alienado, acaba por se tornar um produto ou “joguete” nas mãos da indústria cultural? De que maneira este a alimenta, e por ela é alimentado? Que relação há entre os produtos da famigerada indústria cultural, e a

¹ A invenção da imprensa por Johann Gutenberg, no século XV, foi um dos acontecimentos que mudaram a história da leitura e da circulação de idéias em escala mundial (Brasil Escola, 2021).

² Somente verificada na segunda metade do século XIX, período marcado pela efervescência dos teatros de revista, da opereta e dos cartazes (COELHO, 1980 p. 6).

³ “Esse termo assinala diferença em relação ao termo “cultura de massa” que sugeriria a idéia de uma cultura espontaneamente produzida pelas próprias massas. O termo indústria cultural torna-se mais apropriado pois transmite a compreensão de que tais elementos culturais são produtos fabricados [...]” (GUIMARO, 2017, p. 3).

⁴ Theodor W. Adorno (1903-1969); Max Horkheimer (1895-1973).

banalização da violência, da qual trataremos mais adiante? Quais são os impactos desta “banalização” sobre a formação do indivíduo? São algumas das indagações, as quais com este estudo, pretendemos dar conta.

2 INDÚSTRIA CULTURAL E A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Sendo a violência um traço primitivo, e por assim dizer, característico da conduta humana (Habowski; Conte; Branco, 2018, p. 2) é natural, infelizmente, que esta seja parte constituinte de nosso cotidiano, sendo comumente apresentada pelos noticiários de TV, e representada pela arte como um todo, neste interim um duplo questionamento surge como conveniente: a arte de fato imitaria a vida? Ou a vida perpetuaria a violência por emulação a arte?

Se não culpável pela perpetuação da violência na sociedade, haja vista, ser esta uma característica quase, ou se não inata do ser humano, a arte, ou mais precisamente a arte industrializada produzida pela indústria cultural é culpada por banaliza-la em suas diversas produções conteúdísticas de teor violento, que consumidos de forma passiva pelo indivíduo alienado, tornam a violência, que já é corriqueira em nosso cotidiano, em algo aceitável e até mesmo estimável socialmente.

Filmes como: *Deadpool* (2016), *Logan* (2017) e *Joker* (2019), são alguns, dentre milhares ou milhões de exemplos de *Blockbusters*⁵, onde a narrativa ou enredo se desenvolve a partir da perspectiva do anti-herói, ou vilão, e onde até certo ponto as atitudes violentas tomadas por estes são justificáveis; dada a condição de vida desfavorável e violenta dos mesmos, fazendo com que haja uma empatia, ou mesmo, um sentimento de identificação por parte do indivíduo, com o que é representado.

Este supramencionado exemplo, facilmente pode ser estendido também a outras produções da famigerada indústria cultural, como séries, desenhos animados e jogos de ação, sendo sobretudo este último expoente, de raiz belicosa⁶, não muito recentemente⁷, alvo de bastante controvérsias, no que tange ao discurso apologético de seus consumidores, e a realidade marcada por episódios traumáticos de violência cuja inspiração, em potencial, é decorrente de um longo período de exposição a conteúdos violentos.

Se compararmos os produtos da indústria cultural em seus primórdios, como Cinema, Rádio, Jornais, Cartazes, com a quantidade de nichos ou segmentos destes disponíveis atualmente, é notável o quanto esta se tornou grande e buscou se diversificar com o passar do tempo. Assim, ao constatarmos o uso banal feito da violência como produto pela indústria cultural, é patente discutirmos os seus impactos sobre a formação do indivíduo.

⁵ Livro ou filme de enorme sucesso (n.d.). In *Tecla Sap*.

⁶“Identifica-se que os *gamers* são oriundos da tecnologia que subsidiava a indústria nuclear [...]” (GUIMARO, 2017, p. 2).

⁷ Pois a partir daí estes foram caracterizados como *e-Sports* “Eletronic Sports” (n.a).

2.1 A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E OS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO

Há na contemporaneidade um apelo muito grande sobre a questão da subjetividade, da identidade, e isto, de certa forma, se torna uma demanda de mercado para indústria cultural, que como dito anteriormente, buscou incessantemente se diversificar em seus segmentos, e oferecer para este indivíduo que anseia por sua subjetividade, uma porção generosa de estilos de vida, sendo estes, mais ou menos acessíveis, a depender das condições econômicas deste.

A indústria cultural, no entanto, não produz conforme as demandas de seus consumidores, como se faz parecer, mas pelo contrário, cria antes nestes a necessidade de consumir, e nesse sentido transforma o indivíduo em seu brinquedo, não se importando se com isto, dissemine e banalize, por conseguinte, a violência, pois somente basta para esta indústria que aceitemos seus produtos como consumidores passivos (Habowski; Conte; Branco, 2018, p. 7), afinal, cada um não representa mais que uma engrenagem, ou alimento, que põe em movimento sua grandiosa maquinaria econômica (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 60).

Como já mencionado, tudo é apropriado pela indústria, até mesmo a violência e suas implicações delicadas, que utilizadas indiscriminadamente de chamariz em campanhas de marketing, não levam em consideração a recepção deste conteúdo, ou mesmo como este será absorvido pelo indivíduo ainda em formação. As representações ou discursos, presentes em suas inúmeras produções, são em sua maioria ambíguos; sua linguagem muitas vezes não é clara, seja isto feito por esta, de forma intencional ou não (Habowski; Conte; Branco, 2018, p. 6).

Neste ponto, cabe ainda dialogar com a reflexão de Guy Debord acerca da sociedade do espetáculo, para quem, na sociedade contemporânea, "tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação" (Debord, 1997, p. 13), de modo que a própria violência, ao ser convertida em imagem e mercadoria espetacularizada, distancia-se de sua dimensão real e passa a ser consumida como espetáculo por um sujeito que apenas contempla, sem nela intervir. Tal contemplação passiva, segundo o autor, converte o espectador em mero receptáculo de imagens fragmentadas e desconexas de sua própria experiência concreta, o que reforça e amplia, sob nova perspectiva teórica, a análise já empreendida por Adorno e Horkheimer acerca da alienação promovida pela indústria cultural.

Daí decorre a preocupação de que este público acrítico, ainda muito jovem, e que se encontra em contato constante e passivo com a representação de variadas formas de violência, desenvolva em si, um sentimento de indiferença ou naturalidade, frente as situações de injustiça, de morte ou mesmo de dor alheia, que corriqueiramente tendem a ocorrerem em seu cotidiano, assim como também em uma escala social mais ampla (Habowski; Conte; Branco, 2018, p. 7).

Assim, a necessidade de nos preocuparmos com a produção e exposição gratuita de conteúdos violentos pela indústria cultural, e com suas possíveis sequelas na formação do indivíduo, representa uma

discussão que está para além de uma militância barata; não pode ser concebida, como uma reclamação sem sentido, é preciso fomentar e estabelecer o debate crítico em todas as esferas do social, para que haja, talvez assim, uma diminuição acentuada no número de reproduções de atos de violência em nossa sociedade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que nos propomos a realizar acerca de um tema de tamanha amplitude; analisar de forma meramente breve a banalização que é feita da violência pela indústria cultural, e seus impactos sobre a formação do indivíduo, podemos constatar que esta violência, embora se constitua como um traço característico da condição humana e, por conseguinte, da sociedade, em uma escala mais ampla, é banalizada e fomentada pela arte industrializada que vem, ao longo destes seis séculos, sendo produzida pela indústria cultural.

Esta indústria não está nenhum pouco preocupada com a forma como a violência é retratada em seus produtos, e como esta será absorvida pelo grande público; que é constituído de adultos formados, mas principalmente também de crianças em tênue estágio de formação. A identificação e a busca pela subjetividade são os traços característicos desta juventude despretensiosa, que de forma pretensiosa (gananciosa) é afetada pelos shows de violência como entretenimento, produzidos pelo maquinário cultural.

O que decorre desta distração promovida pela indústria, infelizmente, é uma semiformada sociedade dessensibilizada (alienada) que reflete passividade; que assume uma postura acrítica e que, por conseguinte, enxerga com indiferença e naturalidade os atos de violência, a injustiça e a dor alheia (Habowski; Conte; Branco, 2018, p. 2). Assim trabalhos que se propõem a discutir a banalização feita da violência pela indústria cultural e suas sequelas na formação do indivíduo, se fazem cada vez mais necessários como promotores ou fomentadores de um debate crítico que possui como finalidade mor, uma diminuição no acentuado número de episódios de violência em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ADORNO e HORKHEIMER, Theodor W; Max. **Dialética do Esclarecimento**: Fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1985.

BORGES, Andressa. **Vamos de “mimimi”?**; Semanário, 26 de junho de 2019. Disponível em: <https://jornalsemanario.com.br/vamos-de-mimimi/>. Acesso em 18 de fevereiro de 2021.

COELHO, Teixeira. **O Que é Indústria Cultural**. 1ª edição, Coleção Primeiros Passos, vol. 08. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

DEADPOOL. Direção: Tim Miller. **Produção de Tim Miller; Lauren Shuler Donner; Ryan Reynolds; Simon Kinberg Writer**. Estados Unidos: 20th Century Fox, 2016. 1 DVD.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FERNANDES, Cláudio. **“Invenção da Imprensa”**; Brasil Escola. Disponível em:
<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/invencao-imprensa.htm>. Acesso em 09 de fevereiro de 2021.

GUIMARO, Maria Luiza. Jogos Virtuais de guerra e indústria cultural: os prejuízos na formação dos adolescentes. Verinotio – **Rev. On. Educ. CH**. Rio das Ostras, RJ, n. 7, Ano. IV, nov. 2007.

HABOWSKI e CONTE e BRANCO, Adilson Cristiano; Elaine; Lilian S. A. A violência institucionalizada pela indústria cultural: debates educativos. **Rev. Inter. Educ. Sup.** Campinas, SP, v. 4, n. 2, maio.- ago. 2018.

JOKER. Direção: Todd Phillips. **Produção de Village Roadshow Pictures**. Estados Unidos: Warner Bros, 2019. 1 DVD.

LOGAN. Direção: James Mangold. **Produção de Simon Kinberg Writer; Lauren Shuler Donner; Hutch Parker**. Estados Unidos: 20th Century Fox, 2017. 1 DVD.

SCHOLES, Jack. **“BLOCKBUSTER: qual é o significado e a tradução da gíria? ”**; Tecla Sap. Disponível em: <https://www.teclasap.com.br/blockbuster/>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

ANÁLISE DO POTENCIAL GEOTURÍSTICO DOS GEOSSÍTIOS DA BAHIA A PARTIR DA NOTA TURÍSTICA E DOS PERFIS DE ACESSO

ANALYSIS OF THE GEOTOURISTIC POTENTIAL OF GEOSITES IN BAHIA BASED ON TOURISM RATINGS AND ACCESS PROFILES

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-017>

Thaisell Gonzalez Penalver

Doutorado em Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente
Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS

Marjorie Csekö Nolasco

Doutorado em Geociências
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS

Resumo

A avaliação do potencial geoturístico de um território depende da integração entre o valor intrínseco dos geossítios e as condições de acesso e infraestrutura disponíveis. Este artigo analisa o potencial geoturístico dos 151 geossítios cadastrados na plataforma GEOSSIT no estado da Bahia, a partir da distribuição das notas turísticas, notas científicas e perfis de acesso em relação às 13 regiões turísticas reconhecidas pelo Mapa do Turismo Brasileiro 2025. A metodologia baseou-se na análise estatística descritiva e na categorização dos dados por região turística, categoria municipal e perfil de acesso. Os resultados revelam que os geossítios localizados em municípios turísticos apresentam notas turísticas médias mais elevadas (241,2) em comparação com aqueles em municípios com oferta turística complementar (215,8), com diferença de 25,4 pontos. A análise dos perfis de acesso indica que 45,0% dos geossítios apresentam acesso moderado, 29,8% acesso fácil e 25,2% acesso difícil. A Chapada Diamantina concentra o maior número de geossítios com alto potencial, enquanto regiões como Águas do Oeste e Caminhos do Sagrado apresentam baixa representatividade. O estudo evidencia a necessidade de investimentos em infraestrutura de acesso e sinalização para ampliar o potencial geoturístico da Bahia, bem como a importância de metodologias integradas que articulem dados geocientíficos e instrumentos de planejamento turístico.

Palavras-chave: Bahia; Geossítios; Notas turísticas; Perfis de acesso; Potencial geoturístico.

Abstract

Assessing the geotouristic potential of a territory depends on integrating the intrinsic value of geosites with available access conditions and infrastructure. This article analyzes the geotouristic potential of the 151 geosites registered on the GEOSSIT platform in the state of Bahia, examining the distribution of tourism

scores, scientific scores, and access profiles across the 13 tourism regions recognized by the 2025 Brazilian Tourism Map. The methodology involved descriptive statistical analysis and data categorization by tourism region, municipal category, and access profile. The results reveal that geosites located in tourism municipalities have higher average tourism scores (241.2) compared to those in municipalities with complementary tourism offerings (215.8), a difference of 25.4 points. Analysis of access profiles indicates that 45.0% of the geosites have moderate access, 29.8% have easy access, and 25.2% have difficult access. The Chapada Diamantina region concentrates the highest number of high-potential geosites, whereas regions such as Águas do Oeste and Caminhos do Sagrado show low representation. The study highlights the need for investment in access infrastructure and signage to enhance Bahia's geotouristic potential, as well as the importance of integrated methodologies that link geoscientific data with tourism planning tools.

Keywords: Access profiles; Bahia; Geosites; Geotouristic potential; Tourism scores.

1 INTRODUÇÃO

O geoturismo tem se consolidado como uma estratégia relevante para a valorização do patrimônio geológico e para o planejamento territorial (Gray, 2013; Brilha, 2005). No estado da Bahia, marcado por elevada geodiversidade, esse potencial ainda é pouco explorado de forma integrada (Nascimento et al., 2008). A avaliação de geossítios constitui etapa fundamental para o planejamento geoturístico (Brilha, 2016; Štrba et al., 2023).

A geodiversidade corresponde à variedade de elementos abióticos da natureza, como rochas, minerais, fósseis, formas de relevo, solos e recursos hídricos, bem como os processos que lhes dão origem e os transformam (Gray, 2013). Esses elementos, quando portadores de atributos científicos, didáticos, estéticos e culturais, são considerados patrimônio geológico, podendo ser organizados e protegidos na forma de geossítios, que representam unidades espaciais de interesse para a ciência e para o desenvolvimento de práticas sustentáveis como o geoturismo (Brilha, 2005).

No Brasil, a principal ferramenta pública para acesso a informações sobre geossítios é a plataforma GEOSSIT, desenvolvida e mantida pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM). A plataforma adota metodologia baseada em Brilha (2016), avaliando os sítios a partir de múltiplos critérios quantitativos, incluindo valor científico, potencial educativo, potencial turístico, vulnerabilidade e risco de degradação (GEOSSIT, 2025). Apesar do componente de julgamento especialista inerente a qualquer sistema de valoração qualitativa, a padronização dos critérios adotada pela plataforma GEOSSIT confere consistência e comparabilidade aos registros, sendo amplamente aceita pela comunidade científica como referência para estudos de patrimônio geológico no Brasil.

A quantificação do potencial geoturístico constitui etapa essencial nos processos de planejamento e gestão do patrimônio geológico (Brilha, 2016; Kubalikova, 2013). Para que esse processo seja metodologicamente robusto e aplicável em diferentes contextos territoriais, é necessário definir critérios objetivos, atribuir pesos relativos à sua importância e aplicar técnicas de integração espacial. A análise integrada das notas turísticas, notas científicas e perfis de acesso permite uma avaliação mais precisa do potencial geoturístico de um território.

O Mapa do Turismo Brasileiro 2025, lançado pelo Ministério do Turismo (MTur), representa uma ferramenta estratégica de planejamento que reconhece, organiza e estrutura as regiões turísticas do país com base em critérios de desempenho econômico, governança local e infraestrutura mínima (Brasil, 2025). A Bahia, com seus 417 municípios, teve 150 cidades incluídas no Mapa do Turismo 2025, organizadas em 13 regiões turísticas reconhecidas oficialmente. A articulação entre os dados do GEOSSIT e do Mapa do Turismo permite uma leitura mais integrada do potencial geoturístico do estado.

Penalver e Nolasco (2026c) propuseram o Modelo GEO-TUR, um índice sintético que integra o valor dos geossítios (GEOSSIT) às condições territoriais de suporte ao turismo (Mapa do Turismo Brasileiro), demonstrando que a articulação entre dados geocientíficos e instrumentos de planejamento turístico é fundamental para a valorização do geopatrimônio. Estudos sobre geodiversidade urbana e patrimônio edificado têm demonstrado a importância de integrar o conhecimento geocientífico ao planejamento territorial e às políticas de preservação do patrimônio cultural (Liccardo et al., 2012; Penalver, 2026a; Penalver, 2026b).

Este artigo tem como objetivo analisar o potencial geoturístico dos 151 geossítios cadastrados na plataforma GEOSSIT no estado da Bahia, a partir da distribuição das notas turísticas, notas científicas e perfis de acesso em relação às 13 regiões turísticas reconhecidas pelo Mapa do Turismo Brasileiro 2025.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 GEODIVERSIDADE E PATRIMÔNIO GEOLÓGICO

O termo geodiversidade, segundo Brilha (2005), começou a ser divulgado na década de 1990 por geomorfólogos que buscavam estudar a natureza em sua vertente geológica. De acordo com Serrano e Ruiz-Flaño (2007), a geodiversidade é definida como a variabilidade da natureza abiótica, abrangendo elementos litológicos, tectônicos, geomorfológicos, pedológicos, hidrológicos, topográficos e os processos físicos que atuam sobre a superfície terrestre.

Segundo Gray (2004) e Brilha (2005), os valores da geodiversidade podem ser classificados como intrínsecos, culturais, econômicos, funcionais, científicos e educativos. A geodiversidade constitui uma propriedade intrínseca do território, relacionando-se diretamente com as paisagens, a geografia, o clima e, também, com as dinâmicas econômicas e culturais das sociedades que o ocupam (Carcavilla et al., 2008).

O estado da Bahia destaca-se pela complexidade de sua estrutura geológica, situada sobre o Cráton do São Francisco, com registros que remontam ao Arqueano e se estendem até as formações fanerozoicas (Brito Neves et al., 2012; CBPM, 2010). Essa riqueza natural confere à Bahia uma geodiversidade singular, expressa em paisagens diversificadas que incluem cavernas, chapadas, serras, rios encachoeirados e inselbergs, distribuídos por diferentes regiões do estado (CPRM, 2010). A geodiversidade baiana pode ser descrita por meio de cinco componentes principais: litologia, relevo, solos, tectônica e recursos minerais, cada um fornecendo informações essenciais para o entendimento da paisagem, da aptidão territorial e das estratégias de desenvolvimento sustentável.

2.2 A PLATAFORMA GEOSSIT E A AVALIAÇÃO DE GEOSSÍTIOS

O GEOSSIT é a plataforma digital oficial para cadastro, organização e monitoramento de geossítios no território brasileiro, mantida pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB) (GEOSSIT, 2025). Criada com o objetivo de unificar e disponibilizar publicamente os dados referentes ao patrimônio geológico nacional, a plataforma oferece uma base robusta para a produção científica, projetos de extensão e propostas de gestão territorial.

Cada registro na plataforma contém informações detalhadas, como coordenadas geográficas, descrição geológica, imagens, bibliografia, riscos de degradação, potencial geoturístico e recomendações para conservação. Os geossítios são organizados segundo o grau de validação, em quatro categorias principais: Em análise, Consistido, Validado e Homologado (GEOSSIT, 2025). A plataforma adota metodologia baseada em Brilha (2016), avaliando os sítios a partir de múltiplos critérios quantitativos.

No estado da Bahia, a plataforma GEOSSIT registra 151 geossítios, distribuídos de forma heterogênea entre os municípios. A análise dos registros revela que os municípios de Jacobina, Lençóis e Rio de Contas concentram juntos 47 geossítios, o que corresponde a aproximadamente 31% do total de 151 geossítios cadastrados (Penalver; Nolasco, 2026c). A distribuição dos geossítios na Bahia apresenta uma concentração significativa em poucos municípios, sugerindo que o potencial geoturístico pode estar concentrado em áreas específicas, com necessidade de maior exploração e mapeamento nas regiões menos representadas.

2.3 O MAPA DO TURISMO BRASILEIRO 2025

O Mapa do Turismo Brasileiro 2025 está diretamente vinculado ao Programa de Regionalização do Turismo (PRT), política pública coordenada pelo Ministério do Turismo por meio da Secretaria Nacional de Planejamento, Sustentabilidade e Competitividade no Turismo (Brasil, 2025). Trata-se de uma estratégia de ordenamento territorial voltada à descentralização das ações federais, à qualificação da gestão pública local e ao fortalecimento da governança regional.

Na edição de 2025, a metodologia de categorização foi reestruturada, evoluindo de um modelo estatístico puramente quantitativo para uma abordagem funcional, organizada em três categorias principais: Municípios Turísticos, Municípios com Oferta Turística Complementar e Municípios de Apoio ao Turismo (Brasil, 2025). A Bahia teve 150 municípios incluídos no Mapa do Turismo 2025, organizados em 13 regiões turísticas reconhecidas oficialmente. Dentre os 150 municípios, 31 foram classificados como Municípios Turísticos, 90 como Municípios com Oferta Turística Complementar e nenhum como Município de Apoio ao Turismo.

2.4 POTENCIAL GEOTURÍSTICO E PERFIS DE ACESSO

A acessibilidade física aos geossítios representa um dos principais condicionantes para a viabilidade de roteiros geoturísticos, sendo determinante tanto para a frequência de visita quanto para a gestão territorial do patrimônio geológico (Penalver; Nolasco, 2026c). A análise dos perfis de acesso permite identificar quais geossítios estão mais preparados para receber visitantes e quais necessitam de investimentos em infraestrutura.

A quantificação do potencial geoturístico constitui etapa essencial nos processos de planejamento e gestão do patrimônio geológico. Para que esse processo seja metodologicamente robusto e aplicável em diferentes contextos territoriais, é necessário definir critérios objetivos, atribuir pesos relativos à sua importância e aplicar técnicas de integração espacial (Brilha, 2016; Kubalikova, 2013). A avaliação do potencial geoturístico tem como objetivo identificar, classificar e priorizar áreas ou geossítios com vocação para o turismo geocientífico, considerando atributos naturais, culturais, educativos e infraestruturais.

Nesse contexto, Penalver e Nolasco (2026c) propuseram o Modelo GEO-TUR, um índice sintético que integra o valor dos geossítios (GEOSSIT) às condições territoriais de suporte ao turismo (Mapa do Turismo Brasileiro). O modelo demonstrou que a articulação entre dados geocientíficos e instrumentos de planejamento turístico é fundamental para a proposição de roteiros e políticas públicas de valorização do geopatrimônio baiano.

3 METODOLOGIA

3.1 ABORDAGEM GERAL

A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa e analítico-documental, baseada em dados secundários provenientes de duas bases oficiais: a plataforma GEOSSIT (SGB/CPRM) e o Mapa do Turismo Brasileiro 2025 (Ministério do Turismo). Conforme demonstrado por Pratiwi et al. (2021) e Sidor et al. (2025), o uso de dados secundários em estudos de geoturismo permite diagnósticos consistentes em abrangência regional sem a necessidade de levantamentos primários extensivos. A metodologia

fundamentou-se na utilização de dados secundários como alternativa viável à coleta primária em campo, permitindo análises robustas que podem subsidiar políticas públicas de planejamento turístico.

3.2 COLETA E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Foram analisados 151 geossítios cadastrados no estado da Bahia na plataforma GEOSSIT. Para cada geossítio, foram extraídas as seguintes variáveis:

1. **Nome do geossítio:** identificação oficial do sítio;
2. **Município de localização:** município onde o geossítio está inserido;
3. **Nota Turística (NT):** pontuação atribuída pela plataforma GEOSSIT com base em critérios como acessibilidade, infraestrutura, segurança, logística, densidade populacional, beleza cênica, singularidade, condições de observação e proximidade de zonas recreativas;
4. **Nota Científica (NC):** pontuação atribuída pela plataforma GEOSSIT com base em critérios como representatividade, raridade, integridade e valor para a pesquisa científica;
5. **Perfil de Acesso:** classificação do geossítio quanto à facilidade de acesso, categorizada em Fácil, Moderado ou Difícil, com base em critérios operacionais e logísticos.

Em seguida, os municípios foram associados às respectivas categorias definidas pelo Mapa do Turismo Brasileiro 2025:

- **Municípios Turísticos** (31 municípios): maior dinamismo turístico, alta concentração de atrativos, fluxo expressivo de visitantes e infraestrutura robusta;
- **Municípios com Oferta Turística Complementar** (90 municípios): atrativos turísticos regionais, serviços básicos de apoio ao turismo e potencial de integração a roteiros maiores;
- **Municípios de Apoio ao Turismo** (0 municípios na base consultada): ausência de atividade turística formal, mas com função territorial estratégica de suporte.

3.3 ANÁLISE ESTATÍSTICA E CATEGORIZAÇÃO

A distribuição dos geossítios foi analisada em relação às 13 regiões turísticas reconhecidas oficialmente no estado da Bahia:

1. Chapada Diamantina, 2. Costa do Descobrimento, 3. Caminhos do Sertão, 4. Costa do Cacau, 5. Baía de Todos os Santos, 6. Sertão do São Francisco, 7. Caminhos do Oeste, 8. Vale do São Francisco, 9. Caminhos do Sudoeste, 10. Caminhos do Jiquiriçá, 11. Litoral Sul, 12. Caminhos do Sagrado, 13. Águas do Oeste.

Foram realizadas as seguintes análises:

1. **Estatística descritiva:** cálculo de média, desvio padrão, valores mínimo e máximo para as notas turísticas e notas científicas;

2. **Distribuição por faixas de pontuação:** categorização das notas turísticas em cinco faixas (Baixa, Médio-baixa, Intermediária, Alta, Muito Alta);
3. **Análise comparativa por categoria municipal:** comparação das médias das notas turísticas entre municípios turísticos e municípios com oferta turística complementar;
4. **Análise dos perfis de acesso:** distribuição dos geossítios por perfil de acesso (Fácil, Moderado, Difícil) em relação às regiões turísticas;
5. **Análise de correlação:** cálculo do coeficiente de correlação entre notas turísticas e notas científicas.

Os dados foram organizados em tabelas, permitindo a identificação de padrões de distribuição e potenciais para o geoturismo.

4 RESULTADOS

4.1 DISTRIBUIÇÃO GERAL DAS NOTAS TURÍSTICAS

A análise dos 151 geossítios revela uma variação significativa nas notas turísticas, com valores entre 120 e 375 pontos, média de 221,7 e desvio padrão de 48,1, refletindo contrastes significativos entre áreas consolidadas do ponto de vista turístico e aquelas em estágio inicial de valorização.

Tabela 1. Estatísticas Descritivas das Notas Turísticas

Indicador	Valor
Mínimo	120
Máximo	375
Média	221,7
Desvio Padrão	48,1

Fonte: Elaboração própria com base em dados do GEOSSIT (SGB, 2025).

Quando agrupadas por faixas de pontuação, observa-se uma predominância marcante de geossítios classificados na categoria baixa (≤ 250 pontos), que somam 121 registros (76,6%). Essa concentração evidencia que a maior parte do patrimônio geológico baiano ainda carece de estruturação turística, seja em termos de acessibilidade, visibilidade pública ou inserção em roteiros organizados. A faixa intermediária (261-300 pontos) concentra 22 geossítios (13,9%), em sua maioria localizados em municípios reconhecidos por turismo de natureza. As faixas mais altas (301-340 e ≥ 341) somam juntas apenas 9 registros (5,7%), concentrados sobretudo em Salvador e Porto Seguro.

Tabela 2. Distribuição dos Geossítios por Faixa de Nota Turística

Faixa de Pontuação	Nº de Geossítios	%
Baixa (≤ 250)	121	76,6%
Médio-baixa (251-260)	6	3,8%
Intermediária (261-300)	22	13,9%
Alta (301-340)	6	3,8%
Muito Alta (≥ 341)	3	1,9%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do GEOSSIT (SGB, 2025).

4.2 DISTRIBUIÇÃO DAS NOTAS TURÍSTICAS POR CATEGORIA MUNICIPAL

A análise da distribuição das notas turísticas em relação à categoria municipal revela que os geossítios localizados em municípios turísticos apresentam notas médias mais elevadas do que aqueles localizados em municípios com oferta turística complementar.

Tabela 3. Notas Turísticas por Categoria Municipal

Categoria Municipal	Nº de Geossítios	Média da NT	Desvio Padrão
Município Turístico	39	241,2	52,3
Município com Oferta Turística Complementar	112	215,8	46,7
Município de Apoio ao Turismo	0	-	-

Fonte: Elaboração própria com base em dados do GEOSSIT (SGB, 2025) e Mapa do Turismo (2025).

Os geossítios em municípios turísticos apresentam nota média de 241,2, enquanto aqueles em municípios com oferta turística complementar apresentam 215,8. Essa diferença de 25,4 pontos sugere que a infraestrutura e a institucionalização turística influenciam positivamente a avaliação turística dos geossítios, corroborando as observações de Štrba et al. (2023) sobre a importância dos critérios funcionais e turísticos na avaliação de geossítios.

Exemplos emblemáticos de geossítios com notas elevadas incluem o Farol da Barra (375 pontos), a Falha de Salvador (340 pontos) e as Lagoas e Dunas do Abaeté (340 pontos), que ilustram como a integração entre patrimônio natural, simbologia cultural e infraestrutura resulta em altos índices turísticos.

4.3 DISTRIBUIÇÃO DOS GEOSSÍTIOS POR PERFIL DE ACESSO

A análise do perfil de acesso aos geossítios da Bahia revela que a maioria apresenta acesso moderado (45,0%), seguido por acesso fácil (29,8%) e acesso difícil (25,2%). A partir do levantamento de 151 geossítios localizados no estado da Bahia, foi possível sistematizar uma tipologia de acesso baseada em critérios operacionais e logísticos.

Tabela 4. Distribuição dos Geossítios por Perfil de Acesso

Perfil de Acesso	Nº de Geossítios	% sobre total (151)	Características
Fácil	45	29,8%	Áreas urbanas, litorâneas, vias asfaltadas, estacionamentos, sinalização e segurança
Moderado	68	45,0%	Estradas vicinais não pavimentadas, trilhas de curta ou média extensão
Difícil	38	25,2%	Trilhas longas (>3 km), preparo físico elevado, acompanhamento técnico

Fonte: Elaboração própria com base em dados do GEOSSIT (SGB, 2025).

A categoria acesso fácil contempla 45 geossítios (29,8%), caracterizados por estarem localizados em áreas urbanas, litorâneas ou em regiões de fácil mobilidade, com presença de infraestrutura básica como vias asfaltadas, estacionamentos, sinalização e segurança. Exemplos notáveis incluem o Farol da Barra, os Arenitos da Praia de Arraial d'Ajuda e o Parque do Abaeté, todos com forte apelo turístico e potencial para integração em roteiros urbanos e culturais.

A categoria de acesso moderado, com 68 registros (45,0%), demanda deslocamento por estradas vicinais não pavimentadas ou trilhas de curta extensão. Situações como a do Meteorito Bendegó ou dos Diques Máficos de Floresta Azul ilustram bem esse grupo, cuja atratividade está associada tanto ao conteúdo geocientífico quanto à experiência de contato com a natureza e o território.

A categoria de acesso difícil, com 38 geossítios (25,2%), exige trilhas longas (superiores a 3 km) e, em alguns casos, preparo físico elevado e acompanhamento técnico. A Gruta do Castelo e o Vulcanismo de Royal Charlotte representam pontos de elevado interesse científico que requerem planejamento rigoroso, infraestrutura mínima e articulação com operadores turísticos experientes.

4.4 PERFIL DE ACESSO POR REGIÃO TURÍSTICA

A análise do perfil de acesso por região turística revela diferenças significativas na distribuição dos geossítios. A Chapada Diamantina apresenta a maior diversidade de perfis de acesso, com 8 geossítios de

acesso fácil, 22 de acesso moderado e 12 de acesso difícil. A Costa do Descobrimento destaca-se pela predominância de acesso fácil (10 geossítios), refletindo a infraestrutura turística consolidada da região.

Tabela 5. Perfil de Acesso por Região Turística

Região Turística	Fácil	Moderado	Difícil	Total
Chapada Diamantina	8	22	12	42
Costa do Descobrimento	10	6	2	18
Caminhos do Sertão	4	6	4	14
Costa do Cacau	5	5	2	12
Baía de Todos os Santos	7	3	1	11
Demais regiões	11	26	17	54

Fonte: Elaboração própria com base em dados do GEOSSIT (SGB, 2025).

A análise permite inferir que o geoturismo baiano possui um potencial diverso e complementar, articulando áreas de fácil visitação, ideais para a promoção do turismo de base comunitária e educação ambiental, com áreas mais remotas e especializadas, voltadas a nichos de mercado e ao turismo de natureza.

4.5 DISTRIBUIÇÃO DAS NOTAS CIENTÍFICAS

A análise das notas científicas dos geossítios da Bahia revela uma média de 255,4 pontos, com desvio padrão de 45,2. A nota científica expressa a relevância geológica dos geossítios, considerando aspectos como representatividade, raridade, integridade e valor para a pesquisa científica.

Tabela 6. Estatísticas Descritivas das Notas Científicas

Indicador	Valor
Mínimo	120
Máximo	400
Média	255,4
Desvio Padrão	45,2

Fonte: Elaboração própria com base em dados do GEOSSIT (SGB, 2025).

4.6 CORRELAÇÃO ENTRE NOTAS TURÍSTICAS E NOTAS CIENTÍFICAS

A análise da correlação entre notas turísticas e notas científicas indica uma relação positiva moderada ($r = 0,62$), sugerindo que geossítios com maior valor científico tendem a apresentar também maior potencial turístico, embora outros fatores como infraestrutura e acessibilidade também influenciem essa relação. Essa correlação evidencia que o valor científico isolado não é suficiente para sustentar o potencial geoturístico, sendo necessária a articulação com condições territoriais de suporte ao turismo.

5 DISCUSSÃO

5.1 INFLUÊNCIA DA CATEGORIA MUNICIPAL

Os resultados evidenciam que a categoria municipal exerce influência significativa sobre as notas turísticas dos geossítios. A diferença de 25,4 pontos na média das notas turísticas entre geossítios em municípios turísticos (241,2) e em municípios com oferta turística complementar (215,8) sugere que a infraestrutura e a institucionalização turística influenciam positivamente a avaliação turística dos geossítios. Esse achado corrobora as observações de Štrba et al. (2023) sobre a importância dos critérios funcionais e turísticos na avaliação de geossítios.

A predominância de geossítios em municípios com oferta turística complementar (74,2%) indica que a maior parte do patrimônio geológico baiano está localizada em áreas que ainda não alcançaram o status de polo turístico consolidado. Isso representa tanto um desafio quanto uma oportunidade: enquanto a ausência de infraestrutura limita o aproveitamento turístico imediato, o potencial latente dessas áreas pode ser ativado por meio de políticas públicas direcionadas.

A dimensão espacial dessa distribuição é crucial. Municípios como Lençóis (36 geossítios) e Palmeiras (23 geossítios), situados na Chapada Diamantina, concentram grande parte dos registros, mas suas notas permanecem majoritariamente nas faixas baixa e intermediária. Esse contraste mostra a riqueza geológica e paisagística da região, ao mesmo tempo em que revela desafios relacionados à formalização de roteiros geoturísticos e à promoção qualificada do patrimônio geológico.

5.2 IMPORTÂNCIA DOS PERFIS DE ACESSO

A análise dos perfis de acesso revela que apenas 29,8% dos geossítios apresentam acesso fácil, enquanto 45,0% têm acesso moderado e 25,2% acesso difícil. Essa distribuição indica que a maior parte do patrimônio geológico baiano exige algum esforço de deslocamento, o que pode limitar sua visita por públicos menos preparados fisicamente ou com menos tempo disponível.

A categoria de acesso difícil, composta por 38 geossítios (25,2%), apresenta obstáculos significativos ao uso turístico convencional, mas também oportunidades para o desenvolvimento de segmentos especializados como o turismo de aventura, o espeleoturismo e o turismo científico (Penalver;

Nolasco, 2026c). Ainda que de difícil acesso, esses sítios apresentam oportunidades para o desenvolvimento de segmentos especializados, exigindo planejamento rigoroso, infraestrutura mínima e articulação com operadores turísticos experientes.

A análise da distribuição espacial dos perfis de acesso reforça a necessidade de uma estratégia integrada de regionalização geoturística, que considere a conectividade entre geossítios, o fortalecimento das rotas existentes e a inclusão progressiva de sítios ainda subutilizados. Isso implica, entre outros aspectos, a aplicação de ferramentas de geotecnologias para análise multicritério, elaboração de roteiros temáticos e mapeamento do potencial geoturístico.

5.3 A CHAPADA DIAMANTINA COMO POLO GEOTURÍSTICO

A Chapada Diamantina destaca-se não apenas pelo número de geossítios (42, 27,8% do total), mas também pela diversidade de perfis de acesso e pela presença de geossítios com elevadas notas turísticas e científicas. A região apresenta a maior diversidade temática de geossítios, abrangendo geomorfologia, espeleologia, sedimentologia e metamorfismo, o que a qualifica como um território de excelência para o geoturismo (CPRM, 2010).

Essa região apresenta o maior potencial para o desenvolvimento de roteiros geoturísticos integrados, articulando diferentes níveis de dificuldade e diferentes temáticas geológicas. Exemplos notáveis incluem o Morro do Pai Inácio, a Cachoeira da Fumaça, o Vale do Pati e as Grutas de Iraquara, que associam valor científico e forte apelo visual, sendo destinos procurados tanto por turistas quanto por pesquisadores.

5.4 LACUNAS DE LEVANTAMENTO E REGISTRO

A ausência de geossítios em zonas turísticas como Costa do Dendê, Caminhos do Jiquiriçá e Região dos Lagos do São Francisco, embora não signifique falta de potencial, revela lacunas de levantamento e registro que precisam ser superadas. A visualização pontual dos sítios na plataforma GEOSSIT, desvinculada de suas áreas de influência, não permite compreender o território como um sistema geoturístico em potencial, o que dificulta seu uso em planejamentos intermunicipais ou regionais (Penalver; Nolasco, 2026c).

A experiência com o inventário da geodiversidade urbana (Penalver, 2026a) e com a análise de pedreiras históricas (Penalver, 2026b) demonstra que é possível articular o conhecimento geocientífico ao planejamento territorial e à preservação do patrimônio cultural, valorizando sítios que integram geodiversidade, história e arquitetura. Essa abordagem poderia ser aplicada à Bahia, especialmente em centros históricos e áreas urbanas com relevante patrimônio geológico edificado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do potencial geoturístico dos 151 geossítios da Bahia a partir da distribuição das notas turísticas, notas científicas e perfis de acesso revelou padrões significativos que contribuem para o entendimento da distribuição do patrimônio geológico no estado e para o planejamento do geoturismo.

A maioria dos geossítios (76,6%) concentra-se na faixa baixa de nota turística (≤ 250 pontos), indicando que grande parte do patrimônio geológico baiano ainda carece de estruturação turística, seja em termos de acessibilidade, visibilidade pública ou inserção em roteiros organizados. Essa realidade é particularmente visível em municípios do interior, onde a expressiva quantidade de geossítios não se traduz em elevada pontuação turística.

Os geossítios localizados em municípios turísticos apresentam notas médias mais elevadas (241,2) em comparação com aqueles em municípios com oferta turística complementar (215,8), com diferença de 25,4 pontos. Essa diferença sugere que a infraestrutura e a institucionalização turística influenciam positivamente a avaliação turística dos geossítios, corroborando observações da literatura sobre a importância dos critérios funcionais na avaliação de geossítios.

A análise dos perfis de acesso indica que 45,0% dos geossítios apresentam acesso moderado, 29,8% acesso fácil e 25,2% acesso difícil. A Chapada Diamantina concentra o maior número de geossítios com alto potencial, com 42 geossítios (27,8% do total), enquanto regiões como Águas do Oeste (3 geossítios, 2,0%) e Caminhos do Sagrado (4 geossítios, 2,6%) apresentam baixa representatividade.

A correlação positiva moderada ($r = 0,62$) entre notas turísticas e notas científicas sugere que geossítios com maior valor científico tendem a apresentar também maior potencial turístico, embora outros fatores como infraestrutura e acessibilidade também influenciem essa relação.

Recomenda-se: (i) investimentos em infraestrutura de acesso e sinalização nos geossítios com acesso moderado e difícil, especialmente na Chapada Diamantina e em outras regiões com potencial latente; (ii) ampliação do levantamento geocientífico em regiões sub-representadas, como Águas do Oeste e Caminhos do Sagrado; (iii) criação de roteiros geoturísticos integrados que articulem diferentes níveis de dificuldade e diferentes temáticas geológicas; (iv) implementação de políticas públicas voltadas à geoconservação e ao desenvolvimento sustentável do turismo na Bahia; e (v) aplicação de metodologias integradas como o Modelo GEO-TUR para avaliação do potencial geoturístico, articulando dados geocientíficos e instrumentos de planejamento turístico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro 2025**. Brasília: MTur, 2025.

BRILHA, J. **Patrimônio Geológico e Geoconservação: A Conservação da Natureza na sua Vertente Geológica**. Viseu: Palimage, 2005.

BRILHA, J. Inventory and Quantitative Assessment of Geosites and Geodiversity Sites: A Review. **Geoheritage**, v. 8, p. 119-134, 2016.

BRITO NEVES, B. B. et al. Histórico da geologia da Bahia. **Geologia da Bahia: pesquisa e atualização**. Salvador: CBPM, 2012. v. 1.

CARCAVILLA, L.; DURÁN, J. J.; LÓPEZ-MARTÍNEZ, J. Geodiversidad: concepto y relación con el patrimonio geológico. **Geo-Temas**, v. 10, p. 1299-1303, 2008.

CBPM – COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL. **Mapa geológico da Bahia e textos explicativos**. Salvador: CBPM, 2010.

CPRM – SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Geodiversidade do estado da Bahia**. Brasília: CPRM, 2010.

GEOSSIT – SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Plataforma GEOSSIT**. Disponível em: <https://sgb.gov.br/geossit/geossitos>. Acesso em: 23 jun. 2025.

GRAY, M. **Geodiversity: Valuing and Conserving Abiotic Nature**. 2. ed. Wiley, 2013.

KUBALÍKOVÁ, L. Geomorphosite assessment for geotourism purposes. **Czech Journal of Tourism**, v. 2, n. 2, p. 80-104, 2013.

LICCARDO, A.; MANTESSO-NETO, V.; PIEKARZ, G. Geoturismo urbano – educação e cultura. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**, v. 35, n. 1, p. 133-141, 2012.

NASCIMENTO, M. A. L. do; RUCHKYS, U. A.; MANTESSO-NETO, V. **Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Geologia, 2008.

PENALVER, T. G. Fundamentos Teóricos e Metodológicos para o Inventário da Geodiversidade Urbana com Fins Geoturísticos nos Municípios de Habana Vieja e Regla, Cuba. In: **Compilado de Estudos Multidisciplinares**. Curitiba: Aurum Editora, 2026a. ISBN: 978-65-6223-002-4. DOI: 10.63330/aurumpub.060-002. Disponível em: <https://aurumpublicacoes.com/index.php/editora/article/view/1907>. Acesso em: 13 jul. 2026.

PENALVER, T. G. **Pedreiras Históricas da Baía de Habana: Geodiversidade, Patrimônio Edificado e Potencial Geoturístico**. In: **Compilado de Estudos Multidisciplinares**. Curitiba: Aurum Editora, 2026b. ISBN: 978-65-6223-002-4. DOI: 10.63330/aurumpub.060-003. Disponível em: <https://aurumpublicacoes.com/index.php/editora/article/view/1908>. Acesso em: 13 jul. 2026.

PENALVER, T. G.; NOLASCO, M. C. Modelo GEO-TUR: avaliação integrada do potencial geoturístico na Bahia a partir de dados secundários. **Cadernos Cajuína**, v. 11, n. 8, 2026c. DOI: <https://doi.org/10.52641/cadcajv11i8.3461>. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/issue/view/48>. Acesso em: 3 jul. 2026.

PRATIWI, P. N.; ROSANA, M. F.; ARFIANSYAH, K. Geotourism potential on geosites in Natuna Geopark. **Geoscience and Applied Geology Journal**, v. 5, n. 1, p. 1-10, 2021.

SERRANO, E.; RUIZ-FLAÑO, P. Geodiversity. A theoretical and applied concept. **Geographica Helvetica**, v. 62, n. 3, p. 140-147, 2007.

SIDOR, C. et al. On the road towards identifying and aggregating experiences in destinations via secondary online data: The case of Slovak geoheritage at TripAdvisor in relation to DMOs. **Geoheritage**, v. 17, n. 3, art. 91, 2025.

ŠTRBA, Ľ. et al. Linking geoheritage or geosite assessment results with geotourism potential and development: A literature review. **Sustainability**, v. 15, n. 12, p. 9539, 2023.

MACHOÍSMO SOCIAL: UMA PROPOSTA CONCEITUAL PARA COMPREENDER AS NOVAS MASCULINIDADES REATIVAS NA CULTURA DIGITAL**SOCIAL MACHISMO: A CONCEPTUAL PROPOSAL FOR UNDERSTANDING REACTIVE MASCULINITIES IN DIGITAL CULTURE** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-018>**Arneles de Alencar**

Graduando em Licenciatura em Pedagogia pelo IFRS-Câmpus Alvorada

E-mail: arneles.alencar@aluno.alvorada.ifrs.edu.br

ORCID: 0009-0008-8449-0663

Resumo

As transformações nas relações de gênero, a intensificação da cultura digital e a crescente influência das plataformas digitais na produção de identidades têm ampliado o interesse acadêmico pelas novas formas de construção das masculinidades. Nesse contexto, comunidades virtuais associadas à chamada *manosphere*, entre elas os movimentos *Redpill*, passaram a ocupar espaço significativo nos debates sobre gênero, sociabilidade e comunicação digital. Embora esses fenômenos tenham sido abordados por diferentes campos do conhecimento, observa-se a predominância de análises centradas em aspectos específicos, como as relações de poder, a misoginia, os movimentos masculinistas ou o funcionamento das plataformas digitais. Este artigo tem como objetivo propor o conceito de **Machoísmo Social** como categoria analítica original, destinada à compreensão dos processos de reconstrução identitária masculina mediados pelas tecnologias digitais. Trata-se de um ensaio teórico, de abordagem qualitativa, fundamentado em revisão narrativa da literatura nacional e internacional sobre masculinidades, cultura digital, estudos de gênero e comunicação em plataformas. A discussão dialoga com contribuições de Connell, Kimmel, Castells, van Dijck, Gillespie, Ging e Van Valkenburgh, articulando esses referenciais à proposição de um modelo analítico próprio. Defende-se que o Machoísmo Social pode ser compreendido como um processo sociocultural caracterizado pela interação entre transformações sociais, experiências individuais, mediação algorítmica e produção coletiva de narrativas sobre masculinidade em ambientes digitais. Como contribuição teórica, apresenta-se um modelo composto por quatro dimensões analíticas: estrutural, discursiva, tecnológica e identitária, as quais buscam integrar diferentes perspectivas presentes na literatura. Conclui-se que a categoria proposta constitui uma hipótese interpretativa passível de investigação empírica, podendo contribuir para os estudos sobre masculinidades, cultura digital, educação e comunicação.

Palavras-chave: Cultura Digital; Identidade Social; Manosphere; Masculinidades; Plataformas Digitais.

Abstract

The transformation of gender relations, the expansion of digital culture, and the growing influence of digital platforms on identity formation have intensified academic interest in contemporary masculinities. Within this context, online communities associated with the so-called *manosphere*, including the Redpill movement, have gained increasing attention in debates on gender, sociability, and digital communication. Although these phenomena have been examined from different disciplinary perspectives, existing studies have predominantly focused on specific dimensions, such as gender power relations, misogyny, men's movements, or platform dynamics. This article proposes the concept of **Social Machismo** (*Machoísmo Social*) as an original analytical category for understanding processes of male identity reconstruction mediated by digital technologies. This theoretical essay adopts a qualitative approach based on a narrative review of national and international literature on masculinities, digital culture, gender studies, and platform communication. Drawing upon the works of Connell, Kimmel, Castells, van Dijk, Gillespie, Ging, and Van Valkenburgh, the paper develops an original analytical framework. It argues that Social Machismo can be understood as a sociocultural process emerging from the interaction between social transformations, individual experiences, algorithmic mediation, and the collective production of narratives about masculinity in digital environments. As a theoretical contribution, the article presents a four-dimensional analytical model integrating structural, discursive, technological, and identity-based perspectives. It concludes that the proposed concept should be understood as an interpretative hypothesis open to empirical investigation and further theoretical refinement.

Keywords: Digital Culture; Digital Platforms; Manosphere; Masculinities; Social Identity.

1 INTRODUÇÃO

As transformações sociais das últimas décadas alteraram significativamente as formas de construção das identidades de gênero e das relações sociais mediadas pelas tecnologias digitais. A ampliação da participação das mulheres em diferentes esferas da vida pública, a pluralização das configurações familiares, a expansão dos debates sobre igualdade de gênero e a crescente digitalização das interações sociais têm produzido novos desafios para a compreensão das masculinidades contemporâneas (Connell, 2005; Connell; Messerschmidt, 2005; Kimmel, 2013).

Paralelamente, o desenvolvimento das plataformas digitais modificou profundamente os processos de socialização e produção de identidades. Conforme argumenta Castells (2020), a sociedade em rede reorganizou as formas de comunicação, permitindo que indivíduos geograficamente dispersos compartilhassem experiências, construíssem comunidades e produzissem identidades coletivas mediadas por tecnologias. Nesse contexto, plataformas como YouTube, Reddit, Discord, X e TikTok passaram a

desempenhar papel central na circulação de discursos sobre masculinidade, relacionamentos e comportamento.

É nesse cenário que surge a denominada *manosphere*, conjunto heterogêneo de comunidades digitais voltadas à discussão de experiências masculinas, direitos dos homens e críticas às transformações nas relações de gênero (Ging, 2019; Van Valkenburgh, 2021). Embora esses fenômenos tenham sido abordados por diferentes campos do conhecimento, observa-se a predominância de análises fragmentadas, centradas ora nas relações de poder e misoginia, ora no funcionamento das plataformas ou em comunidades específicas.

Partindo desse panorama, o presente artigo propõe o conceito de **Machoísmo Social** como categoria analítica original destinada a compreender o **processo** de reconstrução identitária masculina mediado por plataformas digitais. Diferentemente de abordagens que se concentram em conteúdos ou atores isolados, o Machoísmo Social enfatiza o “como” dessa reconstrução: um processo sociocultural dinâmico e recursivo no qual transformações sociais, experiências individuais, mediações algorítmicas e produção coletiva de narrativas interagem continuamente na formação de sentidos compartilhados sobre masculinidade. Trata-se, portanto, de um conceito essencialmente processual e mediado, que busca capturar a maneira pela qual identidades masculinas são construídas, negociadas e fortalecidas no ambiente digital contemporâneo.

Do ponto de vista metodológico, este ensaio teórico de abordagem qualitativa fundamenta-se em revisão narrativa da literatura nacional e internacional sobre masculinidades, cultura digital, estudos de gênero e comunicação em plataformas. Além desta introdução, o artigo está organizado em cinco seções. A primeira apresenta as transformações das masculinidades contemporâneas. Em seguida, discute-se a cultura digital e a constituição da *manosphere*. Posteriormente, desenvolve-se a proposta conceitual do Machoísmo Social e seu modelo analítico. Por fim, discutem-se as implicações teóricas e possibilidades de aplicação do conceito em pesquisas futuras.

2 MASCULINIDADES COMO CATEGORIA ANALÍTICA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA COMPREENDER AS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

A compreensão das masculinidades constitui um campo consolidado de investigação nas Ciências Humanas e Sociais, especialmente a partir da década de 1980, quando os estudos de gênero passaram a deslocar o foco das diferenças biológicas para a análise das relações sociais historicamente construídas entre homens e mulheres. Nesse contexto, a masculinidade deixou de ser compreendida como uma condição natural ou universal, passando a ser analisada como uma construção social, histórica e cultural, sujeita a transformações conforme o tempo, o espaço e as relações de poder (Connell, 2005).

Esse deslocamento representou uma ruptura significativa com perspectivas essencialistas que concebiam o comportamento masculino como consequência direta da biologia. Em seu lugar, consolidou-

se uma abordagem relacional, segundo a qual as masculinidades são produzidas nas interações sociais e nas disputas simbólicas que definem quais formas de ser homem são valorizadas em determinado contexto histórico (Connell; Messerschmidt, 2005).

Entre as principais contribuições desse campo destaca-se o conceito de masculinidade hegemônica, desenvolvido por Connell (2005). A autora argumenta que não existe uma única masculinidade, mas múltiplas masculinidades organizadas em relações de hierarquia. A masculinidade hegemônica corresponde ao modelo socialmente legitimado em determinado contexto, estabelecendo padrões normativos de comportamento que influenciam tanto homens quanto mulheres. Trata-se, entretanto, de uma categoria dinâmica, continuamente reconstruída em função das mudanças sociais.

Connell e Messerschmidt (2005) revisaram posteriormente esse conceito, enfatizando que a masculinidade hegemônica não descreve necessariamente a forma de masculinidade mais frequente, mas aquela que ocupa posição de maior legitimidade simbólica em determinado contexto histórico. Os autores também destacam que diferentes masculinidades coexistem em relações de subordinação, cumplicidade ou marginalização, evidenciando a complexidade das identidades masculinas.

Outro autor fundamental para esse debate é Michael Kimmel (2008; 2013), que analisa os impactos das transformações sociais sobre a identidade masculina. Segundo Kimmel (2013), processos como a reestruturação econômica, a ampliação da participação feminina em diferentes esferas sociais e as mudanças nas relações familiares produziram, para parte dos homens, percepções de insegurança, perda de reconhecimento e deslocamento de expectativas tradicionais relacionadas à masculinidade. O autor, contudo, adverte que essas experiências não devem ser compreendidas como universais nem como justificativas para determinadas formas de mobilização política ou cultural, mas como fenômenos que exigem análise sociológica.

Na tradição sociológica francesa, Bourdieu (2002) contribui para essa discussão ao analisar a dominação masculina como um sistema simbólico historicamente constituído, reproduzido por instituições sociais e internalizado pelos próprios sujeitos. Para o autor, as relações de gênero são estruturadas por mecanismos de poder que tendem a naturalizar determinadas hierarquias sociais. Sua análise evidencia que as identidades masculinas não podem ser compreendidas isoladamente, mas sempre em relação às estruturas simbólicas que organizam a vida social.

Judith Butler (2003), por sua vez, amplia essa perspectiva ao propor que gênero deve ser entendido como uma prática performativa. Segundo a autora, as identidades de gênero não correspondem a essências naturais, mas são continuamente produzidas e reproduzidas por meio de práticas sociais, linguagens e

normas culturais. Essa abordagem contribui para compreender as masculinidades como processos permanentemente negociados, e não como identidades fixas ou biologicamente determinadas.

Em conjunto, essas contribuições consolidaram um importante referencial para a compreensão das masculinidades contemporâneas. Entretanto, a maior parte dessas formulações foi desenvolvida em um período anterior à consolidação das plataformas digitais como principal ambiente de socialização e produção de identidades coletivas. Embora continuem fundamentais para a análise das relações de gênero, elas oferecem menor atenção aos mecanismos pelos quais algoritmos, plataformas digitais e comunidades virtuais passaram a participar ativamente da construção das identidades masculinas.

Essa observação não reduz a relevância dessas teorias. Ao contrário, evidencia a necessidade de articulá-las às transformações comunicacionais ocorridas nas primeiras décadas do século XXI. A emergência de comunidades digitais voltadas à discussão da masculinidade, a intensificação das recomendações algorítmicas e a crescente influência de influenciadores digitais indicam que parte significativa dos processos de construção identitária ocorre, atualmente, em ambientes mediados por plataformas.

Desse modo, compreender as masculinidades contemporâneas requer integrar os aportes clássicos dos estudos de gênero às contribuições provenientes da Comunicação, da Sociologia Digital e dos estudos sobre plataformas. É nesse ponto que se insere a discussão desenvolvida na seção seguinte, dedicada à cultura digital e à constituição da *manosphere* como espaço de produção, circulação e legitimação de discursos sobre masculinidade.

3 CULTURA DIGITAL, PLATAFORMAS E A CONSTITUIÇÃO DA *MANOSPHERE*

A consolidação das plataformas digitais transformou profundamente os processos de socialização e construção identitária nas últimas décadas. Segundo Castells (2020), a sociedade em rede permitiu que indivíduos geograficamente dispersos formassem comunidades e produzissem sentidos coletivos em escala global. Plataformas como *YouTube*, *Reddit*, *Discord*, *X* e *TikTok* tornaram-se infraestruturas sociotécnicas centrais que organizam fluxos de informação por meio de algoritmos de recomendação, definindo critérios de visibilidade e influenciando a formação de públicos específicos (Van Dijck, Poell; De Waal, 2018; Gillespie, 2018).

Nesse ambiente surge a *manosphere*, um ecossistema heterogêneo de comunidades digitais voltadas às experiências masculinas, aos relacionamentos afetivos, aos direitos dos homens e às críticas às transformações nas relações de gênero (Ging, 2019; Van Valkenburgh, 2021). Entre seus principais segmentos destacam-se os *Men's Rights Activists* (MRAs), os *Men Going Their Own Way* (MGTOW), os *Pick-Up Artists* (PUA), as comunidades *incel* e, especialmente, a *Redpill*, cuja metáfora da “pílula vermelha” simboliza o suposto despertar para uma realidade ocultada sobre gênero e sociedade. Embora

compartilhem certos repertórios discursivos, esses grupos apresentam diferenças significativas em objetivos, ideologia e grau de radicalização. Van Valkenburgh (2021) enfatiza que a *manosphere* não constitui um movimento unificado, mas uma rede de comunidades parcialmente conectadas. Fatores como sistemas de recomendação algorítmica, mecanismos de engajamento e formação de bolhas contribuem de forma relevante para sua expansão e consolidação (Marwick e Lewis, 2017). A *manosphere* articula, portanto, dimensões comunicacionais, tecnológicas e identitárias, exigindo uma abordagem integrada que o presente artigo busca realizar por meio do conceito de Machoísmo Social

4 PROPOSIÇÃO DO CONCEITO DE MACHOÍSMO SOCIAL

As contribuições teóricas revisadas evidenciam lacunas importantes nos estudos existentes. Enquanto os estudos de masculinidades privilegiam as relações de poder e as hierarquias entre diferentes formas de ser homem (Connell, 2005; Kimmel, 2013), as pesquisas sobre plataformas enfatizam a mediação tecnológica (Van Dijck, Poell; De Waal, 2018; Gillespie, 2018) e os trabalhos sobre a *manosphere* concentram-se em comunidades específicas e suas dinâmicas discursivas (Ging, 2019; Van Valkenburgh, 2021). Poucos estudos, no entanto, integram essas dimensões de maneira sistemática.

Propõe-se, portanto, o conceito de Machoísmo Social como categoria analítica original destinada a compreender os processos contemporâneos de reconstrução identitária masculina mediados por plataformas digitais. Define-se provisoriamente Machoísmo Social como o processo sociocultural de reconstrução identitária masculina mediado por plataformas digitais, no qual experiências individuais, narrativas coletivas, mediações algorítmicas e transformações sociais interagem na produção de formas compartilhadas de pertencimento e interpretação da masculinidade.

O conceito não se refere a um movimento específico nem pretende classificar indivíduos ou grupos. Seu foco recai sobre o processo dinâmico de construção identitária coletiva em ambientes digitais. Ele dialoga com a noção de identidades de resistência de Castells (2020) e com a compreensão de Stuart Hall (2006) das identidades como construções históricas e relacionais, mas enfatiza o papel ativo das plataformas como mediadoras centrais desse processo.

Para evitar confusões, o Machoísmo Social diferencia-se claramente de conceitos próximos. Não se confunde com o machismo, entendido como sistema histórico de dominação masculina (Bourdieu, 2002), pois seu foco está na reorganização identitária contemporânea em contextos digitais. Tampouco equivale à masculinidade hegemônica (Connell, 2005), que designa um modelo cultural socialmente legitimado, uma vez que o Machoísmo Social pode abarcar processos subalternos ou contestatórios. Da mesma forma, não se identifica com o masculinismo, que se refere a movimentos políticos organizados, nem com a misoginia, compreendida como hostilidade dirigida às mulheres, embora ambas as dimensões possam estar presentes em alguns contextos. Por fim, o conceito não se restringe à *Redpill*, que representa uma comunidade

específica, atuando como categoria analítica de nível intermediário, mais ampla que uma única comunidade, porém mais precisa que noções gerais de masculinidade.

Essa proposição apoia-se em quatro pressupostos fundamentais: as masculinidades são construções históricas, sociais e relacionais (Connell, 2005; Butler, 2003); as plataformas digitais atuam ativamente na organização da socialização e da visibilidade contemporâneas (Van Dijck, Poell; De Waal, 2018; Gillespie, 2018); as comunidades digitais funcionam como espaços de produção de pertencimento e de interpretação coletiva de experiências (Tajfel Turner, 1979); e a reconstrução identitária resulta da interação dinâmica entre transformações sociais, experiências subjetivas, mediações tecnológicas e práticas comunicacionais. Esses pressupostos sustentam o modelo analítico apresentado a seguir.

5 MODELO ANALÍTICO DO MACHOÍSMO SOCIAL

O Machoísmo Social pode ser compreendido a partir de quatro dimensões interdependentes e recursivas: estrutural, discursiva, tecnológica e identitária. Essas dimensões não operam de forma isolada, mas constituem um sistema relacional no qual estruturas, discursos, tecnologias e processos subjetivos retroalimentam-se continuamente.

A dimensão estrutural refere-se às transformações sociais mais amplas que desestabilizaram os referenciais tradicionais de masculinidade, tais como a ampliação da participação feminina no mercado de trabalho e na educação, a reconfiguração das configurações familiares e as mudanças nas expectativas de gênero. Essas transformações geram, para determinados grupos de homens, percepções de perda de status e de reconhecimento (Kimmel, 2013), criando condições favoráveis à busca por novas narrativas identitárias.

A dimensão discursiva corresponde à produção de narrativas, símbolos e vocabulários compartilhados que organizam experiências individuais em sistemas de significado coletivo. A metáfora da “pílula vermelha” exemplifica bem esse mecanismo, funcionando como dispositivo narrativo que estabelece fronteiras identitárias entre os “despertos” e os demais, atribuindo sentido coletivo a frustrações pessoais (Ging, 2019).

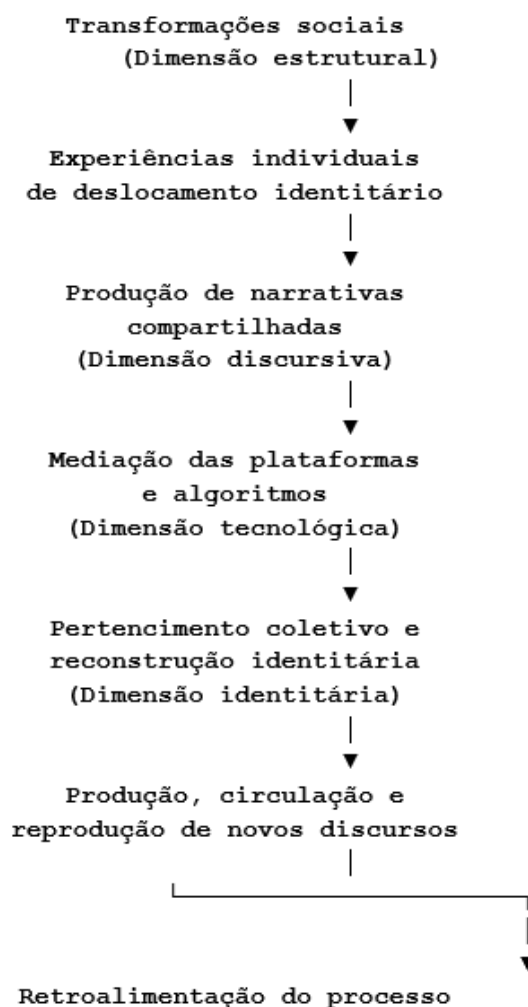
A dimensão tecnológica diz respeito ao papel ativo das plataformas e de seus algoritmos na mediação desses processos. Os sistemas de recomendação amplificam determinados conteúdos, favorecem a formação de bolhas, conectam indivíduos com experiências semelhantes e aumentam a visibilidade de narrativas específicas (Gillespie, 2018; Van Dijck, Poell; De Waal, 2018). Trata-se, contudo, de mediação e não de determinismo tecnológico.

Por fim, a dimensão identitária refere-se aos processos de pertencimento, reconhecimento mútuo e construção de fronteiras simbólicas entre “nós” e “eles”. Inspirada na teoria da identidade social de Tajfel

e Turner (1979), essa dimensão destaca como experiências individuais são reinterpretadas como parte de uma condição coletiva, gerando sentimentos de validação e comunidade.

Em síntese, as quatro dimensões formam um sistema recursivo no qual transformações sociais geram a necessidade de novas narrativas, que são mediadas pelas plataformas digitais e resultam na formação de pertencimentos identitários, retroalimentando as dimensões anteriores. Essa articulação integrada constitui a principal contribuição do modelo proposto, permitindo compreender como as masculinidades digitais contemporâneas são produzidas na interação complexa entre estrutura social, discurso, tecnologia e processos identitários.

Figura 1 – Modelo analítico do Machoísmo Social



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

6 PRINCÍPIOS EXPLICATIVOS E MECANISMOS DO MACHOÍSMO SOCIAL

A partir das quatro dimensões analíticas apresentadas anteriormente, este artigo propõe cinco princípios explicativos destinados a compreender os mecanismos pelos quais determinadas formas

contemporâneas de identidade masculina são produzidas, compartilhadas e fortalecidas em ambientes digitais.

Esses princípios não devem ser interpretados como leis universais ou relações determinísticas. Constituem proposições teóricas que orientam a análise de fenômenos sociais complexos, podendo ser posteriormente examinadas por pesquisas empíricas de diferentes naturezas, como estudos de caso, etnografias digitais, análises de discurso ou pesquisas de recepção.

6.1 PRINCÍPIO DA REORGANIZAÇÃO IDENTITÁRIA MASCULINA

O primeiro princípio estabelece que transformações sociais significativas podem produzir processos de reorganização identitária entre grupos que percebem alterações nos referenciais tradicionais de reconhecimento.

As identidades sociais não permanecem estáticas diante das mudanças históricas. Conforme Hall (2006), a identidade é um processo contínuo de construção e reconstrução, influenciado pelas condições culturais e sociais nas quais os sujeitos estão inseridos.

No campo das masculinidades, Connell (2005) demonstra que os modelos de ser homem são constantemente negociados dentro de estruturas sociais em transformação. Assim, quando determinados referenciais associados à masculinidade tradicional são questionados ou deslocados, podem surgir movimentos de adaptação, negociação ou resistência.

O Machoísmo Social, nesse sentido, refere-se ao processo pelo qual parte dessas reorganizações identitárias ocorre por meio de comunidades digitais que oferecem interpretações compartilhadas sobre as mudanças sociais.

Esse princípio não afirma que todos os homens experimentam crise identitária diante das transformações sociais. Ele indica que, em determinados contextos, comunidades podem surgir como espaços de reconstrução simbólica do pertencimento masculino.

6.2 PRINCÍPIO DA CONVERSÃO DA EXPERIÊNCIA INDIVIDUAL EM NARRATIVA COLETIVA

O segundo princípio afirma que experiências individuais podem ser transformadas em interpretações coletivas quando encontram comunidades capazes de atribuir significado compartilhado a essas experiências. A sociologia compreende há décadas que indivíduos interpretam suas trajetórias pessoais a partir de contextos sociais mais amplos. Wright Mills (1959), ao discutir a relação entre biografia e história, argumenta que questões pessoais frequentemente estão relacionadas a estruturas sociais mais amplas.

No ambiente digital, esse processo assume novas características. Plataformas permitem que indivíduos encontrem rapidamente outras pessoas com experiências semelhantes, favorecendo a construção

de comunidades interpretativas. Nesse processo, acontecimentos particulares, como dificuldades afetivas, experiências profissionais ou conflitos pessoais, podem ser incorporados a narrativas coletivas sobre masculinidade. O elemento central não é a experiência isolada, mas o processo social pelo qual ela recebe uma interpretação compartilhada.

6.3 PRINCÍPIO DA AMPLIFICAÇÃO ALGORÍTMICA

O terceiro princípio refere-se ao papel das plataformas digitais na expansão e manutenção das comunidades. As tecnologias digitais modificaram profundamente os mecanismos tradicionais de circulação de ideias. Diferentemente dos meios de comunicação de massa do século XX, as plataformas contemporâneas organizam a visibilidade por meio de sistemas automatizados de recomendação e classificação.

Segundo Gillespie (2018), algoritmos não são mecanismos neutros, pois incorporam critérios de seleção que influenciam quais conteúdos recebem maior exposição. Van Dijck, Poell e De Waal (2018) acrescentam que as plataformas organizam práticas sociais ao estabelecer modelos próprios de interação, participação e visibilidade.

No contexto do Machoísmo Social, a amplificação algorítmica refere-se ao processo pelo qual determinados discursos sobre masculinidade podem alcançar públicos maiores, conectar indivíduos dispersos e fortalecer comunidades de identificação.

Entretanto, o princípio rejeita uma interpretação tecnológica determinista. Algoritmos não produzem identidades por si mesmos; eles alteram as condições pelas quais discursos e comunidades se tornam mais ou menos visíveis.

6.4 PRINCÍPIO DA LEGITIMAÇÃO COMUNITÁRIA

O quarto princípio afirma que comunidades digitais funcionam como espaços de validação e legitimação de interpretações compartilhadas da realidade.

A formação de grupos sociais envolve processos de reconhecimento mútuo, produção de símbolos e construção de fronteiras entre pertencentes e não pertencentes. Conforme Tajfel e Turner (1979), a identidade social é construída parcialmente pela relação entre grupos, produzindo mecanismos de identificação e diferenciação.

Nas comunidades digitais voltadas à masculinidade, esse processo ocorre por meio de linguagem própria, referências simbólicas compartilhadas, figuras de autoridade e repetição de narrativas e reconhecimento entre participantes.

A legitimação comunitária não significa necessariamente consenso absoluto entre os participantes, mas indica a existência de mecanismos internos que fortalecem determinadas interpretações. Nesse sentido,

o grupo atua como espaço de produção de sentido, no qual experiências individuais são confirmadas por narrativas coletivas.

6.5 PRINCÍPIO DA REPRODUÇÃO PARTICIPATIVA

O quinto princípio refere-se ao fato de que usuários digitais não são apenas consumidores de discursos, mas também produtores e disseminadores de conteúdo. Jenkins (2009) demonstra que a cultura digital ampliou a participação dos sujeitos na produção e circulação de informações. Essa característica é fundamental para compreender comunidades organizadas em plataformas digitais.

No contexto do Machoísmo Social, os participantes podem inicialmente ocupar a posição de espectadores, mas posteriormente tornar-se produtores de conteúdo, comentaristas ou agentes de divulgação das narrativas do grupo. Esse processo produz continuidade e expansão comunitária. A reprodução participativa ocorre quando indivíduos passam a compartilhar, reinterpretar e adaptar discursos coletivos, contribuindo para sua permanência no ambiente digital.

6.6 SÍNTESE DOS PRINCÍPIOS

Os cinco princípios podem ser organizados em uma sequência analítica:

Tabela 1: Síntese dos princípios explicativos do Machoísmo Social

Etapas	Processo	Dimensão predominante
1	Transformações sociais geram necessidade de reorganização identitária	Estrutural
2	Experiências individuais recebem interpretações coletivas	Discursiva
3	Plataformas ampliam circulação e conexão entre indivíduos	Tecnológica
4	Comunidades validam narrativas compartilhadas	Identitária
5	Participantes reproduzem e expandem discursos	Reprodutiva / Participativa

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Esse modelo sugere que o Machoísmo Social não deve ser compreendido como resultado de uma única causa, mas como um processo emergente produzido pela interação entre múltiplos fatores.

A próxima seção será dedicada à discussão crítica do conceito, abordando em que medida o Machoísmo Social amplia os estudos existentes, quais são suas diferenças em relação ao machismo e à masculinidade hegemônica, quais são os riscos de generalização, como o conceito pode ser investigado empiricamente e quais implicações possui para a Educação e o letramento digital.

7 DISCUSSÃO

7.1 CONTRIBUIÇÕES E LIMITES DA PROPOSTA CONCEITUAL

A proposição do conceito de **Machoísmo Social** busca contribuir para o debate contemporâneo sobre masculinidades ao deslocar a análise de grupos específicos para os processos sociais que permitem a formação, circulação e consolidação de identidades masculinas em ambientes digitais. Com isso, o conceito avança em relação às análises fragmentadas atualmente predominantes na literatura.

A literatura existente oferece instrumentos fundamentais para compreender diferentes dimensões desse fenômeno. Os estudos sobre masculinidades demonstram que as identidades masculinas são construções históricas e relacionais (Connell, 2005; Connell; Messerschmidt, 2005). As pesquisas sobre a *manosphere* evidenciam a existência de comunidades digitais organizadas em torno de discursos sobre masculinidade, relacionamentos e pertencimento (Ging, 2019; Van Valkenburgh, 2021). Os estudos sobre plataformas digitais demonstram que tecnologias de recomendação, visibilidade e interação modificaram os processos de circulação de informações e formação de comunidades (Van Dijck; Poell; De Waal, 2018; Gillespie, 2018).

A contribuição específica da categoria proposta consiste em articular essas dimensões em um mesmo modelo interpretativo. O Machoísmo Social não pretende substituir conceitos consolidados, mas oferecer uma lente complementar para investigar como identidades masculinas são reconstruídas quando experiências individuais encontram ambientes digitais capazes de produzir pertencimento coletivo.

Essa perspectiva permite compreender que fenômenos como a *Redpill* não surgem exclusivamente de características individuais dos participantes nem apenas de estruturas sociais externas. Eles emergem da interação entre sujeitos, discursos, tecnologias e contextos históricos.

Nesse sentido, a categoria proposta aproxima-se das abordagens contemporâneas que compreendem a sociedade digital como um espaço de produção híbrida entre tecnologia e relações sociais. Conforme Latour (2012), fenômenos sociais contemporâneos não podem ser analisados separando rigidamente

elementos humanos e não humanos, pois objetos técnicos e infraestruturas participam da organização das práticas sociais.

Aplicado ao objeto deste artigo, isso significa reconhecer que plataformas digitais não são apenas espaços onde discursos circulam, mas ambientes que influenciam os modos pelos quais grupos se formam, comunicam-se e estabelecem critérios de pertencimento.

7.2 DIFERENÇAS EM RELAÇÃO AO MACHISMO TRADICIONAL

Uma questão central para a delimitação do conceito é sua relação com o machismo. O machismo, conforme discutido por Bourdieu (2002), refere-se a estruturas simbólicas e práticas sociais historicamente construídas que produzem e naturalizam desigualdades entre homens e mulheres. Seu foco analítico está nas relações de dominação e reprodução de hierarquias de gênero. O Machoísmo Social, por outro lado, não é definido pela simples reprodução dessas estruturas. Seu foco está no processo contemporâneo de reconstrução identitária masculina em ambientes digitais.

Essa distinção não significa que os fenômenos sejam independentes. Determinadas comunidades digitais podem reproduzir discursos alinhados ao machismo ou à misoginia. Entretanto, a categoria proposta busca compreender um processo mais amplo: como determinadas identidades masculinas são produzidas e fortalecidas em redes digitais. Assim, o Machoísmo Social deve ser compreendido como uma categoria de análise dos processos identitários, e não como uma classificação moral de indivíduos ou grupos.

7.3 LIMITAÇÕES DA PROPOSTA CONCEITUAL

Como todo conceito em construção, o Machoísmo Social apresenta limites que precisam ser reconhecidos. Primeiramente, trata-se de uma proposição teórica que necessita de validação empírica. Estudos futuros deverão investigar sua aplicabilidade em diferentes contextos culturais e comunidades digitais. Em segundo lugar, existe o risco de generalização excessiva. A diversidade interna da *manosphere* demonstra que grupos associados às masculinidades digitais possuem características distintas, sendo necessário evitar interpretações homogêneas (Ging, 2019; Van Valkenburgh, 2021). Além disso, o conceito ainda requer maior teste em contextos não-anglófonos, especialmente na América Latina, onde as dinâmicas de raça e classe podem modular sua manifestação.

Em terceiro lugar, o conceito não pretende explicar todas as experiências masculinas contemporâneas. A masculinidade é plural, atravessada por classe social, raça, geração, território, sexualidade e contexto histórico. Por fim, deve-se considerar que comunidades digitais podem exercer diferentes funções para seus participantes. Enquanto alguns espaços podem reforçar discursos excludentes,

outros podem funcionar como ambientes de apoio, reflexão e troca de experiências, onde a categoria proposta deve ser utilizada como instrumento analítico aberto ao debate científico.

7.4 POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS PARA PESQUISAS FUTURAS

Embora este artigo tenha caráter teórico, o conceito de Machoísmo Social permite diferentes caminhos de investigação empírica. Uma primeira possibilidade consiste na realização de **etnografias digitais**, metodologia desenvolvida para compreender práticas culturais em ambientes virtuais. Conforme Hine (2015), a internet deve ser investigada não apenas como ferramenta, mas como espaço social no qual significados são produzidos.

Pesquisadores poderiam acompanhar comunidades digitais específicas, analisando as formas de interação, vocabulários utilizados, processos de entrada e permanência, figuras de liderança e as narrativas predominantes.

Outra possibilidade seria a realização de **análises de discurso**, investigando como determinados sentidos sobre masculinidade são construídos linguisticamente. Também seriam possíveis estudos quantitativos utilizando análise de redes sociais digitais, observando padrões de conexão, circulação de conteúdos, influência de determinados produtores e as trajetórias de disseminação.

Além disso, pesquisas no campo da Educação poderiam investigar como jovens interpretam conteúdos relacionados à masculinidade nas plataformas digitais e quais estratégias de letramento digital crítico podem contribuir para uma participação mais consciente nesses ambientes.

8 IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO E O LETRAMENTO DIGITAL CRÍTICO

A emergência de comunidades digitais voltadas às masculinidades evidencia novos desafios para a educação contemporânea. A escola e a universidade não são mais os únicos espaços de produção de conhecimento e formação identitária. Plataformas digitais passaram a ocupar papel significativo na construção das visões de mundo dos sujeitos.

Nesse cenário, o enfrentamento de discursos polarizados não deve ocorrer apenas pela oposição direta ou pela censura, mas pelo desenvolvimento de competências críticas. Freire (1996) destaca que a educação deve promover a capacidade de leitura crítica do mundo, permitindo que sujeitos compreendam os contextos históricos, sociais e políticos nos quais estão inseridos.

Aplicado ao ambiente digital, esse princípio implica desenvolver o chamado letramento digital crítico: a capacidade de analisar informações, compreender mecanismos de circulação de conteúdos, identificar estratégias discursivas e refletir sobre os efeitos sociais das tecnologias. No caso das discussões sobre masculinidade, isso significa criar espaços educativos capazes de abordar diferentes formas de ser

homem, relações de gênero, afetividade e convivência, cidadania digital e o pensamento crítico diante de informações online.

A educação, portanto, possui papel fundamental na formação de sujeitos capazes de participar dos debates contemporâneos sem aderir automaticamente a discursos simplificadores ou polarizados.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo propôs o conceito de Machoísmo Social como categoria analítica destinada a compreender **o processo** de reconstrução identitária masculina mediado por plataformas digitais. Mais do que descrever conteúdos ou classificar grupos, o conceito busca explicar **o como** dessa reconstrução ocorre: um processo sociocultural dinâmico e recursivo em que transformações sociais, experiências individuais, mediações algorítmicas e narrativas coletivas interagem continuamente, produzindo formas compartilhadas de pertencimento e interpretação da masculinidade.

Ao articular as dimensões estrutural, discursiva, tecnológica e identitária em um modelo integrado, o Machoísmo Social oferece uma lente que supera análises fragmentadas predominantes na literatura. Ele não substitui conceitos consolidados como masculinidade hegemônica, machismo e misoginia, mas atua como ferramenta complementar, especialmente útil para investigar fenômenos emergentes da cultura digital. Seu caráter processual e mediado permite compreender que as masculinidades contemporâneas não são meros reflexos de mudanças sociais nem produtos diretos de algoritmos, mas resultados de uma interação complexa e contínua entre sujeitos, discursos, tecnologias e contextos históricos.

Como ensaio teórico, este trabalho apresenta limitações relacionadas à ausência de investigação empírica direta. Pesquisas futuras deverão testar a aplicabilidade do conceito em diferentes contextos culturais, plataformas e comunidades, especialmente na América Latina. Ainda assim, a principal contribuição reside em evidenciar que a reconstrução identitária masculina hoje se dá de forma profundamente mediada por plataformas digitais, exigindo abordagens que levem a sério o papel ativo dessas tecnologias na produção de sentidos, pertencimentos e comunidades.

Compreender o Machoísmo Social significa, portanto, investigar como sujeitos constroem sentidos sobre si mesmos e sobre o mundo em uma sociedade cada vez mais mediada por algoritmos e ambientes digitais, oferecendo uma ferramenta analítica relevante para os campos dos estudos de gênero, comunicação, sociologia e educação.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2005.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, James W. Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept. **Gender & Society**, v. 19, n. 6, p. 829-859, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0891243205278639>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GILLESPIE, Tarleton. **Custodians of the Internet**: Platforms, Content Moderation, and the Hidden Decisions That Shape Social Media. New Haven: Yale University Press, 2018.

GING, Debbie. Alphas, Betas, and Incels: Theorizing the Masculinities of the Manosphere. **Men and Masculinities**, v. 22, n. 4, p. 638-657, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1097184X17706401>

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HINE, Christine. **Ethnography for the Internet**: Embedded, Embodied and Everyday. London: Bloomsbury, 2015.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

KIMMEL, Michael. **Guyland**: The Perilous World Where Boys Become Men. New York: Harper, 2008.

KIMMEL, Michael. **Angry White Men**: American Masculinity at the End of an Era. New York: Nation Books, 2013.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba, 2012.

MARWICK, Alice; LEWIS, Rebecca. **Media Manipulation and Disinformation Online**. New York: Data & Society Research Institute, 2017.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1959.

TAJFEL, Henri; TURNER, John C. An Integrative Theory of Intergroup Conflict. In: AUSTIN, W. G.; WORCHEL, S. (org.). **The Social Psychology of Intergroup Relations**. Monterey: Brooks/Cole, 1979.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The Platform Society**: Public Values in a Connective World. Oxford: Oxford University Press, 2018.

VAN VALKENBURGH, Shawn Peter. Digesting the Red Pill: Masculinity and Neoliberalism in the Manosphere. **Men and Masculinities**, v. 24, n. 1, p. 84-103, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1097184X18816118>

**A VIDA POR MEIO DOS OLHOS: TONI MORRISON E CONCEIÇÃO EVARISTO EM
DIÁLOGO**

**LIFE THROUGH THE EYES: TONI MORRISON AND CONCEIÇÃO EVARISTO IN
DIALOGUE**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-019>

Luís Fernando de Souza Alves

Mestrado em Arqueologia das Paisagens Culturais
Universidad de Jaén

E-mail: luisf3@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6961912446654898>

Stefany Reis Marquioli

Mestrado em História
Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: stefanymarquioli@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4837081022903429>

Lucas Matheus Araújo Bicalho

Mestrado em História
Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: bicalholucas7@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1751370921832009>

Guilherme Carvalho Vieira

Doutorando em Ciências do Movimento Humano
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

E-mail: guilherme.carvalho.unimontes@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6002574093789093>

André Luiz Mendes Athayde

Doutorado em Administração
Universidade de Brasília

E-mail: andreluizathayde@outlook.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9326970397011966>

Geraldo Magela Cáffaro

Doutorado em Literaturas de Expressão Inglesa
Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: gmcaffaro@yahoo.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5196014861235601>

Resumo

Toni Morrison, com seu romance *Amada*, e Conceição Evaristo, com seu conto *Olhos d'Água*, são postos lado a lado para identificar pontos de contato temáticos e simbólicos entre as duas produções. A partir de

uma metodologia qualitativa, por meio de uma revisão bibliográfica, são analisados motivos como os *olhos*, a *memória*, a *pobreza*, a *fome*, a *escravidão*, os *corpos*, a *religiosidade* e o *desenraizamento*. As autoras apresentam narrativas de denúncia contra a desumanização e a marginalização. Símbolos religiosos e corporais são mediadores da memória e das lutas de um povo. A subjetividade dos personagens pode ser observada em questões como as experiências de vida, a escravidão, a exclusão social e a migração forçada. Tanto Evaristo quanto Morrison articulam uma poética da memória por meio de uma literatura de denúncia que busca tornar-se visível no espaço da vida.

Palavras-chave: Escravidão; Literatura; Memória; Pobreza; Religiosidade.

Abstract

Toni Morrison, with her novel *Beloved*, and Conceição Evaristo, with her short story *Olhos d'Água*, are placed side by side to identify thematic and symbolic points of contact between the two works. Using a qualitative methodology and a literature review, themes such as *eyes*, *memory*, *poverty*, *hunger*, *slavery*, *bodies*, *religiosity*, and *uprooting* are analyzed. Both authors present narratives denouncing dehumanization and marginalization. Religious and bodily symbols function as mediators of memory and people's struggles. The characters' subjectivity can be observed through issues such as life experiences, slavery, social exclusion, and forced migration. Both Evaristo and Morrison articulate a poetics of memory through a literature of denunciation that seeks to become visible in the space of life.

Keywords: Literature; Memory; Poverty; Religiosity; Slavery.

1 INTRODUÇÃO

René Magritte (1929), um dos principais artistas surrealistas belgas, pintou *The False Mirror* (*O espelho falso*). Nesse quadro, é possível notar um olho e, dentro dele, um céu com nuvens. A partir de tal imagem (figura 1), é possível observar que o olhar evoca a ideia de um eu interior que olha para fora, isto é, para o mundo externo. Pode-se dizer que o olhar que vê também é um olhar visto.

Figura 1 – *The false mirror*



Fonte: Magritte (1929)

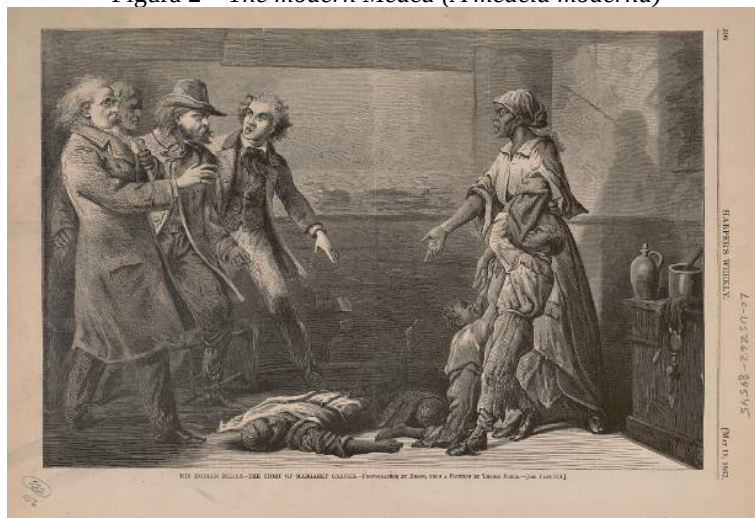
A temática dos olhos também aparece em obras literárias, como no livro *Olhos d'Água*, da autora brasileira Conceição Evaristo (2018). Também aparece no livro *Beloved (Amada)*, de Toni Morrison (2004). Diante disso, afirma-se que o objetivo desta produção é comparar partes dessas produções, especificamente seus pontos de contato. A metodologia aqui adotada é qualitativa, além de se tratar de uma revisão bibliográfica (Gil, 2002).

2 TONI MORRISON: VIDA E AMADA

Nascida Chloe Ardelia Wofford (18 de fevereiro de 1931 – 5 de agosto de 2019), Toni Morrison foi uma romancista e editora americana, tendo escrito obras como *The Bluest Eye (O olho mais azul)* (1970) e *Song of Solomon (Cântico de Salomão)* (1977). Em 1988, ela ganhou o *Prêmio Pulitzer* por sua obra *Beloved (Amada)* (1987). Também recebeu o *Prêmio Nobel de Literatura* em 1993 (Observer Voice, 2024). Em *Amada*¹, Morrison (2004) conta uma história ambientada no período posterior à Guerra Civil Americana. O romance conta a história de uma família de ex-escravos, cuja casa, em Cincinnati, é assombrada por um espírito malévolo.

A narrativa de *Amada* deriva da vida de Margaret Garner, uma escrava do estado escravista de Kentucky, que fugiu para o estado livre de Ohio em 1856. Garner foi capturada segundo a Lei do Escravo Fugitivo, de 1850, quando oficiais do exército dos Estados Unidos invadiram a cabana onde ela estava, tentando matar seus filhos a fim de que não fossem devolvidos à escravidão. Àquela altura, ela já havia matado sua filha mais nova (figura 2). Em *Beloved*, Sethe, uma ex-escrava, e sua filha de dezoito anos, Denver, moram na *124 Bluestone Road*. O local é assombrado pelo que as personagens acreditam ser o fantasma da filha mais velha de Sethe.

¹ Existe um filme, baseado no livro, com o mesmo nome, estrelado por Oprah Winfrey (*Beloved*, 1998).

Figura 2 – *The modern Medea (A medeia moderna)*

Fonte: Noble (1867)

Um dia, Paul D, um dos escravos de *Sweet Home (Doce Lar)*, uma *plantation* onde Sethe, Halle, Baby Suggs e outros foram escravizados, chega à casa de Sethe. Denver acredita que a fantasma, chamada *Amada*, seria sua irmã mais velha, morta pela própria mãe, Sethe, que conseguiu tirar a vida apenas da filha mais velha. A intenção da mãe era livrar os filhos da vida na escravidão. Com a presença de Amada, Sethe dedica o seu tempo e dinheiro para agradar o fantasma da filha e tentar explicar suas ações, o que a leva a perder o emprego. Amada fica irritada e exigente; fica irada quando não consegue o que quer.

A presença de Amada consome a vida de Sethe, que praticamente não come. Enquanto Amada cresce, ela assume a forma de uma mulher grávida. A certo ponto, as vozes de Sethe e Beloved se fundem, ficam indistinguíveis. Denver observa que Sethe se torna mais parecida com uma criança, enquanto a Amada parece mais com a mãe. Denver pede ajuda à comunidade negra. Mulheres vêm à casa para exorcizar a *Amada*. No fim, arrasada com o desaparecimento de Beloved, Sethe, com remorso, diz a Paul D que a Amada era a melhor coisa que lhe tinha acontecido. Ele responde que Sethe é a sua melhor coisa, o que a faz questionar o que isso significaria. Com o passar do tempo, os que conheceram a Amada a esquecem gradualmente, até que seus vestígios desapareçam.

3 CONCEIÇÃO EVARISTO: VIDA E OLHOS D'ÁGUA

Maria da Conceição Evaristo de Brito, nascida em Belo Horizonte em 29 de novembro de 1946, é uma linguista e escritora afro-brasileira. Considerada uma literata do movimento pós-modernista brasileiro, suas produções dizem respeito a gêneros da poesia, romance, conto, ensaio e literatura comparada (Literafro, 2024). No livro *Olhos d'Água*, publicado em 2014, a autora (Evaristo, 2018) apresenta quinze contos ambientados em favelas e ruas, cujos personagens são pobres e vítimas da violência urbana. As histórias apresentam mulheres negras ou homens cujas vidas e destinos são sustentados pela força feminina.

O conto *Olhos d'Água* trata da volta à terra natal, em busca de respostas sobre o passado. Em *Ana Davenga*, é possível ver a vida inteira passar diante dos seus olhos, em angústias, pela espera por seu companheiro. *Dudu Querença* é a mulher que passa a se desintegrar na medida em que vai perdendo esperanças, sonhos e dignidade. *Maria* reencontra um ente querido na pior das situações. Em *Quantos Filhos Natalina Teve?*, a autora discorre sobre sentimentos de uma mulher por sua gravidez. *Beijo na Face* trata de sentimentos de uma mulher presa em um relacionamento opressor. *Luamanda* é uma mulher livre que experimenta os prazeres da vida.

O Cooper de Cida é o momento de ruptura em que a mulher confronta a correria da vida. *Zaíta* fala de tesouros e destinos de uma menina apanhada entre conflitos urbanos. *Di Lixão* é um menino de rua que fugiu da vida, junto da mãe. *Lumbiá* vive com a mãe, que o faz vender doces na rua. O conto intitulado *Os Amores de Kimbá* é sobre um jovem envolvido em uma trágica história de amor. *Ei, Ardoca* apresenta um homem que tem a vida marcada pelo movimento do trem em que viveu mergulhado desde o ventre da mãe. Em *A Gente Combinamos de não Morrer*, a autora mostra homens e mulheres perdidos entre crime e repressão. *Ayoluwa, a Alegria do Nosso Povo* diz respeito a uma menina nascida como um sinal de esperança e renascimento.

4 PREÂMBULO: DENÚNCIA

Antes de fazer as comparações, é útil apresentar um preâmbulo. Ambas as obras aqui trazidas são conhecidas por seu teor de denúncia. Diante de literaturas dessa natureza, a reflexão de Jurema Werneck (Evaristo, 2018, p. 14) é necessária: “O lugar de mero ouvinte é desautorizado. Nesta literatura/cultura, a palavra que é dita reivindica o corpo presente. O que quer dizer ação”. De forma semelhante, Martin Luther King afirma: “Nossas vidas começam a terminar no dia em que silenciemos sobre coisas que importam” (King, 2022, p. 14, tradução nossa). “No final, não nos lembraremos das palavras de nossos inimigos, mas do silêncio de nossos amigos” (King, 2022, p. 18, tradução nossa). Martin Niemöller, no contexto da Segunda Guerra Mundial, narra a seguinte história para enfatizar que o silêncio diante de injustiças não é uma opção:

Primeiro eles vieram atrás dos socialistas, e eu nada falei – porque eu não era socialista. Então, eles vieram atrás dos sindicalistas, e eu nada falei – porque eu não era sindicalista. Então, eles vieram atrás dos judeus, e eu nada falei – porque eu não era judeu. Então, eles vieram atrás de mim – e não sobrou mais ninguém para falar por mim (Niemöller, 2022, tradução nossa).

Além dessa questão do não-silêncio, há a da violência, que, para ser dirigida a certas pessoas, busca tornar um indivíduo em não-alguém, ou seja, em um não-humano. Trata-se de um processo de redefinição semelhante ao sofrido pelos judeus durante o שואה (*šó'á*), isto é, o *holocausto* (Žižek, 2002). Há indivíduos

que são enquadrados por outros na categoria de não ser, de não humano, a fim de que certas práticas, males e violência sejam legitimados (Alves, 2024, 2025). Giorgio Agamben (2002), ao tratar dessa temática, menciona a vida que não merece viver, a vida sem valor, ou seja, há pessoas que são classificadas como incuravelmente perdidas.

A discussão é, então, sobre valorização e politização da vida; é a “[...] decisão sobre o limiar além do qual a vida cessa de ser politicamente relevante, e então somente ‘vida sacra’ e, como tal, pode ser impunemente eliminada. Toda sociedade fixa este limite, toda sociedade – mesmo a mais moderna – decide quais sejam os seus ‘homens sacros’ [...]” (Agamben, 2002, p. 146). A figura do *homo sacer* (*homem sagrado*), presente no direito romano, é o indivíduo que pode ser morto. É vida matável, porém insacrificável. É vida fora do direito humano, fora do direito divino.

Essa vida é chamada de *sagrada* no sentido negativo. Em uma tradução interpretada, é uma *vida amaldiçoada*. Sendo assim, pode ser morto por qualquer um, sem ser penalizado pelo direito ou pelos deuses. Além disso, não é digno de morrer em rituais religiosos. Geralmente, esse *homo sacer* é um réu isolado da coletividade, pois cometeu algo considerado um delito contra alguém do grupo (Alves, 2024, 2025; Agamben, 2002). É o que Zygmunt Bauman chama de *refugo humano*:

A produção de ‘refugo humano’, ou, mais propriamente, de seres humanos refugados (os ‘excessivos’ e ‘redundantes’, ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar), é um produto inevitável da modernização e um acompanhante inseparável da modernidade. É um inescapável efeito colateral da *construção da ordem* (cada ordem define algumas parcelas da população como ‘deslocadas’, ‘inaptas’ ou ‘indesejáveis’) e do *progresso econômico* (que não pode ocorrer sem degradar e desvalorizar os modos anteriormente efetivos de ‘ganhar a vida’ e que, portanto, não consegue senão privar seus praticantes dos meios de subsistência) (Bauman, 2005, p. 12).

Essas pessoas, rotineiramente declaradas *redundantes*, são consideradas um problema financeiro, por precisarem ser providas, alimentadas, calçadas e abrigadas. Assim, a vida de um *homo sacer* é desprovida de valor. Matá-lo não é um delito passível de punição. Privada de significação, essa existência passa a ser tratada como inútil. Traduzido em termos seculares contemporâneos, o *homo sacer*, na versão atual, não é definido por leis positivas, tampouco é portador de direitos humanos que precedam as normas jurídicas.

5 PONTOS DE CONTATO

Adentrando na comparação, opta-se por focar no primeiro capítulo da obra de Evaristo, por levar o mesmo título do livro e por trazer temas presentes em outros capítulos e em outras obras da autora. Além disso, optou-se por seguir os capítulos 1 e 2 do livro de Toni Morrison, devido à extensão da produção. Assim, espera-se que tais escolhas proporcionem melhor profundidade analítica, em vez de uma escolha

que valorize uma perspectiva panorâmica. A linha guia de comparação é o texto de Evaristo, ou seja, os temas evocados surgem a partir do texto de Evaristo e encontram pontos de contato no texto de Morrison.

6 OLHOS (E MEMÓRIA)

O tópico dos *olhos* atravessa todo o texto de Evaristo, como um refrão, que acompanha o assunto da memória e do rememorar, também presente no texto de Morrison:

Quadro 1 – Olhos e memória

EVARISTO	MORRISON
“De que cor eram os olhos de minha mãe? Atordoada, custei a reconhecer o quarto da nova casa em que eu estava morando e não conseguia me lembrar de como havia chegado até ali [...] Sempre ao lado de minha mãe, aprendi a conhecê-la. Decifrava o seu silêncio nas horas de dificuldades, como também sabia reconhecer, em seus gestos, prenúncios de possíveis alegrias. Naquele momento, entretanto, <i>me descobria cheia de culpa por não me recordar de que cor seriam os seus olhos. Eu achava tudo muito estranho, pois me lembrava nitidamente de vários detalhes do corpo dela</i>” (Evaristo, 2018, p. 16, ênfase nossa)	“[...] <i>A garota do Halle [Sethe] – de olhos de aço e tutano igual. Ele nunca tinha visto o cabelo dela em Kentucky. E, embora seu rosto estivesse dezoito anos mais velho que na última vez que a vira, estava mais suave agora. Por causa do cabelo. Um rosto imóvel demais para ser confortável [...]</i>” (Morrison, 2007, p. 25, ênfase nossa)
“E foi então que, tomada pelo <i>desespero por não me lembrar de que cor seriam os olhos de minha mãe</i>, naquele momento resolvi deixar tudo e, no dia seguinte, voltar à cidade em que nasci. <i>Eu precisava buscar o rosto de minha mãe, fixar o meu olhar no dela, para nunca mais esquecer a cor de seus olhos [...]</i>” (Evaristo, 2018, p. 18, ênfase nossa)	“[...] Dá para acreditar? Oito filhos e é só disso que eu lembro.’ <i>‘É só isso que você deixa voltar na sua lembrança, Sethe disse’ [...] Os olhos de Sethe estavam fechados; o rosto dela não era tão atraente. Então deviam ser os olhos dela que o deixavam ao mesmo tempo em guarda e agitado. Sem eles, o rosto dela era suportável — um rosto que ele conseguia manejar. Talvez se ela os mantivesse fechados assim... Mas não, havia a boca. Bonita. Halle nunca avaliou tudo o que tinha</i>” (Morrison, 2007, p. 20, 46, ênfase minha)

Fonte: Elaborado pelos autores

A temática dos olhos traz à memória um dito do primeiro século da era comum: “Ο λύχνος τοῦ σώματος ἐστὶν ὁ ὀφθαλμός. ἐὰν οὖν ᾗ ὁ ὀφθαλμός σου ἁπλοῦς, ὅλον τὸ σῶμά σου φωτεινὸν ἔσται· ἐὰν δὲ ὁ ὀφθαλμός σου πονηρὸς ᾗ, ὅλον τὸ σῶμά σου σκοτεινὸν ἔσται. εἰ οὖν τὸ φῶς τὸ ἐν σοὶ σκότος ἐστίν, τὸ σκότος πόσον” (*ho lychnos tou sōmatos estin ho ophthalmos. ean oun ē ho ophthalmos sou haplous, holon to sōma sou phōteinon estai ean de ho ophthalmos sou ponēros ē, holon to sōma sou skoteinon estai. ei oun to phōs to en soi skotos estin, to skotos poson*), isto é, “A lâmpada do corpo são os olhos. Se os teus olhos forem bons, todo o teu corpo luminoso será; se, porém, os teus olhos forem maus, todo o teu corpo será trevas. Portanto, se a luz que em ti há é trevas, quão grandes trevas serão!” (Ματθαῖον, 300, p. 1241, tradução nossa).

7 POBREZA (ALIMENTO E FOME)

Aqui, a semelhança está no pouco ter. Em Morrison, ter uma casa, mesmo aquela, era melhor do que não ter nenhuma. A situação de ter pouco é observada em Evaristo, quando ela menciona que as meninas têm que ganhar roupas antes dos meninos, por causa do crescimento dos seios.

Quadro 2 – Pobreza, alimento e fome.

EVARISTO	MORRISON
“Eu me lembrava também de algumas histórias da infância de minha mãe. Ela havia nascido em um lugar perdido no interior de Minas. Ali, as crianças andavam nuas até bem grandinhas. <i>As meninas, assim que os seios começavam a brotar, ganhavam roupas antes dos meninos. Às vezes, as histórias da infância de minha mãe confundiam-se com as de minha própria infância. Lembro-me de que muitas vezes, quando a mãe cozinhava, da panela subia cheiro algum. Era como se cozinhasse, ali, apenas o nosso desesperado desejo de alimento</i>” (Evaristo, 2018, p. 16, ênfase nossa)	“[...] Essa casa, da qual ele dissera que ela devia se mudar como se uma casa fosse pouca coisa — uma blusa ou uma cesta de costura que se pode abandonar ou dar de presente a qualquer momento. <i>Ela que nunca tivera nenhuma outra além daquela; que tinha deixado um chão de terra para vir para aquela; ela, que tinha de levar um punhado de cercefi para a cozinha de Mrs. Garner todo dia só para poder trabalhar ali [...]</i>” (Morrison, 2007, p. 42, ênfase nossa)
“[...] <i>diante dela fazíamos reverências à Senhora. Postávamos deitadas no chão e batíamos a cabeça para a Rainha. Nós, princesas, em volta dela, cantávamos, dançávamos, sorriamos. A mãe só ria de uma maneira triste e com um sorriso molhado... Mas de que cor eram os olhos de minha mãe? Eu sabia, desde aquela época, que a mãe inventava esse e outros jogos para distrair a nossa fome. E a nossa fome se distraía</i>” (Evaristo, 2018, p. 17, ênfase nossa)	“[...] o forno de terra à luz das estrelas; ou então deixar as pedras menos quentes e colocar as batatas do dia seguinte em cima delas depois da refeição. Seiso não conseguiu acertar nunca, mas eles <i>comiam aquelas batatas malcozidas, supercozidas, ressecadas ou cruas</i> mesmo assim, riam, cuspiam e lhe davam conselhos” (Morrison, 2007, p. 41, ênfase nossa)

Fonte: Elaborado pelos autores

O pouco ter também é visto, em ambas as obras, nos temas do cozinhar e do desespero por alimento.

8 ESCRAVIDÃO (CORPOS: ANTES E DEPOIS)

Rainhas e princesas africanas são vistas em suas terras de origem. É possível vislumbrar, aqui, a ideia de um passado anterior à escravidão, quando, na África, indivíduos podiam ser da realeza. Agora, após a escravidão, os efeitos permanecem. Ser da realeza é uma brincadeira para distrair a atenção da realidade e da miséria.

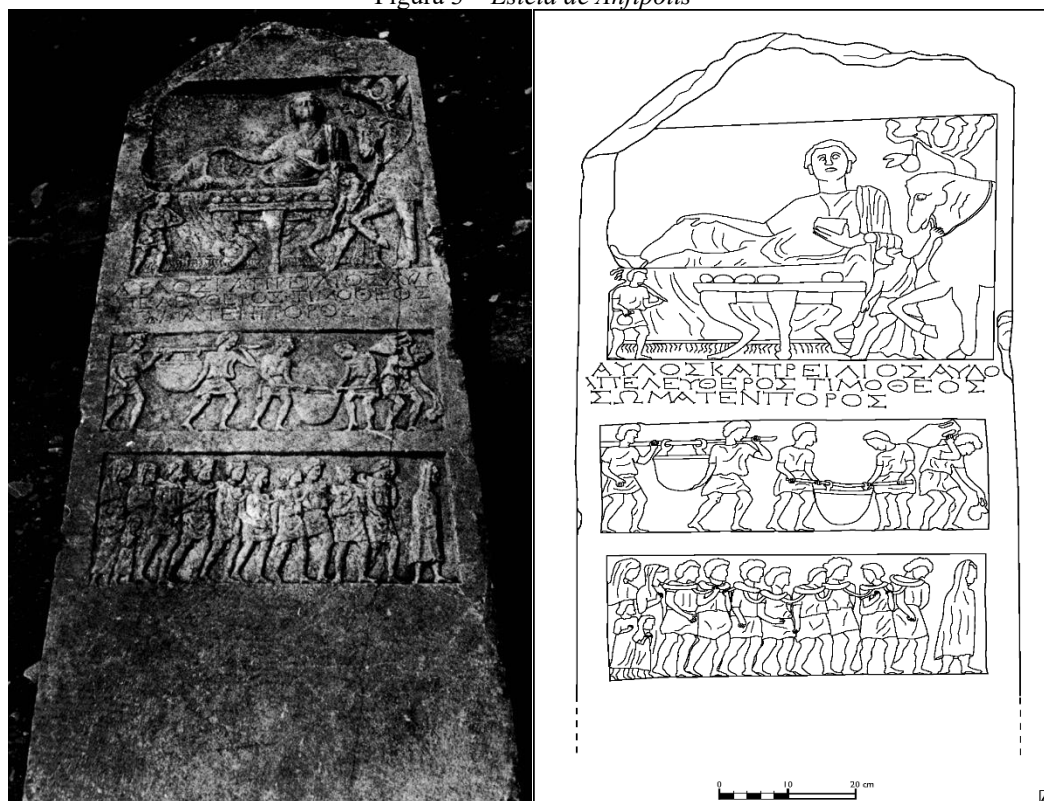
Quadro 3 – Pobreza, alimento e fome

EVARISTO	MORRISON
“Sempre ao lado de minha mãe, aprendi a conhecê-la. <i>Decifrava o seu silêncio nas horas de dificuldades, como também sabia reconhecer, em seus gestos, prenúncios de possíveis alegrias. Naquele momento, entretanto, me descobria cheia de culpa por não me recordar de que cor seriam os seus olhos. Eu achava tudo muito estranho, pois me lembrava nitidamente de vários detalhes do corpo dela [...]. Mas de que cor eram os olhos dela?</i>” (Evaristo, 2018, p. 16, ênfase nossa)	“<i>Sessenta milhões e mais [...]</i> ‘Podemos mudar’, ela sugeriu uma vez à sogra. ‘Para quê?’, Baby Suggs perguntou. ‘<i>Não tem uma casa no país que não esteja recheada até o teto com a tristeza de algum negro morto.</i> Sorte nossa que esse fantasma é um bebê’ [...]. A imagem dos homens vindo para mamar nela era tão sem vida quanto os nervos de suas costas onde a <i>pele era ondulada como uma tábua de lavar roupa [...]</i> <i>Negro não é homem [...]</i> ‘Usaram o chicote em você?’ ‘E tomaram meu leite.’ ‘Bateram em você e você estava grávida?’ ‘E tomaram meu leite!’” (Morrison, 2007, p. 7, 20, 21, 27, 35 ênfase nossa)
“[...] <i>Ela se assentava em seu trono, um pequeno banquinho de madeira.</i> Felizes, colhíamos flores cultivadas em um pequeno pedaço de terra que circundava o nosso barraco. As flores eram depois solenemente distribuídas por seus cabelos, braços e colo. <i>E diante dela fazíamos reverências à Senhora. Postávamos deitadas no chão e batíamos a cabeça para a Rainha. Nós, princesas, em volta dela, cantávamos, dançávamos, sorriamos [...]</i> já naquela época, eu entoava cantos de louvor a todas as nossas ancestrais, que, desde a África, vinham arando a terra da vida com as suas próprias mãos, palavras e sangue” (Evaristo, 2018, p. 17, 18, ênfase nossa)	“<i>Sessenta milhões e mais [...]</i>” (Morrison, 2007, p. 7, ênfase nossa)

Fonte: Elaborado pelos autores

Na epígrafe, Morrison menciona os *sessenta milhões e mais*, uma referência aos escravos levados para a América. O passado da escravidão está vivo no presente, à semelhança do que ocorre no Brasil contemporâneo. Para conhecer como os escravos eram tratados em tempos passados, é útil voltar os olhos para uma estela funerária, datada do século II a. C. – I d. C. (Koester, 2008; Chanotis, 2023; Duchêne, 1986), que apresenta um comerciante de escravos do Mar Negro, *Aulus Kapreilius*. O artefato arqueológico apresenta escravos em cadeias caminhando (figura 3).

Figura 3 – Estela de Anfípolis



Fonte: Adaptado de Duchêne (1986, p. 515) e Shaw (2014, p. 191)

No registro superior, o comerciante aparece em seu banquete fúnebre. No registro intermediário, há a preparação e o transporte do vinho em ânforas, como parte do tráfico de escravos para o norte. Na parte inferior, uma fila de escravos, dez adultos, homens e mulheres, e duas crianças, ligados uns aos outros por correntes de pescoço e grilhões, sendo levados para venda por uma figura encapuzada à direita. Entre o topo e o meio, há a legenda em grego: Αὔλος Καπρεΐλιος, Αὔλο[Υ] Απελευθέρος, Τιμοθέος Σωματονπιόρος (AYLOS KAPREILIOS, AYLO[Y] APELEUTHEROS, TIMOTHEOS SŌMATENPOROS), ou seja, *Aulus Caprius, liberto de Aulus, Timotheus, comerciante de corpo* (Shaw, 2014). *Comerciante de carne/corpo* aponta para um tema presente nos livros de Morrison e de Evaristo: o escravo, marginalizado, é considerado não alguém, mas um objeto, um pedaço de carne, não humano.

9 RELIGIÃO

Em Evaristo, nota-se a precariedade da moradia e o tema recorrente dos olhos. De modo especial, lança-se a atenção, aqui, para a questão da religiosidade, quando a mãe dela *balbuciava rezas a Santa Bárbara*, uma referência à religiosidade católico-romana, conhecida por ser protetora diante de tempestades, raios e trovões (Couto, 2010). A religiosidade também é notada em Morrison. Aqui, especificamente, há uma citação de um texto do livro cristão, a carta escrita pelo apóstolo Paulo aos cristãos

que viviam em Roma. Trata-se de uma fala da divindade cristã, que afirma que vai chamar de seu povo aqueles que não fossem seu povo israelita, de amada o povo que não a nação de Israel (Bíblia, 1993).

Quadro 4 – Religião

EVARISTO	MORRISON
“Lembro-me ainda do temor de minha mãe nos dias de fortes chuvas. Em cima da cama, agarrada a nós, ela nos protegia com seu abraço. E com os olhos alagados de prantos balbuciava rezas a Santa Bárbara, temendo que o nosso frágil barraco desabasse sobre nós [...] Não, eu não esqueço essas Senhoras, nossas Yabás [orixás femininos], donas de tantas sabedorias. Mas de que cor eram os olhos de minha mãe?” (Evaristo, 2018, p. 17, 18, ênfase nossa)	“Chamarei meu povo ao que não era meu povo; E amada à que não era amada. Romanos 9,25 [...]” (Morrison, 2007, p. 8, ênfase nossa)
“[...] Eu precisava buscar o rosto de minha mãe, fixar o meu olhar no dela, para nunca mais esquecer a cor de seus olhos. Assim fiz. Voltei, aflita, mas satisfeita. Vivia a sensação de estar cumprindo um ritual, em que a oferenda aos Orixás deveria ser a descoberta da cor dos olhos de minha mãe” (Evaristo, 2018, p. 18, ênfase nossa)	“Tem uma árvore nas minhas costas e um fantasma na minha casa [...] era, na verdade, um repulsivo emaranhado de cicatrizes. Não uma árvore, como ela disse. Talvez com a forma de uma, mas nada a ver com nenhuma árvore que ele conhecesse, porque árvores são atraentes; coisas em que se pode confiar e estar perto; com que se pode conversar se quiser, como ele fez tantas vezes desde que tomava a refeição do meio-dia nos campos da Doce Lar. Sempre no mesmo lugar, se conseguisse. E escolher o lugar tinha sido difícil porque o Doce Lar tinha mais árvores bonitas do que qualquer fazenda à volta. A escolhida ele chamara de Irmão, e sentava embaixo dela, às vezes sozinho, às vezes com Halle e os outros Pauis, mas quase sempre com Seiso [...]” (Morrison, 2007, p. 33, 40, ênfase nossa)

Fonte: Elaborado pelos autores

A árvore, em uma das citações, aparece como símbolo de religiosidades africanas. A ideia de um fantasma também chega a ser mencionada no livro de Morrison como algo que vem ligado ao exorcismo. Tanto a árvore quanto o exorcismo, segundo alguns estudiosos do livro *Beloved*, são temas ligados às religiões africanas. Em Evaristo, a questão dos orixás também é um ponto de contato. Em algumas religiões africanas, a árvore é símbolo de amor, vida e conhecimento; simboliza a grande família africana (Bonnet, 1997).

10 FAMÍLIA (MIGRAÇÃO, DESENRAIZAMENTO E LAR)

O desenraizamento também aparece como tema nos livros. Essas obras apresentam, implícita e explicitamente, pessoas forçadas a saírem de seus lugares de origem, de seus lares, restando a elas viver de modo precário e sem suas raízes, passados, tradições e modos de viver (Bourdieu; Sayad, 2006).

Quadro 5 – Família (migração, desenraizamento e lar)

EVARISTO	MORRISON
“[...] <i>Saíra de minha casa em busca de melhor condição de vida para mim e para minha família; ela e minhas irmãs tinham ficado para trás</i>” (Evaristo, 2018, p. 18, ênfase nossa)	“[...] <i>Doce Lar</i> [...] embora não houvesse uma única folha naquela fazenda que não lhe desse vontade de gritar, a fazenda se desdobrava na sua frente em desavergonhada beleza. Nunca parecera tão terrível como agora e a <i>fazia pensar se o inferno seria um lugar bonito também. Fogo e enxofre, sim, mas escondidos em bosques rendilhados</i>. Rapazes pendurados nos sicômoros mais lindos do mundo. Sentia vergonha de lembrar das maravilhosas árvores sussurrantes mais que dos rapazes. Por mais que tentasse o contrário, os sicômoros venciam as crianças todas as vezes e não conseguia perdoar sua memória por isso [...] [Denver:] ‘Por que que todo mundo que foi embora da <i>Doce Lar</i> não consegue parar de falar de lá? Parece que se fosse tão doce lá vocês deviam ter ficado’. [...] [Paul D:] ‘Verdade, verdade. Ela tem razão, Sethe. Não era doce e com certeza não era lar’” (Morrison, 2007, p. 21, 31 ênfase nossa)
“[...] <i>ficávamos contemplando as artes das nuvens no céu. Um viravam carneirinhos; outras, cachorrinhos; algumas, gigantes adormecidos, e havia aquelas que eram só nuvens, algodão-doce. A mãe, então, espichava o braço, que ia até o céu, colhia aquela nuvem, repartia em pedacinhos e enfiava rápido na boca de cada uma de nós. Tudo tinha de ser muito rápido, antes que a nuvem derretesse e com ela os nossos sonhos se esvaecessem também. Mas de que cor eram os olhos de minha mãe?</i>” (Evaristo, 2018, p. 17, ênfase nossa)	“<i>O 124 era rancoroso. Cheio de um veneno de bebê. As mulheres da casa sabiam e sabiam também as crianças. Durante anos, cada um lidou com o rancor de seu próprio jeito [...]</i>” (Morrison, 2007, p. 17, ênfase nossa)
“<i>E eu não sei se o lamento-pranto de minha mãe, se o barulho da chuva... Sei que tudo me causava a sensação de que a nossa casa balançava ao vento. Nesses momentos, os olhos de minha mãe se confundiam com os olhos da natureza. Chovia, chorava! Chorava, chovia! Então, por que eu não conseguia lembrar a cor dos olhos dela?</i>” (Evaristo, 2018, p. 17-18, ênfase nossa)	“Juntas [Sethe e Denver] travavam uma inútil batalha contra o comportamento daquele lugar; contra penicos virados, tapas no traseiro e rajadas de ar viciado [...] Paul D amarrou os sapatos um no outro, pendurou-os no ombro e foi atrás dela, porta adentro, direto para uma poça de luz vermelha e ondulante que o imobilizou onde estava. ‘Está com visita?’, ele sussurrou, franzindo a testa, ‘De vez em quando’, disse Sethe. ‘Meu Deus’. Ele recuou da porta de volta à varanda. ‘Que mal é esse que tem aí dentro?’ ‘Não é mal, é só tristeza. Venha. Entre de uma vez’” (Morrison, 2007, p. 18, 24, ênfase nossa)

Fonte: Elaborado pelos autores

Considerando Evaristo, o eu sai do seu lugar de origem em busca de melhores condições de vida. Essa migração, mesmo que supostamente voluntária, isto é, quando o indivíduo decide partir, acaba sendo uma locomoção forçada. Em meio a ditos populares, há um que diz que Minas Gerais tem a fama de exportar boi gordo (para vender a carne) e mineiro magro (para vender o lombo, a força de trabalho). Isso evidencia uma realidade de migração para fora do estado em busca de melhores condições de vida.

No texto de Morrison, há uma descrição do lugar antigo, onde os personagens viviam quando eram escravos. A descrição é irônica, uma vez que o lugar de dor é chamado *Doce Lar*, que, na verdade, era belo

apenas no nome, pois era um inferno para os escravizados. Ademais, em Evaristo, o tema da vida em família, no lar, é recorrente. Em Morrison, esse assunto é descrito como *rancoroso*, um lugar negativo, cheio de veneno. Além disso, como é de se esperar, o tema dos olhos da mãe atravessa o livro *Olhos d'Água*.

Ao mencionar a moradia, Evaristo indica sua precariedade. O contexto de origem, a julgar pela vida da autora e pelo que se tem de conteúdo no livro, é de pobreza, isto é, moradia e situação são precárias. Essa situação de favela remete a ações de marginalização urbana com tendências intencionais, como no caso do Rio de Janeiro do início do século XX, quando houve reformas urbanísticas para alargar as ruas e modernizar a cidade, à semelhança de Paris.

Esse fenômeno ficou conhecido como o *bota-abaixo*. A partir de 1903, em um contexto de modernização da cidade e higienismo, os despejados, não sendo realocados, juntavam “[...] restos de madeira dos caixotes de mercadorias descartados no porto e se puseram a montar com eles toscos barracões nas encostas íngremes dos morros que cercam a cidade, cobrindo-os com folhas-de-flandres de latões de querosene desdobrados. Era a disseminação das favelas” (Sevcenko, 1998, p. 23).

Em Morrison, observa-se uma casa que não favorecia os moradores. O texto aponta para a falta de liberdade da população negra escravizada, algo também presente na história de negros escravizados no Brasil. No caso do Rio de Janeiro, parte da comunidade acadêmica afirma que moradores pobres foram expulsos do centro da cidade, indo morar em morros com os restos de suas casas demolidas, o que indica que o passado ecoa no presente.

11 CONSIDERAÇÕES

A partir de breves comparações e dos dados apresentados, foi possível notar que as duas obras aqui abordadas têm pontos em comum. São obras que tratam de olhos, pobreza, escravidão, religião e família. Também abordam violência e reação à violência, com foco na questão da subjetividade de indivíduos. Para finalizar, destacam-se as palavras que marcam o clímax da obra de Evaristo, que aparecem no fim do conto *Olhos d'Água*:

E quando, após longos dias de viagem para chegar à minha terra, pude contemplar extasiada os olhos de minha mãe, sabem o que vi? Sabem o que vi?

Vi só lágrimas e lágrimas. Entretanto, ela sorria feliz. Mas eram tantas lágrimas, que eu me perguntei se minha mãe tinha olhos ou rios caudalosos sobre a face. E só então compreendi. Minha mãe trazia, serenamente em si, águas correntezas. Por isso, prantos e prantos a enfeitar o seu rosto. A cor dos olhos de minha mãe era cor de olhos d'água. Águas de Mamãe Oxum! Rios calmos, mas profundos e enganosos para quem contempla a vida apenas pela superfície. Sim, águas de Mamãe Oxum.

Abracei a mãe, encostei meu rosto no dela e pedi proteção. Senti as lágrimas delas se misturarem às minhas.

Hoje, quando já alcancei a cor dos olhos de minha mãe, tento descobrir a cor dos olhos de minha filha. Faço a brincadeira em que os olhos de uma se tornam o espelho para os olhos da outra. E, um dia desses, me surpreendi com um gesto de minha menina. Quando nós duas estávamos nesse doce jogo, ela tocou suavemente no meu rosto, contemplando-me intensamente. E, enquanto jogava

o olhar dela no meu, perguntou baixinho, mas tão baixinho, como se fosse uma pergunta para ela mesma, ou como se estivesse buscando e encontrando a revelação de um mistério ou de um grande segredo. *Eu escutei quando, sussurrando, minha filha falou:*

– Mãe, qual é a cor tão úmida de seus olhos? (Evaristo, 2018, p. 18-19, ênfase nossa)

REFERÊNCIAS

ALVES, Luís Fernando de Souza. “**Posseiro bom é posseiro morto**”: coronel Georgino e o conflito agrário de Cachoeirinha no Norte de Minas Gerais. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) – Faculdade de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2024.

ALVES, Luís Fernando de Souza Alves; REZENDE, Luiz Paulo Fontes de; PEREIRA, Laurindo Mekie. “The dictatorship only caught those who were vagabonds”: the fruits of the 1964 coup on peasants in Northern Minas Gerais. **Revista de história regional**, v. 30, p. 1-32, 2025.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BELOVED. Direção: Jonathan Demme. Produção: Edward Saxon; Jonathan Demme; Gary Goetzman; Oprah Winfrey; Kate Forte. Intérpretes: Oprah Winfrey; Danny Glover; Thandiwe Newton; Kimberly Elise; Beah Richards; Lisa Gay Hamilton; Albert Hall. Roteiro: Akosua Busia; Richard LaGravenese; Adam Brooks. Música: Rachel Portman. United States: Touchstone Pictures, 1998.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BONNET, Michele. “To take the sin out of slicing trees...”: the law of the tree in Beloved. **African American Review**, v. 31, n. 1, p. 41-54, 1997.

BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. A dominação colonial e o sabir cultural. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, p. 41-60, 2006.

CHANIOTIS, Angelos. Slavery and the history of emotions: the Greek epigraphic evidence. **Proceedings of the American Philosophical Society**, v. 164, n. 3/4, p. 183-214, 2023.

COUTO, Edilece Souza. **Tempo de festas**: homenagens a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição e Sant’Ana em Salvador (1860-1940). Salvador: EDUFBA, 2010.

DUCHÊNE, Hervé. Sur la Stèle d'Aulus Caprius Timotheos, Sômatemporos. **Bulletin de Correspondance Hellénique**, v. 110, n. 1, p. 513-530, 1986.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'Água**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas Míni, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KOESTER, Craig R. Roman slave trade and the critique of Babylon in Revelation 18. **The Catholic Biblical Quarterly**, v. 70, n. 4, p. 766-786, 2008.

LITERAFRO. Conceição Evaristo. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em 22 jun. 2024.

KING, Martin Luther. In: HAALAND, D. (Ed.). USA. **Connections**, p. 1-34, 2022.

MAGRITTE, René. **The false mirror**. 1929. Óleo sobre tela. 54 x 80,9 cm.

MATΘAÏON In: **CODEX VATICANUS**. Vaticano, 300. 1 manuscrito.

MORRISON, Toni. **Amada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MORRISON, Toni. **Beloved**: a novel. New York: Vintage Books, 2004.

NIEMÖLLER, Martin. **First they came for the socialists...** Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/martin-niemoeller-first-they-came-for-the-socialists>. Acesso em: 7 mar. 2022.

NOBLE, Thomas Satterwhite. **The modern Medea**. 1867. Xilogravura. 27,6 x 40,3 cm.

OBSERVER VOICE. Toni Morrison: wordsmith of the human experience. **Observer Voice**. Disponível em: <https://observervoice.com/18-february-remembering-toni-morrison-on-birth-anniversary-14532/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

PÉREZ, Amín. A liberação do conhecimento: Bourdieu e Sayad ante o colonialismo. In: DIAS, Gustavo; BÓGUS, Lúcia; PEREIRA, José Carlos Alves; BAPTISTA, Dulce (org.). **A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad**. São Paulo: EDUC, 2020.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando Antônio; SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3. p. 23

SHAW, Brent Donald. The great transformation: slavery and the free republic In: FLOWER, Harriet I (ed.). **The Cambridge companion to the Roman republic**. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 2014.

WERNECK, Jurema. Introdução. In: EVARISTO, C. **Olhos d'Água**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas Míni, 2018.

ŽIŽEK, Slavoj. Are we in a war? Do we have an enemy? **London Review of Books**, v. 24, n. 10, 2002.

O TERMO “ATÍPICO” E SUAS DERIVAÇÕES EM DISPUTA: LINGUAGEM, NORMATIVIDADE E CAPACITISMO NO CAMPO CONTEMPORÂNEO DA INCLUSÃO

THE TERM “ATYPICAL” AND ITS DERIVATIVES IN DISPUTE: LANGUAGE, NORMATIVITY, AND ABLEISM IN THE CONTEMPORARY FIELD OF INCLUSION

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-020>

Raquel Quirino

Doutora em Educação

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)

E-mail: raquelquirino@cefetmg.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3286747885641896>

Resumo

O presente ensaio analisa criticamente o uso do termo “atípico” e de suas derivações, como “mãe atípica”, “pai atípico” e “parentalidade atípica”, no contexto contemporâneo das discussões sobre deficiência, neurodiversidade e inclusão. Partindo de uma revisão teórica interdisciplinar, o texto problematiza os processos sociais de nomeação da diferença, discutindo as relações entre linguagem, normatividade e capacitismo. Argumenta-se que tais categorias, embora produzam reconhecimento, pertencimento e mobilização política, também podem operar como formas contemporâneas de reorganização da norma, suavizando conflitos históricos associados à deficiência e deslocando desigualdades estruturais para registros individualizados e afetivos. O ensaio discute ainda as tensões entre a perspectiva da neurodiversidade e a categoria deficiência, especialmente no caso do autismo, evidenciando disputas epistemológicas e políticas em torno da valorização da diferença e da garantia de direitos. Além disso, analisa-se a parentalidade atípica à luz da divisão sexual do trabalho e da feminização do cuidado, para problematizar a sobrecarga feminina e a precarização social do cuidado em contextos neoliberais. Conclui-se que o uso dessas categorias exige reflexão crítica permanente, de modo a evitar a reprodução de formas sutis de capacitismo e normalização sob discursos aparentemente inclusivos.

Palavras-chave: Capacitismo; Deficiência; Inclusão; Neurodiversidade; Parentalidade atípica.

Abstract

This essay critically examines the use of the term “*atypical*” and its derivatives, such as “*atypical mother*,” “*atypical father*,” and “*atypical parenting*,” within the contemporary context of discussions on disability, neurodiversity, and inclusion. Drawing on an interdisciplinary theoretical review, the text problematizes the social processes through which difference is named, discussing the relationships among language,

normativity, and ableism. It argues that these categories, while fostering recognition, belonging, and political mobilization, may also function as contemporary mechanisms for reorganizing normative standards, softening historical conflicts associated with disability and shifting structural inequalities toward individualized and affective frameworks. The essay further examines the tensions between the neurodiversity perspective and the disability category, particularly in relation to autism, highlighting epistemological and political disputes surrounding the recognition of difference and the guarantee of rights. In addition, atypical parenting is analyzed through the lenses of the sexual division of labor and the feminization of care in order to problematize the disproportionate burden placed on women and the social precarization of care in neoliberal contexts. The essay concludes that the use of these categories requires ongoing critical reflection to avoid reproducing subtle forms of ableism and normalization under seemingly inclusive discourses.

Keywords: Ableism; Atypical Parenting; Disability; Inclusion; Neurodiversity.

1 INTRODUÇÃO

A crescente circulação de expressões como “atípico”, “mãe atípica”, “pai atípico” e “parentalidade atípica” evidencia transformações importantes nas formas contemporâneas de nomear experiências relacionadas à deficiência, ao autismo e às neurodivergências. Inicialmente difundidos em redes sociais, grupos de apoio e espaços de ativismo, esses termos passaram a ocupar também o debate acadêmico, jurídico e educacional, especialmente após a ampliação das discussões sobre inclusão, neurodiversidade e direitos das pessoas autistas no Brasil (Brasil, 2012; Brasil, 2015; Viana; Benicasa, 2023). A crescente presença dessas categorias em estudos recentes sobre parentalidade e desenvolvimento atípico evidencia sua consolidação discursiva no campo contemporâneo da inclusão (Moreira, 2022; Roiz; Figueiredo, 2025).

À primeira vista, a adoção dessas expressões parece responder à busca por linguagens menos estigmatizantes e mais acolhedoras. Em muitos contextos, o termo “atípico” opera como alternativa considerada mais leve, afetiva e socialmente aceitável do que categorias historicamente associadas à deficiência e ao transtorno. Tal movimento dialoga com discussões clássicas sobre estigma social e gestão da diferença, especialmente aquelas formuladas por Goffman (1988), para quem os processos de nomeação participam diretamente da produção social de identidades marcadas e hierarquizadas. Entretanto, essa aparente neutralidade linguística não elimina as tensões implicadas nos processos de nomeação da diferença. Ao contrário, torna necessário problematizar quais normas permanecem operando silenciosamente quando determinados sujeitos passam a ser definidos em oposição ao que se considera “típico”.

Nesse sentido, a linguagem não constitui mero instrumento descritivo, mas participa ativamente da produção social das diferenças e das hierarquias. Como argumenta Canguilhem (2009), o normal não é um dado natural, mas uma construção histórica e valorativa. Nomear alguém como “atípico” implica, portanto, reafirmar a existência de uma tipicidade tomada como referência legítima de desenvolvimento, comportamento e funcionamento. Trata-se de uma categoria relacional que, mesmo quando mobilizada com intenção inclusiva, pode reproduzir formas sutis de normatividade.

Conforme discutem os Estudos Críticos da Deficiência e a Teoria Crip¹, normas corporais e cognitivas operam frequentemente de maneira silenciosa, naturalizando determinados modos de funcionamento como universais e desejáveis, retratando mecanismos sociais de produção da normalidade e da exclusão (McRuer, 2006; Campbell, 2009).

Essa discussão torna-se ainda mais relevante no contexto contemporâneo, marcado pela ampliação dos discursos sobre diversidade e inclusão. Em sociedades atravessadas por racionalidades neoliberais, a diferença tende a ser progressivamente incorporada desde que administrável, adaptável e discursivamente assimilável. Como argumentam autores críticos da normatividade contemporânea, determinadas diferenças passam a ser institucionalmente reconhecidas desde que permaneçam compatíveis com expectativas sociais de desempenho, autonomia e produtividade (Campbell, 2009). Nesse cenário, determinadas categorias ganham legitimidade justamente por suavizarem conflitos históricos associados ao estigma, à dependência e à desigualdade estrutural. A substituição da categoria “deficiência” por expressões mais fluidas, como “atípico”, pode operar, assim, como deslocamento semântico que atenua tensões políticas sem necessariamente enfrentar as estruturas capacitistas que produzem exclusão.

O capacitismo, compreendido como sistema de valores que privilegia corpos e mentes considerados normais, autônomos e produtivos (Mello; Nuernberg, 2012; Campbell, 2009), constitui elemento central dessa problematização. Mais do que preconceito individual, trata-se de lógica social que organiza expectativas sobre funcionalidade, independência e desempenho. Nessa perspectiva, o problema não reside apenas na existência de sujeitos considerados “atípicos”, mas na naturalização da tipicidade como horizonte normativo desejável. O uso disseminado dessas categorias pode, portanto, tanto produzir reconhecimento e pertencimento quanto reorganizar formas contemporâneas de normalização.

As tensões tornam-se particularmente evidentes no debate sobre neurodiversidade e deficiência, especialmente no caso do autismo. Enquanto parte do movimento da neurodiversidade reivindica o reconhecimento das neurodivergências como expressões legítimas da diversidade humana, recusando

¹ A Teoria Crip constitui um campo crítico vinculado aos Estudos da Deficiência e aos estudos queer, dedicado à problematização das normas corporais, cognitivas e funcionais socialmente naturalizadas. O termo “crip”, derivado de *cripple* (“aleijado”), foi politicamente ressignificado por movimentos críticos da deficiência como forma de enfrentamento ao capacitismo e à compulsoriedade da normalidade corporal e cognitiva (McRuer, 2006).

perspectivas patologizantes e biomédicas da diferença (Singer, 1999; Ortega, 2009), outra parcela da literatura alerta para o risco de esvaziamento político da categoria deficiência, fundamental para o acesso a direitos, políticas públicas e mecanismos de proteção social (Diniz, 2007; Bampi; Guilhem; Alves, 2010). A disputa em torno dessas nomenclaturas revela que o campo da inclusão permanece atravessado por conflitos epistemológicos, identitários e políticos que não podem ser reduzidos a simples escolhas terminológicas, mas envolvem diferentes concepções acerca da normalidade, da diferença e da participação social.

No âmbito da parentalidade, a emergência pública da figura da “mãe atípica” também expressa ambivalências importantes. Embora tais categorias possibilitem visibilidade, apoio coletivo e mobilização social, elas também evidenciam a permanência da divisão sexual do trabalho do cuidado e a insuficiência das políticas públicas de suporte às famílias. Como argumentam Hirata e Kergoat (2007), o cuidado integra historicamente a divisão sexual do trabalho e permanece socialmente associado às mulheres por meio de processos de naturalização da feminilidade e da maternidade. A ampla visibilidade da maternidade atípica contrasta, assim, com a escassez de estudos sobre paternidade atípica, revelando desigualdades de gênero que permanecem naturalizadas mesmo em discursos inclusivos.

Diante disso, o presente ensaio propõe analisar criticamente o uso do termo “atípico” e de suas derivações no campo da inclusão, discutindo suas relações com normatividade, capacitismo, neurodiversidade e parentalidade. Argumenta-se que tais categorias constituem construções sociais ambivalentes, pois, ao mesmo tempo em que favorecem reconhecimento, pertencimento e mobilização política, podem também contribuir para formas contemporâneas de suavização discursiva da deficiência e reorganização das normas sociais sobre corpo, cognição, cuidado e funcionalidade.

Este texto configura-se como ensaio teórico-crítico de caráter interdisciplinar, fundamentado em revisão bibliográfica e análise conceitual das categorias “atípico”, “neurodiversidade” e “parentalidade atípica” no campo contemporâneo da inclusão. Conforme argumenta Adorno (2003), o ensaio caracteriza-se menos pela pretensão de exaustividade metodológica do que pela problematização crítica de objetos sociais e conceituais historicamente situados. Nessa perspectiva, o presente trabalho busca tensionar os processos contemporâneos de nomeação da diferença, articulando contribuições dos Estudos da Deficiência, da Sociologia da Normatividade, das teorias críticas da divisão sexual do trabalho do cuidado e da inclusão.

2 LINGUAGEM, NORMATIVIDADE E PRODUÇÃO SOCIAL DA DIFERENÇA

A difusão contemporânea do termo “atípico” não pode ser compreendida apenas como transformação vocabular ou atualização terminológica no campo da inclusão. Trata-se de um fenômeno que expressa disputas mais amplas em torno da produção social da normalidade, da diferença e das formas

legítimas de nomear sujeitos e experiências. Nesse contexto, a linguagem deixa de ser mero instrumento descritivo e passa a ser entendida como prática social que organiza percepções, produz identidades e estabelece fronteiras simbólicas entre o aceitável e o o desviante. Como argumenta Goffman (1988), os processos de nomeação social participam diretamente da produção do estigma e da definição das identidades consideradas socialmente desviantes.

O próprio termo “atípico” evidencia esse caráter relacional. Definir alguém como atípico pressupõe a existência prévia de um padrão considerado típico, tomado como referência legítima de desenvolvimento, comportamento, cognição ou sociabilidade. A categoria, portanto, não possui sentido em si mesma, mas depende da produção histórica de normas que definem o que é entendido como funcionamento adequado ou esperado. Essa discussão aproxima-se das contribuições de Canguilhem (2009), para quem o normal não constitui realidade objetiva e natural, mas valor historicamente instituído. Segundo o autor, “uma norma tira seu sentido, sua função e seu valor do fato de existir fora dela aquilo que não corresponde à exigência que ela serve” (Canguilhem, 2009, p. 177). A normalidade, nessa perspectiva, não é simples constatação estatística, mas mecanismo de regulação social que produz hierarquias entre modos de existir.

As reflexões foucaultianas também contribuem significativamente para compreender essa dinâmica. Foucault (2001) demonstra que as sociedades modernas desenvolvem sofisticados dispositivos de normalização, por meio dos quais determinados corpos, comportamentos e subjetividades passam a ser continuamente avaliados, classificados e corrigidos. A norma não atua apenas reprimindo diferenças, mas produzindo critérios de inteligibilidade social (Butler, 2015). Nomear alguém como “atípico” significa, portanto, inseri-lo em um regime discursivo que organiza diferenças em relação a um centro normativo silenciosamente naturalizado. Conforme já apresentado, os Estudos Críticos da Deficiência e a Teoria Crip discutem normas corporais e cognitivas que operam frequentemente de maneira silenciosa, produzindo determinados modos de funcionamento como universais, legítimos e desejáveis (Campbell, 2009).

Nesse sentido, a aparente suavidade do termo “atípico” não elimina sua vinculação à lógica da normatividade. Ao contrário, pode torná-la ainda mais sofisticada. Diferentemente de categorias historicamente associadas ao estigma, como “anormal”, “deficiente” ou “incapaz”, o termo “atípico” opera frequentemente em registros discursivos marcados pela afetividade, pelo acolhimento e pela inclusão. Contudo, essa suavização semântica não implica necessariamente em uma ruptura com estruturas capacitistas. Em muitos casos, apenas reorganiza o modo como a diferença é administrada socialmente.

Dessa forma, a noção de capacitismo torna-se central para aprofundar essa análise. Conforme discutem Mello e Nuernberg (2012) e Campbell (2009), o capacitismo constitui sistema de valores que privilegia determinados padrões corporais, cognitivos e comportamentais, produzindo expectativas normativas de autonomia, produtividade e independência. Trata-se de lógica estrutural que define quais

corpos e funcionamentos são considerados desejáveis, eficientes, socialmente valorizados e que podem ocupar determinados espaços.

Assim, o problema não reside apenas na existência de sujeitos classificados como “atípicos”, mas na naturalização da tipicidade como horizonte ideal de humanidade. O capacitismo opera precisamente nesse ponto ao transformar determinados modos de funcionamento em medida implícita de valor social. Corpos e mentes que escapam a esse padrão passam a ser percebidos como desvios a serem corrigidos ou compensados, problemas a serem resolvidos ou administrados.

É importante reconhecer, entretanto, que a categoria “atípico” também produz efeitos de pertencimento e reconhecimento. Sua apropriação por grupos sociais, famílias e movimentos evidencia que a linguagem constitui campo de disputa, e não simples mecanismo unilateral de dominação. Como observa Butler (2015), categorias identitárias podem simultaneamente produzir sujeição e possibilitar formas de resistência política. Ao nomearem-se como “atípicos”, determinados sujeitos constroem comunidades discursivas, redes de apoio e formas de visibilidade historicamente negadas.

Essa ambivalência impede análises simplificadoras. O termo “atípico” não deve ser compreendido apenas como expressão capacitista nem exclusivamente como linguagem emancipatória. Seu significado emerge precisamente da tensão entre reconhecimento e normalização. Ao mesmo tempo em que possibilita pertencimento e circulação pública de experiências antes invisibilizadas, pode também contribuir para a reorganização contemporânea da norma em registros aparentemente mais inclusivos e menos violentos.

Essa tensão torna-se particularmente relevante em contextos marcados pela racionalidade neoliberal da diversidade. Nas últimas décadas, diferenças passaram progressivamente a ser incorporadas aos discursos institucionais, educacionais e corporativos, desde que apresentadas de maneira administrável e compatível com expectativas de desempenho e adaptação. Como argumenta Campbell (2009), políticas contemporâneas de inclusão frequentemente assimilam diferenças sem romper efetivamente com as estruturas normativas e produtivistas que organizam a vida social. Nesse cenário, a linguagem da inclusão pode funcionar como estratégia de acomodação da diferença, e não necessariamente de transformação estrutural (Campbell, 2009). A crescente popularização do termo “atípico” talvez revele exatamente um movimento não necessariamente de superação da normatividade, mas sua reconfiguração em formas discursivamente mais palatáveis. Em vez da eliminação das hierarquias entre corpos e funcionamentos, observa-se o deslocamento para modalidades mais sutis de classificação, nas quais a diferença é aceita desde que permaneça inteligível dentro dos limites da normalidade socialmente tolerável.

Dessa forma, problematizar o uso dessas categorias não significa negar sua importância política ou afetiva, mas compreender que toda linguagem da inclusão é atravessada por disputas de poder, produção de normas e conflitos em torno das formas legítimas de existência social.

3 NEURODIVERSIDADE, DEFICIÊNCIA E DISPUTAS CONCEITUAIS

A emergência da perspectiva da neurodiversidade produziu importantes deslocamentos no campo da deficiência, especialmente ao questionar os pressupostos biomédicos que historicamente definiram determinados funcionamentos cognitivos e comportamentais como desvios patológicos. Mais do que uma nova terminologia, trata-se de uma disputa epistemológica e política acerca das formas legítimas de compreender diferença, normalidade e participação social.

O conceito de neurodiversidade foi inicialmente formulado por Judy Singer (1999), vinculada ao movimento autista, propondo que diferenças neurológicas fossem compreendidas como parte da variabilidade humana e não exclusivamente como déficits ou transtornos. Nessa perspectiva, condições como autismo, TDAH, dislexia e outras neurodivergências deixam de ser interpretadas apenas sob a lógica da correção e da reabilitação, passando a ser concebidas como expressões legítimas da diversidade humana.

Essa formulação introduz ruptura importante com os modelos tradicionais da deficiência, especialmente com a racionalidade biomédica centrada na identificação de déficits individuais e na busca pela normalização dos sujeitos. Ao deslocar o foco da patologia para a diversidade, a neurodiversidade questiona a própria ideia de funcionamento cognitivo “normal”, evidenciando o caráter histórico e socialmente construído das normas que definem quais modos de existir são considerados legítimos. Conforme discutem os Estudos Críticos da Deficiência, as normas corporais e cognitivas não operam como parâmetros neutros, mas como mecanismos de hierarquização social que produzem determinados sujeitos como desviantes ou inadequados (Campbell, 2009).

Nesse contexto, torna-se importante distinguir os conceitos de neurodiversidade e neurodivergência, frequentemente utilizados como sinônimos, embora possuam significados distintos. Conforme discutem Singer (1999) e Walker (2021), neurodiversidade refere-se à variabilidade neurológica existente no conjunto da população humana, enquanto neurodivergência designa sujeitos cujos funcionamentos diferem do padrão neurotípico socialmente dominante. Essa distinção desloca a discussão do indivíduo isolado para a pluralidade constitutiva da experiência humana, permitindo problematizar a própria centralidade da norma neurotípica e os critérios sociais que definem determinados modos de funcionamento como padrão universal.

As contribuições da neurodiversidade foram fundamentais para a construção de identidades positivas e formas de pertencimento historicamente negadas a sujeitos autistas e neurodivergentes. Como observa Ortega (2009), essa perspectiva possibilita romper com compreensões exclusivamente deficitárias, orientadas por aquilo que Foucault (2001) descreve como dispositivos modernos de normalização. Ao reivindicar reconhecimento social da diferença, o movimento neurodiverso desestabiliza a lógica segundo a qual determinados corpos e mentes seriam naturalmente superiores, mais funcionais ou mais humanos que outros.

Entretanto, embora represente importante ruptura crítica, a neurodiversidade não está isenta de tensões e contradições. Parte da literatura contemporânea tem alertado para os riscos de certa romantização das neurodivergências, especialmente quando discursos identitários acabam obscurecendo desigualdades concretas vividas por sujeitos com maiores necessidades de apoio (Milton, 2012). Em alguns contextos, a valorização da diversidade cognitiva tende a privilegiar experiências de sujeitos neurodivergentes com maior autonomia social, comunicacional e econômica, invisibilizando situações marcadas por dependência intensiva de cuidado, exclusão escolar ou sofrimento psíquico severo.

Essa tensão torna-se particularmente evidente no debate acerca da relação entre autismo e deficiência. No plano jurídico brasileiro, o autismo é reconhecido como deficiência pela Lei nº 12.764/2012 (Brasil, 2012) e reafirmado pela Lei Brasileira de Inclusão - Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015), o que garante acesso a políticas públicas, ações afirmativas e direitos sociais. Contudo, no campo da neurodiversidade, parte dos movimentos autistas rejeita essa classificação, compreendendo-a como herança patologizante do modelo médico.

A recusa da categoria deficiência possui fundamentos políticos relevantes. Historicamente, a deficiência foi associada à incapacidade, improdutividade e dependência, funcionando como categoria de exclusão social. Reivindicar o autismo como diferença e não como déficit, constitui, portanto, estratégia de enfrentamento ao estigma e à violência simbólica produzidos pelas estruturas capacitistas. Ao deslocar o autismo do campo da anormalidade para o da diversidade humana, a neurodiversidade busca construir formas mais positivas de reconhecimento.

Todavia, essa rejeição também produz impasses importantes. Como argumenta Diniz (2007), a deficiência não deve ser compreendida apenas como atributo individual, mas como categoria política vinculada à produção social de barreiras e desigualdades. O modelo social da deficiência desloca o problema do corpo individual para as estruturas sociais excludentes, permitindo compreender que a deficiência emerge da interação entre impedimentos e contextos inacessíveis.

Nesse sentido, abandonar completamente a categoria deficiência pode enfraquecer justamente a base política de reivindicação por direitos, acessibilidade e suporte institucional. Em sociedades profundamente capacitistas, sujeitos neurodivergentes continuam enfrentando exclusão educacional, barreiras comunicacionais, discriminação laboral e precarização do cuidado. Ignorar essas condições em nome de discursos abstratos sobre diversidade pode produzir formas sutis de invisibilização das desigualdades concretas.

Além disso, a própria valorização contemporânea da diversidade cognitiva pode ser parcialmente apropriada pelas racionalidades neoliberais. Em determinados contextos, como observa Han (2017), um autor crítico do neoliberalismo contemporâneo, determinadas diferenças passam a ser valorizadas quando convertidas em capital produtivo. A crescente circulação de discursos que associam neurodivergência à

genialidade, hiperfoco ou alta performance tecnológica evidencia como determinadas diferenças passam a ser incorporadas desde que compatíveis com exigências contemporâneas de produtividade e desempenho. Como alerta Campbell (2009) na normatividade contemporânea, a inclusão da diferença frequentemente ocorre sob condições adaptativas e produtivistas, sem ruptura efetiva com os critérios sociais de valorização dos sujeitos.

Esse movimento produz nova tensão capacitista, na qual, sujeitos neurodivergentes passam a ser valorizados não necessariamente por ruptura com a lógica da normalidade, mas por sua capacidade de permanecer economicamente funcionais. Assim, a inclusão da diferença pode ocorrer sob condições estritamente adaptativas, mantendo intactas estruturas sociais que continuam excluindo aqueles que demandam maior suporte, cuidado ou acessibilidade.

É nesse cenário que o termo “atípico” ganha centralidade. Sua ampla circulação social parece responder à busca por linguagem menos patologizante e mais acolhedora. Contudo, a substituição de categorias como “deficiência” ou “transtorno” por expressões aparentemente mais neutras não elimina as relações de poder implicadas nos processos de nomeação. Como argumenta Goffman (1988), mudanças terminológicas não necessariamente eliminam os mecanismos sociais de produção do estigma, podendo apenas reorganizar suas formas de manifestação. Ao suavizar conflitos históricos associados ao estigma, o termo “atípico” pode deslocar a discussão da esfera política dos direitos para registros mais individualizados e afetivos da diferença.

A aparente neutralidade da categoria “atípico” talvez revele menos a superação da normatividade do que sua reconfiguração contemporânea. Em vez da eliminação das hierarquias entre corpos e funcionamentos, observa-se frequentemente a produção de modalidades discursivas mais suaves e socialmente aceitáveis de classificação da diferença. Nesse processo, a inclusão corre o risco de converter-se em estratégia de assimilação parcial da diversidade, sem enfrentamento efetivo das estruturas capacitistas que continuam organizando o acesso desigual à participação social.

Dessa forma, as disputas em torno da neurodiversidade, da deficiência e da neurodivergência expressam conflitos mais amplos acerca das formas pelas quais sociedades contemporâneas produzem normalidade, administram diferenças e distribuem reconhecimento social. O desafio teórico e político consiste justamente em construir perspectivas capazes de articular valorização da diversidade humana e reconhecimento concreto das desigualdades estruturais que atravessam sujeitos neurodivergentes, sem reduzir a diferença nem à patologização deficitária, nem à celebração abstrata da diversidade.

4 PARENTALIDADE ATÍPICA, GÊNERO E FEMINIZAÇÃO DO CUIDADO

A difusão das expressões “mãe atípica”, “pai atípico” e “parentalidade atípica” evidencia não apenas transformações nas formas de nomear experiências relacionadas à deficiência e às neurodivergências, mas

também a centralidade do cuidado na organização contemporânea das relações familiares. No contexto brasileiro, especialmente nas redes sociais, em grupos de apoio e nos espaços de ativismo, a categoria “mãe atípica” adquiriu ampla circulação pública, tornando-se importante marcador identitário e político (Viana; Benicasa, 2023; Moreira, 2022). Contudo, a popularização desse termo também exige problematizações acerca das relações de gênero que estruturam socialmente o cuidado.

Embora frequentemente mobilizada em registros de acolhimento, pertencimento e resistência, a noção de maternidade atípica pode contribuir para naturalizar a responsabilização feminina pelo cuidado intensivo de crianças e adolescentes com deficiência ou neurodivergências. Nesse sentido, o debate não deve restringir-se às experiências subjetivas das mães, mas incorporar a análise das estruturas sociais que organizam a divisão sexual do trabalho doméstico e do cuidado.

As contribuições de Hirata e Kergoat (2007) tornam-se fundamentais para compreender esse processo. Segundo as autoras, a divisão sexual do trabalho constitui princípio estruturante das relações sociais, baseado em dois mecanismos complementares: a separação entre trabalhos masculinos e femininos e a hierarquização que atribui maior valor social às atividades historicamente masculinizadas. Nesse modelo, o cuidado permanece socialmente associado às mulheres, sendo frequentemente compreendido como extensão “natural” da feminilidade e da maternidade.

No caso da parentalidade relacionada à deficiência e às neurodivergências, essa lógica torna-se ainda mais intensa. O cuidado cotidiano envolve acompanhamento terapêutico, mediação escolar, gestão de tratamentos, reorganização das rotinas familiares e enfrentamento permanente de barreiras institucionais. Entretanto, tais responsabilidades continuam recaindo predominantemente sobre mulheres, produzindo sobrecarga física, emocional e profissional. Estudos recentes sobre parentalidade atípica evidenciam que mães permanecem como principais responsáveis pela gestão cotidiana do cuidado, mesmo quando inseridas simultaneamente no mercado de trabalho (Moreira, 2022; Roiz; Figueiredo, 2025).

Como argumenta Hirata (2022), a feminização do cuidado não constitui fenômeno privado ou individual, mas resultado de processos históricos de desvalorização social do trabalho reprodutivo. De acordo com Federici (2019), o trabalho reprodutivo e de cuidado constitui a dimensão central da sustentação da vida social, mas permanece frequentemente invisibilizado, não remunerado e naturalizado como obrigação feminina. Essa dinâmica evidencia que o reconhecimento social da maternidade atípica não necessariamente implica redistribuição efetiva das responsabilidades de cuidado.

Nesse contexto, a visibilidade pública da “mãe atípica” revela uma contradição importante. Ao mesmo tempo em que a categoria possibilita reconhecimento, formação de redes de apoio e mobilização política, ela também pode reforçar expectativas normativas segundo as quais mulheres seriam naturalmente mais aptas ao cuidado, à renúncia e à dedicação integral aos filhos. O elogio social da “mãe guerreira”, frequentemente presente nos discursos sobre deficiência e autismo, pode operar como mecanismo

simbólico de romantização da sobrecarga feminina. Conforme argumenta Federici (2019), a naturalização do trabalho reprodutivo feminino constitui elemento central da sustentação histórica das desigualdades de gênero.

Essa romantização torna-se particularmente problemática em contextos marcados pela insuficiência das políticas públicas de cuidado. A emergência de formas de ativismo da parentalidade atípica, como observa Moreira (2022), relaciona-se diretamente às lacunas deixadas pelo Estado na garantia de suporte institucional às famílias. Em muitos casos, mães tornam-se simultaneamente cuidadoras, mediadoras escolares, gestoras terapêuticas e defensoras de direitos, assumindo funções que extrapolam amplamente o âmbito doméstico.

Dessa forma, a centralidade da figura da mãe atípica pode ser compreendida não apenas como fenômeno identitário, mas como sintoma da precarização social do cuidado. Em sociedades atravessadas por racionalidades neoliberais (Han, 2017; Brown, 2019), a diferença tende a ser progressivamente incorporada. Como observam Hirata e Kergoat (2007), a transferência silenciosa das responsabilidades de cuidado para o âmbito privado constitui dimensão estrutural das desigualdades contemporâneas de gênero.

A escassez de estudos sobre “pais atípicos” evidencia ainda mais essa assimetria. A baixa circulação dessa categoria no campo acadêmico e social não representa simples lacuna terminológica, mas revela a permanência de uma organização generificada do cuidado. Enquanto a maternidade atípica torna-se amplamente visível e discursivamente elaborada, estudos sobre a divisão sexual do trabalho de cuidado demonstram que a participação masculina continua sendo frequentemente representada como complementar ou excepcional (Hirata; Kergoat, 2007).

Mesmo a noção mais ampla de “parentalidade atípica”, embora importante por incluir diferentes arranjos familiares, não elimina completamente essas desigualdades. A aparente neutralidade do termo pode obscurecer a persistente feminização do trabalho do cuidado, diluindo assimetrias concretas sob categorias universalizantes.

Nesse sentido, a problematização da parentalidade atípica exige compreender que o cuidado não constitui apenas experiência afetiva ou familiar, mas também questão política, econômica e social. A discussão sobre deficiência, neurodivergência e inclusão não pode prescindir da análise das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho que sustentam silenciosamente grande parte das práticas de cuidado contemporâneas.

5 CONCLUSÃO

A análise das categorias “atípico”, “mãe atípica”, “pai atípico” e “parentalidade atípica” evidencia que os processos contemporâneos de nomeação da diferença estão longe de constituir meras escolhas linguísticas neutras. Ao contrário, tratam-se de disputas discursivas e políticas atravessadas por relações de

poder, normatividade, reconhecimento e produção de subjetividades. A crescente circulação desses termos revela transformações importantes no campo da inclusão, mas também expõe ambiguidades e tensões que exigem problematização crítica.

Ao longo do ensaio, argumentou-se que o termo “atípico” opera simultaneamente como categoria de pertencimento e como mecanismo potencial de reorganização contemporânea da norma. Por um lado, sua apropriação por sujeitos, famílias e movimentos sociais produz visibilidade, acolhimento e mobilização política, possibilitando formas de identificação coletiva historicamente negadas. Por outro, sua aparente neutralidade pode obscurecer as estruturas sociais que produzem exclusão, deslocando conflitos políticos associados à deficiência para registros mais individualizados, afetivos e discursivamente suavizados.

A discussão sobre neurodiversidade evidenciou de maneira particularmente intensa essas tensões. A crítica aos modelos patologizantes constitui contribuição fundamental dos movimentos neurodiversos, especialmente ao questionar a centralidade da norma neurotípica e ao reivindicar legitimidade para diferentes formas de funcionamento cognitivo. Entretanto, o debate também revelou os limites de perspectivas que, ao privilegiarem discursos identitários abstratos sobre diversidade, podem secundarizar desigualdades concretas vividas por sujeitos neurodivergentes, sobretudo aqueles com maiores necessidades de apoio.

Nesse sentido, a disputa em torno da caracterização do autismo como deficiência expressa conflito central do campo contemporâneo da inclusão: como articular valorização da diferença sem esvaziar a dimensão política da deficiência enquanto categoria vinculada à garantia de direitos? A recusa completa da noção de deficiência pode representar importante enfrentamento ao estigma, mas também corre o risco de fragilizar instrumentos políticos fundamentais para reivindicação de acessibilidade, suporte institucional e proteção social.

A problematização da parentalidade atípica permitiu evidenciar ainda que os debates sobre inclusão não podem prescindir da análise das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho. A ampla visibilidade da figura da “mãe atípica” revela não apenas formas de pertencimento e ativismo, mas também a persistente feminização do cuidado em sociedades marcadas pela precarização das políticas públicas e pela responsabilização privada das famílias. O cuidado intensivo relacionado à deficiência e às neurodivergências continua recaindo predominantemente sobre mulheres, evidenciando a permanência de estruturas históricas de desigualdade.

As contribuições de Hirata (2022) mostraram que a feminização do cuidado não constitui fenômeno natural ou individual, mas processo socialmente produzido e sustentado por relações estruturais de gênero. Nesse contexto, a romantização da “mãe guerreira” pode funcionar como mecanismo simbólico de legitimação da sobrecarga feminina, obscurecendo a insuficiência do suporte estatal e a desigual distribuição social do cuidado. A escassez de estudos sobre paternidade atípica reforça ainda mais essa

assimetria, revelando que mesmo discursos inclusivos permanecem atravessados por expectativas generificadas acerca das responsabilidades familiares.

O ensaio buscou demonstrar, portanto, que a linguagem da inclusão constitui campo de disputa marcado por ambivalências permanentes. Categorias aparentemente mais acolhedoras ou menos estigmatizantes não necessariamente rompem com estruturas capacitistas; em muitos casos, apenas reorganizam suas formas de operação.

Como argumentam autores dos Estudos Críticos da Deficiência (Campbell, 2009), a crescente valorização contemporânea da diversidade pode coexistir com novas modalidades de normalização, nas quais a diferença é aceita desde que administrável, produtiva e compatível com determinados padrões sociais de funcionalidade.

Dessa forma, a popularização do termo “atípico” talvez revele menos a superação da normatividade do que sua reconfiguração contemporânea em registros discursivamente mais suaves e socialmente assimiláveis. O desafio não consiste apenas em substituir terminologias consideradas inadequadas, mas em enfrentar criticamente as estruturas sociais que produzem hierarquias corporais e cognitivas que continuam produzindo desigualdades entre corpos, cognições e modos de existir (Canguilhem, 2009; Campbell, 2009).

Conclui-se, assim, que os debates sobre deficiência, neurodiversidade e parentalidade exigem abordagens capazes de articular reconhecimento da diversidade humana, crítica ao capacitismo e análise das desigualdades estruturais que atravessam cuidado, gênero e participação social. Mais do que definir quais categorias seriam mais adequadas ou politicamente corretas, torna-se necessário compreender como determinadas linguagens produzem efeitos concretos de inclusão, exclusão, visibilidade e apagamento. Somente a partir dessa problematização crítica será possível construir perspectivas efetivamente comprometidas com formas mais complexas, democráticas e não normativas de existência social.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Notas de literatura I**. Tradução de Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003. p. 15–45.

BAMPI, Luciana Neves da Silva; GUILHEM, Dirce; ALVES, Eliane. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 4, p. 816–823, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692010000400022>. Acesso em 17 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 17 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 17 mar. 2026.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Tradução de Mario A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Politeia, 2019.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMPBELL, Fiona Kumari. **Contours of Ableism**: The Production of Disability and Abledness. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. **Extraordinary Bodies**: Figuring Physical Disability in American Culture and Literature. New York: Columbia University Press, 1997.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

HIRATA, Helena. **O cuidado**: teorias e práticas. São Paulo: Boitempo, 2022.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595–609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/>. Acesso em 7 maio 2026.

McRUER, Robert. **Crip Theory**: Cultural Signs of Queerness and Disability. New York: New York University Press, 2006.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635–655, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000300003>. Acesso em 7 maio 2026.

MILTON, Damian. On the ontological status of autism: the "double empathy problem". **Disability & Society**, London, v. 27, n. 6, p. 883–887, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09687599.2012.710008>. Acesso em 7 maio 2026. Acesso em 7 maio 2026.

MOREIRA, Martha Cristina Nunes. Configurações do ativismo da parentalidade atípica: cuidado, deficiência e cronicidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, p. 3939–3948, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/HG8gtVMVgxbZjR4KtQYrVSS/>. Acesso em 17 mar. 2026.

ORTEGA, Francisco. Deficiência, autismo e neurodiversidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 67–77, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000100012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/CPcMbsxxyfF3CXSLwTcprwC/>. Acesso em 7 maio 2026.

ROIZ, Renata; FIGUEIREDO, Márcia. Processo de adaptação de mães de filhos com desenvolvimento atípico. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 29, n. 2, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/riep.v29i2.92491>. Acesso em 17 mar. 2026.

SINGER, Judy. Why can't you be normal for once in your life? From a "problem with no name" to the emergence of a new category of difference. In: CORKER, Mairian; FRENCH, Sally (org.). **Disability Discourse**. Buckingham: Open University Press, 1999. p. 59–67.

VIANA, Cíntia Teixeira de Souza; BENICASA, Míria. Maternidade atípica: termo e conceito. **Revista Acadêmica Online**, v. 9, n. 46, 2023. Disponível em: <https://revistaacademicaonline.com/index.php/rao/article/view/299>. Acesso em: 17 mar. 2026.

DOAÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: A INCORPORAÇÃO DO ACERVO ESPECIAL DE MAURÍCIO DE ALMEIDA ABREU PELA BIBLIOTECA DO PPGG/UFRJ

BIBLIOGRAPHIC COLLECTION DONATIONS IN UNIVERSITY LIBRARIES: THE INCORPORATION OF THE SPECIAL COLLECTION OF MAURÍCIO DE ALMEIDA ABREU BY THE PPGG/UFRJ LIBRARY

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-021>

Leidiane Gomes Marinho

Bibliotecária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Pós-graduanda em Patrimônio Cultural pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ)

E-mail: leidianemarinho@igeo.ufrj.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5713862544055364>

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a incorporação de acervos bibliográficos particulares em bibliotecas universitárias, considerando sua relevância para a preservação da memória científica e para a formação de coleções especiais. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, documental e exploratória, tendo como estudo de caso a incorporação do acervo especial do geógrafo Maurício de Almeida Abreu pela Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ). A análise evidencia que a doação de coleções particulares ultrapassa a dimensão material da transferência de livros, constituindo um processo de preservação de trajetórias intelectuais, interesses de pesquisa e registros da produção científica de seus antigos proprietários. Os resultados demonstram que a atuação das bibliotecas universitárias é fundamental para transformar acervos privados em patrimônios bibliográficos institucionais, por meio de procedimentos técnicos de avaliação, registro, organização, preservação e disponibilização. Conclui-se que a incorporação de coleções especiais contribui para o fortalecimento da pesquisa acadêmica, para a preservação da memória institucional e para a ampliação do acesso ao conhecimento, reafirmando o papel das bibliotecas universitárias como instituições responsáveis pela salvaguarda e disseminação do patrimônio intelectual.

Palavras-chave: Acervos especiais; Bibliotecas universitárias; Doação de acervos; UFRJ.

Abstract

This article aims to analyze the incorporation of private bibliographic collections into university libraries, considering their relevance for the preservation of scientific memory and the formation of special

collections. The research is characterized as qualitative, bibliographic, documentary, and exploratory in nature, using as a case study the incorporation of the special collection of geographer Maurício de Almeida Abreu by the Library of the Graduate Program in Geography at the Federal University of Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ). The analysis demonstrates that the donation of private collections goes beyond the material dimension of book transfer, constituting a process of preserving intellectual trajectories, research interests, and records of the scientific production of their former owners. The results show that the role of university libraries is essential in transforming private collections into institutional bibliographic heritage through technical procedures of evaluation, registration, organization, preservation, and access provision. It is concluded that the incorporation of special collections contributes to the strengthening of academic research, the preservation of institutional memory, and the expansion of access to knowledge, reaffirming the role of university libraries as institutions responsible for safeguarding and disseminating intellectual heritage.

Keywords: Collection donations; Special collections; UFRJ; University libraries.

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas universitárias desempenham um papel fundamental na preservação, organização e disseminação do conhecimento produzido ao longo do tempo, atuando como espaços de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além de disponibilizarem recursos informacionais para a comunidade acadêmica, essas instituições também contribuem para a preservação da memória científica e intelectual, especialmente por meio da formação e manutenção de coleções bibliográficas.

Entre as diferentes formas de constituição e ampliação dos acervos, a doação de coleções particulares representa uma prática relevante para as bibliotecas universitárias, sobretudo quando envolve acervos pertencentes a pesquisadores, professores e intelectuais. Mais do que a transferência física de livros, essas incorporações podem representar a preservação de trajetórias acadêmicas, interesses de pesquisa, práticas de leitura e registros da produção intelectual de seus antigos proprietários, transformando coleções privadas em fontes públicas de informação e conhecimento.

As doações de coleções particulares constituem uma prática recorrente em bibliotecas, arquivos e museus, contribuindo para a formação de patrimônios documentais preservados por instituições de memória. Conforme observa Silva (2022), muitos desses acervos têm origem em coleções privadas reunidas ao longo da vida de pesquisadores, intelectuais e colecionadores, sendo posteriormente incorporados por instituições públicas. Nesse processo, as coleções passam a adquirir novos significados e funções, tornando-se fontes para pesquisa, preservação da memória e produção do conhecimento.

No contexto das bibliotecas universitárias, a incorporação de acervos particulares assume especial relevância, uma vez que essas instituições frequentemente recebem coleções formadas por docentes e pesquisadores cujas obras refletem suas trajetórias acadêmicas e áreas de investigação. Ao ingressarem no acervo institucional, essas coleções deixam de pertencer exclusivamente ao universo privado de seus formadores e passam a constituir recursos informacionais acessíveis à comunidade acadêmica, preservando, entretanto, marcas das experiências intelectuais que orientaram sua constituição.

Diferentemente de um conjunto aleatório de livros, uma biblioteca particular reúne escolhas, interesses e percursos de leitura construídos ao longo da vida de seu proprietário. Nesse sentido, Azevedo e Lino (2010) destacam que os livros pertencentes a coleções particulares preservam vestígios da memória intelectual de seus formadores, como marcas de leitura, dedicatórias e outros elementos que revelam aspectos de suas trajetórias. Assim, a incorporação dessas coleções por bibliotecas universitárias possibilita não apenas a ampliação dos acervos, mas também a preservação de registros materiais relacionados à história da produção científica.

A biblioteca particular pode ser compreendida como uma representação da trajetória intelectual de seu proprietário, uma vez que as obras reunidas expressam interesses, escolhas e experiências acumuladas ao longo do tempo (ZAID, 2004). Para Manguel (2006), uma coleção de livros não constitui apenas uma reunião de objetos, mas uma materialização das relações estabelecidas entre indivíduo, conhecimento e memória. Dessa forma, quando uma biblioteca pessoal é incorporada por uma instituição, ocorre um processo de transformação de uma coleção privada em patrimônio bibliográfico de interesse coletivo.

Apesar da importância das doações para o enriquecimento dos acervos bibliográficos, a incorporação de coleções particulares exige procedimentos técnicos e critérios institucionais que considerem aspectos como pertinência temática, relevância acadêmica, estado de conservação, disponibilidade de espaço e alinhamento com a política de desenvolvimento de coleções da biblioteca. Dessa forma, a atuação do bibliotecário torna-se fundamental na avaliação, seleção, organização, preservação e disponibilização desses materiais, conciliando o valor histórico e memorial das coleções com as necessidades informacionais da instituição.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a incorporação do acervo especial do geógrafo Maurício de Almeida Abreu pela Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ), destacando sua importância como coleção especial e patrimônio bibliográfico institucional. Busca-se compreender como a doação de uma biblioteca particular contribui para a preservação da memória científica, para o fortalecimento das atividades de pesquisa e para a ampliação do acesso ao conhecimento.

Como objetivos específicos, pretende-se discutir a importância das coleções especiais em bibliotecas universitárias, apresentar os aspectos relacionados à incorporação de acervos particulares e

analisar o processo de integração do acervo de Maurício de Almeida Abreu ao patrimônio bibliográfico da Biblioteca do PPGG.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Como estudo de caso, analisa-se a incorporação do acervo especial de Maurício de Almeida Abreu, utilizando como fontes documentos institucionais relacionados ao recebimento e registro da coleção, além da literatura especializada sobre desenvolvimento de coleções, bibliotecas particulares, coleções especiais e memória institucional.

A relevância deste estudo está relacionada à necessidade de ampliar as discussões sobre as doações de acervos bibliográficos no âmbito das bibliotecas universitárias, evidenciando que essas práticas não representam apenas mecanismos de aquisição de materiais informacionais, mas também processos de preservação de patrimônios bibliográficos e trajetórias intelectuais. Ao analisar a incorporação de uma coleção especial, o estudo busca contribuir para a reflexão sobre o papel das bibliotecas universitárias como instituições responsáveis pela salvaguarda, organização e disseminação do conhecimento.

2 DOAÇÕES DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS E COLEÇÕES ESPECIAIS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

As doações de acervos bibliográficos constituem uma importante forma de aquisição e desenvolvimento de coleções em bibliotecas, contribuindo para a ampliação e diversificação dos recursos informacionais disponíveis aos usuários. Ao longo da história, muitas bibliotecas foram constituídas ou enriquecidas por meio da incorporação de coleções particulares, especialmente aquelas pertencentes a pesquisadores, intelectuais e personalidades de destaque em diferentes áreas do conhecimento.

A incorporação de bibliotecas particulares por instituições públicas possibilita a preservação de conjuntos documentais que carregam não apenas informações registradas nos livros, mas também elementos relacionados às trajetórias intelectuais de seus formadores. Essas coleções refletem interesses de pesquisa, escolhas bibliográficas, percursos de leitura e experiências acumuladas ao longo da vida, constituindo fontes relevantes para estudos científicos e históricos.

No âmbito das bibliotecas universitárias, as doações representam uma das modalidades previstas para o desenvolvimento de coleções. Conforme destaca Vergueiro (2010), a formação e manutenção dos acervos devem estar fundamentadas em critérios técnicos que considerem os objetivos institucionais, o perfil dos usuários, as áreas de conhecimento atendidas e as necessidades informacionais da comunidade. Dessa forma, embora as doações possam contribuir significativamente para o enriquecimento das coleções, os materiais recebidos devem passar por processos de avaliação e seleção antes de sua incorporação definitiva.

A doação de materiais bibliográficos pode ocorrer de diferentes formas, seja por iniciativa espontânea de indivíduos ou instituições, seja mediante solicitação da própria biblioteca. Independentemente da origem, o recebimento desses materiais exige procedimentos que possibilitem avaliar sua pertinência e adequação ao acervo institucional. Conforme observa Faria (2017), a modalidade de aquisição por doação apresenta desafios relacionados à seleção dos materiais, uma vez que nem todos os itens recebidos atendem às necessidades da biblioteca ou possuem relevância para seus usuários.

Nesse processo, a política de desenvolvimento de coleções exerce papel fundamental ao estabelecer critérios para avaliação, incorporação, descarte ou encaminhamento dos materiais recebidos. Aspectos como atualidade, relevância temática, estado de conservação, duplicidade, disponibilidade de espaço físico e alinhamento com a missão institucional devem ser considerados pelos profissionais responsáveis pela gestão dos acervos.

Quando as doações envolvem bibliotecas particulares pertencentes a pesquisadores e intelectuais, a análise da coleção ultrapassa aspectos estritamente quantitativos ou utilitários. Esses conjuntos bibliográficos podem apresentar características que justificam sua preservação como coleções especiais, devido ao seu valor científico, histórico, cultural ou memorial.

As coleções especiais diferenciam-se dos demais conjuntos bibliográficos por reunirem materiais que possuem características singulares, seja pela raridade das obras, pela trajetória de seus antigos proprietários, pela temática abordada ou pela relação estabelecida entre os itens que compõem o conjunto. Nesse sentido, a preservação dessas coleções possibilita compreender não apenas os conteúdos registrados nos livros, mas também os contextos de produção, circulação e apropriação do conhecimento.

Segundo Lacerda (2017), as bibliotecas particulares incorporadas aos acervos públicos constituem importantes fontes de pesquisa, pois representam universos intelectuais específicos construídos a partir das escolhas e interesses de seus proprietários. Essas coleções podem conter marcas de uso, dedicatórias, anotações e outros elementos que revelam aspectos da relação estabelecida entre o leitor e os livros ao longo do tempo.

A biblioteca particular, portanto, não deve ser compreendida apenas como uma reunião de obras, mas como uma expressão da trajetória intelectual de seu formador. Para Moles (1978), a biblioteca de um intelectual funciona como um testemunho de suas atividades, interesses e orientações, uma vez que as obras selecionadas ao longo da vida refletem seu percurso de formação e produção de conhecimento.

Nesse sentido, ao serem incorporadas por bibliotecas universitárias, essas coleções passam por um processo de transformação: deixam de integrar exclusivamente o espaço privado de seus proprietários e passam a constituir patrimônio bibliográfico institucional, disponível para consulta e pesquisa. A biblioteca assume, assim, a responsabilidade de preservar, organizar e disponibilizar esses acervos, garantindo sua continuidade como fonte de informação para diferentes gerações de pesquisadores.

Heymann (2009), ao discutir a institucionalização de arquivos pessoais, destaca que a entrada desses conjuntos em instituições de memória envolve processos de seleção, organização e atribuição de novos significados. Embora sua análise esteja voltada aos arquivos, essa perspectiva também pode ser aplicada às bibliotecas particulares incorporadas por instituições, uma vez que sua preservação depende de práticas institucionais que legitimam esses acervos como patrimônio de interesse público.

Dessa forma, as doações de coleções particulares às bibliotecas universitárias representam importantes processos de preservação da memória científica e intelectual. Ao receber, tratar tecnicamente e disponibilizar esses acervos, as bibliotecas ampliam suas possibilidades de apoio à pesquisa e contribuem para a manutenção de trajetórias acadêmicas, transformando coleções privadas em fontes públicas de conhecimento.

3 O ACERVO ESPECIAL DE MAURÍCIO DE ALMEIDA ABREU NA BIBLIOTECA DO PPGG/UFRJ: INCORPORAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INTELECTUAL

A incorporação de bibliotecas particulares por instituições universitárias representa uma importante estratégia de preservação da memória científica e de valorização das trajetórias intelectuais de pesquisadores. Ao serem integradas aos acervos institucionais, essas coleções deixam de representar apenas conjuntos privados de livros e passam a constituir patrimônios bibliográficos acessíveis à comunidade acadêmica, contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas e para a continuidade da produção do conhecimento.

Nesse contexto, destaca-se o acervo especial do geógrafo Maurício de Almeida Abreu (1948–2011), incorporado à Biblioteca do PPGG. Sua biblioteca particular constitui um importante registro material de sua trajetória acadêmica, reunindo obras relacionadas às áreas de Geografia, História, Geografia Urbana e estudos sobre a formação territorial brasileira, com especial destaque para a cidade do Rio de Janeiro.

Maurício de Almeida Abreu foi um dos mais importantes geógrafos brasileiros, reconhecido por suas contribuições à Geografia Histórica e à Geografia Urbana. Professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desenvolveu pesquisas voltadas à compreensão da produção do espaço urbano e da evolução histórica da cidade do Rio de Janeiro. Sua obra mais conhecida, *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, publicada originalmente em 1987, tornou-se referência nos estudos urbanos brasileiros, consolidando sua contribuição para a Geografia nacional (Gomes, 2016).

Ao longo de sua trajetória acadêmica, Abreu constituiu uma biblioteca particular formada por obras utilizadas em suas atividades de ensino, pesquisa e produção científica. Como ocorre em muitas bibliotecas pessoais de pesquisadores, a composição desse acervo reflete seus interesses intelectuais, suas escolhas bibliográficas e os caminhos percorridos em sua formação acadêmica. Dessa forma, a coleção preserva não

apenas conteúdos informacionais, mas também aspectos relacionados à história da construção de seu pensamento científico.

A incorporação desse acervo pela Biblioteca do PPGG possibilitou que uma coleção construída ao longo de décadas de atuação acadêmica passasse a integrar o patrimônio bibliográfico institucional. O processo representa uma importante ação de preservação da memória científica da Geografia brasileira, uma vez que mantém disponíveis obras que fizeram parte da trajetória intelectual de um pesquisador cuja produção possui relevância reconhecida na área.

As coleções particulares incorporadas às bibliotecas universitárias possuem características que as diferenciam de outros conjuntos bibliográficos. Conforme discutido anteriormente, esses acervos apresentam uma organização marcada pelas escolhas de seus formadores, revelando percursos de leitura, áreas de interesse e relações estabelecidas com o conhecimento. Nesse sentido, a biblioteca de Maurício de Almeida Abreu constitui um testemunho de sua trajetória acadêmica e das referências bibliográficas que contribuíram para sua produção intelectual.

O processo de incorporação do acervo especial ocorreu mediante procedimentos institucionais de recebimento, registro e organização das obras, garantindo sua integração ao acervo da Biblioteca do PPGG. O registro das obras no Livro Tombo formaliza a entrada dos materiais no patrimônio da instituição, assegurando sua identificação e controle como parte da coleção bibliográfica da universidade.

A atuação da biblioteca nesse processo envolve diferentes etapas técnicas, como avaliação, registro patrimonial, processamento técnico, organização física e disponibilização para consulta. Essas atividades são fundamentais para transformar uma coleção particular em um acervo institucional acessível, preservando suas características originais e, simultaneamente, possibilitando sua utilização pela comunidade acadêmica.

Além dos procedimentos técnicos, a incorporação de uma coleção especial envolve uma dimensão relacionada à preservação da memória institucional. Ao disponibilizar o acervo de Maurício de Almeida Abreu para pesquisadores, estudantes e demais usuários, a Biblioteca do PPGG contribui para a continuidade de seu legado intelectual, permitindo que novas pesquisas tenham acesso às obras que fizeram parte de sua trajetória acadêmica.

Nesse sentido, as coleções especiais desempenham papel estratégico nas bibliotecas universitárias ao aproximarem passado e presente, possibilitando que conhecimentos produzidos em diferentes momentos históricos continuem circulando. A preservação desses acervos reforça a função das bibliotecas como instituições de memória, responsáveis não apenas pela organização da informação, mas também pela salvaguarda de patrimônios bibliográficos.

Assim, a incorporação do acervo especial de Maurício de Almeida Abreu pela Biblioteca do PPGG evidencia como a doação de uma biblioteca particular pode contribuir para a preservação da memória

científica, para o fortalecimento das pesquisas acadêmicas e para a valorização do patrimônio bibliográfico universitário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incorporação de coleções particulares por bibliotecas universitárias constitui uma importante estratégia de preservação da memória científica e de fortalecimento dos acervos institucionais. Mais do que ampliar quantitativamente as coleções, essas incorporações possibilitam a preservação de trajetórias intelectuais, práticas de leitura e registros da produção científica de pesquisadores que contribuíram para diferentes áreas do conhecimento.

A análise do acervo especial de Maurício de Almeida Abreu, incorporado à Biblioteca do PPGG evidenciou que uma biblioteca particular representa não apenas um conjunto de obras, mas também um registro material da trajetória acadêmica de seu formador. As escolhas bibliográficas realizadas ao longo de sua vida refletem seus interesses de pesquisa, suas referências teóricas e os caminhos percorridos na construção de seu pensamento científico.

O processo de incorporação desse acervo demonstra a relevância do trabalho desenvolvido pelas bibliotecas universitárias na transformação de coleções privadas em patrimônios bibliográficos acessíveis à comunidade acadêmica. Por meio de procedimentos técnicos de avaliação, registro, organização, preservação e disponibilização, a biblioteca assegura que esses materiais permaneçam disponíveis para novas pesquisas e para a continuidade da circulação do conhecimento.

Nesse sentido, as coleções especiais assumem papel estratégico nas instituições universitárias ao contribuírem para a preservação da memória institucional e científica. Ao receber e tratar tecnicamente esses acervos, as bibliotecas ultrapassam sua função tradicional de organização da informação e passam a atuar também como instituições responsáveis pela salvaguarda de patrimônios intelectuais.

Conclui-se que as doações de acervos bibliográficos constituem práticas relevantes para o desenvolvimento das coleções e para a preservação da memória do conhecimento produzido por pesquisadores e instituições. O caso do acervo especial de Maurício de Almeida Abreu evidencia a importância das bibliotecas universitárias como espaços de mediação, preservação e disseminação do patrimônio bibliográfico, garantindo que trajetórias intelectuais continuem contribuindo para a pesquisa e para a formação de novas gerações de estudiosos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de; LINO, Lucia Alves da Silva. O inventário da Biblioteca Lélío Gama: recuperação da memória e relevância para estudos afins. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 2008, v. 128, p. 219-229, 2010. Disponível em: <https://hemeroteca->

pdf.bn.gov.br/402630/per402630_2008_00128.pdf . Acesso em: 20 nov. 2025.

FARIA, Cleide Vieira de. Seleção de materiais bibliográficos para a modalidade de aquisição doação: um relato de experiência da Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 13, p. 1435–1449, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1023> . Acesso em: 20 fev. 2026.

GOMES, Angela Nunes Damasceno. **Mauricio Abreu**: uma história com muitas geografias. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/13244> . Acesso em: 16 fev. 2026.

HEYMANN, Luciana Quillet. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. In: **REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL 8**, 2009, Buenos Aires, p.1. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/2cfa910d-2016-4fdf-9bac-23faa68427e8> . Acesso em: 06/10/2025.

LACERDA, Ana Regina Luz. A importância das bibliotecas particulares incorporadas aos acervos públicos: as coleções da biblioteca central da Universidade de Brasília. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. esp. CBBD 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/825/964>. Acesso em: 29 abr. 2026.

MANGUEL, Alberto. **A biblioteca à noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MOLES, Abraham A. **Biblioteca pessoal, biblioteca universal**. R. Bibliotecon. Brasília, Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 39-52, jan./jun. 1978. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/74964> . Acesso em: 14 mai. 2026.

SILVA, Iuri Azevedo Lapa e. **Sobre papéis, trajetórias e dádivas**: a doação da coleção Benedicto Ottoni para a Biblioteca Nacional. 2020. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9752483. Acesso em 01 mar. 2026.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação**: princípios e técnicas. 3. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

ZAID, Gabriel. **Livros demais! sobre ler, escrever e publicar**. Tradução de Felipe Lindoso. São Paulo: Summus Editorial, 2004

**EDUCAÇÃO E O DIREITO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA GARANTIA
CONSTITUCIONAL DE UM BEM PÚBLICO FUNDAMENTAL**

**EDUCATION AND THE RIGHT TO EDUCATION: CHALLENGES AND PERSPECTIVES FOR
THE CONSTITUTIONAL GUARANTEE OF A FUNDAMENTAL PUBLIC GOOD**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-022>

Cilianne Édila Leandro de Sousa

Mestranda em Ensino em Saúde

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

Vínculo Institucional: Grupo de Pesquisa Políticas Públicas em Educação e Saúde – PPES / Centro

Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

E-mail: dra.ciliannenefro@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7421301624388108>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6465-5524>

Séfora Thayne Barbosa Alencar Rodrigues

Mestra em Ensino em Saúde

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

E-mail: seforathayne@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4601243071439206>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2285-3787>

Marlene Menezes de Souza Teixeira

Doutora em Educação e Ensino: Química da Vida e Saúde

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

E-mail: marlenesouza@leaosampai.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5043828704040203>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1546-3257>

Marta Coelho Bezerra Dantas

Mestra em Ensino em Saúde

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

E-mail: martha_30jpeg@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5688263542829028>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1679-408X>

Marli Otilia dos Santos

Mestranda em Ensino em Saúde

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

E-mail: marlysantos_28@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6214605539721605>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6125-3677>

Luiza Dilma Ferreira Maia

Especialista em Educação Infantil e Ensino Fundamental

Faculdade de Juazeiro do Norte - FJN, Brasil

Vínculo Institucional: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial: Ceará, Brasil

E-mail: luiza.maia@edu.ce.senac.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9921-4506>

Cicero Anderson Pereira Santos

Bacharel em Direito

Universidade Regional do Cariri - URCA, Brasil

Vínculo Institucional: Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil

E-mail: ciceroanderson.advocacia@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6740805611366063>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3518-079X>

Rafaela Gonçalves Rodrigues

Especialista em Direito Penal e Criminologia

Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil

Vínculo Institucional: Coordenadoria da Mulher de Altaneira/CE, Brasil

E-mail: advocariarafaelagoncalves@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2038317417032850>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0143-8332>

Pedro Henrique de Lima

Mestre em Educação

Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil

Vínculo Institucional: Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil

E-mail: pedro.hl@urca.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7900004571305625>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4125-9943>

Resumo

A educação configura-se como um direito social indispensável à promoção da dignidade humana, ao fortalecimento da cidadania e à consolidação do Estado Democrático de Direito. Este estudo analisa os fundamentos jurídicos que sustentam a proteção constitucional do direito à educação no Brasil, articulando-os aos principais instrumentos internacionais de defesa dos direitos humanos e às políticas públicas educacionais. Desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, exploratória, bibliográfica e documental, a pesquisa examina legislações, referenciais teóricos e documentos oficiais, buscando compreender os fatores que favorecem ou limitam a efetivação desse direito. Os resultados evidenciam que, embora o país disponha de um consistente arcabouço normativo, persistem desafios relacionados às desigualdades sociais, ao financiamento, à gestão pública, à permanência escolar e à qualidade da educação ofertada. Conclui-se que a concretização desse direito depende da integração entre compromisso estatal, participação social, planejamento contínuo e políticas educacionais capazes de assegurar acesso, permanência, aprendizagem e equidade em todos os níveis de ensino.

Palavras-chave: Direito à Educação; Direitos Fundamentais; Políticas Públicas.

Abstract

Education constitutes an essential social right for promoting human dignity, strengthening citizenship, and consolidating the Democratic Rule of Law. This study examines the legal foundations that support the constitutional protection of the right to education in Brazil, relating them to the main international human rights instruments and educational public policies. Conducted through a qualitative, exploratory, bibliographic, and documentary approach, the research analyzes legislation, theoretical references, and official documents to understand the factors that promote or hinder the realization of this right. The findings indicate that, despite the existence of a robust legal framework, significant challenges remain concerning social inequalities, educational funding, public management, school retention, and the quality of educational provision. It is concluded that the effective realization of the right to education requires coordinated action among governmental commitment, social participation, long-term planning, and educational policies capable of ensuring equitable access, permanence, meaningful learning, and educational quality throughout all levels of schooling.

Keywords: Fundamental Rights; Public Policies; Right to Education.

1 INTRODUÇÃO

No ordenamento constitucional inaugurado em 1988, a educação afirma-se como direito indispensável à formação humana e à transformação da realidade social. Sua relevância ultrapassa o campo normativo, pois sustenta o exercício da cidadania, a dignidade humana e a consolidação de uma sociedade democrática, plural e socialmente justa (Brasil, 1988). Essa centralidade encontra expressão inequívoca no artigo 205 da Constituição Federal:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, p. 123).

Mais do que uma formulação normativa, esse comando constitucional materializa um compromisso institucional que atribui ao Estado, à família e à sociedade responsabilidades compartilhadas na proteção de um direito indispensável ao desenvolvimento humano. Sob essa perspectiva, a educação deixa de ser compreendida como simples prestação estatal para afirmar-se como prerrogativa universal, vinculada aos valores da liberdade, da igualdade e da dignidade. Essa compreensão harmoniza-se com o sistema

internacional de proteção dos direitos humanos, especialmente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), cujo artigo 26 estabelece:

Toda pessoa tem direito à educação. A educação será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, baseada no mérito. A educação será orientada para o pleno desenvolvimento da personalidade humana e para o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. Promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz (ONU, 1948, p. 4).

Sob a perspectiva teórica, a educação configura-se como um processo formativo que ultrapassa a simples circulação de conhecimentos escolares, envolvendo a constituição intelectual, ética, política e cultural dos sujeitos. Nessa direção, Freire (2019, p. 76) afirma que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”, evidenciando que a efetivação do direito à educação pressupõe a criação de condições capazes de fortalecer a autonomia, a participação consciente e a capacidade crítica dos indivíduos.

A trajetória normativa brasileira revela avanços significativos, desde a positivação do direito à educação como cláusula pétrea, até a sua regulamentação pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) e pelo Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 13.005/2014). Todavia, a concretização plena desse direito ainda é marcada por contradições. Desigualdades regionais, limitações orçamentárias, déficits de infraestrutura escolar e carência de políticas efetivas de inclusão constituem entraves que mantêm o país distante da universalização da educação de qualidade.

Essa realidade encontra respaldo na reflexão de Cury (2020, p. 59), ao destacar que:

A existência de um arcabouço legal robusto não implica, por si só, na realização prática dos direitos; é necessário articular norma e ação, garantindo mecanismos efetivos de execução, financiamento e controle social. A efetividade dos direitos depende da capacidade do Estado de implementar políticas públicas consistentes, assegurar recursos adequados e instituir mecanismos permanentes de acompanhamento e controle social, de modo que as garantias legais deixem de representar apenas promessas formais e se convertam em experiências concretas para os cidadãos.

A força do direito à educação não se revela na existência da norma, mas na capacidade de produzir mudanças concretas nas condições de vida e de aprendizagem da população. Essa passagem do texto legal para a realidade educacional resulta da convergência entre decisões políticas, organização institucional e práticas pedagógicas, que podem fortalecer ou restringir o alcance desse direito. Desse modo, sua análise demanda um olhar abrangente, capaz de integrar referenciais jurídicos, políticas educacionais e processos formativos em uma mesma perspectiva interpretativa.

Diante desse cenário, o estudo investiga as bases jurídicas que sustentam o direito à educação no Brasil, sua convergência com os marcos internacionais de proteção humana e as tensões que ainda impedem sua realização plena. Parte-se da compreensão de que educar não corresponde apenas ao cumprimento de uma garantia constitucional, mas à preservação de um bem público decisivo para enfrentar desigualdades, ampliar a participação social e fortalecer a vida democrática. Examinar esse direito, portanto, significa compreender em que medida a força da lei consegue atravessar as estruturas institucionais e alcançar, de fato, a experiência concreta dos sujeitos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação ocupa posição central na arquitetura dos direitos fundamentais porque condiciona o exercício consciente da cidadania, amplia as possibilidades de participação social e favorece o acesso aos bens culturais historicamente produzidos. Sua relevância não decorre apenas da presença no ordenamento jurídico, mas da capacidade de interferir nas condições concretas de existência, sobretudo em sociedades marcadas por profundas assimetrias econômicas e territoriais. Reconhecê-la como bem público significa afastá-la da lógica do privilégio e afirmar que sua oferta, qualidade e continuidade constituem responsabilidades indeclináveis do Estado.

A formação histórica desse direito revela que sua expansão não ocorreu de maneira espontânea. O acesso à escolarização resultou de disputas políticas, reivindicações coletivas e mudanças na compreensão acerca das obrigações públicas perante a população. Bobbio (2004) observa que os direitos são construções históricas vinculadas às transformações sociais e às lutas por reconhecimento. Nessa perspectiva, a questão decisiva já não consiste apenas em justificar sua existência, mas em assegurar mecanismos institucionais capazes de protegê-los. Aplicada à educação, essa formulação evidencia que a proclamação jurídica, embora indispensável, permanece insuficiente quando desacompanhada de políticas, recursos e condições efetivas de realização.

A Constituição da República Federativa de 1988 (Brasil, 1988) conferiu nova densidade ao tema ao incluir a educação entre os direitos sociais e defini-la como dever do Estado e da família, a ser promovida com a colaboração da sociedade. O texto constitucional não trata o ensino como benefício facultativo nem como serviço subordinado à disponibilidade ocasional dos governos. Ao contrário, institui uma obrigação pública vinculada ao desenvolvimento humano, ao exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, art. 205).

A opção constitucional ultrapassa o reconhecimento formal da educação como direito social ao atribuir-lhe uma função estruturante na formação dos indivíduos e no fortalecimento da vida democrática. Sua proteção pressupõe atuação permanente do Estado, acesso universal e um projeto educativo comprometido com o desenvolvimento intelectual, ético e cidadão. Embora a preparação para o trabalho integre esse processo, ela não constitui sua finalidade exclusiva, uma vez que a educação se destina à formação integral da pessoa e ao pleno exercício de seus direitos.

O artigo 206 da Constituição aprofunda esse entendimento ao estabelecer princípios como igualdade de condições para acesso e permanência, liberdade de aprender e ensinar, pluralismo de ideias, gratuidade do ensino público, valorização dos profissionais da educação, gestão democrática e garantia de padrão de qualidade (Brasil, 1988). Tais fundamentos demonstram que o direito não se cumpre com a simples abertura de vagas. A matrícula representa apenas uma de suas etapas, devendo ser acompanhada por condições que assegurem frequência, aprendizagem, participação e conclusão das trajetórias escolares.

Cury (2002) compreende a educação simultaneamente como direito à igualdade e direito à diferença. A primeira dimensão exige que todos tenham acesso ao patrimônio intelectual e cultural indispensável à vida em sociedade; a segunda requer o reconhecimento das particularidades que atravessam os sujeitos e seus contextos. Essa articulação impede duas distorções recorrentes: a padronização que ignora desigualdades reais e a diferenciação que oferece percursos formativos empobrecidos a grupos socialmente vulnerabilizados. Igualdade educacional não significa tratamento indiferenciado, mas garantia de oportunidades substantivas de aprendizagem.

A Lei nº 9.394/1996 regulamentou os princípios constitucionais e definiu as bases de organização da educação nacional. Entre seus fundamentos encontram-se a igualdade de condições para o acesso e a permanência, a liberdade de aprender, o pluralismo de concepções pedagógicas, o respeito à tolerância, a valorização da experiência extraescolar e a vinculação entre educação, trabalho e práticas sociais (Brasil, 1996). Essa orientação confirma que a escola não pode limitar sua função à transmissão mecânica de conteúdos. Cabe-lhe assegurar uma formação capaz de relacionar conhecimento sistematizado, experiência social e participação cidadã.

A efetividade do direito à educação depende de uma atuação contínua e comprometida do poder público, capaz de assegurar as condições indispensáveis ao funcionamento qualificado dos sistemas de ensino. Infraestrutura adequada, valorização dos profissionais, acessibilidade, recursos pedagógicos e políticas de permanência não representam benefícios complementares, mas pressupostos para a concretização da garantia constitucional. Quando esses elementos são negligenciados, ampliam-se as desigualdades que atingem, com maior intensidade, populações socialmente vulnerabilizadas e historicamente excluídas do acesso pleno à educação.

No âmbito do planejamento, a Lei nº 13.005/2014 instituiu o Plano Nacional de Educação e estabeleceu metas relacionadas à expansão do atendimento, à redução das desigualdades, à valorização dos profissionais e à melhoria da qualidade do ensino (Brasil, 2014). O plano representou uma tentativa de converter princípios amplos em compromissos verificáveis. Entretanto, metas educacionais dependem de financiamento, cooperação federativa, continuidade administrativa e mecanismos de acompanhamento. Sem essa articulação, o planejamento tende a permanecer como registro programático descolado da realidade institucional.

A transformação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em política permanente, promovida pela Emenda Constitucional nº 108/2020 e regulamentada pela Lei nº 14.113/2020 (Brasil, 2020), representou um avanço significativo para a sustentação financeira da educação básica brasileira. Em um cenário caracterizado por acentuadas disparidades entre os entes federativos, a distribuição dos recursos públicos assume papel estratégico na promoção da equidade educacional, exigindo critérios capazes de contemplar as distintas realidades das redes de ensino, aliados à transparência na gestão e ao efetivo controle social.

No plano internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) inseriu a educação entre as garantias indispensáveis à dignidade da pessoa. Seu artigo 26 associa o acesso ao ensino ao desenvolvimento da personalidade, ao respeito às liberdades fundamentais e à convivência democrática:

Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais (ONU, 1948, art. 26).

O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais ampliou esse compromisso ao reconhecer que a educação deve favorecer o pleno desenvolvimento da personalidade, o sentido de dignidade e a participação efetiva em uma sociedade livre (ONU, 1966). A realização progressiva prevista no documento não autoriza a omissão estatal. Ela impõe a adoção contínua de medidas e a utilização dos recursos disponíveis para ampliar a proteção, impedir retrocessos injustificados e alcançar os grupos que ainda enfrentam obstáculos ao ingresso e à permanência escolar.

A Declaração de Incheon reafirmou a educação inclusiva, equitativa e de qualidade como compromisso internacional, articulado à aprendizagem ao longo da vida (UNESCO, 2015). Essa formulação desloca a atenção da mera disponibilidade de vagas para a qualidade das experiências educativas. Uma instituição pode estar formalmente aberta e, ainda assim, permanecer inacessível em razão de barreiras arquitetônicas, econômicas, comunicacionais, pedagógicas ou atitudinais. A efetividade do

direito exige, portanto, que os sistemas de ensino estejam preparados para acolher a diversidade e remover impedimentos à participação.

Conforme sustenta Saviani (2018), a organização da educação reflete escolhas políticas e projetos de sociedade que orientam a distribuição do conhecimento e das oportunidades formativas. Nesse contexto, as definições relativas ao currículo, à gestão, ao financiamento e à formação dos profissionais da educação influenciam diretamente quem acessa os saberes socialmente produzidos e em quais condições isso ocorre. A democratização do ensino pressupõe a socialização efetiva dos conhecimentos científicos, filosóficos, artísticos e culturais, rompendo com a histórica concentração desses bens entre grupos privilegiados. Limitar a formação destinada às camadas populares significa perpetuar mecanismos de desigualdade incompatíveis com os princípios da educação democrática.

Em consonância com essa perspectiva, Freire (2019) compreende a educação como um processo dialógico capaz de mobilizar reflexão, autonomia e produção crítica do conhecimento. Nessa concepção, o direito à educação ultrapassa o acesso à escola e alcança a qualidade das experiências pedagógicas, nas quais o estudante assume posição ativa em sua formação. Por essa razão, instituições que restringem a participação, desconsideram as vivências dos educandos ou enfraquecem sua capacidade crítica deixam de realizar, em sua plenitude, a função social que lhes é atribuída.

A qualidade educacional, por sua vez, não pode ser reduzida a resultados isolados em avaliações externas. Indicadores de desempenho são relevantes para diagnosticar desigualdades e orientar políticas, porém não sintetizam toda a complexidade da formação escolar. Dourado, Oliveira e Santos (2007) assinalam que a qualidade possui natureza social e envolve condições de oferta, gestão, currículo, valorização profissional, infraestrutura e relações institucionais. Avaliá-la requer observar não apenas o resultado final, mas os recursos disponibilizados, os processos pedagógicos e as oportunidades efetivamente asseguradas.

A efetividade do direito à educação não se revela apenas pela abertura das portas da escola, mas pela capacidade do sistema educacional de assegurar percursos formativos contínuos, dignos e socialmente significativos. Sempre que a exclusão se manifesta por meio da evasão, das sucessivas retenções, das práticas discriminatórias ou da precarização das oportunidades de aprendizagem, evidencia-se que a garantia constitucional permanece incompleta. Nessa perspectiva, políticas de permanência, acessibilidade e acompanhamento pedagógico constituem estratégias estruturantes para remover barreiras, reduzir desigualdades e assegurar que o direito à educação seja experimentado em sua plenitude, e não apenas reconhecido no plano normativo.

A gestão democrática pressupõe que a participação social ultrapasse os limites da formalidade institucional e se converta em elemento constitutivo da formulação, do acompanhamento e da avaliação das políticas educacionais. Em consonância com os princípios estabelecidos pela Constituição Federal e pela

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1988; Brasil, 1996), Paro (2016) sustenta que a democratização da escola pública depende da participação efetiva da comunidade escolar nos processos decisórios, conferindo maior legitimidade às ações desenvolvidas. Sob essa perspectiva, conselhos, fóruns e colegiados deixam de representar instâncias meramente consultivas para assumirem papel estratégico na construção de uma educação comprometida com o interesse público, a transparência e a corresponsabilidade social.

Embora a ordem jurídica disponha de mecanismos destinados à proteção do direito à educação, a intervenção do Poder Judiciário não constitui solução suficiente para suprir as deficiências decorrentes da omissão estatal. Decisões judiciais individuais, ainda que relevantes para assegurar direitos específicos, não substituem o planejamento sistêmico das políticas públicas. A superação das desigualdades exige políticas universais, financiamento contínuo, coordenação entre os entes federativos e mecanismos permanentes de avaliação. O Poder Judiciário pode determinar o cumprimento das obrigações legais, mas a efetivação cotidiana desse direito permanece condicionada à capacidade administrativa e política de estruturar redes públicas responsivas às demandas da sociedade.

A verdadeira força do direito à educação não se revela na amplitude de sua proteção normativa, mas na capacidade de transformar garantias jurídicas em oportunidades concretas de desenvolvimento humano. Nessa perspectiva, acesso, permanência, aprendizagem, equidade e participação social constituem dimensões inseparáveis de um mesmo compromisso constitucional. Apesar da solidez do arcabouço jurídico brasileiro, a plena realização desse direito ainda depende da superação de obstáculos estruturais que impedem a escola de cumprir, em sua integralidade, sua função pública e emancipadora.

Mais do que uma prerrogativa inscrita na lei, o direito à educação constitui um compromisso histórico com a dignidade humana, a justiça social e a vitalidade democrática. Sua realização exige que a força do ordenamento jurídico se traduza em políticas duradouras, práticas pedagógicas inclusivas e condições efetivas de aprendizagem. Enquanto barreiras sociais, econômicas e institucionais restringirem o acesso, a permanência e o desenvolvimento dos estudantes, a universalidade anunciada pela Constituição permanecerá distante da experiência concreta.

3 METODOLOGIA

A distância entre o reconhecimento jurídico do direito à educação e sua concretização na realidade educacional constitui o eixo central desta investigação. Com base nessa problemática, a pesquisa foi desenvolvida segundo abordagem qualitativa, de caráter exploratório, bibliográfico e documental, permitindo analisar criticamente as relações entre o arcabouço normativo e os fatores históricos, institucionais, políticos e pedagógicos que condicionam a efetividade desse direito no contexto brasileiro.

A abordagem qualitativa oferece fundamentos para uma interpretação contextualizada da realidade investigada, favorecendo uma leitura crítica do direito à educação em sua complexidade. Conforme assinala Minayo (2017, p. 21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

A análise desenvolvida neste estudo afastou-se de uma leitura estritamente normativa do direito à educação, compreendendo-o como um fenômeno cuja efetivação depende da convergência entre políticas públicas, financiamento adequado, gestão democrática, acessibilidade e qualidade da educação ofertada. A investigação privilegiou, portanto, o exame crítico das relações estabelecidas entre o reconhecimento jurídico desse direito e os desafios que ainda limitam sua concretização no cenário educacional brasileiro.

O caráter exploratório decorreu da necessidade de aprofundar a compreensão das tensões que atravessam a garantia do direito à educação. Gil (2019) assinala que esse tipo de pesquisa favorece maior aproximação com o problema investigado e contribui para a construção de interpretações mais consistentes. No presente estudo, essa orientação permitiu identificar convergências, lacunas e contradições entre os princípios legais e as respostas formuladas pelo poder público.

A pesquisa bibliográfica sustentou a elaboração do referencial teórico e da análise crítica. Foram examinados livros, artigos científicos, relatórios institucionais e outras produções acadêmicas relacionadas ao direito à educação, às políticas públicas, ao financiamento educacional, à gestão democrática, à inclusão e à qualidade social do ensino. A seleção das obras considerou pertinência temática, consistência teórica, reconhecimento científico e contribuição para os objetivos da pesquisa. Entre os autores mobilizados encontram-se Bobbio (2004), Cury (2002, 2020), Saviani (2018), Freire (2014, 2019), Paro (2016), Dourado, Oliveira e Santos (2007), Minayo (2017), Gil (2019) e Bardin (2016).

Complementarmente, realizou-se pesquisa documental com base em fontes primárias que estruturam o direito à educação no Brasil e no âmbito internacional. Integraram o corpus a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº 9.394/1996, a Lei nº 13.005/2014, a Emenda Constitucional nº 108/2020, a Lei nº 14.113/2020, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Declaração de Incheon (Brasil, 1988, 1996, 2014, 2020; ONU, 1948, 1966; UNESCO, 2015). Também foram considerados relatórios do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, utilizados para contextualizar desigualdades e desafios educacionais.

A escolha das fontes obedeceu a critérios de autenticidade, autoridade institucional, relevância científica e aderência ao problema investigado. Foram priorizados documentos oficiais, normas vigentes e

produções acadêmicas reconhecidas, evitando-se materiais sem autoria identificada, procedência confiável ou vínculo direto com os objetivos do estudo. Referências clássicas foram mantidas quando indispensáveis à sustentação conceitual, enquanto dados institucionais contribuíram para situar a discussão no cenário contemporâneo.

O tratamento do material ocorreu mediante leitura analítica e interpretativa. Inicialmente, procedeu-se ao reconhecimento geral das fontes; em seguida, foram selecionados os textos diretamente relacionados ao direito à educação, ao dever estatal, ao financiamento, à permanência escolar, à equidade, à inclusão, à gestão democrática e à qualidade do ensino. A etapa seguinte promoveu a comparação entre argumentos, dispositivos normativos e evidências institucionais, permitindo construir uma síntese coerente com a questão central do artigo.

A interpretação do corpus fundamentou-se na análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), adotada como procedimento para identificar, sistematizar e compreender os sentidos presentes nas fontes examinadas. Esse percurso analítico permitiu reconhecer convergências, divergências, lacunas e relações conceituais relevantes ao problema investigado, ultrapassando a descrição dos documentos para estabelecer um diálogo crítico entre as evidências encontradas, o referencial teórico e os objetivos da pesquisa.

A interpretação articulou contribuições do Direito, da Educação e das políticas públicas. Essa perspectiva interdisciplinar mostrou-se necessária porque a existência de uma garantia constitucional, por si só, não explica as condições de sua implementação. Da mesma forma, a análise pedagógica torna-se incompleta quando desconsidera os deveres jurídicos, os mecanismos de financiamento e as responsabilidades institucionais que sustentam os sistemas de ensino.

Por utilizar exclusivamente documentos públicos e produções bibliográficas, a pesquisa não envolveu participantes, entrevistas, questionários ou acesso a informações pessoais. O rigor metodológico foi preservado por meio da definição do corpus, da explicitação dos critérios de seleção e da descrição dos procedimentos de leitura e análise, respeitando-se a autoria das ideias e as normas de citação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A integração entre pesquisa bibliográfica, exame documental e análise de conteúdo permitiu compreender o direito à educação como garantia constitucional, política pública e experiência social. Esse percurso forneceu base para confrontar a solidez do ordenamento jurídico com os obstáculos que ainda restringem o acesso, a permanência, a aprendizagem e a equidade, mantendo plena correspondência entre o método adotado e os objetivos da investigação.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Os resultados desta investigação revelam um aparente paradoxo na organização das políticas educacionais brasileiras. Ao mesmo tempo em que o país consolidou um dos mais abrangentes sistemas de proteção jurídica ao direito à educação, persistem obstáculos estruturais que impedem sua efetivação em condições de equidade. A análise das fontes documentais evidencia que a ampliação das garantias constitucionais representou um avanço indispensável, porém insuficiente para eliminar desigualdades historicamente produzidas pelas diferenças socioeconômicas, territoriais e institucionais que caracterizam a educação brasileira.

O exame crítico das fontes analisadas revela que o maior obstáculo à consolidação do direito à educação não se encontra no plano jurídico, mas na incapacidade histórica de converter garantias normativas em políticas públicas capazes de alcançar, com a mesma intensidade, todos os territórios e grupos sociais. Essa constatação evidencia que a distância entre a norma e sua concretização continua sendo um dos principais fatores responsáveis pela reprodução das desigualdades educacionais, demonstrando que o reconhecimento constitucional, embora indispensável, representa apenas o ponto de partida para a efetivação desse direito.

A interpretação desses resultados encontra respaldo na reflexão de Cury (2020), ao sustentar que a proteção jurídica dos direitos sociais somente alcança sua finalidade quando acompanhada por mecanismos institucionais capazes de assegurar sua implementação de forma contínua e equitativa. Conforme assinala o autor:

A existência de um arcabouço legal robusto não implica, por si só, na realização prática dos direitos; é necessário articular norma e ação, garantindo mecanismos efetivos de execução, financiamento e controle social. A efetividade dos direitos depende da capacidade do Estado de implementar políticas públicas consistentes, assegurar recursos adequados e instituir mecanismos permanentes de acompanhamento e controle social, de modo que as garantias legais deixem de representar apenas promessas formais e se convertam em experiências concretas para os cidadãos (Cury, 2020, p. 59).

Os resultados desta investigação corroboram essa perspectiva ao demonstrarem que a consolidação do direito à educação exige muito mais que estabilidade normativa. A pesquisa evidencia que a efetividade desse direito depende da articulação entre financiamento adequado, planejamento educacional, gestão pública qualificada e mecanismos permanentes de avaliação das políticas implementadas. A ausência dessa integração compromete a capacidade dos sistemas de ensino de assegurar igualdade de oportunidades e amplia desigualdades que atingem, com maior intensidade, populações socialmente vulnerabilizadas.

Entre os aspectos mais expressivos identificados pela pesquisa, o financiamento da educação destacou-se como elemento decisivo para a concretização das garantias constitucionais. A análise dos documentos evidencia que a ampliação do acesso à escola, embora represente importante avanço das

políticas educacionais brasileiras, não assegura, isoladamente, a efetividade do direito à educação quando persistem limitações relacionadas à infraestrutura, à valorização dos profissionais, à oferta de recursos pedagógicos e às condições de permanência dos estudantes. Esses resultados demonstram que a qualidade da educação permanece diretamente vinculada à capacidade do poder público de assegurar investimentos contínuos e compatíveis com as demandas dos sistemas de ensino.

Nesse contexto, a institucionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação como política permanente, por meio da Emenda Constitucional nº 108/2020 e da Lei nº 14.113/2020, representa um dos avanços mais relevantes identificados na documentação analisada (Brasil, 2020). Ao fortalecer os mecanismos redistributivos e ampliar a complementação financeira da União, o Fundeb contribuiu para reduzir parte das desigualdades existentes entre estados e municípios. Entretanto, os resultados da investigação indicam que a redistribuição dos recursos, embora indispensável, não elimina, por si só, as diferenças históricas que condicionam a oferta da educação pública, exigindo planejamento, acompanhamento permanente e gestão eficiente para que os investimentos produzam impactos efetivos sobre a aprendizagem.

Essa interpretação aproxima-se da concepção defendida por Dourado, Oliveira e Santos (2007), ao compreenderem que a qualidade da educação não pode ser dissociada das condições concretas em que o processo educativo se desenvolve. Sob essa perspectiva, infraestrutura adequada, valorização profissional, organização da gestão escolar, currículo, recursos didáticos e condições de trabalho constituem dimensões interdependentes da qualidade social da educação. Os resultados desta pesquisa corroboram essa compreensão ao demonstrarem que sistemas educacionais submetidos a limitações estruturais tendem a reproduzir desigualdades já existentes, comprometendo a efetividade do direito constitucional e restringindo as oportunidades de aprendizagem oferecidas aos estudantes.

Os dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística reforçam essa análise ao evidenciarem que as desigualdades socioeconômicas permanecem exercendo influência significativa sobre as oportunidades educacionais da população brasileira (IBGE, 2023). A investigação documental permitiu verificar que diferenças relacionadas à renda, às condições territoriais e à disponibilidade de serviços públicos repercutem diretamente na capacidade das redes de ensino de oferecer infraestrutura adequada, recursos pedagógicos e condições de permanência escolar. Esses elementos demonstram que a efetivação do direito à educação depende da articulação entre financiamento, planejamento e políticas públicas orientadas pela redução das desigualdades sociais, e não apenas da ampliação formal das garantias legais.

Os documentos examinados também evidenciam que a expansão das matrículas, embora represente um indicador relevante da democratização do ensino, não constitui parâmetro suficiente para aferir a efetividade do direito à educação. A investigação demonstra que a permanência dos estudantes e a qualidade

das aprendizagens permanecem condicionadas a fatores que extrapolam o acesso formal à escola, envolvendo infraestrutura adequada, práticas pedagógicas consistentes, valorização dos profissionais da educação e acompanhamento permanente do processo educativo. Nessa perspectiva, a garantia constitucional somente se concretiza quando o percurso escolar é capaz de assegurar condições efetivas para o desenvolvimento intelectual, social e humano dos estudantes.

Os indicadores educacionais produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira reforçam essa compreensão ao evidenciarem que, apesar dos avanços observados na ampliação da escolarização, persistem diferenças significativas nos níveis de aprendizagem entre redes de ensino, regiões e grupos socialmente vulnerabilizados (INEP, 2022). Esses resultados indicam que o desafio contemporâneo da política educacional brasileira não se restringe à ampliação do acesso, mas exige estratégias capazes de elevar a qualidade da aprendizagem e reduzir desigualdades historicamente produzidas pelas distintas condições socioeconômicas do país.

Sob essa ótica, os resultados desta pesquisa convergem com a concepção apresentada por Dourado, Oliveira e Santos (2007), segundo a qual a qualidade da educação possui natureza multidimensional e não pode ser reduzida aos resultados obtidos em avaliações de desempenho. A análise documental confirma que a construção de uma educação socialmente referenciada depende da interação entre financiamento adequado, gestão eficiente, valorização dos profissionais, organização curricular, infraestrutura escolar e condições institucionais que favoreçam processos permanentes de ensino e aprendizagem. Consideradas de forma isolada, tais dimensões mostram-se insuficientes para assegurar o pleno exercício do direito à educação.

Outro aspecto recorrente nas fontes analisadas refere-se à permanência das desigualdades educacionais entre diferentes territórios e grupos populacionais. A pesquisa evidencia que fatores relacionados à renda, ao local de residência, às condições de infraestrutura e ao acesso desigual aos serviços públicos continuam influenciando significativamente as oportunidades educacionais disponíveis aos estudantes brasileiros. Essa realidade confirma que a promoção da equidade exige políticas públicas capazes de reconhecer as especificidades dos contextos locais, direcionando recursos, apoio técnico e estratégias diferenciadas para as redes que enfrentam maiores vulnerabilidades, conforme preconizam as diretrizes do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação permitiu compreender que o direito à educação, embora amplamente assegurado pelo ordenamento jurídico brasileiro e respaldado por importantes instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos, ainda enfrenta obstáculos significativos para sua concretização plena. Ao analisar os fundamentos normativos, as políticas públicas e os desafios relacionados à efetivação desse

direito, verificou-se que a existência de um sólido aparato legal, por si só, não assegura o acesso, a permanência e a aprendizagem em condições de igualdade para toda a população.

O objetivo proposto foi alcançado ao evidenciar que a garantia constitucional da educação ultrapassa a dimensão formal da legislação e depende da atuação articulada entre financiamento adequado, planejamento educacional, gestão democrática, valorização dos profissionais da educação e implementação de políticas públicas capazes de responder às distintas realidades sociais e territoriais do país. Nesse sentido, os resultados confirmam que a efetividade do direito à educação permanece condicionada à capacidade do Estado de transformar garantias jurídicas em ações permanentes, contínuas e socialmente referenciadas.

A análise realizada também permite reconhecer que as desigualdades educacionais persistem como um dos principais fatores que limitam a universalização desse direito. Diferenças relacionadas às condições socioeconômicas, às disparidades regionais, à infraestrutura das redes de ensino e à distribuição desigual dos recursos públicos demonstram que a democratização do acesso representa apenas uma etapa do processo de garantia da educação. A consolidação desse direito exige condições que assegurem permanência, aprendizagem, inclusão, equidade e desenvolvimento humano ao longo de toda a trajetória escolar.

A hipótese que orientou esta pesquisa mostrou-se consistente diante das evidências examinadas. Constatou-se que o Brasil dispõe de um conjunto normativo abrangente e juridicamente consistente para a proteção do direito à educação; contudo, permanecem lacunas estruturais que dificultam sua materialização cotidiana. A distância entre o reconhecimento legal e sua efetiva implementação revela que os maiores desafios concentram-se menos na produção de novos dispositivos legais e mais na capacidade institucional de assegurar continuidade das políticas públicas, financiamento suficiente, mecanismos de acompanhamento e gestão comprometida com a redução das desigualdades educacionais.

As reflexões desenvolvidas ao longo deste estudo reforçam que a educação deve ser compreendida como um bem público fundamental, indispensável ao fortalecimento da cidadania, da democracia e da justiça social. Sua proteção não pode estar sujeita a discontinuidades administrativas, restrições orçamentárias ou escolhas políticas circunstanciais, uma vez que sua efetivação constitui pressuposto para o exercício de diversos outros direitos fundamentais. Nessa perspectiva, investir na qualidade da educação pública representa não apenas o cumprimento de uma obrigação constitucional, mas uma estratégia permanente de desenvolvimento humano, redução das desigualdades e fortalecimento das instituições democráticas.

Como contribuição, esta pesquisa reúne e articula fundamentos jurídicos, educacionais e políticos que permitem compreender, de forma integrada, os desafios contemporâneos relacionados à garantia do direito à educação no Brasil. Ao aproximar a análise normativa das condições concretas de implementação

das políticas educacionais, o estudo amplia o debate acerca da necessidade de fortalecer mecanismos de governança, planejamento, financiamento e avaliação capazes de conferir maior efetividade às garantias constitucionais já existentes.

Por fim, reconhece-se que a complexidade do tema não se esgota nas reflexões aqui apresentadas. Estudos futuros poderão aprofundar análises empíricas sobre a implementação das políticas educacionais em diferentes contextos federativos, investigar os impactos das estratégias de financiamento sobre a redução das desigualdades regionais e examinar, em maior profundidade, os mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas voltadas à garantia do direito à educação. O avanço dessas investigações poderá contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas e para a consolidação de uma educação verdadeiramente universal, equitativa, inclusiva e comprometida com os princípios constitucionais que fundamentam o Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 ago. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020**. Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, tratar do planejamento na ordem social e instituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação como instrumento permanente de financiamento da educação básica pública. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 165, p. 5, 27 ago. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc108.htm. Acesso em: 9 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 9 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação — PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, edição extra, Brasília, DF, ano 151, n. 120-A, p. 1, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 9 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — Fundeb, de que

trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, edição extra, Brasília, DF, ano 158, n. 246-C, p. 1, 25 dez. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114113.htm. Acesso em: 9 ago. 2025.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação**: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, p. 245–262, jul. 2002.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação**: conceitos e definições. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. (Série Documental: Textos para Discussão, n. 24).

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 ago. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Relatório de resultados do Saeb 2021: volume 1**: contexto educacional e resultados em língua portuguesa e matemática para o 5º e o 9º anos do ensino fundamental e séries finais do ensino médio. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 9 ago. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese>. Acesso em: 9 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Nova York: Assembleia Geral das Nações Unidas, 1966. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-covenant-economic-social-and-cultural-rights>. Acesso em: 9 ago. 2025.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Educação 2030**: Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4. Paris: UNESCO, 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 9 ago. 2025.

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

EMOTIONAL INTELLIGENCE IN BRAZILIAN FEDERAL UNIVERSITIES

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-023>

Francisco Felipe Silva Meneses

Graduado em Administração pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em Administração pela Must University

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8338040302041796>

Fernando Saulo Pinheiro do Nascimento

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará. Mestrado profissional em Economia do Setor Público pela Universidade Federal do Ceará

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2863021295660446>

Brunna Grasiella Matias Silveira

Graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em Direito Universidade Federal do Ceará

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4458216443121207>

Resumo

O presente estudo tem como objetivo apresentar as definições de Inteligência Emocional e como ela pode influenciar a qualidade de vida dos servidores e dos serviços prestados aos usuários. No caso, serão indicados às Univerisidades Federais como o local de trabalhos. As Universidades Federais são órgãos públicos vinculados à Administração Indireta na esfera Federal, com personalidade jurídica própria e autonomia de gestão e recursos. A metodologia será feito por pesquisa bibliográfica de estudos sobre a influência da Inteligência Emocional na rotina das Universidades Federais. No final, estudos feitos nas Universidades de várias regiões do país serão analisados.

Palavras-chave: Inteligência Emocional; Inteligência; Universidades.

Abstract

The present study aims to present the definitions of Emotional Intelligence and how it can influence the quality of life of servers and the services provided to users. In this case, the Federal Universities will be indicated as the place of work. Federal Universities are public bodies linked to Indirect Administration at the Federal level, with their own legal personality and autonomy in management and resources. The methodology will be carried out through bibliographical research into studies on the influence of Emotional

Intelligence in the routine of Federal Universities. In the end, studies carried out at Universities in various regions of the country will be analyzed.

Keywords: Emotional Intelligence; Intelligence; Universities.

1 INTRODUÇÃO

O presente Paper tem como objetivo mostrar casos em que a inteligência emocional pode ser usada para buscar diagnósticos sobre a qualidade de vida dos servidores que trabalham nas Universidades Federais, como também a melhoria no ambiente de trabalho a partir do uso da inteligência emocional através de cursos ministrados sobre o tema para os trabalhadores dessas instituições. A metodologia usada para o estudo é a bibliográfica, que consiste na análise de trabalhos já realizados por meio de livros, artigos científicos, dissertações, teses. (Gil, 2010).

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

O conceito de inteligência emocional tomou forma nos anos de 1990 quando os psicólogos Peter Salovey e John D. Mayer começaram suas pesquisas sobre o que poderia ser entendido como inteligência. Após esse período, Daniel Goleman, também psicólogo, publicou livros com este conceito, dentre eles o best seller “Inteligência Emocional”. Para os três, a inteligência emocional é a aptidão com a qual as pessoas alcançam a capacidade de perceber seus sentimentos e emoções e os utilizam como critérios para tratar melhor consigo mesmo e com as outras pessoas nas mais variadas interações humanas (Mersino, 2009).

Conforme Blount (2018) o modo como administramos as emoções tem um grande impacto na percepção que passamos para outras pessoas. E quando se aprimora a inteligência emocional, pode ser bastante útil para responder de maneira eficiente e com maturidade aos momentos de grande turbulência que passamos no trabalho. Assim, as decisões tomadas dentro das organizações possuem maior solidez.

A Inteligência Emocional promove uma convivência harmônica das emoções, além de ser inerente aos resultados organizacionais. O uso da inteligência emocional pode favorecer com que as emoções trabalhem a seu favor, ajudando na busca da melhoria do comportamento e raciocínio, gerando melhores resultados para as organizações que a pessoa está inserida. (Weisinger, 2001).

2.2 ADMINISTRA PÚBLICA DIRETA E INDIRETA E AS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Segundo Crantschaninov (2019), o setor público abrange a administração pública onde são feitos os regramentos e os procedimentos principais que conduzirão o Estado para melhoria de sua eficiência, de

acordo com os representantes que os gerem em seu respectivo ente federativo, sejam federal, estadual ou municipal.

A administração pública pode ser caracterizada como direta e indireta. A direta é exercida pelo Poder Executivo. Na esfera federal é representada pela Presidência da República e os Ministérios. No âmbito estadual e do Distrito Federal é exercido pelos governadores e secretários de Estado. Já nos municípios é administrado pelos prefeitos e secretários municipais. Já a administração indireta é realizada por órgãos que realizam serviços públicos juntos à administração direta, porém com personalidade jurídica própria e autonomia no uso dos recursos e gestão (Bächtold, 2012).

As Universidades Federais são instituições classificadas como autarquias, pertencentes à Administração Pública Indireta, com identidade de direito público, constituídas por via de lei específica, com intuito de exercer atividades ligadas à educação (Mazza, 2013).

3 INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

De acordo com o estudo feito com servidores da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), resultou que o aprimoramento da inteligência emocional possibilita ajudar na prevenção dos transtornos emocionais (depressão, ansiedade, estresse, burnout gerados durante o período laboral. Nos casos em que os problemas emocionais já estão avançados, a melhoria da inteligência emocional atenua os seus efeitos, porém nesses casos mais graves é necessário o acompanhamento de profissionais gabaritados para tratar estes transtornos emocionais (Frade, 2018).

Para os responsáveis pela gestão das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) é indicado aumentar a percepção de como a influência da Inteligência Emocional e a Satisfação no Trabalho podem ajudar no aprimoramento de comportamentos que melhorem os indicadores de desempenho do trabalho dos servidores, ofertando à comunidade universitária serviços de qualidade (Parcianello, 2022).

As entrevistas e questionários dos servidores que passaram pelo curso sobre inteligência emocional proporcionaram dados que analisados demonstraram uma melhora dos servidores ao conseguirem melhorar o controle de suas emoções, aumentando empatia com os colegas e usuários da Universidade. Também houve um controle melhor das emoções negativas, fazendo com que reações não muito agradáveis entre os colegas aconteçam tivessem menos ocorrências (Frade, 2018).

Devido ao fato de trabalhar em uma Universidade Federal é proporcionado o fato de ter contato com um público variado, tanto na questão etária como na questão socioeconômico cultural. Sendo possível que essa diversidade influencie de maneira positiva no desenvolvimento e no aprendizado de habilidades emocional nos servidores (Madruga e Minato, 2007).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Paper apresentou a partir de estudos feitos por outros pesquisadores como a Inteligência Emocional influencia na prestação de serviços à comunidade universitária, na qualidade de vida dos servidores e no aumento na aprendizagem para a melhoria de suas competências. Importante para que novas pesquisas sejam feitas e que haja mais cursos para os servidores ampliarem suas habilidades no âmbito da Inteligência Emocional e a valorização pela gestão desses órgãos públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÄCHTOLD, Ciro. (2012). **Noções de Administração Pública**. e-Tec Brasil. Curitiba-PR: Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia.

BLOUNT, J. (2018). **Inteligência emocional em vendas: como os super vendedores utilizam a inteligência emocional para fechar negócio**. São Paulo: Autentica Business.

CRANTSCHANINOV, Tamara Ilinsky. (2019). **Introdução à gestão pública**. São Paulo: Senac São Paulo.

FRADE, Helen Gomes. (2018). **Efeitos do desenvolvimento da inteligência emocional nos servidores da UFPE participantes do curso de capacitação do Programa Cultivating Emotional Balance (CEBr)**.

GIL, Antonio Carlos. (2010). **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5º. ed. São Paulo: Atlas.

MADRUGA, Lúcia Rejane Rosada Gama e MINATO, Elaide Teresinha Hundertmarck. (2007). **Inteligência emocional nas relações de trabalho: o caso de uma instituição de ensino superior**.

MAZZA, Alexandre. (2013). **Manual de direito administrativo**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva.

MERSINO, Anthony. (2009). **Inteligência emocional para gerenciamento de projetos**. M. Books.

PARCIANELLO, José Adroaldo. (2022). **Comportamentos de cidadania organizacional: os efeitos da inteligência emocional e da satisfação no trabalho em organizações públicas**.

WEISINGER, H. (2001). **Inteligência emocional no trabalho: como aplicar os conceitos revolucionários da I. E. nas suas relações profissionais, reduzindo o estresse, aumentando sua satisfação, eficiência e competitividade**. Rio de Janeiro: Objetiva.

GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS PARA A OBTENÇÃO DE VANTAGEM COMPETITIVA

SUPPLY CHAIN MANAGEMENT TO OBTAIN COMPETITIVE ADVANTAGE

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-024>

Carlos Sidney Braga da Silveira

Mestre em Administração de Empresas pela Must University Especialista em Gestão e Planejamento

Tributário

Bacharel em Ciências Contábeis

E-mail: sidneybraga@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo analisa a importância do gerenciamento da cadeia de suprimentos e seus impactos no ambiente organizacional. Tratando-se de uma revisão bibliográfica, o trabalho tem como objetivo demonstrar como a gestão da cadeia de suprimentos pode gerar vantagem competitiva para uma empresa. A metodologia utilizada baseou-se em um levantamento bibliográfico fundamentado nos principais conceitos, ferramentas e técnicas da literatura especializada. Os resultados indicam que a integração da cadeia de suprimentos proporciona benefícios significativos, tais como redução de custos, diminuição do tempo de processo, melhoria na qualidade e maior flexibilização logística. Conclui-se que a integração da cadeia de suprimentos com a tecnologia da informação é indispensável para subsidiar os processos de tomada de decisão, resultando em um modelo de governança estratégico e no fortalecimento da competitividade no mercado.

Palavras-chave: Cadeia de suprimentos; Competitividade; Gerenciamento.

Abstract

This article analyzes the importance of supply chain management and its impacts on the organizational environment. As a literature review, the work aims to demonstrate how supply chain management can bring competitive advantage to a company. The methodology used was based on a literature review concerning the main concepts, tools, and techniques from specialized literature. The results indicate that supply chain integration provides significant benefits, such as cost reduction, process time reduction, quality improvement, and greater logistical flexibility. It is concluded that the integration of the supply chain with information technology is essential to support decision-making processes, resulting in a strategic governance model and enhanced market competitiveness.

Keywords: Competitiveness; Management; Supply chain.

1 INTRODUÇÃO

Com a abertura dos mercados e a implantação de tratados de livre comércio entre diversos países, os custos de produção de uma infinidade de produtos vêm caindo cada vez mais. Tudo isso é, em princípio, motivo para festa entre as grandes empresas de setores beneficiados por tal fenômeno, porém é importante lembrar que tais “facilidades”, por serem oferecidas a todos que por ela podem pagar, são também impostas a todos que desejem se manter competitivos. Em um mercado onde o tempo é calculado em milissegundos e o dinheiro é contado em frações de centavos, extrair o máximo de eficiência de todos os processos dentro da empresa deixou de ser um luxo e se tornou questão de sobrevivência.

A implantação de novos processos gerenciais, principalmente no que diz respeito à comunicação entre a organização, seus fornecedores, clientes e entre seus próprios departamentos, vem recebendo cada vez mais atenção e investimentos, com a finalidade de proporcionar maior eficiência nas ações de uma organização visando à obtenção de uma vantagem competitiva em relação a seus concorrentes.

Num mercado altamente competitivo como o atual, o diferencial de eficácia entre uma empresa de alta performance e uma empresa comum pode estar justamente na capacidade de gerenciar adequadamente o seu sistema de administração de materiais. O foco de tal gerenciamento é, obviamente, um controle de custo total dos materiais adquiridos, que no caso de empresas de manufatura, normalmente ultrapassa 50% de seu faturamento. Para ratificar o crescimento e a importância desse setor, surgem, a cada dia, novos fornecedores de sistemas de *Supply Chain Management* (Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos), que tem como objetivo desenvolver sistemas que proporcionem uma maior integração entre os diversos setores de uma empresa através da gestão de informação.

Nesse cenário, em que identificamos a importância da Gestão da Cadeia de Suprimentos em uma organização na obtenção de vantagem competitiva em relação à concorrência, este trabalho visa analisar os resultados da implantação do processo de Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos no ambiente empresarial, através de um levantamento bibliográfico concernente aos principais conceitos, ferramentas e técnicas utilizadas.

2 METODOLOGIA

Este trabalho fundamenta-se na realização de uma pesquisa de revisão bibliográfica, indispensável para a sustentação teórica dos conceitos abordados. A condução da pesquisa deu-se a partir do levantamento, seleção e análise de literatura especializada, incluindo livros e artigos acadêmicos que tratam da gestão da cadeia de suprimentos e seus impactos na competitividade das organizações.

A partir da coleta desse material, o estudo desenvolveu-se sob o aspecto analítico da importância do

gerenciamento logístico, avaliando as dimensões de integração de processos, agregação de valor, redução de custos e os desafios práticos enfrentados no ambiente empresarial contemporâneo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 CADEIA DE SUPRIMENTOS (*SUPPLY CHAIN*)

Cadeia de Suprimentos é um conjunto de atividades funcionais (transportes, controle de estoques etc.) que se repetem inúmeras vezes ao longo do canal pelo qual matérias-primas vão sendo convertidas em produtos acabados, aos quais se agrega valor ao consumidor (Ballou, 2006). Para Aitken (1998), a cadeia de suprimentos é definida como uma rede de organizações conectadas e interdependentes, trabalhando conjuntamente em regime de cooperação mútua para controlar, gerenciar e aperfeiçoar o fluxo de matérias-primas e informação dos fornecedores para os clientes finais.

Tanto no meio acadêmico como no empresarial, existem diversas definições para o termo Gestão da Cadeia de Suprimentos ou *Supply Chain Management* (SCM), além de afirmações conflitantes sobre o surgimento propriamente dito da SCM. De acordo com Miguel e Brito (2009), SCM é um conceito bastante abrangente que não se limita a uma área específica de conhecimento e considera que várias empresas adotam as práticas de gestão integrada, com consequente aumento de vantagem competitiva, redução de custos e melhor satisfação do cliente.

Levando em consideração as múltiplas definições existentes e suas peculiaridades, Pires (2004, p. 61) afirma que:

A SCM é claramente multifuncional e abrange interesses de diversas áreas tradicionais das empresas industriais. Por essas perspectivas podemos considerar a SCM como uma área contemporânea que, certamente, tem mais de uma origem. Isso significa que ela pode ser considerada um ponto de convergência na expansão de outras áreas tradicionais no ambiente empresarial...

3.2 GERENCIAMENTO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS – SCM

O longo processo necessário para converter matéria-prima, mão de obra e energia em algo útil ou prazeroso nem sempre é percebido durante a aquisição de um produto ou serviço. Muitas vezes produtos complexos requerem matéria-prima de natureza variada (metais, plásticos, borrachas, tecidos) e são montados a partir de um número muito elevado de componentes. O longo caminho que se estende desde as fontes de matéria-prima, passando pelas indústrias fornecedoras dos componentes, pela manufatura do produto, pelos distribuidores, e chegando finalmente ao consumidor através do varejista, constitui a cadeia de suprimento (Novaes, 2015).

O gerenciamento da cadeia de suprimentos procura criar vínculos e coordenação entre os processos de outras organizações existentes na cadeia, tais como fornecedores e clientes, incluindo a própria

organização. Dessa forma, uma das metas do gerenciamento da cadeia de suprimentos poderia ser a redução, ou até mesmo a eliminação de estoques de segurança existentes entre as organizações que compõem a cadeia, por meio de compartilhamento de informações sobre a demanda e níveis de estoques (Christopher, 2007).

A condução eficaz da logística e do gerenciamento da cadeia de suprimentos pode ser importante fonte de vantagem competitiva, possibilitando uma posição de duradoura superioridade em relação aos concorrentes, em termos de preferência do cliente, por exemplo (Christopher, 2007).

3.3 SCM COMO FONTE DE VANTAGEM COMPETITIVA

Desde a construção das pirâmides até as ações que procuram minimizar a fome na África, os princípios que fundamentam o fluxo eficiente de materiais e de informação para atender às exigências dos clientes pouco mudaram. Ao longo de toda a história da humanidade, guerras têm sido vencidas e derrotadas pelas forças e pelas capacidades da logística ou falta delas. Enquanto generais e marechais de campo do passado compreenderam o papel essencial da logística, curiosamente, só há pouco tempo as organizações empresariais reconheceram o impacto vital que o gerenciamento logístico e da cadeia de suprimentos pode causar na obtenção de vantagem competitiva.

Além de agregar quatro tipos de valores positivos (lugar, tempo, qualidade e informação), a logística moderna procura, também, eliminar do processo tudo que não tenha valor para o cliente, ou seja, tudo que acarrete apenas custos e perda de tempo (Novaes, 2015). A fonte de vantagem competitiva está relacionada a dois pontos principais: na capacidade da organização de se diferenciar de seus concorrentes aos olhos do cliente; e em operar com custo menor, de forma a obter mais lucro. Resumidamente, as empresas bem-sucedidas apresentam vantagem de custo (menores custos) ou vantagem de valor (produtos diferenciados), ou ainda, uma combinação de ambos (Christopher, 2007).

3.3.1 Aumento de produtividade e redução de custos

A logística e o gerenciamento da cadeia de suprimentos podem oferecer grande número de meios para aumentar a eficiência e a produtividade, de forma a contribuir significativamente para a redução dos custos de produção, e então reduzir o custo por unidade de produto. A administração de materiais deve ter como objetivo disponibilizar o produto certo no local e instante correto a um custo mínimo para que este seja utilizado na operação (Ballou, 1993).

Quando a administração reconhece que a cadeia de suprimentos afeta uma significativa parcela dos custos da empresa e que os resultados das decisões tomadas quanto aos processos da cadeia de suprimentos proporcionam diferentes níveis de serviços ao cliente, atinge uma condição de penetrar de maneira eficaz em novos mercados, de aumentar sua fatia no mercado e, conseqüentemente, aumentar os lucros. Portanto,

uma boa gestão da cadeia de suprimentos pode gerar vendas e não apenas reduzir os custos (Ballou, 2006).

3.3.2 Diferenciação e criação de valor

A vantagem competitiva deriva do modo como as empresas organizam e desempenham suas atividades, tais como logística, produção, marketing, vendas, compra de bens e serviços, gestão de pessoas, entre outros. Para obter vantagem competitiva, a empresa deve oferecer valor a seus clientes, desempenhando essas atividades com maior eficiência que os concorrentes ou de modo exclusivo, criando uma diferenciação (Christopher, 2007). Agregar valor mediante a diferenciação é um meio bastante eficiente de se obter uma vantagem defensável no mercado. Produtos e serviços não têm valor, a menos que estejam em poder dos clientes quando (tempo) e onde (lugar) pretenderem consumi-los (Ballou, 2006).

Conceitos de vantagem competitiva e de *core competence* estão hoje presentes na definição das estratégias das grandes empresas. As organizações perceberam que é mais vantajoso concentrar suas atividades naquilo que a empresa consegue fazer bem, diferenciando-a positivamente dos concorrentes, e adquirindo externamente componentes e serviços (distribuição, armazenagem e transporte de produtos e insumos, alimentação de funcionários, estacionamento, dentre outros) ligados a tudo que não estiver dentro de sua competência central (*core competence*).

Nesse contexto, é muito importante o adequado entrosamento entre as empresas participantes, com um grau de confiança mútua elevado (Novaes, 2015). As organizações devem analisar cada atividade em sua cadeia de valor e avaliar se elas apresentam vantagem competitiva real na atividade.

3.4 DESAFIOS DA GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS

Os entraves enfrentados na gestão da cadeia de suprimentos não são exclusividade dos processos operacionais das empresas. Em muitos casos, os desafios estão presentes na parte estratégica, isto é, na definição de metodologias, escolha de soluções e caminhos para se manter uma gestão eficiente e capaz de entregar os resultados conforme as expectativas do mercado.

Na parte operacional, evidentemente, também existe uma série de complicações, como a integração de agentes e processos, além das falhas na comunicação, que tanto dificultam o fluxo de atividades de forma padronizada e em atendimento às demandas disparadas pelo consumidor final, por exemplo.

3.4.1 Complexidade da cadeia

As empresas estão atuando de forma cada vez mais descentralizada, compondo processos em diferentes localidades e firmando relações com inúmeros parceiros. Esse cenário, em grande parte, é reflexo da transformação digital, que tem facilitado o fluxo comunicativo dos negócios e a automação de processos.

Assim, com uma atuação cada dia mais ampla e uma realidade mais globalizada, um efeito direto

sentido na cadeia de suprimentos é o aumento da sua complexidade. Com o passar dos anos, avanços da tecnologia e mudanças nos hábitos de consumo da sociedade, as cadeias foram se ramificando e englobando variados agentes com propostas distintas e capacidades de produção bem diferentes uns dos outros, o que aumenta a dificuldade na integração para se atingir um ponto de equilíbrio.

Nesse contexto de estratificação da cadeia de suprimentos, gerir todos os processos necessários e manter todos os elos em conformidade com as demandas não é uma tarefa fácil. A realidade de grande parte das empresas é de dificuldade em mapear processos, alinhar atividades executadas por diferentes responsáveis e evitar rupturas que possam afetar a cadeia produtiva e a experiência do consumidor.

3.4.2 Integração de equipes e processos

Quando se trabalha com cadeias de suprimentos mais extensas e complexas, as quais englobam uma série de etapas que vão desde a compra de matéria-prima até a finalização do produto, um dos grandes desafios que surge na gestão é justamente integrar todas as equipes que participam dessa cadeia produtiva.

Nesse sentido, exige-se um esforço bastante grande para garantir que a gestão logística se integre ao setor de estoques e que esse converse eficientemente com o setor de compras, formando um conjunto sincronizado de atividades.

3.4.3 Mensuração de resultados

Embora mensurar os resultados seja um ponto essencial para os negócios, nem sempre é fácil levantar as informações necessárias para subsidiar as decisões de gestores e líderes. Em muitos casos, por exemplo, é difícil expressar, de forma quantitativa, qual é o impacto que o atraso no fornecimento de um insumo pode ocasionar nas demais etapas que sucedem, assim como o impacto que será percebido pelo consumidor, caso haja ruptura na disponibilidade de um produto.

Como reflexo dessa dificuldade, tem-se interferências negativas nos custos da cadeia de suprimentos, além de possíveis prejuízos na satisfação do cliente, que pode perceber atrasos nas entregas, mudanças na oferta de produtos, tudo porque a indústria, por exemplo, não consegue mensurar os resultados para otimizar seus processos.

3.4.4 Relacionamento com fornecedores

No contexto da cadeia de suprimentos, os fornecedores exercem um papel determinante para a manutenção das atividades de uma empresa, além de serem o ponto de partida de todo o processo da produção.

No entanto, nem sempre a empresa consegue gerir eficientemente sua rede de fornecedores, avaliando pontos elementares, como a própria capacidade de fornecimento de insumos, matérias-primas e

materiais necessários à produção.

Um caminho para solucionar as falhas relacionadas aos fornecedores, nesse contexto, pode ser o estabelecimento de uma gestão mais ativa, uma comunicação mais clara e o fechamento de contratos mais detalhados, reduzindo assim os riscos de inconsistências durante a execução dos processos de produção.

3.4.5 Controle de estoque

O controle de estoque é, sem dúvida alguma, um dos pontos mais desafiadores dentro da cadeia de suprimentos de qualquer negócio. Não é difícil encontrar exemplos no mercado de indústrias, varejistas e distribuidores que encontram dificuldades para compor seus estoques, em termos de variedade e quantidade de produtos e insumos armazenados.

Erros no equilíbrio do estoque, na prática, têm um impacto direto nos custos da cadeia de suprimentos. Por exemplo, compor um estoque mais elevado que o necessário significa gastar mais com o armazenamento de produtos e insumos. Isso porque será necessário mais espaço, mais profissionais para gerenciar os materiais, assim como mais gastos com deslocamentos internos etc. Do mesmo modo, aumentam os riscos de desperdício desses itens, como com o perecimento de mercadorias.

3.4.6 Distribuição e transporte

Não há como falar em desafios na gestão da cadeia de suprimentos sem citar aqueles envolvidos com distribuição e transporte. Além de ser uma das etapas que mais consome recursos das empresas, esse é um dos aspectos mais complexos e dependentes de uma gestão estratégica.

No Brasil, há inúmeros motivos para se dizer que distribuição e transporte é um grande desafio dentro das atividades das empresas. Em razão da precariedade da infraestrutura das rodovias, por exemplo, o transporte de cargas se torna altamente custoso e, também, extremamente arriscado para as empresas. Além disso, a grande dimensão territorial do país dificulta as estratégias de logística e distribuição, sobretudo em regiões mais distantes de polos de consumo e produção.

No mais, a falta de experiência no uso dos dados, por exemplo, dificulta a leitura das demandas do mercado. Em razão disso, a indústria acaba distribuindo sua produção de maneira equivocada, focando apenas nas vendas internas, mas sem considerar se o produto está efetivamente sendo demandado pelo mercado. Do mesmo modo, há falhas no volume de distribuição, o que faz com que certos clientes da indústria estejam com estoques elevados de produtos, enquanto outros estão com o mesmo item em falta.

4 CONCLUSÃO

Com base nas informações apresentadas, examinamos a importância do gerenciamento da cadeia de suprimentos e seus impactos nas organizações, verificando como essa gestão pode trazer vantagem

competitiva para uma empresa, assim como os principais desafios enfrentados em seu gerenciamento.

Toda e qualquer organização que deseje se manter de forma competitiva no mercado com seus produtos ou serviços depende de terceiros para manter seu negócio ativo, sejam eles fornecedores, distribuidores e clientes. Para se manterem competitivas, as empresas precisam buscar a todo momento estratégias para reduzir seus custos, aumentar a produtividade, agregar valor a seus produtos, sempre tomando como principal objetivo atender as expectativas de seu cliente da melhor forma possível.

Dois pontos principais que resultam em vantagem competitiva estão relacionados à capacidade da organização de se diferenciar do mercado e operar com custos menores, oferecendo a seus clientes produtos diferenciados e com preços mais baixos.

É importante avaliar também todas as atividades internas da organização que geram vantagem competitiva. Para as que não representam vantagem, é interessante pensar na terceirização da atividade junto a outras empresas que tenham maior expertise na atividade, e possam a realizar com melhor qualidade e menor custo, podendo agregar valor ao produto e o diferenciar do mercado.

Por fim, é importante destacar que para o funcionamento da cadeia de suprimentos, todas as organizações envolvidas devem estar empenhadas e comprometidas com um mesmo objetivo, buscando sempre uma relação de ganha-ganha.

REFERÊNCIAS

AITKEN, J. **Supply Chain Integration within the Context of Supplier Association**. 1998. Tese (Doutorado em Filosofia) – Cranfield University, Reino Unido, 1998.

BALLOU, R. H. **Logística empresarial**: transportes, administração de materiais, distribuição física. São Paulo: Atlas, 1993.

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos**: logística empresarial. 5. ed. São Paulo: Bookman, 2006.

CHRISTOPHER, M. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos**: criando redes que agregam valor. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

MIGUEL, P. L. S.; BRITO, L. A. A gestão da cadeia de suprimentos e sua conexão com a visão relacional da estratégia. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2009, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPAD, 2009.

NOVAES, A. G. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

PIRES, S. R. I. **Gestão da cadeia de suprimentos** (*Supply Chain Management*). São Paulo: Atlas, 2004.

O PURGATÓRIO EM PERSPECTIVA: DE DANTE ALIGHIERI E GUSTAVE DORÉ À ORIGINALIDADE DO PENSAMENTO DE CHIARA LUBICH

PURGATORY IN PERSPECTIVE: FROM DANTE ALIGHIERI AND GUSTAVE DORÉ TO THE ORIGINALITY OF CHIARA LUBICH'S THOUGHT

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-025>

Geraldo Pieroni

Doutor em História pela Université Paris-Sorbonne (Paris IV)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5942523122018910>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1896-8373>

Resumo

O presente artigo analisa o purgatório a partir de um percurso interdisciplinar que articula literatura, arte, história da doutrina e teologia espiritual. Parte da representação literária do Purgatório na *Divina Comédia*, de Dante Alighieri, e de sua interpretação visual nas gravuras de Gustave Doré, examina a formação histórica e teológica na tradição cristã e culmina na releitura proposta por Chiara Lubich. O estudo demonstra que o purgatório foi progressivamente compreendido menos como castigo e mais como processo de purificação transformadora realizado pelo amor divino. Em continuidade com a tradição católica, Lubich evidencia a dimensão antecipatória dessa purificação, compreendendo-a como caminho espiritual que pode iniciar-se já nesta vida mediante a vivência do Evangelho, a superação do “homem velho” e o crescimento contínuo na caridade. Conclui-se que o purgatório pode ser compreendido como pedagogia do amor e itinerário de comunhão plena com Deus e com os irmãos e irmãs.

Palavras-chave: Chiara Lubich; Dante Alighieri; Gustave Doré; Purgatório.

Abstract

This article examines purgatory through an interdisciplinary approach that brings together literature, art, the history of doctrine, and spiritual theology. It begins with the literary representation of Purgatory in Dante Alighieri's *Divine Comedy* and its visual interpretation in Gustave Doré's engravings, then explores the historical and theological development of the doctrine within the Christian tradition, culminating in the reinterpretation proposed by Chiara Lubich. The study argues that purgatory came to be understood progressively less as punishment and more as a process of transformative purification accomplished through divine love. In continuity with Catholic tradition, Lubich emphasizes the anticipatory dimension of this purification, presenting it as a spiritual journey that can already begin in this life through living the Gospel, overcoming the “old self,” and growing continuously in charity. The article concludes that

purgatory can be understood as a pedagogy of love and an itinerary toward full communion with God and with one's brothers and sisters.

Keywords: Chiara Lubich; Dante Alighieri; Gustave Doré; Purgatory.

1 INTRODUÇÃO

Poucos temas da tradição cristã exerceram influência tão profunda sobre o imaginário religioso do Ocidente quanto o purgatório. Compreendido como estado de purificação que prepara a criatura para a plena comunhão com Deus, ele consolidou-se na reflexão teológica medieval como expressão da misericórdia divina em ação. Nesse horizonte, o sofrimento além de ser entendido como consequência da culpa ou exigência de justiça, revela-se como processo de transformação interior: um caminho pelo qual o amor de Deus purifica, restaura e conforma progressivamente a pessoa à plenitude da vida trinitária.

Essa concepção ultrapassou o âmbito estritamente teológico e marcou profundamente a literatura, a arte e a espiritualidade cristã. O purgatório tornou-se, além de doutrina escatológica, também uma poderosa metáfora da existência humana, compreendida como itinerário de conversão, amadurecimento interior e configuração progressiva ao amor de Deus.

É nesse viés que se desenvolve o presente artigo. Inicialmente, analisa-se *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri (1265–1321), em diálogo com as gravuras de Gustave Doré (1832–1883), entendidas como uma interpretação visual que intensifica e explicita o simbolismo moral e espiritual do poema. Em seguida, examina-se a formação histórica da doutrina do purgatório na tradição cristã ocidental, particularmente à luz das interpretações de Jacques Le Goff (1924–2014) e dos costumes medievais. A reflexão prossegue com a compreensão teológica do purgatório na tradição cristã, culminando na releitura proposta por Chiara Lubich (1920–2008). Em continuidade com essa tradição, mas imprimindo-lhe uma perspectiva original, Chiara Lubich reconhece a purificação como uma realidade escatológica, cuja eficácia pode ser antecipada na existência presente por meio do amor, do desapego de si e do crescimento na comunhão com Deus e com os outros. Nessa perspectiva, a purificação deixa de ser entendida apenas como uma etapa posterior à morte para configurar-se como um processo contínuo de transformação da pessoa, que a introduz progressivamente na comunhão trinitária.

2 O PURGATÓRIO DE DANTE E AS GRAVURAS DE GUSTAVE DORÉ

O início do Purgatório de Dante Alighieri ocorre no Canto I da segunda parte da *Divina Comédia*. Eis os versos iniciais:

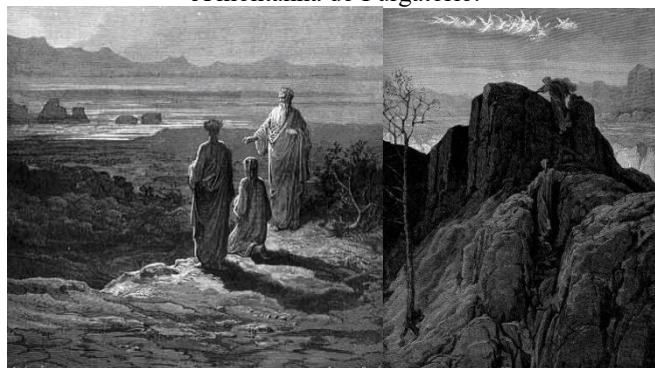
Per correr miglior acque alza le vele
ormai la navicella del mio ingegno,
che lascia dietro a sé mar sì crudele;

“Para singrar águas mais serenas,
ergue as velas agora a nau do meu engenho,
deixando atrás de si o mar tão cruel.”

Dante marca a passagem do Inferno (“mar tão cruel”) para o Purgatório, inaugurando um clima novo: menos sombrio, aberto à esperança, à purificação e à ascensão espiritual. O Canto I já começa sob a luz das estrelas e da aurora, símbolo da retomada da esperança humana em direção a Deus.

Entre 1861 e 1868, mais de cinco séculos após a morte de Dante Alighieri, Gustave Doré realizou suas célebres ilustrações para *A Divina Comédia*, representando o Purgatório como uma imensa montanha isolada que se eleva do oceano no hemisfério sul, símbolo da ascensão espiritual. À medida que Dante e Virgílio percorrem seus patamares, as almas são depuradas dos sete pecados capitais até alcançarem o Paraíso no cume da montanha.

A montanha do Purgatório.



Fonte: Dante Alighieri. *A Divina Comédia*. Ilustrações de Gustave Doré. São Paulo: Martin Claret, 2003.

Ao deixarem o Inferno, Dante e Virgílio voltam a respirar o ar puro e contemplam novamente o céu estrelado. Após a escuridão e o sofrimento do reino infernal, alcançam a praia da serra do Purgatório, onde a criação recupera sua beleza e a esperança reaparece como horizonte. Ali os dois viajantes encontram Catão de Útica, guardião daquele reino de purificação, que lhes pergunta quem são e por que chegaram àquele lugar. Virgílio explica que a viagem foi permitida pela Providência e que Dante deve percorrer o caminho da purificação para tornar-se digno da visão de Deus.

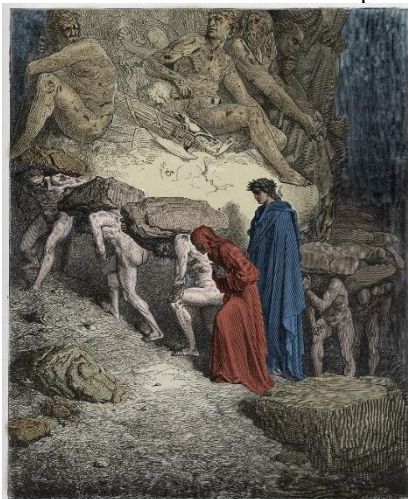
Antes de iniciar a ascensão, Catão prescreve aos peregrinos dois gestos de profundo significado simbólico. Primeiro, ordena que lave o rosto, ainda coberto pela fuligem deixada pelo Inferno, sinal da purificação que inaugura uma nova etapa. Em seguida, manda que cinja a cintura com um simples junco, planta que se dobra sem se romper, símbolo da humildade e da docilidade indispensáveis ao itinerário espiritual. Esses ritos marcam a passagem da lógica do Inferno para a do Purgatório: a escuridão cede lugar

à luz, o desespero à esperança, e a condenação irrevogável é substituída pelo caminho de conversão que conduz à contemplação de Deus.

Diferentemente do Inferno, caracterizado pela condenação definitiva e pela ausência de promessa, o Purgatório é o reino da passagem, da transformação e da ascensão. As almas sofrem, mas o fazem na certeza de que esse sofrimento é transitório e as conduz à plena comunhão com Deus.

Dante organiza o Purgatório em sete cornijas, isto é, terraços ou patamares sucessivos escavados na montanha, correspondentes aos sete pecados capitais. Cada uma constitui uma etapa do processo de purificação, na qual o vício é curado pelo exercício da virtude oposta. A montanha torna-se, assim, uma verdadeira pedagogia da conversão, em que a liberdade humana é progressivamente restaurada e orientada para o amor que culmina na visão de Deus.

Os orgulhosos (superbia) caminham curvados sob enormes pedras, aprendem a humildade.



Fonte: Dante Alighieri. A Divina Comédia. Ilustrações de Gustave Doré. São Paulo: Martin Claret, 2003.

Os invejosos (invidia) têm os olhos costurados com fios de ferro, pois em vida olharam o outro com ressentimento. Aprendem a caridade e benevolência.



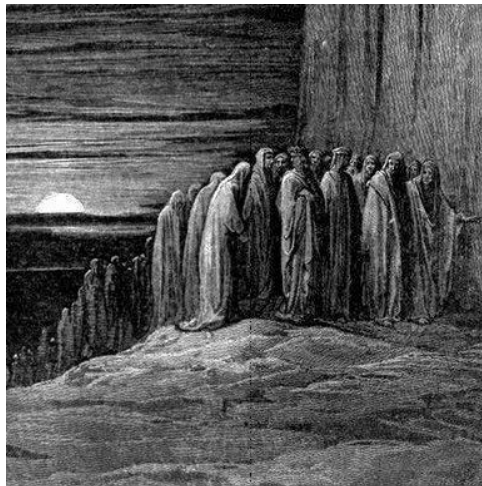
Fonte: Dante Alighieri. A Divina Comédia. Ilustrações de Gustave Doré. São Paulo: Martin Claret, 2003.

Os iracundos (ira) vivem mergulhados em fumaça espessa, símbolo da cegueira produzida pela raiva. Aprendem a mansidão e a paciência.



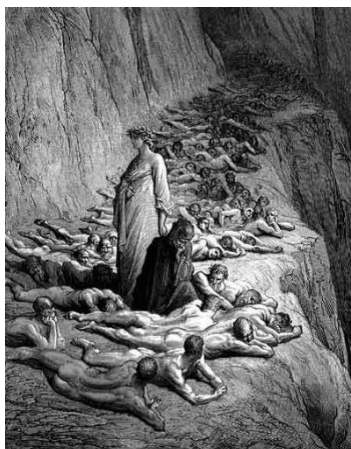
Fonte: Dante Alighieri. A Divina Comédia. Ilustrações de Gustave Doré. São Paulo: Martin Claret, 2003.

Os preguiçosos espirituais (acedia) andam e correm sem descanso, aprendendo o zelo e o movimento interior que faltaram em vida. Aprendem a diligência e zelo.



Fonte: Dante Alighieri. A Divina Comédia. Ilustrações de Gustave Doré. São Paulo: Martin Claret, 2003.

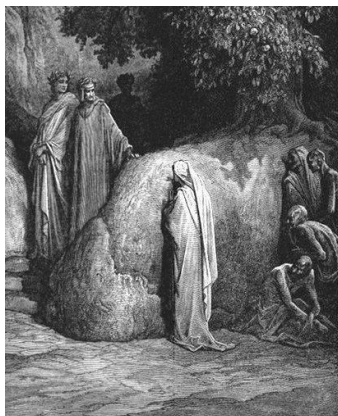
Os avarentos e pródigos (avaritia) permanecem deitados no chão, voltados para a terra à qual estiveram excessivamente presos. Aprendem a generosidade.



Fonte: DANTE ALIGHIERI. A Divina Comédia. Ilustrações de Gustave Doré. São Paulo: Martin Claret, 2003.

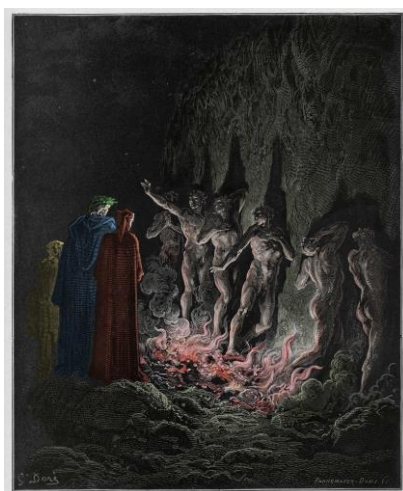
O PURGATÓRIO EM PERSPECTIVA: DE DANTE ALIGHIERI E GUSTAVE DORÉ À ORIGINALIDADE DO PENSAMENTO DE CHIARA LUBICH

Os gulosos (gula) sofrem fome e sede diante de frutos e águas inacessíveis, purificando o desejo desordenado. Aprendem a temperança.



Fonte: Dante Alighieri. *A Divina Comédia*. Ilustrações de Gustave Doré. São Paulo: Martin Claret, 2003.

Os luxuriosos (luxuria) atravessam muralhas de fogo purificador transformando o desejo possessivo. Aprendem o amor purificado.



Fonte: Dante Alighieri. *A Divina Comédia*. Ilustrações de Gustave Doré. São Paulo: Martin Claret, 2003.

Do ponto de vista hermenêutico, a subida do Purgatório representa o próprio itinerário espiritual da alma. Cada patamar simboliza a depuração de uma dimensão desordenada do amor humano. O pecado, para Dante, é o amor mal orientado; por isso, a purificação consiste em reaprender a amar corretamente.

As almas já participam, ainda que de modo incompleto, da realidade que será plenamente revelada no Paraíso: a vida trinitária como comunhão perfeita de amor. Aquilo que no Purgatório é vivido como intensa espera, paciência e desejo de Deus tornar-se-á, no Céu, plenitude, visão e união definitiva.

O purgatório conserva sua dimensão penitencial: a alma sofre porque percebe, com plena lucidez, a distância entre o amor perfeito de Deus e aquilo que nela ainda resiste à graça. Esse sofrimento, contudo, não é primordialmente um castigo, mas a manifestação da misericórdia divina, que completa a obra de purificação e conforma definitivamente a criatura ao Evangelho.

Nas gravuras de Doré, o Purgatório diferentemente do Inferno - fechado e sombrio - abre-se para o horizonte e é progressivamente banhado pela luminosidade, sinal da crescente proximidade divina. As

almas avançam continuamente, acompanhadas por anjos que orientam seu percurso, evidenciando a ação da graça. Embora persistam o sofrimento, a penitência e as provas severas, toda dor assume sentido redentor, pois participa da purificação da alma e a prepara para a contemplação de Deus.

As ilustrações de Gustave Doré tornaram-se a mais influente interpretação visual de *A Divina Comédia* porque traduzem sua arquitetura simbólica e espiritual. Os abismos do Inferno, a montanha, as multidões penitentes e a luz crescente que conduz ao Paraíso compõem uma narrativa visual capaz de tornar perceptível o itinerário espiritual concebido por Dante. Embora marcadas pela sensibilidade romântica do século XIX, as gravuras permanecem profundamente fiéis à estrutura teológica e ao universo simbólico do poema, constituindo uma verdadeira mediação hermenêutica de sua visão escatológica.

À medida que a ascensão prossegue, as almas experimentam uma crescente paz e leveza espiritual, expressão da progressiva aproximação de Deus. O sofrimento deixa de expressar condenação para assumir caráter medicinal, orientado à libertação interior e à plena comunhão divina. No cume da montanha, às portas do Paraíso, Dante contempla um cenário de beleza, música e perfeita harmonia, antecipação da visão beatífica. A alma, enfim purificada, recupera sua forma originária e torna-se plenamente capaz de contemplar Deus.

3 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO PURGATÓRIO

Segundo Jacques Le Goff (1924–2014), em *O Nascimento do Purgatório* (1995), essa concepção escatológica não surgiu de forma repentina nem existiu como doutrina plenamente formulada desde os primeiros séculos do cristianismo. Sua configuração resultou de um longo processo de elaboração histórica, teológica e cultural, que alcançou maior definição entre os séculos XII e XIII. Nos primórdios da Igreja, encontrava-se já difundida a convicção de que algumas almas necessitavam de purificação após a morte e de que as orações, sufrágios e celebrações litúrgicas em favor dos falecidos lhes eram espiritualmente benéficos. Essa prática, porém, ainda não implicava a existência de uma doutrina sistematizada nem de um “lugar” intermediário claramente concebido entre o Céu e o Inferno.

Essa convicção apoiava-se em fundamentos bíblicos e patrísticos. Passagens como 2 Macabeus 12,44-46, que recomenda a oração pelos mortos, e 1 Coríntios 3,13-15, em que São Paulo afirma que alguns serão salvos "como através do fogo", passaram a ser progressivamente interpretadas como testemunhos de uma purificação posterior à morte. Os Padres da Igreja, especialmente a partir dos séculos III a V, aprofundaram essa compreensão ao refletirem sobre a misericórdia divina, a eficácia da penitência e a necessidade de uma purificação final para aqueles que morriam reconciliados com Deus, mas ainda não plenamente santificados.

O século XII representa um momento decisivo desse desenvolvimento. O termo latino *Purgatorium* deixa de qualificar somente o *ignis purgatorius* - o fogo purificador - para designar substantivamente uma

realidade própria do além. Essa transformação terminológica expressa uma mudança mais profunda na consciência religiosa medieval: a purificação pós-morte deixa de constituir uma crença difusa para adquirir contornos progressivamente mais definidos na teologia, na liturgia e no imaginário cristão (LE GOFF, 1995).

No século XIII, a teologia escolástica conferiu maior consistência doutrinal a essa tradição. Autores como Tomás de Aquino (1225–1274) articularam de modo sistemático a relação entre justiça, misericórdia e purificação da alma, oferecendo fundamentos teológicos para uma crença já amplamente presente na vida da Igreja. Ao mesmo tempo, a pregação, a liturgia dos sufrágios pelos mortos, as narrativas visionárias, a vida monástica e a iconografia medieval contribuíram para difundir e consolidar essa compreensão entre os fiéis. Assim, muito antes de sua posterior definição magisterial, o purgatório já se encontrava profundamente enraizado na consciência religiosa do cristianismo ocidental.

É nesse contexto histórico que se situa Dante Alighieri (1265–1321). Ao compor *A Divina Comédia*, entre aproximadamente 1307 e 1321, o poeta já encontrava uma tradição relativamente consolidada acerca da purificação após a morte. Embora a doutrina do purgatório ainda estivesse em processo de sistematização teológica e não tivesse recebido as formulações eclesiais posteriores, era amplamente discutida entre teólogos, pregadores e nos ambientes religiosos, além de estar profundamente presente na religiosidade popular. O Segundo Concílio de Lyon (1274), realizado poucas décadas antes da redação da obra, já havia afirmado oficialmente a existência de uma purificação após a morte e a eficácia dos sufrágios oferecidos pelos vivos em favor dos fiéis defuntos.

Desse modo, Dante não "inventou" o purgatório nem descreveu um preceito concebido unicamente por sua imaginação. Seu grande mérito consistiu em transformar uma tradição teológica, espiritual e litúrgica já existente em uma extraordinária construção poética e simbólica. O purgatório dantesco nasce do encontro entre a teologia medieval, a espiritualidade cristã, o imaginário religioso e a criação literária.

A sociedade na Idade Média, em sua maioria analfabeta, evidentemente não lia *A Divina Comédia*, mas assimilava, por meio da pregação, das imagens e da religiosidade popular, a ideia fundamental de uma purificação após a morte e da possibilidade de ascender à plena comunhão com Deus. Foi nesse contexto que se consolidou a concepção do purgatório como um "terceiro lugar" entre o céu e o inferno, distinta da crença, muito mais antiga e já presente nos primeiros séculos do cristianismo, de que as almas podiam ser purificadas após a morte (Le Goff, 1995).

A partir da Idade Média, cresce na cristandade ocidental a consciência pessoal do pecado, da penitência e da responsabilidade individual diante de Deus. Jean Delumeau observa que a espiritualidade desse período intensificou o sentimento de culpa e o temor do juízo final, favorecendo a ampliação das práticas penitenciais (Delumeau, 2003).

Diversos historiadores relacionam a consolidação da doutrina do purgatório às profundas transformações econômicas e sociais ocorridas entre os séculos XII e XIII, especialmente ao surgimento da burguesia urbana e mercantil. Georges Duby (1989) mostra que a expansão das cidades e do comércio alterou significativamente as estruturas da sociedade, criando novas tensões entre o enriquecimento material e os ideais da moral cristã. Colocava-se, então, uma questão decisiva: como conciliar riqueza, lucro e salvação? Muitos mercadores eram cristãos devotos, financiavam igrejas, mosteiros e obras de caridade, mas enriqueciam por meio de atividades frequentemente consideradas moralmente suspeitas, sobretudo a usura. O mercador medieval ocupava uma posição paradoxal: indispensável à nova economia urbana, permanecia, ao mesmo tempo, sob permanente suspeita do ponto de vista religioso (Le Goff, 2004).

Ao mesmo tempo, intensificava-se na cristandade, o temor do juízo particular e da condenação eterna. O medo do inferno tornou-se um dos elementos estruturantes da espiritualidade ocidental, levando muitos fiéis, sobretudo à beira da morte, a buscar a reconciliação com Deus mediante a confissão sacramental, a absolvição, a extrema-unção e a recepção da Eucaristia como viático, na esperança de escapar da condenação eterna (Delumeau, 2003). Philippe Ariès (2014) observa igualmente que a preparação para a boa morte passou a ocupar lugar central na vida religiosa medieval, cercada por ritos destinados a assegurar ao moribundo uma passagem reconciliada para a vida eterna.

Nesse contextura, a concepção do purgatório adquiriu nova relevância pastoral e social. Ao admitir uma purificação após a morte para aqueles que não eram plenamente justos nem definitivamente condenados, ela oferecia uma resposta teológica à condição espiritual dessa nova sociedade, conciliando a exigência da justiça divina com a esperança da misericórdia. O purgatório tornava-se uma afirmação doutrinal, e, ao mesmo tempo, uma mediação pastoral entre o temor do inferno e a confiança na possibilidade de uma purificação consumada pelo amor de Deus.

O purgatório passou a desempenhar também uma importante função simbólica e social: o pecador não precisava ser necessariamente condenado ao inferno, pois ainda poderia ser purificado após a morte. Além disso, os vivos podiam ajudá-lo mediante missas, esmolas, sufrágios e orações. Gabriel Le Bras (1984) ressalta que as práticas litúrgicas pelos mortos se tornaram parte essencial da organização religiosa e social da cristandade medieval. O purgatório oferecia, assim, uma mediação entre a justiça divina, a misericórdia e as novas realidades econômicas da sociedade medieval. Foi precisamente esse aspecto que motivou a crítica de Martinho Lutero no século XVI. Para o reformador, o sistema das indulgências associado ao purgatório havia se transformado numa deformação espiritual e econômica da fé cristã, obscurecendo a gratuidade da graça divina e favorecendo práticas incompatíveis com o Evangelho (Lutero, 1987).

O Concílio de Florença (1439) reafirmou a doutrina tradicional segundo a qual as almas em purificação podem ser auxiliadas pelos sufrágios dos vivos, sobretudo pelo sacrifício da Missa. Poucas

décadas depois, porém, essa compreensão seria profundamente contestada pela Reforma Protestante. Martinho Lutero e outros reformadores rejeitaram o purgatório, as indulgências e as missas pelos defuntos, por considerá-los desprovidos de fundamento suficiente nas Escrituras e frequentemente associados a abusos religiosos e econômicos.

Foi nesse contexto que o Concílio de Trento (1545–1563), reunido como resposta à Reforma, reafirmou a doutrina católica na Sessão XXV, realizada em 3 e 4 de dezembro de 1563. O decreto sobre o purgatório, deliberadamente breve, confirmou três pontos fundamentais: a existência de uma purificação após a morte, a eficácia dos sufrágios oferecidos pelos fiéis em favor dos defuntos e o lugar privilegiado do sacrifício eucarístico nesse auxílio. Ao mesmo tempo, recomendou aos bispos que evitassem especulações excessivas, descrições fantasiosas e práticas supersticiosas nas pregações dirigidas ao povo.

A sobriedade dessa definição deve ser compreendida à luz das circunstâncias em que foi elaborada. Promulgado na fase final de um concílio que se estendeu, com longas interrupções, de 1545 a 1563, o decreto surgiu em meio às tensões religiosas, políticas e diplomáticas da Europa do século XVI. Como observa John W. O'Malley (2013), a etapa conclusiva dos trabalhos (1562–1563) foi marcada por intensos debates entre as delegações francesa, espanhola e italiana, bem como pela necessidade de concluir rapidamente as deliberações conciliares.

Trento conciliar optou por reafirmar o núcleo da doutrina, sem definir questões que permaneciam objeto de reflexão teológica, como a natureza das penas purgatoriais, sua duração ou seus modos concretos. A preocupação principal foi preservar a tradição da Igreja e disciplinar sua apresentação pastoral, evitando interpretações que ultrapassassem os dados da fé.

A definição tridentina tornou-se referência para a tradição católica e serviu de base às formulações posteriores, especialmente às do *Catecismo da Igreja Católica*. Ao longo dos séculos, contudo, a reflexão teológica deslocou gradualmente seu acento. Sem abandonar a dimensão penitencial, passou a compreender o purgatório sobretudo como a consumação da obra misericordiosa de Deus naqueles que morrem em sua amizade, conduzindo-os à plena conformação com Cristo e à comunhão definitiva com a vida trinitária.

O Catecismo afirma: "Os que morrem na graça e na amizade de Deus, mas não completamente purificados, embora seguros da sua salvação eterna, sofrem depois da morte uma purificação, a fim de obterem a santidade necessária para entrar na alegria do Céu" (CIC, 1030). Em seguida, esclarece: "A Igreja chama Purgatório a esta purificação final dos eleitos, que é completamente distinta do castigo dos condenados" (CIC, 1031). Assim, preservando a continuidade com a tradição e com Trento, o Catecismo acentua de modo mais explícito o caráter santificador da purificação: o purgatório é compreendido menos como uma realidade de caráter penal do que como a consumação da obra misericordiosa de Deus naqueles que morrem em sua amizade, preparando-os para a plena comunhão com Ele.

4 DO PURGATÓRIO ESCATOLÓGICO À ANTECIPAÇÃO DA PURIFICAÇÃO NA TRADIÇÃO CRISTÃ

A convicção de que o ser humano necessita de contínua purificação para vencer o fechamento do orgulho e abrir-se plenamente à comunhão com Deus constitui, desde as origens do cristianismo, um elemento permanente da experiência espiritual. Nos Padres da Igreja encontram-se os primeiros elementos dessa compreensão. Embora a purificação após a morte fosse reconhecida, ela era entendida em continuidade com o caminho de conversão iniciado na vida presente. Santo Agostinho (354 - 430), especialmente em *Confissões* e *A Cidade de Deus*, apresenta toda a existência cristã como um itinerário de purificação do amor (*ordo amoris*), no qual a graça restaura progressivamente a criatura para a comunhão definitiva com Deus (Agostinho, 2017; 2012). Na mesma perspectiva, São Gregório Magno (540–604), nos *Diálogos*, reafirma a existência da purificação após a morte, mas insiste que a penitência, a caridade e a conversão vividas nesta existência já preparam a alma para esse encontro definitivo (Gregório Magno, 1995).

Essa compreensão tornou-se mais explicitamente espiritual e mística. São Boaventura (1217–1274), em *Itinerário da mente para Deus*, descreve a vida cristã como um percurso de purificação, iluminação e união, pelo qual a alma é progressivamente configurada a Deus até alcançar a visão beatífica (Boaventura, 2007). Na mesma linha, Santa Catarina de Sena (1347–1380), em *O Diálogo*, afirma que a comunhão ou a separação de Deus começam a ser experimentadas já nesta vida, conforme a resposta livre da pessoa ao amor divino (Catarina de Sena, 2008). A purificação deixa, assim, de ser compreendida apenas como realidade futura e passa a caracterizar o próprio itinerário espiritual da existência cristã.

A trajetória encontra uma de suas expressões mais significativas em Santa Catarina de Gênova (1447–1510). Em *Tratado do Purgatório* (2010), o purgatório já não é concebido primordialmente como pena externa, mas como a ação purificadora do próprio amor de Deus. O sofrimento purgatorial nasce do encontro da alma com a infinita santidade e caridade divinas, que revelam tudo aquilo que ainda necessita ser transformado. O purgatório deixa, assim, de ser entendido somente como uma condição posterior à morte para manifestar a lógica da própria ação de Deus, cuja obra purificadora começa já quando a criatura se entrega plenamente ao seu amor.

Nos séculos XVI e XVII, a tradição carmelita aprofunda decisivamente essa interiorização da purificação. Santa Teresa de Ávila (1515–1582), em *Castelo Interior* (2007), apresenta a vida espiritual como um caminho progressivo de purificação e união transformante mediante o desapego, a humildade e a oração. São João da Cruz (1542–1591), especialmente em *Noite Escura* (2002), interpreta as provações espirituais, as aridezes e os desapegos como obra purificadora realizada pelo próprio Deus ainda nesta vida. O sofrimento espiritual assume, portanto, uma função eminentemente transformadora: libertar a alma de tudo o que impede sua plena união com Deus. Na mesma direção, São Francisco de Sales (1567–1622), em

Tratado do Amor de Deus (2010), mostra que a santificação cotidiana, vivida na fidelidade ao amor nas pequenas circunstâncias da existência, constitui o caminho ordinário de preparação para a comunhão eterna.

No século XX, essa tradição espiritual encontrou novo aprofundamento tanto na mística quanto na escatologia. Edith Stein (1891–1942), em *A Ciência da Cruz* (2004), retomando São João da Cruz, compreende toda a existência cristã como um processo de configuração a Cristo Crucificado, no qual a purificação iniciada na história prepara a alma para sua transformação definitiva.

Paralelamente, a renovação da escatologia deslocou progressivamente o centro da reflexão do purgatório das categorias de lugar e tempo para sua dimensão cristológica e pessoal. Hans Urs von Balthasar (1905–1988), em *Escatologia no Nosso Tempo* (1986), compreende a purificação final como o encontro da criatura com o amor absoluto e santificador de Deus, que leva à consumação sua transformação. Joseph Ratzinger (1927–2022), em *Escatologia: morte e vida eterna* (1985), interpreta o purgatório como o encontro purificador com o próprio Cristo, cuja verdade e cujo amor revelam, purificam e transfiguram definitivamente a pessoa. O purgatório passa, assim, a ser compreendido sobretudo como o acontecimento salvífico em que Deus leva à plenitude uma obra já iniciada na existência terrena.

Nesse mesmo horizonte insere-se a contribuição de Pierre Teilhard de Chardin (1881–1955). Embora não tenha elaborado uma doutrina específica sobre o purgatório, sua visão evolutiva da criação oferece uma importante chave hermenêutica para compreender a purificação. Em *O Meio Divino*, toda a realidade criada aparece orientada para sua plenitude em Cristo, de modo que o sofrimento, a incompletude e tudo aquilo que resiste ao amor são progressivamente transformados pela ação divina. A purificação deixa, assim, de ser vista prioritariamente como castigo para ser compreendida como processo contínuo de amadurecimento no amor, conduzindo a pessoa e toda a criação à sua plenitude em Deus (Teilhard de Chardin, 1977).

Percorre-se, desse modo, um desenvolvimento teológico coerente. Dos Padres da Igreja à mística medieval, da espiritualidade carmelita à renovação escatológica contemporânea, consolida-se progressivamente a compreensão de que a purificação escatológica não constitui uma realidade separada da existência histórica, mas a consumação de um processo inaugurado pela graça já nesta vida. É precisamente nesse horizonte de continuidade que se situa a contribuição de Chiara Lubich. Sua originalidade não consiste em afirmar, pela primeira vez, que a purificação começa na existência terrena - convicção já presente na grande tradição espiritual cristã -, mas em compreendê-la como um processo de trinitização da existência. A partir da vida da Palavra, da configuração a Jesus Abandonado, da ação do Espírito Santo, da mediação de Maria e da espiritualidade da unidade, Chiara mostra que o amor purificador de Deus transforma concretamente o ser humano já no presente, antecipando existencialmente a finalidade do purgatório escatológico. Sem modificar a doutrina tradicional da Igreja, ela desloca o centro da reflexão

do horizonte exclusivamente pós-morte para a comunhão trinitária vivida, fazendo da purificação uma experiência histórica de participação crescente na própria vida de Deus.

5 CHIARA LUBICH: A TRINITIZAÇÃO DA EXISTÊNCIA COMO ANTECIPAÇÃO DO PURGATÓRIO ESCATOLÓGICO

Chiara não modifica nem relativiza a doutrina do purgatório como estado de purificação após a morte; sua contribuição consiste em explicitar, à luz da experiência de Jesus Abandonado, uma intuição amadurecida ao longo da tradição mística da Igreja: a finalidade da purificação escatológica pode começar a realizar-se já na existência cristã. Assim, a purificação além de ser compreendida como realidade futura, torna-se um dinamismo espiritual vivido no presente, mediante a acolhida da vontade de Deus, o esvaziamento do próprio ego e a progressiva configuração a Cristo. A vida configura-se, desse modo, o lugar privilegiado onde a graça antecipa a obra transformadora atribuída ao purgatório, conduzindo a criatura à comunhão com Deus. No centro dessa espiritualidade encontra-se Jesus Abandonado, expressão suprema do amor redentor, cuja participação conduz o cristão ao desapego de si mesmo e à plena comunhão com Deus.

A vida cristã consiste em um contínuo processo de superação do "homem velho", para que Cristo viva plenamente na pessoa. Essa compreensão encontra seu fundamento na teologia de São Paulo, que exorta os cristãos a "despojai-vos do homem velho" e a " revesti-vos do homem novo" (Ef 4,22-24; Cl 3,9-10). Em um de seus pronunciamentos, Chiara afirma:

"É sim, não é brincadeira! (o homem velho) tem de morrer mesmo; se não morrer agora, morrerá no purgatório. É preciso fazer morrer o 'homem velho'. E como fazer? É preciso eliminar o modo de ver, o modo de amar e o modo de querer do 'homem velho', e deixar que viva Jesus em nós" (Lubich, 1984).

Essa passagem evidencia a dimensão existencial da purificação. Aquilo que, para muitos, permanece uma realidade futura pode iniciar-se já nesta vida pela livre cooperação com a graça. A morte do "homem velho", anunciada por São Paulo, e o progressivo revestir-se de Cristo expressam o modo como essa purificação se realiza concretamente na existência. A originalidade de Chiara não está em substituir a doutrina tradicional do purgatório, mas em explicitar que sua finalidade - a plena transformação da criatura pelo amor de Deus - pode começar a cumprir-se já no tempo, mediante uma vida inteiramente configurada a Cristo, antecipando, na história, a obra purificadora que conduz à plena comunhão com Deus.

Esse mesmo foco aparece em outro texto, no qual Chiara emprega uma linguagem simbólica para expressar o valor santificador das provações acolhidas por amor:

“Ó Jesus, gostaria de ver-te. Os teus olhos, o teu semblante, o teu porte, a tua nobreza. Mas basta esperar alguns anos e preparar rapidamente o passaporte direto para o céu, pagando antecipadamente o Purgatório na terra” (Lubich, 1969).

A expressão “pagando antecipadamente o Purgatório na terra” não deve ser interpretada em sentido jurídico ou como negação da doutrina escatológica tradicional. Trata-se de um vocabulário espiritual que enfatiza a eficácia purificadora do amor vivido concretamente nas circunstâncias da existência. As dificuldades, os sacrifícios e os sofrimentos acolhidos em união com Cristo tornam-se ocasião de amadurecimento espiritual e de purificação interior. O reconhecimento humilde da própria fragilidade torna-se condição indispensável para essa transformação espiritual. O Catecismo da Igreja Católica ensina: “A verdade é que o homem, se olhar para o seu coração, descobre-se inclinado também para o mal e imerso em muitas misérias” (CIC, n. 401). Reconhecer-se imperfeito, porém, não significa permanecer fechado no pecado, mas abrir-se à ação purificadora da graça. A humildade ocupa, então, lugar central na espiritualidade cristã: “A humildade é o fundamento da oração” (CIC, n. 2559).

Também o Papa Francisco recorda que todos são convidados à santidade no cotidiano: “Todos somos chamados a ser santos vivendo com amor e oferecendo o próprio testemunho nas ocupações de cada dia” (Francisco, 2018, n. 14). O pensamento de Chiara converge profundamente com a tradição católica ao afirmar que a vida espiritual começa quando o ser humano deixa de colocar o egoísmo no centro e permite que Cristo viva nele. O “homem velho” representa a lógica do fechamento em si; Cristo, ao contrário, inaugura a lógica do amor, da comunhão e da entrega. A verdadeira conversão consiste precisamente nesse movimento pascal: morrer progressivamente para si mesmo, para que o amor de Deus transforme inteiramente a pessoa.

Chiara apresenta uma compreensão particularmente serena da purificação espiritual ao utilizar a imagem da chama e da vela. Assim como a chama consome lentamente a cera até transformá-la em luz, também o amor de Deus purifica progressivamente a pessoa humana, consumindo o egoísmo, orgulho e fechamento ao amor e ao próximo. Nessa concepção, o sofrimento não possui sentido meramente destrutivo ou punitivo; ele pode tornar-se lugar de transformação interior quando vivido em união com Deus. O amor divino age na alma como fogo purificador, não para aniquilar a pessoa, mas para torná-la plenamente capaz de amar: “Por isso, toda dor tornou-se, por Cristo, Deus feito Amor. (Lubich, 2026, p. 241).

A afirmação - “A Palavra da Vida purifica, e quem a vive, quem se torna Palavra, já está purificado. Com efeito, foi transferido para o Outro; está em Deus, que é a Palavra” (Lubich, 2026, p. 333) - retoma e aprofunda a palavra de Jesus: “Vós já estais limpos por causa da palavra que vos tenho falado” (Jo 15,3). Enquanto o evangelista apresenta a Palavra de Cristo como princípio da purificação dos discípulos, Chiara desenvolve essa verdade em chave existencial, mística e ontológica. A Palavra não só purifica do pecado; quando acolhida e vivida concretamente, transforma progressivamente a própria existência, até que a pessoa

se torne ela mesma "Palavra". A expressão "é transferido para o Outro" indica essa passagem do fechamento em si para uma vida inteiramente configurada a Deus, na qual a comunhão com o Logos - promessa escatológica -, tornar-se experiência presente. A purificação, portanto, não consiste simplesmente na remoção da culpa, mas na progressiva conformação da vida à Palavra, pela qual o ser humano participa, já neste mundo, da comunhão trinitária.

A purificação começa no instante em que a Palavra é acolhida como forma concreta de vida. Seu dinamismo consiste em permitir que Deus realize, já nesta existência, a transformação interior da criatura, até que nada permaneça contrário ao amor. Por isso, a verdadeira ascese não é, em primeiro lugar, fruto do esforço moral, mas da crescente disponibilidade à ação do Espírito Santo. Chiara exprime essa intuição por meio daquilo que denomina "castidade de Deus": conservar "o amor no coração como puro e somente Espírito Santo", esvaziando-se totalmente de si mesmo para que, nesse vazio, habite o Espírito Santo: "é na Trindade, a Relação dos Dois; portanto, é o Amor e a Purificação deles" (Lubich, 2026, p. 326). A purificação consiste, assim, em abandonar todo amor possessivo ou autorreferencial para que o próprio Espírito Santo, Amor subsistente do Pai e do Filho, se torne o princípio interior da existência.

Nesse caminho, Maria, a mãe de Jesus, ocupa um lugar singular: "Víamos em Maria toda a criação purificada e redimida, e compreendíamos como toda a criação retornava a Deus por Maria" (Lubich, 2026, p. 288). Porque acolheu plenamente a Palavra, Maria tornou-se a criatura inteiramente transparente a Deus, a "porta para o Paraíso", pela qual a humanidade reencontra o caminho da comunhão divina (Lubich, 2026, pp. 207; 288). É por isso que Chiara reafirma: "Chegamos diretamente a Deus através de três portas abertas: o irmão, Maria e Jesus" (Lubich, 2026, p. 307). A purificação nunca é um percurso individualista; ela realiza-se no amor concreto ao irmão, na escola de Maria e na configuração a Cristo.

"Ora, quem vive a unidade já está purificado e já está iluminado (porque vive Jesus): é a pureza viva - no sentido mais amplo da palavra - e a luz viva" (Lubich, 2026, p. 407). Essa afirmação encontra seu complemento na página precedente: "E quem vive Jesus está no Caminho, não em um caminho; no Caminho onde todos os caminhos, distribuídos na Trindade, se unem e se sintetizam em um só. De fato, quem vive Jesus é purificado por si mesmo e é tão iluminado que se torna a própria Luz" (Lubich, 2026, p. 406).

Nesses desenvolvimentos culmina a compreensão de Chiara sobre a purificação: mais do que um estado intermediário, ela constitui um processo de trinitização da existência, pelo qual a criatura é progressivamente configurada à comunhão do Pai, do Filho e do Espírito Santo, até que sua vida participe da dinâmica do amor recíproco que constitui o próprio ser de Deus.

À medida que a pessoa se empenha em viver a Palavra, ama concretamente o irmão, acolhe a ação do Espírito Santo, percorre o caminho de Maria e se configura a Jesus Abandonado, participa cada vez mais plenamente da vida do Uno trinitário. Nessa perspectiva, a purificação escatológica esperada pode ser

progressivamente antecipada na própria história, tornando desnecessária a purificação após a morte. O purgatório revela-se, desta maneira, como a obra do amor de Deus que já transforma a criatura no presente, conduzindo-a à plena comunhão trinitária. Sem alterar a doutrina da Igreja, Chiara reorienta a compreensão da purificação, do horizonte exclusivamente pós-morte para o dinamismo da vida cristã, mostrando que a santificação é um caminho vivido desde agora. Essa constitui uma de suas contribuições mais originais para a teologia contemporânea do purgatório: compreender a purificação como participação crescente na vida da Trindade, iniciada no tempo e consumada na eternidade.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO. **A cidade de Deus**. Tradução de Oscar Paes Leme. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- AGOSTINHO. **Confissões**. Tradução de Lorenzo Mammi. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. São Paulo: Loyola, 2003.
- ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Tradução de Luiza Ribeiro. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- BALTHASAR, Hans Urs von. **Escatologia no nosso tempo**. São Paulo: Paulus, 1986.
- BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002.
- BOAVENTURA. **Itinerário da mente para Deus**. Tradução de Luís Alberto De Boni. Petrópolis: Vozes, 2007.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas; Loyola; Ave-Maria, 1993.
- CATARINA DE GÊNOVA. **Tratado do purgatório**. São Paulo: Cultor de Livros, 2010.
- CATARINA DE SENA. **O diálogo**. São Paulo: Paulus, 2008.
- CONCÍLIO DE TRENTO. Decreto sobre o purgatório. Sessão XXV, 3-4 dez. 1563. In: DENZINGER, Heinrich. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. Tradução de José Marino Luz e Johan Konings. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2007. p. 739-740.
- DANTE ALIGHIERI. **A Divina Comédia**. Ilustrações de Gustave Doré. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- DELUMEAU, Jean. **O pecado e o medo: a culpabilização no Ocidente (séculos XIII-XVIII)**. Bauru: EDUSC, 2003.
- DUBY, Georges. **A sociedade cavaleiresca**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FRANCISCO. **Gaudete et Exsultate: sobre o chamado à santidade no mundo atual**. São Paulo: Paulus, 2018.

FRANCISCO DE SALES. **Tratado do amor de Deus**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GREGÓRIO MAGNO. **Diálogos**. São Paulo: Paulus, 1995.

JOÃO DA CRUZ. **Noite escura**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LE BRAS, Gabriel. **A Igreja medieval**. Lisboa: Edições 70, 1984.

LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida**: economia e religião na Idade Média. Tradução de Rogério Silvestre. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório**. Tradução de Maria Fernanda Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Estampa, 1995.

LUBICH, Chiara. **A unidade e Jesus Abandonado**. São Paulo: Cidade Nova, 2003.

LUBICH, Chiara. **Discurso em Rocca di Papa**, 30 dez. 1984.

LUBICH, Chiara. **Escritos espirituais**. São Paulo: Cidade Nova, 1984.

LUBICH, Chiara. Paradiso '49. **A cura di Piero Coda e Alba Sagariglia**. Roma: Città Nuova; Centro Chiara Lubich, 2026.

LUTERO, Martinho. **Debate para o esclarecimento do valor das indulgências (95 teses)**. São Leopoldo: Sinodal, 1987.

O'MALLEY, John W. **Trent**: What Happened at the Council. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2013.

RATZINGER, Joseph. **Escatologia**: morte e vida eterna. São Paulo: Quadrante, 1985.

STEIN, Edith. **A ciência da cruz**: estudo sobre São João da Cruz. São Paulo: Loyola, 2004.

TEILHARD DE CHARDIN, Pierre. **O meio divino**. Petrópolis: Vozes, 1977.

TERESA DE ÁVILA. **Castelo interior ou moradas**. São Paulo: Paulus, 2007.

A BELA E A FERA: INTEGRAÇÃO DA SOMBRA E CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES AFETIVAS

BEAUTY AND THE BEAST: INTEGRATING THE SHADOW AND THE CONSTRUCTION OF AFFECTIVE RELATIONSHIPS

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-026>

Marcelly Mesquita

Profª. Dra.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7595965934736130>

Resumo

O conto de fadas *A Bela e a Fera* encontra-se entre as narrativas mais significativas da tradição ocidental por abordar questões relacionadas ao amor, à transformação psicológica e ao desenvolvimento da personalidade. Sob a perspectiva da Psicologia Analítica, a história apresenta um rico simbolismo associado ao arquétipo da sombra, conceito fundamental na teoria de Carl Gustav Jung. A relação entre Bela e a Fera pode ser compreendida como uma representação dos processos de reconhecimento, aceitação e integração dos aspectos rejeitados da psique. O presente artigo tem como objetivo analisar o conto *A Bela e a Fera* a partir dos conceitos de sombra, individuação e construção dos vínculos afetivos, fundamentando-se nas contribuições de Jung (2012; 2013; 2014), Von Franz (2002), Bettelheim (2013) e Zweig e Wolf (2000). Os resultados indicam que a narrativa representa simbolicamente a necessidade de confrontar conteúdos inconscientes para alcançar relações mais autênticas e maduras. Conclui-se que a história constitui uma metáfora do desenvolvimento emocional humano, evidenciando que o amor exige o reconhecimento das fragilidades, limitações e potencialidades presentes na personalidade.

Palavras-chave: A Bela e a Fera; Individuação; Psicologia Analítica; Relações afetivas; Sombra.

Abstract

The fairy tale *Beauty and the Beast* is among the most significant narratives of the Western tradition because it addresses themes related to love, psychological transformation, and personality development. From the perspective of Analytical Psychology, the story presents a rich symbolism associated with the archetype of the Shadow, a fundamental concept in Carl Gustav Jung's theory. The relationship between Beauty and the Beast can be understood as a representation of the processes of recognizing, accepting, and integrating the rejected aspects of the psyche. This article aims to analyze the tale *Beauty and the Beast* through the concepts of Shadow, individuation, and the construction of affective bonds, drawing upon the contributions

of Jung (2012, 2013, 2014), Von Franz (2002), Bettelheim (2013), and Zweig and Wolf (2000). The findings indicate that the narrative symbolically represents the need to confront unconscious contents in order to achieve more authentic and mature relationships. It is concluded that the story constitutes a metaphor for human emotional development, demonstrating that love requires the recognition of the vulnerabilities, limitations, and potentialities present within the personality.

Keywords: Affective Relationships; Analytical Psychology; Beauty and the Beast; Individuation; Shadow.

1 INTRODUÇÃO

Entre os contos de fadas mais conhecidos da tradição ocidental, *A Bela e a Fera* destaca-se por apresentar uma narrativa que ultrapassa os limites de uma simples história de amor. Desde suas primeiras versões, o conto desperta interesse por abordar temas universais relacionados à aparência, ao medo, à aceitação, ao preconceito e à transformação. Diferentemente de outras narrativas nas quais o conflito é resolvido por meio da derrota de um antagonista externo, a história da Bela e da Fera centra-se em um processo de mudança psicológica que ocorre por meio do encontro entre duas personalidades profundamente distintas. Esse aspecto transforma a narrativa em uma rica metáfora dos processos humanos de amadurecimento emocional, tornando-a especialmente relevante para uma leitura fundamentada na Psicologia Analítica.

Segundo Jung (2012), os contos de fadas expressam conteúdos do inconsciente coletivo por meio de símbolos e arquétipos que refletem experiências compartilhadas pela humanidade. Nessas narrativas, os personagens não devem ser compreendidos apenas como indivíduos específicos, mas como representações de forças psíquicas presentes no interior de cada pessoa. Nesse contexto, a Fera simboliza conteúdos reprimidos, impulsos instintivos e emoções que costumam ser rejeitadas pela consciência, enquanto Bela representa a capacidade de reconhecer, compreender e dialogar com essas dimensões ocultas da personalidade. A interação entre ambos evidencia o encontro entre a consciência e a sombra, um dos temas centrais da teoria junguiana.

A narrativa também oferece importantes reflexões sobre os mecanismos de projeção presentes nas relações humanas. Conforme Jung (2012), aquilo que não é reconhecido em nós mesmos tende a ser percebido e atribuído ao outro. A aparência monstruosa da Fera pode ser entendida como uma representação simbólica desses conteúdos psicológicos rejeitados. Inicialmente, ela desperta medo, estranhamento e resistência, justamente porque simboliza aspectos que a consciência prefere evitar. Entretanto, à medida que Bela passa a conhecê-la, percebe que sua essência não corresponde à imagem ameaçadora que ela aparenta possuir. Esse movimento sugere que o crescimento emocional exige a superação das aparências e o reconhecimento da complexidade que constitui a experiência humana.

Outro aspecto relevante da narrativa refere-se à construção dos vínculos afetivos. Em uma sociedade frequentemente orientada por ideais de perfeição e romantização dos relacionamentos, *A Bela e a Fera* propõe uma compreensão mais profunda do amor. O conto sugere que relações verdadeiramente transformadoras não surgem da ausência de defeitos ou fragilidades, mas da capacidade de reconhecer e acolher a humanidade presente no outro. A transformação da Fera não ocorre por imposição ou controle externo, mas através da convivência, da empatia, da confiança e da aceitação gradual de aspectos de sua personalidade que antes permaneciam obscurecidos. Assim, a narrativa desloca o foco da aparência para a qualidade do vínculo construído entre os personagens.

Além disso, a história pode ser interpretada como uma representação simbólica do processo de individuação descrito por Jung (2014). Tanto Bela quanto a Fera passam por transformações significativas ao longo da narrativa. A protagonista amplia sua capacidade de compreender o outro para além das aparências, enquanto a Fera aprende a integrar aspectos de sua personalidade que antes se manifestavam de forma destrutiva ou isolada. O relacionamento entre ambos torna-se, portanto, um espaço de transformação mútua, no qual cada personagem contribui para o crescimento psicológico do outro. Sob essa perspectiva, a narrativa revela que os relacionamentos afetivos podem desempenhar importante papel no desenvolvimento emocional e na ampliação da consciência.

Diante dessas considerações, o presente estudo busca analisar o simbolismo psicológico de *A Bela e a Fera*, enfatizando a relação entre o arquétipo da sombra e os processos de amadurecimento emocional envolvidos na construção dos vínculos afetivos. Com base nas contribuições de Jung (2012; 2013; 2014), Von Franz (2002), Bettelheim (2013) e Zweig e Wolf (2000), pretende-se compreender como a narrativa representa simbolicamente o confronto com os aspectos rejeitados da personalidade e de que maneira esse processo contribui para a formação de relações mais autênticas, maduras e integradas. A permanência do conto no imaginário coletivo demonstra sua capacidade de expressar conflitos universais relacionados ao amor, ao autoconhecimento e à busca pela totalidade psíquica.

2 O ARQUÉTIPO DA SOMBRA EM JUNG

O conceito de sombra ocupa posição central na Psicologia Analítica e constitui um dos elementos fundamentais para a compreensão da dinâmica da personalidade humana. Segundo Jung (2012), a sombra corresponde ao conjunto de aspectos psíquicos que não são reconhecidos pela consciência e que, por esse motivo, tendem a ser reprimidos, negados ou afastados da imagem que o indivíduo constrói de si mesmo. Esses conteúdos incluem impulsos, emoções, desejos, medos e características consideradas incompatíveis com os valores pessoais ou sociais. A formação da sombra ocorre ao longo do desenvolvimento psicológico, à medida que determinadas experiências são rejeitadas ou excluídas da consciência para preservar uma

identidade considerada aceitável. No entanto, tais conteúdos não desaparecem; eles permanecem ativos no inconsciente e continuam influenciando pensamentos, sentimentos e comportamentos de forma indireta.

Jung (2014) explica que a sombra não é composta apenas por elementos negativos ou destrutivos. Além de impulsos agressivos, ressentimentos e inseguranças, ela também abriga potencialidades criativas, talentos negligenciados e aspectos da personalidade que ainda não encontraram espaço para expressão consciente. Muitas vezes, características positivas permanecem ocultas porque não correspondem às expectativas impostas pelo ambiente familiar ou social. Dessa forma, a sombra representa tudo aquilo que não foi integrado à personalidade consciente. O problema não reside na existência desses conteúdos, mas na recusa em reconhecê-los. Quanto menos consciência o indivíduo possui de sua sombra, maior tende a ser sua atuação inconsciente, influenciando atitudes, conflitos e relações interpessoais.

Na concepção junguiana, o desenvolvimento psicológico exige o confronto com essa dimensão da psique. Jung (2012) afirma que o processo de individuação depende da capacidade de reconhecer os aspectos sombrios da personalidade e integrá-los à consciência de maneira equilibrada. A integração da sombra não significa eliminar defeitos ou impulsos considerados negativos, mas compreender sua existência e assumir responsabilidade por eles. Esse movimento amplia o autoconhecimento e favorece uma visão mais realista e completa de si mesmo. Ao reconhecer suas limitações, fragilidades e contradições, o indivíduo reduz a influência inconsciente desses conteúdos e desenvolve maior maturidade emocional.

Zweig e Wolf (2000) observam que a sombra frequentemente se manifesta por meio dos mecanismos de projeção. Nesse processo, características que não são aceitas internamente passam a ser percebidas nos outros de forma exagerada. Assim, sentimentos de inveja, agressividade, egoísmo ou insegurança podem ser atribuídos a pessoas externas, enquanto permanecem desconhecidos na própria personalidade.

Os autores destacam que as projeções interferem diretamente nas relações interpessoais, pois fazem com que os indivíduos se relacionem mais com suas próprias imagens inconscientes do que com a realidade das pessoas ao seu redor. Por essa razão, o encontro com a sombra costuma provocar desconforto, medo, resistência e conflito, mas também pode representar uma importante oportunidade de crescimento psicológico.

Nos contos de fadas, a sombra geralmente aparece personificada em figuras ameaçadoras, monstruosas, desconhecidas ou misteriosas. Essas personagens exercem uma função simbólica essencial porque permitem que conteúdos inconscientes sejam representados de forma concreta e acessível à imaginação. Bettelheim (2013) argumenta que os contos de fadas utilizam imagens intensas para ajudar crianças e adultos a elaborarem conflitos emocionais profundos. Dragões, bruxas, monstros e criaturas assustadoras representam aspectos da psique que necessitam ser enfrentados para que ocorra o

amadurecimento emocional. Essas figuras não simbolizam apenas perigos externos, mas também desafios internos relacionados à integração da personalidade.

Em *A Bela e a Fera*, a figura da Fera representa precisamente essa dimensão sombria da psique. Sua aparência monstruosa simboliza conteúdos que foram rejeitados, reprimidos ou afastados da consciência, despertando inicialmente medo e estranhamento. Entretanto, à medida que a narrativa se desenvolve, torna-se evidente que a essência da personagem é muito mais complexa do que sua aparência sugere. A Fera encarna emoções, fragilidades e potencialidades que precisam ser reconhecidas e integradas para que a transformação ocorra. Nesse sentido, o conto ilustra de forma simbólica uma das principais proposições da Psicologia Analítica: aquilo que inicialmente parece ameaçador ou indesejável pode conter importantes possibilidades de crescimento, autoconhecimento e desenvolvimento psicológico. A jornada de aproximação entre Bela e a Fera representa, portanto, o encontro da consciência com a sombra e o caminho necessário para a construção de uma personalidade mais integrada e madura.

3 A FERA COMO REPRESENTAÇÃO DA SOMBRA

A personagem da Fera simboliza os aspectos instintivos, impulsivos e emocionalmente feridos que costumam permanecer afastados da consciência. Sua aparência monstruosa representa tudo aquilo que tende a ser rejeitado, negado ou temido pelo indivíduo. Segundo Von Franz (2002), figuras monstruosas presentes nos contos de fadas frequentemente simbolizam conteúdos psíquicos que ainda não foram integrados ao ego, surgindo sob formas ameaçadoras justamente porque permanecem desconhecidos. Quanto mais distante a consciência se encontra desses conteúdos, maior tende a ser a sensação de estranhamento e medo diante deles. Nesse sentido, a Fera não representa apenas uma criatura assustadora, mas a materialização simbólica de tudo aquilo que a personalidade consciente procura evitar reconhecer em si mesma.

Sob a perspectiva da Psicologia Analítica, a monstruosidade da Fera não está relacionada apenas à sua aparência física, mas ao fato de ela encarnar aspectos sombrios da experiência humana. Jung (2012) afirma que a sombra reúne conteúdos incompatíveis com a autoimagem idealizada do indivíduo, incluindo impulsos agressivos, fragilidades emocionais, medos e desejos reprimidos. A Fera representa precisamente essa dimensão da personalidade que permanece oculta e que, por não ser reconhecida, manifesta-se de forma desorganizada e muitas vezes destrutiva. Sua agressividade inicial, suas dificuldades de convivência e sua incapacidade de estabelecer relações afetivas saudáveis refletem o impacto psicológico provocado pela rejeição dos próprios conteúdos internos.

A narrativa também evidencia que a sombra não se limita a características negativas. Jung (2014) destaca que ela abriga potencialidades importantes que ainda não foram desenvolvidas ou integradas à consciência. Por trás da aparência intimidadora da Fera encontram-se qualidades como sensibilidade, afeto,

generosidade e capacidade de transformação. Entretanto, essas características permanecem obscurecidas porque estão encobertas por sentimentos de isolamento, sofrimento e inadequação. O conto demonstra, assim, que aquilo que inicialmente é percebido como ameaçador pode ocultar recursos valiosos para o crescimento psicológico. A verdadeira questão não é eliminar a sombra, mas reconhecer sua existência e aprender a dialogar com ela.

A Fera vive isolada em seu castelo, afastada das relações humanas e incapaz de construir vínculos afetivos genuínos. Esse isolamento pode ser interpretado como uma metáfora do afastamento psicológico produzido pela rejeição dos próprios aspectos sombrios. Quando a pessoa não reconhece determinadas partes de sua personalidade, tende a criar barreiras emocionais que dificultam o contato consigo mesma e com os outros. Jung (2012) argumenta que conteúdos inconscientes ignorados não desaparecem; ao contrário, continuam influenciando pensamentos, emoções e comportamentos de maneira indireta. Assim, a solidão da Fera simboliza o estado psíquico de quem permanece desconectado de aspectos fundamentais de sua própria identidade.

Bettelheim (2013) argumenta que os contos de fadas frequentemente apresentam personagens assustadores para permitir que crianças e adultos entrem em contato com conteúdos emocionais difíceis de maneira simbólica. Essas figuras oferecem uma representação visível para conflitos internos que seriam difíceis de compreender de forma abstrata. Nesse sentido, a Fera não representa apenas o medo do desconhecido ou do outro, mas também o medo que cada indivíduo possui de suas próprias fragilidades, impulsos e emoções reprimidas. Ao despertar temor e curiosidade simultaneamente, a personagem convida o leitor a refletir sobre os aspectos da personalidade que costumam ser ocultados, rejeitados ou evitados.

Ao longo da narrativa, observa-se que a aparência monstruosa não corresponde integralmente à essência da personagem. Essa discrepância evidencia uma das ideias centrais da Psicologia Analítica: aquilo que inicialmente rejeitamos ou tememos pode conter importantes possibilidades de crescimento e transformação. À medida que Bela passa a enxergar além da aparência da Fera, torna-se possível reconhecer sua humanidade e seu potencial de mudança. Simbolicamente, esse movimento representa o processo de integração da sombra, no qual conteúdos antes rejeitados passam a ser compreendidos e incorporados de forma consciente. A transformação final da Fera não decorre da eliminação de sua sombra, mas da capacidade de reconhecer e integrar aspectos que permaneciam dissociados de sua personalidade.

Dessa forma, *A Bela e a Fera* apresenta uma poderosa metáfora do desenvolvimento psicológico humano. A personagem da Fera demonstra que os conteúdos mais temidos e rejeitados da psique podem tornar-se fontes de amadurecimento, autoconhecimento e crescimento emocional. Sua trajetória simboliza a passagem da dissociação para a integração, da rejeição para a aceitação e do isolamento para a construção de vínculos significativos. O conto reafirma, portanto, uma das principais contribuições da Psicologia

Analítica: o caminho para a transformação não consiste em negar a sombra, mas em reconhecê-la como parte indispensável da totalidade da personalidade.

4 BELA E A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES AFETIVAS

A personagem Bela desempenha papel fundamental na dinâmica psicológica do conto. Diferentemente das demais pessoas que enxergam apenas a aparência monstruosa da Fera, ela desenvolve gradualmente a capacidade de perceber dimensões mais profundas de sua personalidade. Esse processo simboliza a superação das projeções superficiais que frequentemente dificultam a construção de relações autênticas. Em vez de permanecer presa às impressões imediatas ou aos preconceitos associados à aparência, Bela se dispõe a conhecer aquilo que existe além da imagem exterior. Sua postura representa uma atitude psicológica marcada pela abertura ao diálogo, pela curiosidade e pela disposição de compreender o outro em sua complexidade. Assim, sua trajetória evidencia que o verdadeiro encontro humano exige ultrapassar julgamentos precipitados e aproximar-se das dimensões mais profundas da experiência emocional.

Sob a perspectiva da Psicologia Analítica, a atitude de Bela pode ser interpretada como uma manifestação da consciência em processo de amadurecimento. Jung (2013) afirma que o desenvolvimento emocional implica reconhecer tanto os aspectos positivos quanto as limitações presentes em si mesmo e nos outros. As relações afetivas tornam-se mais saudáveis quando deixam de ser sustentadas por idealizações e passam a fundamentar-se em uma percepção mais realista da natureza humana. Nesse sentido, Bela simboliza uma postura psicológica capaz de acolher ambiguidades, fragilidades e contradições sem reduzir o outro a uma única característica. Sua capacidade de permanecer em contato com a Fera demonstra uma disposição para lidar com aquilo que inicialmente provoca medo ou estranhamento, favorecendo a construção de um vínculo genuíno.

A convivência entre os protagonistas promove mudanças significativas em ambos. Enquanto a Fera aprende gradualmente a controlar impulsos destrutivos, desenvolver empatia e ampliar sua capacidade de relacionamento, Bela também passa por um processo de transformação interior. Ao longo da narrativa, ela amplia sua compreensão sobre o amor, sobre a condição humana e sobre a própria capacidade de estabelecer vínculos profundos. A relação construída entre os dois não surge de uma atração imediata ou idealizada, mas de um processo gradual de conhecimento mútuo, confiança e convivência. Essa evolução demonstra que o afeto amadurece à medida que os indivíduos conseguem enxergar uns aos outros para além das aparências e das expectativas iniciais.

A narrativa também oferece uma importante reflexão sobre os mecanismos psicológicos envolvidos na formação dos relacionamentos. Muitas vezes, as relações afetivas são construídas sobre projeções, fantasias e idealizações que dificultam a percepção da realidade do outro. Jung (2012) observa que os

indivíduos tendem a projetar conteúdos inconscientes sobre as pessoas com quem se relacionam, atribuindo-lhes qualidades ou defeitos que pertencem à própria psique. Em *A Bela e a Fera*, esse processo é gradualmente superado à medida que Bela passa a perceber a verdadeira personalidade da Fera e consegue distinguir sua essência de sua aparência. O amor desenvolvido entre os protagonistas simboliza, portanto, uma relação baseada na diminuição das projeções e no aumento do conhecimento recíproco.

Além disso, o conto sugere que as relações afetivas desempenham papel fundamental no desenvolvimento psicológico. Von Franz (2002) destaca que muitos contos de fadas apresentam encontros transformadores porque os relacionamentos atuam como espaços de crescimento e integração psíquica. Em *A Bela e a Fera*, a convivência entre os protagonistas favorece a emergência de qualidades que permaneciam adormecidas em ambos. A Fera encontra condições para humanizar aspectos de sua personalidade, enquanto Bela desenvolve maior maturidade emocional e capacidade de compreensão. Assim, o relacionamento não aparece apenas como objetivo final da narrativa, mas como um caminho que possibilita o crescimento mútuo e a ampliação da consciência.

Dessa forma, o conto sugere que relações afetivas duradouras dependem do reconhecimento das fragilidades e limitações humanas. Amar não significa ignorar os defeitos do outro nem idealizar uma perfeição inexistente, mas desenvolver a capacidade de compreender, aceitar e integrar as diferenças de maneira construtiva. A transformação da Fera ocorre justamente porque ela encontra alguém capaz de enxergar além da aparência e reconhecer seu potencial de mudança. Simbolicamente, a narrativa demonstra que os vínculos mais profundos surgem quando existe disposição para acolher a complexidade humana em toda a sua dimensão. *A Bela e a Fera* revela, portanto, que o amor genuíno não elimina as imperfeições, mas cria condições para que elas sejam reconhecidas, transformadas e integradas ao desenvolvimento emocional de cada indivíduo.

5 INDIVIDUAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO PSICOLÓGICA

A transformação da Fera pode ser compreendida como uma representação simbólica do processo de individuação descrito por Jung (2014). Na Psicologia Analítica, individuar-se significa integrar conteúdos inconscientes à consciência, aproximando-se progressivamente da totalidade psíquica representada pelo *self*. Esse processo não corresponde a uma simples mudança comportamental, mas a uma profunda reorganização da personalidade, na qual diferentes aspectos da psique deixam de permanecer fragmentados e passam a constituir uma unidade mais integrada. Sob essa perspectiva, *A Bela e a Fera* apresenta uma narrativa que simboliza a jornada humana em direção ao autoconhecimento, ao amadurecimento emocional e à construção de uma identidade mais autêntica.

No início da história, a Fera encontra-se aprisionada não apenas por sua aparência monstruosa, mas também por seus conflitos internos. Sua agressividade, seu isolamento e sua dificuldade de estabelecer

vínculos afetivos revelam uma personalidade marcada pela dissociação de importantes conteúdos psíquicos. Jung (2012) afirma que aquilo que permanece inconsciente tende a manifestar-se de forma desorganizada e muitas vezes destrutiva. Nesse sentido, a condição da Fera simboliza um estado psicológico no qual a sombra exerce forte influência sobre a consciência, dificultando o desenvolvimento de relações equilibradas consigo mesmo e com os outros. Sua aparência externa reflete simbolicamente essa desarmonia interior, evidenciando a distância existente entre sua essência e sua forma de se apresentar ao mundo.

Ao longo da narrativa, a Fera passa por mudanças significativas em seu comportamento e em sua maneira de se relacionar com os demais. Essas transformações não ocorrem por intervenção mágica isolada, mas porque a personagem gradualmente entra em contato com aspectos que haviam sido reprimidos, negados ou distorcidos. A convivência com Bela desempenha papel fundamental nesse processo, pois possibilita que qualidades como sensibilidade, generosidade, empatia e capacidade de afeto encontrem espaço para expressão consciente. Jung (2014) observa que o desenvolvimento psicológico depende da integração dos opostos presentes na personalidade. Assim, o crescimento da Fera não resulta da eliminação de seus conteúdos sombrios, mas da capacidade de reconhecê-los e transformá-los em elementos compatíveis com uma identidade mais equilibrada.

A transformação progressiva da personagem também evidencia que a individuação exige enfrentamento e responsabilidade pessoal. Não basta desejar a mudança; é necessário confrontar aspectos dolorosos da própria história e reconhecer conteúdos frequentemente rejeitados pela consciência. A Fera simboliza justamente esse processo de confronto interior. À medida que aprende a controlar impulsos destrutivos e a desenvolver formas mais maduras de relacionamento, sua personalidade torna-se menos condicionada pelos complexos e pelos conteúdos inconscientes que anteriormente dominavam seu comportamento. Esse movimento representa a passagem de um estado de fragmentação psíquica para uma condição de maior integração emocional e psicológica.

Von Franz (2002) destaca que muitos contos de fadas apresentam uma transformação final como símbolo da integração psicológica alcançada pelos protagonistas. Quando a Fera recupera sua forma humana, a narrativa sugere que aspectos anteriormente dissociados da personalidade foram finalmente reconciliados. A mudança exterior não constitui a verdadeira transformação, mas apenas a manifestação visível de um processo interno já concluído. O retorno à forma humana simboliza a recuperação de uma identidade mais autêntica, na qual os conteúdos da sombra deixam de atuar de forma inconsciente e passam a integrar a totalidade da personalidade. Dessa forma, o conto demonstra que a aparência externa modifica-se apenas quando a transformação interior já ocorreu.

A relação entre Bela e a Fera também contribui para compreender a individuação como um processo que frequentemente ocorre por meio dos relacionamentos. Jung (2013) ressalta que o encontro com o outro pode atuar como um espelho capaz de revelar aspectos desconhecidos da própria personalidade. A

convivência entre os protagonistas favorece o reconhecimento de conteúdos que precisavam emergir à consciência, promovendo crescimento em ambos. Enquanto a Fera desenvolve maior humanidade e equilíbrio emocional, Bela amplia sua capacidade de compreender a complexidade dos vínculos afetivos. O relacionamento torna-se, assim, um espaço de transformação mútua, no qual cada personagem contribui para o desenvolvimento psicológico do outro.

Nesse sentido, a história demonstra que o desenvolvimento psicológico exige o enfrentamento dos próprios conflitos e a disposição para dialogar com os conteúdos mais difíceis da personalidade. A verdadeira transformação ocorre quando o indivíduo deixa de lutar contra sua sombra e passa a integrá-la à sua identidade de forma consciente e responsável. *A Bela e a Fera* apresenta, portanto, uma poderosa metáfora do processo de individuação, evidenciando que a realização do *self* depende da coragem de reconhecer as próprias fragilidades, acolher as próprias contradições e transformar aquilo que inicialmente parece monstruoso em uma fonte de autoconhecimento, crescimento e realização pessoal.

6 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, bibliográfico e interpretativo, fundamentado nos pressupostos da Psicologia Analítica e da Psicanálise aplicada aos contos de fadas. Foram analisadas obras de Jung (2012; 2013; 2014), Von Franz (2002), Bettelheim (2013) e Zweig e Wolf (2000), cujas contribuições oferecem subsídios para a compreensão dos aspectos simbólicos presentes na narrativa.

A análise concentrou-se nos elementos relacionados ao arquétipo da sombra, ao processo de individuação, à transformação psicológica da personagem da Fera e aos significados afetivos associados ao relacionamento construído entre os protagonistas. Os dados foram interpretados por meio de categorias analíticas ligadas aos conceitos de sombra, integração psíquica, amor, desenvolvimento emocional e relações interpessoais.

7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados da análise evidenciam que *A Bela e a Fera* constitui uma narrativa profundamente relacionada ao arquétipo da sombra e aos processos de amadurecimento emocional. A pesquisa demonstrou que a Fera representa conteúdos reprimidos da personalidade, enquanto Bela simboliza a capacidade de estabelecer diálogo com essas dimensões ocultas.

Observou-se que a narrativa propõe uma compreensão mais ampla das relações afetivas, sugerindo que o amor se desenvolve a partir da aceitação da complexidade humana e não da busca por perfeição. A transformação da Fera evidencia que o crescimento psicológico depende do reconhecimento dos próprios conflitos e da integração dos aspectos anteriormente rejeitados.

Os resultados também indicam que o conto apresenta uma importante reflexão sobre as projeções psicológicas. A aparência monstruosa da Fera funciona como metáfora das características que os indivíduos costumam rejeitar em si mesmos, revelando a necessidade de confrontar conteúdos inconscientes para alcançar maior equilíbrio emocional.

Por fim, verificou-se que a narrativa descreve simbolicamente um processo de individuação, no qual a integração da sombra favorece o fortalecimento da personalidade e a construção de vínculos afetivos mais autênticos e maduros.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permitiu compreender que *A Bela e a Fera* ultrapassa os limites de uma simples história de amor, constituindo uma rica representação simbólica dos processos psicológicos relacionados à sombra, à individuação e ao desenvolvimento das relações afetivas. Sob a perspectiva da Psicologia Analítica, a narrativa revela que os conflitos centrais da história não se concentram apenas na aparência monstruosa da Fera ou no surgimento de um relacionamento amoroso, mas principalmente no processo de transformação interior vivenciado pelos personagens. O conto apresenta, de forma simbólica, os desafios envolvidos no reconhecimento de aspectos ocultos da personalidade e na busca por uma integração psicológica mais ampla. Dessa maneira, a história permanece significativa porque aborda questões universais relacionadas ao autoconhecimento, à aceitação de si mesmo e à construção de vínculos humanos mais profundos.

As contribuições de Jung (2012; 2013; 2014) permitem compreender que a figura da Fera simboliza conteúdos reprimidos da personalidade que necessitam ser reconhecidos e integrados para que ocorra o crescimento psicológico. Sua aparência monstruosa representa emoções, impulsos, fragilidades e conflitos que costumam ser rejeitados pela consciência. Ao longo da narrativa, observa-se que esses conteúdos não desaparecem quando são negados, mas continuam influenciando o comportamento e as relações interpessoais. A transformação da Fera evidencia justamente que o amadurecimento emocional depende da capacidade de reconhecer aquilo que foi excluído da consciência e integrá-lo de forma construtiva à personalidade. Nesse sentido, a narrativa confirma uma das ideias mais importantes da Psicologia Analítica: a totalidade psíquica somente pode ser alcançada quando o indivíduo estabelece diálogo com sua própria sombra.

As reflexões de Von Franz (2002) ampliam essa compreensão ao demonstrar que os contos de fadas descrevem processos de individuação por meio de imagens simbólicas acessíveis à imaginação. Em *A Bela e a Fera*, a mudança da personagem principal não ocorre de maneira instantânea ou exclusivamente por influência de forças externas. Trata-se de um processo gradual de conscientização que envolve a transformação da agressividade, do isolamento e do medo em capacidades mais maduras de

relacionamento. O retorno da Fera à forma humana simboliza a integração de conteúdos anteriormente dissociados da personalidade, indicando que a verdadeira transformação não se manifesta apenas exteriormente, mas resulta de uma reorganização interna já consolidada. Assim, a narrativa ilustra simbolicamente a passagem da fragmentação para a integração psicológica.

Bettelheim (2013) contribui para essa interpretação ao afirmar que os contos de fadas possibilitam o contato simbólico com conflitos emocionais difíceis de serem elaborados pela consciência. A presença da Fera oferece ao leitor uma representação concreta dos medos, inseguranças e impulsos que fazem parte da experiência humana. Ao mesmo tempo, a figura de Bela demonstra a importância da empatia, da compreensão e da capacidade de enxergar além das aparências. A relação estabelecida entre os protagonistas sugere que o desenvolvimento emocional ocorre quando o indivíduo se dispõe a reconhecer a complexidade presente em si mesmo e nos outros. Dessa forma, o conto ensina que o crescimento psicológico não exige a eliminação dos conflitos, mas a capacidade de compreendê-los e transformá-los.

As contribuições de Zweig e Wolf (2000) também se revelam fundamentais para a compreensão da narrativa. Os autores destacam que a sombra frequentemente se manifesta através das projeções, levando os indivíduos a atribuírem aos outros características que não conseguem reconhecer em si mesmos.

Em *A Bela e a Fera*, esse mecanismo aparece simbolicamente na forma como a monstruosidade da Fera desperta temor e rejeição. Entretanto, à medida que Bela supera as aparências e passa a conhecer sua verdadeira natureza, torna-se possível perceber que aquilo que parecia ameaçador também continha potencialidades positivas. Essa dinâmica sugere que o reconhecimento da sombra constitui não apenas um desafio psicológico, mas também uma oportunidade de crescimento, expansão da consciência e desenvolvimento da maturidade emocional.

Conclui-se, portanto, que o conto permanece atual porque expressa conflitos universais relacionados ao amor, ao autoconhecimento e à aceitação da própria complexidade humana. A história demonstra que a construção de vínculos afetivos saudáveis depende da capacidade de reconhecer as imperfeições, acolher as fragilidades e integrar diferentes dimensões da personalidade. O amor verdadeiro não surge da idealização ou da busca pela perfeição, mas da disposição para compreender e aceitar a humanidade presente em si mesmo e no outro. Nesse sentido, a relação entre Bela e a Fera representa um modelo simbólico de transformação mútua, no qual cada personagem contribui para o crescimento psicológico do outro.

Assim, *A Bela e a Fera* revela-se uma poderosa metáfora da jornada humana em direção à totalidade psíquica e à realização do *self*. A narrativa demonstra que aquilo que inicialmente parece assustador ou indesejável pode conter importantes possibilidades de transformação, autoconhecimento e amadurecimento. O encontro com a sombra deixa de ser compreendido como uma ameaça e passa a representar um caminho necessário para a integração da personalidade. Dessa forma, o conto reafirma a

importância dos processos de individuação e evidencia que a verdadeira realização humana depende da coragem de reconhecer, acolher e transformar os aspectos mais profundos da própria psique.

REFERÊNCIAS

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

JUNG, Carl Gustav. A energodinâmica da psique. In: JUNG, Carl Gustav. **Obras completas de C. G. Jung**. v. 8/1. Petrópolis: Vozes, 2013.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. (Obras completas de C. G. Jung, v. 9/1).

JUNG, Carl Gustav. **A natureza da psique**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. (Obras completas de C. G. Jung, v. 8/2).

VON FRANZ, Marie-Louise. **A individuação nos contos de fadas**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2002.

ZWEIG, Connie; WOLF, Jeremiah. **O lado sombra do eu a luz dos nossos defeitos**: como aceitar o lado sombrio da personalidade. São Paulo: Cultrix, 2000.

"A BELA ADORMECIDA" E O ARQUÉTIPO DO DESPERTAR PSÍQUICO: MATURIDADE EMOCIONAL E DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE

"SLEEPING BEAUTY" AND THE ARCHETYPE OF PSYCHIC AWAKENING: EMOTIONAL MATURITY AND PERSONALITY DEVELOPMENT

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-027>

Marcelly Mesquita

Dra.em Psicanálise, Paranaguá, Paraná, Brasil
E-mail: psicanalistemarcellymesquita@gmail.com

Resumo

O conto de fadas *A Bela Adormecida* constitui uma das narrativas mais emblemáticas da tradição ocidental, apresentando uma rica simbologia relacionada ao desenvolvimento psicológico humano. Sob a perspectiva da Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung, a história pode ser compreendida como uma representação do processo de amadurecimento emocional e do despertar da consciência. O longo período de sono da protagonista simboliza uma fase de suspensão psíquica necessária à transformação interior, enquanto o despertar representa a passagem para um estágio mais elevado de desenvolvimento da personalidade. A partir das contribuições de Jung (2008), Bettelheim (1980), Corso e Corso (2006) e Von Franz (1992, 2005, 2010), este artigo analisa os significados simbólicos do sono, do despertar e dos arquétipos presentes na narrativa. Conclui-se que *A Bela Adormecida* expressa simbolicamente o processo de individuação e a transição para a maturidade emocional, revelando aspectos fundamentais do desenvolvimento humano.

Palavras-chave: A Bela Adormecida; Arquétipos; Individuação; Maturidade Emocional; Psicologia Analítica.

Abstract

The fairy tale *Sleeping Beauty* is one of the most emblematic narratives of the Western tradition, presenting a rich symbolism related to human psychological development. From the perspective of Carl Gustav Jung's Analytical Psychology, the story can be understood as a representation of the process of emotional maturation and the awakening of consciousness. The protagonist's long period of sleep symbolizes a phase of psychic suspension necessary for inner transformation, while her awakening represents the transition to a higher stage of personality development. Drawing on the contributions of Jung (2008), Bettelheim (1980), Corso and Corso (2006), and Von Franz (1992, 2005, 2010), this article analyzes the symbolic meanings of sleep, awakening, and the archetypes present in the narrative. It is concluded that *Sleeping Beauty*

symbolically expresses the process of individuation and the transition toward emotional maturity, revealing fundamental aspects of human development.

Keywords: Analytical Psychology; Archetypes; Emotional Maturity; Individuation; Sleeping Beauty.

1 INTRODUÇÃO

Os contos de fadas constituem um dos mais importantes patrimônios simbólicos da humanidade, preservando, por meio de narrativas imagéticas, representações dos conflitos fundamentais da existência humana. Muito além de histórias destinadas ao entretenimento infantil, essas narrativas expressam conteúdos psicológicos universais que atravessam diferentes culturas e épocas, possibilitando a compreensão de processos relacionados ao desenvolvimento emocional, à constituição da identidade e às transformações da personalidade. Nesse sentido, a permanência dos contos de fadas ao longo da história evidencia sua capacidade de representar, simbolicamente, experiências psíquicas compartilhadas por toda a humanidade.

Entre essas narrativas, *A Bela Adormecida* ocupa lugar de destaque por apresentar uma trama centrada em símbolos como o sono, o tempo, a espera, o isolamento, a floresta e o despertar. Embora frequentemente interpretada sob uma perspectiva romântica, em que o beijo do príncipe representa o elemento central da história, a narrativa revela uma estrutura simbólica muito mais complexa quando analisada à luz da Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung. Sob essa perspectiva, cada personagem, acontecimento e cenário pode ser compreendido como manifestação de arquétipos do inconsciente coletivo, refletindo movimentos internos do desenvolvimento psicológico e do processo de individuação.

Na teoria junguiana, os contos de fadas constituem expressões privilegiadas da dinâmica da psique, pois apresentam os arquétipos em sua forma mais pura, desprovidos das particularidades históricas e culturais presentes em outros tipos de narrativas. Jung (2008) afirma que essas histórias representam imagens simbólicas produzidas pelo inconsciente coletivo, permitindo visualizar processos universais relacionados ao amadurecimento da personalidade. Complementando essa perspectiva, Von Franz (1992; 2005; 2010) demonstra que os contos de fadas descrevem, por meio de imagens simbólicas, os movimentos fundamentais da individuação, oferecendo importantes contribuições para a compreensão do desenvolvimento humano.

Sob essa ótica, o longo período de sono vivido pela protagonista deixa de representar apenas um acontecimento fantástico decorrente de uma maldição para assumir o significado de uma profunda metáfora do amadurecimento psíquico. O recolhimento, a suspensão da vida consciente e o isolamento do castelo simbolizam processos internos de reorganização emocional, durante os quais conteúdos inconscientes amadurecem antes de emergirem à consciência. O despertar, por sua vez, representa a integração desses

conteúdos e a passagem para um novo estágio de desenvolvimento da personalidade, caracterizado por maior autonomia, consciência e equilíbrio psíquico.

Essa interpretação aproxima-se das contribuições de Bettelheim (1980), que compreende os contos de fadas como instrumentos simbólicos capazes de auxiliar na elaboração dos conflitos emocionais próprios do desenvolvimento humano. Da mesma forma, Corso e Corso (2006) destacam que essas narrativas oferecem representações metafóricas das crises de crescimento, permitindo que questões relacionadas à identidade, à autonomia e ao amadurecimento sejam simbolicamente elaboradas. Assim, *A Bela Adormecida* pode ser entendida como uma narrativa que representa o percurso psicológico de construção da identidade, evidenciando que o desenvolvimento da personalidade não ocorre de maneira imediata, mas exige tempo, elaboração interna e integração das experiências vividas.

Apesar da ampla difusão do conto na literatura, no cinema e na cultura popular, observa-se que grande parte das interpretações permanece concentrada em aspectos narrativos, históricos ou literários, dedicando menor atenção à riqueza simbólica de seus elementos psicológicos. Essa lacuna reforça a relevância de estudos que analisem a narrativa sob a perspectiva da Psicologia Analítica, ampliando a compreensão dos significados atribuídos aos arquétipos presentes na história e de sua relação com o amadurecimento emocional e o desenvolvimento da personalidade.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar os símbolos presentes em *A Bela Adormecida*, especialmente o sono, o despertar, a floresta e os arquétipos que estruturam a narrativa, interpretando-os à luz da Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung. Busca-se compreender de que maneira esses elementos representam o processo de individuação e contribuem para a compreensão do amadurecimento emocional e da constituição da personalidade.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, fundamentada nas contribuições de Jung (2008), Bettelheim (1980), Corso e Corso (2006) e Von Franz (1992, 2005, 2010). A análise adota uma abordagem interpretativa, voltada para a compreensão dos significados simbólicos presentes na narrativa, considerando os contos de fadas como expressões privilegiadas dos processos psíquicos e dos movimentos universais do desenvolvimento humano.

2 O SIMBOLISMO DO SONO NA PERSPECTIVA PSICOLÓGICA

Um dos elementos centrais de *A Bela Adormecida* é o longo período de sono vivido pela protagonista. Em uma leitura literal, esse acontecimento resulta da maldição lançada por uma fada ressentida. Entretanto, sob a perspectiva psicológica, o sono adquire um significado muito mais profundo, tornando-se uma representação simbólica dos processos de transformação interior que antecedem importantes mudanças no desenvolvimento humano. Bettelheim (1980) argumenta que os contos de fadas frequentemente utilizam imagens de espera, isolamento e suspensão para representar fases de

amadurecimento que ocorrem longe do olhar externo. Assim, o sono da princesa não simboliza passividade ou estagnação, mas um período necessário para o crescimento psicológico.

Segundo Bettelheim (1980), a adolescência é uma fase marcada por intensas transformações emocionais, cognitivas e afetivas. Durante esse processo, muitos jovens apresentam momentos de introspecção, afastamento temporário das atividades sociais e aparente desinteresse pelo mundo exterior. Embora esses comportamentos possam ser interpretados como imobilidade, eles refletem, na realidade, uma intensa atividade psíquica. O sono da protagonista representa exatamente essa etapa de desenvolvimento interno, durante a qual aspectos importantes da personalidade estão sendo reorganizados e preparados para uma nova fase da vida.

Corso e Corso (2006) também observam que os períodos de recolhimento emocional fazem parte do processo de construção da identidade. Em muitos momentos do desenvolvimento humano, torna-se necessário interromper temporariamente o ritmo das exigências externas para possibilitar a elaboração de conflitos internos. Sob essa perspectiva, o castelo adormecido simboliza um espaço protegido de transformação, no qual a protagonista permanece afastada do mundo até que esteja psicologicamente preparada para despertar. O sono representa, portanto, uma espera simbólica, necessária para que novas capacidades emocionais e psicológicas possam emergir.

Do ponto de vista da Psicologia Analítica, esse estado de suspensão pode ser compreendido como um momento de contato com dimensões profundas da psique. Jung (2008) destaca que o desenvolvimento da personalidade não ocorre apenas por meio de experiências conscientes, mas também através de processos inconscientes que necessitam de tempo para serem integrados. Nesse sentido, o longo sono de *A Bela Adormecida* simboliza uma fase de gestação psicológica, durante a qual conteúdos internos amadurecem até que possam tornar-se conscientes. O despertar que ocorre ao final da narrativa representa justamente a conclusão desse processo e a emergência de uma nova forma de consciência.

Dessa forma, o sono da protagonista constitui uma poderosa metáfora do amadurecimento emocional e do desenvolvimento da personalidade. Mais do que um encantamento ou uma punição, ele representa um período de transformação interior indispensável para a passagem a uma nova etapa da vida. A narrativa sugere que determinadas mudanças psicológicas exigem tempo, silêncio e elaboração interna, revelando que o crescimento humano não acontece de maneira imediata. Assim, *A Bela Adormecida* transforma o sono em símbolo de desenvolvimento, preparação e renovação, expressando de forma poética e simbólica os processos que acompanham a construção da identidade e o despertar da consciência.

3 O ARQUÉTIPO DO DESPERTAR PSÍQUICO

Na Psicologia Analítica, o despertar está intimamente relacionado à ampliação da consciência e ao desenvolvimento da personalidade. Jung (2008) afirma que o crescimento psicológico ocorre quando

conteúdos anteriormente inconscientes tornam-se gradualmente conscientes, permitindo ao indivíduo alcançar níveis mais profundos de autoconhecimento e integração interior. Esse processo não acontece de maneira imediata, mas resulta de um movimento contínuo de transformação que envolve o reconhecimento de aspectos ocultos da própria psique. Nesse sentido, o despertar simboliza a passagem para uma nova forma de compreender a si mesmo e a realidade.

Em *A Bela Adormecida*, o despertar representa muito mais do que o fim de uma maldição. A princesa não retorna simplesmente à condição anterior ao sono; ela desperta transformada, preparada para ingressar em uma nova etapa de sua existência. O período de sono simboliza um tempo de maturação interna, enquanto o despertar marca a conclusão desse processo. Trata-se de uma metáfora do desenvolvimento psicológico, no qual mudanças profundas ocorrem silenciosamente até que possam manifestar-se de forma consciente. A personagem emerge de seu estado de suspensão com novas possibilidades de atuação no mundo, simbolizando a passagem da potencialidade à realização.

Segundo Von Franz (2005), muitas narrativas tradicionais apresentam momentos semelhantes, nos quais os protagonistas passam por fases de espera, isolamento ou aparente estagnação antes de alcançarem maior maturidade. Essas etapas representam períodos de elaboração psíquica necessários para que ocorram transformações significativas. O despertar simboliza, portanto, a conclusão de um ciclo de amadurecimento. A mudança não acontece apenas no plano externo, mas principalmente no interior do personagem, que retorna ao mundo com uma consciência ampliada e uma identidade mais integrada.

Sob a perspectiva junguiana, esse processo pode ser compreendido como uma etapa do caminho da individuação. Durante o sono, aspectos da personalidade permanecem em desenvolvimento, aguardando o momento adequado para emergirem. O despertar representa a integração de conteúdos que estavam latentes na psique, permitindo o surgimento de uma nova configuração da personalidade. Dessa forma, o conto sugere que o desenvolvimento humano exige períodos de recolhimento, elaboração e transformação antes que mudanças significativas possam manifestar-se plenamente na consciência.

Assim, o despertar de *A Bela Adormecida* constitui uma poderosa metáfora do crescimento psicológico e da maturidade emocional. Longe de representar apenas um acontecimento mágico ou romântico, ele simboliza o momento em que o indivíduo alcança maior compreensão de si mesmo e torna-se capaz de iniciar uma nova etapa de sua jornada. Ao retratar simbolicamente esse processo, a narrativa revela que todo desenvolvimento humano envolve períodos de preparação interior seguidos por momentos de renovação e ampliação da consciência, tornando o despertar um dos símbolos mais significativos da transformação psíquica.

4 A FLORESTA E O ISOLAMENTO COMO ESPAÇOS DE TRANSFORMAÇÃO

Outro símbolo de grande relevância em *A Bela Adormecida* é a floresta que cresce ao redor do castelo durante os anos de sono da protagonista. Na perspectiva da Psicologia Analítica, a floresta é frequentemente associada ao inconsciente e aos territórios desconhecidos da psique. Von Franz (1992) observa que esse espaço aparece repetidamente nos contos de fadas como um cenário de transição e transformação, no qual os personagens entram em contato com aspectos ocultos de si mesmos. Por representar aquilo que ainda não foi explorado pela consciência, a floresta assume a função simbólica de um espaço interior onde ocorrem processos fundamentais de crescimento psicológico.

O crescimento gradual da vegetação ao redor do castelo não deve ser compreendido apenas como um elemento fantástico da narrativa. Simbolicamente, ele representa o afastamento da protagonista em relação ao mundo exterior e a criação de um ambiente protegido para que ocorra uma transformação interna. Durante determinadas fases da vida, especialmente nos períodos de crise, mudança ou amadurecimento, o indivíduo tende a direcionar grande parte de sua energia para processos internos de reflexão e reorganização emocional. Nesse sentido, a floresta funciona como uma barreira simbólica que separa temporariamente a personagem das influências externas, permitindo que seu desenvolvimento aconteça de maneira natural.

Segundo Von Franz (2005), muitos contos de fadas apresentam situações nas quais os protagonistas precisam atravessar períodos de isolamento antes de alcançarem uma condição mais elevada de consciência. Esse afastamento não simboliza ruptura definitiva com o mundo, mas uma etapa necessária de preparação. O castelo adormecido representa uma personalidade ainda em processo de formação, enquanto a floresta expressa os mecanismos de proteção que cercam esse desenvolvimento. A narrativa sugere que certas transformações psicológicas exigem tempo e não podem ser apressadas por intervenções externas.

Sob a perspectiva junguiana, o isolamento pode ser interpretado como um movimento de retorno ao mundo interior. Jung (2008) afirma que o processo de desenvolvimento da personalidade envolve momentos em que a atenção se volta para conteúdos inconscientes que precisam ser integrados à consciência. Durante esse percurso, o sujeito afasta-se temporariamente de determinadas exigências externas para concentrar-se em processos internos de autoconhecimento. Assim, a floresta que envolve o castelo simboliza o espaço psíquico onde ocorre essa elaboração silenciosa, preparando a protagonista para uma nova etapa de sua existência.

Dessa forma, a floresta e o castelo adormecido constituem símbolos complementares de transformação psicológica. Enquanto o castelo representa a personalidade em processo de amadurecimento, a floresta simboliza o tempo, o recolhimento e a proteção necessários para que esse desenvolvimento ocorra plenamente. A narrativa revela que o crescimento humano não acontece apenas por meio da ação e do movimento, mas também através de períodos de espera, introspecção e elaboração interior. Assim, *A Bela Adormecida* transforma a floresta em uma metáfora do inconsciente e do processo de maturação da

personalidade, destacando a importância dos momentos de recolhimento na construção da identidade e da consciência.

5 INDIVIDUAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE

O conceito de individuação ocupa posição central na teoria de Carl Gustav Jung e refere-se ao processo pelo qual o indivíduo se torna aquilo que potencialmente é. Segundo Jung (2008), a individuação não representa apenas o amadurecimento psicológico decorrente da passagem do tempo, mas um movimento contínuo de integração entre conteúdos conscientes e inconscientes da personalidade. Trata-se de um percurso de autoconhecimento no qual o sujeito reconhece diferentes aspectos de si mesmo, aprende a lidar com conflitos internos e desenvolve uma identidade mais autêntica e equilibrada. Nesse sentido, a individuação corresponde a uma busca pela totalidade psíquica, na qual diferentes dimensões da personalidade são progressivamente integradas.

Para Von Franz (2005), os contos de fadas constituem uma das representações simbólicas mais claras desse processo. Em muitas narrativas, os protagonistas iniciam sua trajetória em condições de fragilidade, imaturidade ou incompletude e, ao longo da história, passam por experiências que promovem crescimento e transformação. Essas jornadas não descrevem apenas aventuras externas, mas refletem movimentos internos da psique humana. Os desafios, os obstáculos e as conquistas vividos pelos personagens simbolizam etapas do desenvolvimento psicológico que acompanham a construção da identidade e a busca por maior equilíbrio interior.

Em *A Bela Adormecida*, esse percurso manifesta-se de forma particularmente significativa. A protagonista inicia sua história como uma figura marcada pela potencialidade ainda não desenvolvida. O longo período de sono representa uma fase de preparação e amadurecimento interior, durante a qual aspectos importantes da personalidade permanecem em estado latente. Embora externamente nada pareça acontecer, simbolicamente ocorre um intenso processo de transformação. O despertar que sucede esse período representa o surgimento de uma nova condição psicológica, caracterizada por maior integração, maturidade e consciência.

A narrativa sugere que o desenvolvimento humano não depende exclusivamente da ação constante ou da experiência imediata. Muitas transformações fundamentais ocorrem em momentos de espera, reflexão e elaboração interior. Jung (2008) destaca que o crescimento psicológico exige tempo para que conteúdos inconscientes possam ser assimilados e integrados à consciência. Dessa forma, o sono da protagonista simboliza uma etapa necessária do processo de individuação, na qual a personalidade se reorganiza silenciosamente antes de alcançar uma nova forma de expressão. O despertar representa justamente a conclusão desse processo e a emergência de uma identidade mais desenvolvida.

Sob essa perspectiva, *A Bela Adormecida* pode ser compreendida como uma metáfora do desenvolvimento da personalidade ao longo da vida. O amadurecimento não resulta apenas da passagem do tempo, mas da integração progressiva de experiências, emoções, conflitos e conteúdos inconscientes. O despertar final simboliza a ampliação da consciência e a conquista de um novo nível de desenvolvimento psicológico. Assim, o conto expressa de forma simbólica a jornada de individuação descrita por Jung, revelando que o crescimento humano envolve processos internos de transformação que conduzem o indivíduo à realização de seu potencial e à construção de uma personalidade mais plena e integrada.

6 OS ARQUÉTIPOS PRESENTES NA NARRATIVA

A narrativa de *A Bela Adormecida* apresenta diversos arquétipos descritos por Carl Gustav Jung, constituindo uma rica representação simbólica dos processos de desenvolvimento da personalidade. Segundo Jung (2008), os arquétipos são estruturas universais do inconsciente coletivo que se manifestam por meio de imagens, personagens e acontecimentos recorrentes em mitos, lendas e contos de fadas. Na história, cada personagem desempenha uma função simbólica específica, representando aspectos fundamentais da psique humana e do processo de amadurecimento psicológico.

A própria princesa pode ser compreendida como uma representação do potencial psíquico em desenvolvimento. No início da narrativa, ela simboliza possibilidades ainda não plenamente realizadas, uma personalidade que se encontra em processo de formação e amadurecimento. Seu longo período de sono expressa simbolicamente uma fase de preparação interior, durante a qual determinadas capacidades emocionais e psicológicas permanecem latentes. Sob essa perspectiva, a protagonista não representa apenas uma jovem adormecida, mas a própria personalidade em processo de desenvolvimento, aguardando o momento adequado para alcançar uma forma mais integrada de existência.

Em contraste com essa figura, a fada maligna assume a função simbólica da sombra, arquétipo que Jung (2008) define como o conjunto de aspectos rejeitados, reprimidos ou não reconhecidos da personalidade. Sua presença na narrativa lembra que o desenvolvimento psicológico não ocorre apenas por meio de elementos positivos, mas também através do confronto com conteúdos difíceis e conflitivos. A maldição lançada sobre a princesa pode ser interpretada como a irrupção dessas forças inconscientes na vida psíquica, evidenciando que o amadurecimento exige o reconhecimento e a integração de aspectos que frequentemente permanecem ocultos à consciência.

Por outro lado, as fadas protetoras representam dimensões construtivas da psique. Elas simbolizam recursos internos relacionados ao cuidado, à proteção, à criatividade e ao desenvolvimento psicológico. Sua atuação demonstra que o crescimento humano não depende apenas do enfrentamento dos conflitos, mas também da presença de forças psíquicas capazes de oferecer apoio e orientação. Em muitos contos de fadas, essas figuras desempenham o papel de mediadoras do processo de transformação, auxiliando os

protagonistas em momentos decisivos de suas jornadas. Em *A Bela Adormecida*, elas representam aspectos da personalidade que favorecem o amadurecimento e a realização do potencial humano.

O príncipe, por sua vez, não deve ser interpretado apenas como uma figura romântica responsável pelo desfecho da história. Segundo Von Franz (2010), personagens masculinos presentes nos contos de fadas frequentemente simbolizam forças de ação, consciência, discriminação e transformação. Nesse sentido, sua chegada ao castelo representa a emergência de uma energia psíquica capaz de romper o estado de estagnação e promover a passagem para uma nova etapa do desenvolvimento. O encontro entre o príncipe e a princesa simboliza a integração de elementos necessários para a ampliação da consciência e para o avanço do processo de individuação.

Por fim, o despertar da protagonista pode ser associado ao Self, arquétipo que Jung (2008) descreve como o centro organizador da personalidade e símbolo da totalidade psíquica. O despertar não representa apenas o fim do encantamento, mas a culminância de um processo de transformação interior. Após o longo período de preparação, a personalidade alcança um novo nível de integração e desenvolvimento. Dessa forma, os personagens e acontecimentos presentes em *A Bela Adormecida* refletem simbolicamente os movimentos fundamentais da psique humana, transformando o conto em uma metáfora do amadurecimento emocional, da construção da identidade e da busca pela realização plena da personalidade.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise realizada demonstra que *A Bela Adormecida* constitui uma representação simbólica dos processos de maturidade emocional e desenvolvimento da personalidade. Os resultados evidenciam que o sono da protagonista não simboliza passividade ou simples interrupção da vida, mas um período de transformação interior necessário para o amadurecimento psicológico. Sob a perspectiva da Psicologia Analítica, a imobilidade aparente da princesa esconde um intenso movimento interno de reorganização psíquica, revelando que determinadas mudanças fundamentais da personalidade ocorrem de forma silenciosa e gradual. O conto sugere que o desenvolvimento humano exige momentos de pausa e recolhimento, nos quais aspectos importantes da identidade podem amadurecer antes de se manifestarem plenamente na consciência.

As interpretações de Bettelheim (1980) reforçam a compreensão do sono como uma metáfora da adolescência e das mudanças emocionais características dessa etapa da vida. O autor destaca que, durante o desenvolvimento, é comum que jovens passem por períodos de introspecção, afastamento temporário do mundo exterior e intensa atividade psicológica interna. Embora tais momentos possam ser percebidos como passividade, eles representam fases importantes de elaboração emocional. Em *A Bela Adormecida*, o sono simboliza justamente esse tempo de preparação, durante o qual a protagonista desenvolve recursos internos necessários para ingressar em uma nova fase da existência.

As reflexões de Corso e Corso (2006) ampliam essa compreensão ao destacar que os contos de fadas oferecem representações simbólicas dos conflitos envolvidos na construção da identidade. Por meio da fantasia, temas complexos relacionados ao crescimento, à autonomia e ao amadurecimento tornam-se acessíveis ao leitor. Nesse sentido, a experiência vivida pela princesa pode ser compreendida como uma metáfora dos processos psicológicos que acompanham a passagem entre diferentes etapas da vida. O conto demonstra que a formação da identidade não ocorre de forma imediata, mas exige tempo para que novas formas de perceber a si mesmo e ao mundo possam ser construídas.

As contribuições de Jung (2008) e Von Franz (2005; 2010) permitem interpretar a narrativa como uma representação simbólica do processo de individuação. O isolamento do castelo, a floresta que o circunda, o longo período de sono e o despertar final constituem etapas de um percurso psicológico voltado à integração da personalidade. A floresta simboliza o inconsciente e os territórios desconhecidos da psique; o castelo representa a personalidade em desenvolvimento; enquanto o despertar expressa a ampliação da consciência e a emergência de uma identidade mais integrada. Dessa forma, cada elemento da narrativa participa da construção de uma metáfora sobre os movimentos fundamentais do desenvolvimento psicológico.

Outro aspecto relevante identificado nos resultados refere-se à presença dos arquétipos junguianos ao longo da narrativa. A princesa representa o potencial humano ainda em processo de realização; a fada maligna expressa conteúdos associados à sombra; as fadas benéficas simbolizam forças protetoras e criativas presentes na psique; e o príncipe representa a energia transformadora capaz de promover a passagem para um novo estágio de consciência. O encontro entre essas personagens reflete simbolicamente os conflitos e recursos internos que participam da construção da identidade e do amadurecimento emocional.

Os resultados também indicam que a narrativa ultrapassa a interpretação tradicional centrada na figura do príncipe ou no ideal romântico. Sob uma leitura psicológica, o elemento central da história não é o romance, mas o processo de transformação vivido pela protagonista. O despertar não representa apenas o encerramento de um encantamento, mas a conclusão de uma etapa de desenvolvimento interior. A princesa emerge de seu longo sono preparada para uma nova condição existencial, simbolizando a conquista de maior maturidade emocional e integração da personalidade.

Por fim, a análise evidencia que *A Bela Adormecida* permanece atual porque aborda questões universais relacionadas ao crescimento humano. O conto demonstra que o desenvolvimento psicológico envolve períodos de espera, introspecção, transformação e renovação. Ao representar simbolicamente esses processos, a narrativa oferece uma reflexão profunda sobre a construção da identidade e sobre os caminhos que conduzem à ampliação da consciência. Dessa forma, confirma-se sua relevância como uma das mais

ricas expressões simbólicas dos processos de maturidade emocional, individuação e desenvolvimento da personalidade.

8 CONCLUSÃO

A análise de *A Bela Adormecida* permitiu compreender que a narrativa ultrapassa a dimensão de uma simples história romântica e constitui uma profunda metáfora do desenvolvimento humano. Sob a perspectiva da Psicologia Analítica, o conto representa simbolicamente os processos de transformação interior que acompanham o amadurecimento emocional e a construção da personalidade. A trajetória da protagonista evidencia que o crescimento psicológico nem sempre ocorre por meio da ação imediata, mas frequentemente exige períodos de espera, recolhimento e elaboração interna. Dessa forma, a narrativa revela que determinadas mudanças fundamentais da vida psíquica dependem de tempo e maturação para que possam se consolidar de maneira plena.

Os símbolos presentes na história revelam aspectos centrais da teoria junguiana, especialmente os conceitos de arquétipo, inconsciente coletivo e individuação. O longo sono da protagonista representa um período de desenvolvimento interno e preparação psicológica; a floresta que envolve o castelo simboliza o inconsciente e os territórios ainda não explorados da psique; enquanto o despertar final marca a ampliação da consciência e o surgimento de uma personalidade mais madura e integrada. Esses elementos demonstram que os acontecimentos narrados não devem ser interpretados apenas em seu sentido literal, mas como expressões simbólicas dos movimentos fundamentais do desenvolvimento psicológico.

As contribuições de Bettelheim (1980) permitiram compreender o sono como uma metáfora da adolescência e dos processos emocionais que caracterizam essa etapa da vida. O período de recolhimento vivido pela princesa simboliza momentos de introspecção necessários para a reorganização da personalidade e para a construção de novos modos de compreender a si mesma e o mundo. Por sua vez, Corso e Corso (2006) destacam que os contos de fadas possibilitam a representação simbólica de conflitos relacionados à identidade, à autonomia e ao amadurecimento, oferecendo recursos para a elaboração de experiências emocionais complexas.

As interpretações de Jung (2008) e Von Franz (1992, 2005, 2010) reforçam a compreensão da narrativa como uma representação do processo de individuação. A protagonista percorre um caminho simbólico que a conduz de uma condição de potencialidade e inconsciência para uma posição de maior integração psicológica. O despertar não simboliza apenas o fim de um encantamento, mas a conclusão de um processo de transformação interior que possibilita o surgimento de uma nova identidade. Nesse sentido, a narrativa demonstra que o desenvolvimento humano envolve a integração gradual de conteúdos conscientes e inconscientes da personalidade.

Outro aspecto relevante refere-se à presença dos arquétipos ao longo de toda a história. A princesa representa o potencial humano em desenvolvimento; a fada maligna expressa conteúdos associados à sombra; as fadas protetoras simbolizam forças de cuidado e crescimento; e o príncipe representa a energia transformadora capaz de impulsionar a ampliação da consciência. A interação entre essas personagens evidencia que os contos de fadas funcionam como representações simbólicas das forças psíquicas que participam da construção da identidade e do amadurecimento emocional.

Conclui-se que *A Bela Adormecida* permanece atual porque aborda questões universais relacionadas ao crescimento, à identidade, à maturidade emocional e à transformação psicológica. Por meio da linguagem simbólica dos contos de fadas, a narrativa oferece reflexões profundas sobre os processos de desenvolvimento humano, demonstrando que o amadurecimento exige tempo, elaboração e integração das experiências vividas. Mais do que uma história sobre encantamento e despertar, o conto constitui uma metáfora da jornada humana em direção ao autoconhecimento, à ampliação da consciência e à realização plena da personalidade.

AGRADECIMENTOS

Expresso minha sincera gratidão à minha família, meu núcleo, cuja presença, apoio e incentivo foram fundamentais durante toda a trajetória de elaboração deste trabalho. Nos momentos de desafios, foram a compreensão, o carinho e a confiança de vocês que me fortaleceram e me motivaram a seguir em frente. Agradeço por compreenderem as ausências, respeitarem o tempo dedicado à pesquisa e celebrarem cada conquista ao meu lado. O amor, o apoio incondicional e os valores que compartilham comigo constituem a base sobre a qual construo minha trajetória pessoal e acadêmica.

Maikon, Ana, Monet e Signy, este trabalho também pertence a vocês, que, de diferentes maneiras, contribuíram para que este objetivo fosse alcançado. Recebam minha gratidão, admiração e amor.

REFERÊNCIAS

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CORSO, Diana Lichtenstein; CORSO, Mário. **Fadas no divã: a psicanálise nas histórias infantis**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FRANZ, Marie-Louise von. **A individuação nos contos de fadas**. São Paulo: Paulus, 2005.

JUNG, Carl Gustav. **O homem e seus símbolos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

VON FRANZ, Marie-Louise. **A sombra e o mal nos contos de fadas**. São Paulo: Paulus, 1992.

VON FRANZ, Marie-Louise. **O feminino nos contos de fadas**. São Paulo: Paulus, 2010.

OS CONTOS DE FADAS COMO EXPRESSÃO DO INCONSCIENTE COLETIVO: UMA INTERPRETAÇÃO JUNGUIANA

FAIRY TALES AS EXPRESSIONS OF THE COLLECTIVE UNCONSCIOUS: A JUNGIAN INTERPRETATION

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-028>

Marcelly Mesquita

Profa. Dra.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7595965934736130>

Resumo

Os contos de fadas constituem narrativas simbólicas que atravessam gerações e culturas, preservando imagens e estruturas recorrentes que refletem aspectos universais da experiência humana. Sob a perspectiva da Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung, essas narrativas podem ser compreendidas como manifestações do inconsciente coletivo, expressando arquétipos que organizam a vida psíquica e favorecem processos de desenvolvimento psicológico. Nesse contexto, personagens como heróis, reis, rainhas, bruxas, dragões e velhos sábios representam forças psíquicas presentes na constituição da personalidade. O presente artigo tem como objetivo analisar os contos de fadas como expressões do inconsciente coletivo a partir de uma interpretação junguiana, discutindo os conceitos de arquétipo, individuação e simbolismo. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e fundamenta-se principalmente nas contribuições de Jung, Bettelheim e Marie-Louise von Franz. Conclui-se que os contos de fadas desempenham importante função psicológica ao representar simbolicamente conflitos, desafios e possibilidades de transformação que acompanham o desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Arquétipos; Contos de fadas; Inconsciente coletivo; Individuação; Psicologia Analítica.

Abstract

Fairy tales are symbolic narratives that transcend generations and cultures, preserving recurring images and structures that reflect universal aspects of human experience. From the perspective of Carl Gustav Jung's Analytical Psychology, these narratives can be understood as manifestations of the collective unconscious, expressing archetypes that organize psychic life and foster processes of psychological development. In this context, characters such as heroes, kings, queens, witches, dragons, and wise elders represent psychic forces involved in the formation of personality. This article aims to analyze fairy tales as expressions of the collective unconscious through a Jungian interpretation, discussing the concepts of archetype,

individuation, and symbolism. The study is bibliographical in nature and is primarily based on the contributions of Jung, Bettelheim, and Marie-Louise von Franz. It is concluded that fairy tales perform an important psychological function by symbolically representing conflicts, challenges, and possibilities for transformation that accompany human development.

Keywords: Analytical Psychology; Archetypes; Collective Unconscious; Fairy Tales; Individuation.

1 INTRODUÇÃO

Os contos de fadas ocupam um lugar significativo na história da humanidade, sendo transmitidos oralmente e posteriormente registrados em diversas culturas. Embora frequentemente associados ao universo infantil, essas narrativas apresentam significados que ultrapassam a função de entretenimento. Para a Psicologia Analítica, os contos de fadas expressam conteúdos simbólicos relacionados à estrutura profunda da psique humana.

Jung (2012) afirma que determinadas imagens e temas reaparecem continuamente em diferentes culturas porque derivam do inconsciente coletivo, dimensão psíquica composta por experiências universais compartilhadas por toda a humanidade. Nesse sentido, os contos de fadas podem ser compreendidos como manifestações simbólicas desses conteúdos arquetípicos, revelando aspectos fundamentais da condição humana.

Marie-Louise von Franz (2022), uma das principais discípulas de Jung, destaca que os contos de fadas constituem a expressão mais pura e simples dos processos psíquicos coletivos. Por apresentarem estruturas simbólicas menos complexas que os mitos e as religiões, essas narrativas permitem observar com maior clareza o funcionamento dos arquétipos e os processos de transformação psicológica.

Diante dessas perspectivas, o presente artigo busca analisar os contos de fadas como expressões do inconsciente coletivo, discutindo seus significados psicológicos e sua relevância para a compreensão do desenvolvimento humano.

2 O INCONSCIENTE COLETIVO E OS ARQUÉTIPOS

Um dos conceitos centrais da Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung é o inconsciente coletivo, compreendido como uma dimensão profunda da psique que ultrapassa as experiências individuais e constitui um patrimônio psicológico comum a toda a humanidade. Diferentemente do inconsciente pessoal, formado por conteúdos adquiridos ao longo da vida, como memórias reprimidas, emoções esquecidas e experiências individuais, o inconsciente coletivo corresponde a estruturas universais presentes em todos os seres humanos. Segundo Jung (2012), essas estruturas são herdadas e manifestam-se independentemente da cultura, da época histórica ou das experiências particulares de cada indivíduo. Por meio delas, a

humanidade compartilha padrões simbólicos que se repetem em sonhos, mitos, religiões, lendas e narrativas tradicionais.

De acordo com Jung (2008), os conteúdos fundamentais do inconsciente coletivo são os arquétipos, definidos como formas primordiais de percepção e experiência. Esses arquétipos não possuem uma imagem fixa, mas aparecem simbolicamente em diferentes contextos culturais, mantendo um núcleo de significado relativamente constante. Assim, embora suas manifestações variem conforme o tempo e a cultura, figuras como o herói, a mãe, a sombra, o velho sábio e o Self continuam presentes em diferentes narrativas ao redor do mundo. Para Jung (2012), essa recorrência demonstra que determinados temas fazem parte da própria estrutura psicológica da humanidade e expressam aspectos fundamentais da existência humana, tais como amor, medo, morte, poder, transformação e busca de sentido.

Os contos de fadas constituem uma das formas mais expressivas de manifestação desses conteúdos arquetípicos. Neles, os arquétipos assumem a forma de personagens e acontecimentos simbólicos que refletem processos psicológicos universais. O herói representa a capacidade humana de enfrentar desafios e desenvolver a consciência; a mãe simboliza acolhimento, proteção e nutrição; o velho sábio expressa conhecimento e orientação; enquanto a sombra aparece frequentemente sob a forma de bruxas, monstros, gigantes ou dragões, representando aspectos desconhecidos ou reprimidos da personalidade. Dessa forma, os contos de fadas oferecem imagens acessíveis para representar conflitos e potencialidades presentes na vida psíquica.

Von Franz (2022) destaca que os contos de fadas constituem uma das expressões mais puras do inconsciente coletivo por apresentarem os arquétipos de forma simples e direta. Diferentemente dos mitos e das religiões, que costumam possuir estruturas mais complexas e ligadas a contextos culturais específicos, os contos de fadas concentram-se em conflitos humanos essenciais. Por essa razão, permitem observar com maior clareza os movimentos básicos da psique e os processos de transformação psicológica que acompanham o desenvolvimento humano. Ao narrar jornadas, desafios e conquistas, essas histórias representam simbolicamente a busca por crescimento, equilíbrio e realização pessoal.

Entre os arquétipos mais importantes encontra-se o Self, considerado por Jung (2012) o centro organizador da personalidade e o símbolo da totalidade psíquica. Nos contos de fadas, ele costuma aparecer representado por tesouros, castelos, reinos restaurados, coroações ou casamentos reais. Essas imagens simbolizam a integração dos diferentes aspectos da personalidade e a conquista de um estado de maior harmonia interior. Sob essa perspectiva, os contos de fadas podem ser compreendidos como representações simbólicas da própria vida psíquica. Ao acompanhar a trajetória dos personagens, o leitor entra em contato com experiências universais relacionadas ao medo, ao desejo, à transformação e ao autoconhecimento. Assim, a recorrência dessas narrativas ao longo dos séculos pode ser explicada pela presença dos arquétipos

e do inconsciente coletivo, que continuam tornando os contos de fadas atuais, significativos e profundamente conectados à experiência humana.

3 OS CONTOS DE FADAS COMO LINGUAGEM SIMBÓLICA DA PSIQUE

Para Von Franz (2022), os contos de fadas podem ser compreendidos como representações simbólicas dos processos psicológicos fundamentais que fazem parte da experiência humana. Diferentemente das narrativas realistas, que procuram reproduzir acontecimentos do cotidiano, os contos utilizam elementos fantásticos, personagens extraordinários e situações mágicas para expressar conflitos emocionais, medos, desejos e possibilidades de transformação. Por essa razão, essas histórias não devem ser interpretadas apenas como obras de entretenimento, mas como manifestações simbólicas do funcionamento da psique e das dinâmicas presentes no inconsciente coletivo.

Segundo a autora, os personagens e acontecimentos dessas narrativas expressam conteúdos universais que acompanham a humanidade ao longo do tempo. Reis, rainhas, bruxas, heróis, monstros e velhos sábios não representam apenas figuras literárias, mas simbolizam aspectos da personalidade e desafios associados ao desenvolvimento psicológico. Os contos de fadas preservam, em linguagem simbólica, experiências relacionadas ao medo, à perda, ao crescimento, à autonomia e à busca de identidade, permitindo que tais conteúdos sejam compreendidos e elaborados de forma indireta.

Bettelheim (2010) argumenta que o valor psicológico dos contos de fadas reside justamente em sua capacidade de representar experiências complexas que dificilmente poderiam ser explicadas racionalmente às crianças. Por meio da fantasia, conflitos relacionados ao abandono, à rivalidade, à insegurança, ao desejo e ao amadurecimento tornam-se acessíveis à compreensão emocional. As narrativas oferecem imagens simbólicas por meio das quais o leitor pode identificar-se com personagens e situações, encontrando formas de elaborar suas próprias angústias e desafios.

Nesse contexto, os personagens não devem ser compreendidos apenas como indivíduos fictícios, mas como representações de movimentos psíquicos presentes na experiência humana. A luta contra um dragão pode simbolizar o enfrentamento de medos e dificuldades internas; a travessia de uma floresta representa o contato com o desconhecido e com conteúdos inconscientes; enquanto a conquista de um tesouro ou de um reino sugere a descoberta de recursos internos e a ampliação da consciência. Dessa forma, os acontecimentos narrados refletem processos psicológicos que acompanham o desenvolvimento da personalidade.

Assim, os contos de fadas constituem uma importante linguagem simbólica da psique. Ao transformar conflitos emocionais em imagens acessíveis à imaginação, essas narrativas permitem a expressão de conteúdos inconscientes e favorecem processos de autoconhecimento e amadurecimento.

Mais do que histórias fantásticas, representam experiências universais da condição humana e revelam, por meio dos símbolos, aspectos profundos da jornada psicológica de cada indivíduo.

4 ARQUÉTIPOS RECORRENTES NOS CONTOS DE FADAS

Os contos de fadas apresentam, de forma recorrente, diversos arquétipos descritos por Carl Gustav Jung, funcionando como representações simbólicas de processos psicológicos universais. Para Jung (2012), os arquétipos constituem estruturas fundamentais do inconsciente coletivo e manifestam-se por meio de imagens, personagens e situações que aparecem repetidamente em diferentes culturas. Essas figuras não representam apenas elementos narrativos, mas expressam experiências humanas profundas relacionadas ao crescimento, à identidade, ao conflito e à transformação. Por essa razão, os contos de fadas preservam uma permanência histórica que transcende épocas e contextos culturais, possibilitando que diferentes gerações se identifiquem com seus personagens e desafios.

Entre os arquétipos mais recorrentes encontra-se o herói, figura que simboliza a capacidade humana de enfrentar obstáculos e buscar desenvolvimento psicológico. Sua jornada representa o esforço constante do indivíduo para superar limitações, vencer dificuldades e ampliar a consciência sobre si mesmo e sobre o mundo. Nos contos de fadas, o herói frequentemente inicia sua trajetória em uma posição de fragilidade ou vulnerabilidade, sendo obrigado a enfrentar provas que exigem coragem, perseverança e transformação interior. Sob a perspectiva junguiana, essa jornada simboliza o próprio processo de crescimento da personalidade e a busca pela realização do potencial humano.

Outro arquétipo fundamental é a sombra, definida por Jung (2012) como o conjunto de aspectos rejeitados, reprimidos ou desconhecidos da personalidade. Nos contos de fadas, a sombra geralmente assume a forma de bruxas, monstros, dragões, gigantes ou vilões que desafiam o protagonista ao longo da narrativa. Essas figuras representam medos, impulsos, desejos e conflitos que o indivíduo tende a negar ou evitar reconhecer em si mesmo. No entanto, o amadurecimento psicológico exige justamente o confronto com esses conteúdos. Assim, a luta contra o monstro ou a bruxa simboliza o processo pelo qual o sujeito entra em contato com aspectos ocultos da própria psique e desenvolve maior autoconhecimento.

Também merece destaque o arquétipo do velho sábio, frequentemente representado por magos, anciãos, conselheiros ou figuras protetoras que auxiliam o herói em sua jornada. Esse arquétipo simboliza a sabedoria, o conhecimento e a orientação necessários para enfrentar os desafios do crescimento. Sua presença sugere que o desenvolvimento humano não ocorre de forma isolada, mas frequentemente depende da transmissão de experiências e do acesso a recursos internos ou externos capazes de favorecer a transformação. Da mesma forma, o arquétipo da grande mãe aparece sob diferentes formas, podendo representar proteção, acolhimento e nutrição, mas também controle, dependência e destruição em suas

manifestações negativas. Essa ambivalência revela a complexidade das relações humanas e dos vínculos afetivos que participam da construção da identidade.

Por fim, destaca-se o Self, considerado por Jung (2012) o arquétipo da totalidade psíquica e o objetivo final do processo de individuação. Nos contos de fadas, o Self costuma manifestar-se simbolicamente por meio de tesouros, castelos, coroações, reinos restaurados ou casamentos reais. Essas imagens representam a integração dos diferentes aspectos da personalidade e a conquista de um estado de maior equilíbrio interior. Ao final da jornada, quando o herói supera seus desafios e alcança a recompensa simbólica, não ocorre apenas uma vitória externa, mas a representação de uma transformação psicológica profunda. Dessa forma, os arquétipos presentes nos contos de fadas revelam os movimentos fundamentais da psique humana e permitem compreender essas narrativas como expressões simbólicas dos processos de desenvolvimento, amadurecimento e busca pela totalidade.

5 INDIVIDUAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO PSICOLÓGICA

O processo de individuação ocupa posição central na teoria de Carl Gustav Jung e corresponde ao caminho de desenvolvimento psicológico por meio do qual o indivíduo torna-se aquilo que potencialmente é. Segundo Jung (2012), a individuação não significa isolamento ou individualismo, mas a integração progressiva dos conteúdos conscientes e inconscientes da personalidade. Trata-se de um movimento contínuo de autoconhecimento e amadurecimento, no qual o sujeito passa a reconhecer diferentes aspectos de si mesmo, incluindo qualidades, limitações, desejos, medos e potencialidades. Esse processo conduz à ampliação da consciência e à construção de uma identidade mais autêntica e integrada.

De acordo com Von Franz (2017), os contos de fadas constituem uma das representações simbólicas mais claras da individuação. Em muitas dessas narrativas, os protagonistas iniciam sua trajetória em uma condição de fragilidade, abandono, pobreza ou incompletude. Ao longo da história, enfrentam desafios, realizam jornadas, encontram personagens auxiliares e confrontam adversários que simbolizam obstáculos internos e externos. Essas experiências promovem transformações que conduzem os personagens a um estado de maior maturidade, sabedoria e realização. Assim, a estrutura dos contos de fadas reflete simbolicamente o percurso psicológico vivido por todo ser humano em sua busca por desenvolvimento e equilíbrio interior.

A trajetória percorrida pelos personagens representa, portanto, os movimentos da própria psique humana. A floresta, elemento recorrente em inúmeras narrativas, simboliza o inconsciente e os territórios desconhecidos da personalidade. Os monstros, bruxas, gigantes e dragões representam medos, conflitos e conteúdos reprimidos que precisam ser enfrentados. Os aliados, sábios e figuras mágicas simbolizam recursos internos e externos que auxiliam o sujeito durante seu processo de transformação. Dessa forma, os

acontecimentos fantásticos presentes nos contos de fadas podem ser compreendidos como metáforas dos desafios emocionais e psicológicos encontrados ao longo da vida.

Outro aspecto importante desse percurso refere-se ao encontro com a sombra, conceito que Jung (2012) utiliza para designar os aspectos menos reconhecidos da personalidade. Nos contos de fadas, esse confronto geralmente ocorre quando o herói se depara com forças ameaçadoras que precisam ser vencidas ou compreendidas. O desenvolvimento psicológico não acontece pela eliminação desses conteúdos, mas por sua integração consciente. Por essa razão, os desafios vividos pelos protagonistas possuem função essencial na narrativa: eles representam experiências necessárias para o crescimento, o amadurecimento e a ampliação da consciência.

Ao final da jornada, os personagens costumam alcançar uma recompensa simbólica que representa a realização do processo de individuação. Tesouros, castelos, reinos restaurados, coroações ou casamentos reais simbolizam a integração dos diferentes aspectos da personalidade e a conquista de um estado de maior harmonia interior. Sob essa perspectiva, os contos de fadas descrevem metaforicamente o caminho em direção ao Self, arquétipo da totalidade psíquica. Assim, essas narrativas revelam que o crescimento humano é um processo de transformação contínua, no qual os desafios e conflitos tornam-se oportunidades para o desenvolvimento da identidade, da consciência e da realização pessoal.

6 O FEMININO NOS CONTOS DE FADAS

As figuras femininas ocupam posição de destaque nos contos de fadas e desempenham papel fundamental na representação simbólica dos processos psicológicos descritos pela Psicologia Analítica. Segundo Von Franz (2010), personagens como princesas, rainhas, fadas, madrastas e bruxas expressam diferentes aspectos da psique feminina, refletindo conflitos, potencialidades e experiências relacionadas à construção da identidade. Essas figuras não devem ser compreendidas apenas como personagens literárias, mas como manifestações arquetípicas que revelam dimensões profundas da experiência humana e dos processos de transformação psicológica.

De acordo com a autora, as heroínas dos contos de fadas frequentemente iniciam suas jornadas em situações de fragilidade, dependência ou conflito. Ao longo da narrativa, são submetidas a provas que exigem paciência, coragem, discernimento e capacidade de transformação. Essas experiências simbolizam desafios inerentes ao amadurecimento psicológico, demonstrando que o crescimento pessoal envolve enfrentar obstáculos, desenvolver recursos internos e ampliar a consciência sobre si mesmo. Dessa forma, as trajetórias femininas presentes nos contos refletem processos universais de desenvolvimento e individuação.

As princesas, por exemplo, costumam representar potenciais ainda não plenamente desenvolvidos da personalidade. Muitas vezes elas iniciam a narrativa em posições de passividade ou vulnerabilidade, mas

gradualmente adquirem força, sabedoria e autonomia. Já as rainhas podem simbolizar autoridade, maturidade e poder, enquanto as fadas representam proteção, criatividade e auxílio em momentos de dificuldade. Em contraste, figuras como madrastas e bruxas expressam aspectos mais sombrios da psique, relacionados ao ciúme, ao controle, à destruição ou a conflitos não resolvidos. Essa diversidade demonstra que o feminino não aparece de forma única ou simplificada, mas revela diferentes possibilidades de manifestação psicológica.

Von Franz (2010) destaca ainda que os contos de fadas apresentam o feminino de forma ambivalente, evidenciando tanto seus aspectos construtivos quanto destrutivos. Essa característica aproxima as narrativas da complexidade da experiência humana, uma vez que os arquétipos não representam qualidades exclusivamente positivas ou negativas. Assim, uma mesma figura pode simbolizar cuidado e proteção ou assumir aspectos ameaçadores e controladores. Essa dualidade permite compreender o feminino como uma força dinâmica da psique, capaz de promover crescimento, transformação e renovação, mas também de expressar conflitos e tensões que precisam ser elaborados.

Sob a perspectiva junguiana, as personagens femininas desempenham função essencial nos processos de transformação psicológica porque frequentemente representam etapas do desenvolvimento interior. Suas jornadas simbolizam a busca por autoconhecimento, equilíbrio e integração da personalidade. Ao enfrentar desafios e superar obstáculos, essas personagens ilustram o movimento em direção à individuação, demonstrando que o amadurecimento psicológico depende da integração de diferentes aspectos da experiência humana. Dessa forma, os contos de fadas revelam a riqueza e a complexidade dos arquétipos femininos presentes no inconsciente coletivo, oferecendo importantes reflexões sobre identidade, crescimento e transformação.

7 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico, exploratório e interpretativo, desenvolvido com o objetivo de analisar os contos de fadas como expressões simbólicas do inconsciente coletivo a partir da perspectiva da Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung. O estudo fundamenta-se na compreensão de que essas narrativas preservam imagens arquetípicas universais capazes de revelar aspectos profundos da experiência humana, funcionando como importantes manifestações simbólicas da vida psíquica. O artigo teve como foco a investigação dos conceitos de inconsciente coletivo, arquétipos, individuação e simbolismo presentes nos contos de fadas, buscando compreender sua relação com os processos de desenvolvimento da personalidade.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da análise de obras clássicas da Psicologia Analítica e dos estudos especializados sobre contos de fadas. Inicialmente, foram examinadas as contribuições de Carl Gustav Jung, especialmente suas formulações sobre o inconsciente coletivo e os arquétipos, compreendidos

como estruturas universais da psique que se manifestam em mitos, sonhos, religiões e narrativas tradicionais. A partir desses referenciais, buscou-se identificar de que maneira os contos de fadas preservam imagens simbólicas recorrentes relacionadas aos processos de crescimento, transformação e construção da identidade humana.

Também foram analisadas as contribuições de Bruno Bettelheim, que destaca a função psicológica dos contos de fadas na elaboração dos conflitos emocionais da infância e da vida adulta. Segundo sua perspectiva, essas narrativas permitem representar simbolicamente conteúdos relacionados ao medo, ao abandono, à rivalidade, ao desejo, à autonomia e ao amadurecimento. A incorporação desse referencial possibilitou compreender os contos de fadas não apenas como manifestações culturais, mas também como instrumentos de elaboração psíquica e desenvolvimento emocional.

Outro eixo teórico fundamental foi constituído pelos estudos de Marie-Louise von Franz, cuja produção acadêmica aprofundou a interpretação junguiana dos contos de fadas. Suas análises permitiram compreender essas narrativas como expressões privilegiadas do inconsciente coletivo, caracterizadas pela presença de arquétipos, símbolos e estruturas narrativas que representam etapas do desenvolvimento psicológico e do processo de individuação. As contribuições da autora também possibilitaram a interpretação das figuras femininas, dos heróis, da sombra, do Self e dos diferentes símbolos presentes nos contos de fadas como representações dos movimentos fundamentais da psique humana.

A análise foi conduzida por meio da identificação e interpretação de categorias temáticas recorrentes presentes na literatura consultada. Foram definidas como categorias analíticas os conceitos de inconsciente coletivo, arquétipos, herói, sombra, Self, individuação, feminino simbólico, desenvolvimento psicológico e transformação da personalidade. Essas categorias permitiram estabelecer relações entre os referenciais teóricos e os elementos narrativos presentes nos contos de fadas, favorecendo uma compreensão mais ampla de seu significado psicológico.

OS CONTOS DE FADAS COMO EXPRESSÃO DO INCONSCIENTE COLETIVO: UMA INTERPRETAÇÃO JUNGUIANA

Tabela 1 – Autores e contribuições teóricas para a pesquisa.

Autor	Obra	Principais contribuições para o estudo
Jung (2008)	<i>O homem e seus símbolos</i>	Fundamentação dos conceitos de símbolo, arquétipo e manifestações do inconsciente coletivo.
Jung (2012)	<i>Os arquétipos e o inconsciente coletivo</i>	Discussão dos arquétipos, da sombra, do Self e da individuação como estruturas centrais da psique.
Bettelheim (2010)	<i>A psicanálise dos contos de fadas</i>	Interpretação dos contos de fadas como instrumentos de elaboração emocional e amadurecimento psicológico.
Von Franz (2022)	<i>A interpretação dos contos de fada</i>	Compreensão dos contos de fadas como expressões simbólicas dos processos psíquicos coletivos.
Von Franz (2017)	<i>A individuação nos contos de fadas</i>	Relação entre as jornadas dos personagens e o processo de individuação descrito por Jung.
Von Franz (2010)	<i>O feminino nos contos de fadas</i>	Estudo dos arquétipos femininos e de seu papel nos processos de transformação psicológica.

Fonte: Elaborada pela autora.

Os dados foram analisados por meio da interpretação simbólica dos personagens, cenários e acontecimentos recorrentes nos contos de fadas descritos pela literatura especializada. A partir desse procedimento, buscou-se compreender como arquétipos como o herói, a sombra, o velho sábio, a grande mãe e o Self participam da construção de narrativas que representam conflitos universais da existência humana. Dessa forma, a metodologia adotada permitiu evidenciar os contos de fadas como importantes expressões do inconsciente coletivo e como instrumentos relevantes para a compreensão dos processos de desenvolvimento psicológico, amadurecimento e construção da identidade.

8 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise das obras de Jung (2008; 2012), Bettelheim (2010) e Von Franz (2017; 2022) demonstra que os contos de fadas constituem manifestações privilegiadas do inconsciente coletivo e preservam conteúdos simbólicos que atravessam culturas, gerações e contextos históricos distintos. Os resultados obtidos indicam que essas narrativas não devem ser interpretadas apenas em seu sentido literal ou moralizante, mas como representações simbólicas de conflitos, desafios e possibilidades de transformação que acompanham a experiência humana. A recorrência de determinadas imagens, personagens e estruturas narrativas sugere a presença de padrões universais da psique, confirmando a relevância dos conceitos junguianos de arquétipo e inconsciente coletivo para a compreensão dos contos de fadas.

A análise evidenciou que os arquétipos descritos por Jung aparecem de forma recorrente nas narrativas estudadas, independentemente do período histórico ou da cultura em que foram produzidas. Figuras como o herói, a sombra, a grande mãe, o velho sábio e o Self manifestam-se continuamente em diferentes histórias, assumindo formas variadas, mas preservando significados psicológicos semelhantes. Essa recorrência reforça a hipótese de que os contos de fadas expressam conteúdos universais da psique

humana, funcionando como representações simbólicas de experiências fundamentais relacionadas ao medo, ao amor, à perda, ao crescimento, à autonomia e à busca de sentido para a existência.

Os resultados também demonstram que a presença desses arquétipos possibilita aos leitores identificar-se com os conflitos vividos pelos personagens. O herói simboliza a necessidade de enfrentar desafios e superar obstáculos; a sombra representa aspectos rejeitados ou desconhecidos da personalidade; e o velho sábio surge como figura orientadora nos processos de mudança e amadurecimento. Dessa forma, os contos de fadas oferecem modelos simbólicos que auxiliam na compreensão de experiências emocionais complexas e favorecem processos de reflexão sobre a própria trajetória de vida.

Outro aspecto relevante identificado ao longo da análise refere-se ao papel dos contos de fadas nos processos de individuação. Conforme destacam Jung (2012) e Von Franz (2017), muitas dessas narrativas descrevem simbolicamente o caminho percorrido pelo indivíduo em direção à integração da personalidade. Os personagens frequentemente iniciam sua jornada em situações de fragilidade, desconhecimento ou incompletude e, ao longo da narrativa, enfrentam provas, desafios e transformações que conduzem a uma condição de maior maturidade. Tal estrutura narrativa reproduz simbolicamente os movimentos psicológicos envolvidos no desenvolvimento da consciência e na busca pela realização do Self.

Os resultados permitem ainda compreender que os contos de fadas desempenham importante função psicológica ao favorecer a elaboração de experiências emocionais complexas. Bettelheim (2010) argumenta que essas narrativas possibilitam que conteúdos relacionados ao medo, à rivalidade, à autonomia, ao desejo e à insegurança sejam representados por meio de símbolos e metáforas acessíveis à imaginação. Ao transformar conflitos difíceis em imagens compreensíveis, os contos oferecem recursos para que crianças e adultos possam refletir sobre questões profundas da existência humana sem recorrer a explicações excessivamente abstratas ou racionais.

Observou-se também que a linguagem simbólica dos contos de fadas constitui um importante mediador entre consciente e inconsciente. Elementos como florestas, castelos, monstros, dragões, tesouros e jornadas não representam apenas cenários ou acontecimentos fantásticos, mas simbolizam estados psicológicos e experiências internas. A floresta, por exemplo, frequentemente aparece associada ao inconsciente e ao desconhecido; os monstros representam conflitos internos e medos profundos; enquanto os tesouros simbolizam descobertas relacionadas aos potenciais da personalidade. Essa riqueza simbólica contribui para explicar a permanência e a relevância dessas narrativas ao longo dos séculos.

Outro ponto importante refere-se à universalidade dos temas abordados pelos contos de fadas. Embora tenham sido produzidos em diferentes contextos históricos, suas narrativas continuam dialogando com questões presentes na contemporaneidade. Medo, solidão, desejo de pertencimento, necessidade de autonomia, enfrentamento das perdas e busca por identidade permanecem experiências fundamentais da condição humana. Por essa razão, os contos de fadas continuam despertando interesse acadêmico e

psicológico, sendo compreendidos não apenas como manifestações culturais, mas também como expressões profundas da vida psíquica.

Dessa forma, a análise confirma que os contos de fadas constituem importantes expressões do inconsciente coletivo e representam, em linguagem simbólica, os desafios e transformações inerentes ao desenvolvimento humano. Suas narrativas oferecem modelos psicológicos de crescimento e amadurecimento, permitindo compreender como os arquétipos participam da construção da identidade e da busca pela totalidade psíquica. Mais do que histórias fantásticas, revelam-se instrumentos privilegiados para a compreensão da subjetividade humana e dos processos de transformação que acompanham a trajetória individual e coletiva.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada neste estudo permitiu concluir que os contos de fadas constituem importantes expressões do inconsciente coletivo e desempenham papel significativo na representação simbólica dos processos psicológicos humanos. A partir das contribuições de Jung (2008; 2012), Bettelheim (2010) e Von Franz (2010; 2017; 2022), verificou-se que essas narrativas preservam imagens e estruturas simbólicas universais que atravessam gerações e culturas, permanecendo relevantes para a compreensão da experiência humana. Mais do que histórias fantásticas, os contos de fadas revelam aspectos profundos da vida psíquica, oferecendo representações simbólicas dos conflitos, desafios e transformações que acompanham o desenvolvimento da personalidade.

Os resultados demonstram que os arquétipos descritos por Jung aparecem de forma recorrente nessas narrativas, manifestando-se por meio de personagens, cenários e acontecimentos que refletem padrões universais da experiência humana. O herói simboliza a busca pela superação e pelo crescimento; a sombra representa os aspectos desconhecidos ou reprimidos da personalidade; o velho sábio expressa orientação e conhecimento; e o Self manifesta-se como símbolo da totalidade psíquica. A recorrência dessas imagens em diferentes contos reforça a compreensão de que elas derivam do inconsciente coletivo e desempenham importante papel na organização da vida psicológica.

A análise também evidenciou que os contos de fadas representam simbolicamente os processos de individuação descritos por Jung (2012). Os protagonistas geralmente iniciam suas jornadas em situações de fragilidade, desconhecimento ou incompletude e, ao longo da narrativa, enfrentam desafios que promovem crescimento, transformação e amadurecimento. Nesse percurso, elementos como florestas, monstros, castelos e tesouros funcionam como metáforas de experiências psicológicas relacionadas ao enfrentamento dos conflitos internos e à integração de diferentes dimensões da personalidade. Dessa forma, os contos de fadas oferecem modelos simbólicos que representam a trajetória humana em direção ao autoconhecimento e à construção da identidade.

Outro aspecto importante identificado refere-se à função psicológica dessas narrativas. Conforme argumenta Bettelheim (2010), os contos de fadas permitem que experiências emocionais complexas sejam elaboradas por meio da fantasia e da imaginação. Temas como medo, abandono, rivalidade, desejo, autonomia e amadurecimento são transformados em imagens simbólicas que favorecem a compreensão e a elaboração de conflitos emocionais. Por essa razão, essas histórias continuam exercendo importante papel na formação subjetiva, auxiliando indivíduos de diferentes idades a atribuir significado às experiências vividas.

As contribuições de Marie-Louise von Franz (2022) reforçam ainda a ideia de que os contos de fadas constituem uma das expressões mais diretas do inconsciente coletivo. Ao concentrarem-se em conflitos essenciais da existência humana, essas narrativas permitem observar com clareza os movimentos fundamentais da psique e os processos de transformação que acompanham a vida. Nesse sentido, personagens e acontecimentos fantásticos revelam-se representações simbólicas de processos internos relacionados ao crescimento psicológico, à integração da personalidade e à busca de equilíbrio.

Os contos de fadas, portanto, não são apenas narrativas destinadas à infância, mas importantes instrumentos simbólicos para a compreensão da condição humana. Sua permanência ao longo do tempo evidencia sua capacidade de expressar conflitos universais, despertar processos de identificação e oferecer reflexões sobre o desenvolvimento psicológico. Ao representar simbolicamente a luta contra os medos, a busca pela identidade, o enfrentamento da sombra e a realização do Self, essas narrativas continuam contribuindo para a compreensão do autoconhecimento, da transformação interior e da busca pela totalidade psíquica. Por essa razão, permanecem como relevantes objetos de estudo para a Psicologia Analítica, a literatura, a educação e todas as áreas interessadas na compreensão dos processos humanos de crescimento e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- JUNG, C. G. **O homem e seus símbolos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- VON FRANZ, M.-L. **A interpretação dos contos de fada**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2022.
- VON FRANZ, M.-L. **A individuação nos contos de fadas**. São Paulo: Paulus, 2017.
- VON FRANZ, M.-L. **O feminino nos contos de fadas**. São Paulo: Paulus, 2010.

O ARQUÉTIPO DA CRIANÇA FERIDA NOS CONTOS DE FADAS: PERDAS, ABANDONO E SUPERAÇÃO**THE ARCHETYPE OF THE WOUNDED CHILD IN FAIRY TALES: LOSS, ABANDONMENT, AND OVERCOMING ADVERSITY** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-029>**Marcelly Mesquita**

Profa. Dra.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7595965934736130>**Resumo**

Os contos de fadas apresentam, de forma recorrente, personagens infantis submetidos a experiências de abandono, rejeição, perdas e sofrimento. Sob a perspectiva da Psicologia Analítica, essas narrativas expressam simbolicamente o arquétipo da criança ferida, representando conflitos universais relacionados à vulnerabilidade, ao desenvolvimento da personalidade e à superação do sofrimento psíquico. O presente artigo tem como objetivo analisar a manifestação desse arquétipo nos contos de fadas clássicos, discutindo como experiências de perda e abandono contribuem para os processos de transformação psicológica e amadurecimento. A pesquisa fundamenta-se nas contribuições de Jung, Bettelheim, Hillman, Von Franz, Estés, Alice Miller e Marion Woodman. Conclui-se que as narrativas maravilhosas transformam a dor da infância em um percurso simbólico de crescimento e individuação, oferecendo modelos psicológicos de resiliência, integração e desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Arquétipos; Contos de fadas; Criança ferida; Desenvolvimento da personalidade; Individuação.

Abstract

Fairy tales recurrently portray child characters who experience abandonment, rejection, loss, and suffering. From the perspective of Analytical Psychology, these narratives symbolically express the archetype of the wounded child, representing universal conflicts related to vulnerability, personality development, and the overcoming of psychological suffering. This article aims to analyze the manifestation of this archetype in classic fairy tales, discussing how experiences of loss and abandonment contribute to processes of psychological transformation and maturation. The study is based on the contributions of Jung, Bettelheim, Hillman, Von Franz, Estés, Alice Miller, and Marion Woodman. It concludes that fairy-tale narratives

transform the pain of childhood into a symbolic journey of growth and individuation, offering psychological models of resilience, integration, and human development.

Keywords: Archetypes; Fairy Tales; Individuation; Personality Development; Wounded Child.

1 INTRODUÇÃO

Os contos de fadas são povoados por crianças órfãs, abandonadas, rejeitadas, perseguidas ou submetidas a diferentes formas de sofrimento. Personagens como Cinderela, João e Maria, Branca de Neve e O Patinho Feio compartilham uma experiência inicial marcada pela perda, pela exclusão e pela vulnerabilidade. Embora essas narrativas sejam frequentemente associadas ao universo infantil, suas imagens simbólicas ultrapassam o entretenimento e refletem conflitos psicológicos profundos que acompanham o desenvolvimento humano. Ao retratarem o abandono, a rejeição e a solidão, os contos de fadas dão forma narrativa a experiências emocionais universais que fazem parte da constituição da personalidade e da busca por pertencimento.

A recorrência dessas histórias ao longo dos séculos sugere que elas abordam aspectos fundamentais da condição humana. Os protagonistas infantis geralmente começam suas jornadas em situações de fragilidade extrema: são órfãos, negligenciados, rejeitados por figuras parentais ou privados de afeto e proteção. No entanto, essas condições não representam apenas circunstâncias biográficas dos personagens, mas expressam simbolicamente processos psicológicos presentes no desenvolvimento de qualquer indivíduo. Por meio dessas narrativas, experiências de perda e sofrimento transformam-se em imagens capazes de comunicar sentimentos profundos relacionados ao medo do abandono, à necessidade de reconhecimento e ao desejo de encontrar um lugar no mundo.

Segundo Jung (2014), os arquétipos constituem estruturas universais do inconsciente coletivo que organizam a experiência humana por meio de imagens recorrentes. Entre essas configurações destaca-se o arquétipo da criança, considerado uma das mais importantes expressões do potencial humano. A criança simboliza simultaneamente o início, a renovação, a possibilidade de transformação e o futuro. Ela representa aquilo que ainda está em desenvolvimento, mas também aquilo que possui capacidade de crescimento e regeneração. Quando essa figura aparece ferida, abandonada ou rejeitada, emerge uma representação simbólica de experiências emocionais relacionadas à fragilidade, à dependência, à solidão e à necessidade de cuidado.

Jung (2013) observa que a criança arquetípica possui um caráter paradoxal. Ao mesmo tempo em que se apresenta frágil e desprotegida, também carrega uma força transformadora capaz de superar adversidades e promover renovação psicológica. Essa dualidade está presente em inúmeros contos de fadas, nos quais personagens inicialmente vulneráveis tornam-se protagonistas de processos de crescimento e

superação. Assim, a criança ferida não simboliza apenas sofrimento, mas também a possibilidade de desenvolvimento e de reconstrução da personalidade diante das experiências difíceis da vida.

Hillman (1997) amplia essa compreensão ao afirmar que a infância possui uma dimensão simbólica que ultrapassa os acontecimentos concretos da biografia individual. Para o autor, a criança interior preserva aspectos essenciais da alma humana, funcionando como uma imagem que acompanha o indivíduo ao longo de toda a existência. Dessa maneira, os contos de fadas permitem visualizar conflitos relacionados não apenas à infância cronológica, mas também às feridas emocionais que permanecem presentes na vida adulta. Os personagens infantis representam dimensões vulneráveis da psique que buscam reconhecimento, acolhimento e integração.

Nesse contexto, os contos de fadas transformam a dor em narrativa e o sofrimento em possibilidade de crescimento. Ao retratarem personagens que enfrentam abandono, perdas e adversidades, oferecem modelos simbólicos para compreender os desafios da infância e os caminhos da superação psicológica. Conforme destaca Bettelheim (2021), essas histórias auxiliam na elaboração de medos profundos e permitem que experiências difíceis sejam simbolicamente compreendidas e integradas. Assim, a jornada da criança ferida deixa de representar apenas uma experiência de sofrimento e passa a simbolizar um percurso de amadurecimento, resiliência e transformação.

Dessa forma, o arquétipo da criança ferida ocupa posição central nos contos de fadas porque expressa um dos conflitos mais universais da experiência humana: a necessidade de transformar a dor em crescimento e a vulnerabilidade em força interior. Ao narrar trajetórias de abandono, perda e superação, essas histórias revelam que o desenvolvimento psicológico não ocorre apesar das dificuldades, mas frequentemente por meio delas. Por essa razão, permanecem atuais e significativas, oferecendo importantes reflexões sobre a construção da identidade, o amadurecimento emocional e a busca pela integração da personalidade.

2 O ARQUÉTIPO DA CRIANÇA NA PSICOLOGIA ANALÍTICA

Para Jung (2013), o arquétipo da criança ocupa uma posição central na compreensão da vida psíquica, pois representa simultaneamente o início do desenvolvimento humano e o potencial de transformação presente em toda existência. Diferentemente de uma simples representação da infância cronológica, a criança arquetípica simboliza aquilo que está em processo de formação, crescimento e realização. Ela expressa a possibilidade de renovação, de surgimento do novo e de continuidade da vida psíquica. Em mitos, sonhos e contos de fadas, essa figura frequentemente surge em situações de vulnerabilidade, abandono ou ameaça, refletindo a fragilidade inerente à condição humana e os desafios que acompanham o processo de desenvolvimento da personalidade.

Segundo Jung (2014), a criança arquetípica possui um caráter paradoxal. Ao mesmo tempo em que aparece pequena, dependente e desprotegida, carrega em si uma força transformadora extraordinária. Em inúmeras narrativas tradicionais, a criança sobrevive a perigos, perseguições e tentativas de destruição, revelando a existência de um impulso psíquico voltado para a preservação e o crescimento. Essa dualidade demonstra que a fragilidade e a potência coexistem na mesma imagem simbólica. Assim, a criança representa não apenas a vulnerabilidade, mas também a capacidade humana de renovação, desenvolvimento e superação diante das adversidades.

A criança arquetípica simboliza aspectos da personalidade relacionados à espontaneidade, criatividade, autenticidade e possibilidade de futuro. Ela representa aquilo que permanece vivo e em desenvolvimento dentro de cada indivíduo, independentemente da idade cronológica. Quando essa figura aparece ferida, rejeitada ou abandonada, passa a expressar conteúdos psíquicos associados ao sofrimento emocional, à sensação de desamparo, à insegurança afetiva e aos sentimentos de exclusão vivenciados ao longo da vida. Nessas circunstâncias, o arquétipo da criança ferida torna-se uma representação simbólica das experiências que ameaçam o desenvolvimento saudável da personalidade e deixam marcas profundas na construção da identidade.

Hillman (1997) observa que a infância possui uma dimensão simbólica que ultrapassa os acontecimentos concretos vividos por cada pessoa. Para o autor, a criança interior representa uma realidade psíquica permanente, capaz de influenciar decisões, relacionamentos e modos de compreender o mundo. Nesse sentido, o arquétipo da criança não permanece restrito ao passado, mas continua atuando ao longo de toda a vida adulta. As experiências de abandono, perda ou rejeição vividas na infância podem permanecer simbolicamente ativas, influenciando a maneira como o indivíduo se relaciona consigo mesmo e com os outros. Por essa razão, compreender a criança interior significa compreender aspectos essenciais da própria identidade.

Os contos de fadas revelam justamente essa dimensão simbólica da infância ao representar, por meio de personagens infantis, conflitos universais relacionados à formação da personalidade. Crianças órfãs, abandonadas ou rejeitadas aparecem repetidamente nessas narrativas porque expressam experiências psicológicas compartilhadas por diferentes culturas e épocas. A criança ferida dos contos simboliza a parte vulnerável da psique humana que busca proteção, reconhecimento e pertencimento. Contudo, essas histórias também demonstram que a fragilidade não constitui um destino definitivo. Ao longo das narrativas, os protagonistas desenvolvem recursos internos, encontram aliados e descobrem capacidades que lhes permitem superar adversidades e transformar sofrimento em crescimento.

Sob a perspectiva da Psicologia Analítica, o arquétipo da criança ferida pode ser compreendido como uma das imagens mais importantes do processo de individuação. As experiências de dor, abandono e rejeição frequentemente funcionam como forças que impulsionam o desenvolvimento psicológico, levando

o indivíduo a buscar novas formas de compreender a si mesmo e ao mundo. A ferida emocional torna-se, paradoxalmente, um elemento de transformação. Por essa razão, os contos de fadas apresentam a criança não apenas como vítima das circunstâncias, mas como protagonista de um percurso de amadurecimento e superação.

Dessa forma, o arquétipo da criança na Psicologia Analítica representa muito mais do que a infância em seu sentido biográfico. Ele simboliza o potencial humano de crescimento, renovação e transformação. Quando aparece ferido, expressa experiências de sofrimento emocional profundamente humanas; quando supera os desafios que encontra, revela a capacidade da psique de transformar dor em aprendizado e vulnerabilidade em força interior. Nos contos de fadas, essa dinâmica torna-se visível por meio de narrativas que oferecem uma reflexão profunda sobre a construção da identidade, o amadurecimento emocional e a busca pela totalidade da personalidade.

3 PERDAS E ABANDONO NOS CONTOS DE FADAS

A temática do abandono aparece de forma recorrente nos contos de fadas clássicos e constitui uma das experiências centrais vividas por muitos protagonistas. Em *João e Maria*, as crianças são deixadas sozinhas na floresta; em *Branca de Neve*, a protagonista torna-se alvo da rejeição e da perseguição da madrasta; em *Cinderela*, a heroína enfrenta negligência afetiva, solidão e humilhação dentro do próprio lar; enquanto em *O Patinho Feio* a exclusão e o sentimento de não pertencimento acompanham toda a trajetória do personagem. Essas situações não devem ser compreendidas apenas como eventos necessários ao desenvolvimento da trama, mas como representações simbólicas de experiências emocionais universais relacionadas à perda do acolhimento, à rejeição e ao sentimento de abandono.

Do ponto de vista psicológico, esses personagens expressam conflitos que fazem parte da experiência humana desde a infância. A sensação de não ser amado, de não ser visto ou de não encontrar um lugar de pertencimento constitui uma das vivências emocionais mais profundas da condição humana. Os contos de fadas transformam essas emoções em imagens concretas e facilmente reconhecíveis, permitindo que questões relacionadas à vulnerabilidade afetiva sejam representadas simbolicamente. Nesse sentido, a criança abandonada dos contos não representa apenas um indivíduo específico, mas uma dimensão universal da psique que teme a perda do amor, da proteção e da aceitação.

Em *João e Maria*, por exemplo, o abandono na floresta simboliza uma ruptura abrupta com a segurança infantil. As crianças são forçadas a enfrentar o desconhecido sem a proteção dos pais, situação que representa simbolicamente o confronto com sentimentos de desamparo e insegurança. Contudo, é justamente nesse contexto de extrema vulnerabilidade que os protagonistas descobrem recursos internos capazes de garantir sua sobrevivência. A narrativa sugere que experiências dolorosas podem favorecer o

desenvolvimento da autonomia e da capacidade de enfrentar adversidades. Assim, a floresta torna-se simultaneamente um espaço de sofrimento e de transformação.

De maneira semelhante, *Branca de Neve* apresenta a figura da rejeição por meio da madrasta, personagem que representa a privação afetiva, a rivalidade e a ameaça ao sentimento de valor pessoal. A perseguição sofrida pela protagonista simboliza o medo de ser rejeitada por aqueles de quem se espera amor e proteção. Já em *Cinderela*, as humilhações e a negligência vividas no ambiente doméstico refletem experiências de invisibilidade emocional e falta de reconhecimento. Apesar dessas circunstâncias adversas, ambas as personagens preservam aspectos positivos de sua personalidade e encontram caminhos de transformação que lhes permitem superar a condição inicial de sofrimento.

O conto *O Patinho Feio* talvez constitua uma das mais claras representações simbólicas da criança ferida. O protagonista não é rejeitado por suas ações, mas simplesmente por ser diferente. Sua trajetória evidencia sentimentos de inadequação, exclusão e solidão frequentemente presentes no desenvolvimento da identidade. A narrativa demonstra que a dor do não pertencimento pode gerar profundo sofrimento emocional, mas também pode impulsionar a busca por autoconhecimento. Quando o personagem descobre sua verdadeira natureza, compreende que seu valor não depende da aceitação daqueles que o rejeitaram. Trata-se de uma poderosa metáfora da construção da autoestima e do encontro com a própria identidade.

Bettelheim (2021) afirma que os contos de fadas permitem às crianças elaborar medos profundos relacionados à rejeição e à perda do amor parental. Ao projetarem essas angústias em personagens fictícios, os leitores encontram formas simbólicas de compreender sentimentos que muitas vezes não conseguem expressar diretamente. A narrativa oferece uma estrutura psicológica na qual o sofrimento inicial não constitui um destino permanente, mas uma etapa necessária para o desenvolvimento. Os protagonistas sofrem, enfrentam desafios e experimentam perdas, mas também encontram oportunidades de crescimento e transformação.

Além disso, os contos de fadas demonstram que o abandono raramente representa o ponto final da trajetória dos personagens. Pelo contrário, funciona como um elemento desencadeador de mudanças significativas. A ausência de proteção obriga os protagonistas a desenvolverem autonomia, coragem e recursos internos que anteriormente permaneciam adormecidos. Sob essa perspectiva, a perda assume uma função paradoxal: embora provoque sofrimento, também impulsiona processos de amadurecimento psicológico. As narrativas sugerem que o ser humano frequentemente descobre suas maiores forças exatamente nos momentos de maior fragilidade.

Miller (2018) destaca que muitas feridas emocionais da infância permanecem ocultas ao longo da vida adulta, influenciando relacionamentos, escolhas e formas de perceber a si mesmo. Sentimentos de rejeição, negligência ou falta de reconhecimento podem continuar atuando inconscientemente durante décadas. Nesse sentido, os contos de fadas revelam simbolicamente aquilo que a experiência emocional

frequentemente tenta ocultar: a dor da exclusão, da rejeição e da ausência de acolhimento afetivo. Ao transformar essas vivências em histórias, as narrativas tornam possível reconhecer e elaborar conteúdos emocionais que, de outra forma, permaneceriam reprimidos.

Dessa forma, as histórias de abandono presentes nos contos de fadas não devem ser interpretadas apenas como relatos de sofrimento, mas como representações simbólicas dos desafios envolvidos na construção da personalidade. A criança ferida emerge como uma figura que simboliza tanto a vulnerabilidade quanto a capacidade de superação. Ao acompanhar a trajetória desses personagens, o leitor entra em contato com aspectos profundos da experiência humana e percebe que a dor, embora inevitável, pode transformar-se em fonte de crescimento, fortalecimento e amadurecimento. Por essa razão, os contos de fadas continuam sendo poderosas narrativas sobre resiliência, identidade e transformação psicológica.

4 A FLORESTA COMO ESPAÇO DA CRIANÇA FERIDA

Nos contos de fadas, a criança ferida frequentemente é lançada em espaços desconhecidos, especialmente na floresta. Para Von Franz (2005), a floresta simboliza o inconsciente e os territórios ainda não explorados da psique, constituindo um cenário privilegiado para representar os processos de transformação interior. Quando crianças abandonadas atravessam esse ambiente, não estão apenas percorrendo um espaço físico, mas iniciando uma jornada de confronto com aspectos profundos de sua própria condição emocional. A floresta surge como um território de transição entre a fragilidade inicial e a possibilidade de amadurecimento, funcionando como uma metáfora das experiências psicológicas que acompanham o enfrentamento da dor e da vulnerabilidade.

Em muitas narrativas tradicionais, a entrada na floresta ocorre justamente após uma experiência de perda, rejeição ou abandono. João e Maria são deixados pelos pais em meio às árvores; crianças órfãs perdem suas referências de proteção; jovens protagonistas afastam-se de suas casas e são obrigados a enfrentar o desconhecido. Sob uma perspectiva simbólica, esse afastamento representa o rompimento das estruturas de segurança que sustentavam a identidade infantil. A floresta passa a simbolizar o espaço onde a criança precisa encontrar dentro de si recursos que anteriormente dependiam da presença protetora dos adultos. Dessa forma, o abandono funciona como um desencadeador de processos de crescimento e transformação psicológica.

A floresta representa o momento em que as estruturas protetoras desaparecem e o indivíduo é confrontado com sentimentos de solidão, medo e insegurança. Em termos psicológicos, esse cenário expressa o encontro com conteúdos emocionais dolorosos que normalmente permanecem ocultos ou evitados. A criança ferida precisa lidar com o medo de não sobreviver, de não ser amada ou de não encontrar um lugar de pertencimento. Por isso, o ambiente florestal costuma ser povoado por lobos, bruxas, criaturas

ameaçadoras e desafios inesperados. Esses elementos simbolizam conflitos internos, angústias profundas e aspectos da sombra que precisam ser reconhecidos e enfrentados para que ocorra crescimento emocional.

Entretanto, a floresta não deve ser compreendida apenas como um lugar de sofrimento. Ela também representa um espaço de descoberta, desenvolvimento e ampliação da consciência. É justamente nesse ambiente que muitos personagens encontram figuras auxiliaadoras, animais protetores, objetos mágicos ou orientações capazes de impulsionar sua transformação. Em termos simbólicos, esses encontros representam recursos internos que emergem quando o indivíduo entra em contato com suas próprias capacidades de enfrentamento. A narrativa sugere que a força necessária para superar a dor não vem exclusivamente do exterior, mas encontra-se latente na própria psique e revela-se durante os momentos de crise.

Von Franz (2005) observa que a jornada pela floresta frequentemente marca o início do processo de individuação. Ao perder suas referências habituais, a criança é levada a desenvolver autonomia, discernimento e força interior. A floresta transforma-se, assim, em um espaço iniciático no qual o sofrimento adquire significado psicológico. Os desafios encontrados ao longo do percurso não possuem apenas a função de ameaçar o protagonista, mas de favorecer seu amadurecimento. Cada obstáculo superado contribui para a construção da identidade e para a ampliação da consciência sobre si mesmo.

Essa dinâmica aparece claramente em diversas narrativas clássicas. João e Maria sobrevivem ao abandono e aprendem a confiar em sua própria capacidade de agir; Branca de Neve encontra novos vínculos após a rejeição; e inúmeros personagens infantis descobrem competências que permaneciam desconhecidas até serem colocados diante da adversidade. Em todos esses casos, a floresta simboliza uma etapa intermediária entre a condição inicial de desamparo e a conquista de uma nova forma de equilíbrio emocional. O sofrimento não desaparece, mas transforma-se em experiência de aprendizado e fortalecimento psicológico.

Sob a ótica da Psicologia Analítica, a floresta representa também o mergulho nos conteúdos inconscientes que precisam ser integrados ao processo de desenvolvimento da personalidade. Jung (2014) destaca que o crescimento psicológico exige o confronto com aspectos desconhecidos da psique, incluindo medos, desejos e emoções reprimidas. A criança ferida que atravessa a floresta realiza simbolicamente esse encontro. Ao caminhar por territórios obscuros e incertos, ela aproxima-se de conteúdos que antes pareciam ameaçadores, mas que se tornam fontes de conhecimento e transformação quando reconhecidos conscientemente.

Dessa forma, a jornada da criança abandonada pela floresta simboliza a travessia do sofrimento em direção à transformação psicológica. A dor inicial converte-se em oportunidade de amadurecimento, e a experiência de perda torna-se um caminho para o fortalecimento da identidade. Os contos de fadas revelam que a vulnerabilidade não constitui um obstáculo definitivo ao desenvolvimento humano, mas pode funcionar como um ponto de partida para processos profundos de crescimento. Por essa razão, a floresta

permanece como uma das imagens mais poderosas da literatura simbólica, representando o percurso pelo qual a criança ferida transforma abandono em autonomia, sofrimento em aprendizado e fragilidade em força interior.

5 O SOFRIMENTO COMO CAMINHO DE TRANSFORMAÇÃO

Uma das características mais marcantes dos contos de fadas é que o sofrimento jamais aparece como finalidade da narrativa. Embora os protagonistas frequentemente iniciem suas trajetórias em condições de abandono, perda, rejeição ou profunda vulnerabilidade, esses acontecimentos não representam um destino definitivo. Ao contrário, funcionam como acontecimentos desencadeadores de mudança, impulsionando processos de crescimento psicológico e transformação interior. Os contos de fadas demonstram que as experiências dolorosas fazem parte da jornada humana e podem contribuir para o desenvolvimento da personalidade quando são enfrentadas e elaboradas. Nesse sentido, o sofrimento assume uma função simbólica de passagem entre uma condição inicial de fragilidade e uma etapa posterior de amadurecimento.

As crianças abandonadas, rejeitadas ou perseguidas presentes nessas narrativas não permanecem aprisionadas ao papel de vítimas. Ao longo da história, desenvolvem recursos emocionais, enfrentam desafios e descobrem capacidades que desconheciam possuir. A experiência da perda, embora dolorosa, torna-se um elemento que favorece a autonomia, a coragem e a construção da identidade. Os obstáculos encontrados ao longo do caminho obrigam os personagens a mobilizarem forças internas que permaneciam latentes. Dessa forma, os contos de fadas sugerem que o desenvolvimento psicológico não ocorre apesar das dificuldades, mas frequentemente por meio delas.

Segundo Estés (1999), muitas narrativas tradicionais descrevem processos de restauração da criança ferida. Em suas análises, a autora destaca que os contos de fadas apresentam personagens que, após experiências traumáticas, iniciam um percurso de reencontro consigo mesmos. Ao enfrentar desafios e sobreviver às adversidades, essas figuras recuperam aspectos da personalidade que haviam sido perdidos, silenciados ou reprimidos em decorrência do sofrimento. A jornada de superação não consiste apenas em vencer inimigos externos, mas em restaurar uma ligação profunda com a própria essência. Nesse sentido, o sofrimento torna-se parte de um processo de fortalecimento psicológico e reconstrução da identidade.

Essa dinâmica pode ser observada em diversos contos clássicos, nos quais os protagonistas começam suas histórias em situações de extrema vulnerabilidade e gradualmente conquistam autonomia e reconhecimento. A criança rejeitada descobre seu valor; a órfã encontra novos vínculos; o personagem excluído aprende a reconhecer sua própria singularidade. Tais narrativas mostram que a identidade não se constrói apenas a partir das experiências positivas, mas também pelo enfrentamento das perdas e das dificuldades. O sofrimento passa a ser apresentado como uma experiência transformadora, capaz de despertar recursos internos e promover crescimento emocional.

Woodman (1995) observa que a cura emocional não ocorre pela negação da dor, mas pela capacidade de reconhecê-la e integrá-la à própria história. Muitas vezes, a tentativa de evitar ou apagar experiências traumáticas impede o desenvolvimento psicológico. Os contos de fadas apresentam uma lógica diferente: o sofrimento não é eliminado nem esquecido, mas transformado em parte da trajetória de amadurecimento dos personagens. Ao atravessar experiências difíceis, os protagonistas não retornam ao estado anterior; eles emergem modificados, mais conscientes e mais integrados. A dor deixa de ser apenas uma fonte de sofrimento para tornar-se também uma fonte de sabedoria.

Sob a perspectiva da Psicologia Analítica, esse processo aproxima-se do percurso de individuação descrito por Jung (2014). O crescimento psicológico exige o confronto com aspectos dolorosos da existência e a integração de experiências que inicialmente parecem ameaçadoras. As feridas emocionais não precisam ser negadas para que ocorra transformação; ao contrário, podem tornar-se parte fundamental do desenvolvimento da personalidade. Os contos de fadas ilustram simbolicamente esse processo ao mostrarem personagens que encontram significado em suas dificuldades e transformam fragilidade em força interior.

Outro aspecto importante dessas narrativas é a presença de figuras auxiliares que surgem após os momentos de maior sofrimento. Fadas, animais protetores, sábios ou objetos mágicos simbolizam recursos psicológicos que emergem quando o indivíduo se encontra diante de situações críticas. Essas figuras representam aspectos internos de cuidado, esperança, criatividade e resistência que ajudam a criança ferida a continuar sua jornada. A narrativa sugere que, mesmo nos momentos de maior vulnerabilidade, a psique possui potencialidades capazes de favorecer a recuperação e o crescimento.

Dessa forma, os contos de fadas apresentam uma visão profundamente transformadora da experiência humana. As perdas, o abandono e as feridas emocionais não aparecem como condenações permanentes, mas como etapas de um percurso que conduz à ampliação da consciência e ao fortalecimento da personalidade. A dor inicial converte-se em oportunidade de autoconhecimento, e o sofrimento transforma-se em um caminho para a descoberta de recursos internos anteriormente desconhecidos. Por essa razão, essas narrativas continuam sendo fontes importantes de reflexão sobre resiliência, amadurecimento emocional e desenvolvimento psicológico.

6 INDIVIDUAÇÃO E SUPERAÇÃO DA CRIANÇA FERIDA

A trajetória da criança ferida pode ser compreendida como uma representação simbólica do processo de individuação descrito por Carl Gustav Jung. Segundo Jung (2014), a individuação corresponde ao percurso por meio do qual o indivíduo integra diferentes aspectos da personalidade e desenvolve uma identidade mais plena, consciente e autêntica. Trata-se de um processo de transformação contínua que envolve o reconhecimento de conflitos, a integração de experiências emocionais e a ampliação da

consciência. Nessa perspectiva, a dor não aparece apenas como uma experiência de sofrimento, mas também como uma oportunidade de crescimento psicológico e de desenvolvimento interior.

Nos contos de fadas, a criança abandonada frequentemente inicia a narrativa em uma condição de extrema vulnerabilidade. Órfã, rejeitada ou excluída, ela encontra-se distante da proteção e da segurança necessárias para sua sobrevivência emocional. Essa condição inicial simboliza momentos da vida em que o indivíduo se vê confrontado com sentimentos de desamparo, fragilidade e insegurança. Contudo, essas histórias demonstram que a vulnerabilidade não constitui um estado permanente. Ao longo da narrativa, a criança é levada a enfrentar desafios que exigem coragem, adaptação e descoberta de recursos internos que permaneciam desconhecidos.

A jornada vivida por esses personagens reflete simbolicamente o caminho de integração da personalidade. A criança ferida precisa atravessar florestas, escapar de ameaças, resolver enigmas e superar obstáculos que representam conflitos emocionais e aspectos inconscientes da psique. Cada desafio enfrentado corresponde a uma etapa do desenvolvimento psicológico, na qual conteúdos anteriormente reprimidos ou desconhecidos são gradualmente reconhecidos e integrados à consciência. Dessa forma, a narrativa evidencia que o amadurecimento não ocorre pela eliminação do sofrimento, mas pela capacidade de atribuir significado às experiências vividas.

Jung (2014) destaca que o processo de individuação exige o encontro com aspectos difíceis da personalidade, incluindo medos, inseguranças e conteúdos pertencentes à sombra. Nos contos de fadas, esse encontro é frequentemente representado por personagens ameaçadores, situações de abandono ou experiências traumáticas. A criança ferida é obrigada a confrontar aquilo que a assusta e a desenvolver novas formas de lidar com a realidade. Ao superar essas provações, ela amplia sua consciência e fortalece sua identidade, transformando fragilidade em fonte de crescimento.

Von Franz (2005) ressalta que os protagonistas dos contos de fadas raramente recebem soluções prontas para seus problemas. Diferentemente de narrativas em que a salvação vem exclusivamente de fatores externos, os heróis e heroínas dessas histórias precisam construir seus próprios caminhos. Eles aprendem por meio da experiência, cometem erros, enfrentam fracassos e descobrem gradualmente suas capacidades. Essa dinâmica simboliza o amadurecimento psicológico, pois demonstra que o desenvolvimento humano depende da participação ativa do indivíduo em seu próprio processo de transformação.

Outro aspecto importante refere-se à descoberta de capacidades que inicialmente permanecem ocultas. Muitas vezes, a criança ferida dos contos de fadas desconhece sua força, inteligência ou valor pessoal. Somente ao ser confrontada com situações difíceis é que essas potencialidades começam a emergir. Essa característica aproxima-se da compreensão junguiana segundo a qual o indivíduo possui recursos internos que podem permanecer latentes até que determinadas circunstâncias exijam sua manifestação.

Assim, os desafios deixam de ser apenas obstáculos e passam a funcionar como oportunidades para o despertar de competências e possibilidades de desenvolvimento.

Ao longo do percurso, os personagens também costumam encontrar aliados que contribuem para sua transformação. Animais protetores, figuras sábias, fadas e personagens auxiliares podem ser interpretados como representações simbólicas de recursos psíquicos positivos que ajudam no enfrentamento das adversidades. Contudo, esses auxílios não substituem a responsabilidade do protagonista por sua própria jornada. Eles oferecem apoio, mas a transformação depende da capacidade da própria criança de enfrentar seus medos e seguir adiante. Isso reforça a ideia de que a individuação é um processo pessoal e intransferível.

Ao final da narrativa, a criança abandonada raramente retorna à condição inicial. Ela emerge transformada pelas experiências vividas, mais consciente de si mesma e mais preparada para ocupar seu lugar no mundo. A dor não desaparece da história, mas adquire um novo significado ao ser integrada à construção da identidade. Dessa forma, os contos de fadas apresentam uma visão profundamente esperançosa do desenvolvimento humano: as feridas da infância não precisam determinar o futuro do indivíduo, podendo tornar-se fontes de aprendizado, força interior e crescimento psicológico.

Sob essa perspectiva, a jornada da criança ferida representa muito mais do que uma história de superação. Ela simboliza o processo humano de transformação pelo qual experiências de abandono, perda e sofrimento são integradas à personalidade e convertidas em sabedoria emocional. Os contos de fadas revelam que a verdadeira superação não consiste em apagar as cicatrizes do passado, mas em transformá-las em parte de uma identidade mais madura, consciente e integrada. Por essa razão, essas narrativas continuam oferecendo importantes reflexões sobre resiliência, individuação e desenvolvimento da personalidade.

7 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico, exploratório e interpretativo, fundamentado nos pressupostos da Psicologia Analítica e nos estudos sobre simbolismo presentes nos contos de fadas. O objetivo consistiu em analisar a manifestação do arquétipo da criança ferida nas narrativas tradicionais, investigando como experiências de perda, abandono, rejeição e exclusão são representadas simbolicamente e de que maneira contribuem para os processos de transformação psicológica e desenvolvimento da personalidade. O estudo parte da compreensão de que os contos de fadas constituem expressões simbólicas do inconsciente coletivo, revelando conflitos emocionais universais relacionados à vulnerabilidade e à superação.

A fundamentação teórica apoiou-se, inicialmente, nas contribuições de Carl Gustav Jung, especialmente nos estudos sobre arquétipos, inconsciente coletivo, desenvolvimento da personalidade e

indivíduo. A partir desses referenciais, o arquétipo da criança foi compreendido como uma imagem simbólica que expressa potencialidades de crescimento, transformação e renovação, mas que também pode manifestar-se sob a forma da criança ferida, abandonada ou rejeitada. A leitura das obras permitiu interpretar as experiências de sofrimento presentes nos contos de fadas não apenas como acontecimentos narrativos, mas como representações de processos psicológicos relacionados à formação da identidade e ao amadurecimento emocional.

Também foram incorporadas as contribuições de Bruno Bettelheim, James Hillman, Marie-Louise von Franz, Clarissa Pinkola Estés, Alice Miller e Marion Woodman, autores que discutem os significados psicológicos dos contos de fadas e das experiências emocionais da infância. Esses referenciais permitiram compreender o abandono, a perda e a rejeição como elementos simbólicos que favorecem a elaboração de conflitos internos e impulsionam processos de crescimento psíquico. As análises desses autores contribuíram para a interpretação dos contos como narrativas de transformação, nas quais a dor emocional é gradualmente integrada ao desenvolvimento da personalidade.

A análise concentrou-se especialmente em personagens infantis presentes em contos clássicos como *João e Maria*, *Branca de Neve*, *Cinderela* e *O Patinho Feio*, considerados exemplos significativos da manifestação do arquétipo da criança ferida. Foram observados elementos simbólicos recorrentes como o abandono parental, a exclusão social, a rejeição afetiva, a travessia da floresta, o encontro com figuras auxiliaadoras e os processos de superação. Esses elementos foram interpretados à luz das categorias analíticas de abandono, vulnerabilidade, sombra, sofrimento, resiliência, individuação e desenvolvimento da personalidade, buscando compreender suas relações com os processos de transformação psicológica descritos pela Psicologia Analítica.

Por fim, os dados foram analisados por meio da interpretação simbólica dos personagens, dos cenários e das experiências vividas ao longo das narrativas. A investigação procurou identificar de que maneira as experiências de sofrimento são transformadas em oportunidades de crescimento e integração psicológica. Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou compreender os contos de fadas como importantes expressões do inconsciente coletivo e como instrumentos simbólicos para a compreensão das feridas emocionais da infância, dos processos de amadurecimento e das possibilidades de superação presentes na trajetória humana.

8 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise realizada evidencia que o arquétipo da criança ferida ocupa posição central na estrutura simbólica dos contos de fadas. As experiências de abandono, rejeição, perda e exclusão não aparecem como acontecimentos isolados ou meramente dramáticos, mas como representações universais de conflitos presentes no desenvolvimento humano. Essas narrativas demonstram que a vulnerabilidade faz parte da

condição humana e que os sentimentos de desamparo, inadequação e solidão constituem experiências compartilhadas por diferentes indivíduos ao longo da vida. Ao projetar essas vivências em personagens infantis, os contos de fadas tornam visíveis aspectos profundos da psique que muitas vezes permanecem ocultos na experiência cotidiana.

Os resultados demonstram que essas narrativas transformam o sofrimento infantil em um percurso de crescimento psicológico. A criança abandonada torna-se heroína; a rejeitada descobre seu valor; a excluída encontra pertencimento; e a órfã desenvolve autonomia e força interior. Essa dinâmica reforça a compreensão de que os contos de fadas oferecem modelos simbólicos de resiliência e superação. As dificuldades enfrentadas pelos protagonistas não conduzem à destruição da personalidade, mas funcionam como elementos que favorecem a construção de novas capacidades emocionais e cognitivas. Assim, o sofrimento não aparece como um fim em si mesmo, mas como parte de um processo de transformação.

Sob a perspectiva junguiana, essa transformação relaciona-se ao processo de individuação. As experiências de abandono obrigam os personagens a abandonar posições de dependência e a confrontar dimensões desconhecidas da própria psique. Ao atravessarem situações de perda, rejeição e insegurança, desenvolvem recursos que lhes permitem ampliar a consciência e fortalecer a identidade. Nesse sentido, a criança ferida representa uma fase inicial da jornada psicológica, marcada pela vulnerabilidade, enquanto a criança transformada simboliza a capacidade de integrar experiências dolorosas ao desenvolvimento da personalidade.

Os contos analisados também revelam que a dor emocional não é negada ou minimizada. Pelo contrário, ela ocupa papel essencial na construção da narrativa. Bettelheim (2021) destaca que essas histórias possibilitam o reconhecimento simbólico de sentimentos difíceis, como medo, abandono e tristeza. A narrativa valida a existência dessas emoções e mostra que elas fazem parte da experiência humana. Ao mesmo tempo, oferece uma perspectiva esperançosa, demonstrando que o sofrimento pode ser enfrentado e transformado. Essa combinação entre reconhecimento da dor e possibilidade de superação constitui uma das razões pelas quais os contos de fadas permanecem psicologicamente significativos.

Outro aspecto relevante observado refere-se à relação entre sofrimento e descoberta da identidade. Muitos protagonistas somente encontram seu verdadeiro valor após passarem por experiências de exclusão ou rejeição. O Patinho Feio descobre sua verdadeira natureza após um longo período de isolamento; Cinderela encontra reconhecimento depois de anos de humilhação; Branca de Neve constrói novos vínculos após ser afastada de seu ambiente original. Essas narrativas sugerem que a identidade não se desenvolve apenas por meio da proteção e do conforto, mas também por meio dos desafios que obrigam o indivíduo a reconhecer suas próprias capacidades e potencialidades.

As contribuições de Miller (2018) permitem compreender que as feridas emocionais da infância frequentemente permanecem presentes ao longo da vida adulta. Nesse sentido, os contos de fadas cumprem

uma função importante ao representar simbolicamente experiências de abandono e rejeição que podem ser difíceis de reconhecer conscientemente. Ao transformar essas vivências em histórias, as narrativas oferecem um espaço simbólico para a elaboração de emoções profundas, permitindo que o sofrimento seja compreendido e integrado à experiência pessoal. A criança ferida dos contos torna-se, assim, uma representação das partes vulneráveis da personalidade que buscam acolhimento, reconhecimento e cura.

Observa-se também um movimento constante entre vulnerabilidade e fortalecimento. Os protagonistas iniciam suas jornadas em situações de extrema fragilidade, mas gradualmente desenvolvem competências emocionais que lhes permitem enfrentar desafios cada vez maiores. Essa evolução demonstra que a força interior não surge apesar da dor, mas frequentemente a partir dela. Os contos de fadas revelam que o amadurecimento psicológico resulta da capacidade de transformar experiências difíceis em aprendizado, sabedoria e crescimento. Dessa forma, a fragilidade inicial converte-se em uma fonte de desenvolvimento e expansão da consciência.

As reflexões de Estés (1999) e Woodman (1995) reforçam essa interpretação ao destacarem que a cura emocional não depende do esquecimento do sofrimento, mas da sua integração à história pessoal. Os protagonistas dos contos não apagam suas experiências dolorosas; ao contrário, carregam consigo os aprendizados adquiridos durante a jornada. A superação ocorre porque a dor deixa de ser apenas uma experiência traumática e passa a fazer parte de uma narrativa de transformação. Nesse sentido, os contos de fadas apresentam uma concepção profundamente humanista da existência, segundo a qual as feridas emocionais podem tornar-se fontes de crescimento e fortalecimento psicológico.

Dessa forma, os resultados obtidos confirmam que o arquétipo da criança ferida desempenha papel essencial na compreensão dos processos de desenvolvimento humano presentes nos contos de fadas. Essas narrativas revelam que abandono, rejeição e perda não representam apenas experiências de sofrimento, mas etapas significativas na construção da personalidade. Ao demonstrar que a vulnerabilidade pode ser transformada em força interior, os contos de fadas continuam oferecendo importantes reflexões sobre resiliência, amadurecimento emocional, individuação e superação, permanecendo como poderosos instrumentos simbólicos para a compreensão da condição humana.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do arquétipo da criança ferida nos contos de fadas permitiu compreender que essas narrativas representam simbolicamente experiências emocionais universais relacionadas à perda, ao abandono e à busca por pertencimento. Sob a perspectiva da Psicologia Analítica, a criança ferida constitui uma imagem arquetípica que expressa tanto a fragilidade quanto o potencial de transformação presentes na condição humana.

As contribuições de Jung, Bettelheim, Hillman, Von Franz, Estés, Alice Miller e Marion Woodman evidenciam que os contos de fadas oferecem importantes recursos simbólicos para compreender os processos de desenvolvimento psicológico. Ao transformar a dor em narrativa, essas histórias permitem que experiências difíceis sejam elaboradas e integradas à construção da identidade.

Conclui-se que os contos de fadas permanecem atuais porque abordam conflitos fundamentais da existência humana. A jornada da criança ferida revela que o sofrimento não constitui necessariamente um ponto final, mas pode tornar-se o início de um percurso de crescimento, individuação e realização pessoal. Mais do que histórias sobre abandono e perda, essas narrativas falam sobre a capacidade humana de superar adversidades e reencontrar a própria totalidade.

Além disso, a análise permite compreender que o arquétipo da criança ferida não representa apenas uma experiência individual de sofrimento, mas uma dimensão universal da existência humana. Em diferentes culturas, épocas e narrativas, a figura da criança abandonada reaparece como expressão simbólica da vulnerabilidade inerente ao desenvolvimento psicológico. Essa recorrência sugere que o medo da perda, da rejeição e da exclusão constitui uma experiência compartilhada pela humanidade. Os contos de fadas transformam essas vivências em imagens acessíveis à imaginação, possibilitando que conflitos emocionais complexos sejam reconhecidos, compreendidos e elaborados. Nesse sentido, a criança ferida torna-se uma poderosa representação do processo pelo qual a fragilidade inicial pode converter-se em força, consciência e crescimento interior.

Outro aspecto relevante refere-se ao caráter profundamente esperançoso dessas narrativas. Embora os protagonistas enfrentem experiências dolorosas e, muitas vezes, aparentemente insuperáveis, os contos de fadas demonstram que a identidade humana não é determinada exclusivamente pelas feridas do passado. A jornada da criança abandonada evidencia que o sofrimento pode ser transformado em fonte de aprendizado, sensibilidade e sabedoria emocional. Ao final da trajetória, os personagens não retornam ao estado anterior, mas alcançam uma condição mais integrada e madura. Dessa forma, essas narrativas reafirmam uma das ideias centrais da Psicologia Analítica: a possibilidade de transformação presente em toda experiência humana. A criança ferida, ao encontrar seu lugar no mundo e reconciliar-se com sua própria história, simboliza a capacidade da psique de reconstruir-se, integrar suas cicatrizes e caminhar em direção à realização do Self e à plenitude da personalidade.

REFERÊNCIAS

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos**: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

FRANZ, Marie-Louise von. **A interpretação dos contos de fadas**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2005.

FRANZ, Marie-Louise von. **O feminino nos contos de fadas**. Petrópolis: Vozes, 2010.

HILLMAN, James. **O código do ser: em busca da verdadeira identidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

JUNG, Carl Gustav. **O desenvolvimento da personalidade**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. (Coleção Obras Completas de C. G. Jung, v. 17).

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. (Coleção Obras Completas de C. G. Jung, v. 9/1).

MILLER, Alice. **O drama da criança bem-dotada: como os pais destroem a vida emocional de seus filhos**. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

WOODMAN, Marion. **O abandono do amor: o trauma do abuso e o resgate do feminino**. São Paulo: Paulus, 1995.

**CHAPEUZINHO VERMELHO E A TRANSIÇÃO DA INFÂNCIA À ADOLESCÊNCIA:
SÍMBOLOS DO DESEJO, DO PERIGO E DA SEXUALIDADE**

**LITTLE RED RIDING HOOD AND THE TRANSITION FROM CHILDHOOD TO
ADOLESCENCE: SYMBOLS OF DESIRE, DANGER, AND SEXUALITY**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-030>

Marcelly Mesquita

Profª. Dra.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7595965934736130>

Resumo

O conto de fadas *Chapeuzinho Vermelho* constitui uma das narrativas mais difundidas da tradição ocidental, atravessando séculos e culturas por meio de diferentes versões e interpretações. Longe de representar apenas uma história infantil sobre obediência e desobediência, o enredo revela complexos significados psicológicos relacionados ao desenvolvimento humano. Sob a perspectiva psicanalítica, a trajetória da protagonista simboliza o processo de transição da infância para a adolescência, período marcado pelo despertar dos desejos, pela descoberta da sexualidade, pela ampliação da autonomia e pelo encontro com perigos externos e internos. Autores como Bettelheim (2018), Corso e Corso (2006), Von Franz (2005), Darnton (2006) e Zipes (2012) destacam que os contos de fadas atuam como instrumentos simbólicos de elaboração psíquica, permitindo que conflitos relacionados ao crescimento sejam representados de forma metafórica. O presente artigo analisa o conto *Chapeuzinho Vermelho* como uma narrativa da passagem para a adolescência, discutindo os significados simbólicos da menina, da floresta, do lobo, da avó e do percurso realizado pela protagonista. Conclui-se que a história representa uma jornada de transformação psicológica, na qual o perigo, o desejo e a sexualidade constituem elementos fundamentais do amadurecimento humano.

Palavras-chave: Adolescência; Chapeuzinho Vermelho; Contos de Fadas; Psicanálise; Sexualidade; Simbolismo.

Abstract

The fairy tale *Little Red Riding Hood* is one of the most widespread narratives in the Western tradition, spanning centuries and cultures through different versions and interpretations. Far from being merely a children's story about obedience and disobedience, the narrative reveals complex psychological meanings related to human development. From a psychoanalytic perspective, the protagonist's journey symbolizes the transition from childhood to adolescence, a period marked by the awakening of desire, the discovery of

sexuality, the expansion of autonomy, and encounters with both external and internal dangers. Authors such as Bettelheim (2018), Corso and Corso (2006), Von Franz (2005), Darnton (2006), and Zipes (2012) emphasize that fairy tales function as symbolic instruments of psychic elaboration, allowing conflicts associated with growth and maturation to be represented metaphorically. This article analyzes *Little Red Riding Hood* as a narrative of the passage into adolescence, discussing the symbolic meanings of the girl, the forest, the wolf, the grandmother, and the path traveled by the protagonist. It is concluded that the story represents a journey of psychological transformation in which danger, desire, and sexuality constitute fundamental elements of human maturation.

Keywords: Adolescence; Fairy Tales; Little Red Riding Hood; Psychoanalysis; Sexuality; Symbolism.

1 INTRODUÇÃO

Os contos de fadas ocupam posição privilegiada no imaginário humano por apresentarem, sob forma simbólica, conflitos universais relacionados ao crescimento, às relações familiares, aos medos e aos desejos inconscientes. Entre essas narrativas, *Chapeuzinho Vermelho* destaca-se por abordar de maneira profunda temas relacionados à passagem da infância para a adolescência. Embora frequentemente apresentada como uma simples história moral sobre os perigos de conversar com estranhos, a narrativa contém significados psicológicos que ultrapassam essa interpretação literal.

Segundo Bettelheim (2018), os contos de fadas oferecem às crianças oportunidades de compreender simbolicamente conflitos inerentes ao desenvolvimento emocional. Por meio de personagens e situações imaginárias, essas narrativas permitem que medos, desejos e dilemas sejam elaborados de maneira segura e acessível. Nesse contexto, *Chapeuzinho Vermelho* representa uma história de iniciação, na qual a protagonista deixa gradualmente a infância e se aproxima das experiências que caracterizam o universo adolescente.

Para Corso e Corso (2006), os contos infantis frequentemente narram processos de transformação psíquica relacionados ao crescimento e à construção da identidade. As aventuras dos personagens expressam, em linguagem simbólica, os desafios enfrentados pelos indivíduos ao longo do desenvolvimento. Assim, a jornada da menina pela floresta pode ser compreendida como uma metáfora do percurso psicológico que conduz à maturidade.

O objetivo deste artigo é analisar *Chapeuzinho Vermelho* sob uma perspectiva psicanalítica, discutindo os símbolos associados ao desejo, ao perigo e à sexualidade presentes na narrativa e sua relação com a transição da infância à adolescência.

2 A ORIGEM E OS SIGNIFICADOS CULTURAIS DO CONTO

A versão mais conhecida de *Chapeuzinho Vermelho* foi publicada por Charles Perrault no século XVII, na coletânea *Contos da Mamãe Ganso* (PERRAULT, 2007). Diferentemente das adaptações infantis contemporâneas, sua narrativa original apresenta um forte conteúdo moralizante e termina de forma trágica. A protagonista é punida por confiar no lobo, e a moral do conto alerta explicitamente as jovens sobre os perigos representados por figuras sedutoras e manipuladoras. Dessa forma, o lobo assume um significado simbólico relacionado ao desejo, à sedução e aos riscos associados à perda da inocência.

Nessa perspectiva, a narrativa ultrapassa a condição de simples história infantil e pode ser compreendida como uma metáfora da passagem da infância para a vida adulta. A jornada de Chapeuzinho Vermelho representa o momento em que o indivíduo deixa a proteção familiar e passa a enfrentar experiências ligadas à autonomia, às escolhas e às descobertas características do amadurecimento. A personagem simboliza, portanto, o processo de crescimento psicológico e a construção gradual da identidade.

Darnton (2006) destaca que os contos populares europeus surgiram em contextos históricos marcados pela pobreza, pela violência e pelas dificuldades da vida rural. As narrativas transmitidas oralmente tinham a função de entreter, preservar tradições culturais e ensinar formas de lidar com os perigos do cotidiano. Por isso, muitos dos riscos presentes nas histórias refletiam ameaças concretas enfrentadas pelas comunidades, como animais selvagens, estranhos perigosos e situações de vulnerabilidade infantil.

Segundo o autor, as versões orais de *Chapeuzinho Vermelho* eram mais sombrias e continham elementos relacionados à violência, à sedução e ao erotismo, evidenciando preocupações associadas ao ingresso dos jovens no mundo adulto. Essas narrativas funcionavam como alertas simbólicos sobre os desafios que acompanham o crescimento e a conquista da autonomia.

As interpretações psicanalíticas ampliam essa compreensão ao relacionar os símbolos do conto aos conflitos emocionais do desenvolvimento humano. Para Bettelheim (2018), a narrativa aborda o despertar da sexualidade, a perda gradual da inocência e a construção da independência emocional. O capuz vermelho, nesse contexto, representa as mudanças associadas à puberdade e ao início de uma nova fase da vida. Corso e Corso (2006) acrescentam que a saída da casa materna e a travessia da floresta simbolizam processos de separação e amadurecimento necessários à constituição da identidade.

Embora a história tenha sofrido modificações ao longo dos séculos — especialmente na versão dos Irmãos Grimm, que introduz o caçador e um final mais otimista — seus significados centrais permaneceram preservados. Conforme observa Zipes (2012), os contos de fadas adaptam-se às transformações culturais, mas continuam expressando conflitos universais da experiência humana. Em *Chapeuzinho Vermelho*, permanecem centrais os temas do desejo, da curiosidade, do perigo, da autonomia e da passagem para a vida adulta.

Assim, a permanência do conto ao longo do tempo não se explica apenas por sua popularidade, mas pela riqueza simbólica de suas imagens. A menina, a floresta, o lobo e a avó representam experiências universais relacionadas ao crescimento, à descoberta de si mesmo e aos desafios do amadurecimento. Por essa razão, *Chapeuzinho Vermelho* continua sendo uma das narrativas mais significativas da tradição ocidental e uma importante fonte de reflexão sobre a construção da identidade e a transição da infância para a adolescência.

3 CHAPEUZINHO VERMELHO COMO SÍMBOLO DA TRANSIÇÃO PARA A ADOLESCÊNCIA

Diversos autores interpretam *Chapeuzinho Vermelho* como uma narrativa simbólica da passagem da infância para a adolescência, período marcado por profundas transformações físicas, emocionais e sociais. Nessa perspectiva, a protagonista não representa apenas uma criança cumprindo uma tarefa familiar, mas uma jovem em processo de amadurecimento. Sua jornada simboliza o momento de transição entre a segurança característica da infância e os desafios associados à construção da autonomia e da identidade.

O próprio capuz vermelho possui importante significado simbólico. Segundo Bettelheim (2018), a cor vermelha está tradicionalmente associada à vitalidade, à paixão, ao desejo e às transformações relacionadas ao desenvolvimento sexual. Dessa forma, o capuz pode ser compreendido como uma representação do despertar da feminilidade e das mudanças que acompanham a puberdade. O elemento que identifica a personagem torna-se, assim, um símbolo da entrada em uma nova etapa da vida, marcada pelo surgimento de sentimentos, interesses e experiências até então desconhecidos.

A saída de casa e o percurso pela floresta representam o afastamento gradual da proteção infantil e o ingresso em um universo mais complexo, repleto de descobertas, escolhas e responsabilidades. Ao caminhar sozinha, Chapeuzinho Vermelho passa a enfrentar situações que exigem discernimento e autonomia, características fundamentais para o desenvolvimento psicológico. A floresta, por sua vez, simboliza o desconhecido e os desafios que acompanham o crescimento, constituindo uma metáfora das transformações emocionais vividas ao longo da adolescência.

Corso e Corso (2006) afirmam que muitos contos de fadas apresentam protagonistas que precisam deixar o ambiente familiar para construir autonomia psicológica. Em *Chapeuzinho Vermelho*, esse movimento ocorre quando a personagem abandona temporariamente a proteção materna e inicia uma jornada que a coloca diante de experiências capazes de ampliar sua compreensão sobre si mesma e sobre o mundo. A curiosidade demonstrada ao longo do percurso reforça essa interpretação, pois expressa o desejo de explorar novas possibilidades e conhecer aquilo que está além dos limites da infância.

Assim, a narrativa ultrapassa a dimensão de uma simples história sobre obediência e desobediência. O conto representa simbolicamente os desafios do crescimento humano, evidenciando que a passagem para

a adolescência envolve tanto descobertas quanto riscos, tanto curiosidade quanto responsabilidade. A trajetória de Chapeuzinho Vermelho torna-se, portanto, uma metáfora do processo de construção da identidade e da conquista gradual da autonomia emocional e psicológica.

4 A FLORESTA: O ESPAÇO DO INCONSCIENTE E DO DESCONHECIDO

Na tradição simbólica dos contos de fadas, a floresta ocupa um lugar central como representação do inconsciente e dos territórios ainda não explorados da psique humana. Segundo Von Franz (2005), as florestas aparecem com frequência nessas narrativas como cenários de transformação, marcando momentos em que os personagens precisam afastar-se da segurança conhecida para enfrentar desafios que promoverão crescimento e amadurecimento. Diferentemente dos espaços organizados e protegidos da vida cotidiana, a floresta simboliza aquilo que é incerto, misterioso e desconhecido, tornando-se uma metáfora dos conteúdos inconscientes que ainda não foram plenamente compreendidos pelo sujeito.

Ao adentrar a floresta, Chapeuzinho Vermelho deixa para trás a proteção da casa materna e ingressa em uma realidade mais complexa, marcada por escolhas, riscos e descobertas. Esse deslocamento possui profundo significado psicológico, pois representa o momento em que a criança começa a afastar-se gradualmente da dependência infantil e passa a confrontar experiências novas que exigem maior autonomia. A floresta não constitui apenas um cenário físico para a aventura da protagonista; ela funciona como um espaço simbólico de transição, no qual antigas certezas são questionadas e novas formas de compreensão da realidade começam a surgir.

Sob a perspectiva psicanalítica, a floresta pode ser interpretada como a representação do mundo interno em transformação. Durante a transição da infância para a adolescência, o indivíduo passa a conviver com emoções mais complexas, desejos contraditórios, dúvidas sobre sua identidade e conflitos associados ao crescimento. Assim como Chapeuzinho precisa encontrar seu caminho em meio à floresta, o adolescente precisa aprender a lidar com sentimentos, impulsos e experiências que até então eram desconhecidos. Nesse sentido, a travessia simboliza o processo de construção da autonomia emocional e psicológica.

A floresta, além disso, é o local onde ocorre o encontro com o lobo, figura que representa os perigos, os desejos e as ambiguidades presentes no processo de amadurecimento. Dentro desse espaço simbólico, a protagonista é confrontada com situações que exigem discernimento e capacidade de escolha. O caminho deixa de ser linear e seguro, revelando que o crescimento humano envolve inevitavelmente o contato com o desconhecido. Conforme observa Von Franz (2005), os contos de fadas frequentemente utilizam espaços obscuros e misteriosos para representar os momentos em que o indivíduo precisa confrontar conteúdos inconscientes e desenvolver uma compreensão mais ampla de si mesmo.

Dessa forma, a floresta em *Chapeuzinho Vermelho* pode ser compreendida como uma metáfora da jornada psicológica que acompanha a passagem para a adolescência. Ela representa o território das

transformações internas, onde medos, desejos, conflitos e possibilidades convivem simultaneamente. É nesse espaço que a protagonista abandona gradualmente a posição infantil, confronta experiências inéditas e inicia o processo de construção de uma identidade mais autônoma. Por isso, a floresta não simboliza apenas perigo, mas também crescimento, descoberta e amadurecimento, tornando-se um dos elementos centrais da narrativa e de sua interpretação psicanalítica.

5 O LOBO: DESEJO, SEDUÇÃO E PERIGO

Entre todos os elementos presentes em *Chapeuzinho Vermelho*, o lobo constitui provavelmente o símbolo mais significativo da narrativa. Sua importância ultrapassa a função de antagonista, assumindo um papel central na representação dos conflitos psicológicos associados ao crescimento e à entrada no mundo adulto. Segundo Bettelheim (2018), o lobo simboliza simultaneamente o perigo externo e os impulsos internos relacionados ao desejo, à curiosidade e à sexualidade. Sua presença marca o momento em que a protagonista deixa de habitar um universo exclusivamente protegido e passa a confrontar realidades mais complexas, características do período de transição entre a infância e a adolescência.

Diferentemente de outros vilões dos contos de fadas, o lobo não se apresenta inicialmente como uma ameaça evidente. Ele aproxima-se da menina de forma cordial, estabelece uma conversa, conquista sua confiança e conduz a interação por meio da sedução e da persuasão. Essa característica é fundamental para compreender o simbolismo da personagem, pois evidencia que nem todos os perigos se manifestam de forma explícita. Em vez da violência imediata, o lobo utiliza a palavra, o encantamento e a manipulação. Por essa razão, diversos autores interpretam sua figura como uma representação dos riscos associados ao despertar da sexualidade e ao encontro com experiências desconhecidas que acompanham o amadurecimento.

Na versão clássica de Perrault (2007), essa interpretação torna-se ainda mais evidente. A moral apresentada ao final da narrativa estabelece uma relação direta entre o lobo e indivíduos que utilizam estratégias de sedução para aproximar-se de jovens inexperientes. Dessa forma, o conto funciona como um alerta sobre a vulnerabilidade associada à ingenuidade e à falta de discernimento diante das intenções ocultas dos outros. A narrativa sugere que o crescimento exige não apenas curiosidade e desejo de explorar o mundo, mas também capacidade de reconhecer riscos e estabelecer limites.

Entretanto, uma leitura psicanalítica permite compreender que o lobo não representa apenas uma ameaça externa. Ele também pode ser interpretado como uma projeção simbólica de aspectos da própria psique da protagonista. Bettelheim (2018) argumenta que a figura do lobo expressa desejos, curiosidades, fantasias e impulsos que emergem durante o desenvolvimento e que precisam ser reconhecidos e elaborados. Nesse sentido, o encontro entre Chapeuzinho Vermelho e o lobo pode ser compreendido como

uma metáfora do confronto com conteúdos internos que acompanham a adolescência, período caracterizado pelo surgimento de novos sentimentos, dúvidas e conflitos relacionados à identidade e à sexualidade.

Sob essa perspectiva, o lobo assume uma função semelhante àquela desempenhada pela sombra em diversas narrativas simbólicas. Ele personifica aspectos instintivos da experiência humana que não podem ser simplesmente ignorados ou eliminados. Conforme observa Zipes (2012), os contos de fadas frequentemente abordam questões relacionadas ao poder, ao desejo e às relações sociais, utilizando figuras simbólicas para representar tensões presentes na vida cotidiana. O lobo expressa justamente essa dimensão instintiva e ambivalente da condição humana, revelando que o amadurecimento implica aprender a lidar com impulsos, desejos e perigos de forma consciente.

A permanência da figura do lobo no imaginário coletivo explica-se por sua extraordinária riqueza simbólica. Ele representa simultaneamente o sedutor, o predador, o desconhecido e os impulsos que emergem durante o crescimento. Sua presença na narrativa evidencia que a passagem da infância para a adolescência envolve o encontro com forças externas e internas que desafiam a inocência infantil. Assim, mais do que um simples vilão, o lobo simboliza os conflitos, os medos e os desejos que acompanham a construção da identidade, tornando-se um elemento fundamental para compreender os significados psicológicos de *Chapeuzinho Vermelho*.

6 A SEXUALIDADE COMO ELEMENTO SIMBÓLICO DA NARRATIVA

Embora *Chapeuzinho Vermelho* não trate explicitamente da sexualidade, diversos elementos da narrativa apontam para essa temática de forma simbólica. Bettelheim (2018) afirma que os contos de fadas costumam abordar questões relacionadas ao desenvolvimento humano por meio de metáforas e imagens capazes de representar conflitos emocionais complexos. Nesse contexto, a conversa entre Chapeuzinho Vermelho e o lobo, o abandono momentâneo do caminho indicado pela mãe e a chegada ao quarto da avó podem ser compreendidos como símbolos das experiências que acompanham o despertar da sexualidade e o ingresso em uma nova etapa da vida. A narrativa não apresenta essas questões de forma direta, mas as incorpora ao enredo por meio de situações que remetem à curiosidade, ao desejo e à descoberta do desconhecido.

A adolescência é caracterizada por profundas transformações físicas, emocionais e psicológicas. Nesse período, surgem novas formas de compreensão do próprio corpo, dos relacionamentos e dos afetos. O indivíduo passa a perceber a si mesmo e aos outros de maneira diferente, desenvolvendo interesses, sentimentos e questionamentos que não estavam presentes durante a infância. Os contos de fadas frequentemente representam essas mudanças por meio de imagens simbólicas que podem ser compreendidas em diferentes níveis de consciência. Assim, o percurso de Chapeuzinho Vermelho pela floresta pode ser interpretado como uma representação metafórica do caminho percorrido durante a

transição para a adolescência, momento em que novas experiências passam a fazer parte da construção da identidade.

Na interpretação proposta por Bettelheim (2018), a personagem vivencia uma jornada marcada pela curiosidade e pela descoberta, elementos fundamentais para o desenvolvimento humano. Ao conversar com o lobo e permitir-se desviar do caminho inicialmente traçado, Chapeuzinho entra em contato com situações que simbolizam a atração pelo novo e pelo desconhecido. Essa curiosidade não deve ser compreendida apenas como desobediência infantil, mas como uma característica inerente ao crescimento psicológico. O processo de amadurecimento exige que o indivíduo explore novas possibilidades, confronte dúvidas e desenvolva formas próprias de compreender a realidade.

Corso e Corso (2006) argumentam que a função dos contos de fadas não consiste em ensinar diretamente sobre sexualidade ou comportamento, mas em oferecer recursos simbólicos para que crianças e adolescentes possam elaborar medos, curiosidades e conflitos relacionados ao crescimento. Por essa razão, os contos não apresentam explicações literais sobre os desafios da adolescência; em vez disso, utilizam personagens, objetos e acontecimentos carregados de significados que permitem diferentes interpretações. O valor dessas narrativas reside justamente em sua capacidade de abordar temas complexos por meio da imaginação simbólica, favorecendo processos de reflexão e elaboração emocional.

Outro aspecto importante refere-se à tensão constante entre inocência e experiência presente ao longo da narrativa. Chapeuzinho Vermelho inicia sua jornada em uma condição de relativa proteção e desconhecimento, mas gradualmente entra em contato com situações que ampliam sua compreensão da realidade. O lobo representa não apenas uma ameaça externa, mas também a descoberta de dimensões da vida que escapam ao universo infantil. Nesse sentido, a história retrata o momento em que a criança começa a perceber que o mundo é mais complexo do que imaginava, sendo necessário aprender a lidar com desejos, riscos e responsabilidades.

A chegada à casa da avó constitui um dos momentos mais simbólicos da narrativa. O famoso diálogo entre a protagonista e o lobo disfarçado evidencia um processo gradual de percepção e reconhecimento. A menina observa diferenças, faz perguntas e começa a desconfiar daquilo que vê. Psicologicamente, essa cena pode ser interpretada como uma metáfora da ampliação da consciência, na qual o sujeito abandona visões simplificadas da realidade e desenvolve uma compreensão mais profunda sobre si mesmo e sobre os outros. Trata-se de um movimento essencial para o amadurecimento emocional.

Chapeuzinho Vermelho expressa de forma simbólica o conflito entre a inocência infantil e a descoberta de novos aspectos da vida afetiva, emocional e sexual. A narrativa evidencia que o crescimento humano envolve tanto curiosidade quanto risco, tanto desejo quanto responsabilidade. Ao transformar essas questões em imagens e acontecimentos simbólicos, o conto oferece uma representação rica e atemporal dos

desafios que acompanham a transição da infância para a adolescência, permanecendo relevante para compreender os processos de formação da identidade e amadurecimento psicológico.

7 A AVÓ E A TRANSFORMAÇÃO DA IDENTIDADE

A figura da avó ocupa um papel fundamental em *Chapeuzinho Vermelho*, ultrapassando a função de personagem secundária para assumir um importante significado psicológico e simbólico. Nos contos de fadas, os avós frequentemente representam a experiência acumulada, a sabedoria transmitida entre gerações e a continuidade dos vínculos familiares. Nesse sentido, a avó simboliza uma referência de proteção, orientação e pertencimento, constituindo um elo entre a infância da protagonista e o universo adulto que ela começa a explorar. Sua presença reforça a ideia de estabilidade e segurança, características que serão gradualmente colocadas em questão ao longo da narrativa.

Quando o lobo ocupa o lugar da avó, ocorre uma ruptura simbólica dessa ordem familiar conhecida. Aquilo que deveria representar acolhimento e proteção transforma-se em ameaça e incerteza. Do ponto de vista psicológico, essa substituição pode ser compreendida como uma metáfora do momento em que a criança começa a perceber que o mundo não corresponde integralmente às idealizações construídas durante a infância. A confiança absoluta nas figuras protetoras cede espaço à descoberta de que a realidade é mais complexa, ambígua e imprevisível do que parecia anteriormente.

O famoso diálogo entre Chapeuzinho Vermelho e a suposta avó constitui um dos momentos mais significativos da narrativa. Ao observar os olhos, as orelhas e os dentes cada vez maiores, a protagonista começa a perceber que algo não está de acordo com suas expectativas. Esse processo de observação e questionamento simboliza a ampliação gradual da consciência. A menina deixa de aceitar a realidade de forma passiva e passa a desenvolver uma postura investigativa diante do mundo. Em termos psicológicos, trata-se de uma representação do amadurecimento cognitivo e emocional, no qual antigas certezas começam a ser revistas.

Segundo Von Franz (2005), muitos contos de fadas apresentam situações nas quais o protagonista precisa abandonar percepções infantis para alcançar uma compreensão mais ampla da realidade. O crescimento psicológico exige a capacidade de reconhecer contradições, ambiguidades e complexidades que não eram percebidas anteriormente. Em *Chapeuzinho Vermelho*, esse movimento ocorre justamente quando a personagem se depara com algo que desafia sua visão ingênua do mundo. A descoberta de que as aparências podem enganar representa um importante passo no processo de desenvolvimento da autonomia e do discernimento.

Além disso, a cena evidencia a passagem de uma compreensão baseada exclusivamente na confiança para uma percepção sustentada pela experiência e pela reflexão. A protagonista aprende que nem todas as pessoas ou situações são aquilo que aparentam ser e que o amadurecimento envolve desenvolver a

capacidade de análise crítica diante das circunstâncias da vida. Assim, a figura da avó e sua substituição pelo lobo tornam-se elementos centrais da narrativa, simbolizando a transição entre a inocência infantil e uma visão mais complexa da realidade. Dessa forma, o conto sugere que crescer implica não apenas adquirir novos conhecimentos, mas também reformular percepções, enfrentar decepções e construir uma compreensão mais madura de si mesmo e do mundo.

8 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico, exploratório e interpretativo, fundamentado em referenciais da psicanálise, da psicologia analítica e dos estudos culturais sobre os contos de fadas. O objetivo central consistiu em analisar o conto *Chapeuzinho Vermelho* como uma representação simbólica da transição da infância para a adolescência, enfatizando os significados psicológicos relacionados ao desejo, ao perigo, à sexualidade e aos processos de amadurecimento humano. Partiu-se do pressuposto de que os contos de fadas constituem produções simbólicas capazes de expressar conflitos universais da psique, funcionando como instrumentos de elaboração emocional e de compreensão das diferentes etapas do desenvolvimento humano.

A metodologia adotada fundamentou-se na análise crítica de obras clássicas que discutem os contos de fadas sob perspectivas distintas e complementares. Foram considerados referenciais psicanalíticos, históricos, literários e culturais, com o objetivo de compreender a multiplicidade de significados presentes na narrativa de *Chapeuzinho Vermelho*. A opção pela pesquisa bibliográfica justifica-se pelo fato de que o conto analisado possui extensa tradição interpretativa, permitindo a articulação de diferentes perspectivas teóricas na construção de uma leitura interdisciplinar do texto.

Inicialmente, foram examinadas as contribuições de Bruno Bettelheim (2018), cuja obra é considerada uma das principais referências para a interpretação psicanalítica dos contos de fadas. O autor compreende essas narrativas como instrumentos fundamentais para a elaboração dos conflitos emocionais da infância e da adolescência, destacando que *Chapeuzinho Vermelho* representa simbolicamente o despertar da sexualidade feminina, a perda gradual da inocência e os desafios associados ao crescimento psicológico. Suas interpretações forneceram importantes subsídios para a análise da simbologia do capuz vermelho, da floresta e da figura do lobo.

Também foram incorporadas as reflexões de Diana Corso e Mário Corso (2006), que analisam os contos infantis a partir de referenciais psicanalíticos inspirados especialmente em Freud e Lacan. Os autores enfatizam que essas narrativas constituem espaços privilegiados para a elaboração simbólica dos conflitos relacionados ao desejo, à autonomia, às relações familiares e ao desenvolvimento da subjetividade. Suas contribuições permitiram ampliar a compreensão do conto para além de uma leitura moralizante, destacando sua função como narrativa de formação e amadurecimento psicológico.

A pesquisa contemplou ainda os estudos históricos de Robert Darnton (2006), particularmente suas análises das versões orais camponesas de *Chapeuzinho Vermelho*. O autor demonstra que essas narrativas apresentavam conteúdos significativamente mais explícitos em relação à sexualidade, ao erotismo e aos perigos da vida adulta do que as versões posteriormente adaptadas para o público infantil. Essa perspectiva possibilitou compreender o conto como uma construção histórica e cultural que reflete diferentes concepções sobre infância, sexualidade, gênero e moralidade ao longo do tempo.

Outro referencial fundamental foi a obra de Marie-Louise von Franz (2005), importante representante da Psicologia Analítica junguiana. Suas análises dos contos de fadas permitiram interpretar os personagens e acontecimentos da narrativa como manifestações arquetípicas relacionadas aos processos de individuação. A autora compreende a floresta como representação do inconsciente, o lobo como expressão de conteúdos instintivos e a jornada da protagonista como um caminho simbólico de transformação psicológica. Essa abordagem ampliou a compreensão dos elementos simbólicos presentes no conto, relacionando-os ao desenvolvimento da personalidade e ao amadurecimento da consciência.

Complementarmente, foi analisada a versão clássica escrita por Charles Perrault (2007), considerada uma das principais referências da tradição ocidental. A leitura dessa versão permitiu identificar a estrutura narrativa original do conto e compreender sua moral explícita sobre os riscos da sedução e da ingenuidade. O texto de Perrault revelou-se particularmente relevante para a análise das relações entre sexualidade, desejo, controle social e comportamento feminino presentes na narrativa.

Por fim, foram incorporadas as contribuições de Jack Zipes (2012), que investiga os contos de fadas a partir de uma perspectiva histórica e sociocultural. O autor discute como essas narrativas participaram da construção de padrões de gênero, moralidade e comportamento ao longo da história, evidenciando mecanismos de regulação social relacionados especialmente à sexualidade feminina. Suas reflexões contribuíram para compreender como diferentes versões de *Chapeuzinho Vermelho* foram utilizadas para transmitir valores culturais e normas sociais às novas gerações.

A análise dos dados foi organizada em categorias temáticas construídas a partir dos conceitos recorrentes identificados na literatura selecionada. Entre essas categorias destacaram-se: transição da infância para a adolescência, sexualidade, desejo, sedução, perigo, construção da identidade, arquétipos e amadurecimento psicológico. Essas categorias foram utilizadas para orientar a interpretação dos símbolos presentes na narrativa e para estabelecer relações entre os acontecimentos do conto e os processos de desenvolvimento humano descritos pelos autores estudados.

Dessa forma, a metodologia adotada permitiu articular contribuições da psicanálise, da psicologia analítica, da história cultural e dos estudos literários, possibilitando uma compreensão ampla de *Chapeuzinho Vermelho* como narrativa simbólica da passagem para a adolescência. A combinação dessas diferentes perspectivas teóricas favoreceu uma análise aprofundada dos significados psicológicos do conto,

evidenciando sua relevância para a compreensão dos processos de crescimento, formação da identidade e elaboração das experiências relacionadas ao desejo e à sexualidade.

A análise foi organizada em categorias temáticas construídas a partir dos conceitos identificados na literatura consultada. Entre essas categorias destacam-se: transição da infância para a adolescência, despertar da sexualidade, desejo, sedução, perigo, arquétipos simbólicos, individuação e identidade feminina. Essas categorias orientaram a interpretação dos elementos narrativos e permitiram estabelecer relações entre os símbolos presentes no conto e os processos psicológicos descritos pelos autores estudados.

Tabela 1 – Referenciais teóricos e contribuições para a análise de Chapeuzinho Vermelho.

Autor	Obra	Principais contribuições para o estudo
Bettelheim (2018)	<i>A psicanálise dos contos de fadas</i>	Interpreta o conto como representação do despertar da sexualidade feminina e da passagem da infância para a adolescência.
Corso e Corso (2006)	<i>Fadas no divã</i>	Analisa os contos de fadas como expressões psicanalíticas dos conflitos relacionados ao desejo, ao crescimento e à autonomia.
Darnton (2006)	<i>O grande massacre de gatos</i>	Contextualiza historicamente as versões orais do conto, evidenciando elementos de erotismo e sexualidade presentes nas narrativas populares.
Von Franz (2005)	<i>A interpretação dos contos de fada</i>	Interpreta os personagens e símbolos do conto a partir dos arquétipos junguianos e do processo de individuação.
Perrault (2007)	<i>Contos da mamãe ganso</i>	Fornecer a versão clássica escrita do conto e a moral relacionada aos perigos da sedução.
Zipes (2012)	<i>O conto de fadas e a arte da subversão</i>	Analisa o papel dos contos de fadas na construção dos papéis de gênero e no controle simbólico da sexualidade feminina.

Fonte: Elaborada pela autora.

A partir desse percurso metodológico, buscou-se compreender *Chapeuzinho Vermelho* não apenas como uma narrativa infantil, mas como um texto simbólico capaz de expressar conflitos universais relacionados ao desenvolvimento humano. A articulação entre psicanálise, psicologia analítica e história cultural permitiu construir uma interpretação ampla da narrativa, evidenciando sua relevância para a compreensão dos processos de amadurecimento, formação da identidade e elaboração dos desejos que acompanham a passagem da infância para a adolescência.

9 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise da narrativa permitiu identificar que *Chapeuzinho Vermelho* descreve simbolicamente o processo de passagem da infância para a adolescência. Os elementos centrais do conto — a floresta, o lobo, a avó e o percurso da protagonista — representam momentos fundamentais do desenvolvimento psicológico.

Os resultados confirmam a interpretação de Bettelheim (2018), segundo a qual o conto aborda conflitos relacionados ao despertar da sexualidade, à descoberta da autonomia e ao enfrentamento de

perigos inerentes ao crescimento. A jornada da protagonista não consiste apenas em um deslocamento geográfico, mas em uma transformação psíquica.

Além disso, verificou-se que as contribuições de Von Franz (2005) ajudam a compreender os símbolos da narrativa como expressões do inconsciente. O conto apresenta imagens arquetípicas que permanecem relevantes porque representam experiências humanas universais.

As reflexões de Corso e Corso (2006) reforçam a ideia de que os contos de fadas continuam desempenhando importante função psicológica ao possibilitar a elaboração simbólica de conflitos relacionados ao desenvolvimento humano.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada neste estudo permitiu compreender que *Chapeuzinho Vermelho* ultrapassa a condição de simples narrativa infantil e constitui uma importante representação simbólica do processo de transição da infância para a adolescência. A partir das contribuições de Bettelheim (2018), Corso e Corso (2006), Darnton (2006), Von Franz (2005) e Zipes (2012), foi possível identificar que os elementos centrais da história — o capuz vermelho, a floresta, o lobo e a avó — expressam conflitos psicológicos associados ao crescimento, ao despertar da sexualidade, à construção da autonomia e à formação da identidade.

A narrativa evidencia que o amadurecimento humano não ocorre de forma linear ou isenta de conflitos. A jornada da protagonista simboliza a passagem de um universo protegido e conhecido para uma realidade mais complexa, marcada por desejos, riscos, descobertas e responsabilidades. Nesse percurso, a floresta representa o encontro com o desconhecido, enquanto o lobo assume a função simbólica de expressar tanto os perigos externos quanto os impulsos e ambivalências inerentes ao desenvolvimento psicológico.

As interpretações psicanalíticas analisadas demonstram que o conto oferece recursos simbólicos para a elaboração de experiências relacionadas ao crescimento. O despertar da sexualidade, a curiosidade diante do novo, a necessidade de autonomia e a ampliação da consciência aparecem representados em imagens que permitem compreender aspectos fundamentais da passagem para a adolescência. Dessa forma, a narrativa possibilita refletir sobre conflitos presentes no desenvolvimento humano sem abordá-los de maneira direta, característica que contribui para sua permanência ao longo do tempo.

Outro aspecto relevante refere-se à atualidade do conto. Apesar das transformações sociais e culturais ocorridas desde seu surgimento, os temas centrais da narrativa permanecem presentes na contemporaneidade. Questões relacionadas à identidade, ao desejo, aos limites, à proteção e à autonomia continuam mobilizando crianças, adolescentes e adultos. Isso explica por que *Chapeuzinho Vermelho* permanece sendo objeto de interesse nos campos da literatura, da educação, da psicologia e da psicanálise.

Portanto, conclui-se que a força simbólica da narrativa reside em sua capacidade de representar, por meio da fantasia, experiências universais do desenvolvimento humano. Mais do que uma história sobre uma

menina e um lobo, *Chapeuzinho Vermelho* constitui uma metáfora do crescimento psicológico e da construção da identidade, oferecendo uma reflexão atemporal sobre os desafios, os medos e as transformações que acompanham a passagem da infância para a adolescência.

REFERÊNCIAS

- BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- CORSO, Diana Lichtenstein; CORSO, Mário. **Fadas no divã: a psicanálise nas histórias infantis**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- FRANZ, Marie-Louise von. **A interpretação dos contos de fada**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2005.
- PERRAULT, Charles. **Contos da mamãe ganso**. São Paulo: Iluminuras, 2007.
- ZIPES, Jack. **O conto de fadas e a arte da subversão**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

**VIVÊNCIAS COM A MÚSICA NA PRÁTICA CLÍNICA COM AUTISMO: ENTRE SONS,
GESTOS, AFETOS E EXPRESSÃO****MUSICAL EXPERIENCES IN CLINICAL PRACTICE WITH AUTISM: BETWEEN SOUNDS,
GESTURES, AFFECTS, AND EXPRESSION** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-031>**Mailson Miguel Vieira da Silva**

Graduando em Fonoaudiologia

E-mail: Mailsonmiguel40@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0429757989175441>**Emília Ferreira de Araújo**

Especialista em Linguística aplicada na Educação (Universidade Cândido Mendes)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2579665468062886>**Cicero Inácio da Silva Neto**

Graduando em Fonoaudiologia

E-mail: cisn@academico.ufpb.br**Felipe Leandro Alves da Silva**

Superior incompleto - UFPB

E-mail: Felipeleandro.a12@gmail.com**Resumo**

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento que pode envolver dificuldades na comunicação social, na interação e na flexibilidade comportamental, além de alterações sensoriais e padrões repetitivos de comportamento. Nesse contexto, a música e a musicoterapia apresentam-se como recursos terapêuticos capazes de favorecer a comunicação, a interação social, a expressão emocional e a autorregulação. O presente trabalho discute a utilização da música na prática clínica com pessoas com TEA, destacando suas bases neurológicas e seu potencial para estimular diferentes regiões cerebrais relacionadas à percepção auditiva, movimento, memória, motivação e emoções. O processamento musical pode utilizar redes neurais amplas e, em alguns casos, mais preservadas do que aquelas envolvidas na linguagem oral, possibilitando uma via alternativa de comunicação e interação. Além disso, o ritmo pode atuar como um organizador externo, auxiliando na antecipação de ações, na coordenação motora e na organização do comportamento. Dessa forma, a música constitui uma ferramenta terapêutica relevante, podendo contribuir para experiências de comunicação, expressão e vínculo no atendimento clínico de pessoas com TEA.

Palavras-chave: Comunicação; Expressão emocional; Interação social; Musicoterapia; Música; Neuroplasticidade; Transtorno do Espectro Autista.

Abstract

Autism Spectrum Disorder (ASD) is a neurodevelopmental condition that may involve difficulties with social communication, interaction, and behavioral flexibility, as well as sensory differences and repetitive behavioral patterns. In this context, music and music therapy serve as therapeutic resources capable of fostering communication, social interaction, emotional expression, and self-regulation. This paper discusses the use of music in clinical practice with individuals with ASD, highlighting its neurological underpinnings and its potential to stimulate various brain regions associated with auditory perception, movement, memory, motivation, and emotion. Musical processing can engage extensive neural networks—which, in some cases, remain more intact than those involved in spoken language—thereby offering an alternative pathway for communication and interaction. Furthermore, rhythm can act as an external organizing force, aiding in the anticipation of actions, motor coordination, and behavioral organization. Thus, music constitutes a significant therapeutic tool, contributing to experiences of communication, expression, and bonding in the clinical care of individuals with ASD.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Communication; Emotional expression; Music; Music therapy; Neuroplasticity; Social interaction.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição complexa do neurodesenvolvimento, caracterizada por desafios persistentes na comunicação social e na interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (American Psychiatric Association, 2014). Esse diagnóstico é estabelecido a partir da presença de características precoces, sendo mais preciso quando fundamentado na observação clínica realizada por profissionais como neurologistas e psiquiatras, além do relato dos cuidadores que acompanham o desenvolvimento da criança.

No sistema de classificação do DSM-5, O TEA é identificado pelo código 299.00 (F84.0) e descrito como um transtorno com ampla variabilidade de manifestações clínicas que se apresentam em diferentes níveis de intensidade. embora sua etiologia seja multifatorial, as neurociências apontam para uma arquitetura cerebral atípica, com evidência de hipoconectividade de longo alcance entre as áreas corticais, o que dificulta a integração de informações sensoriais e sociais (Sampaio et al., 2015).

No âmbito da linguagem oral, o indivíduo com TEA frequentemente enfrenta dificuldades que vão desde a ausência total da fala até déficits na pragmática - uso social da linguagem (Castro, 2019). Tais

barreiras são, muitas vezes, exacerbadas por comprometimentos na chamada “Teoria da Mente”, que dificulta a compreensão de intenções, emoções e estados mentais de terceiros, tornando o convite à interação social um desafio constante (Sampaio et al., 2015; Castro, 2019).

No campo clínico, a musicalidade tem se mostrado uma ferramenta sensível e adaptável, capaz de atingir cada pessoa de maneira única, considerando suas formas singulares de perceber, sentir e pensar. A musicoterapia, nesse sentido, vem ganhando espaço como recurso terapêutico relevante, contribuindo para o progresso de pacientes em aspectos emocionais, cognitivos e sociais (Santos et al., 2019), uma vez que o processamento musical pode recrutar redes neurais distintas e muitas vezes mais preservadas que as da linguagem oral e verbal.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA (DESENVOLVIMENTO)

2.1 CARACTERIZAÇÃO E ETIOLOGIA DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

De acordo com Pinto et al. (2016), o TEA resulta de múltiplas causas, envolvendo a interação entre fatores genéticos, alterações neurológicas e influências do ambiente social. Essa combinação impacta diretamente no desenvolvimento motor e psiconeurológico. Conforme destacam Sampaio et al. (2015), estudos de neuroimagem complementam essa visão, apontando para uma arquitetura cerebral atípica, com evidências de hipoconectividade de longo alcance entre áreas corticais, o que dificulta a integração de informações sensoriais e sociais.

Por essa razão, o diagnóstico requer uma análise cuidadosa, considerando o grau de suporte necessário e a presença de eventuais comorbidades (American Psychiatric Association, 2014). Conforme descreve o manual, os primeiros indícios do transtorno surgem, em geral, entre o primeiro e o segundo ano de vida, tornando-se mais perceptíveis à medida que a criança é inserida em contextos sociais que demandam maior interação e flexibilidade comportamental. No âmbito da linguístico, essas dificuldades podem se manifestar desde a ausência da linguagem oral até déficits na pragmática - uso social da linguagem -, muitas vezes exacerbados por comprometimentos na chamada “Teoria da Mente”, que dificulta a compreensão de intenções e estados mentais alheios (Castro, 2019).

Nessas situações, observam-se as dificuldades em lidar com mudanças, resistência à quebra de rotinas - como a insistência em percorrer os mesmos trajetos ou consumir os mesmos alimentos -, além da repetição de comportamentos específicos. Também são comuns reações exacerbadas a estímulos sensoriais, como sons intensos, luzes fortes ou determinadas texturas, evidenciando os desafios da autorregulação sensorial frequentemente presentes no TEA (APA, 2014).

O diagnóstico clínico baseia-se principalmente na observação dos sinais comportamentais e sociais característicos, que afetam diferentes áreas do desenvolvimento humano, como socialização, esfera emocional e funções essenciais para a vida cotidiana (American Psychiatric Association, 2014). É nesse

cenário de barreiras comunicativas que a musicoterapia ganha relevância, pois o processamento musical pode recrutar redes neurais distintas e mais preservadas que as da linguagem oral e verbal, servindo como uma via alternativa de conexão e desenvolvimento (Sampaio et al., 2015; Santos et al., 2019).

2.2 A MÚSICA COMO FENÔMENO HUMANO E FERRAMENTA TERAPÊUTICA

A musicalidade acompanha a vida humana em diferentes dimensões — desde celebrações como aniversários e casamentos até práticas de relaxamento e até rituais de guerra (Santos et al., 2019). Autores como Tabarro (2010) e Santos et al. (2019) definem a música como a arte de organizar sons de maneira harmoniosa, capaz de mobilizar a inteligência, despertar sentimentos e sensibilizar a alma. Dessa forma, o uso da música se mostra eficaz sobretudo no trabalho com indivíduos que apresentam comprometimentos cognitivos e dificuldades de interação social. Biologicamente, essa eficácia ocorre porque o processamento musical é uma capacidade humana universal que recruta áreas cerebrais ligadas à recompensa e motivação, facilitando o engajamento de indivíduos que podem ser resistentes a outras formas de intervenção (Sampaio et al., 2015).

Segundo Ruud apud Vargas (2010), a música é uma das formas mais eficazes de captar e manter a atenção humana, pois combina elementos familiares com novidades sonoras, promovendo estímulos constantes e variados. No contexto do TEA, essa capacidade de captar a atenção é crucial, pois a música atua como um estímulo multissensorial organizado que ajuda a regular o foco e a reduzir a ansiedade diante do novo (Oliveira et al., 2019).

A utilização terapêutica da música remonta à Antiguidade, sendo reconhecida por pensadores como Platão e Aristóteles, que destacavam seus efeitos sobre o corpo e mente, sendo considerados precursores da musicoterapia ao apontarem sua influência na formação do caráter e na promoção da harmonia interior (Santos et al., 2019). Muniz (2012) também destaca que a música é uma forma de expressão capaz de estimular e favorecer o desenvolvimento das capacidades mentais humanas. Atualmente, essa visão histórica é validada por evidências que demonstram o papel da “música viva” - a intenção musical em tempo real - como uma ferramenta que estimula a neuroplasticidade e promove a comunicação não-verbal em ambientes clínicos (Sampaio et al., 2015; Quintão et al., 2024).

2.3 BASES NEUROLÓGICAS DA MUSICALIDADE NO TEA

A identidade sonora do ser humano começa a ser construída ainda no período pré-natal, como aponta Lorono apud Vargas (2012). O neurocientista Mark-Jude Tramo, da Universidade de Harvard, defende que os bebês já nascem com uma identidade sonora e são capazes de responder à música ainda no útero, reforçando o papel das experiências sonoras iniciais no desenvolvimento sensorial e emocional (Santos et

al., 2019). Assim como a linguagem, a música é capaz de expressar emoções de forma não verbal e não referencial, mobilizando regiões cerebrais relacionadas à comunicação e aos afetos (Vargas, 2010).

Levitin apud Lobato (2011) observa que a atividade musical ativa diversas regiões cerebrais simultaneamente, o que reforça seu potencial terapêutico. O córtex motor participa da regulação de movimentos como dançar ou tocar instrumentos; o córtex pré-frontal cria expectativas e processa sensações de satisfação ou frustração; o córtex sensorial oferece retorno tátil no manuseio de instrumentos; e o córtex auditivo atua na percepção e análise de sons. O cerebelo contribui para a coordenação motora rítmica e respostas emocionais, enquanto o corpo caloso integra os hemisférios cerebrais, promovendo comunicação inter-hemisférica. O hipocampo associa a música a memórias e experiências, e o núcleo accumbens atua na regulação do humor e da motivação, mediado pela dopamina. Já o córtex visual é ativado durante a leitura de partituras ou observação de gestos musicais.

No contexto do TEA, essa ativação global assume papel estratégico. Diferente do âmbito linguístico, que depende de conexões que costumam apresentar hipoconectividade no autismo, o processamento musical utiliza redes neurais mais amplas e distribuídas (Sampaio et al., 2015). Além disso, a prática musical facilita a conectividade auditivo-motora, permitindo que o ritmo funcione como um “marcapasso externo” que auxilia na organização do comportamento, na antecipação de ações e na redução da fragmentação da percepção sensorial (Castro, 2019; Sampaio et al., 2015).

3 CONCLUSÃO

Diante disso, para pessoas que vivenciam emoções intensas e de difícil controle, a escuta de melodias com potencial de elevar o estado emocional pode atuar como um regulador afetivo. Alvin (apud Vargas, 2010) ressalta que, ao ouvir músicas que tocam profundamente a alma, o indivíduo pode alcançar um equilíbrio psíquico comparável ao obtido por meio de tratamentos terapêuticos ou depurativos.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CASTRO, Blenda Stephanie Alves e. **Interfaces entre Fonoaudiologia e Musicoterapia na interação social e linguagem no Transtorno do Espectro do Autismo**. 2019. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Neurociências e suas Fronteiras) - Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

MUNIZ, M. S. MUNIZ, M. S. **A música como instrumento facilitador no processo de aprendizagem**. 2012. 35 f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2012.

SAMPAIO, Renato Tocantins; LOUREIRO, Cybelle Maria Veiga; GOMES, Cristiano Mauro Assis. A Musicoterapia e o Transtorno do Espectro do Autismo: uma abordagem informada pelas neurociências para a prática clínica. **Per Musi**, Belo Horizonte, n. 32, p. 137-170, 2015.

SANTOS, C. et al. O impacto da musicoterapia no desenvolvimento cognitivo e social de crianças com TEA. *In: Anais do Simpósio Brasileiro de Pós-Graduandos em Música*, Rio de Janeiro, 2019.

TABARRO, A. L. TABARRO, Antonio Luis. **Musicoterapia e Educação Musical Especial**: uma abordagem inclusiva. São Paulo: Memnon, 2010.

VARGAS, S. **A música como recurso terapêutico no tratamento de crianças com autismo**. 2012. 54 f. Monografia (Especialização em Musicoterapia) – Faculdade de Artes do Paraná, Curitiba, 2012.

ORATÓRIA, COMUNICAÇÃO ORAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

PUBLIC SPEAKING, ORAL COMMUNICATION, AND PROFESSIONAL TRAINING: A LITERATURE REVIEW

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-032>

Sinara Bertholdo de Andrade

Doutora em Linguística

Secretaria de Educação do Estado do Goiás (Seduc/GO)

E-mail: sinarabertholdo@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2742-5645>

Giuliano Pereira de Oliveira Castro

Mestre em Linguística Aplicada pela UnB

Professor na Universidade Federal de Goiás - UFG

E-mail: pgiuliano@ufg.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6058870351760842>

Resumo

Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre a oratória, compreendida como competência comunicativa relevante para a formação pessoal, acadêmica e profissional. O objetivo do trabalho é analisar contribuições teóricas sobre a oratória, considerando seus fundamentos históricos, sua relação com a retórica, a comunicação verbal e não verbal, a fala pública e sua importância em contextos profissionais e digitais. A metodologia utilizada consiste em revisão bibliográfica de obras clássicas e contemporâneas, artigos científicos e materiais acadêmicos publicados sobre retórica, oralidade, argumentação, comunicação e expressividade corporal, com prioridade para publicações entre 2000 e 2026, sem excluir autores clássicos fundamentais. A discussão indica que a oratória, embora historicamente associada à arte de falar bem, ultrapassa a dimensão técnica da exposição oral, pois envolve adequação ao público, clareza discursiva, organização argumentativa, controle emocional, expressividade vocal e corporal. Conclui-se que seu desenvolvimento contribui para a formação de sujeitos mais seguros, críticos e capazes de participar de diferentes situações sociais mediadas pela palavra oral.

Palavras-chave: Argumentação; Comunicação oral; Fala pública; Formação profissional; Retórica.

Abstract

This article presents a literature review on oratory, understood as a communicative competence relevant to personal, academic, and professional development. The study aims to analyze theoretical contributions

regarding oratory, considering its historical foundations, its relationship with rhetoric, verbal and non-verbal communication, public speaking, and its importance in professional and digital contexts. The methodology consists of a literature review of classical and contemporary works, scientific articles, and academic materials published on rhetoric, orality, argumentation, communication, and bodily expressiveness, prioritizing publications from 2000 to 2026 without excluding fundamental classical authors. The discussion indicates that oratory—while historically associated with the art of speaking well—goes beyond the technical dimension of oral presentation, as it involves audience adaptation, discursive clarity, argumentative organization, emotional control, and vocal and bodily expressiveness. It is concluded that developing this skill contributes to shaping individuals who are more confident and critical, and capable of participating in various social situations mediated by the spoken word.

Keywords: Argumentation; Oral communication; Professional development; Public speaking; Rhetoric.

1 INTRODUÇÃO

A comunicação oral ocupa lugar central nas relações sociais, acadêmicas e profissionais. Em diferentes situações da vida cotidiana, os sujeitos são convocados a expor ideias, defender pontos de vista, apresentar propostas, conduzir reuniões, ministrar aulas, participar de entrevistas, argumentar em debates ou interagir em ambientes presenciais e virtuais. Nesse contexto, a oratória assume importância significativa, pois se relaciona à capacidade de organizar o pensamento, selecionar recursos expressivos, adequar a linguagem ao público e transmitir uma mensagem com clareza, segurança e eficácia.

Tradicionalmente, a oratória foi compreendida como a arte de falar bem em público. Entretanto, essa definição, embora relevante, mostra-se insuficiente para compreender a complexidade da fala pública na contemporaneidade. A oratória envolve não apenas a escolha adequada das palavras, mas também aspectos argumentativos, corporais, vocais, emocionais e contextuais. Desse modo, falar bem não significa apenas falar de maneira elegante, mas construir uma interação comunicativa coerente com a finalidade, o público, o gênero discursivo e a situação social em que o discurso ocorre.

A relevância deste estudo justifica-se pelo fato de que a comunicação oral tem sido cada vez mais exigida em ambientes acadêmicos, profissionais e digitais. Apresentações, seminários, entrevistas, reuniões, aulas on-line, palestras e interações em redes sociais demandam sujeitos capazes de se expressar com clareza e responsabilidade. Além disso, a oralidade formal ocupa lugar importante na formação cidadã, uma vez que a participação em debates, assembleias, audiências públicas, reuniões de trabalho e práticas educativas depende da capacidade de formular argumentos e escutar posições divergentes.

No campo dos estudos da linguagem, a discussão sobre oratória pode ser aproximada dos debates sobre oralidade, gêneros discursivos, argumentação, retórica e competência comunicativa. Marcuschi

(2010) contribui para essa discussão ao demonstrar que fala e escrita não devem ser compreendidas como polos opostos, mas como práticas sociais relacionadas a contextos específicos de uso. Bakhtin (2011), por sua vez, permite compreender que todo uso da linguagem se realiza em enunciados concretos, produzidos em esferas de atividade humana historicamente situadas. Assim, a fala pública também deve ser interpretada como prática discursiva situada, e não como mera emissão individual de palavras.

Diante disso, este artigo parte do seguinte problema de pesquisa: como a literatura acadêmica compreende a oratória como competência comunicativa necessária à formação pessoal, acadêmica e profissional? O objetivo geral é analisar, por meio de revisão bibliográfica, as principais contribuições teóricas sobre a oratória, considerando seus fundamentos históricos, sua relação com a retórica, a comunicação verbal e não verbal, a fala pública e sua importância na formação profissional. Busca-se, com isso, demonstrar que a oratória pode ser compreendida como uma competência comunicativa, argumentativa e social, indispensável à atuação dos sujeitos em diferentes espaços de participação.

2 METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, uma vez que se fundamenta na análise de materiais já publicados sobre o tema da oratória, da retórica, da comunicação oral, da argumentação e da formação profissional. A revisão bibliográfica permite reunir, organizar e interpretar contribuições teóricas produzidas por diferentes autores, possibilitando a construção de uma síntese crítica sobre determinado fenômeno. Nesse sentido, o estudo não realiza coleta de dados primários, entrevistas, questionários ou observação de casos específicos, concentrando-se exclusivamente em dados secundários obtidos por meio da bibliografia selecionada.

Foram consideradas como fontes de pesquisa livros clássicos e contemporâneos, artigos científicos, capítulos acadêmicos e materiais disponíveis em bases de dados como Google Acadêmico, SciELO, Portal de Periódicos da CAPES e repositórios universitários. O recorte temporal priorizou publicações entre 2000 e 2026, em razão da necessidade de contemplar discussões recentes sobre comunicação oral, formação profissional e ambientes digitais. Contudo, foram incluídas obras clássicas anteriores a esse período, como Aristóteles, Cícero e Quintiliano, por sua relevância histórica para a compreensão da retórica e da oratória.

Os critérios de inclusão adotados foram: textos acadêmicos que abordassem oratória, retórica, comunicação oral, oralidade, argumentação, fala pública, linguagem corporal, expressividade vocal e formação profissional; publicações em língua portuguesa, inglesa ou espanhola; obras com aderência direta ao objetivo do artigo; e textos com disponibilidade integral ou referência bibliográfica completa. Foram excluídos materiais de caráter meramente motivacional, textos sem autoria identificada, conteúdos publicitários de cursos livres, blogs sem fundamentação acadêmica e publicações que tratassem da comunicação apenas como marketing pessoal, sem articulação com linguagem, argumentação ou formação.

A análise foi realizada por meio de leitura interpretativa e categorização temática das obras selecionadas. As categorias iniciais foram: fundamentos históricos da oratória; relação entre oratória, retórica e eloquência; comunicação verbal e não verbal; medo de falar em público e desenvolvimento da autoconfiança; e importância da oratória no ambiente profissional e digital. A partir dessas categorias, buscou-se estabelecer diálogo crítico entre os autores, comparando aproximações, divergências e contribuições para o entendimento da oratória como competência comunicativa.

Quadro 1 – Categorias de análise da revisão bibliográfica

Categoria	Autores mobilizados	Contribuição para o estudo
Fundamentos retóricos	Aristóteles; Cícero; Quintiliano; Reboul	Compreensão da oratória como prática pública de persuasão, argumentação e construção de credibilidade.
Oralidade e gêneros	Bakhtin; Marcuschi; Dolz; Schneuwly	Entendimento da fala pública como prática social situada, vinculada a gêneros discursivos e contextos de circulação.
Argumentação	Perelman; Olbrechts-Tyteca; Fiorin; Koch	Análise da organização de argumentos, adesão do auditório, clareza e progressão discursiva.
Expressividade e performance	Polito; Bloch; Lopes; Weil; Tompakow	Discussão sobre voz, corpo, gestos, postura, entonação e presença comunicativa.
Formação profissional e digital	Zarifian; Perrenoud; Lévy; Rojo	Relação entre competência comunicativa, atuação profissional, tecnologias digitais e participação social.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

3 DISCUSSÃO

A discussão da literatura indica que a oratória pode ser compreendida por diferentes perspectivas. Em uma primeira tradição, ela aparece vinculada à retórica clássica, à eloquência e à formação do cidadão capaz de participar da vida pública. Em uma segunda perspectiva, aproxima-se da comunicação oral e da competência discursiva, ressaltando a necessidade de adequação da fala às situações sociais. Em uma terceira direção, é entendida como habilidade profissional e acadêmica, associada à clareza, à liderança, à docência, à negociação, às apresentações públicas e às interações mediadas por tecnologias.

Essas perspectivas não são excludentes. Ao contrário, permitem compreender a oratória como fenômeno interdisciplinar, situado entre os estudos da linguagem, a educação, a comunicação, a psicologia social e a formação profissional. Por isso, a discussão foi organizada em cinco eixos: fundamentos históricos e retóricos; oratória como competência comunicativa; comunicação verbal e não verbal; fala pública, timidez e autoconfiança; e oratória no ambiente profissional e digital.

3.1 ORATÓRIA, RETÓRICA E ELOQUÊNCIA

A história da oratória está diretamente ligada à tradição retórica. Na Antiguidade clássica, a palavra pública ocupava papel decisivo na vida política, jurídica e educativa. Aristóteles (2011) compreende a retórica como uma capacidade de discernir, em cada situação, os meios disponíveis de persuasão. Essa formulação permite perceber que a retórica não se reduz à ornamentação verbal, mas envolve análise da situação comunicativa, conhecimento do auditório, seleção de argumentos e construção de efeitos de sentido.

A contribuição aristotélica permanece relevante porque organiza a persuasão em torno de três dimensões: *ethos*, *pathos* e *logos*. O *ethos* refere-se à credibilidade construída pelo orador; o *pathos* diz respeito às emoções mobilizadas no auditório; e o *logos* relaciona-se à racionalidade dos argumentos. Esses elementos continuam presentes nas práticas contemporâneas de fala pública, ainda que assumam novas formas em palestras, aulas, reuniões, vídeos, entrevistas e apresentações acadêmicas. O orador contemporâneo também precisa construir credibilidade, organizar argumentos e estabelecer vínculo emocional adequado com seu público.

Cícero (2012) e Quintiliano (2015) ampliam essa tradição ao relacionar a formação do orador ao domínio da linguagem, ao conhecimento dos assuntos públicos e à dimensão ética da palavra. Em Quintiliano, especialmente, a figura do bom orador não se limita à eficácia persuasiva, pois envolve formação moral e responsabilidade diante da coletividade. Essa perspectiva é importante para evitar que a oratória seja compreendida apenas como técnica de convencimento. A fala pública pode persuadir, mas também deve estar vinculada à responsabilidade ética do sujeito que fala.

Reboul (2004) contribui para a atualização desse debate ao mostrar que a retórica está presente em múltiplas práticas sociais, desde os discursos políticos até a publicidade, a educação e as interações cotidianas. Enquanto a tradição clássica enfatiza a formação do orador para a vida pública, autores contemporâneos demonstram que os mecanismos de persuasão permanecem ativos em diversas esferas da comunicação. Desse modo, a oratória pode ser compreendida como prática histórica que se transforma conforme os modos de circulação da palavra se modificam.

Nesse ponto, é possível distinguir retórica, eloquência e oratória. A retórica corresponde ao campo teórico que estuda os modos de construção da persuasão; a eloquência relaciona-se à capacidade expressiva de dizer com fluência, beleza e força; e a oratória diz respeito à prática concreta da fala pública, na qual se articulam teoria, técnica, presença e situação comunicativa. Embora os conceitos se aproximem, não devem ser tratados como sinônimos absolutos. A oratória mobiliza recursos retóricos e pode produzir efeitos de eloquência, mas se realiza em situações específicas de interação social.

3.2 A ORATÓRIA COMO COMPETÊNCIA COMUNICATIVA

A compreensão contemporânea da oratória exige deslocar o foco do dom individual para a noção de competência comunicativa. Durante muito tempo, falar bem foi associado à habilidade natural de determinados sujeitos, como se a boa comunicação pública dependesse exclusivamente de talento inato. Entretanto, a literatura sobre linguagem e educação demonstra que as competências comunicativas são desenvolvidas por meio de práticas sociais, experiências formativas, reflexão sobre a língua e participação em gêneros discursivos variados.

Bakhtin (2011, p. 261) afirma que “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem”. Essa afirmação é central para pensar a oratória, pois a fala pública não existe fora dos campos de atividade em que se realiza. Um discurso jurídico, uma aula, uma apresentação empresarial, uma fala religiosa, uma sustentação oral, um seminário universitário ou um vídeo em rede social possuem formas, objetivos e expectativas diferentes. O bom desempenho oral depende, portanto, da capacidade de reconhecer a esfera de circulação do discurso e agir linguisticamente de modo adequado a ela.

Marcuschi (2010) também contribui para essa discussão ao recusar a oposição simplificadora entre fala e escrita. Para o autor, fala e escrita compõem um contínuo de práticas sociais, atravessado por diferentes graus de planejamento, formalidade e monitoramento. A oratória situa-se nesse contínuo como uma modalidade de oralidade geralmente planejada, mais monitorada e orientada por objetivos públicos. Por isso, ela não pode ser confundida com conversação espontânea, embora também dependa de interação, escuta e capacidade de adaptação ao interlocutor.

Dolz e Schneuwly (2004), ao discutirem gêneros orais e escritos na escola, mostram que os gêneros podem ser ensinados por meio de sequências didáticas e situações planejadas de aprendizagem. Essa contribuição é relevante porque permite compreender que a fala pública pode ser objeto de ensino sistemático. Debates, seminários, exposições orais, entrevistas, mesas-redondas e apresentações são gêneros que demandam planejamento, organização temática, adequação lexical, uso de recursos argumentativos e consideração do público. Logo, a oratória pode ser desenvolvida como prática pedagógica e profissional.

Enquanto Bakhtin enfatiza a natureza social dos enunciados, Marcuschi demonstra a complexidade das relações entre oralidade e escrita, e Dolz e Schneuwly apontam possibilidades didáticas para o ensino dos gêneros orais. Em conjunto, esses autores permitem superar uma visão restrita da oratória como treinamento de postura ou voz. A oratória envolve também repertório discursivo, domínio de gêneros, leitura da situação comunicativa e capacidade de construir sentidos em interação com o público.

3.3 COMUNICAÇÃO VERBAL, NÃO VERBAL E EXPRESSIVIDADE

A eficácia da oratória depende da integração entre elementos verbais e não verbais. A comunicação verbal diz respeito à organização linguística do discurso: seleção vocabular, clareza sintática, progressão temática, coesão, coerência, exemplificação e uso de argumentos. Koch (2011) ressalta que a argumentação está inscrita na própria linguagem, de modo que escolhas linguísticas orientam interpretações e posicionamentos. Assim, a palavra do orador não é neutra; ela organiza uma direção argumentativa e procura produzir adesão, compreensão ou reflexão no auditório.

Fiorin (2015) aprofunda esse ponto ao demonstrar que argumentar implica construir razões capazes de sustentar uma tese. No campo da oratória, essa construção precisa ser percebida pelo público durante a exposição oral. Isso exige que o orador apresente uma ideia central, organize a sequência dos argumentos, sinalize passagens, utilize exemplos e retome pontos importantes. A clareza da fala pública depende menos da quantidade de informações apresentadas e mais da organização discursiva que permite ao ouvinte acompanhar o percurso argumentativo.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) contribuem ao destacar a importância do auditório na argumentação. Para esses autores, toda argumentação busca obter ou aumentar a adesão dos espíritos às teses apresentadas. Esse princípio é fundamental para a oratória, pois o discurso oral precisa considerar quem escuta, quais valores estão em jogo, que conhecimentos prévios o público possui e quais formas de justificativa são mais pertinentes. Assim, o auditório não é receptor passivo, mas instância constitutiva da construção argumentativa.

Além da dimensão verbal, a oratória mobiliza corpo, voz, olhar, gestos, expressões faciais, pausas, ritmo e entonação. Polito (1998) e Bloch (2002) enfatizam a importância da naturalidade, da respiração, da projeção vocal e da postura para uma comunicação oral eficaz. Esses aspectos não devem ser tomados como acessórios, pois colaboram para a inteligibilidade e para a credibilidade da fala. Um discurso bem estruturado pode perder força se for apresentado com voz monótona, postura retraída ou gestos incompatíveis com a mensagem.

Weil e Tompakow (2015), ao tratarem da linguagem do corpo, mostram que a comunicação humana inclui sinais não verbais que interferem na interpretação da mensagem. Embora seja necessário evitar leituras rígidas ou universalizantes dos gestos, é possível afirmar que postura, expressões faciais e movimentos corporais participam da construção de sentidos. Na oratória, o corpo não apenas acompanha a fala; ele também comunica presença, segurança, abertura, tensão, entusiasmo ou distanciamento.

Desse modo, observa-se que comunicação verbal e comunicação não verbal não atuam separadamente. A palavra organiza o conteúdo e a argumentação, enquanto a voz e o corpo contribuem para sustentar a atenção, a expressividade e o vínculo com o público. A boa oratória exige coerência entre o que

se diz, como se diz e em que contexto se diz. Quando esses elementos se articulam, a fala pública tende a produzir maior clareza, credibilidade e envolvimento.

3.4 FALA PÚBLICA, TIMIDEZ E AUTOCONFIANÇA

Uma das questões mais recorrentes nos estudos e manuais de oratória é o medo de falar em público. A exposição diante de outras pessoas pode provocar ansiedade, insegurança, tremores, esquecimento, alteração da voz, aceleração dos batimentos cardíacos e sensação de perda de controle. Essa experiência não deve ser interpretada como incapacidade definitiva do sujeito, mas como reação emocional que pode ser compreendida, trabalhada e ressignificada por meio de preparação e prática.

A literatura sobre oratória costuma destacar que o domínio do conteúdo é um dos fatores centrais para a segurança do orador. Quando o sujeito conhece o tema, organiza previamente a exposição e prevê possíveis perguntas, tende a reduzir a insegurança. Entretanto, o conhecimento técnico, isoladamente, não garante uma boa fala pública. É necessário também planejar a estrutura da apresentação, ensaiar a abertura e o fechamento, controlar o tempo, selecionar exemplos e adaptar a linguagem ao público.

Polito (1998) defende que a superação das inibições passa pelo treinamento progressivo e pela percepção de que a comunicação oral pode ser aprimorada. Bloch (2002), por sua vez, ressalta a importância da voz e da expressividade para tornar a fala mais clara e agradável. Esses autores convergem ao compreender a oratória como habilidade desenvolvida, e não como atributo imutável. O medo, portanto, não desaparece necessariamente, mas pode ser administrado quando o orador constrói repertório, autoconhecimento e experiência.

A autoconfiança na fala pública também depende da relação estabelecida com o erro. Em muitas situações, o medo de falar em público está relacionado ao receio de julgamento, esquecimento ou inadequação. Contudo, a comunicação oral é dinâmica e admite reformulações, retomadas e ajustes. A competência do orador não consiste em realizar uma fala perfeita, mas em manter presença, clareza e responsabilidade mesmo diante de imprevistos. Essa perspectiva humaniza a oratória e a aproxima de processos formativos mais realistas.

No ambiente educacional e profissional, é necessário que a aprendizagem da oratória seja pensada de modo gradual. Exposições breves, debates orientados, leitura expressiva, apresentações em pequenos grupos, gravação de vídeos, feedback construtivo e avaliação formativa podem contribuir para desenvolver segurança. Nesse sentido, a oratória não deve ser ensinada apenas como performance final, mas como processo de construção da voz pública do sujeito.

3.5 ORATÓRIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E NO MEIO DIGITAL

A importância da oratória na formação profissional torna-se evidente quando se observam as exigências contemporâneas do mundo do trabalho. Profissionais de diferentes áreas precisam apresentar projetos, defender ideias, conduzir reuniões, orientar equipes, atender clientes, participar de entrevistas, negociar soluções e comunicar resultados. Nesse contexto, a competência técnica precisa ser acompanhada da capacidade de tornar o conhecimento comunicável, compreensível e relevante para diferentes públicos.

Zarifian (2001) compreende a competência como capacidade de mobilizar recursos diante de situações profissionais. Essa concepção ajuda a pensar a oratória como competência que articula saberes linguísticos, sociais, emocionais e técnicos. Não se trata apenas de conhecer regras de apresentação, mas de mobilizar recursos comunicativos de acordo com problemas reais: explicar um procedimento, convencer uma equipe, responder a uma objeção, mediar conflitos ou apresentar uma proposta institucional.

Perrenoud (1999) também contribui para essa reflexão ao discutir competências como capacidades de agir eficazmente em determinadas situações, apoiando-se em conhecimentos, mas sem se reduzir a eles. Aplicada à oratória, essa perspectiva permite compreender que falar em público exige mais do que decorar conteúdos. Exige interpretar a situação, selecionar estratégias, lidar com emoções, adaptar a linguagem e construir interação com o público. A oratória, portanto, constitui competência complexa, situada e mobilizadora de diferentes saberes.

No campo da docência, essa discussão ganha relevância particular. Professores e professoras exercem cotidianamente práticas de fala pública: explicam conceitos, orientam atividades, conduzem debates, fazem intervenções, narram experiências, apresentam avaliações e mediam conflitos. A qualidade da comunicação oral interfere na construção da autoridade pedagógica, na compreensão dos estudantes e no clima interacional da sala de aula. Nesse sentido, a oratória pedagógica não deve ser confundida com teatralização artificial, mas compreendida como capacidade de ensinar pela palavra, pelo corpo, pela escuta e pela presença.

A expansão das tecnologias digitais ampliou ainda mais os espaços de manifestação da oratória. Lévy (1999) mostra que a cibercultura transforma formas de interação, circulação de informações e produção de conhecimento. A fala pública, nesse contexto, desloca-se para vídeos, aulas remotas, reuniões virtuais, transmissões ao vivo, podcasts e redes sociais. Essas práticas exigem novas adaptações: olhar para a câmera, controlar ruídos, modular a voz no microfone, organizar falas mais objetivas, utilizar recursos visuais e manter a atenção de públicos dispersos.

Rojo (2012), ao discutir multiletramentos, permite compreender que a comunicação contemporânea é marcada pela multiplicidade de linguagens, mídias e culturas. A oratória digital não se realiza apenas pela voz, pois articula imagem, texto, enquadramento, edição, gestos, ritmo e interação em plataformas. Desse modo, a formação para a fala pública precisa considerar também os ambientes digitais, nos quais a palavra

oral passa a circular em formatos híbridos, muitas vezes gravados, compartilhados e comentados por públicos ampliados.

A presença da oratória no meio digital, contudo, não elimina seus fundamentos clássicos. O *ethos* continua relevante na construção da credibilidade; o *logos* permanece necessário para a organização argumentativa; e o *pathos* continua atuando na relação emocional com o público. O que se modifica são os suportes, os ritmos de circulação, os modos de interação e as expectativas dos interlocutores. Assim, a oratória contemporânea combina tradição retórica e adaptação tecnológica.

A revisão da literatura, portanto, indica que a oratória deve ser valorizada na formação acadêmica e profissional como prática de linguagem, argumentação e presença social. Quando compreendida de modo crítico, ela não se limita a técnicas de autopromoção ou persuasão instrumental. Ao contrário, pode contribuir para a participação cidadã, para o fortalecimento da autonomia comunicativa e para a construção de relações profissionais mais claras, éticas e dialogadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica realizada permite compreender que a oratória é uma competência comunicativa complexa, historicamente vinculada à retórica, à eloquência e à vida pública. Embora seja frequentemente definida como a arte de falar bem, a literatura indica que seu desenvolvimento envolve dimensões mais amplas, como organização argumentativa, adequação ao público, clareza verbal, expressividade corporal, domínio vocal, autoconfiança e responsabilidade ética na comunicação.

O problema de pesquisa proposto foi respondido na medida em que se observou que a literatura acadêmica compreende a oratória não apenas como técnica individual, mas como prática discursiva situada e competência relevante à formação pessoal, acadêmica e profissional. Autores clássicos, como Aristóteles, Cícero e Quintiliano, evidenciam a relação entre palavra pública, persuasão e formação ética. Autores contemporâneos, como Bakhtin, Marcuschi, Perelman, Fiorin e Koch, permitem ampliar essa compreensão ao relacionar a fala pública à linguagem, aos gêneros discursivos, à argumentação e à interação social.

Observa-se também que a oratória não deve ser compreendida como um dom natural restrito a determinadas pessoas, mas como habilidade que pode ser desenvolvida por meio de estudo, prática e reflexão crítica. Nesse sentido, a formação do bom orador depende tanto do domínio do conteúdo quanto da capacidade de compreender o contexto comunicativo, estabelecer vínculo com o público e utilizar recursos verbais e não verbais de maneira coerente com os objetivos da interação.

A literatura evidencia ainda que a oratória possui relevância crescente na formação profissional e digital. Entrevistas, reuniões, aulas, seminários, palestras, apresentações on-line e interações em redes sociais demonstram que a fala pública se tornou uma exigência recorrente em diferentes esferas da vida

social. Conclui-se, portanto, que o estudo da oratória contribui para a formação de sujeitos mais seguros, críticos e capazes de participar ativamente de práticas comunicativas presenciais e virtuais.

Como lacuna, identifica-se a necessidade de mais estudos que articulem oratória, educação linguística, formação docente e tecnologias digitais, especialmente em contextos brasileiros. A oratória ainda é frequentemente tratada como técnica de desempenho individual, quando poderia ser investigada como prática social, argumentativa e pedagógica. Recomenda-se, assim, que futuras pesquisas aprofundem sua relação com os gêneros orais, os multiletramentos e a formação cidadã.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BLOCH, Pedro. **Você quer falar melhor?** Rio de Janeiro: Revinter, 2002.

CÍCERO. **Do orador**. Tradução de Adriano Scatolin. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

GARDNER, Howard. **Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 1994.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOPES, Valéria. **Oratória e fonoaudiologia estética**. Carapicuíba: Pró-Fono, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MEYER, Michel. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

POLITO, Reinaldo. **Como falar corretamente e sem inibições**. São Paulo: Saraiva, 1998.

QUINTILIANO, Marco Fábio. **Instituição oratória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

WEIL, Pierre; TOMPAKOW, Roland. **O corpo fala**: a linguagem silenciosa da comunicação não verbal. 74. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência**: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

A LEI 10.639/03 E O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS

**LAW NO. 10,639/03 AND THE TEACHING OF AFRO-BRAZILIAN HISTORY AND CULTURE
IN SCHOOLS**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-033>

Flávia Nayara Rodrigues da Silva Barbosa

Licenciatura em Educação Física
UNIFAMETRO

E-mail: profissionalflaviarodrigues@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5865688861598276>

Lilian de Souza Batista Silva

Mestranda em Letras

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

E-mail: lilian.souza@ufrn.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9091894245765283>

Sandra Regina Gomes Trindade

Licenciada Plena em Pedagogia

Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: sandra.reginapedag@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4375029017430494>

Suely Marilene da Silva

Bacharelado em Ciências do Consumo/2026

Universidade Federal Rural de Pernambuco/(UFRPE)

E-mail: Suely.marilene@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4446735640744194>

Francisco Cazuza da Silva Sobrinho

Graduado em Letras

Instituto Federal da Paraíba

E-mail: cazuzadasilva@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4700472603819937>

Raiane Lima Silveira

Licenciada em Biologia

Universidade Tiradentes

E-mail: raianebiologa@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3563059258570525>

Luciene dos Santos Silva

Enfermeira Intensivista e Nefrologista

Centro Universitário Padre Anchieta

E-mail: lucienegbi1@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4871370141785479>

Jane Alves Lopes de Oliveira Cruz

Mestranda em Saúde Coletiva
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
E-mail: janealvescomercial@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1091053395806824>

Meiry Cristiane Richil de Carvalho

Mestranda em Agroecologia
Universidade Estadual de Roraima
Boa Vista - Roraima
E-mail: meiryrichil10@gmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2048503580746268>

Ismael Chaves Faustino de Araújo

Graduado em Educação Física
Universidade Cidade Verde - UNICV, João Pessoa - PB
E-mail: ismael.cfaraujo@professor.joaopessoa.pb.gov.br
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/82647013276240>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2808-3018>

Resumo

A Lei nº 10.639/2003 representa um importante marco para a educação brasileira ao tornar obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira na educação básica, contribuindo para a valorização da diversidade étnico-racial e para o enfrentamento do racismo no ambiente escolar. O presente estudo teve como objetivo analisar a importância dessa legislação para a promoção de práticas pedagógicas antirracistas nas escolas brasileiras, discutindo seus fundamentos, desafios e contribuições para a formação cidadã. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, desenvolvida a partir de buscas realizadas nas bases de dados SciELO, Latindex, Livre e em repositórios vinculados ao Open Journal Systems, considerando publicações em português e inglês entre os anos de 2019 e 2026. A seleção dos estudos ocorreu mediante a aplicação de critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, resultando em uma amostra composta por treze produções científicas. Os resultados evidenciaram que a efetivação da Lei nº 10.639/2003 depende da articulação entre políticas públicas, formação docente, currículo e recursos pedagógicos capazes de promover a valorização da história e da cultura afro-brasileira. Além disso, identificaram-se desafios relacionados à implementação das diretrizes curriculares e à necessidade de fortalecer práticas educativas comprometidas com a igualdade racial. Conclui-se que a consolidação de uma educação antirracista exige o compromisso institucional e o desenvolvimento contínuo de estratégias voltadas à promoção da justiça social e da diversidade cultural.

Palavras-chave: Cultura afro-brasileira; Educação antirracista; Formação docente; Lei nº 10.639/2003; Relações étnico-raciais.

Abstract

Law No. 10.639/2003 represents an important milestone in Brazilian education by making the teaching of Afro-Brazilian history and culture mandatory in basic education, contributing to the appreciation of ethnic-racial diversity and to the fight against racism in the school environment. This study aimed to analyze the importance of this legislation for the promotion of anti-racist pedagogical practices in Brazilian schools, discussing its foundations, challenges, and contributions to citizenship education. This is an integrative literature review developed through searches conducted in the SciELO, Latindex, Livre, and Open Journal Systems repositories, considering publications in Portuguese and English between 2019 and 2026. The selection of studies was carried out through previously established inclusion and exclusion criteria, resulting in a sample of thirteen scientific publications. The findings revealed that the effective implementation of Law No. 10.639/2003 depends on the articulation between public policies, teacher education, curricula, and pedagogical resources capable of promoting the appreciation of Afro-Brazilian history and culture. In addition, challenges related to the implementation of curricular guidelines and the need to strengthen educational practices committed to racial equality were identified. It is concluded that the consolidation of anti-racist education requires institutional commitment and the continuous development of strategies aimed at promoting social justice and cultural diversity.

Keywords: Afro-Brazilian culture; Anti-racist education; Ethnic-racial relations; Law No. 10.639/2003; Teacher education.

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira tem sido marcada por transformações significativas voltadas ao reconhecimento da diversidade étnico-racial e à valorização das contribuições históricas e culturais dos povos africanos e afro-brasileiros. Nesse contexto, a promulgação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, constituiu um marco para a educação nacional ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira na educação básica, promovendo a revisão de práticas pedagógicas historicamente caracterizadas pela invisibilização das populações negras (Brasil, 2003).

A criação dessa lei resultou de um longo processo de reivindicações conduzido pelos movimentos sociais negros, que historicamente denunciaram a exclusão das narrativas afro-brasileiras dos currículos escolares. A implementação da Lei nº 10.639/03 representa uma conquista coletiva fundamentada na luta pela democratização do ensino e pela valorização da identidade negra no país (Almeida, 2026).

Posteriormente, a ampliação das políticas públicas ocorreu com a promulgação da Lei nº 11.645/2008, que incluiu o ensino da história e da cultura indígena nos currículos da educação básica

(Brasil, 2008). Paralelamente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais estabeleceram orientações pedagógicas voltadas à promoção de práticas educativas comprometidas com a valorização da diversidade cultural e com a construção de uma sociedade mais igualitária (Brasil, 2004).

Nesse cenário, a escola desempenha papel fundamental na desconstrução de preconceitos e estereótipos reproduzidos ao longo da história brasileira. A construção de uma educação antirracista exige a revisão de modelos tradicionais de ensino e a incorporação de práticas pedagógicas capazes de reconhecer os saberes produzidos pelas populações negras (Gomes, 2021).

Apesar dos avanços legais conquistados nas últimas décadas, diversos estudos apontam desafios relacionados à implementação da Lei nº 10.639/03 nas instituições de ensino. Entre os principais obstáculos encontram-se a insuficiência de materiais didáticos adequados, a ausência de formação continuada para professores e as dificuldades na inserção da temática nos currículos escolares (Costa; Ribeiro, 2024).

As dificuldades de implementação também podem ser observadas na análise dos materiais pedagógicos utilizados nas escolas brasileiras. Embora tenham ocorrido avanços na incorporação das discussões sobre relações étnico-raciais, ainda persistem lacunas na representação da diversidade nos livros didáticos, especialmente nas áreas de Ciências da Natureza e Matemática (Boiago; Santos; Oliveira, 2025).

Outro aspecto relevante refere-se à formação docente, considerada elemento essencial para a consolidação de práticas pedagógicas antirracistas. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores destacam a importância da preparação de profissionais aptos a atuar em contextos marcados pela diversidade e pelas demandas sociais contemporâneas (Brasil, 2015). Nesse sentido, a qualificação continuada dos educadores torna-se indispensável para assegurar a efetividade das políticas educacionais voltadas à igualdade racial.

Além da formação docente, diferentes recursos pedagógicos têm contribuído para o fortalecimento do ensino da história e da cultura afro-brasileira. A literatura infantil com protagonismo negro favorece a construção de identidades positivas e auxilia no combate ao racismo desde os primeiros anos da educação básica (Barbosa; Rostas, 2025). Do mesmo modo, as tecnologias digitais ampliam as possibilidades metodológicas e potencializam experiências de aprendizagem mais dinâmicas e participativas (Dias *et al.*, 2025).

Diante desse panorama, a realização de estudos sobre a Lei nº 10.639/03 justifica-se pela necessidade de compreender os avanços obtidos e os desafios ainda existentes para a consolidação de uma educação democrática e inclusiva. A efetividade da legislação depende não apenas da existência de dispositivos normativos, mas também do compromisso institucional, da participação social e da transformação das práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas (Domingues, 2025).

Dessa maneira, o presente estudo tem como objetivo analisar a importância da Lei nº 10.639/03 para o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas, discutindo seus fundamentos legais, os desafios relacionados à sua implementação e as contribuições das práticas pedagógicas antirracistas para a formação cidadã. Busca-se, ainda, compreender de que forma as políticas educacionais e os instrumentos pedagógicos podem favorecer a construção de ambientes escolares mais inclusivos, plurais e comprometidos com a valorização da diversidade étnico-racial.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, método que possibilita a síntese e a análise crítica do conhecimento produzido acerca de determinado fenômeno, permitindo a reunião de evidências científicas provenientes de diferentes delineamentos metodológicos. A escolha desse tipo de revisão justifica-se pela necessidade de compreender como a Lei nº 10.639/03 vem sendo abordada no contexto educacional brasileiro, especialmente no que se refere ao ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas.

A pesquisa foi conduzida a partir da seguinte pergunta norteadora: quais são as contribuições, os desafios e as estratégias identificadas pela produção científica acerca da implementação da Lei nº 10.639/03 no ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas?

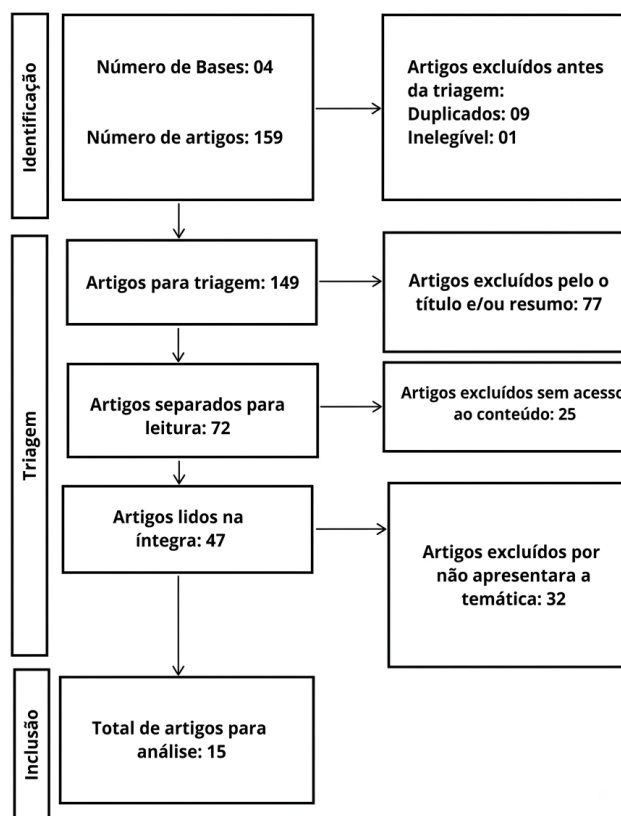
Para a construção da revisão integrativa, foram seguidas as etapas de definição do tema, elaboração da questão de pesquisa, estabelecimento dos critérios de elegibilidade, busca nas bases de dados, seleção dos estudos, extração das informações relevantes, análise crítica dos achados e síntese dos resultados. Esse percurso metodológico permitiu sistematizar as evidências científicas relacionadas ao objeto de investigação e garantir maior rigor na condução da pesquisa.

A busca bibliográfica foi realizada entre os meses de junho e julho de 2026, por meio das bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Latindex, Livre e repositórios vinculados ao Open Journal Systems (OJS). A seleção dessas fontes ocorreu em razão de sua relevância para a divulgação de pesquisas nas áreas da educação, das ciências humanas e das relações étnico-raciais, além da ampla disponibilidade de artigos científicos em acesso aberto.

Foram empregados, de forma isolada e combinada, os seguintes descritores em português e inglês: “Lei nº 10.639/03”, “história e cultura afro-brasileira”, “educação antirracista”, “relações étnico-raciais”, “African-Brazilian history and culture”, “anti-racist education” e “ethnic-racial relations”. Os descritores foram articulados por meio dos operadores booleanos AND e OR, com o objetivo de ampliar a sensibilidade da busca e identificar estudos compatíveis com a temática proposta.

O processo de identificação, triagem e seleção dos estudos incluídos nesta revisão encontra-se sintetizado na Figura 1, que apresenta as etapas de busca, aplicação dos critérios de elegibilidade e definição da amostra final analisada.

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos estudos da revisão integrativa.



Fonte: Autoria própria (2026).

Como critérios de inclusão, foram considerados estudos publicados entre os anos de 2019 e 2026, disponíveis na íntegra, nos idiomas português e inglês, que abordassem a implementação da Lei nº 10.639/03, o ensino da história e da cultura afro-brasileira, a educação das relações étnico-raciais e práticas pedagógicas antirracistas no contexto escolar. Também foram incluídos artigos científicos, capítulos de livros, documentos oficiais e produções acadêmicas que apresentassem contribuições relevantes para a compreensão do tema.

Por outro lado, foram estabelecidos como critérios de exclusão trabalhos duplicados nas bases consultadas, estudos publicados fora do recorte temporal definido, produções em idiomas distintos do português e do inglês, resumos simples, editoriais, resenhas, cartas ao editor, trabalhos incompletos e pesquisas que não apresentassem relação direta com os objetivos propostos pelo estudo.

Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, os materiais selecionados foram submetidos à leitura dos títulos, resumos e textos completos, seguida da organização das informações em instrumentos de

sistematização elaborados pelos pesquisadores. Posteriormente, os dados foram analisados de forma descritiva e interpretativa, buscando identificar convergências, divergências e contribuições acerca da implementação da Lei nº 10.639/03 no ambiente escolar, bem como os desafios enfrentados pelas instituições de ensino na promoção da educação para as relações étnico-raciais.

Por se tratar de uma revisão integrativa da literatura, desenvolvida exclusivamente com base em dados secundários disponíveis em documentos públicos e publicações científicas, a presente pesquisa não necessitou de submissão e aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca realizada nas bases de dados SciELO, Latindex, Livre e em repositórios vinculados ao Open Journal Systems (OJS) possibilitou a identificação de estudos relacionados à implementação da Lei nº 10.639/03 e ao ensino da história e da cultura afro-brasileira no contexto escolar. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, foram selecionadas 15 publicações científicas, divulgadas entre os anos de 2019 e 2026, nos idiomas português e inglês. Os estudos analisados contemplaram diferentes abordagens metodológicas e investigaram aspectos relacionados às políticas educacionais, à formação docente, aos materiais didáticos, às práticas pedagógicas antirracistas e aos desafios enfrentados pelas instituições de ensino para a efetivação da educação das relações étnico-raciais.

A caracterização das produções incluídas nesta revisão integrativa encontra-se apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 – Caracterização dos estudos incluídos na revisão integrativa.

Autor/Ano	Objetivo	Principais contribuições
Almeida (2026)	Analisar as relações entre o movimento negro, a educação e a construção da Lei n.º 10.639/2003.	Evidenciou a atuação histórica do movimento negro como agente fundamental na formulação de políticas públicas educacionais, ressaltando sua contribuição para a institucionalização do ensino da história e da cultura afro-brasileira no currículo escolar.
Barbosa e Rostas (2025)	Investigar a contribuição da literatura infantil com protagonismo negro para a educação antirracista.	Demonstrou que as sequências didáticas fundamentadas em obras literárias com protagonismo negro favorecem a valorização da identidade étnico-racial e a consolidação de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade.
Boiago, Santos e Oliveira (2025)	Analisar a inserção das Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008 nos livros didáticos de Ciências da Natureza e Matemática.	Identificou avanços na incorporação das relações étnico-raciais aos materiais didáticos, ao mesmo tempo em que evidenciou limitações quanto à

		abordagem interdisciplinar e à representatividade cultural.
Domingues (2025)	Discutir os impactos da Lei n.º 10.639/03 sobre o ensino da história e da cultura afro-brasileira.	Destacou a relevância da legislação para a reformulação curricular e para a ampliação do debate acerca da presença africana e afro-brasileira nos processos educativos.
Gomes (2021)	Refletir sobre estratégias de enfrentamento ao racismo e sobre a descolonização das práticas educativas e acadêmicas.	Defendeu a necessidade de transformar os referenciais pedagógicos tradicionais, promovendo a valorização de saberes historicamente marginalizados e o fortalecimento da educação antirracista.
Gomes (2019)	Examinar as relações entre raça, infância e justiça social no contexto da Educação Infantil.	Evidenciou a importância da inserção das discussões étnico-raciais desde os primeiros anos escolares, contribuindo para a construção de práticas educativas voltadas à promoção da justiça social.
Lima (2023)	Compreender as percepções de docentes de Química acerca das Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008.	Apontou desafios relacionados à formação docente e à integração das temáticas étnico-raciais ao ensino de Ciências, destacando a necessidade de abordagens pedagógicas interdisciplinares.
Marques, Pegoraro e Silva (2019)	Analisar os movimentos legais e políticos relacionados à Educação Infantil e à Base Nacional Comum Curricular.	Demonstrou como as transformações normativas influenciaram a organização curricular da Educação Infantil, favorecendo a incorporação de princípios voltados à diversidade e à inclusão.
Oliveira (2022)	Investigar a relação entre a Lei n.º 10.639/2003, a educação antirracista e os regimes de informação.	Evidenciou a importância da democratização do acesso à informação para a efetivação das políticas educacionais voltadas às relações étnico-raciais.
Pereira, Pereira e Bianco (2025)	Analisar o uso pedagógico de filmes antirracistas para a descolonização do conhecimento no ensino de Ciências e Matemática.	Demonstrou o potencial dos recursos audiovisuais como instrumentos capazes de ampliar o debate sobre diversidade cultural e favorecer a desconstrução de perspectivas eurocêntricas.
Reis (2019)	Mapear a produção científica sobre a implementação das Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08.	Sistematizou o estado da arte sobre a temática, identificando avanços, lacunas e desafios relacionados à consolidação da educação para as relações étnico-raciais.
Silva e Santos (2024)	Analisar a presença da cultura científica antirracista nos currículos dos cursos de Pedagogia no Brasil.	Evidenciou a necessidade de fortalecer a formação inicial de professores por meio da ampliação dos conteúdos relacionados à educação antirracista nos currículos universitários.
Silva e Palmeira (2025)	Avaliar a efetividade da educação antirracista em uma instituição de Educação Infantil do estado de Alagoas.	Identificou limites e potencialidades na implementação da Lei n.º 10.639/2003, destacando a importância do compromisso institucional para a consolidação de práticas inclusivas.

Fonte: Autoria própria (2026).

Inicialmente, a implementação da Lei nº 10.639/2003 constitui um marco nas políticas educacionais brasileiras ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira na educação básica. Ao discutir os impactos dessa legislação, Domingues (2025) ressalta que sua relevância ultrapassa

a inclusão de novos conteúdos curriculares, representando uma oportunidade para reconfigurar as relações étnico-raciais no ambiente escolar e promover a valorização da diversidade cultural.

Ademais, a criação desse dispositivo legal está diretamente associada às reivindicações históricas do movimento negro brasileiro. Segundo Almeida (2026), a consolidação da lei decorre de décadas de mobilização social voltadas ao enfrentamento das desigualdades raciais e à ampliação da representatividade da população negra nos espaços educacionais. Nesse sentido, a legislação expressa a institucionalização de demandas historicamente negligenciadas pelas políticas públicas.

Paralelamente, a literatura evidencia que a efetivação da educação antirracista depende da desconstrução de práticas pedagógicas fundamentadas em perspectivas eurocêntricas. Gomes (2021) argumenta que a descolonização dos processos educativos exige a valorização de saberes e experiências historicamente marginalizados, favorecendo a construção de ambientes escolares mais inclusivos e democráticos.

Sob essa perspectiva, Oliveira (2022) destaca que a circulação de informações e o acesso ao conhecimento desempenham papel essencial na implementação das políticas voltadas às relações étnico-raciais. Para o autor, a democratização do conhecimento constitui um elemento estratégico para fortalecer ações pedagógicas comprometidas com a valorização da história e da cultura afro-brasileira.

Entretanto, apesar dos avanços normativos conquistados nas últimas décadas, a inserção da temática afro-brasileira nos currículos escolares ainda enfrenta desafios significativos. Reis (2019) observa que a implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 ocorre de maneira heterogênea entre as instituições de ensino, revelando limitações relacionadas à organização curricular e à disponibilidade de recursos pedagógicos.

Complementarmente, Silva e Palmeira (2025) identificam que a efetividade da educação antirracista depende não apenas da existência de dispositivos legais, mas também do comprometimento institucional com a promoção da igualdade racial. As autoras destacam que persistem dificuldades na incorporação sistemática dos conteúdos previstos pela legislação, especialmente na Educação Infantil.

Simultaneamente, a formação docente emerge como um dos principais fatores associados ao sucesso das políticas educacionais voltadas às relações étnico-raciais. Ao investigarem os cursos de Pedagogia, Silva e Santos (2024) verificaram que a inserção da cultura científica antirracista ainda ocorre de forma desigual, o que pode comprometer a preparação dos futuros professores para atuar em contextos marcados pela diversidade.

Corroborando essa discussão, Lima (2023) demonstra que docentes da área de Química reconhecem a importância das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, embora apontem limitações relacionadas à

formação inicial e continuada. Segundo o autor, a ausência de subsídios teóricos e metodológicos dificulta a incorporação das relações étnico-raciais às práticas pedagógicas cotidianas.

Além disso, a promoção de uma educação antirracista exige intervenções desde os primeiros anos da escolarização. Gomes (2019) enfatiza que a Educação Infantil representa um espaço privilegiado para a construção de valores relacionados ao respeito às diferenças e à justiça social, contribuindo para a formação de sujeitos mais conscientes das desigualdades existentes na sociedade.

De maneira convergente, Marques, Pegoraro e Silva (2019) argumentam que as mudanças legais e políticas ocorridas no campo educacional ampliaram as possibilidades de inserção da diversidade cultural nos currículos da Educação Infantil. Para os autores, a construção de propostas pedagógicas inclusivas depende da articulação entre os marcos normativos e as demandas sociais contemporâneas.

Adicionalmente, diferentes recursos didáticos têm sido apontados como instrumentos relevantes para a consolidação do ensino da história e da cultura afro-brasileira. Barbosa e Rostas (2025) evidenciam que a literatura infantil com protagonismo negro contribui para a valorização das identidades étnico-raciais e para o enfrentamento de estereótipos reproduzidos no ambiente escolar.

Igualmente, Pereira, Pereira e Bianco (2025) ressaltam o potencial pedagógico dos recursos audiovisuais na promoção de práticas educativas antirracistas. De acordo com os autores, a utilização de filmes no ensino de Ciências e Matemática favorece a descolonização do conhecimento e amplia as possibilidades de reflexão crítica sobre a diversidade cultural.

Por outro lado, a análise dos materiais didáticos revela que ainda existem limitações na abordagem das relações étnico-raciais em diferentes áreas do conhecimento. Boiago, Santos e Oliveira (2025) identificam avanços na inserção das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 nos livros didáticos, embora ressaltem a persistência de lacunas relacionadas à interdisciplinaridade e à representatividade dos grupos historicamente excluídos.

Finalmente, os estudos analisados convergem ao indicar que a efetivação da Lei nº 10.639/2003 exige a articulação entre políticas públicas, formação docente, práticas pedagógicas e participação social. Embora avanços importantes tenham sido alcançados, a consolidação de uma educação comprometida com a igualdade racial depende do fortalecimento contínuo de estratégias capazes de promover a valorização da história e da cultura afro-brasileira em todos os níveis de ensino.

4 CONCLUSÃO

A análise da produção científica acerca da Lei nº 10.639/2003 permitiu compreender que a inserção obrigatória da história e da cultura afro-brasileira no currículo escolar representa um importante avanço no enfrentamento das desigualdades étnico-raciais presentes na educação brasileira. Ao responder à questão norteadora deste estudo, constatou-se que a implementação da legislação tem contribuído para a promoção

de práticas pedagógicas antirracistas, embora ainda existam desafios relacionados à sua efetivação nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Nesse contexto, o objetivo proposto de analisar a importância da Lei nº 10.639/2003 para o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas foi alcançado, uma vez que a revisão integrativa possibilitou identificar os principais aspectos envolvidos na consolidação dessa política educacional. Os estudos analisados evidenciaram que a legislação constitui um instrumento fundamental para a valorização da diversidade cultural e para a construção de uma educação comprometida com a equidade e a justiça social.

Entre os principais achados, verificou-se a convergência entre os autores quanto à relevância da atuação do movimento negro na conquista de políticas públicas voltadas à educação das relações étnico-raciais. Além disso, observou-se que a implementação da lei exige a articulação entre currículo, gestão escolar, formação docente e produção de materiais didáticos capazes de contemplar a pluralidade histórica e cultural da sociedade brasileira.

Outro aspecto identificado refere-se à necessidade de fortalecer a formação inicial e continuada dos professores, considerando que a qualificação profissional constitui um dos principais fatores para a efetividade das práticas pedagógicas antirracistas. As investigações também demonstraram que a utilização de recursos como literatura infantil, produções audiovisuais e tecnologias digitais amplia as possibilidades de ensino e favorece o desenvolvimento de experiências educativas mais inclusivas.

Adicionalmente, os resultados apontaram que, apesar dos avanços decorrentes da promulgação da Lei nº 10.639/2003 e de outros instrumentos normativos complementares, persistem desafios relacionados à implementação das diretrizes curriculares, à interdisciplinaridade e à inserção da temática afro-brasileira em diferentes componentes curriculares. Tais limitações evidenciam a necessidade de ampliar o compromisso institucional com a promoção da igualdade racial no ambiente escolar.

Dessa maneira, conclui-se que a consolidação da educação para as relações étnico-raciais depende da continuidade das políticas públicas, do fortalecimento das práticas pedagógicas e do reconhecimento da escola como espaço estratégico para a formação cidadã. A valorização da história e da cultura afro-brasileira deve ser compreendida como um processo permanente, capaz de contribuir para a desconstrução de preconceitos e para a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

Por fim, sugere-se a realização de pesquisas futuras que investiguem os impactos da implementação da Lei nº 10.639/2003 na aprendizagem dos estudantes e na formação docente em diferentes contextos regionais brasileiros, especialmente por meio de estudos de campo que possibilitem compreender as especificidades e os desafios enfrentados pelas instituições de ensino na promoção de uma educação efetivamente antirracista.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jane Barros. Quem tem medo do movimento negro? Movimento negro, educação e a Lei n. 10.639/2003. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 56, p. e12351, 2026.
- BARBOSA, A. B.; ROSTAS, M. H. S. G. Children's literature with black protagonism: an analysis of teaching sequences for an anti-racist education. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 14, 2025. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/36420>. Acesso em: 21 dez. 2025.
- BOIAGO, C. E. P.; SANTOS, T. M.; OLIVEIRA, C. C. Educação antirracista e decolonial: análise da inserção das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 nos livros didáticos de Ciências da Natureza e Matemática. **Educação das Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos: Práticas Antirracistas das Culturas Afrobrasileiras, Africanas e Indígenas – Dossiê**, v. 8, n. 2, 2025. DOI: <https://doi.org/10.36704/sdhe.v8i2.9703>. Disponível em: <https://revista.uemg.br/sciasdireitoshumanoseducacao/article/view/9703>. Acesso em: 21 dez. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), para instituir o ensino de história e cultura afro-brasileira na educação básica. Brasília: Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 21 dez. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera as Leis nº 9.394/1996 e nº 10.639/2003 para incluir também o ensino de história e cultura indígena. Brasília: Diário Oficial da União, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 21 dez. 2025.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso em: 21 dez. 2025.
- BRASIL. **Plano Nacional de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC/SECAD/SEPPPIR, 2009. Disponível em: <https://editalequidaderacial.ceert.org.br/pdf/plano.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2025.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC/CNE, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 21 dez. 2025.
- COSTA, M. F.; RIBEIRO, C. M. Lei nº 10.639/2003 e a implementação da educação para as relações étnico-raciais na educação básica. **Revista Educação em Contexto**, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14187753>. Disponível em: <https://revistaseduc.educacao.go.gov.br/index.php/rec/article/view/166>. Acesso em: 21 dez. 2025.
- DIAS, Livia Gomes Rodrigues et al. **AS TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO FERRAMENTA DE ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA**. Aurum Editora (e-books), [S. l.], p. 828–840, 2025.

DOMINGUES, Petrônio. A LEI 10.639/03 E O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 55, e11162, 2025. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742025000100516&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 jul. 2026. Epub 03-Jul-2025.

GOMES, N. L. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 33, n. 59, 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/27991>. Acesso em: 21 dez. 2025.

GOMES, N. L. Raça e Educação Infantil: à procura de justiça. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 1015–1044, jul./set. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/44232>. Acesso em: 21 dez. 2025.

LIMA, A. A. Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e educação antirracista: ideias de um grupo de docentes de química. **Ensino & Multidisciplinaridade**, v. 8, n. 2, 2023. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/ens-multidisciplinaridade/article/view/18720>. Acesso em: 21 dez. 2025.

MARQUES, C. M.; PEGORARO, L.; SILVA, E. T. da. Do assistencialismo à Base Nacional Comum Curricular (BNCC): movimentos legais e políticos na Educação Infantil. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 20, n. 42, p. 255-280, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723820422019255/pdf>. Acesso em: 21 dez. 2025.

OLIVEIRA, D. S. A lei n.º 10.639/2003: educação antirracista e regime de informação. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/39925>. Acesso em: 21 dez. 2025.

PEREIRA, C. L.; PEREIRA, M. R. S.; BIANCO, G. Law nº 10.639/2003: the teaching-pedagogical use of anti-racist films for the decolonization of knowledge in science and mathematics teaching. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 6, 2025. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27965>. Acesso em: 21 dez. 2025.

REIS, G. C. dos. O estado da arte: a implementação das leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08. **Em Tese**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 196–213, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2019v16n1p196>. Acesso em: 21 dez. 2025.

SILVA, A. G. A. da; SOARES SANTOS, Y. Educação do/para e como negro no Brasil: do ensino básico ao superior - Lei nº 10.639, de 2003: a cultura científica antirracista nos currículos do curso de Pedagogia no Brasil. **Revista Educare**, Universidade Federal da Paraíba, v. 11, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2527-1083.2024v11.70768>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/educare/article/view/70768>. Acesso em: 21 dez. 2025.

SILVA, S. M. E.; PALMEIRA, L. Duas décadas da Lei nº 10.639/2003 e um horizonte de inquietações sobre a efetividade da educação antirracista: um estudo de caso em uma instituição de Educação Infantil do estado de Alagoas. **Educação Por Escrito**, v. 16, 2025. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/porescrito/article/view/45355>. Acesso em: 21 dez. 2025.

DO ARQUIVO DA FAMÍLIA AO ARQUIVO DA HISTÓRIA: O SALVO-CONDUTO DE IGÍNIA VIVI E O CONTROLE DE ESTRANGEIROS NO ESTADO NOVO

FROM THE FAMILY ARCHIVE TO THE HISTORY ARCHIVE: IGÍNIA VIVI'S SAFE CONDUCT AND THE CONTROL OF FOREIGNERS IN *ESTADO NOVO*

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-034>

Valter Ap. Barcala

Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialista em Educação, Antropologia Cultural e Teologia. Licenciado em Estudos Sociais

E-mail: valterbarcala@yahoo.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6624653724656204>

Resumo

A pesquisa analisa o salvo-conduto n.º 106.804, expedido em 1943 em nome de Igínia Vivi, imigrante italiana residente no município de Pompeia, São Paulo, durante a Segunda Guerra Mundial. Trata-se de uma pesquisa documental de caráter histórico, que toma o salvo-conduto, preservado no arquivo da família Barcala, como fonte principal para examinar as formas de controle da circulação de estrangeiros durante o Estado Novo. O estudo tem como objetivo compreender como as medidas de vigilância e fiscalização instituídas pelo governo brasileiro alcançavam a vida cotidiana de imigrantes residentes no interior paulista. A análise articula o documento com a legislação do período, a bibliografia especializada e outros registros preservados pela família, permitindo reconstituir os deslocamentos de Igínia Vivi entre Pompeia e Adamantina em 1943. Os resultados indicam que a circulação de estrangeiros estava submetida a procedimentos burocráticos que exigiam identificação, indicação do destino, justificativa da viagem e autorização policial. Conclui-se que o salvo-conduto constitui uma fonte relevante para compreender, em escala local, a materialização das políticas de vigilância e controle implementadas pelo Estado Novo.

Palavras-chave: Arquivos familiares; Controle de estrangeiros; Estado Novo; Imigração italiana; Salvo-conduto.

Abstract

The research analyzes safe conduct no. 106,804, issued in 1943 in the name of Igínia Vivi, an Italian immigrant residing in the municipality of Pompeia, São Paulo, during the Second World War. This is a documentary research of a historical nature, which takes the safe conduct, preserved in the Barcala family archive, as the main source to examine the forms of control of the circulation of foreigners during the Estado Novo. The study aims to understand how the surveillance and inspection measures instituted by the

Brazilian government affected the daily lives of immigrants living in the interior of São Paulo. The analysis links the document with the legislation of the period, the specialized bibliography and other records preserved by the family, allowing the reconstruction of Igínia Vivi's movements between Pompeii and Adamantina in 1943. The results indicate that the movement of foreigners was subject to bureaucratic procedures that required identification, indication of the destination, justification for the trip and police authorization. It is concluded that safe conduct constitutes a relevant source for understanding, on a local scale, the materialization of surveillance and control policies implemented by the *Estado Novo*.

Keywords: Control of foreigners; *Estado Novo*; Family archives; Italian immigration; Safe conduct.

1 INTRODUÇÃO

A Segunda Guerra Mundial produziu efeitos que foram além dos campos de batalha e alcançaram o cotidiano de milhões de pessoas residentes em países distantes dos principais teatros do conflito. No Brasil, a entrada do país na guerra, em agosto de 1942, foi acompanhada por políticas de vigilância mais intensas sobre os chamados "súditos do Eixo". Apesar de distante da frente europeia, o Brasil foi o único país da América do Sul a enviar tropas para combater na Itália por meio da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Nesse cenário, os mecanismos de identificação, registro e fiscalização de estrangeiros tornaram-se cada vez mais importantes como parte das políticas de segurança interna do Estado Novo. Italianos, alemães e japoneses passaram a ser submetidos a medidas administrativas que restringiam a mobilidade, aumentavam a vigilância policial e condicionavam atos da vida civil à apresentação de documentos emitidos pelas autoridades competentes. Entre esses instrumentos estava o salvo-conduto. Pouco explorado pela historiografia, o documento revela como o Estado Novo regulamentava a circulação de estrangeiros no país.

Embora milhares de salvo-condutos tenham sido emitidos durante o Estado Novo, poucos foram preservados em arquivos familiares e analisados como fonte histórica. É justamente essa permanência documental que torna possível investigar, em escala individual, o funcionamento de uma política pública de alcance nacional.

Este artigo tem como objeto de análise o salvo-conduto nº 106.804, emitido em nome de Igínia Vivi, imigrante italiana nascida na cidade de Revere, província de Mântua, em 22 de abril de 1883, residente no município de Pompeia, interior do estado de São Paulo. Preservado no acervo documental da família, o documento integra um arquivo mantido ao longo de décadas. Seu valor como fonte histórica resulta da contextualização e da crítica documental desenvolvidas pela pesquisa. Como observa Pierre Nora (1993), arquivos familiares guardam vestígios capazes de conectar diferentes gerações. Sua preservação tornou possível que um registro originalmente elaborado para atender a questões administrativas fosse

posteriormente transformado em fonte histórica. O documento registra autorizações de viagem concedidas em 1943 entre as cidades de Pompeia e Adamantina. Mais do que simples registros administrativos, esses vistos permitem observar o funcionamento de um sistema de monitoramento que obrigava o estrangeiro a solicitar autorização prévia para cada deslocamento, apresentando-se à autoridade policial tanto na partida quanto na chegada ao destino.

As instruções impressas na própria caderneta normalizam esse procedimento. O portador somente poderia viajar após a obtenção de um visto para localidade determinada e por prazo previamente fixado. Ao chegar ao destino, deveria comparecer à autoridade policial para registrar sua presença e, ao deixar a cidade, obter nova autorização para seguir viagem. A validade restringia-se a um único deslocamento, revelando um mecanismo burocrático destinado a acompanhar, registrar e limitar a circulação de estrangeiros durante o período de guerra.

Embora a documentação oficial referente às políticas migratórias do Estado Novo tenha recebido crescente atenção da historiografia, fontes produzidas na esfera da experiência cotidiana permanecem relativamente pouco exploradas. Salvo-condutos, certidão de registro de estrangeiros, autorizações de viagem e registros policiais permitem compreender como decisões formuladas em âmbito nacional eram efetivamente aplicadas nas cidades interioranas, interferindo na rotina de indivíduos que, muitas vezes, residiam no Brasil havia décadas e mantinham vínculos familiares, econômicos e sociais plenamente estabelecidos.

A pesquisa caracteriza-se como um estudo histórico de natureza documental, tendo como fonte principal o salvo-conduto n.º 106.804 e, como fontes complementares, a legislação do período, os registros civis, a documentação genealógica e os documentos preservados no arquivo da família. O procedimento adotado consiste no confronto dessas fontes, buscando distinguir as informações diretamente registradas no salvo-conduto das interpretações construídas a partir de sua articulação com outros vestígios. O objetivo é acompanhar os deslocamentos de Igínia Vivi sem tomar o documento como fonte autossuficiente, considerando tanto aquilo que registra quanto os limites próprios de sua produção administrativa.

2 O ESTADO NOVO, A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O CONTROLE DA CIRCULAÇÃO DE ESTRANGEIROS

A política de vigilância sobre estrangeiros implementada durante o Estado Novo não surgiu como consequência imediata da Segunda Guerra Mundial. Ela foi construída ao longo da década de 1930, acompanhando a reorganização do Estado brasileiro promovida pelo governo de Getúlio Vargas. Nesse período, a imigração deixou de ser compreendida apenas como instrumento de ocupação territorial e expansão econômica para tornar-se objeto de uma política voltada à seleção, identificação e fiscalização daqueles considerados aptos ou indesejáveis ao projeto nacional.

Ao analisar os debates que antecederam a aprovação da chamada “Lei de Cotas”, Endrica Geraldo demonstra que a política migratória brasileira estava relacionada não apenas à quantidade de estrangeiros admitidos no país, mas também a preocupações de caráter étnico e racial presentes naquele período. A Constituição de 1934 estabeleceu limites à entrada de imigrantes, entre eles a adoção de cotas por nacionalidade e restrições à concentração de estrangeiros em determinadas áreas do território nacional (Geraldo, 2009, p. 176-177).

Em sua tese de doutorado, Geraldo amplia essa discussão ao examinar as políticas migratórias e o pensamento racial durante o governo Vargas. A autora identifica a articulação entre os debates sobre imigração, as concepções raciais então em circulação e o processo de fortalecimento dos mecanismos estatais de controle sobre estrangeiros e seus descendentes. Essa perspectiva ajuda a situar as medidas de fiscalização adotadas durante o Estado Novo em um processo político e administrativo mais amplo, que antecede a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (Geraldo, 2007).

A institucionalização desse monitoramento pode ser observada na legislação produzida a partir de 1938. O Decreto-Lei n.º 3.010, de 20 de agosto daquele ano, regulamentou o registro obrigatório dos estrangeiros residentes no país, estabelecendo procedimentos para sua identificação e atribuindo às autoridades policiais a responsabilidade por sua fiscalização. O registro deixou de constituir simples formalidade administrativa para integrar um sistema de acompanhamento permanente da população estrangeira, que incluía comunicação de mudança de residência, renovação documental e outras exigências previstas em regulamentos expedidos pelo Ministério da Justiça.

Segundo Fábio Koifman (2012), foi justamente esse ministério, e não o Itamaraty, que concentrou, entre 1941 e 1945, o poder decisório sobre a política migratória brasileira. Ao analisar milhares de documentos produzidos pelo Serviço de Vistos, o autor demonstra que a concessão de autorizações de entrada, permanência e circulação obedecia a critérios políticos, ideológicos e raciais definidos pelo governo Vargas. Como sintetiza Koifman, “o Ministério da Justiça tornou-se o verdadeiro porteiro do Brasil”, concentrando a decisão final sobre a admissão e as restrições impostas aos estrangeiros.

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, após a declaração de guerra à Alemanha e à Itália em agosto de 1942, conferiu novo significado a esse órgão estatal. Medidas já existentes foram intensificadas e passaram a incidir de maneira mais direta sobre italianos, alemães e japoneses residentes no país. Maria Luiza Tucci Carneiro observa que o discurso oficial passou a representar determinados grupos de imigrantes como potenciais ameaças à segurança nacional, produzindo aquilo que denomina de “ideologia do etiquetamento”. Nesse processo, a nacionalidade convertia-se em critério de suspeição, legitimando práticas de vigilância e restrição que atingiam indivíduos plenamente integrados à sociedade brasileira.

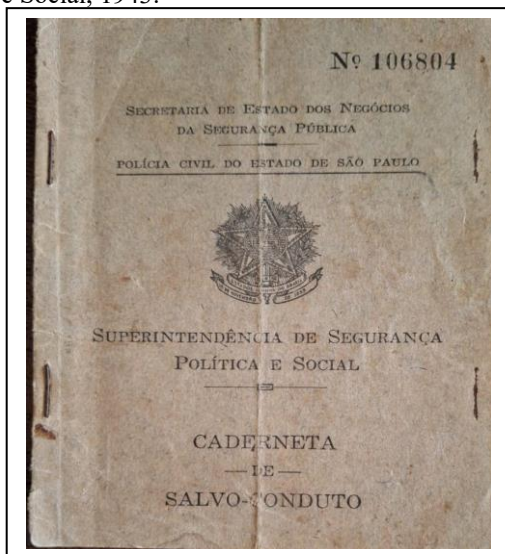
Essa política alcançou dimensões que ultrapassavam os grandes centros urbanos. No interior paulista, onde comunidades italianas estavam estabelecidas desde o final do século XIX, delegacias de polícia passaram a desempenhar funções administrativas relacionadas ao registro de estrangeiros, à fiscalização de mudanças de residência e à autorização para determinados deslocamentos. Pesquisas recentes têm demonstrado que a política de nacionalização era executada por meio de uma extensa rede burocrática, responsável por transformar diretrizes emanadas do governo federal em procedimentos cotidianos de controle documental.

Nesse contexto, o salvo-conduto deixa de ser compreendido como um documento isolado para integrar um sistema mais amplo de vigilância da mobilidade. Sua emissão pressupunha a identificação prévia do estrangeiro, a definição do destino, a justificativa da viagem e o tempo de permanência fora do município de residência. Em muitos casos, o portador deveria apresentar-se às autoridades policiais tanto na chegada quanto no retorno, permitindo ao Estado acompanhar seus deslocamentos.

É nesse universo documental que se insere o salvo-conduto expedido em nome de Igínia Vivi, em 1943. Preservado no arquivo da família, o documento constitui o objeto central da análise a ser desenvolvida, permitindo aproximar as normas de controle dos estrangeiros de uma situação concreta vivida no interior paulista.

3 O SALVO-CONDUTO DE IGÍNIA VIVI: ENTRE A MOBILIDADE E O CONTROLE ESTATAL

Figura 1 – capa do Salvo-Conduto emitido Pela Superintendência de Segurança Política e Social, 1943.



Fonte: Acervo da família Barcala.

Figura 2 – Página de identificação do Salvo Conduto de Igínia Vivi.

Fonte: Acervo da família Barcala.

O salvo-conduto expedido em nome de Igínia Vivi constitui a principal fonte primária deste estudo. Preservado pela família por mais de oito décadas, permite compreender como as políticas de vigilância da

circulação de estrangeiros, implementadas durante o Estado Novo, eram aplicadas no cotidiano de imigrantes residentes no interior paulista.

Natural de Revere, na província de Mântua, Itália, onde nasceu em 22 de abril de 1883, Igínia Vivi chegou ao Brasil em 1891, aos sete anos¹ de idade, acompanhando sua família. Em 1943, quando recebeu o salvo-conduto, residia no município de Pompeia e encontrava-se plenamente integrada à sociedade brasileira. Apesar disso, permanecia identificada como cidadã italiana, condição que, em razão da Segunda Guerra Mundial e da política de nacionalização implementada pelo governo Vargas, a submetia às exigências legais impostas aos estrangeiros originários dos países do Eixo.

À primeira vista, trata-se de um documento administrativo simples. A capa identifica o órgão emissor, a página de identificação do estrangeiro reúne os elementos de identificação da portadora, fotografia, número do salvo-conduto, naturalidade e residência, enquanto as páginas internas registram as autorizações concedidas para cada deslocamento. Entretanto, uma leitura mais atenta revela que sua função ultrapassava a mera identificação pessoal. A caderneta estabelecia um procedimento rigoroso para a circulação do estrangeiro, determinando que cada viagem fosse previamente autorizada pela autoridade policial competente, com indicação do destino, da finalidade do deslocamento e do prazo de permanência.

As instruções impressas deixam evidente que o salvo-conduto possuía validade restrita à viagem autorizada. Ao chegar ao município de destino, o portador deveria apresentar-se à autoridade policial local, procedimento que se repetia no retorno. A circulação, portanto, era permanentemente acompanhada pelo Estado, transformando deslocamentos comuns em atos administrativos sujeitos à fiscalização.

Os registros constantes no salvo-conduto revelam que, ao longo de 1943, Igínia Vivi realizou viagens entre os municípios de Pompeia e Adamantina, o motivo para esses deslocamentos está registrado como visita à família e à passeio. Embora essas anotações sejam sucintas, elas permitem aproximar a fonte da trajetória familiar da portadora.

A documentação preservada no arquivo da família Barcala indica que pelo menos um de seus filhos, Armando Vivi, residia em Adamantina naquele período. Em 17 de janeiro de 1943 nasceu seu filho, Eurípedes Vivi, neto de Igínia. A proximidade entre essa data e os deslocamentos registrados no salvo-conduto torna plausível a hipótese de que uma das viagens tenha sido realizada para visitar o filho e conhecer o neto recém-nascido. Essa hipótese não pode ser comprovada apenas pelo salvo-conduto, que menciona unicamente "visita à família", mas deixa claro como diferentes conjuntos documentais; registros oficiais, documentos preservados no arquivo familiar e relatos de história oral, podem ser articulados na reconstrução das experiências vividas pelos imigrantes.

¹Existe uma pequena divergência entre o ano de nascimento de Igínia Vivi registrado no salvo-conduto e aquele constante de outros documentos preservados no arquivo da família.

A análise desses deslocamentos também revela as dificuldades materiais da mobilidade no oeste paulista durante a década de 1940. Embora Pompeia estivesse ligada à Linha Tronco Oeste da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a ferrovia ainda não alcançava Adamantina em 1943. Naquele momento, os trilhos terminavam em Tupã. O prolongamento da linha até Osvaldo Cruz somente seria inaugurado em 1949, chegando a Adamantina em 20 de abril de 1950².

Isso significa que a viagem realizada por Igínia não era inteiramente ferroviária. O percurso iniciava-se na estação de Pompeia, seguindo de trem até Tupã, onde os passageiros precisavam realizar baldeação para o transporte rodoviário. O trecho final era percorrido em jardineiras³ ou em veículos de particulares que circulavam pelas estradas da Alta Paulista, frequentemente não pavimentadas e sujeitas às condições climáticas. A duração da viagem variava conforme o estado das vias e a disponibilidade dos veículos, tornando o deslocamento significativamente mais longo e incerto do que seria após a conclusão da ferrovia.

Essa realidade acrescenta uma nova dimensão à interpretação do salvo-conduto. A regulação estatal incidia sobre viagens que, além das dificuldades burocráticas impostas pela legislação, exigiam dos viajantes enfrentar uma infraestrutura de transportes ainda em formação. Para visitar familiares, o estrangeiro precisava solicitar autorização policial, portar o salvo-conduto durante todo o percurso, apresentar-se às autoridades do município de destino e, ao mesmo tempo, adaptar-se às limitações impostas pela rede de transportes disponível.

Nesse sentido, o salvo-conduto demonstra que a fiscalização da mobilidade não se restringia aos grandes centros urbanos nem aos deslocamentos internacionais. Ele alcançava também os movimentos cotidianos realizados no interior dos estados, onde imigrantes estabelecidos havia décadas continuavam submetidos a mecanismos específicos de vigilância em razão de sua nacionalidade.

Mais do que registrar autorizações de viagem, o salvo-conduto materializa a presença do Estado na vida dos estrangeiros durante o Estado Novo. Preservado no arquivo familiar, ele oferece elementos para compreender como políticas públicas formuladas em âmbito nacional eram operacionalizadas pelas delegacias do interior e interferiam em situações da vida privada, como visitar um filho, conhecer um neto recém-nascido ou realizar um deslocamento por motivo de saúde.

² Conforme os decretos do Governo do Estado de São Paulo que autorizaram a abertura ao tráfego público dos trechos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro: Tupã–Osvaldo Cruz (Decreto n.º 18.534, de 23 mar. 1949) e Osvaldo Cruz–Adamantina (Decreto n.º 19.347-E, de 13 abr. 1950).

³ **primeiros modelos de ônibus do Brasil**, carrocerias rústicas de madeira eram adaptadas sobre chassis de caminhões comuns. Várias hipóteses explicam o nome, uma delas afirma ser devido a semelhança com as jardineiras (caixotes onde eram plantadas flores) colocados nas janelas ou em frente as casas.

4 A MATERIALIDADE DO CONTROLE: UMA LEITURA HISTÓRICA DO SALVO-CONDUTO

O salvo-conduto de Igínia Vivi constitui mais do que um documento destinado a autorizar deslocamentos. Sua materialidade revela a lógica administrativa empregada pelo Estado para registrar, acompanhar e controlar a circulação de estrangeiros durante a Segunda Guerra Mundial. Diferente da documentação legislativa, que expressa os princípios gerais da política de nacionalização, o formulário utilizado pela Superintendência de Segurança Política e Social permite observar como essas diretrizes eram operacionalizadas no cotidiano, por meio de procedimentos burocráticos aplicados em escala local.

A própria estrutura do salvo-conduto evidencia essa racionalidade administrativa. Antes mesmo de qualquer preenchimento manuscrito, o formulário estabelecia quais informações deveriam obrigatoriamente ser fornecidas pelo portador: destino, via utilizada, endereço no local de permanência, motivo da viagem, prazo de validade da autorização, delegacia responsável, data, assinatura da autoridade e autenticação por carimbo oficial. A padronização desses campos demonstra que o interesse do Estado não se restringia à identificação do estrangeiro, já realizada na página inicial da caderneta. O objetivo consistia em acompanhar cada deslocamento autorizado, registrando não apenas o itinerário, mas também sua justificativa e duração.

Essa característica aproxima o salvo-conduto do que Hannah Arendt identificou como uma das expressões da expansão da burocracia moderna, na qual a administração pública passa a organizar a vida social por meio de registros, classificações e procedimentos formais. Embora a autora desenvolva essa reflexão a partir dos regimes totalitários europeus, sua análise mostra como a burocracia transforma indivíduos em objetos de classificação e administração, aspecto que pode ser observado, em escala distinta, na documentação produzida pelo Estado Novo brasileiro.

Figura 3 – Registros de autorizações de viagem constantes do salvo-conduto de Igínia Vivi (1943).

The image shows two entries from a travel permit (Salvo-Conduto) for Igínia Vivi, numbered 1 and 2. Each entry contains handwritten information and an official stamp.

Entry 1:

- SALVO - CONDUTO Nº 106804**
- Valido para uma viagem
- Destino: *Montevidéu*
- Via: *Avião*
- Endereço no destino: *Par. José Pedro*
- Motivo da viagem: *Trabalho*
- Válido até: *13/11/43*
- Delegacia: *[Signature]*
- Data: *13/11/43*
- Assinatura da autoridade: *[Signature]*
- CARIMBO: *[Stamp]*

Entry 2:

- SALVO - CONDUTO Nº 106804**
- Valido para uma viagem
- Destino: *Montevidéu*
- Via: *Avião*
- Endereço no destino: *Par. José Pedro*
- Motivo da viagem: *Trabalho*
- Válido até: *10/12/43*
- Delegacia: *[Signature]*
- Data: *10/12/43*
- Assinatura da autoridade: *[Signature]*
- CARIMBO: *[Stamp]*

Fonte: Acervo da família Barcala.

A leitura das páginas internas da caderneta confirma essa função. Na autorização concedida para a viagem a Adamantina, observa-se que o formulário exigia a indicação precisa do local de permanência da viajante. Não bastava informar o município de destino; foi registrado também o endereço onde Igínia permaneceria, identificado como "Fazenda José Pedro", embora a grafia manuscrita não permita afirmar com segurança se essa expressão designa o nome da propriedade ou seu proprietário. Independentemente da identificação exata da propriedade, esse registro mostra que o controle estatal alcançava um nível de detalhamento que permitia localizar o estrangeiro durante sua permanência fora do município de residência.

Outro elemento significativo é o preenchimento do campo "Via", no qual consta a indicação "mista". Esse registro, aparentemente secundário, adquire relevância quando confrontado com a história da ocupação da Alta Paulista e da expansão da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Conforme já apontado, em 1943, a ferrovia ainda não alcançava Adamantina, encerrando-se em Tupã. A partir desse ponto, o restante do percurso precisava ser realizado por transporte rodoviário. A expressão "via mista" parece corresponder precisamente a essa combinação entre transporte ferroviário e rodoviário, revelando que a administração pública registrava também a modalidade de deslocamento utilizada pelo viajante.

O formulário registrava igualmente a finalidade da viagem. No caso analisado, aparece a justificativa "à família", informação que, isoladamente, pouco esclarece. Entretanto, quando confrontada com a documentação genealógica da família Vivi-Ballista, ganha novo significado. Sabe-se que Armando Vivi Ballista, filho de Igínia, residia em Adamantina em 1943 e que, em 17 de janeiro daquele ano, nasceu seu filho Eurípedes. Embora o salvo-conduto não permita afirmar que a viagem teve como objetivo conhecer o neto recém-nascido, a convergência entre diferentes fontes documentais torna essa hipótese historicamente plausível. O exemplo demonstra que o potencial interpretativo do documento não reside apenas nas informações que apresenta isoladamente, mas sobretudo nas possibilidades abertas pelo cruzamento entre diferentes evidências históricas.

Também merece destaque o prazo de validade da autorização. As viagens registradas na caderneta possuíam período previamente determinado, após o qual a autorização perdia sua eficácia. Essa limitação reforça a compreensão de que o salvo-conduto não concedia um direito permanente de circulação, mas autorizava um deslocamento específico, delimitado no tempo e no espaço. Cada viagem exigia novo procedimento administrativo, nova autorização e nova autenticação pelas autoridades competentes.

Finalmente, a presença das assinaturas e dos carimbos oficiais demonstra que a vigilância não era exercida de maneira abstrata, mas materializada por agentes públicos, vinculados às delegacias responsáveis pela fiscalização de estrangeiros. Cada autorização representava um ato administrativo individualizado, conferindo autenticidade e validade jurídica ao deslocamento pretendido.

Vista em conjunto, a documentação revela que o salvo-conduto ultrapassa sua função imediata de autorização para viagens e se constitui em evidência das formas pelas quais o Estado brasileiro organizou

mecanismos de identificação, apontamento e monitoramento dos deslocamentos de estrangeiros durante a Segunda Guerra Mundial. Mais do que acompanhar deslocamentos individuais, o registro materializa uma prática administrativa baseada na produção sistemática de informações sobre pessoas, itinerários, permanências e motivações de viagem. Sua importância histórica, portanto, não reside apenas na trajetória de Igínia Vivi, mas na possibilidade de compreender, a partir de um caso particular, como políticas públicas formuladas em âmbito nacional eram efetivamente operacionalizadas pelas autoridades policiais do interior paulista.

Nessa perspectiva, a reflexão de Le Goff (2013) mostra-se pertinente ao afirmar que todo documento é também um monumento, isto é, um produto das relações de poder e das intenções da sociedade que o produziu. O salvo-conduto não constitui, portanto, um registro neutro da circulação de estrangeiros, mas um artefato burocrático concebido para tornar a mobilidade objeto de administração e vigilância. Sua materialidade, o formulário padronizado, os campos obrigatórios, os carimbos e as assinaturas, integra a própria lógica de funcionamento do aparato estatal responsável pelo acompanhamento de estrangeiros no território nacional.

Se o salvo-conduto constitui um produto histórico, cabe ao historiador submetê-lo à crítica documental para compreender os contextos de sua produção e os significados que ultrapassam sua finalidade original. Como assinala Marc Bloch (2001), o documento não oferece, por si só, a explicação do passado; é a problematização realizada pelo historiador que lhe confere sentido histórico. Assim, o salvo-conduto deixa de ser apenas um registro burocrático da circulação de uma imigrante italiana para tornar-se evidência das relações entre Estado, burocracia e sociedade em um contexto marcado pelas políticas de nacionalização e pela Segunda Guerra Mundial. O percurso desenvolvido neste artigo demonstra que, quando interrogados criticamente e articulados a outras fontes, documentos preservados em arquivos familiares ampliam as possibilidades de compreensão da experiência histórica.

A análise do salvo-conduto também pode ser enriquecida pelas reflexões de Hannah Arendt (2012) acerca da expansão da burocracia moderna. Embora elaboradas para compreender experiências políticas distintas da realidade brasileira, suas reflexões ajudam a compreender como procedimentos administrativos baseados em registros e classificações transformam a circulação dos indivíduos em objeto permanente de administração estatal. Sob essa perspectiva, o salvo-conduto demonstra que a mobilidade dos estrangeiros deixava de constituir apenas um deslocamento geográfico para integrar um sistema administrativo de registro, autorização e fiscalização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do salvo-conduto nº 106.804 emitido para minha bisavó, Igínia Vivi, permitiu compreender processos históricos mais amplos. Produzido originalmente para atender a uma finalidade do

Estado, o salvo-conduto ultrapassa sua função ao revelar aspectos das políticas de vigilância da circulação de estrangeiros implementadas pelo Estado Novo durante a Segunda Guerra Mundial.

O estudo evidenciou que o controle estatal não se limitava às fronteiras nacionais nem aos grandes centros urbanos. Por meio de procedimentos padronizados, as autoridades policiais acompanhavam deslocamentos não apenas entre municípios do interior paulista, mas, em todo território, exigindo a identificação do destino, do local de permanência, da motivação da viagem e do período autorizado para sua realização. Assim, viagens motivadas por razões de saúde, pessoais ou familiares, passavam a integrar uma rede de registros que efetivava a presença do Estado no cotidiano dos imigrantes.

A leitura do salvo-conduto demonstrou ainda que o potencial histórico da fonte não reside apenas nas informações que apresenta de forma explícita, mas também nas possibilidades abertas pelo cruzamento com outras evidências documentais. A articulação entre o documento administrativo, a legislação do período, os registros civis e o acervo da família Barcala permitiu reconstruir aspectos da trajetória de Igínia Vivi e compreender como políticas nacionais eram experimentadas na escala das relações familiares e em sua rotina diária.

Esse percurso metodológico reafirma a importância dos arquivos familiares para a pesquisa histórica. Frequentemente produzidos para atender a necessidades imediatas, documentos dessa natureza preservam vestígios de experiências individuais que, quando interrogados criticamente e contextualizados pela historiografia, tornam-se capazes de iluminar processos sociais e políticos de maior amplitude. Nesse sentido, o salvo-conduto deixa de ser apenas uma autorização de viagem para constituir uma evidência das formas pelas quais o Estado brasileiro exerceu vigilância administrativa sobre a população estrangeira em um contexto marcado pela guerra e pela nacionalização.

Ao demonstrar o potencial interpretativo de um salvo-conduto preservado em um arquivo de família, este estudo reafirma que documentos produzidos para atender a finalidades administrativas podem, quando submetidos à crítica histórica, revelar dimensões pouco visíveis das relações entre Estado, burocracia e sociedade. É nesse propósito que um arquivo familiar se transforma, efetivamente, em um arquivo da História.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 3.010, de 20 de agosto de 1938.** Regulamenta o Decreto-Lei n.º 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 22 ago. 1938.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 3.175, de 7 de abril de 1941.** Restringe a imigração e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 9 abr. 1941.

BRASIL. Superintendência de Segurança Política e Social. **Salvo-conduto n.º 106.804, em nome de Igínia Vivi**. Pompeia, SP, 1943. Documento original pertencente ao acervo particular da família Barcala.

Bibliografia

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Uso e mau uso dos arquivos. In: Pinsky, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 23-79.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis: a ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP**, São Paulo, n. 119, p. 115-130, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i119p115-130. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/151581>. Acesso em 28/06/2026.

GERALDO, Endrica. A “Lei de Cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 15, n. 27, p. 171-212, 2009. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2575/1985>. Acesso em 28/06/2026.

GERALDO, Endrica. **O perigo alienígena: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em 26/06/2026.

**O IMPACTO DO RACISMO ESTRUTURAL NA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO
NEGRA**

**WHAT IS THE IMPACT OF STRUCTURAL RACISM ON THE QUALITY OF LIFE OF THE
BLACK POPULATION?**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-035>

Lilian de Souza Batista Silva

Mestranda em Letras

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

E-mail: lilian.souza@ufrn.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9091894245765283>

Sandra Regina Gomes Trindade

Licenciada Plena em Pedagogia

Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: sandra.reginapedag@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4375029017430494>

Francisco Cazuza da Silva Sobrinho

Graduado em Letras

Instituto Federal da Paraíba

E-mail: cazuzadasilva@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4700472603819937>

Flávia Nayara Rodrigues da Silva Barbosa

Licenciatura em Educação Física

UNIFAMETRO

E-mail: profissionalflaviarodrigues@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5865688861598276>

Raiane Lima Silveira

Licenciada em Biologia

Universidade Tiradentes

E-mail: raianebiologa@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3563059258570525>

Luciene dos Santos Silva

Enfermeira Intensivista e Nefrologista

Centro Universitário Padre Anchieta

E-mail: lucienegbi1@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4871370141785479>

Jane Alves Lopes de Oliveira Cruz

Mestranda em Saúde Coletiva
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
E-mail: janealvescomercial@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1091053395806824>

Fabiana Loyde Wakai Jorge Pinho

Doutoranda em Saúde Coletiva
Universidade Católica de Santos - UNISANTOS
E-mail: fabiana.loyde@unisantos.br
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-1480-7822>

Meiry Cristiane Richil de Carvalho

Mestranda em Agroecologia
Universidade Estadual de Roraima
Boa Vista - Roraima
E-mail: meiryrichil10@gmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2048503580746268>

Resumo

O racismo estrutural constitui um fenômeno histórico e social que influencia as condições de vida, saúde e bem-estar da população negra, contribuindo para a manutenção de desigualdades em diferentes contextos. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo analisar os impactos do racismo estrutural na qualidade de vida da população negra, considerando suas repercussões sociais, econômicas e sanitárias, bem como a importância das políticas públicas e das estratégias institucionais para a promoção da equidade racial. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, desenvolvida a partir de pesquisas publicadas entre 2021 e 2026, nos idiomas português e inglês, consultadas nas bases de dados SciELO, LILACS, MEDLINE, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde. A busca foi realizada por meio de descritores relacionados ao racismo estrutural, à qualidade de vida e à saúde da população negra. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 16 estudos para compor a amostra final. Os resultados evidenciaram que o racismo estrutural afeta negativamente o acesso à educação, aos serviços de saúde, ao mercado de trabalho e à participação política, além de influenciar indicadores relacionados à saúde mental, ao desenvolvimento humano e às condições de vida. Conclui-se que o enfrentamento das desigualdades raciais exige ações intersetoriais, políticas públicas efetivas e o fortalecimento de estratégias voltadas à promoção da justiça social e da equidade racial.

Palavras-chave: Desigualdade social; Equidade racial; População negra; Qualidade de vida; Racismo estrutural.

Abstract

Structural racism is a historical and social phenomenon that influences the living conditions, health, and well-being of the Black population, contributing to the maintenance of inequalities in different contexts. In this sense, the present study aimed to analyze the impacts of structural racism on the quality of life of the Black population, considering its social, economic, and health repercussions, as well as the importance of public policies and institutional strategies for promoting racial equity. This is an integrative literature review based on studies published between 2021 and 2026 in Portuguese and English and retrieved from the SciELO, LILACS, MEDLINE, PubMed, and Virtual Health Library databases. The search was conducted using descriptors related to structural racism, quality of life, and Black population health. After applying the inclusion and exclusion criteria, 16 studies were selected for the final sample. The findings showed that structural racism negatively affects access to education, health services, the labor market, and political participation, in addition to influencing indicators related to mental health, human development, and living conditions. It is concluded that confronting racial inequalities requires intersectoral actions, effective public policies, and the strengthening of strategies aimed at promoting social justice and racial equity.

Keywords: Black population; Quality of life; Racial equity; Social inequality; Structural racism.

1 INTRODUÇÃO

A população negra tem sido historicamente submetida a processos de exclusão social, econômica e política que influenciam diretamente suas condições de vida e saúde. Em diferentes sociedades, o racismo estrutural manifesta-se por meio de mecanismos institucionais e culturais que perpetuam desigualdades no acesso à educação, à renda, ao trabalho, à moradia e aos serviços públicos essenciais. Tais desigualdades afetam significativamente o bem-estar e o desenvolvimento de indivíduos negros, sobretudo entre os grupos socialmente mais vulneráveis (Anderson; Eisenberg; Zimmerman, 2023).

O conceito de racismo estrutural refere-se ao conjunto de normas, práticas e instituições que reproduzem privilégios e desvantagens com base em critérios raciais, influenciando diferentes dimensões da vida social. O racismo sistêmico e estrutural opera de maneira integrada, moldando oportunidades e limitando o acesso equitativo aos recursos necessários para a promoção da saúde e do bem-estar (Braveman et al., 2022). Além disso, a estratificação social baseada na raça produz efeitos cumulativos ao longo do tempo, contribuindo para a manutenção de disparidades persistentes entre grupos raciais (Brown; Homan, 2024).

No contexto brasileiro, a formação histórica marcada pela escravidão e pelas desigualdades sociais consolidou estruturas que ainda impactam a vida da população negra. Embora a Constituição da República

Federativa do Brasil de 1988 assegure a igualdade de direitos e repudie qualquer forma de discriminação (Brasil, 1988), a efetivação desses princípios enfrenta obstáculos relacionados às dinâmicas estruturais do racismo. Em complemento, a Lei n.º 7.716, de 1989, estabeleceu mecanismos jurídicos para a punição de crimes resultantes de preconceito racial, representando um importante avanço no combate às práticas discriminatórias (Brasil, 1989).

Apesar da existência de dispositivos legais voltados para a promoção da igualdade racial, as disparidades observadas em indicadores sociais e de saúde demonstram que as medidas normativas, por si só, não são suficientes para eliminar os efeitos do racismo estrutural. A criação do Estatuto da Igualdade Racial representou um marco na formulação de políticas públicas destinadas à garantia dos direitos da população negra (Brasil, 2010).

No âmbito da saúde pública, o reconhecimento das especificidades vivenciadas pela população negra levou à implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, cuja finalidade consiste em reduzir iniquidades e promover a equidade no sistema de saúde (Brasil, 2009). Entretanto, o racismo estrutural continua produzindo impactos significativos sobre a saúde física e mental, ampliando vulnerabilidades e agravando desigualdades históricas (Brondolo; Kaur; Flores, 2023).

Os efeitos do racismo estrutural sobre a qualidade de vida manifestam-se em diferentes etapas do ciclo vital e atingem múltiplas dimensões da experiência humana. Estudos recentes indicam que adolescentes negros enfrentam contextos marcados por discriminação, exclusão e limitações de acesso a recursos sociais, fatores que influenciam negativamente o desenvolvimento cognitivo, emocional e biológico (Gonçalves et al., 2025). De maneira semelhante, mulheres negras vivenciam, ao longo da vida reprodutiva, barreiras estruturais que comprometem sua saúde e restringem o exercício pleno de seus direitos (Chambers et al., 2021).

Além dos impactos individuais, o racismo estrutural produz consequências coletivas que afetam comunidades inteiras. A distribuição desigual de investimentos urbanos, oportunidades educacionais e serviços públicos contribui para a formação de territórios marcados por condições precárias de moradia, insegurança e menor acesso à assistência de qualidade. Os efeitos históricos do racismo permanecem inscritos nos espaços urbanos, influenciando a organização social dos bairros e reforçando padrões persistentes de desigualdade (Dyer et al., 2023).

A mensuração do racismo estrutural representa outro desafio relevante para a produção científica contemporânea. A construção de indicadores capazes de captar as múltiplas dimensões desse fenômeno exige a consideração de fatores econômicos, políticos e sociais interdependentes (Chantararat; Van Riper; Hardeman, 2021).

Paralelamente, investigações recentes apontam que intervenções estruturais podem contribuir para a redução das iniquidades raciais e para a melhoria dos indicadores populacionais de saúde. Políticas

voltadas para a ampliação do acesso à educação, à moradia digna, ao emprego e aos serviços de saúde apresentam potencial para mitigar os efeitos do racismo estrutural (Clark et al., 2022).

Diante desse cenário, torna-se evidente a relevância de aprofundar as discussões acerca dos impactos do racismo estrutural na qualidade de vida da população negra. A persistência das desigualdades raciais, mesmo diante dos avanços legislativos e institucionais, evidencia a necessidade de ampliar o conhecimento científico sobre os determinantes sociais que sustentam essas disparidades.

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar os impactos do racismo estrutural na qualidade de vida da população negra, considerando suas repercussões sociais, econômicas e sanitárias, bem como a importância das políticas públicas e das estratégias de enfrentamento para a promoção da equidade racial.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, método que possibilita a síntese e a análise crítica de evidências científicas acerca de determinado fenômeno, permitindo a ampliação do conhecimento sobre o impacto do racismo estrutural na qualidade de vida da população negra. Esse tipo de investigação reúne resultados de estudos desenvolvidos por diferentes abordagens metodológicas, favorecendo a compreensão abrangente da temática e subsidiando a formulação de estratégias voltadas à promoção da equidade racial.

A revisão foi conduzida a partir da seguinte pergunta norteadora: quais são os impactos do racismo estrutural na qualidade de vida da população negra descritos na literatura científica?

Para a construção da estratégia de busca, foram selecionados descritores indexados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e no Medical Subject Headings (MeSH), em português e inglês. Os termos utilizados foram: “racismo estrutural”, “qualidade de vida”, “população negra”, “saúde da população negra”, “structural racism”, “quality of life”, “Black population” e “Black health”. Os descritores foram combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, a fim de ampliar a sensibilidade e a especificidade da busca.

A coleta de dados foi realizada nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A seleção dos estudos ocorreu considerando publicações disponíveis integralmente nos idiomas português e inglês.

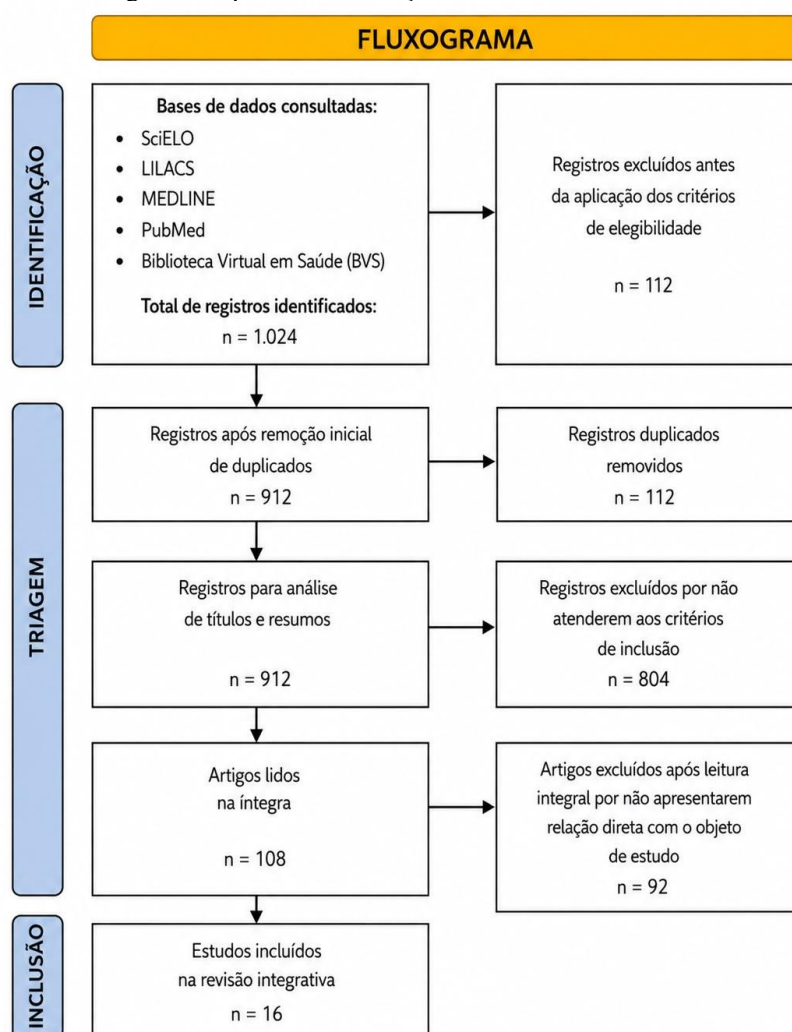
Foram estabelecidos como critérios de inclusão: artigos científicos publicados entre 2021 e 2026; estudos disponíveis na íntegra; publicações nos idiomas português e inglês; pesquisas que abordassem diretamente a relação entre racismo estrutural e qualidade de vida da população negra; além de estudos originais, revisões e investigações com relevância para a temática proposta.

Por outro lado, os critérios de exclusão compreenderam trabalhos duplicados nas bases consultadas, dissertações, teses, monografias, editoriais, cartas ao editor, resumos publicados em anais de eventos, documentos institucionais sem revisão por pares e estudos que não apresentassem relação direta com o objeto desta pesquisa.

O processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos selecionados ocorreu de forma sistemática, mediante leitura dos títulos, resumos e textos completos, visando assegurar a adequação das publicações aos critérios previamente estabelecidos.

O fluxograma referente às etapas de seleção dos artigos encontra-se representado na Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos estudos incluídos na revisão integrativa.



Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

Após a definição da amostra final, os artigos foram submetidos à leitura analítica e à extração das informações relevantes, considerando aspectos como autoria, ano de publicação, objetivos, metodologia empregada e principais resultados relacionados aos impactos do racismo estrutural sobre a qualidade de

vida da população negra. Posteriormente, os dados foram organizados e interpretados de forma descritiva, permitindo a identificação de convergências e divergências entre os estudos selecionados.

Por se tratar de uma revisão integrativa da literatura, desenvolvida a partir de dados secundários e de acesso público, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as diretrizes estabelecidas pela Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, uma vez que a investigação não envolveu seres humanos de forma direta.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca nas bases de dados selecionadas resultou na identificação de estudos relacionados ao impacto do racismo estrutural na qualidade de vida da população negra. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, bem como a remoção dos artigos duplicados e a leitura criteriosa dos títulos, resumos e textos completos, foram selecionados 16 estudos para compor a amostra final desta revisão integrativa.

As publicações analisadas, divulgadas entre 2021 e 2026, contemplaram diferentes delineamentos metodológicos e abordaram aspectos sociais, econômicos e sanitários associados às consequências do racismo estrutural, evidenciando seus efeitos sobre as condições de vida, o acesso aos serviços de saúde, a saúde mental e a formulação de políticas públicas voltadas para a promoção da equidade racial.

A caracterização dos estudos incluídos na revisão encontra-se apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 – Caracterização dos estudos selecionados para a revisão integrativa.

Autor/ano	Objetivo do estudo	Eixo do estudo	Principais achados
Chambers et al. (2021)	Compreender as percepções de mulheres negras acerca do racismo estrutural ao longo da vida reprodutiva e desenvolver um referencial conceitual para futuras investigações.	Saúde reprodutiva e desigualdades raciais.	Os resultados evidenciaram que o racismo estrutural permeia diferentes etapas da vida reprodutiva das mulheres negras, condicionando barreiras persistentes ao acesso aos serviços de saúde, à qualidade da assistência recebida e à obtenção de desfechos maternos mais favoráveis.
Chantarat, Van Riper e Hardeman (2021)	Desenvolver uma medida multidimensional para avaliar o racismo estrutural em diferentes contextos sociais.	Mensuração do racismo estrutural.	A investigação demonstrou a natureza multifacetada do racismo estrutural, ressaltando a necessidade de instrumentos analíticos capazes de mensurar, de forma integrada, os fatores sociais, econômicos e políticos envolvidos na produção das desigualdades raciais.
Homan, Brown e King (2021)	Analisar a interseccionalidade estrutural como uma nova perspectiva para	Interseccionalidade e saúde.	Os achados indicaram que a interação entre raça, gênero e condições socioeconômicas intensifica processos de vulnerabilização social, contribuindo

O IMPACTO DO RACISMO ESTRUTURAL NA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO NEGRA

	pesquisas sobre desigualdades em saúde.		para a ampliação das disparidades observadas nos indicadores de saúde.
Braveman et al. (2022)	Definir o racismo sistêmico e estrutural, discutir seus impactos sobre a saúde e apresentar estratégias de enfrentamento.	Conceitos e implicações para a saúde pública.	O estudo reconheceu o racismo estrutural como um determinante social central na produção de iniquidades em saúde, evidenciando seus efeitos sobre as oportunidades de vida e a necessidade de intervenções institucionais voltadas à promoção da equidade racial.
Clark et al. (2022)	Avaliar intervenções estruturais destinadas à redução das desigualdades raciais e seus efeitos sobre a saúde populacional.	Políticas públicas e equidade racial.	Os autores verificaram que estratégias estruturais relacionadas à educação, à habitação e ao acesso aos serviços de saúde apresentam potencial para reduzir disparidades raciais e promover melhorias nos indicadores de saúde coletiva.
Homan e Brown (2022)	Investigar a relação entre o racismo estrutural associado à exclusão política e a equidade em saúde.	Participação política e saúde coletiva.	A pesquisa demonstrou que mecanismos institucionais de exclusão política da população negra repercutem negativamente sobre a distribuição equitativa de recursos e sobre as condições de saúde da população.
Lafave et al. (2022)	Revisar as evidências científicas sobre os efeitos do racismo na saúde da população negra idosa.	Envelhecimento e saúde da população negra.	A revisão identificou associações consistentes entre experiências de discriminação racial e o agravamento de indicadores físicos, psicológicos e sociais, comprometendo a qualidade de vida da população negra idosa.
Sonderlund et al. (2022)	Elaborar um modelo para operacionalizar o racismo estrutural em pesquisas em saúde, com enfoque no encarceramento em massa.	Sistema prisional e saúde materno-infantil.	Os resultados evidenciaram que o encarceramento desproporcional da população negra constitui uma expressão do racismo estrutural, estando associado à ocorrência de desfechos adversos na saúde materno-infantil.
Anderson, Eisenberg e Zimmerman (2023)	Examinar a associação entre racismo estrutural e bem-estar de jovens nos Estados Unidos.	Desenvolvimento juvenil e qualidade de vida.	O estudo constatou que contextos marcados por desigualdades raciais comprometem significativamente o bem-estar, a saúde mental e o desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes negros.
Brondolo, Kaur e Flores (2023)	Analisar os impactos do racismo estrutural sobre a saúde durante a pandemia da COVID-19 e discutir implicações para políticas públicas.	Pandemia e vulnerabilidades sociais.	A análise revelou que o racismo estrutural potencializou a exposição da população negra aos riscos sanitários e aprofundou desigualdades históricas relacionadas ao acesso e à qualidade da assistência em saúde.
Dyer et al. (2023)	Investigar a permanência dos efeitos do racismo estrutural em bairros norte-americanos.	Território e desigualdades urbanas.	Os autores demonstraram que a segregação espacial e a distribuição desigual de recursos urbanos perpetuam padrões históricos de exclusão, influenciando negativamente as

			condições de vida e saúde das comunidades negras.
Siegel e Wiklund (2023)	Examinar a relação entre o racismo estrutural em nível estadual e as disparidades em diferentes indicadores de saúde.	Determinantes estruturais da saúde.	Os achados evidenciaram que níveis mais elevados de racismo estrutural estão diretamente associados ao agravamento das disparidades raciais em diversos indicadores de morbidade e mortalidade.
Brown e Homan (2024)	Relacionar modelos teóricos de racismo estrutural aos métodos de mensuração das desigualdades em saúde.	Estratificação social e métodos analíticos.	O estudo ressaltou a importância do aperfeiçoamento dos instrumentos metodológicos empregados na investigação das desigualdades raciais, visando ampliar a compreensão dos mecanismos estruturais que condicionam os desfechos em saúde.
Martin et al. (2024)	Explorar a influência do racismo estrutural nos cuidados de fim de vida entre idosos afro-americanos.	Cuidados paliativos e envelhecimento.	A pesquisa evidenciou que barreiras institucionais e desigualdades historicamente construídas limitam o acesso da população negra idosa a cuidados paliativos adequados e humanizados.
Gonçalves et al. (2025)	Revisar os impactos do racismo estrutural sobre as experiências vividas por adolescentes afrodescendentes.	Desenvolvimento humano e saúde mental.	A revisão destacou que a exposição contínua ao racismo estrutural exerce efeitos negativos sobre o desenvolvimento neuropsicológico, a saúde mental e as perspectivas sociais de adolescentes afrodescendentes.
Kisa e Kisa (2025)	Investigar o racismo estrutural como causa fundamental das iniquidades em saúde.	Determinantes sociais e equidade em saúde.	Os autores concluíram que o racismo estrutural representa um determinante fundamental das iniquidades em saúde, sustentando desigualdades persistentes no acesso a recursos e oportunidades entre diferentes grupos raciais.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A análise dos estudos selecionados permitiu compreender que o racismo estrutural constitui um fenômeno multifacetado, capaz de influenciar diferentes dimensões da qualidade de vida da população negra. As evidências científicas apontam que as desigualdades raciais ultrapassam experiências individuais de discriminação e se consolidam por meio de mecanismos históricos, institucionais e sociais que afetam o acesso a direitos fundamentais.

Diante desse panorama, a discussão foi organizada em dois eixos centrais: os impactos do racismo estrutural sobre as condições de saúde e bem-estar da população negra e a relevância das políticas públicas e das estratégias institucionais para o enfrentamento das desigualdades raciais.

3.1 IMPACTOS DO RACISMO ESTRUTURAL SOBRE A SAÚDE E A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO NEGRA

Inicialmente, compreender a relação entre racismo estrutural e qualidade de vida exige reconhecer que as desigualdades raciais são produzidas e reproduzidas em diferentes esferas sociais. Ao discutirem os fundamentos conceituais do tema, Braveman et al. (2022) defendem que o racismo estrutural atua como um determinante social capaz de restringir oportunidades econômicas, educacionais e sanitárias, repercutindo diretamente sobre a saúde física e mental da população negra.

Sob essa perspectiva, Brown e Homan (2024) argumentam que os processos de estratificação racial contribuem para a manutenção de disparidades persistentes nos indicadores sociais. Os autores destacam que a distribuição desigual de recursos e privilégios compromete o acesso a condições adequadas de moradia, trabalho e educação, produzindo efeitos cumulativos ao longo da vida.

Corroborando essa interpretação, Kisa e Kisa (2025) identificam o racismo estrutural como uma das principais causas das iniquidades em saúde observadas entre grupos raciais. Segundo os pesquisadores, a exposição contínua a ambientes marcados pela exclusão social intensifica situações de vulnerabilidade e amplia as diferenças relacionadas à expectativa e à qualidade de vida.

No âmbito do desenvolvimento humano, Anderson, Eisenberg e Zimmerman (2023) demonstram que crianças e adolescentes negros inseridos em contextos caracterizados por desigualdades raciais apresentam maiores riscos para o desenvolvimento de problemas emocionais e psicossociais. Os autores ressaltam que a limitação do acesso a oportunidades interfere diretamente no bem-estar e na construção das trajetórias individuais.

De maneira semelhante, Gonçalves et al. (2025) evidenciam que adolescentes afrodescendentes vivenciam impactos negativos decorrentes da exposição contínua ao racismo estrutural. Conforme os autores, fatores relacionados à exclusão social e à discriminação influenciam o desenvolvimento neuropsicológico, comprometendo a saúde mental e a inserção social desses indivíduos.

No contexto da população idosa, Lafave et al. (2022) verificam que as experiências acumuladas de discriminação racial repercutem sobre indicadores físicos, emocionais e sociais. Os resultados apontam que o envelhecimento da população negra ocorre em condições marcadas por desigualdades históricas, capazes de afetar significativamente a qualidade de vida.

Complementando essa discussão, Martin et al. (2024) destacam que os efeitos do racismo estrutural permanecem presentes nos cuidados destinados aos idosos negros em situações de terminalidade. Segundo os autores, barreiras institucionais dificultam o acesso a cuidados paliativos adequados, comprometendo princípios relacionados à dignidade e à equidade em saúde.

No campo da saúde reprodutiva, Chambers et al. (2021) demonstram que mulheres negras enfrentam obstáculos estruturais em diferentes etapas da vida. As autoras identificam desigualdades no acesso aos

serviços de saúde, além de experiências marcadas por discriminação e inadequações assistenciais que afetam negativamente os desfechos maternos.

Paralelamente, Sonderlund et al. (2022) enfatizam que o encarceramento em massa da população negra representa uma manifestação concreta do racismo estrutural. A pesquisa revela que esse fenômeno ultrapassa a esfera jurídica e influencia indicadores relacionados à saúde materno-infantil, reforçando ciclos de vulnerabilidade social.

Em consonância com esses achados, Dyer et al. (2023) afirmam que a segregação espacial e a organização desigual dos territórios contribuem para a perpetuação das iniquidades. Os autores observam que comunidades negras frequentemente convivem com limitações no acesso a serviços essenciais, infraestrutura urbana e recursos destinados à promoção da saúde.

Além disso, Siegel e Wiklund (2023) demonstram que estados com maiores índices de racismo estrutural apresentam diferenças mais expressivas nos indicadores de morbidade e mortalidade entre populações negras e brancas. Tal constatação reforça a compreensão de que fatores institucionais exercem influência significativa sobre os resultados em saúde.

Durante a pandemia da COVID-19, Brondolo, Kaur e Flores (2023) verificaram que desigualdades historicamente construídas ampliaram a exposição da população negra aos riscos sanitários. Os autores destacam que condições precárias de trabalho, renda e moradia contribuíram para o agravamento das disparidades já existentes.

Por conseguinte, Homan e Brown (2022) acrescentam que mecanismos de exclusão política também interferem na distribuição de recursos públicos destinados à promoção da saúde coletiva. Segundo os pesquisadores, a limitação da participação política da população negra fortalece processos estruturais que perpetuam desigualdades sociais.

Dessa forma, observa-se ampla concordância entre os estudos ao reconhecerem que o racismo estrutural produz impactos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida da população negra. Embora os trabalhos analisados enfoquem diferentes grupos sociais e contextos específicos, todos convergem para a compreensão de que a desigualdade racial constitui um elemento central na produção de vulnerabilidades.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS, MENSURAÇÃO DO RACISMO ESTRUTURAL E ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE RACIAL

Considerando a complexidade das desigualdades raciais, torna-se imprescindível discutir os instrumentos necessários para compreender e enfrentar os efeitos do racismo estrutural. Nesse sentido, Chantarat, Van Riper e Hardeman (2021) argumentam que a mensuração desse fenômeno exige abordagens multidimensionais capazes de integrar aspectos econômicos, territoriais, políticos e sociais.

Sob o mesmo enfoque, Brown e Homan (2024) defendem o aperfeiçoamento metodológico das pesquisas voltadas às desigualdades em saúde. Os autores sustentam que a identificação dos mecanismos estruturais envolvidos na produção das iniquidades representa condição indispensável para a formulação de políticas públicas efetivas.

Adicionalmente, Homan, Brown e King (2021) destacam a importância da interseccionalidade como ferramenta analítica para compreender a sobreposição de diferentes formas de exclusão. Segundo os pesquisadores, fatores relacionados à raça, ao gênero e à condição socioeconômica interagem continuamente, ampliando as vulnerabilidades experimentadas por determinados grupos.

Nessa perspectiva, Braveman et al. (2022) defendem que o enfrentamento do racismo estrutural depende da implementação de ações institucionais articuladas. Os autores enfatizam que medidas isoladas apresentam alcance limitado diante da complexidade dos processos responsáveis pela manutenção das desigualdades raciais.

De modo convergente, Clark et al. (2022) identificam que políticas públicas voltadas para educação, habitação e assistência à saúde possuem potencial para reduzir disparidades históricas. Os pesquisadores ressaltam que intervenções estruturais podem produzir impactos positivos tanto sobre indicadores populacionais quanto sobre a qualidade de vida.

Ainda nesse debate, Homan e Brown (2022) observam que a ampliação da participação política da população negra constitui elemento estratégico para a promoção da equidade. Conforme os autores, mecanismos democráticos mais inclusivos favorecem a construção de políticas capazes de responder às necessidades específicas dos grupos historicamente marginalizados.

No âmbito territorial, Dyer et al. (2023) reforçam que a reorganização dos espaços urbanos representa uma dimensão fundamental do enfrentamento ao racismo estrutural. Os autores apontam que investimentos em infraestrutura, mobilidade e serviços públicos podem contribuir para reduzir desigualdades associadas à segregação residencial.

De maneira complementar, Siegel e Wiklund (2023) demonstram que diferentes contextos políticos e institucionais influenciam diretamente os indicadores de saúde. Os resultados sugerem que políticas regionais comprometidas com a redução das desigualdades raciais apresentam maior potencial para promover condições equitativas de vida.

No campo da saúde coletiva, Brondolo, Kaur e Flores (2023) argumentam que a pandemia evidenciou a necessidade de incorporar perspectivas antirracistas ao planejamento sanitário. Os autores defendem que estratégias futuras devem considerar os determinantes estruturais responsáveis pela distribuição desigual dos riscos e das vulnerabilidades.

Sob outra ótica, Chambers et al. (2021) ressaltam que políticas direcionadas à saúde reprodutiva das mulheres negras precisam contemplar as especificidades decorrentes das experiências de discriminação

acumuladas ao longo da vida. Tal posicionamento reforça a necessidade de abordagens sensíveis às particularidades dos diferentes grupos populacionais.

Da mesma forma, Anderson, Eisenberg e Zimmerman (2023) e Gonçalves et al. (2025) concordam que investimentos em educação, proteção social e saúde mental são fundamentais para minimizar os efeitos do racismo estrutural sobre crianças e adolescentes negros. Os autores reconhecem que a promoção do desenvolvimento saudável depende da redução das desigualdades sociais.

No que se refere ao envelhecimento, Lafave et al. (2022) e Martin et al. (2024) convergem ao afirmar que políticas voltadas à população idosa negra devem considerar os impactos acumulados do racismo ao longo do curso da vida. Segundo os estudos, a garantia de cuidados integrais e humanizados representa um componente essencial da equidade em saúde.

Por outro lado, Sonderlund et al. (2022) evidenciam que estratégias de enfrentamento ao encarceramento em massa e às desigualdades no sistema de justiça são indispensáveis para a redução das iniquidades sociais e sanitárias. Os autores destacam que o combate ao racismo estrutural requer intervenções que ultrapassem os limites do setor da saúde.

Finalmente, Kisa e Kisa (2025) reafirmam que a superação das desigualdades raciais depende do reconhecimento do racismo estrutural como causa fundamental das iniquidades em saúde. Em consonância com os demais estudos analisados, os autores defendem a integração entre produção científica, políticas públicas e ações institucionais como estratégia para promover melhores condições de vida para a população negra.

4 CONCLUSÃO

A presente revisão integrativa possibilitou compreender os impactos do racismo estrutural na qualidade de vida da população negra, evidenciando que esse fenômeno constitui um determinante social capaz de influenciar diferentes dimensões da vida coletiva e individual. Ao responder à pergunta norteadora proposta, constatou-se que o racismo estrutural repercute diretamente sobre as condições de saúde, o acesso a direitos fundamentais, a inserção social e as oportunidades disponíveis para a população negra, perpetuando desigualdades historicamente construídas.

No que se refere ao objetivo do estudo, que consistiu em analisar as repercussões sociais, econômicas e sanitárias do racismo estrutural sobre a qualidade de vida da população negra, os resultados demonstraram que as iniquidades raciais se manifestam em diferentes contextos, incluindo os sistemas de saúde, educação, habitação, trabalho e participação política. Tais fatores contribuem para a manutenção de condições desfavoráveis que comprometem o bem-estar e ampliam situações de vulnerabilidade.

Os estudos selecionados evidenciaram que crianças, adolescentes, mulheres e idosos negros experimentam, ao longo da vida, os efeitos acumulativos do racismo estrutural. Entre os principais achados identificados, destacam-se os impactos negativos sobre a saúde mental, o desenvolvimento neuropsicológico, a assistência materno-infantil, os cuidados paliativos e a qualidade dos serviços públicos ofertados, revelando a amplitude das consequências produzidas pelas desigualdades raciais.

Além disso, verificou-se consenso entre os autores quanto ao papel das instituições sociais na reprodução das disparidades observadas. Aspectos relacionados à segregação territorial, ao encarceramento em massa, à exclusão política e à distribuição desigual de recursos foram apontados como elementos centrais para a compreensão das iniquidades que afetam a população negra, reforçando a necessidade de abordagens intersetoriais para o enfrentamento desse problema.

Outro aspecto relevante identificado nesta investigação refere-se à importância das políticas públicas e das estratégias institucionais voltadas à promoção da equidade racial. As evidências analisadas indicam que intervenções nos campos da saúde, educação, assistência social e planejamento urbano possuem potencial para reduzir desigualdades históricas, desde que fundamentadas em perspectivas antirracistas e comprometidas com a garantia dos direitos da população negra.

Adicionalmente, a revisão revelou a necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos metodológicos empregados na mensuração do racismo estrutural, considerando a complexidade e a multidimensionalidade do fenômeno. O desenvolvimento de indicadores mais abrangentes poderá contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e para a ampliação do conhecimento científico acerca dos mecanismos que sustentam as desigualdades raciais.

Por fim, sugere-se a realização de pesquisas futuras que investiguem os impactos do racismo estrutural no contexto brasileiro a partir de estudos longitudinais e abordagens interseccionais, contemplando fatores como gênero, faixa etária, território e condições socioeconômicas. O aprofundamento dessas discussões poderá fortalecer a produção científica e subsidiar ações voltadas à construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e comprometida com a promoção da equidade racial.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, N. W.; EISENBERG, D.; ZIMMERMAN, F. J. Structural racism and well-being among young people in the U.S. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 65, n. 5, p. 725–733, 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 jan. 1989.

BRASIL. **Lei n.º 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis n.os 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 jul. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n.º 992, de 13 de maio de 2009**. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 maio 2009.

BRAVEMAN, P. et al. Systemic and structural racism: definitions, examples, health damages, and approaches to dismantling. **Health Affairs**, v. 41, n. 2, p. 171–178, 2022.

BRONDOLO, E.; KAUR, A.; FLORES, M. Structural racism and health in the age of COVID-19: a selective review with policy implications. **Social Issues and Policy Review**, v. 17, n. 1, p. 265–296, 2023.

BROWN, T.; HOMAN, P. A. Structural racism and health stratification: connecting theory to measurement. **Journal of Health and Social Behavior**, v. 65, n. 2, p. 179–196, 2024.

CHAMBERS, B. D. et al. Black women's perspectives on structural racism across the reproductive lifespan: a conceptual framework for measurement development. **Maternal and Child Health Journal**, v. 25, n. 3, p. 402–413, 2021.

CHANTARAT, T.; VAN RIPER, D. C.; HARDEMAN, R. The intricacy of structural racism measurement: a pilot development of a latent-class multidimensional measure. **EClinicalMedicine**, v. 40, art. 101092, 2021.

CLARK, E. et al. Structural interventions that affect racial inequities and their impact on population health outcomes: a systematic review. **BMC Public Health**, v. 22, art. 2242, 2022.

DYER, Z. et al. Measuring the enduring imprint of structural racism on American neighborhoods. **Health Affairs**, v. 42, n. 10, p. 1477–1485, 2023.

GONÇALVES, C. et al. **A review of the impact of structural racism on lived experiences of adolescents of African descent**: implications for development, brain structure, and health. *Neuropsychopharmacology*, 2025.

HOMAN, P. A.; BROWN, T. Sick and tired of being excluded: structural racism in disenfranchisement as a threat to population health equity. **Health Affairs**, v. 41, n. 2, p. 219–227, 2022.

HOMAN, P. A.; BROWN, T.; KING, B. M. Structural intersectionality as a new direction for health disparities research. **Journal of Health and Social Behavior**, v. 62, n. 3, p. 350–370, 2021.

KISA, A.; KISA, S. Structural racism as a fundamental cause of health inequities: a scoping review. **International Journal for Equity in Health**, v. 24, 2025.

LAFAVE, S. et al. Racism and older Black Americans' health: a systematic review. **Journal of Urban Health**, v. 99, n. 1, p. 120–137, 2022.

MARTIN, A. N. et al. Exploring the impact of structural racism on end of life care among older African Americans: an oral history approach (GP124). **Journal of Pain and Symptom Management**, v. 67, n. 5 Suppl., 2024.

SIEGEL, M.; WIKLUND, E. The relationship between state-level structural racism and disparities between the non-Hispanic Black and non-Hispanic White populations in multiple health outcomes. **Journal of the National Medical Association**, v. 115, n. 2, p. 148–158, 2023.

SONDERLUND, A. L. et al. A comprehensive framework for operationalizing structural racism in health research: the association between mass incarceration of Black people in the U.S. and adverse birth outcomes. **SSM – Population Health**, v. 19, art. 101225, 2022.

A CONSTRUÇÃO DE MATO GROSSO: ESTIGMAS, MEMÓRIA E IDENTIDADE A PARTIR DE LYLIA GALETTI E OSVALDO ZORZATO

THE SHAPPING OF MATO GROSSO: STIGMAS, MEMORY, AND IDENTITY BASED ON LYLIA GALETTI AND OSVALDO ZORZATO

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-036>

Ana Paula Hilgert de Souza

Doutora em História

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

E-mail: anapaula.hilgert@uniffespa.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2585-3603>

Resumo

Este capítulo analisa a construção da identidade e da memória historiográfica de Mato Grosso entre 1904 e 1983, a partir das teses de doutorado de Osvaldo Zorzato (1998) e Lylia Galetti (2000). A análise demonstra como ambos os pesquisadores, formados sob o mesmo *habitus* intelectual no Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, investigaram as estratégias das elites hegemônicas de Mato Grosso para confrontar estigmas externos de "atraso" e "barbárie". Enquanto Zorzato focaliza a instrumentalização da memória como dispositivo de poder político e exclusão social no âmbito regional, Galetti expande a investigação para as representações de sertão e fronteira, situando Mato Grosso na complexa teia do imaginário de nação brasileira. Utilizando aportes teóricos da sociologia e da história regional, o texto revela que a historiografia de Mato Grosso se constituiu como uma arena de disputas simbólicas. Os autores demonstram como a narrativa de uma identidade civilizadora serviu para legitimar o discurso das elites, silenciar contradições de classe e apagar o protagonismo dos povos originários na formação do estado.

Palavras-chave: História regional; Historiografia mato-grossense; Identidade mato-grossense; Memória historiográfica; Representações sociais.

Abstract

This chapter analyzes the construction of identity and historiographical memory in Mato Grosso between 1904 and 1983, based on the doctoral theses of Osvaldo Zorzato (1998) and Lylia Galetti (2000). The analysis demonstrates how both researchers, trained under the same intellectual *habitus* at the Graduate Program in Social History at USP, investigated the strategies of Mato Grosso's hegemonic elites to confront external stigmas of "backwardness" and "barbarism." While Zorzato focuses on the instrumentalization of memory as a device for political power and social exclusion at the regional level, Galetti expands the

investigation to representations of the *sertão* and the frontier, situating Mato Grosso within the complex web of the Brazilian national imaginary. Utilizing theoretical frameworks from sociology and regional history, the text reveals that the historiography of Mato Grosso was established as an arena of symbolic struggles. The authors demonstrate how the narrative of a "civilizing identity" served to legitimize elite discourse, silence class contradictions, and erase the protagonism of indigenous peoples in the state's formation.

Keywords: Historiographical memory; Mato Grosso historiography; Mato Grosso identity; Regional history; Social representations.

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre a historiografia de Mato Grosso exige, antes de tudo, examinar os modos como a construção identitária do estado foi pensada e formulada por seus historiadores. Desse modo, fazem-se necessárias uma breve discussão sobre o tratamento conferido à história regional no Brasil e a problematização do próprio conceito de região.

Não é nova a noção de que estudos provenientes dos grandes centros produtores de cultura, tais como, São Paulo e Rio de Janeiro tendem a oficializar sua história local tornando-a legítima, digna de ser estudada e ensinada por todo o Brasil. Tal noção tende a considerar sua história como parte fundamental da História do Brasil, deixando a desejar na aceitação das peculiaridades regionais de cada estado da federação, e, por vezes, elevando a história regional (além de sua localidade) a um patamar subalterno e/ou desprovido de relevância analítica. Contudo, como alternativa à perspectiva centralizadora da historiografia nacional, consolidou-se um esforço sistemático de revisão crítica por parte de diversos pesquisadores. Desde a década de 1980, um conjunto expressivo de produções acadêmicas têm demonstrado a urgência de ressignificar o lugar da história regional, posicionando-a como parte constitutiva e indissociável da história nacional.

Aginaldo de Sousa Barbosa (1998) defende a ideia de que assim como tantas outras histórias, a História Local e Regional apresenta inúmeras possibilidades de descrição, de análise, de crítica, de interpretação e, ademais, de revisão historiográfica (Barbosa, 1998, p. 2). Para o autor, os problemas de aceitação da História Regional provêm, em parte, do desconhecimento da história reivindicada, “fruto do preconceito que tende a depreciá-la como uma história de preocupações menores, virtualmente debilitada por sua íntima relação com superficialidades localistas e regionalistas” (1998, p. 2).

Irrefletidamente, a história nacional dominante tendeu a esvaziar a historiografia regional, destituindo-a de seu estatuto científico e reduzindo-a a peculiaridades pitorescas ou singularidades isoladas, negando, por conseguinte, a própria diversidade que constitui o processo histórico. Ao apontar as

deficiências próprias e inegáveis da história regional, Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2008) considera que nos estudos regionais,

O espaço é visto como instância que nega o tempo, que subjaz à história, [...] As experiências espaciais, as relações espaciais, os fluxos e movimentos de espacialização, as implantações e deslocamentos no espaço não vêm fazer parte destas modalidades de narrativa historiográfica. (Albuquerque Júnior, 2008, p.56)

Nessa passagem, o autor denuncia a "cegueira espacial" de parte da historiografia tradicional, que subordinou o território ao tempo, e, conseqüentemente, reduziu o espaço a um palco passivo e inerte dos acontecimentos humanos. Ao ignorar os "fluxos, movimentos e experiências espaciais", a narrativa convencional apaga o espaço como uma construção social contínua e dinamicamente conectada à história. A essa politização do espaço soma-se a dimensão afetiva e subjetiva articulada por Barros (2022) em sua proposição sobre a "historiografia do pequeno espaço". Para o autor, a categoria de "lugar" vai além das demarcações físicas, pois mobiliza sentimentos de pertença e de continuidade no espaço-tempo que operam do micro (a vizinhança, o bairro) ao macro (a região, o país). O lugar, segundo Barros (2022, p. 25), implica "relações intersubjetivas que se integram a uma determinada objetividade", unindo identidade e estabilidade. Desse modo, enquanto Albuquerque Júnior evidencia as disputas de poder que moldam a região, Barros revela como essas espacialidades ganham densidade teórica ao serem investidas de vivências cotidianas, símbolos e valores compartilhados.

Para desconstruir as pretensões de neutralidade da historiografia oficial mato-grossense, Zorzato e Galetti adotam um referencial teórico consolidado no Programa de Pós-Graduação em História Social da USP. Enquanto a sociologia da memória de Maurice Halbwachs oferece a base para compreender como a identidade regional foi forjada a partir de quadros coletivos e sentimentos de pertencimento, a teoria de Pierre Bourdieu atua como chave de leitura fundamental para revelar a historiografia como um campo de disputas por poder simbólico e distinção social. À luz dessa base teórica e das reflexões sobre o tratamento conferido à história regional, este trabalho propõe-se a examinar duas teses de doutoramento fundamentais: as pesquisas de Osvaldo Zorzato (1998) e Lylia Galetti (2000). Com o intuito de valorizar os estudos comparativos, realizo uma leitura cruzada entre as obras com o objetivo de analisar a construção da identidade e da memória historiográfica de Mato Grosso entre 1904 e 1983. Especificamente, busca-se investigar as estratégias de legitimação política e social utilizadas pelas elites para converter a memória em dispositivo de poder, contrastar as divergências analíticas entre os autores e problematizar o apagamento sistemático dos povos originários e das contradições de classe nas narrativas oficiais.

2 METODOLOGIA

O presente texto resulta de um percurso de maturação acadêmica que teve origem no encerramento de uma disciplina do mestrado (defendido em 2014) e de sua posterior apresentação como comunicação em evento. Passada mais de uma década, o material foi integralmente revisado e aprimorado, submetendo as obras analisadas a um exame crítico e analítico, procedimento fundamental à ciência histórica para garantir a consistência das interpretações, reestruturando a narrativa sob a forma deste estudo para consolidar o diálogo entre as fontes.

As teses de Osvaldo Zorzato (1998) e Lylia Galetti (2000), tomadas aqui como eixo empírico e analítico, inscrevem-se no horizonte da História Social que dialoga com o contexto de renovação da academia brasileira influenciado pelo pós-marxismo. Trata-se de uma perspectiva historiográfica compartilhada por ambos autores que buscaram flexibilizar as antigas amarras economicistas sem perder o rigor analítico, abrindo espaço para as dimensões da cultura, da subjetividade e das representações.

A partir desse escopo, a pesquisa adotou uma metodologia de caráter comparativo e bibliográfico, fundamentada na análise crítica de fontes acadêmicas. O confronto analítico estruturou-se de modo a examinar as aproximações e os distanciamentos teóricos entre os autores, ancorados na matriz teórica da História Social e na sociologia de Pierre Bourdieu.

Sob a perspectiva de Michel de Certeau, considera-se que a adoção do referencial bourdieriano decorre diretamente de seu lugar institucional de produção, o Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH/USP. Produzidas em momentos muito próximos e sob a mesma orientação acadêmica, as pesquisas compartilharam um mesmo *habitus* intelectual que fornecia o instrumental analítico necessário para desconstruir as pretensões de neutralidade das elites regionais, consolidando-se nos anos 1990 nesse ambiente de pesquisa acadêmica. Na busca por ferramentas teóricas que conseguissem dar conta da subjetividade, das representações, da cultura e do poder sem perder o rigor analítico sobre as estruturas sociais, Pierre Bourdieu operava como uma referência obrigatória.

O confronto analítico aqui operado estruturou-se de modo a examinar as aproximações e os distanciamentos teóricos entre os autores, transformando a leitura comparativa em uma ferramenta de escrutínio historiográfico. Ao investigarem a fabricação da memória e da história oficial de Mato Grosso a partir de seu trânsito pelo centro hegemônico da USP, Zorzato e Galetti converteram sua própria condição institucional em um espaço crítico de escuta e desvendamento. Dessa forma, a revisão de literatura opera, neste capítulo, como um exercício de hermenêutica que evidencia as estratégias de poder, distinção e legitimação simbólica que estruturaram, historicamente, a historiografia mato-grossense.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Osvaldo Zorzato em sua tese intitulada *Conciliação e Identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*, concluída em 1998, procura fazer uma análise da história oficial de Mato Grosso, apontando para isso algumas características. A matriz teórica seguida por Zorzato está embasada também, em Maurice Halbwachs para quem, a memória de um indivíduo remete-se sempre a um grupo, uma vez que as lembranças se constituem prioritariamente na esfera coletiva.

Conforme explica Halbwachs (2003, p. 86) “os quadros coletivos da memória não conduzem a datas, a nomes e a fórmulas - eles representam correntes de pensamento e de experiência em que reencontramos nosso passado apenas porque ele foi atravessado por tudo isso”. Partindo dessa premissa, ao articular as bases conceituais de sua análise, Zorzato apoia-se explicitamente na sociologia da memória de Maurice Halbwachs para definir a construção da identidade regional. Para Halbwachs (2003, p. 106), “toda a memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo”, de modo que retirar os fatos da vivência desse meio social específico significaria desidratar a própria memória, reduzindo-a a um mero “esquema cronológico e espacial” (2003, p. 107). Apropriando-se dessa premissa de que a memória pressupõe um grupo social vivo e contextualizado, Zorzato conceitua que a:

[...] identidade é aqui entendida como uma situação de existência coletiva caracterizada pela vivência de muitos momentos históricos e que se expressa pelo sentimento de pertencimento e referência grupal comum. A noção de sentimento de pertencimento grupal é inicialmente apontada por Halbwachs como uma das condições da existência da memória coletiva e das lembranças daí decorrentes (Zorzato, 1998, p. 14).

Outro proeminente autor acionado tanto por Galetti quanto por Zorzato, é o sociólogo Pierre Bourdieu. A esse respeito, considera-se, sob a perspectiva de Michel de Certeau, que a adoção desse referencial decorre diretamente de seu lugar institucional de produção, qual seja, o Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH/USP. Produzidas em momentos cronológicos próximos e sob a mesma orientação acadêmica, as pesquisas compartilharam um mesmo habitus intelectual que fornecia o instrumental analítico necessário para desconstruir as pretensões de neutralidade das elites regionais. A História Social consolidou-se nos anos 1990 neste ambiente de pesquisa acadêmica. Na busca por ferramentas teóricas que conseguissem dar conta da subjetividade, das representações, da cultura e do poder sem perder o rigor analítico sobre as estruturas sociais, Pierre Bourdieu operava como uma referência obrigatória.

Assim, ao investigarem a fabricação da memória e da história oficial de Mato Grosso a partir desse centro hegemônico de reflexão, os pesquisadores converteram a própria condição de seu trânsito institucional em um espaço crítico de escuta e desvendamento das estratégias de poder, distinção e legitimização simbólica que estruturaram a historiografia mato-grossense."

Além da intenção de mostrar como a memória historiográfica de Mato Grosso se constituiu durante o período que vai de 1904 a 1983, Zorzato tem um segundo objetivo decorrente do primeiro. Ele pretende averiguar a maneira com que essa memória é utilizada como justificativa de ações políticas e conduta moral de determinados agentes.

Apontando como os “memorialistas”, historiadores locais e intelectuais mato-grossense registraram os fatos políticos, econômicos e sociais referentes à Mato Grosso, Zorzato utiliza-se de obras como: *História de Mato Grosso*, de Virgílio Corrêa Filho; *Datas Mato-Grossenses*, de Estevão de Mendonça; *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*, de Rubens de Mendonça; o *Álbum Gráfico* publicado a partir da colaboração de diversos personagens, desde figuras políticas mato-grossenses até algumas acima citadas, entre outras obras publicadas em Mato Grosso no período estudado pelo autor.

A *construção identitária de Mato Grosso*, processo nomeado pelo autor, ocorre, segundo ele, a partir de 1904, momento em que o estado passa a receber investimentos estrangeiros e imigrantes que chegam ao Estado sob a promessa de construir uma nova vida garantida pela abundância de terras cultiváveis em Mato Grosso.

Na medida em que isso ocorre, Zorzato verifica que, concomitantemente, a historiografia memorialista de Mato Grosso tratou de construir um imaginário que desse conta de fortalecer uma identidade mato-grossense tratando, inclusive de distanciar-se de certos estereótipos associados aos mato-grossenses. Para o autor, as imagens negativas que faziam referência a Mato Grosso eram enxergadas e disseminadas por personagens estrangeiros ou mesmo por militares e comerciantes *dos mais importantes centros econômicos do Brasil e do exterior*. Zorzato aponta que essas representações negativas, nada propensas a Mato Grosso

(...) fazem referência a um Estado “atrasado”, “incivilizado” e “selvagem”, dotado de uma gente “sanguinária”, “vingativa”, “preguiçosa” e “ignorante”. No conjunto, estes adjetivos compõem um estereótipo nada favorável a Mato Grosso. Pior ainda: eles são incorporados como referência explicativa pela intelectualidade local (...) (Zorzato, 1998, p. 16)

Em contrapartida a essas características pejorativas, o autor nota que os escritores trataram de elaborar novos conceitos, pois, necessitam

construir uma memória que os afaste daqueles adjetivos indesejáveis. Colocando-se como herdeiros e guardiões do povo a que pertencem, buscam construir imagens e representações através das quais querem ser vistos. Passam então a se considerar como sentinelas avançadas da civilização no sertão. Ao invés de “selvagens”, reforçam a origem paulista quando não “da melhor estirpe européia”, e, ao invés de “sanguinários”, constroem imagens de “revolucionários”, “patriotas” e “destemidos”. (...) se dizem amantes das artes, da religião, cultuadores da ciência e, sobretudo da história e da geografia. (Zorzato, 1998, p. 16)

É no *Álbum Gráfico de Mato Grosso*, publicado em 1914, que os intelectuais mato-grossenses encontram um meio de divulgar informações que possam provar as qualidades de sua gente. Zorzato percebe que essa obra cumpre a dupla finalidade de, por um lado, construir um imaginário capaz de estabelecer laços identitários, e, por outro, afastar estereótipos elaborados externamente.

É relevante considerar que o autor posiciona-se de modo impessoal ao referir-se aos escritores intelectuais do período estudado. Não deixando seduzir-se pelo discurso de suas fontes, Zorzato por vezes percebe a intenção nada ingênua dos escritores locais de forjarem uma memória peculiar para Mato Grosso. De acordo com o autor, essa memória estaria preocupada em descrever acontecimentos, lugares e pessoas, ação que, posteriormente, fundamentaria um “estoque” de lembranças de uma *memória que se quer preservar*.

Ao enfatizar a necessidade de se intitularem “gente de boa origem” “amantes do progresso”, entre outras qualidades, Zorzato percebe que isso ocorre para garantir a primazia do mando diante das pessoas que migram para Mato Grosso. Como numa tentativa de se impor e de impedir que os novos habitantes venham a ocupar o mesmo espaço na escala social dos mato-grossenses natos.

A construção da memória mato-grossense passa, então, de almejada para ferramenta de poder:

Se, num primeiro momento, esta historiografia surge como suporte de uma identidade almejada, num segundo ela se transforma claramente em suporte de poder. Isto é, o processo mais geral do exercício de poder incorpora a memória ao processo histórico, estando a primeira a serviço do segundo (Zorzato, 1988, p. 10).

Essa instrumentalização da memória manifesta-se, por exemplo, na exaltação de figuras públicas locais como o Marechal Rondon. Ao converter tais personagens em símbolos heroicos, a historiografia oficial passa a justificar um estilo de mando no qual os sujeitos comuns reconhecem e naturalizam sua própria posição na hierarquia social mato-grossense.

Permitir compartilhar um espaço comum na escala da pirâmide social mato-grossense significava partilhar o prestígio político, igualar-se nas posses e até mesmo ocupar cargos públicos. Isso, na concepção de Osvaldo Zorzato é exatamente o que a elite mato-grossense não desejava para si e, portanto, trataram de forjar uma memória que reforçasse a identidade local, a partir de elementos com os quais desejariam ser lembrados¹.

O estudo revela que a historiografia produzida na região ao longo desse período funcionou como um sofisticado dispositivo ideológico de caráter conservador, memorialista e elitista. Em vez de refletir um registro neutro do passado, as obras escritas por intelectuais locais atuaram para forjar uma identidade regional edificante, rebatendo imagens externas de atraso e barbárie com mitos de bravura bandeirante e

¹ E, também, tratando de eliminar da memória historiográfica aspectos de sua história que queriam esquecer.

vocação civilizadora. Simultaneamente, essa narrativa consolidou a hegemonia das oligarquias locais ao naturalizar as hierarquias sociais, forjar um consenso político artificial e apagar as contradições e violências de classe.

Ao operar uma leitura contrapontual e "escovar a história a contrapelo", Zorzato desmistifica os relatos que transformavam violentas disputas oligárquicas em "revoluções" patrióticas, expondo a exclusão deliberada de indígenas, negros e trabalhadores rurais das narrativas oficiais. O marco de 1983, simbolizado pela morte do memorialista Rubens de Mendonça, assinala o encerramento da hegemonia desse modelo e a emergência da historiografia universitária. Ao dismantelar a ilusão da conciliação social, a pesquisa de Zorzato consolida-se como um divisor de águas nos estudos regionais, demonstrando que a escrita da história e a gestão da memória constituem instrumentos centrais de poder e dominação política.

Zorzato (1998, p.166), aponta que o poder do discurso historiográfico reside na capacidade de emocionar e produzir pertencimento. Quando a história tece mitos como a bravura bandeirante, o civismo ou o pioneirismo, ela oferece aos indivíduos uma narrativa na qual os indivíduos podem se sentir orgulhosos de sua origem. Essa dimensão afetiva faz com que o discurso historiográfico seja interiorizado como uma "verdade natural" e identitária, tornando-o extremamente resistente a críticas puramente racionais ou empíricas.

A escrita da história em Mato Grosso não se deu de forma autônoma, mas atrelada aos projetos de manutenção de poder das elites. É essa subserviência aos interesses de classe que explica a incrível durabilidade de certos estereótipos e mitos originados entre o final do século XIX e início do século XX, como o mito do mato-grossense pacato, submisso e pacificador. A longevidade dessas representações se ancora na utilidade política contínua que elas possuem para os grupos no poder. (p.166). A pesquisa aqui analisada, buscou evidenciar que o discurso historiográfico não ficou restrito aos livros dos memorialistas; ele circulou nos jornais, nos discursos políticos, no sistema escolar, em nomes de ruas, praças, estátuas e nas comemorações oficiais (como os centenários). Nesse sentido, ao se integrar à engrenagem institucional, como evidencia a rigorosa pesquisa de Zorzato, o discurso perde o seu caráter ideológico visível e passa a ser vivenciado como uma "memória coletiva" espontânea. O construto político da elite passa, assim, a ser percebido pelo povo como a "História real" do estado.

Uma vez dispostos os apontamentos e reflexões contidos na tese de doutoramento de Osvaldo Zorzato, passemos para uma análise geral da tese de Lylia Galetti intitulada: *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*.

A obra é rica em referências, possui uma introdução bem concisa, porém incitante. No discorrer da obra, Galetti apresenta um conjunto de ideias, fundamentado no ideário liberal-burguês que se dissemina no ocidente a partir de países como França, Alemanha, e Bélgica, os quais constroem representações de progresso. Para fundamentar tal tese, Lylia Galetti bebe em fontes como Eric Hobsbawm e Norbert Elias.

Tais autores afirmaram que as ideias de progresso adquirem, sobretudo no início do século XX, muita força e se disseminam Europa a fora.

Para fundamentar sua tese, a autora utiliza-se de um conjunto de fontes históricas que vai desde documentos oficiais escritos que fazem referência sobre a sociedade e seus modos de ser, a natureza, a geografia, o solo, fauna e flora, comércio e outras atividades econômicas, até documentos que tratam da ordem política, econômica e social da sociedade mato-grossense.

A autora também trata da presunção produzida pela historiografia européia acerca da questão eurocentrista, enfatizando a fatuidade de que a superioridade européia serviria para dominar o outro. Nesse contexto de civilização e progresso, Galetti cita a América Latina e salienta que foi uma das poucas exceções (uma vez que o Japão se inclui) em que com mais empenho desenrola-se a modernização ou tentativas de adaptação de progresso.

Lylia Galetti na parte inicial de sua tese apresenta como o espaço geográfico compreendido pela capitania de Mato Grosso se materializa como uma região colonial. Quanto a segunda parte, utilizo-me das palavras da própria autora para defini-la: Trata “das representações acerca de Mato Grosso e de suas populações nas narrativas de viajantes estrangeiros”. Esse momento de sua obra assume uma característica muito peculiar na medida em que a autora aponta de maneira organizada as descrições desses personagens sobre o espaço geográfico dado como mato-grossense. É ainda na segunda parte da tese que Galetti demonstra as características (não apreciadas pelos mato-grossenses), de isolamento, vastidão territorial, pouco populacional, etc. Na terceira parte de seu trabalho, Lylia Galetti insere uma discussão pautada na ótica de que embora os brasileiros da capitania fossem influenciados pelo ideal de progresso e civilização europeu – e tenham, em grande medida vivido sob esse paradigma – os mesmos encontram-se envolvidos com as imbricações decorrentes da consolidação de Mato Grosso como Estado da Federação. Outro fator relacionado a esse momento vivido pelos habitantes de Mato Grosso colonial foi a questão, fortemente alicerçada, sobretudo na elite provincial, da construção identitária da nação brasileira. Ainda na parte III delinea-se a questão do “outro geográfico”, termo de Marck Bassin, emprestado por Galetti. Para a autora, na perspectiva do “outro geográfico” o sertão cumpriria uma função arbitrária e negativa de “bode expiatório”, elemento interno a nação. Contudo, a autora nota que para além dessa arbitrariedade relacionada ao sertão, os mato-grossenses passam a tomá-lo como *referência para a própria nacionalidade*.

Os conflitos políticos eram muito intrincados no início da República, permitindo que o personalismo imperasse, assim como as vaidades e egos das figuras políticas daquele momento, que eram evidentes. Contudo, Galetti lembra que esse cenário não era apenas verificado no *sertão* como também o era em outras regiões da República. Esses apontamentos de Galetti são relevantes por mostrar que mesmo desejando livrar-se das referências pejorativas (a exemplo de serem habitantes do sertão) para celebrarem o progresso e a civilização que Mato Grosso vivia, seus habitantes não se desvinculam de seus modos de ser/viver. Isso

porque eles também desejam naquele momento fundamentar os elementos que comporiam a identidade local (do Estado recém-criado) e, além disso, os mato-grossenses estavam formulando a imagem que a nação como um todo teria acerca de Mato Grosso. Países com histórico colonial, representados como *vazios* viam a sua própria fronteira como “lugar privilegiado onde o discurso se detém para diagnosticar o atraso da nação e aferir suas possibilidades de encurtar as distâncias que a separam do modelo europeu de progresso e civilização” (Galetti, 2000, p. 26). No caso do Brasil, a autora inclui esse mesmo modo de constatar a ambiguidade sertão/progresso, uma vez que percebe os *sertões da pátria* como um limite entre a barbárie e a civilização na própria nação:

Entretanto, na condição de espaço da nação, o sertão passaria a ser visto também como um patrimônio territorial não explorado, com o qual o Brasil podia contar nas projeções de seu futuro de nação grande e rica, com amplas possibilidades de vencer os obstáculos que se interpunham em sua marcha para a civilização e, ainda, como um espaço onde se podia encontrar genuínas expressões da cultura e das tradições nacionais. (Galetti, 2000, p.165)

Com efeito, Lylia Galetti infere que ao mesmo tempo em que Mato Grosso era desvalorizado em virtude das distâncias geográficas, históricas e culturais *que o separavam do mundo e do Brasil civilizado*, havia a valorização em torno das noções de *sertão e fronteira da pátria* na medida em que ambas tornam-se fundamentais para a ideia de nacionalidade brasileira, um duplo conceito que estava sendo fundamentado e discutido nas primeiras décadas do século XX. Assim,

ao contrário do viajante estrangeiro, para quem esse lugar era parte de um país estranho e com o qual estabelecia uma relação de completa exterioridade, para aqueles brasileiros a região era parte de um espaço geográfico que se definia no mapa do mundo como o seu país. Desse modo, quando falavam sobre Mato Grosso eles falavam também do Brasil, elaborando uma teia de representações em que o território e a gente mato-grossense eram percebidos a partir de um referencial simbólico que está de todo ausente da literatura estrangeira: a nação brasileira. (Galetti, 2000, p. 162)

Galetti aponta que o modelo de civilização européia, ao ser adotado pelas elites sul americanas sofreu contradições, pois as elites tinham a necessidade de se modernizar sem perder suas concepções identitárias. Ou seja, não se abandonava aspectos da sua própria identidade para se auto-determinar no ideário liberal-burguês, havendo, portanto, um limite para a colonização.

Estão inclusas no texto, um tipologia de atitudes associadas a maneira como os mato-grossenses colocavam-se diante das imagens estigmatizadas e, conforme lembrou Zorzato (1998, p.16), os habitantes dali *necessitam construir uma memória que os afaste daqueles adjetivos indesejáveis*, dos estigmas. Contudo, confrontando o autor, Galetti trata de indicar que o estigma da barbárie não é associado diretamente a todos os habitantes da província. Para a autora, essa barbárie remontava apenas aos nortistas (sobretudo cuiabanos) e estes, tomavam suas providências para tornar o estado conhecido e para fortalecer a identidade mato-grossense.

Repudiar os mato-grossenses do sertão significava repudiar suas posses, o que lhes feria e causava-lhes angústia. Essa constatação remete ao pensamento de Pierre Bourdieu, ao afirmar que ninguém é obrigado a aceitar os estigmas. Esses intelectuais que produziram grande parte da historiografia mato-grossense reagiram aos estigmas de maneiras distintas, ora reconhecendo as críticas ao estado, porém, em maior proporção, tomando posse dos discursos e defendendo sua região a partir de fatores históricos, já que para Bourdieu (1989), a região se impõe pela manifestação.

A teoria de Bourdieu ajuda a explicar a motivação por trás da historiografia oficial mapeada por Zorzato. As narrativas produzidas por esses escritores constituíam-se como instrumentos de poder e distinção. Ao rejeitarem o estigma geral, essa elite selecionou o que deveria ser lembrado (o herói bandeirante, o progresso técnico) e o que deveria ser silenciado ou marginalizado (o indígena, o caboclo pobre), usando a cultura e a história como ferramentas de legitimação social.

Irrefutavelmente, havia o apego tanto aos bens materiais como também aos bens simbólicos². A população mato-grossense do início do século não se sentia incivilizada e, justamente por isso surge a necessidade daquela sociedade se impor e mostrar aos quatro cantos do país que os cidadãos mato-grossenses também conheciam e (em grande parte) viviam o progresso³. É possível inferir o dilema apresentado por Galetti – embora nada inocente como demonstrou Zorzato (1998) – uma vez que, os símbolos maiores de modernidade, tais como o telégrafo, a ferrovia e as fábricas, quando não existiam, eram precários. Mas o simples fato de existirem servia como justificativa aos mato-grossenses para assegurar que faziam parte da civilização. Para compreender esse dilema, deve-se perceber que elementos externos ao sertão, tal como o fato de localizar-se distante demais dos grandes centros, servia para justificar o atraso econômico e cultural da região. Elementos internos também pesavam nessa luta de representação⁴ ou de afirmação nacional, na medida em que existia, e em boa medida ainda hoje existe, a noção de que a elite diferencia-se da “ralé”. Essa angústia sentida pela elite mato-grossense resolve-se de certa forma, no momento em que eles se reconhecem como civilizadores do sertão assumindo para o Estado, mas não para elite dele, parte da culpa por serem assim estigmatizados.

Ambos autores utilizam o aparato conceitual da sociologia bourdieuriana para indicar o modo como a elite mato-grossense usava a cultura, a história e a diferenciação social interna como escudos de proteção contra os julgamentos externos. Isso porque, para Bourdieu, a construção da identidade e do prestígio social se dá fundamentalmente pela distinção. A elite mato-grossense não deseja ser englobada pelo estigma da

² A discussão acerca de bens simbólicos e produção cultural pode ser encontrada na obra de Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. 2ª ed. Trad. Fernando Thomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

³ A Ferrovia Noroeste do Brasil, inaugurada em 1914 é um fator de progresso justificado pelos mato-grossenses. Para consulta detalhada sobre a ferrovia ver: Queiroz, Paulo R. Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na 1ª metade do século XX*. 1ª. ed. Bauru: EDUSC, 2004. v. 1. 526 p.

⁴ Ver Chartier, Roger. *O mundo como representação*. In: _____. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-80.

barbárie que vinha de fora. Para resolver essa angústia, ela opera uma distinção interna implícita: ela separa a si mesma (o polo "civilizador", culto e letrado) da "ralé" (as populações pobres, mestiças e indígenas locais), culpabilizando estes últimos ou o isolamento geográfico pelo atraso, enquanto reivindica para si o papel de redentora do sertão.

A ancoragem de Galetti em Bourdieu é também expressiva, e a autora a faz para demonstrar a luta por reconhecimento simbólico diante do desconforto cultural ao se ver enquadrada no estereótipo da barbárie. Isso também elucida a razão pela qual aquela elite fundou institutos e escreveu obras laudatórias; tratava-se de uma luta de capitais simbólicos. Eles precisavam reivindicar que Mato Grosso era parte legítima e essencial da nação brasileira, revertendo o estigma exterior em orgulho cívico.

À medida que Osvaldo Zorzato (1998) entende o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) como o responsável pela elaboração e consolidação da memória local mato-grossense ou como instituição guardiã do ideal que se desejava para constituir a identidade mato-grossense, Lyliã Galetti vai mais a fundo, constatando que essa instituição procura naquele momento,

realizar uma inversão dos elementos negativos que projetavam a imagem de um Mato Grosso bárbaro e incivilizado. Investindo na memória de um épico passado bandeirante e na projeção de um futuro de progresso e civilização, os intelectuais mato-grossenses reservaram aos índios e à população pobre mestiça, aqueles mesmos atributos raciais e a mesma avaliação negativa sobre seus hábitos e costumes que permitiram aos viajantes estrangeiros considerá-la como uma gente indolente, falta de espírito empreendedor, numa palavra, incivilizada. (Galetti, 2000, p. 33)

Parafraseando E. Hobsbawm, *com zelo e brutalidade*, a autora remete a questão dos indígenas, entendida como um entrave para o progresso. Tendo em vista que a política do branqueamento ocorre no Brasil principalmente após 1930, já com o advento da República, o extermínio dos indígenas, seria, portanto, requisito para se atingir a civilização ideal.

Nesse panorama de construção de uma identidade regional baseada nos ideal de progresso, a presença e o protagonismo dos povos originários foram sistematicamente apagados ou ressignificados de maneira subalterna. Como bem pontuam tanto Galetti quanto Zorzato, a narrativa oficial operou uma cisão: os indígenas, antes detentores originários do solo, foram redimensionados ora como obstáculos físicos e culturais a serem superados pela marcha civilizatória, ora como ausências convenientes que permitiam à elite reivindicar para si a exclusividade do pioneirismo e da herança europeia

Zorzato, por sua vez, bem observou a maneira como a historiografia local retratou a questão dos indígenas. Evidenciando que a posição do índio ao ganhar visibilidade era secundária (e até mesmo negligenciada em algumas circunstâncias), mesmo tendo o conhecimento de que a participação do índio no processo de formação daquela sociedade fosse inegável. No entanto, se incluíssem o índio como agente

ativo na historiografia local, os intelectuais memorialistas mato-grossenses entrariam em choque com a proposta por eles apresentada de possuírem origem européia.

Atitude comum na historiografia brasileira e, logo, na regional, é a de fornecer explicações dos fatos a partir de elementos externos à região. Os memorialistas e historiadores locais de Mato Grosso, não escaparam desse paradigma, tratando de explicar as características negativas de Mato Grosso, deixando, por vezes, de considerar os fatores internos. Como em uma perspectiva na qual os acontecimentos ocorridos no interior da sociedade mato-grossense pudessem encontrar explicações fora dessa sociedade. Os estigmas abordados por Zorzato exemplificam como a elite regional operava uma espécie de geografia da desculpa, na qual a ausência de progresso era justificada pelo isolamento físico de Mato Grosso em relação aos grandes centros do país. Em paralelo, a obra de Lylia Galetti revela uma dimensão complementar, pela qual, a preocupação das elites locais em se afirmarem como componentes de um mundo civilizado, as levava a aspirar a um futuro glorioso sem renunciar ao orgulho de terem desbravado o sertão.

Para Galetti, esse desejo, além de autoafirmação, representava a necessidade de incluir Mato Grosso como parte essencial da narrativa da nação brasileira, conferindo ao estado um papel que ultrapassava o de mero apêndice da epopeia bandeirante. Assim, ao reivindicarem a preservação de sua gente e a manutenção da luz da civilização no interior do território, as elites mato-grossenses articulavam uma identidade que equilibrava o pertencimento nacional com as particularidades de sua posição na fronteira.

4 CONCLUSÃO

Ponto de encontro entre as teses aqui discutidas é o fato de ambas produzirem leituras fecundas acerca das representações presentes na historiografia mato-grossense. Contudo, operam com recortes e enfoques complementares: enquanto Zorzato direcionou seu escopo para a análise rigorosa das obras de escritores locais e de relatos de viajantes, perscrutando a constituição da história oficial de Mato Grosso por entre as tramas de uma memória elitista e excludente, Galetti expande o horizonte para as macroestruturas do imaginário nacional.

A análise das teses de Osvaldo Zorzato e Lylia Galetti demonstrou que as elites intelectuais mato-grossenses, ao tentarem superar o estigma de uma região "atrasada" ou "selvagem", acabaram por operar uma construção regional seletiva. Elas não apenas reivindicaram a legitimidade da região perante o cenário nacional, mas também utilizaram essa "regionalidade" como um mecanismo de distinção social interna.

Ao concluir a análise sobre a historiografia mato-grossense na concepção das duas teses de doutoramento, retoma-se a problemática do conceito de região que norteou nossa investigação desde o início. Conforme apontado por Barbosa (1999), a história regional frequentemente enfrenta desafios de aceitação por ser erroneamente reduzida a superfícies localistas, quando, na verdade, possui vastas possibilidades de interpretação e revisão historiográfica para compreender a diversidade nacional.

Contudo, para além das grandes narrativas de poder e da geopolítica da nação, essa espacialidade ganha densidade teórica quando pensada através da 'historiografia do pequeno espaço'. Como aponta José D'Assunção Barros (2022, p. 25), a categoria de 'lugar' vai além das demarcações físicas, pois mobiliza relações intersubjetivas, sentimentos de pertença e estabilidade que unem identidade e vivências cotidianas do micro ao macro. Desse modo, enquanto Albuquerque Júnior evidencia as disputas de poder que moldam a região, Barros revela como essas espacialidades são investidas de símbolos e valores compartilhados pelos sujeitos. Nesse sentido, o espaço passa a ser encarado como uma arena de enfrentamentos políticos e lutas por poder, dimensões nas quais as regiões são inventadas e disputadas, tal como evidenciado nas análises conduzidas por Zorzato e Galetti.

Destarte, ao confrontar essas produções historiográficas, reafirma-se o regional como um campo fecundo de embates políticos e culturais, abrindo caminhos para novos estudos comparativos e para a constante atualização do debate acadêmico.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. O Objeto em Fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 10/17, p. 55-67, 2008.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. A propósito de um estatuto para a História Local e Regional: algumas reflexões. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 20, p. 117-128, 1999. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/385502694/Estatuto-Para-Uma-Historia-Regional>

BARROS, José D'Assunção. História local e história regional – a historiografia do pequeno espaço. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 22-53, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.57694>. Acesso em: 17 ago. 2026.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2ª ed. Trad. Fernando Thomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 61-80.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na 1ª metade do século XX**. 1. ed. Bauru: EDUSC, 2004. v. 1. 526 p.

ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)**. 1998. Tese (Doutorado em História Social). FFLCH/Universidade de São Paulo, São Paulo.

REALIZAÇÃO:

Aurum
EDITORA

CNPJ: 589029480001-12
contato@aurumeditora.com
(41) 98792-9544
Curitiba - Paraná
www.aurumeditora.com